

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS
DE
OEIRAS

13



2005
OEIRAS

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 13 • 2005



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2005

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 13 • 2005 ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
ILUSTRAÇÕES – Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Câmara Municipal de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Palma Artes Gráficas, Lda. - Tel. 244 447 120 - Mira de Aire
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

ÍNDICE

| | Pág. |
|--|------|
| DR. ISALTINO AFONSO MORAIS PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS Apresentação | 7 |
| JOSÉ LUÍS GOMES & JOÃO LUÍS CARDOSO As “Ferrarias del Rey” em Barcarena: subsídios para a sua história | 9 |
| JOÃO LUÍS CARDOSO & ANA ÁVILA DE MELO Correspondência de Joaquim Fontes (1892-1960). Contributos para a História da Arqueologia peninsular | 195 |
| C. T. NORTH, R. BOAVENTURA & J. L. CARDOSO O monumento megalítico de Monte Serves (Verdelha do Ruivo, Vila Franca de Xira) | 321 |
| JOÃO LUÍS CARDOSO Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras Relatório das Actividades desenvolvidas em 2004 | 335 |

APRESENTAÇÃO

O presente volume da série "Estudos Arqueológicos de Oeiras" é a mais recente expressão de um antigo objectivo da Câmara Municipal de Oeiras, através do seu Centro de Estudos Arqueológicos, expresso na edição regular de uma revista de arqueologia.

Criada em 1991, esta série tem-se pautado pelo respeito de uma linha editorial coerente, de que se destacam vários objectivos fundamentais, entre os quais:

- periodicidade regular, sem a qual não seria possível a sua afirmação, nem a manutenção de um vasto programa de intercâmbios com revistas homólogas nacionais e internacionais;
- dar público conhecimento dos principais trabalhos desenvolvidos no âmbito das actividades do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, criado no âmbito da Câmara Municipal de Oeiras em 1988, sendo deste modo um dos mais antigos no seu género existentes em Portugal.

O prestígio alcançado por esta série especializada de índole regional e não apenas local, porque não circunscrita às actuais fronteiras administrativas concelhias e a projecção granjeada além-fronteiras atestam o acerto da estratégia editorial adoptada.

Na concretização deste projecto está a acção continuada do Prof. Doutor João Luís Cardoso, mais uma vez evidenciada no presente volume, ao congregar e dinamizar colaborações externas as quais, de outro modo, dificilmente se concretizavam através de obra publicada. Estão neste caso todos os contributos a seguir apresentados.

O primeiro, dedicado às "Ferrarias del Rey", em Barcarena, corresponde a extenso e aprofundado trabalho de Arqueologia Industrial no qual se aliou a cuidada investigação documental – publicando-se, pela primeira vez, muitos documentos das chancelarias régias sobre esta importante unidade fabril e outros elementos gráficos – às observações de terreno, que permitiram, finalmente, localizar as célebres "Ferrarias" no sítio hoje ocupado pela chamada "Fábrica de Cima", em terrenos da Fábrica da Pólvora de Barcarena. Este estudo, pelo interesse dos resultados obtidos – incluindo a caracterização das tecnologias utilizadas, o conhecimento de alguns dos seus protagonistas e respectivas produções, desde o reinado de D. João II até finais do século XVII – afigura-se indispensável ao desenvolvimento das desejadas acções conducentes à recuperação, valorização e musealização de tão importante património.

O segundo artigo constitui importante contributo no campo da História da Arqueologia portuguesa, ainda tão mal conhecida: trata-se da publicação anotada da correspondência científica recebida pelo Prof. Doutor Joaquim Fontes, pioneiro da investigação pré-histórica oeirense na década de 1950. Foi, assim, possível demonstrar os estreitos laços de colaboração mantidos por este e por outros arqueólogos

portugueses nas décadas de 1910 e de 1920 com os mais eminentes pré-historiadores espanhóis, aspecto até hoje desconhecido.

O último contributo científico publicado corresponde à publicação do pequeno dólmen de Monte Serves, cuja escavação, realizada em 1972, se mantinha inédita. Trata-se, pois, de motivo que aumenta o interesse do estudo agora realizado, reforçado pelas características arquitectónicas únicas do monumento, aliadas à sua boa conservação.

O volume termina, à semelhança de números anteriores, com a publicação do Relatório Anual das Actividades do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, o qual espelha bem o dinamismo e a qualidade do desempenho assegurada pelos que nele trabalham, realidade que muito me apraz sublinhar.

É, pois, com satisfação, que agradeço e felicito o Prof. Doutor João Luís Cardoso pela publicação de um tão importante conjunto de contributos, agradecimento que é extensivo a todos os restantes co-autores, em meu nome pessoal e no do Executivo a que presido.

Oeiras, 19 de Dezembro de 2005

O PRESIDENTE

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Isaltino Afonso Morais', with a long horizontal stroke extending to the right.

Isaltino Afonso Morais

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
13, Oeiras, Câmara Municipal, 2005, p. 9-194

AS “FERRARIAS DEL REY” EM BARCARENA: SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA

José Luís Gomes
João Luís Cardoso¹

1 - INTRODUÇÃO

São muito genéricas as referências ao passado da indústria portuguesa, em especial no período respeitante aos séculos XV a XVII. É uma temática pouco conhecida e ainda insuficientemente estudada. Trabalhos recentes reforçam tal realidade², sendo escassa a bibliografia especializada disponível.

No caso da metalurgia do ferro é também bastante reduzido o conhecimento que preservámos ou recuperámos, desconhecendo-se múltiplos aspectos da sua implementação e desenvolvimento, bem como da importância que terá assumido no contexto económico do país. Contrariamente ao que vai acontecendo no estudo de outras áreas do trabalho e da técnica, como é o caso da construção naval no período dos Descobrimentos, tema que tem merecido nos últimos anos importantes contributos, a ausência de tratados metalúrgicos ou outros documentos teóricos de época constitui um forte obstáculo à avaliação das condições de desenvolvimento tecnológico deste sector.

É inegável que a actividade metalúrgica portuguesa ligada às artes do ferro não terá nunca atingido o desenvolvimento que verificamos noutros países europeus, como a França, a Alemanha, a Inglaterra ou a Espanha, dos quais importámos muito do que as necessidades do quotidiano requeriam. Mesmo quando, nos períodos medieval e moderno, o cuidado dos monarcas decidiu estimular e apadrinhar empreendimentos na exploração mineira ou na transformação dos metais, a descontinuidade dos apoios e a discricionariedade que caracterizavam a atribuição de privilégios não acarinharam a instalação e o desejável investimento particular na criação de indústrias metalúrgicas com a dimensão e estabilidade necessárias.

Quando recolhemos as primeiras informações referentes a uma antiga ferraria e fábrica de armas em Barcarena, verificámos que as frequentes alusões às *Ferrarias del Rey*, contrastavam com a pouca

¹ Professor Catedrático da Universidade Aberta. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

² Cf. Manuel Ferreira Rodrigues e José M. Amado Mendes, *História da Indústria Portuguesa*, pp. 16-17.

informação disponível sobre a sua localização e existência. Intrigou-nos a superficialidade com que se abordava a matéria, que a remetia quase para o campo das memórias perdidas, quando tudo indicava tratar-se de um estabelecimento que teria assumido um claro protagonismo no passado da nossa metalurgia.

Procuraremos contribuir com novos dados para esta problemática, confirmando, na nossa avaliação, a relevância que esta fábrica real, com existência documentada para um período de 208 anos, terá assumido na produção de armamento ligeiro em Portugal.

Decidimos assim estabelecer um programa de trabalho para os cinco objectivos que considerámos essenciais: a identificação do local de construção das oficinas; a reconstituição dos equipamentos que as integravam; as influências tecnológicas que lhes deram forma; as produções que nelas tiveram lugar e o modo como determinaram a sua evolução; e por fim as pessoas que nelas trabalharam, ou que, directa ou indirectamente estiveram de alguma forma associadas à sua existência.

Este conjunto de prioridades impõe que o progresso do estudo deste assunto se processe a partir de uma recolha sistemática de dados a partir das fontes manuscritas ou iconográficas, que importa identificar e estudar, tendo presente a afirmação do Prof. Oliveira Marques: “os resultados colhidos na documentação avulsa mostram-se compensadores do tempo dispendido”.³

Tratar-se-á, certamente, de tarefa difícil e morosa, que, obviamente, não se esgota no presente trabalho, mas que consideramos como a única via segura para, nesta fase, consolidar um conjunto de dados e conceitos que nos permita, em próximas etapas, ampliar o conhecimento obtido referente ao período compreendido entre os séculos XV e XVII.

Não está ainda fixado um vocabulário técnico metalúrgico, contemporâneo do período que estamos a tratar, que permita identificar e designar componentes dos engenhos e do ferramental próprio de cada operação e tarefa, uma linguagem técnica que, de génese vernácula ou integrando termos importados, nos permita recuperar a terminologia que seria certamente comum a quantos se ocupavam deste labor. Consideramos provável que boa parte da nomenclatura tenha sido incorporada a partir da fonte tecnológica a que se recorreu, terminologia que se terá sedimentado, integrando também termos próprios de indústrias já anteriormente introduzidas e estabilizadas, como a moagem ou a pisoaria, cujos engenhos hidráulicos são parentes próximos destes outros que estudamos, específicos dos trabalhos metalúrgicos.

Quanto às fontes, optámos pela publicação integral dos manuscritos, reunidos num *Apêndice Documental*, beneficiando assim de abundantes e preciosas informações complementares, de relevante valor histórico, que contextualizam muitas das decisões que influenciaram a existência das oficinas. Para além das informações técnicas, determinantes para o estudo da actividade das Ferrarias que tratamos neste trabalho, reflectem também estes documentos muitas das opções políticas e económicas que envolveram os estabelecimentos e que dinamizaram, nalguns momentos, contrariaram noutros, a produtividade fabril alcançada.

Incluímos também documentos já anteriormente publicados, mas que nalguns casos o foram de forma

³ Idem, pag. 17.

parcial, truncados de elementos que consideramos fundamentais para o conhecimento destas oficinas. A importância da informação neles contida, e o pertinente contributo para o objecto deste texto, justifica a sua inclusão.

Como se verificará ao longo do trabalho, a Casa da Pólvora e as Ferrarias, foram, compreensivelmente, tratadas como estabelecimentos autónomos mas complementares, e frequentemente associados nos problemas e decisões que determinaram a sua existência. Por isso, e porque muitas vezes surgem referidos nos mesmos documentos, integramos também alguns manuscritos que, referindo-se exclusivamente à Casa da Pólvora, nos auxiliarão na interpretação e validação de dados relativos às Ferrarias.

No final deste texto apresentamos também uma cronologia referente ao período de funcionamento das Ferrarias de Barcarena, elaborada com base em dados recolhidos nos documentos que a elas se referem.

Incluimos um conjunto de notas biográficas, que reúne a informação obtida sobre o conjunto dos intervenientes mencionados, caracterizando os personagens que, ao longo da existência das Ferrarias, contribuíram, a vários níveis, e com as mais diversas acções, para o seu desenvolvimento.

2 – A METALURGIA EUROPEIA NO PERÍODO MEDIEVAL: ALGUNS DADOS

A obtenção do ferro implica, para além do processo de pesquisa e avaliação da viabilidade económica das jazidas localizadas, um conjunto de operações relativas à sua extracção, tratamento, e transformação em matéria-prima susceptível de ser trabalhada. O particular valor utilitário deste metal, e a crescente procura que originou, exigiu ao longo dos séculos o aperfeiçoamento tanto das técnicas relativas ao desmonte do minério, como do seu tratamento na forja. A qualidade do produto obtido é, naturalmente, influenciada pelo teor e natureza do metal contido no minério, elegendo-se determinadas regiões da Europa como grandes produtoras e reconhecidas difusoras desta matéria-prima.

O ferro não existe no estado nativo. É, no entanto, abundante o minério de ferro, que se encontra um pouco por toda a parte, sob a forma de compostos de ferro com o oxigénio e o enxofre, recebendo designações como limonite, siderite, magnetite, hematite, etc.⁴ Após a sua extracção em mina ou a céu aberto, o minério era triturado, lavado e, quase sempre, calcinado. No interior do forno, cuja concepção foi evoluindo ao longo dos séculos, o minério dispunha-se em camadas sucessivas, alternando com camadas de carvão de madeira. Uma vez activada a combustão, obtinha-se uma pequena massa de ferro, esponjosa, com muita escória, em resultado das fracas temperaturas obtidas. Para purificar o metal, retirando-lhe os indesejados restos de ganga, era preciso trabalhar aquela massa ao rubro na forja, à força de braços, martelando-o, repetidamente sobre a bigorna.

Os fornos mais primitivos consistiam numa cova aberta no solo, revestida com argila. A massa ferrosa

⁴ E. Henriet, *Manual Prático de Serralharia*, 1936, p. 4.

obtida, após a combustão do carvão de madeira, depositava-se por gravidade no fundo do forno.⁵ A deficiente ventilação, proporcionada por este tipo de forno, impôs uma necessária evolução, que se traduziu no aprofundamento da escavação e, na inclusão em plano inferior, de uma abertura para acesso natural do ar. Correspondendo a posição da abertura à direcção do vento, recebeu a designação de forno de orientação.⁶

Estes processos mantêm-se até ao final do século XI, com fraco rendimento, dado que de um minério com 72% de teor em ferro, resultaria uma massa metálica da ordem de 15% do volume do minério trabalhado.⁷ A produção de 50 kg de metal exigia um volume de 50 metros cúbicos de boa madeira, para atingir a temperatura mínima de 700 graus centígrados, indispensável à separação do metal da massa mineral em que se integrava. Entretanto, a necessidade de aumentar a capacidade do forno levou ao abandono do sistema de covas, passando a construir-se o forno acima do nível do solo, com a forma de pirâmide invertida, em alvenaria revestida por uma camada de argila.⁸

São pouco seguras as cronologias relativas à evolução da metalurgia na Europa, mas temos como certo que o seu grande desenvolvimento surge com os progressos realizados entre o século XII e o século XV.⁹ A necessidade de aumentar a capacidade de ventilação da combustão no forno, com o objectivo de elevar as temperaturas atingidas, leva à introdução da ventilação mecânica, forçada através da utilização de foles. A este novo tipo de forno é dado o nome de *forja à catalã*.¹⁰ Este continuará por muitos séculos a ser o processo siderúrgico mais difundido em todo o mundo. De tecnologia simples mas rentável, permitia uma valiosa economia de meios tanto ao nível da instalação, como na relação entre minério e carvão utilizados e metal obtido. Aos foles manuais, de dimensão e fluxo variáveis, sucedem-se os grandes foles hidráulicos, movimentados por rodas de pás ou cubos. Este novo forno, revolucionário pela produtividade alcançada como resultado do grande aumento das temperaturas conseguidas na cuba de fusão, manter-se-á em utilização durante vários séculos, e, nalgumas regiões, até ao séc. XIX.¹¹

Estas inovações, que impõem um maior investimento na construção de equipamentos fixos, implicam a reformulação dos critérios de instalação que, até aí, determinavam a implantação destas unidades metalúrgicas. Deixam de se considerar rentáveis os primitivos processos de extrair o metal nos locais de exploração do minério, impondo-se a construção de instalações tecnicamente mais complexas, nas margens de cursos de água. Os encargos de transporte do minério e do combustível são compensados pela maior produtividade destas novas fábricas que superam, em quantidade e qualidade do produto obtido, os métodos anteriormente utilizados. Às forjas de floresta sucedem assim as forjas de beira-rio.¹²

⁵ V. Pinto Pinheiro, *Contribuição para o Estudo da Indústria Siderúrgica em Portugal, 1952*, p. 53.

⁶ E. Henriet, op. cit., p. 5.

⁷ Fernand Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII – Tomo I*, p. 331.

⁸ V. Pinto Pinheiro, op. cit., p. 55.

⁹ Fernand Braudel, op. cit., p. 333.

¹⁰ V. Pinto Pinheiro, op. cit., p. 55.

¹¹ Idem, op. cit., p. 55.

¹² Fernand Braudel, op. cit., p. 331.

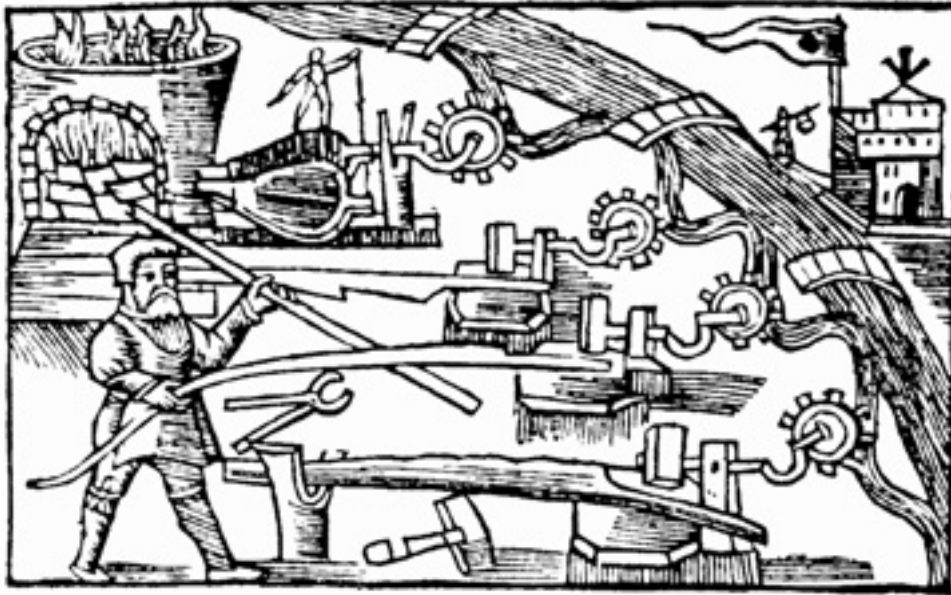


Fig. 1 – Nesta gravura de Olaus Magnus, datada do séc. XV, a energia hidráulica acciona diferentes tipos de engenhos hidráulicos. Vários malhos, ou martinets, trabalham com a água captada por sucessivas levadas que derivam de um mesmo rio. Também o engenho de foles, instalado no alto-forno, é movimentado por roda hidráulica (in *William Reid, The Lore of Arms, 1976, p. 52*).

A partir do séc. XII a utilização generalizada da roda hidráulica trouxe à Europa progressos decisivos que, lentamente, foram adoptados em todas as grandes regiões metalúrgicas.¹³ A revolução técnica incidiu sobre todas as fases do processo siderúrgico. Rodas de dimensões variáveis accionam grandes pilões que britam o minério; movem enormes foles que sopram a combustão fazendo elevar as temperaturas de fusão; pesados martelos malham o ferro que é refinado mediante várias “queimas”.¹⁴ Em finais do século XIV, em resultado de todos estes progressos, surge o alto-forno.¹⁵ Inventado na Alemanha, em breve a sua utilização se estenderá ao leste da França, ao alto vale do Marne e, gradualmente, será adoptado em todas as principais regiões mineiras.¹⁶ É neste período que, adicionando enormes foles de couro às cubas dos altos-fornos, se chega pela primeira vez à fusão do ferro. Desde então, a partir da fundição, ponto de partida comum, obtém-se facilmente ferro, por descarbonização avançada, ou aço, por descarbonização incompleta.¹⁷

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ Fernand Braudel, *op. cit.*, p. 331.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶ Idem, p. 332.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

Gradualmente, a forja separou-se do alto-forno, dado que juntos se tornam num voraz consumidor de combustível, cujo abastecimento se tornava cada vez mais difícil.¹⁸ Esta especialização, que não retirou a incontornável ligação entre unidade produtora e estabelecimento transformador, facilitou a dispersão geográfica das oficinas e levou à criação de um novo tipo de forja, específico para tratar os grandes volumes de metal resultantes do novo processo. A inovação introduz um grande martelo movido a água, o “martelo alemão”: um enorme tronco de carvalho constitui o braço; a massa de ferro, que é a cabeça, pode pesar entre 500 e 2.000 libras, sendo erguida por uma roda que a seguir a deixa cair sobre a safra.¹⁹ Esta enorme força de impacto tornou-se necessária para trabalhar o metal em bruto, a gusa, produzida em grandes quantidades. Contudo, como o ferro passava por processos sucessivos de transformação, havia também pequenos martelos, ditos “à italiana”, de pancadas rápidas.²⁰ As técnicas, independentemente do local de origem, tinham tendência para se difundir e rapidamente generalizar, em consequência directa do movimento dos operários, sempre prontos a deslocar-se em busca de melhores condições de remuneração.²¹

Com as cíclicas guerras da Europa, multiplicou-se a procura de couraças, capacetes, espadas, piques, arcabuzes, canhões, pelouros de ferro. No fim do séc. XV, Bréscia contava com aproximadamente 200 fábricas de armamento.²² Eram, em geral, oficinas de um mestre, com três ou quatro operários. As actividades do ferro envolveram, no entanto, quantitativos bem mais importantes: 60.000 pessoas trabalhavam o ferro na região de Bréscia até ao Valcamonica, nas quais se incluem os operários dos fornos, das forjas, das rodas hidráulicas, os mineiros que extraíam o minério e os carreteiros que asseguravam o seu transporte.²³ A população ligada ao trabalho do ferro dispersava-se num círculo de 20 ou 30 km em redor da cidade. Em França, Lyon recolhia, por mais de 100 km em redor, os produtos de uma multidão de pequenos centros metalúrgicos. Em Saint-Étienne os principais produtos eram, por ordem de importância: ferragens, arcabuzes, alabardas, guarnições de espadas e adagas. Em Saint-Chamond, ferragens, arcabuzes, aros, esporas.²⁴

Na Península Ibérica as técnicas metalúrgicas difundiam-se rapidamente, dando origem a diversos centros produtores de crescente importância. A região montanhosa dos Pirinéus fornecia as condições ideais para o estabelecimento de oficinas metalúrgicas. Os abundantes recursos hidrográficos, aliados a vastas áreas florestais, garantiam a energia necessária para tratar o minério proveniente dos ricos jazigos ferrosos. Estudos recentes identificam, para o período compreendido entre os séculos IX a XIII, 80 forjas e 16 ferrarias na região da Catalunha.²⁵ O martinete, já conhecido pelo menos desde o século XI,

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem, p. 333.

²¹ Idem, *ibidem*.

²² Idem.

²³ Idem.

²⁴ Idem.

²⁵ Manuel Riu Riu, *La metalurgia del hierro en la España cristiana medieval*, 1996, p. 44

tornou-se um acessório essencial e indispensável ao aumento da produtividade. Num mesmo espaço associou-se o malho mecânico à *farga catalana*, o forno ventilado por foles onde o minério é processado.²⁶

A partir de inícios do séc. XIV a energia hidráulica foi também utilizada para movimentar os foles e também os engenhos criados para triturar o minério.²⁷ Dificilmente se obtinham na forja temperaturas superiores a 900°C,²⁸ resultando uma pasta de ferro com grande percentagem de escórias que eram eliminadas por sucessivas martelagens e recozimentos, até se conseguir um ferro suficientemente purificado e dúctil, sob a forma de lingote, susceptível de ser transformado nos mais diversos utensílios.

Em Espanha a primazia na produção de ferro pertenceu, no entanto, aos bascos, que, beneficiando de jazidas de grande qualidade e extensão, instalaram inúmeras unidades metalúrgicas, superando todas as outras regiões. A expansão das tecnologias metalúrgicas verificou-se a partir das regiões dos Pirinéus, implantando-se, com forte expressão nos territórios de Guipuzcoa e Vizcaya. Ao baixo forno tradicional, a *ferrería de omes* ou *haizeola*,²⁹ adicionaram-se os foles manuais numa primeira fase, posteriormente substituídos por foles hidráulicos. Nestas forjas apenas se reduzia o minério para obtenção de metal cru. Também aqui a evolução determinou que à forja se adicionasse o martinete, que complementava o trabalho de extracção do metal, possibilitando o seu refino.³⁰

As ferrarias classificavam-se como *ferrerías masuqueras*, quando o metal era exclusivamente trabalhado à mão, e *ferrerías de maço de agua* quando equipadas com um martinete, ou seja, um malho mecânico de grandes dimensões movido com recurso a energia hidráulica.³¹ Posteriormente as ferrarias hidráulicas passaram a ser distinguidas como *ferrerías mayores*, destinadas ao refino e produção do ferro em bruto, e as *ferrerías menores* onde se transformava por forja mecânica o metal, adequando-o às diferentes necessidades do mercado, ou produzindo mesmo produtos acabados diversos.³² Em toda a região basca, e em especial nas províncias de Vizcaya e Guipuzcoa, sobre a enorme montanha de ferro que constitui boa parte do seu subsolo, proliferaram as ferrarias hidráulicas, que extraindo enormes quantidades de metal, alimentaram um importante comércio interno e externo, de grande procura. Ferro comercial, em barra ou em chapa, foi exportado para vários destinos da Europa, incluindo a Inglaterra, que mais tarde se viria a tornar no paradigma da indústria siderúrgica.³³ No final do séc. XV inventariavam-se em Guipuzcoa 110 ferrarias, contando-se em 1527 mais de 200 em laboração.³⁴ Em 1625 contabilizavam-se 122 ferrarias, entre *maiores* e *menores*, flutuando o seu número ao longo dos duzentos anos seguintes, o qual, em 1826

²⁶ Idem, p. 45.

²⁷ Idem, p. 48.

²⁸ Idem, p. 47.

²⁹ M. Mercedes Urteaga Artigas, *Siderurgia medieval en Guipuzkoa. Haizeolas, ferrerías masuqueras y ferrerías mazonas*, 1996, p. 546.

³⁰ Idem, p. 548.

³¹ Idem, pp. 544-545.

³² Ignacio M. Carrion Arregui, *La Siderurgia Guipuzcoana en el Siglo XVIII*, 1991, p. 119.

³³ Fernand Braudel, op. cit., p. 335.

³⁴ Ignacio M. Carrion Arregui, op. cit., p. 124.

se mantinha, ainda, em 94.³⁵

Sob influência das técnicas e mestres bascos, ou biscainhos como na época eram referidos em Portugal, outras regiões do norte de Espanha, consolidaram fortes indústrias metalúrgicas, como é o caso da Cantábria e da Galiza, que para além de reduzirem minérios extraídos nas suas regiões, recorriam, em muitas ocasiões, à importação dos minérios bascos.³⁶ No caso galego, e relativamente ao distrito de Lugo, identificaram-se 41 ferrarias, sabendo-se que em 1780 o seu número andaria pelas 20 unidades, enquanto que nos meados do século XIX, período de grande actividade para a região luguesa, estariam em actividade 35 oficinas.³⁷ Legislações regionais de grande protecção mantiveram as ferrarias espanholas em funcionamento até ao segundo quartel do século XIX, até que, inevitavelmente, a competitividade económica do ferro fundido obtido a partir do alto-forno, acompanhada de fortes agravamentos fiscais sobre a produção das ferrarias bascas determinou o encerramento da quase totalidade destes estabelecimentos.³⁸

A implantação dos altos-fornos em Espanha terá início na região de Santander, a partir de 1620, com a chegada de fundidores flamengos, que introduzirão as técnicas de fusão do ferro utilizadas em Liège.³⁹ Até final do século, a coroa espanhola promoverá a instalação de cinco altos-fornos. Em França, instalaram-se alguns altos-fornos ainda no séc. XVI, impondo este novo tipo de fundição, que se difunde no decurso do século XVII, ditando o encerramento de inúmeras forjas tradicionais.

Para além do refino da lupa com a conhecida utilização do martinete, adicionou-se a oficina de laminagem, com engenhos constituídos por grandes rolos de aço que laminavam ou perfilavam o metal, criando um novo tipo de forja que percorria todo o conjunto de operações necessárias: a fundição, o refino e a transformação em novos tipos de ferro comercial. Um bom exemplo desta nova fábrica do ferro é *La Forge-Neuve*, em Moisdon-la-Rivière, no Châteaubriant. Contudo, é a partir do século XVIII, com as soluções técnicas que permitem uma utilização generalizada do carvão mineral na fusão do ferro,⁴⁰ que este se irá tornar num dos produtos mais importantes da estrutura industrial, atingindo quantitativos que ultrapassaram, à escala mundial, milhões de toneladas.

A capacidade de satisfazer o mercado com o metal mais comum, mas simultaneamente, pela multiplicidade de utilizações, o mais procurado, tornou-se um acontecimento determinante na evolução da humanidade.

³⁵ Ignacio M. Carrion Arregui, op. cit., p. 124.

³⁶ Clodio González Pérez, *A producción tradicional do ferro en Galicia: As grandes ferreiras de provincia de Lugo, 1994*, p. 45.

³⁷ Idem, p. 139.

³⁸ Ignacio M. Carrion Arregui, op. cit., p. 112.

³⁹ Manuel Corbera Millán, *Las fabricas de artilleria de Lierganes y La Cavada, 2003*, p. 373.

⁴⁰ Fernand Braudel, op. cit., p. 324.

3 – A METALURGIA PORTUGUESA DO FERRO NO CONTEXTO DOS SÉCULOS XV E XVI: BREVES APONTAMENTOS

Em Portugal, à semelhança do percurso desenvolvido por todo o mundo desde tempos pré-históricos, a prospecção de minérios e a sua extracção representou uma necessidade vital, que se fundamentava na própria subsistência das populações. A produção de ferramentas de metal, para a agricultura e construção civil e naval, e de armas para a caça e defesa, tornaram os metais verdadeiros símbolos de desenvolvimento, bem-estar e riqueza.

A informação que detemos sobre os primórdios da metalurgia portuguesa reporta-se maioritariamente a actividades de prospecção e extracção dos diferentes metais, sendo reduzido o conjunto de dados que conhecemos sobre os processos de transformação dos mesmos. No caso concreto do ferro, a sua mineração e difícil extracção foi sempre acarinhada pelo poder real, visando garantir o aumento da produção. A crescente procura deste metal debatia-se com uma incipiente produção, baseada em técnicas rudimentares, cujo fraco rendimento importava melhorar.

Está claramente documentado, para diferentes períodos da nossa História, e em particular para os séculos XV a XVII, o repetido recurso a significativas importações, tanto de ferro em barra, como de cobre ou chumbo em pasta. Também as necessidades de armamento diverso se satisfizeram mediante vultosas compras na Flandres, Boémia ou Biscaia, quer se tratasse de artilharia de ferro forjado ou fundido, armas de fogo ou armas brancas, para além do indispensável armamento defensivo.⁴¹ Estas necessidades acentuam-se com o início das empresas ultramarinas, em resultado do apresto de importantes armadas e equipamento dos numerosos contingentes que protagonizaram, numa primeira fase, as conquistas no norte de África e, posteriormente, a expansão e instalação do império do Oriente.

Não devemos no entanto deixar de considerar que a produção interna, assente sobre um numeroso conjunto de pequenas oficinas, estaria certamente em condições de satisfazer as necessidades mais básicas da população nas diferentes actividades económicas, como a construção naval, a construção civil ou a agricultura, absorvendo a totalidade dos modestos quantitativos de ferro produzidos. É a produção em quantidade, ditada pela crescente importância e dimensão das necessidades ultramarinas, que irá colocar à metalurgia portuguesa novos e difíceis desafios, que apenas parcialmente serão ultrapassados.

Mantém-se ao longo dos séculos, como uma constante, a identificação corrente dos locais onde se praticavam as artes do ferro sob a designação genérica de “ferrarias”. Este termo designou indistintamente a mina, a fundição, a oficina de produção de utensílios em ferro ou mesmo a tenda de ferreiro de aldeia, sem diferenciar o nível de especialização alcançado ou a dimensão e importância do estabelecimento referido. Pode, por outro lado, confundir-nos esta designação comum, disseminada pela toponímica, conduzindo-nos erradamente à convicção de que a exploração do minério de ferro e o seu processamento foram práticas difundidas por todo o país. A permanência desta denominação extensiva a todos os tipos de

⁴¹ Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal – 2ª Série*, 1908, p. 2.

local onde, de alguma forma, se trabalhava o ferro, atesta bem, em nossa opinião, o fraco desenvolvimento técnico verificado nesta área, cujo quotidiano nunca impôs a necessidade de uma terminologia própria que reflectisse a especialização que um claro progresso necessariamente determinaria.

Como referimos, a actividade em causa baseou-se, numa primeira fase, na pesquisa e extracção dos diferentes minérios. Organizou-se, primordialmente, em torno do direito consuetudinário, forma sob a qual se encontram as primeiras referências nos forais concelhios. Embora frequentes as menções a práticas e actividades metalúrgicas, são no entanto pouco esclarecedoras sobre o valor das jazidas e quantificação das produções. Escassas foram também as situações de prática continuada e generalizada da prospecção mineira. A liberdade de pesquisa e extracção constituíam a regra, e as poucas disposições legais que sobre elas incidiam visavam defender os direitos fiscais da Coroa. Era a lavra do ouro e da prata que maior atenção suscitava. A protecção régia fomentou a actividade aurífera, visando o entesouramento do quinto como meio de financiamento imediato do erário real.

O primeiro facto significativo ao nível da legislação mineira foi a lei de minas, promulgada em 4 de Novembro de 1434 por D. Duarte. Visando conciliar o direito consuetudinário com a legislação romana, integrou também, certamente, elementos da importante Ordenação de Carlos VI, assinada em França, em 1413.⁴² A este importante documento, que visou enquadrar a actividade mineira em geral, juntou-se também legislação que reformava e regulava a actividade dos adiceiros, que promoviam na mina da Adiça, no litoral da península de Setúbal, a exploração do ouro.

Terminado o reinado de D. Duarte, em consequência da protecção e estímulo verificados, a legislação mineira foi ampliada através de novas cartas de concessão, com estatutos diversificados, através dos quais se alargava o enquadramento legal das explorações. Os prazos passaram a referir períodos diferenciados, por vezes por tempo ilimitado, podendo o título de concessão ser transmitido de pais para filhos. Nalguns casos consagrava-se o direito de o rei poder interromper a exploração assim que o entendesse, sem direito a qualquer compensação.⁴³

Com o início do reinado de D. Afonso V relançou-se a actividade mineira. Verificou-se grande distribuição de privilégios a mineiros, ferreiros e concessionários de minas, com isenção de alguns tributos. Em 1441, foi concedida ao infante D. João autorização para explorar, pelo prazo de cinco anos, todas as minas que descobrisse entre os rios Tejo e Guadiana, ficando sujeito ao pagamento do quinto á fazenda real.⁴⁴ Outro exemplo de concessões desta época é a que foi feita, em 1461, a favor do Bispo da Guarda, que ficou a autorizado a abrir minas de ferro e a construir ferrarias, livres de impostos, para as quais ficava expressamente autorizado a contratar oficiais biscainhos.⁴⁵ Estabeleceu D. Afonso V uma importante inovação, que consistiu na introdução da obrigação de indemnizar os proprietários dos terrenos onde a minas se encontravam. O transporte dos produtos mineiros obrigava normalmente à

⁴² Jorge de Campos, *Elementos para a História da Administração Mineira nos Séculos XII a XVI*, 1957, p. 273.

⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴ Idem, p. 307.

⁴⁵ Idem.

abertura de caminhos, que no caso de atravessarem propriedades de particulares envolveriam também a obrigação de indemnizar os respectivos donos.⁴⁶

Em 1475 D. Afonso V atribuiu ao Duque de Guimarães importante privilégio ao conceder-lhe direitos sobre todas as minas que encontrasse nas comarcas de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, beneficiando de isenção de pagamento de direitos à Coroa.⁴⁷ O prazo de concessão foi fixado em vinte anos.

Também com D. João II, o fomento mineiro recebeu particular atenção. Os incentivos traduziram-se na isenção de direitos durante os primeiros anos da lavra, arrecadando o concessionário o resultado dos três primeiros anos, e terminado esse período apenas um quinto do valor do metal extraído. Das várias concessões outorgadas, podemos destacar a atribuída ao seu escudeiro Gonçalo Pereira, para prospectar minas de ouro, prata e outros metais, em qualquer ponto do Reino e Conquistas.⁴⁸ Outro escudeiro, Pedro Vaz, foi também autorizado, em 1483, a explorar minas nos arredores de Ponte de Lima e Caminha.⁴⁹ Lopo Afonso recebeu autorização para explorar, em sua vida, todos os jazigos de minério que encontrasse no país, no prazo de dois anos contados a partir do Natal de 1490, pagando um décimo do produto extraído. Exceptuada da concessão ficava a mina da Adiça, mas o privilégio concedido contemplava a exclusividade de direitos para o concessionário num raio de três léguas em redor de qualquer mina por ele explorada. Os direitos eram transmissíveis, em caso de morte, para pessoa nomeada pelo concessionário, por mais uma vida, pagando a quarta parte dos ganhos obtidos. Todas as despesas necessárias ao funcionamento da mina seriam deduzidas na verba devida à Coroa.⁵⁰

Verificamos assim que a principal preocupação dos monarcas referidos foi a de intensificar e apoiar a prospecção e a exploração dos recursos mineiros nacionais. A transformação dos diferentes metais era garantida pelo conjunto de pequenas oficinas locais, que absorvendo a totalidade do ferro, estanho e cobre extraídos, abasteciam o mercado interno com a produção de alfaias agrícolas, ferramentas, pregadura, utensílios domésticos, etc. A auto-suficiência continuava, no entanto, longe de estar garantida, e a importação de metais em bruto manteve-se uma constante durante muitos séculos.

Também a produção de armas se manteve incipiente, incapaz de satisfazer as necessidades das populações e dos Arsenais Reais. Para além da manufactura de ferros de lança, virotes de besta e armamento defensivo de baixa tecnologia, pouco mais se produzia fora das tendas dos armeiros estrangeiros radicados nas grandes cidades. A manutenção de armeiros de reparar e “alimpar” nas diferentes comarcas, exigia à fazenda régia a concessão de tenças como forma de encorajar a instalação de tão importante mester nas cidade e vilas do interior.⁵¹

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem, p. 310.

⁴⁸ Idem, p. 311.

⁴⁹ Idem, ibidem.

⁵⁰ Idem, p. 312.

⁵¹ Cf. Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, 1ª e 2ª Séries.

Foi no reinado de D. Manuel I, que o panorama da metalurgia portuguesa beneficiou de um importante contributo para a organização da actividade, através da regulamentação da indústria mineira e do comércio dos metais. Trata-se da nomeação de Aires do Quental como feitor-mor dos metais, e a promulgação em 3 de Junho de 1516, do «*Regimento daires do quimtal sobre os metaes pera ser feitor moor*».⁵² O exercício deste cargo cometia ao respectivo titular a obrigação de percorrer todas as comarcas do reino, identificando e experimentando todos os filões que encontrasse, e, sempre que a qualidade dos jazigos o justificasse, estabelecer feitoria com o seu feitor e escrivão.

O espírito de iniciativa e o trabalho exaustivo de Aires do Quental traduziu-se num elevado número de jazigos abertos e fundições instaladas, para as quais não se escusava mesmo de arriscar recursos financeiros pessoais. O que de mais relevante se ficou a dever à acção do feitor-mor foi a capacidade de implementação de um sistema de prospecção sistemático, o estabelecimento e organização de feitorias e a reformulação da organização do sistema de comércio dos metais. O desempenho de Aires do Quental manteve-se durante todo o reinado de D. João III, prosseguindo o já referido incentivo à diversificação de locais de exploração, podendo-se considerar este período como um dos mais profícuos da mineração portuguesa. A sua intensa actividade prolongou-se por muitos anos, sabendo-se que em 1552 continuava ligado aos negócios dos metais, mais concretamente, à exploração da ferraria do Espinhal.⁵³

A Lei de Minas de 1557, assinada por D. Sebastião, veio consagrar novo conjunto de incentivos à exploração de jazigos minerais. O seu articulado revelou-se complementar do regimento de Aires do Quental, inovando no tocante a prémios para quem descobrisse novos filões, isenções de pagamento do quinto, bem como na liberdade de venda dos metais extraídos.⁵⁴ O cargo de provedor-mor dos metais manteve-se, sabendo-se que em 1577 era desempenhado por Isidro de Almeida.⁵⁵

Como se constata, a actividade metalúrgica portuguesa documentada para os séculos XV e XVI assentava primordialmente na prospecção de jazidas dos diferentes metais, e na sua exploração sob a atenta supervisão dos representantes régios. A intervenção da Coroa, que visava assegurar o controle das actividades extractivas, expressava-se na distribuição de concessões, procurando garantir o trabalho dos mineiros, do qual resultava a arrecadação do quinto. Identificam-se neste período regiões em que a actividade da metalurgia do ferro está mais activa, designando-as alguns investigadores como «verdadeiros distritos de ferrarias»⁵⁶: Torre de Moncorvo; Tomar; Penela; Riba-Coa e Terras de Basto. Dada a riqueza das suas jazidas exerceu-se uma actividade regular de extracção e redução de minério de ferro, mantendo-se, no entanto, a ausência de referências específicas relativas a equipamentos auxiliares das operações de extracção, bem como de engenhos indispensáveis ao refino dos metais obtidos. São também escassos os dados que possibilitem qualquer estimativa de produções, capitais aplicados ou

⁵² Jorge de Campos, op. cit., p. 313.

⁵³ Idem, p. 338.

⁵⁴ Idem, p. 340.

⁵⁵ Idem, p. 344.

⁵⁶ Jorge Custódio e Nelson Rebanda, *O minério de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*, 2002, p. 20.

movimentos comerciais internos.

No caso particular do ferro, as exigentes condições de concessão limitariam certamente a capacidade de investimento dos contratadores, cuja actividade não ultrapassaria a exploração das jazidas mais ricas, fundindo o minério em forjas à catalã instaladas em zonas de fácil aprovisionamento de combustível florestal. Os resultados seriam, seguramente muito limitados, e o produto obtido transaccionado localmente, em massa, como se aponta para o caso das aldeias em redor de Torre de Moncorvo, nas quais se fazia o ferro que era trazido e vendido às segundas-feiras no mercado semanal.⁵⁷

As dificuldades de implementar uma indústria doméstica rentável, que garantisse o abastecimento e a criação de circuitos comerciais internos, estão bem explícitas nas palavras de Duarte Nunes do Leão que, em 1610, escreve: «Ha tambem muito ferro que se tira na villa de Penella: & se tirára muito na villa de Thomar se quiseram, para que já estauam começados os engenhos no rio delle. Mas como o reino staa aa costa do mar tam perto de Vizcaia donde aos lugares marítimos vem tanto ferro, pregadura & ferragem, nam curam de tomar trabalho de aa enxada o tirar da terra: porque nisto fariam mais custo que em o comprar».⁵⁸

4 – BARCARENA E AS SUAS FERRARIAS

Barcarena é povoação antiga, abrigada no fundo vale escavado pela ribeira do mesmo nome. De tradição agrícola, onde abundavam os pomares e hortas, a forte ligação àquele curso de água garantia a subsistência de boa parte da sua população.

Considerada do termo de Lisboa, estava sob a alçada administrativa desta Câmara, e como tal sujeita às posturas e normas por ela determinadas. Barcarena era, em 1495, cabeça de julgado com juiz, alcaide e vintaneiro.⁵⁹ Foi, no séc. XVII, freguesia com alguma notoriedade contando 244 fogos e 900 habitantes, conforme refere Frei Nicolau de Oliveira.⁶⁰ Surge assinalada no mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco, datado de 1560, e incluído na obra de Abraham Ortelius, *Theatrum Orbis Terrarum*.⁶¹ Curiosamente, Barcarena é mencionada com a grafia actual.

A presença das ferrarias e casa da pólvora deram certamente um claro contributo para o crescimento demográfico da povoação, embora nem sempre fossem pacíficas as relações entre a restante população e as oficinas. A disputa pela água, um bem por vezes escasso mas essencial às duas actividades principais, deu origem a frequentes conflitos, especialmente em tempo de Verão, quando os caudais eram abusivamente desviados pelos particulares para rega de pomares e hortas. A questão agudizou-se ao longo

⁵⁷ Luís Miguel Duarte, *A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média*, 1996, p. 85.

⁵⁸ Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, 1785, p. 97.

⁵⁹ Maria Teresa C. Rodrigues, *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV*, 1968, p. 24.

⁶⁰ Nicolau de Oliveira, *Livro das grandezas de Lisboa*, 1991, p. 556.

⁶¹ Abraham Ortelius, *Teatrum Orbis Terrarum*.

da segunda metade do séc. XVII, quando diversos polvoristas foram constringidos a encerrar as oficinas que mantinham dentro dos limites da cidade de Lisboa, por vezes em locais muito populosos como o Bairro Alto, e se instalaram ao longo da ribeira de Barcarena. As necessidades constantes de água para mover os engenhos reais, e o número crescente de azenhas e fábricas de particulares que, gradualmente, se foram instalando em ambas as margens da ribeira, ditaram, por repetidas vezes, o recurso a ameaças enérgicas contra os prevaricadores.⁶²

4.1 – As condições naturais

As boas condições hidrológicas oferecidas pela Ribeira de Barcarena terão sido consideradas as ideais para a instalação de engenhos movidos pela força da água. Com caudal presente durante todo o ano, possui, durante os Invernos chuvosos, características próximas de rio torrencial. Reúne as águas resultantes de uma extensa bacia que se prolonga por muitos quilómetros, tanto no actual concelho de Oeiras como no de Sintra.

Assume este curso de água diversas designações no trajecto a montante da Fábrica da Pólvora, como Ribeira do Papel no troço situado junto da povoação do Cacém, Ribeira dos Ossos junto da populosa localidade de Aqualva ou ainda Ribeira das Jardas quando atravessa as terras a norte de Meleças, junto ao Telhal, Sabugo e Almornos. Recebe os contributos resultantes de grande número de linhas de água menores, que lhe são subsidiárias, geradas pelo elevado conjunto de nascentes, cujas águas se reúnem para constituir os diferenciados quantitativos disponíveis ao longo do ano. Evidenciando um forte declive no seu leito, notório no espaço onde se estabeleceram as ferrarias, e acima delas o açude que represa as águas conduzidas pela levada, a ribeira permite naquele local uma altura de queda de água adequada ao fim previsto.

Tais foram as condições indispensáveis para a instalação de um estabelecimento deste tipo. Por toda a Europa, onde encontramos indústrias do mesmo tipo, os critérios técnicos de escolha de localização são idênticos. Para a instalação de uma unidade metalúrgica de base hidráulica, as características básicas do local eram as seguintes: um curso de água de grande débito; um vale profundo numa zona morfológicamente acidentada; proximidade de zona de extracção mineira para aprovisionamento do metal; área envolvente com potencial disponibilidade florestal para a produção de carvão; proximidade de um grande centro urbano; boas acessibilidades, por estrada ou navegabilidade fluvial, com ligação a um importante porto marítimo. A título de exemplo, e no plano da produção de armas, encontramos Eibar e Placencia de Las Armas, na província de Guipuzcoa, Espanha, situadas junto a cursos de água, em profundos vales na proximidade dos importantes portos e cidades de San Sebastian e Bilbao. No caso de Barcarena essas condições básicas estão preenchidas, considerando as condições hidráulicas oferecidas

⁶² *Apêndice Documental*, Doc. 94.



Fig. 2 – As águas da Ribeira de Barcarena galgam o velho açude, a montante da actual Fábrica de Cima. Mesmo em época seca, mantém-se um caudal útil para o aproveitamento hidráulico.

pelo curso de água, o acesso privilegiado às matas reais da Serra de Sintra, a clara proximidade da costa e o fácil acesso à cidade de Lisboa.

Verificamos assim que, desde muito cedo, a coroa portuguesa procurou criar uma manufatura que obstasse à total dependência em que se encontrava para equipar os seus arsenais. A importação de material bélico a partir das regiões do centro da Europa era aceite como normal por países de uma forma geral melhor dotados tanto na orografia e recursos hídricos, como na exploração mineira, para além de demograficamente mais importantes. É relevante ter em conta que, mesmo em Inglaterra, país de grandes tradições metalúrgicas, só no reinado de Henrique VIII, se estabeleceram as primeiras oficinas reais para a produção de armas de fogo. Os mestres armeiros foram contratados na Boémia, região a partir da qual, à semelhança de Portugal, no início de século XVI, se fazia o aprovisionamento de arcabuzes.

Em Portugal, esta actividade não estava, no entanto, isenta de dificuldades. A ausência de uma tradição mineira e metalúrgica, a falta de domínio de novas tecnologias pelos artífices nacionais, bem como um regime pluviométrico irregular, de tipo mediterrânico, aliado a uma constante pressão sobre os já escassos recursos florestais, constituíram sempre limitações ao desenvolvimento deste sector, situação que nunca foi fácil contrariar.

4.2 – As *Ferrarias del Rey*, em Barcarena

A denominação das oficinas de cuja existência e laboração passaremos a tratar mais pormenorizadamente, apenas se fixou ao longo do séc. XVII. À «casa das ferrarias» referida em documento de D. João II,⁶³ segue-se a designação de «casa de armaria»⁶⁴ quando D. Manuel I decide remodelar a oficina. Uma certa ambiguidade e imprecisão na designação, especialmente a nível institucional, apenas cessará com o início do séc. XVII, quando passamos a encontrar, de modo corrente, a utilização, sob forma escrita, da denominação de «ferrarias de Barcarena».

A nível local, num discurso mais popular, o sítio será sempre designado por *ferrarias del rey*, distinguindo-as das pequenas oficinas de produção utilitária. Encontramos a primeira referência a esta designação no auto de medição de Pedro Luís, em 1518.⁶⁵ O registo de óbito de Francisco Velho identifica-as da mesma forma em 1633.⁶⁶

4.3 – A «casa das ferrarias» de D. João II

Referências pouco precisas apontam para a preexistência de uma primeira «ferraria» concedida por D. Afonso V à família Bragança e situada no termo de Lisboa,⁶⁷ localização que poderá associar-se às margens da ribeira de Barcarena. O privilégio teria sido concedido por D. Afonso V, e as boas condições hidráulicas oferecidas pela ribeira terão sido condição essencial para a escolha do local.

É no entanto com D. João II que formalmente se terá tomado a iniciativa de construir a «casa das ferrarias»⁶⁸ na Ribeira de Barcarena. São escassos os dados relativos às produções ali desenvolvidas. As empresas em que o monarca se encontrava envolvido, tanto militares como de descobrimento, tornaram premente a existência de uma grande oficina metalúrgica.

A obras de construção ou ampliação estão documentadas no ano de 1487, em documento datado de 13 de Novembro, e a finalidade da fábrica parece definida quando se sabe que a direcção das obras estava confiada a Fernão Rodrigues, mestre armeiro, que supervisionava os trabalhos de alvenaria, a cargo de Pedro Anes, e de carpintaria, entregues a Lopo Vaz. Desloca-se o mestre à Biscaia para contratar os oficiais que haviam de fazer as forjas, e muito provavelmente os engenhos, e que com ele ficariam a trabalhar. No ano seguinte, em 1488, sofrem as oficinas danos resultantes de cheias ocorridas na Ribeira.

Desconhecemos quais as actividades que, no âmbito da armaria, se desenvolveram em concreto nestas oficinas. Sabe-se que Fernão Pereira, se instala, temporariamente, em Barcarena, por ordem de D. João II,

⁶³ *Apêndice Documental*, Doc. 1.

⁶⁴ *Idem*, Doc. 3.

⁶⁵ *Idem*, Doc. 4.

⁶⁶ *Idem*, Doc. 47.

⁶⁷ Esteves Pereira, *A indústria portuguesa – Subsídios para a sua História*, 1979, p. 115.

⁶⁸ *Apêndice Documental*, Doc. 1.

ocupando as Ferrarias com obras que se destinavam às taforeias que integraram a expedição que foi à Graciosa. Mestre João e o ferreiro João Afonso, também ali se deslocam para fundirem ferro para o rei. Sancho Biscainho realiza outra «fundição» de ferro, para a qual estaria mandatado pelo monarca.⁶⁹

Com tantas despesas, contratempos e interrupções, logo em 1490 acusa o contratador Fernão Rodrigues, dificuldades económicas, e declarando-se incapaz de assegurar pelos seus meios a continuação das oficinas, solicita o apoio do monarca.

Consideramos muito relevantes estas referências à execução de fundições na ferraria de Barcarena. Ignoramos ainda se estas alusões se traduzem na extracção efectiva de metal a partir do próprio minério, ou se, em alternativa, se procedeu ao refino de ferro oriundo de outras regiões. Conhece-se a existência de minério de ferro em zona próxima de Barcarena, mais concretamente no sítio designado como «Minas de Ferro», localizado no cimo da chamada Serra de Asfamil. Distanto aproximadamente uma légua das oficinas, seria perfeitamente praticável tratar aqui o minério proveniente daquelas jazidas assumindo o transporte da «veia» em bruto, ou já previamente calcinada. Os custos de carga inerentes a esta distância entre o ponto de recolha do material e o local do seu tratamento seriam perfeitamente comportáveis, considerando que era prática usual no período histórico que estamos a tratar, o transporte terrestre de minério ao longo de percursos de duas, três ou mesmo cinco léguas. A necessidade de utilizar engenhos mecânicos, movidos hidraulicamente, tornava necessário, mesmo imperativo, o traslado das matérias ferrosas para instalações construídas junto de linhas de água. Nas regiões mineiras do norte de Espanha a necessidade frequente de transporte, inclusive marítimo, do minério era considerado como um custo corrente, associado à actividade.⁷⁰

O trecho do texto de D. João II⁷¹ onde se referem as «ferrarias com suas forjas biguornas malhos e todo outro aparelho de madeiras e ferramentas», complementado por um outro onde se mencionam «folles malhos fraguas e toda outra ferramenta e madeira roudas e aparelho da guarniçam»,⁷² descreve estas oficinas como bem apetrechadas e capazes de realizar qualquer das operações referidas: a fundição de minério ou o refino de ferro para ali encaminhado. A clara referência a «rodas», aliada à conhecida situação da oficina, instalada junto à ribeira, torna, em nossa opinião, inquestionável a presença de engenhos, ou «aparelhos», movidos por energia hidráulica.

Importa, neste momento, precisar o sentido de dois outros termos atrás mencionados. Trataremos, em primeiro lugar, do significado que, no final do séc. XV, e para os trabalhos do ferro, devemos atribuir ao termo «fundição». Utilizado repetidamente para referir o processo de obtenção de ferro, há que esclarecer que não era efectivamente esse o resultado obtido com as técnicas com que, à época, generalizadamente se laborava. Este processo somente permitia fundir, e apenas parcialmente, os compostos minerais nos quais se continha o minério de ferro. Com os equipamentos enunciados para Barcarena apenas seria

⁶⁹ *Apêndice Documental*, Doc. 2.

⁷⁰ Clodio González Pérez, op. cit., p. 45.

⁷¹ *Apêndice Documental*, Doc. 2.

⁷² *Idem*, *ibidem*.

possível realizar aquilo que, tecnicamente, se designa por «redução» do minério. A rentabilidade desta prática, conhecida por *processo directo*, dependia directamente da qualidade do minério utilizado, ditada pela percentagem de metal contido. Não só a massa de ferro assim obtida integrava restos de escórias que obstavam à indispensável homogeneidade do metal produzido, como, pelo contrário, também as escórias se mostravam forte presença de matéria ferrosa, o que revela a incapacidade do processo aproveitar integralmente as possibilidades dos ricos minérios utilizados.

Esta massa, a que era dado o nome de massuca, mantida ao rubro, era então retirada e sujeita ao trabalho do malho que, expulsando as últimas partículas de materiais envolventes, lhe conferia a indispensável homogeneidade. Ao ferro assim depurado era dada a forma de barra ou lingote. A esta segunda operação era dado o nome de «refino».

O problema da fusão do ferro estava, entretanto, já resolvido com a invenção dos altos-fornos, cujo produto, a gusa, não dispensava também a operação de refino sob a acção dos pesados malhos. Era no entanto ainda escassa a sua difusão, conhecendo-se apenas, para este período, instalações nalgumas regiões da Alemanha e França.

O segundo dos termos atrás referidos, que julgamos importante tratar é o que surge referido como «fragua», e que hoje conhecemos como frágua. Este vocábulo nomeia um tipo de forja ou fornalha, que a tradição basca identifica como a forja onde se procede à redução do minério de ferro. Esta é morfológicamente muito diferente daquela que, vulgarmente, conhecemos como a fornalha de ferreiro. Consiste numa funda cuba, delimitada por paredes construídas em material refractário a partir do nível de pavimento, de forma a poder reter uma carga substancial de minério e carvão. É totalmente aberta na parte superior para possibilitar a recarga, já que, aproveitando a temperatura interna resultante de queimas anteriores, laborava frequentemente de forma contínua, de dia e de noite. O sopro comunicado pelos foles era dirigido obliquamente através dos algaravizes, situados a meio da altura da fornalha.

Trata-se, pois, de um equipamento específico, destinado a uma operação bem definida, que é a queima de minério ou, em alternativa, ao refino de ferro em massuca, isto é, ferro não purificado. Para a transformação ao rubro de ferro comercial, em barra, a fornalha assumia uma forma mais simples, sendo constituída por uma plataforma a meia altura com simples anteparas para retenção do carvão, de modelo semelhante aos que ainda hoje encontramos nas velhas oficinas de ferreiro ou ferrador.

A presença das mencionadas fráguas impõe assim que se considere a possibilidade de nas ferrarias de Barcarena, e pelo menos no período joanino, se ter realizado o tratamento de minério em bruto, para subsequente extracção do ferro e transformação do metal em armas de diversos tipos.

4.4 - A «casa de armaria» de D. Manuel I

Já na fase final do reinado de D. Manuel I, e na sequência do importante fomento industrial que caracterizou o seu reinado, surge a decisão de iniciar uma nova campanha de obras em Barcarena, que é

entregue à responsabilidade de Afonso Monteiro. Este desempenha o cargo de Almojarife das Obras de Lisboa, e encontramos-lo ligado a importantes projectos do reinado manuelino, tais como o Paço da Ribeira, o Palácio dos Estaos, etc.⁷³ Em Barcarena dirigirá obras fundamentais, que terão reformulado e ampliado boa parte da estrutura destas oficinas.

A 25 de Outubro de 1517, D. Manuel assinou a ordem para Afonso Monteiro dar de empreitada a obra da Casa da Armaria, em Barcarena.⁷⁴ Os trabalhos ter-se-ão iniciado de imediato, e em 8 de Junho de 1518, Pedro Luís, medidor das obras reais de Lisboa, estava já nas oficinas medindo alvenarias construídas por Brás Rodrigues.⁷⁵ Volta novamente, a 1 de Outubro do mesmo ano, para medir as obras realizadas na «açudada». A última medição documentada, tem lugar a 29 de Maio de 1520, e avalia a construção de novas paredes.⁷⁶

As obras terão certamente continuado, prolongando-se para além do ano de 1520. Não conhecemos registos dos trabalhos necessários à construção da cobertura da oficina, da mesma forma que não nos chegaram dados sobre o momento da instalação ou renovação dos engenhos.

A reformulação destas oficinas poderá ter estado ligada ao desenvolvimento das actividades mineiras, consequência da acção de fomento resultante da intervenção de Aires do Quental.

4.5 – Filipe II e Leonardo Turriano

A terceira fase de obras documentadas para as Ferrarias e Casa da Pólvora de Barcarena tem lugar na segunda década do século XVII. Filipe II retoma, em 1617, o interesse régio por estes estabelecimentos fabris, após um período de paralisação e abandono, promovendo uma nova remodelação das oficinas, que as amplia e moderniza. Para tal insistiu junto do Conselho da Fazenda para que procedesse à avaliação do estado das fábricas, solicitando os projectos necessários para as obras a efectuar.

É chamado ao reino Francisco de Lahra, mestre engenheiro da Armaria Real e Fábrica de Pólvora de Navarra, para apresentar as propostas que considerar adequadas à construção de um engenho de pólvora.⁷⁷ Desloca-se efectivamente a Portugal este mestre, cuja permanência se prolonga por várias semanas, mas, verificada a disponibilidade de Leonardo Turriano, engenheiro-mor do Reino de Portugal, decide o Conselho da Fazenda fazer regressar o espanhol, entregando em definitivo a Turriano a responsabilidade do projecto. As plantas propostas pelo engenheiro-mor terão sido enviadas, por correio, a Madrid, ainda em 1617.⁷⁸

⁷³ Nuno Senos, *O Paço da Ribeira*, 2002, p. 115.

⁷⁴ *Apêndice Documental*, Doc. 3.

⁷⁵ *Idem*, Doc. 4.

⁷⁶ *Idem*, *ibidem*.

⁷⁷ *Idem*, Doc. 19.

⁷⁸ *Idem*, *ibidem*.

Os projectos apresentados por Turriano para a reconstrução das fábricas de Barcarena incluíam três propostas: a remodelação da Casa da Pólvora; a ampliação das Ferrarias, e o estabelecimento de uma Cordoaria.⁷⁹ Os estudos apresentados para a Casa da Pólvora, foram de imediato levados a efeito, tendo sido construídos os quatro engenhos inicialmente previstos. No caso das Ferrarias, ter-se-á optado pelo restauro dos engenhos já instalados. Quanto à intenção de implementar uma terceira oficina em Barcarena, para fabricação de enxárcia, não terá esta merecido aprovação, dizendo-nos o engenheiro que os projectos de engenhos foram aproveitados,⁸⁰ provavelmente, e em nosso entender, para a Cordoaria de Belém.

Já estariam terminadas as obras da Casa da Pólvora, e prontos os novos engenhos, quando se realiza a visita de Filipe II ao Reino de Portugal. Terá sido o evidente interesse do monarca pelas oficinas de Barcarena que terão motivado a sua visita ao local, em Junho de 1619, nos dias que antecederam a entrada formal em Lisboa.⁸¹ Testemunha João Baptista Lavanha que Sua Magestade «visitou os engenhos das armas e da pólvora de Barcarena». Desconhecemos se a deslocação real às fábricas contou com a presença de Leonardo Turriano no séquito real, mas é de considerar alta tal probabilidade, já que em Julho de 1619, está documentada a sua presença em Lisboa.⁸²

5 – O PROJECTO DE LEONARDO TURRIANO

As propostas de Turriano para Barcarena estão documentadas no final manuscrito "Dos Discursos de Leonardo Turriano el Primero Sobre el Fuerte de San Lourenço de Cabeça Ceca en la Boca del Taxo el Segundo Sobre Limpiar la Barra del Dicho Río y otras Diferentes", que compila trabalhos em que o autor participou, no primeiro caso em 1602 e no segundo discurso em 1607.

Constituiu-se de 89 folhas encadernadas,⁸³ com ilustrações em todos os temas, contando entre elas alguns desenhos aguarelados, totalizando 91 figuras.⁸⁴ Às oficinas de Barcarena dedica o engenheiro 7 ilustrações e duas páginas de texto, que reproduzimos integralmente neste trabalho. Desconhece-se a data de elaboração dos estudos referentes a Barcarena, mas julgamos que a documentação que incluímos permite situar a sua realização em Outubro de 1617. Não se encontrando datado o manuscrito, é no entanto a sua produção atribuída ao ano de 1621 ou 1622.⁸⁵ O documento encontra-se actualmente na Biblioteca Nacional, em Lisboa, desde 1988, após processo de aquisição a particulares.⁸⁶ Trata-se do Códice 12892 da BNL. Agradece-se à Direcção da Biblioteca Nacional de Lisboa o fornecimento, a pedido da Câmara

⁷⁹ Leonardo Turriano, *Dos Discursos ...*, 1622(?), folha 83 e 84-verso. Ver Figs. 3 e 6.

⁸⁰ Idem, *ibidem*.

⁸¹ *Apêndice Documental*, Doc. 24.

⁸² Carlos P. Callixto, *São Julião da Barra – Os primeiros cem anos*, 1989, p. 217.

⁸³ Catálogo "A Ciência do Desenho", 2001, p. 89.

⁸⁴ Rafael Moreira, *As máquinas fantásticas de Leonardo Turriano*, 1998, p. 58.

⁸⁵ Catálogo "A Ciência do Desenho", 2001, p. 89.

⁸⁶ Idem, *ibidem*.

Municipal de Oeiras, através do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, das reproduções das páginas 83 a 89 deste códice, que se apresentam nas figuras 3 a 9 deste trabalho, com autorização para publicação.

Revelou-se este manuscrito de particular importância para a nossa investigação, já que o trabalho de Turriano constitui o único registo iconográfico conhecido referente às Ferrarias, permitindo-nos identificar e reconhecer a sua organização interna bem como os respectivos conteúdos.

O desenho incluído na folha 89-recto, não o consideramos um projecto, mas sim, e na sua quase totalidade, um levantamento daquela instalação, indispensável à implantação da projectada casa do engenho de verrumar. Representa os dois malhos, as três forjas e respectivos foles, e ainda o engenho de amolar. Nada o caracteriza como um projecto de construção do edifício das forjas. Falta-nos uma legenda, uma relação de escala (apenas esboçando de forma incompleta um pitipé na planta da Casa da Pólvora), elementos correntes na prática do desenho técnico da época e indispensáveis formalismos que o trabalho do engenheiro-mor não deixaria de incluir em obra a submeter ao parecer régio.

O que atrás referimos de forma alguma diminui a valia histórica e técnica deste registo, bem pelo contrário, nos permite-nos cruzar os dados fornecidos com toda a restante informação recolhida nas fontes manuscritas ou publicadas. Necessitamos para isso, de recuar ao início das Ferrarias, a partir do que traremos à discussão os elementos que se forem tornando pertinentes e úteis.

Sabe-se que as ferrarias existiram, pelo menos desde 1487, considerando que as obras superintendidas por Fernão Rodrigues são de construção e não de remodelação ou ampliação. Esta primeira campanha de obras documentada estaria terminada em 1488, a tempo de sofrer os primeiros danos provocados pelas cheias de Inverno. A afirmação de que «foi à Biscaia pelos ditos oficiais para fazer as ditas casas»,⁸⁷ atesta-nos claramente a origem da tecnologia adoptada, tanto na adequação técnica dada à traça do edifício, como na concepção adoptada para «guarnição delas», ou seja para instalação dos engenhos.

A presença dos engenhos é certamente muito antiga, e contemporânea da decisão de instalar ferrarias nas margens da ribeira de Barcarena. A necessidade de os instalar terá sido, seguramente, o principal argumento para a escolha do local. Uma primeira referência formal à presença de engenhos em Barcarena, só a encontramos em 1587, na carta passada por Filipe I a Cristóvão de Manhorca, quando este é designado por «meu armeiro e mestre dos engenhos das armas de Barcarena»,⁸⁸ mas, julgamos não ser de duvidar que os engenhos básicos, malhos, foles e pedras de amolar, tenham sido instalados logo na fase inicial.

Se a decisão de trazer Leonardo Turriano a Barcarena, na qualidade de engenheiro-mor do Reino de Portugal, teve como motivo inicial o de fazer a traça para um novo engenho de pólvora, de reconhecida necessidade, não está menos documentado que nas preocupações do monarca de então, Filipe II, também a produção nacional de enxárcia e de armas de fogo ocupavam lugar importante. Não é, pois, de estranhar, que o trabalho apresentado por Turriano, abarcasse essas três produções. Por solicitação do próprio rei e

⁸⁷ *Apêndice Documental*, Doc. 24.

⁸⁸ *Idem*, Doc. 17.

do Conselho da Fazenda o engenheiro-mor procedeu à elaboração de propostas para os engenhos da pólvora, engenhos de cordoaria e engenho de verrumar.⁸⁹

Nesta questão, um dos aspectos que mais nos interessa apurar é se o projectista planeou instalações de raiz, ou se apenas se dedicou ao projecto de propostas com soluções mecânicas para os diferentes problemas. Para esta questão importa cruzar a informação retirada das peças desenhadas, com o conteúdo das fontes manuscritas.

Na correspondência conhecida, trocada entre o Conselho da Fazenda, o Governador e o Rei, em momento algum surge qualquer referência que nos façam crer que tenha havido a intenção, ou a necessidade, de construir edifícios novos para instalar os engenhos pretendidos. O espaço de tempo que decorre entre o eventual envio do projecto ao rei (Outubro de 1617)⁹⁰ e a primeira referência conhecida à conclusão dos engenhos de pólvora (Janeiro de 1618),⁹¹ é de aproximadamente três meses, período que nos parece claramente insuficiente para a execução dos trabalhos necessários. Interpretamos esta afirmação contida na carta, dirigida ao vice-rei da Índia, como uma necessária antecipação da comunicação da necessidade de envio de maiores quantitativos de salitre, levando em conta a longa demora que a missiva enfrentaria na viagem.⁹²

Parece este facto permitir deduzir que o conjunto de trabalhos proposto apontaria para uma campanha de obras cujo prazo expectável não deveria ultrapassar um ano. É essa convicção que parece explicitada nas repetidas insistências do Rei, que se registam nas cartas de 18 de Julho, 15 e 29 de Agosto de 1618,⁹³ pretendendo que rapidamente se concluíssem os trabalhos iniciados, para que fosse já possível lavrar o salitre que chegasse a Lisboa ainda nesse mesmo ano. Seria certamente insuficiente tão curto espaço de tempo para construir um edifício com as dimensões e exigências técnicas que reconhecemos na Casa da Pólvora desenhada por Leonardo Turriano, quando nos damos conta que, pela preocupação do monarca, os trabalhos acordados não terão decorrido de forma particularmente célere. O programa de tal obra incluiria obrigatoriamente a preparação prévia do terreno mediante a necessária escavação ou terraplenagem, a abertura das trincheiras para fundações, a construção da arcaria em pedra lavrada da galeria e canal superior, o levantamento das altas paredes, os trabalhos de construção da estrutura da cobertura,⁹⁴ a construção, também em pedra lavrada, das quatro galerias subterrâneas abobadadas para instalação dos mecanismos de transmissão dos engenhos, o aterro interno para recobrimento das galerias até ao nível de pavimento previsto e respectiva compactação, o lajeamento do pavimento, a construção

⁸⁹ Idem, Docs. 21, 22 e 23.

⁹⁰ Idem, Doc. 19.

⁹¹ Idem, Doc. 20.

⁹² Entre o envio da armada e o seu retorno com o produto pretendido, mediará um espaço de tempo não inferior a dois anos. Revela-se perfeitamente justificada esta preocupação quando, na nota à margem, datada de 11 de Fevereiro de 1619, se verifica que as naus onde o salitre estaria embarcado não tinham ainda largado para o Reino.

⁹³ *Apêndice Documental*, Docs. 21, 22 e 23.

⁹⁴ A estrutura de suporte da cobertura representada por Turriano na folha 84 dos *Dos Discursos...*, parece concebida para a utilização de asnas de ferro.

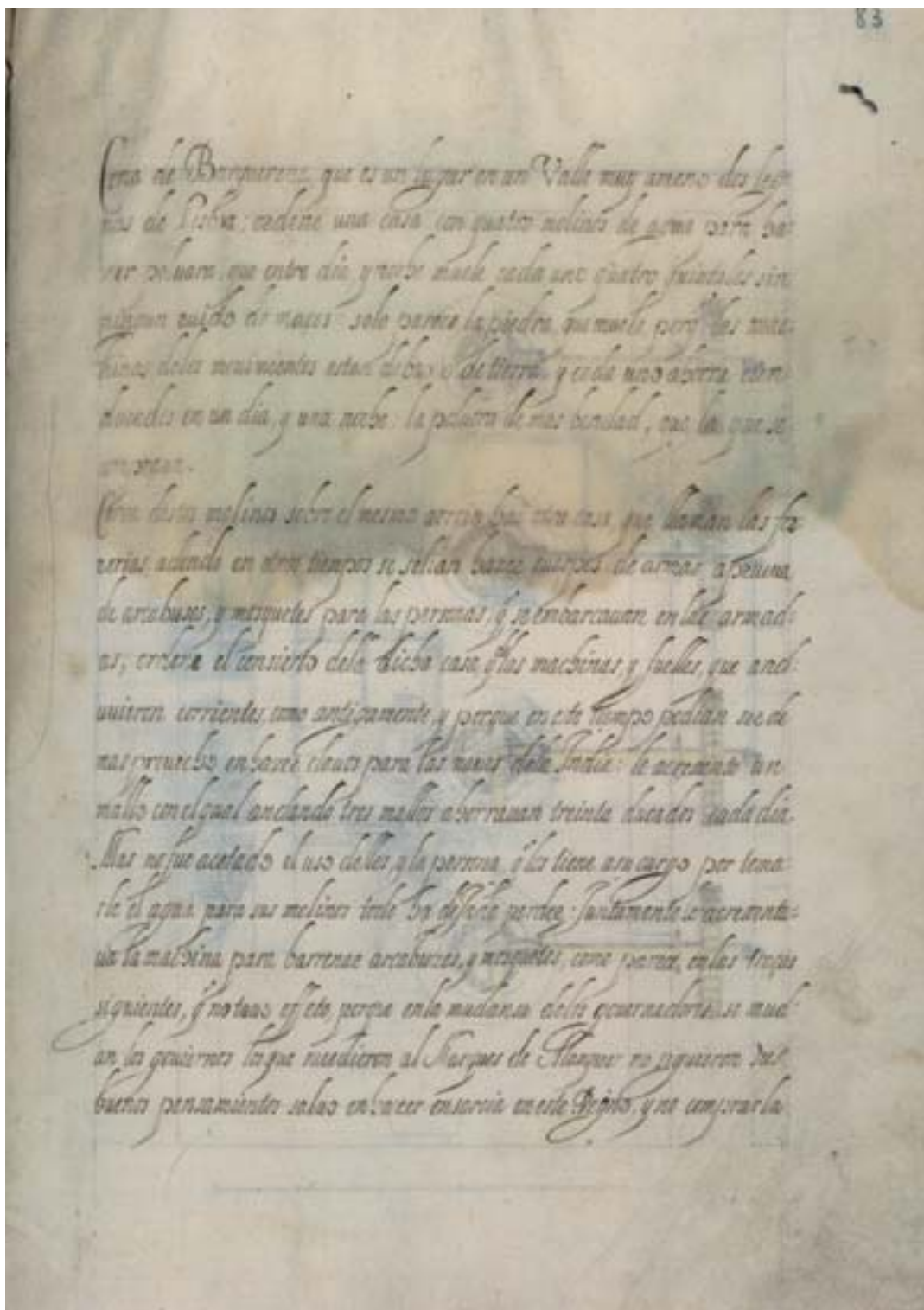


Fig. 3 – Reprodução da folha 83, do manuscrito «Dos Discursos de Leonardo Turriano el Primero Sobre el Fuerte de San Lorenzo de Cabecaceca en la Boca del Taxo el Segundo Sobre Limpiar la Barra del Dicho Río y Otras Diferentes». Códice 12892 da BNL.

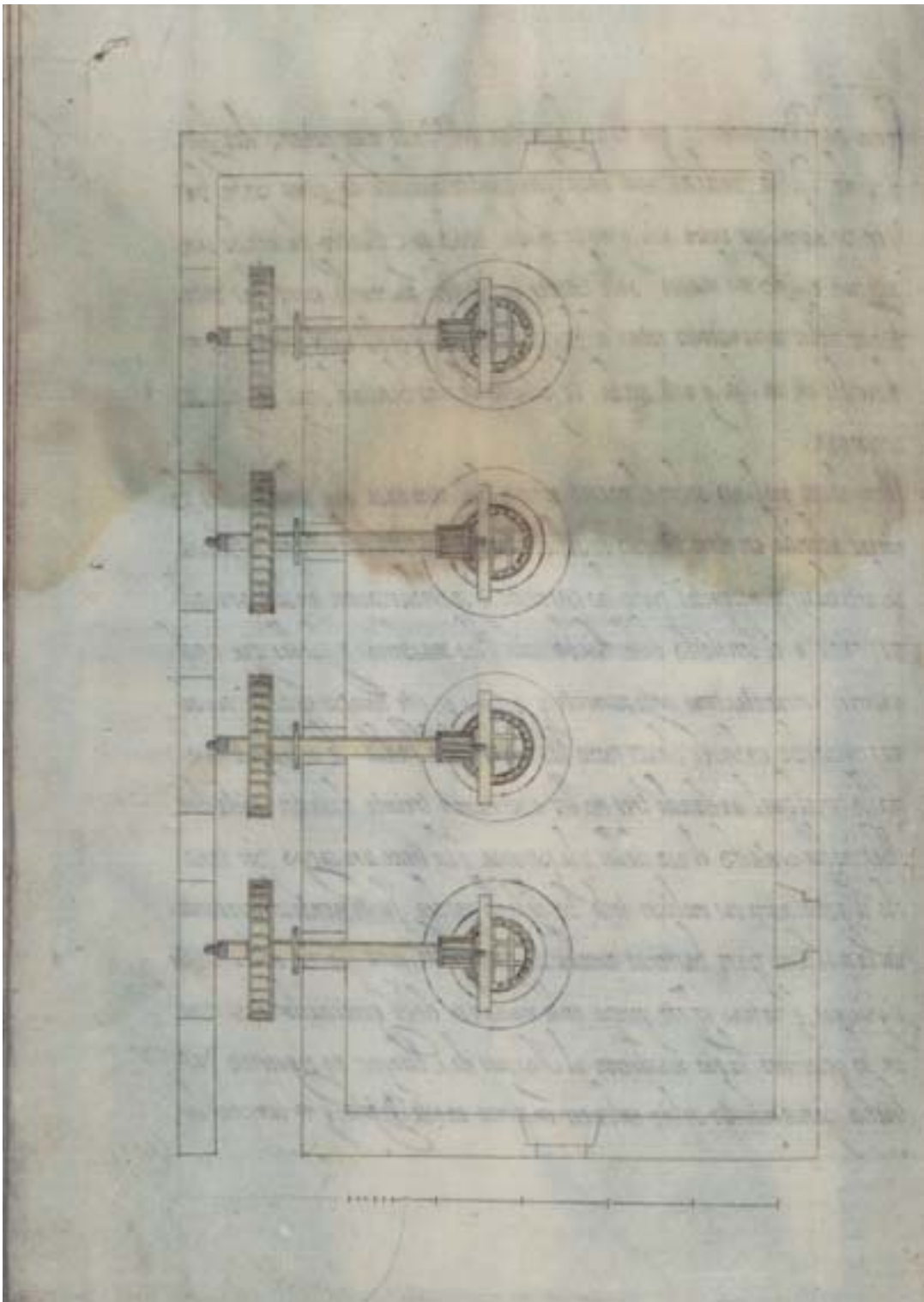


Fig. 4 - Reprodução da folha 83-verso, do manuscrito «Dos Discursos ...» de Leonardo Turriano. Códice 12892 da BNL.

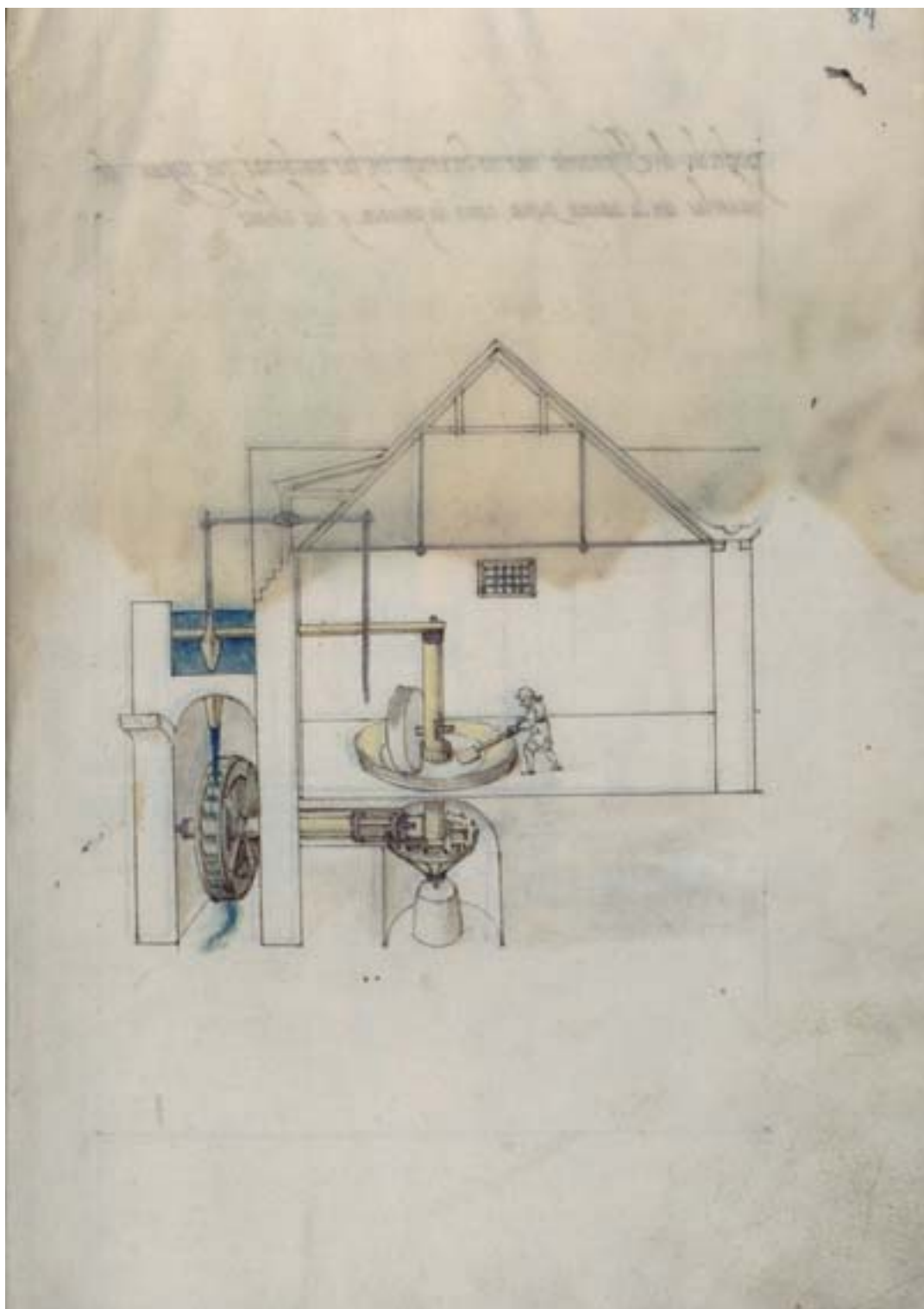


Fig. 5 - Reprodução da folha 84, do manuscrito "Dos Discursos ..." de Leonardo Turriano. Códice 12892 da BNL.

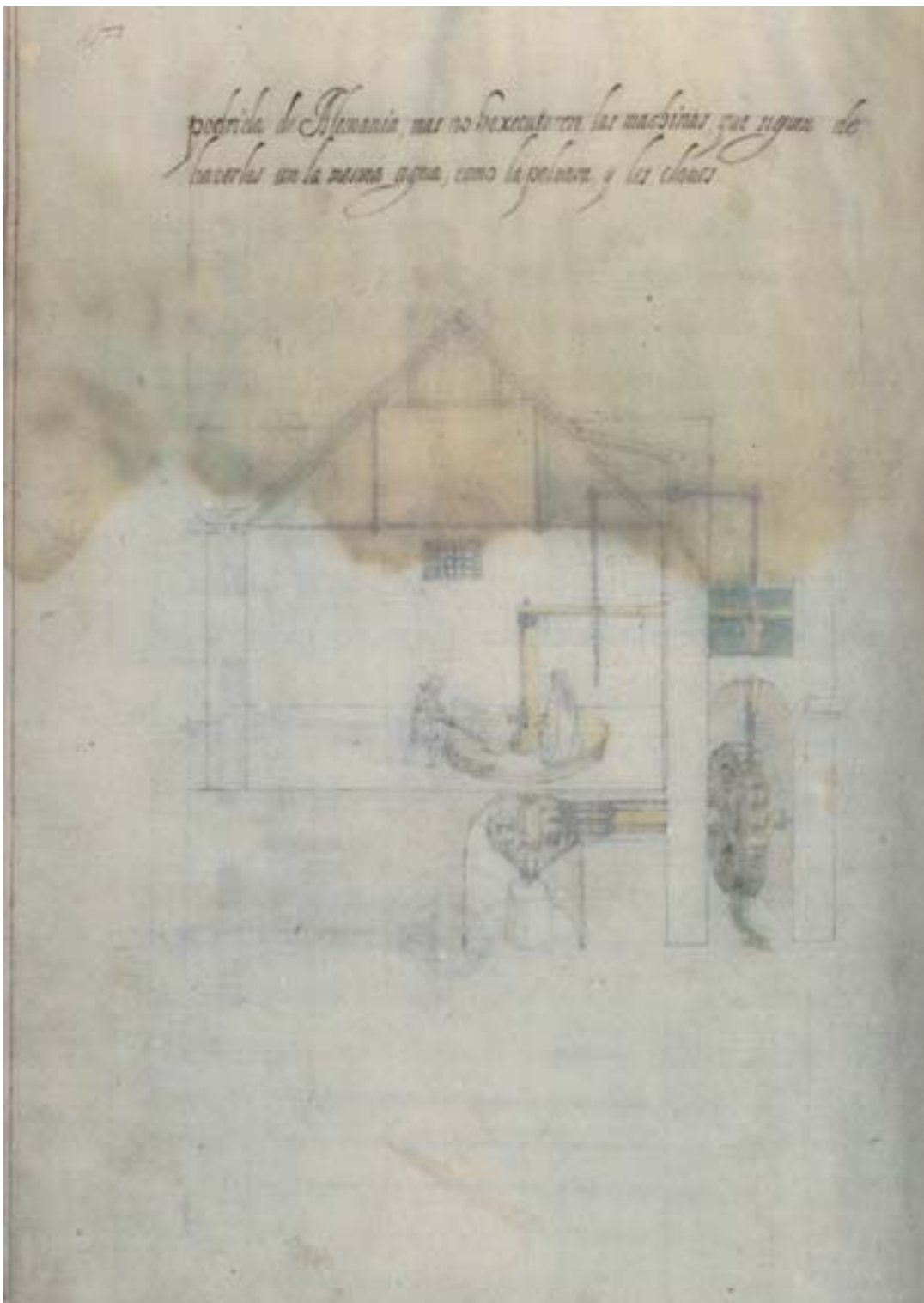


Fig. 6 - Reprodução da folha 84-verso, do manuscrito "Dos Discursos ..." de Leonardo Turriano. Códice 12892 da BNL.

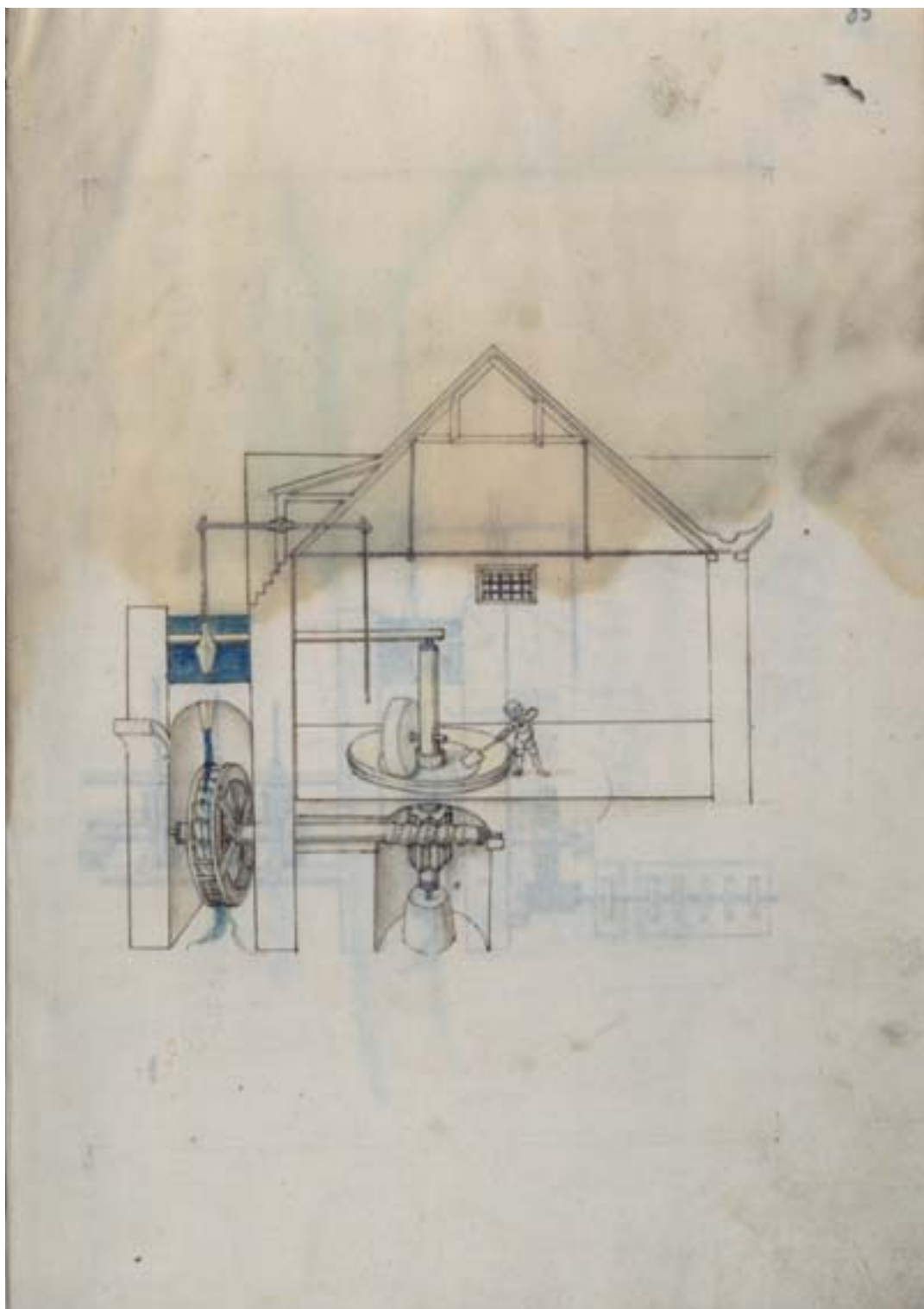


Fig. 7 - Reprodução da folha 85, do manuscrito "Dos Discursos ..." de Leonardo Turriano. Códice 12892 da BNL.

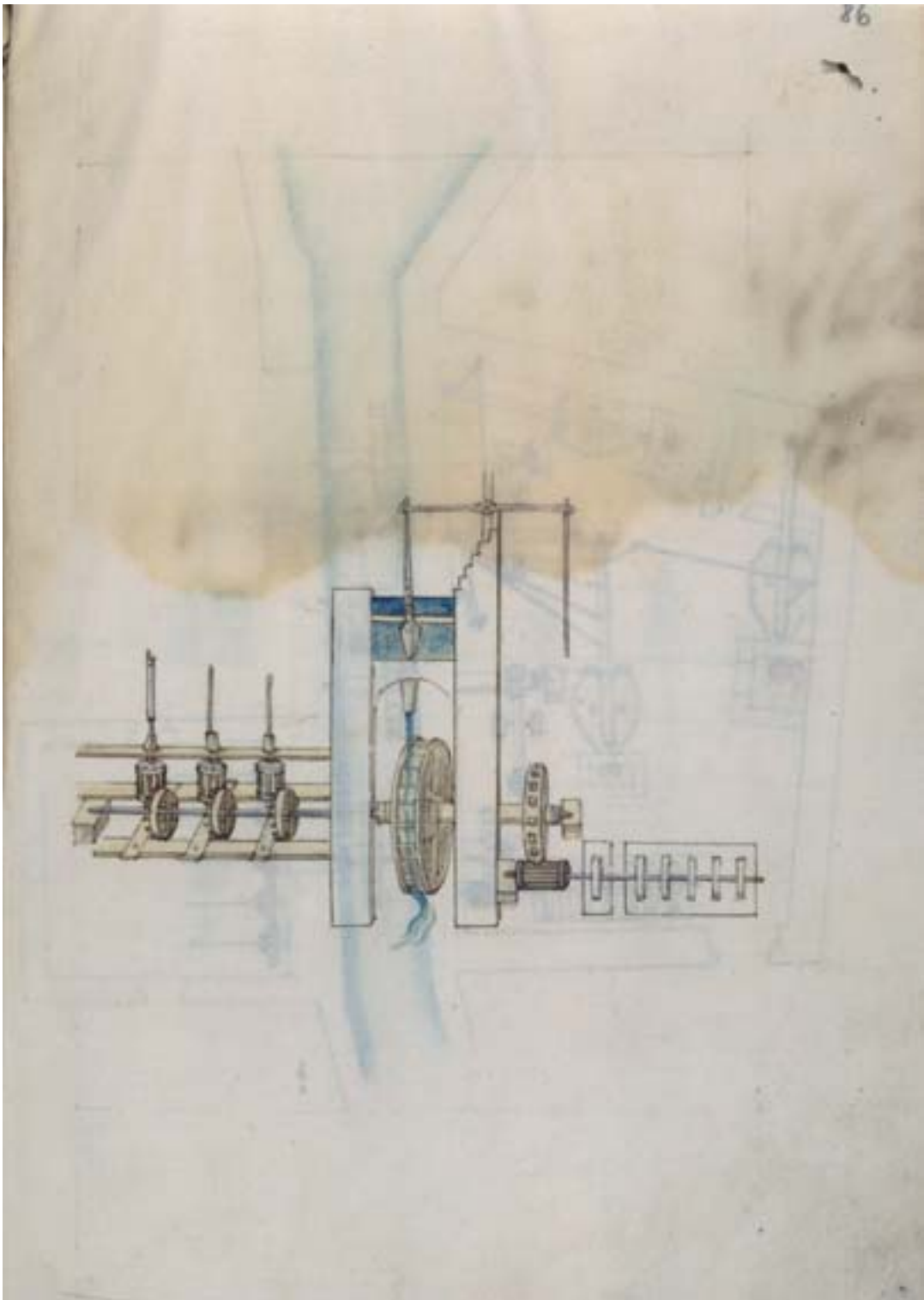


Fig. 8 - Reprodução da folha 86, do manuscrito "Dos Discursos ..." de Leonardo Turriano. Códice 12892 da BNL.

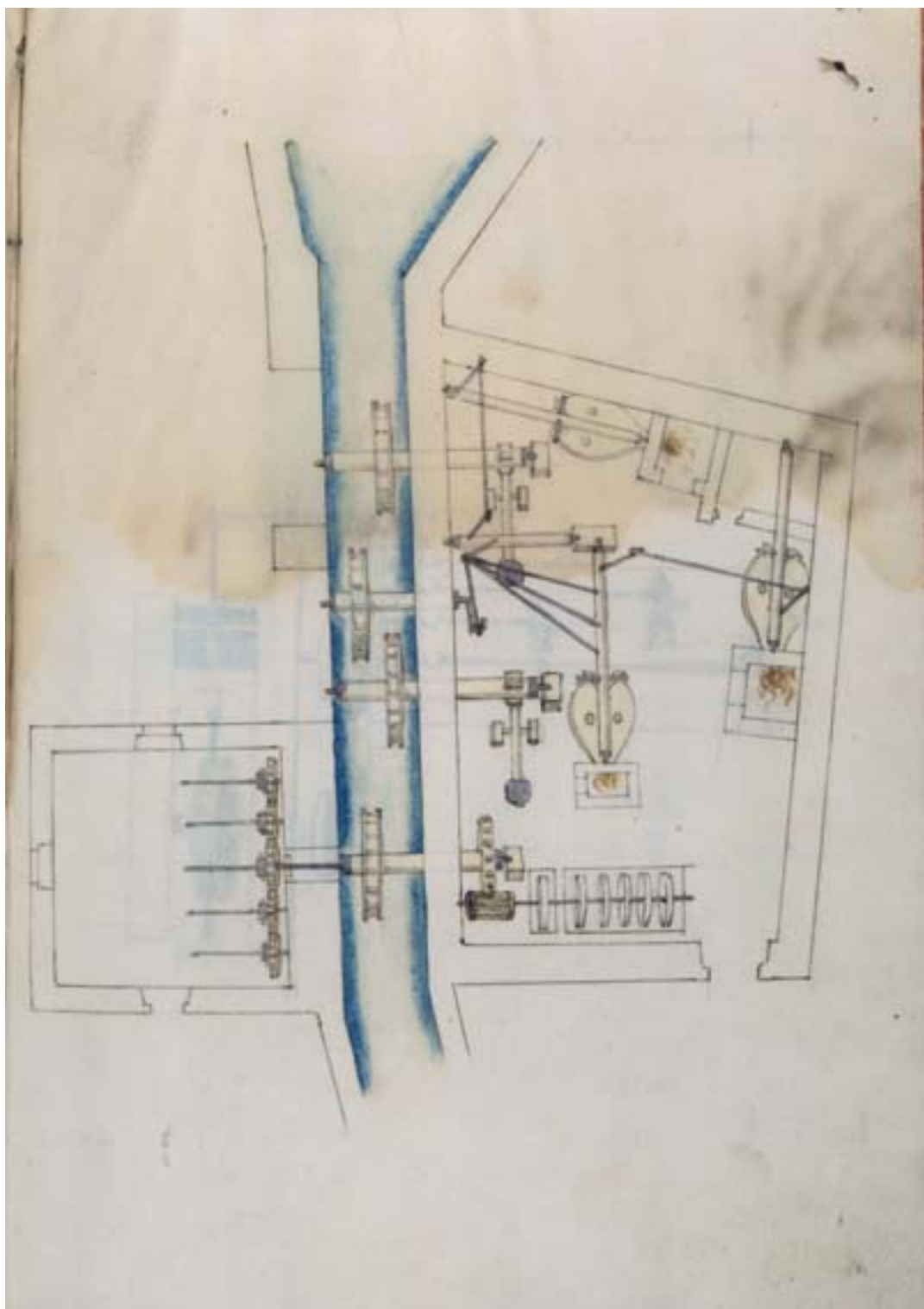


Fig. 9 - Reprodução da folha 87, do manuscrito "Dos Discursos ..." de Leonardo Turriano. Códice 12892 da BNL.

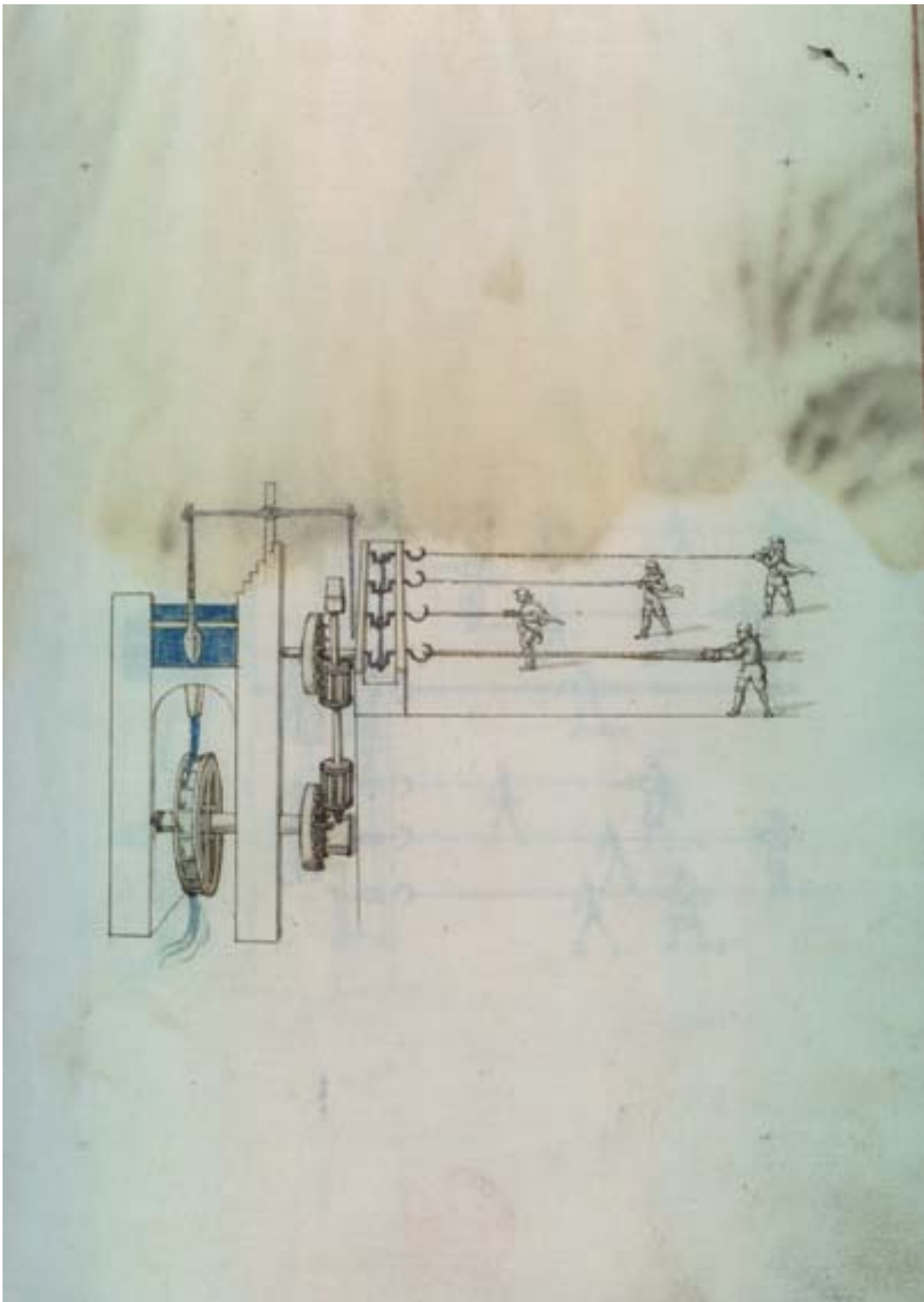


Fig. 10 – Reprodução da folha 88, do manuscrito "Dos Discursos ..." de Leonardo Turriano. Códice 12892 da BNL.

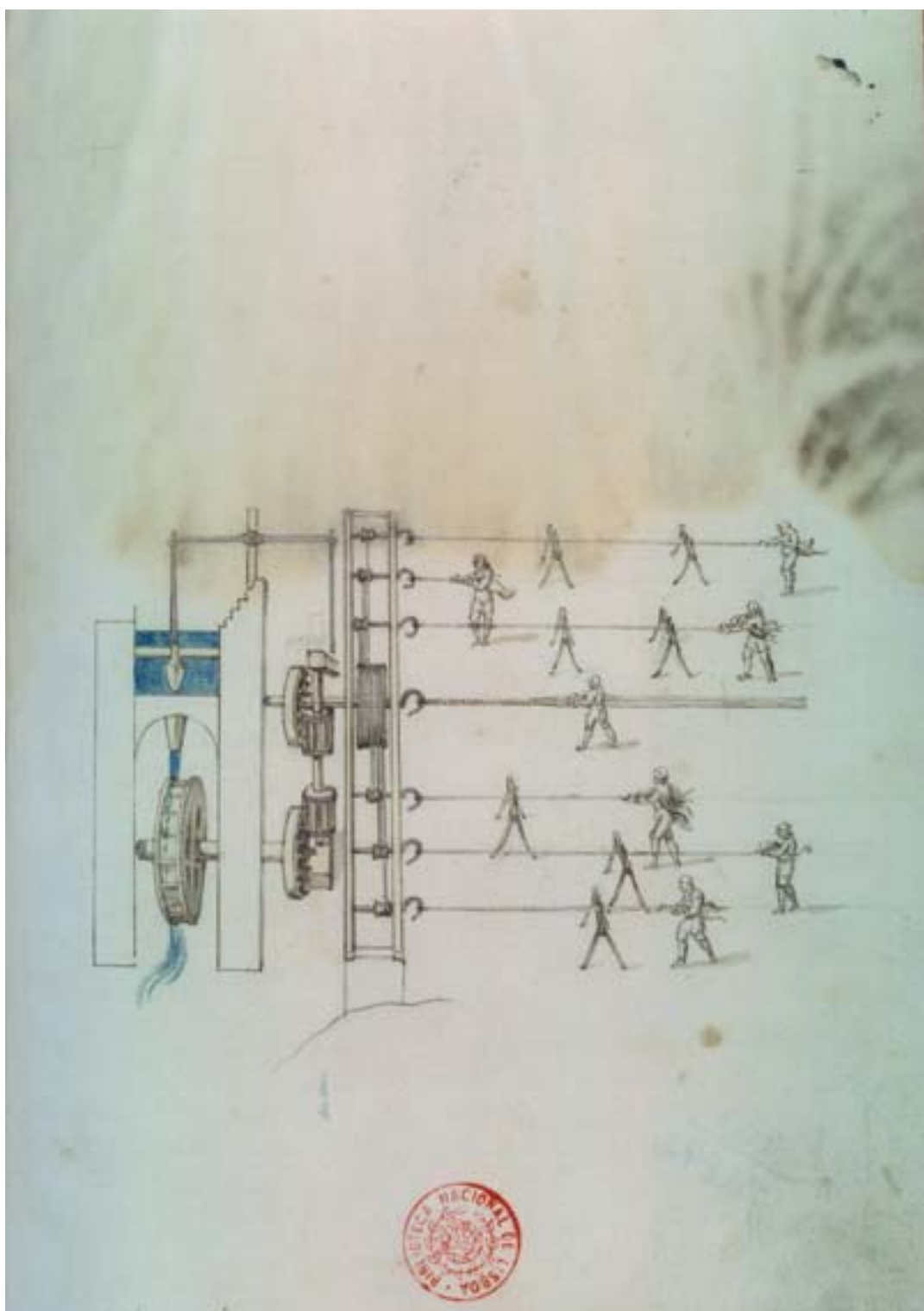


Fig. 11 – Reprodução da folha 89, do manuscrito "Dos Discursos ..." de Leonardo Turriano. Códice 12892 da BNL.

das rodas motrizes, a execução e instalação de toda a estrutura mecânica dos quatro engenhos, o prolongamento ou alteração da levada entre o edifício das ferrarias até ao «novo» edifício. Nenhum destes trabalhos é referido nos documentos conhecidos, exceptuando os que se referem unicamente à instalação de novos engenhos. Nem mesmo o documento que nos fornece as primeiras informações quanto à intenção de instalar novos engenhos de pólvora, refere, de qualquer forma, a necessidade de projectar e construir um novo edifício.

Turriano também não integra, no texto com que acompanha os seus desenhos, qualquer menção à inexistência de edifícios capazes de receber os mecanismos pretendidos. A frase «ordene una casa com quatro molinos de água para hazer pólvora»⁹⁵ parece sugerir a necessidade de a construir, mas a afirmação de que «Cerca destes molinos sobre el mesmo arroyo hai otra casa, que llaman las ferrerias»⁹⁶ aponta claramente para a preexistência de duas construções, perfeitamente individualizadas e distanciadas, com funções produtivas bem diferenciadas. Devemos também aqui recordar que é atribuída a D. Manuel I, a construção de uma fábrica de pólvora em Barcarena, cuja localização será certamente a referenciada pelo engenheiro.

É elevada a probabilidade de, também aqui, se tratar de uma adaptação de edifício existente, podendo ser esta a eventual justificação para a concordância das dimensões e proporções representadas com as do imóvel onde se encontra actualmente instalado o Museu da Pólvora Negra, para o qual o engenheiro terá projectado as adaptações necessárias à instalação dos quatro engenhos. Estas modificações ter-se-iam traduzido no aproveitamento da galeria das rodas, na construção das câmaras subterrâneas, na construção de um novo nível de pavimento acima das câmaras de engrenagens, e na eventual subida das paredes e cobertura da Casa, compensando assim a perda de pé-direito da edificação. Está também documentado que a construção se manteve ampla,⁹⁷ sem paredes divisórias, à semelhança do que observamos no trabalho de Turriano.

Consideramos assim plausível, interpretando a documentação recolhida, que Leonardo Turriano se tenha limitado a satisfazer o pedido que lhe foi formulado, gizando unicamente as traças dos engenhos, destinadas a edifícios já construídos, planificando para os mesmos as necessárias adaptações. Esta constatação poderá ser válida tanto para a Casa da Pólvora como para as Ferrarias. Quanto à questão dos engenhos para enxárcia, sabemos que na mesma época, por volta de 1620, a Cordoaria de Belém sofreu obras de remodelação nas quais, e de acordo com a informação de Turriano, as propostas para os novos engenhos poderão ter sido aproveitadas.

Outro aspecto, em que importa determo-nos, é o que corresponde a uma tentativa de avaliação do mérito técnico e da exequibilidade das propostas do engenheiro-mor. Sobre a vida e trabalhos anteriores de

⁹⁵ *Apêndice Documental*, Doc. 27.

⁹⁶ *Idem*, *ibidem*.

⁹⁷ *Idem*, Doc. 66.

⁹⁸ Carlos P. Callixto, *op. cit.*, pp. 203ss.

⁹⁹ Rafael Moreira, *op. cit.*, pp. 51ss.

Turriano, conhecem-se excelentes trabalhos de Carlos Callixto⁹⁸ e de Rafael Moreira,⁹⁹ mas, no caso concreto dos projectos para Barcarena julgamos poder acrescentar alguns novos dados.

Sendo certo que o princípio da utilização de engenhos de galgas na moagem de diversos produtos não é original, do qual encontramos referências em trabalhos anteriores, como o de Vittorio Zonca publicado em 1607,¹⁰⁰ não deixa de ser curiosa a analogia verificada entre a proposta de Turriano e a que consta na página 30 da reedição de 1656¹⁰¹ da citada obra, onde nos parece óbvia a fonte de inspiração do nosso engenheiro-mor. As diferenças são apenas de pormenor, ditadas pela necessidade de adequar o princípio mecânico às condições pretendidas. A solução técnica adoptada pelo engenheiro permitiria aproveitar uma eventual infra-estrutura de base pré-existente, adaptando-a a um conjunto de engenhos modernos e de grande rentabilidade.

Tratava-se de uma instalação certamente inovadora no nosso país, perante o conjunto de pequenas oficinas particulares em actividade onde predominava a utilização de engenhos de pilões, ou mesmo recorrendo a processos totalmente artesanais, como a utilização de almofarizes. O investimento necessário, só acessível à Fazenda Real, era plenamente justificado pelas enormes despesas feitas anualmente na aquisição de pólvora, através do Armazém de Lisboa, para abastecimento de fortalezas e apresto das Armadas.

Para a Casa da Pólvora, o engenheiro propõe assim a introdução de engenhos de galgas, nos quais o mecanismo de transmissão do movimento é alojado em câmaras subterrâneas situadas por debaixo dos pratos das galgas. As rodas de pedra são movidas através de um eixo vertical cuja rotação é transmitida por um sistema de engrenagens, utilizando a energia obtida pela queda de água sobre as rodas hidráulicas dos engenhos. Trata-se de engenhos com apenas uma mó, disposta lateralmente ao eixo vertical, de concepção muito semelhante à das gravuras conhecidas de Vittorio Zonca, mas com diferenças importantes tanto ao nível das dimensões das galgas, como no sistema de transmissão adoptado, já que o grande diâmetro das galgas de pedra idealizadas por Turriano exigiam um engenho poderoso.¹⁰²

O projecto terá sido efectivamente concretizado e já estaria operacional em Junho de 1619, quando Filipe II, no período que antecedeu a sua entrada formal em Lisboa, visita «os engenhos das armas e pólvora de Barquerena».¹⁰³ Os engenhos construídos integrariam, ao contrário das bases de alvenaria que observamos na gravura de Zonca, grandes pratos em bronze maciço sobre os quais rodariam as galgas de pedra. A utilização de bronze nos mecanismos ligados à produção de pólvora é justificada pela necessidade de evitar qualquer possibilidade de produção de faíscas, frequentes quando utilizados materiais líticos ou ferrosos.

¹⁰⁰ A obra de Zonca incluiu um numeroso conjunto de gravuras representando diversos tipos de engenhos mecânicos que utilizavam a energia hidráulica, animal ou humana, acompanhadas de texto explicativo e legenda detalhada. Destinavam-se a diferentes tarefas como a moagem, a elevação de água, a prensagem, etc.

¹⁰¹ Vittorio Zonca, op. cit., pp. 30-32.

¹⁰² Ver Fig. 5.

¹⁰³ *Apêndice Documental*, Doc. 24.

Os engenhos concebidos apresentam, no entanto, elementos que revelam eventuais fragilidades construtivas, que podem ser percebidas nas peças desenhadas. Aquela que nos pareceu mais óbvia é o pormenor da fixação e travamento superior do eixo vertical do engenho, claramente insuficiente para um tão grande esforço mecânico, como o que surge associado ao elevado peso da galga. Um outro aspecto relaciona-se com o que inicialmente considerámos como uma deficiência de representação: trata-se da aparente fragilidade do pequeno eixo transversal, que imprime o movimento rotativo à galga e a orienta sobre o prato. Para esta questão valeu-nos o auxílio precioso de Filipe Ribeiro, mestre polvorista, quando, em petição de 1622, afirma que «para que os moinhos de Barcarena estejam preparados e se não desconcertem cada dia e de novo torna a lembrar o seguinte: que a trave em que os piões das mós andam é necessário travarem-se da outra parte para que se não movam as pedras; os eixos em que as mós andam devem ser ferrados de bronze porque faltando-lhes isto a pedra come o pau e é necessário cada dia fazer-lhe um de novo».¹⁰⁴ À solicitação apresentada corresponde o Governador da Coroa de Portugal determinando que Leonardo Turriano se torne a deslocar à Casa da Pólvora, para, na presença de Filipe Ribeiro analisar as deficiências encontradas e propor as soluções adequadas às queixas apresentadas.¹⁰⁵ Esta visita ocorre efectivamente em Janeiro de 1623.¹⁰⁶

No entanto, parece necessário concluir que, ou não foram realizadas as correcções necessárias, ou novos problemas técnicos surgiram que impediram indefinidamente a laboração de parte dos engenhos da pólvora, dado que, em 11 de Fevereiro de 1627, decide o Conselho da Fazenda, face à penúria de recursos financeiros da Coroa de Portugal - de que resulta enormes dificuldades no apresto da Armada da Índia daquele ano, particularmente no tocante à fundição da artilharia necessária - mandar recolher dois pratos de bronze dos engenhos da pólvora para que com eles se fundissem peças de artilharia de calibre dezasseis.¹⁰⁷ O texto em questão não permite avaliar quais as razões que terão estado na origem da imobilização destes dois engenhos, mas parece notória a sua inactividade.¹⁰⁸ Não podemos excluir a hipótese de, mais uma vez, os engenhos estarem parados por falta de mestre ou em resultado dos frequentes incêndios. A decisão de remover os pratos parece-nos particularmente prejudicial do ponto de vista económico, já que o aprovisionamento de pólvora era, à época, tão vital quanto o da artilharia, revelando-se potencialmente gravosa a decisão de reduzir a capacidade produtiva da Casa da Pólvora.

Esta situação só poderia ter resultado da crítica situação financeira da Coroa, incapaz de financiar e garantir a operação dos engenhos de galgas, levando à conseqüente impossibilidade de retirar de uma tecnologia prometedora, e do investimento realizado, o esperado retorno. Não seria também grande a

¹⁰⁴ *Apêndice Documental*, Doc. 26.

¹⁰⁵ Este problema surge adequadamente resolvido na gravura de Zonca, na qual se pode observar o sólido travamento do eixo vertical da galga através de duas fortes vigas de madeira apoiadas em paredes opostas.

¹⁰⁶ *Apêndice Documental*, Doc. 28.

¹⁰⁷ *Idem*, Doc. 26.

¹⁰⁸ Lembramos que o texto do Doc. 28 do *Apêndice Documental* refere que em Janeiro de 1623 apenas dois engenhos se encontrariam correntes, isto é, em condições de funcionamento, o que parece confirmar a possibilidade de apenas se considerar a retirada dos restantes dois pratos de bronze.

motivação e capacidade económica dos mestres polvoristas para operar semelhantes engenhos, suportando os respectivos encargos de manutenção, quando sabemos que eram meros concessionários obrigados a entregar à Coroa toda a sua produção com preços por assento que não deixariam de deduzir a utilização dos meios de produção régios. Pelo atrás referido, não poderemos deixar de concluir que os engenhos da pólvora de Turriano foram efectivamente construídos e operados, na forma como os encontramos representados pelo autor, assumindo a informação iconográfica que nos legou, um novo significado e uma renovada importância.

Quanto às Ferrarias, acreditamos que o conteúdo da casa das forjas tenha sido aquele que o levantamento de Turriano nos revela: dois grandes malhos hidráulicos acompanhados das respectivas safras; três forjas, ventilada cada uma por um par de foles, uma tulha para guarda do carvão, e por último um engenho constituído por seis grandes mós de esmeril montadas sobre um mesmo eixo e movidas pela energia transmitida por roda hidráulica.¹⁰⁹ De referir que o conjunto de foles é activado por uma estrutura de tirantes montados sobre eixos, que transmitem aos mesmos um movimento oscilante, de sentido alternado, produzido por uma única roda hidráulica. A complexa estrutura do mecanismo estaria montada num plano elevado, acima do nível do pavimento, de forma a garantir a livre movimentação dos operários. A solução encontrada permite que o par de foles ventile alternadamente, garantindo um sopro de ar constante e suficiente para que a combustão do carvão atinja a temperatura pretendida. A continuidade da constituição e conteúdos da ferraria é-nos garantida pelos inventários realizados em 1685, 1692 e 1695.¹¹⁰

À semelhança do que já dissemos para a Casa da Pólvora, cremos que a traça deixada representa claramente um levantamento das oficinas preexistentes, opinião reforçada pelo facto de propor o autor «o concerto da dita casa e das máquinas e foles para estarem correntes como antigamente».¹¹¹ Esta afirmação surge-nos corroborada por Manuel Severim de Faria, em 1655, quando refere que «governando D. Diogo da Sylva Marquez de Alenquer, se tornou a refazer a mesma Casa antiga»,¹¹² atestando que a intervenção realizada consistiu em trabalhos de recuperação das oficinas existentes. Sugere Turriano a adição de um terceiro malho, que não representa, «lhe acrescente um malho com o qual andando tres malhos»,¹¹³ deixando bem explícito que terá encontrado a oficina com apenas dois malhos instalados.

Esta proposta, de aumentar o número de malhos, não terá tido seguimento, já que comprometia a possibilidade de instalação do engenho de verrumar, e implicaria, no mínimo, a desmontagem do engenho de esmerilar. A alternativa seria a montagem do malho adicional em «bateria» sobre um dos eixos já existentes, solução que não terá sido adoptada uma vez que implicaria a reformulação de todo o engenho. Esta discrepância, entre o texto e a peça desenhada, reforça a convicção de que esta representa um

¹⁰⁹ Ver Fig. n.ºs 9 e 12.

¹¹⁰ *Apêndice Documental*, Docs. 103, 108 e 112.

¹¹¹ *Idem*, Doc. 27.

¹¹² *Idem*, Doc. 80.

¹¹³ *Idem*, Doc. 27.

levantamento e não um projecto, pois caso contrário não deixaria de representar o malho adicional, bem como as alterações internas necessárias. É, no entanto, compreensível a intenção do autor que considerava prioritário adequar as instalações à produção exclusiva de pregadura,¹¹⁴ vital para a construção naval, e alvo de constantes importações, enquanto consideraria que o abastecimento de armas para Portugal estava garantido pela frequente aquisição de grandes lotes fabricados na Biscaia, com particular destaque para as armas de fogo. A instalação de um terceiro malho reforçaria a capacidade de estiramento de barra de ferro que, transformada num longo varão quadrangular, era seccionada em troços, na medida pretendida para os pregos a produzir.

Não se terá de imediato procedido à remodelação das instalações, mas apenas a um restauro dos equipamentos instalados, repondo-os em condições de funcionamento, orientando-se a produção para a fabricação de pregadura e armamento defensivo, para o que concorrem as afirmações de Francisco Velho, alegando que terá feito os engenhos das Ferrarias e produzido pregadura e «peitos fortes» para o socorro da Baía,¹¹⁵ A construção do engenho de verrumar e respectiva casa terá acontecido posteriormente, em tempo de André de Velasco, Domingos de Garate e Martim Descalza, por volta de 1630 ou 1631, provavelmente já após a morte de Leonardo Turriano, ocorrida em 8 de Novembro de 1629.

A principal inovação que o engenheiro Turriano propôs para as Ferrarias foi a instalação de um engenho de verrumar, equipamento indispensável à produção de armas de fogo: mosquetes e arcabuzes.¹¹⁶ Para o alojar avança a necessidade de construção de uma nova casa, anexa ao edifício das forjas, procedendo ao estudo de duas versões¹¹⁷ para o referido engenho: na primeira considera a instalação horizontal de cinco verrumas consecutivas, movida por roda de água, comunicando o movimento directamente a cinco rodas dentadas articuladas entre si; na segunda, projectando um mecanismo de apenas três verrumas, dispostas verticalmente, mas cujo mecanismo de transmissão é tecnicamente mais avançado, possibilitando a multiplicação do movimento, e com isso a obtenção de maior velocidade transmitida à verruma. Somos de opinião que a opção realizada foi esta última, considerando as afirmações contidas no texto de 16 de Julho de 1640.¹¹⁸ Lamentavelmente o projectista não inclui no desenho qualquer elemento referente à configuração dos bancos de verrumar, devido, em nossa interpretação, ao facto de o projecto, nesta fase, dar especial ênfase às soluções mecânicas a instalar e menos à representação pormenorizada do tipo de engenhos a adoptar, deixando aos experientes mestres armeiros a responsabilidade de construir e adaptar as soluções adiantadas.

Pode-nos iludir a afirmação de Turriano, de que «não teve efeito»¹¹⁹ o projecto ou, eventualmente, os projectos formulados. Excluindo qualquer aplicação da expressão à questão dos engenhos da pólvora

¹¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹¹⁵ *Apêndice Documental*, Doc. 38.

¹¹⁶ Idem, Doc. 27.

¹¹⁷ Ver Fig. n^{os} 8, 9 e 12.

¹¹⁸ Idem, Doc. 66.

¹¹⁹ Idem, Doc. 27.

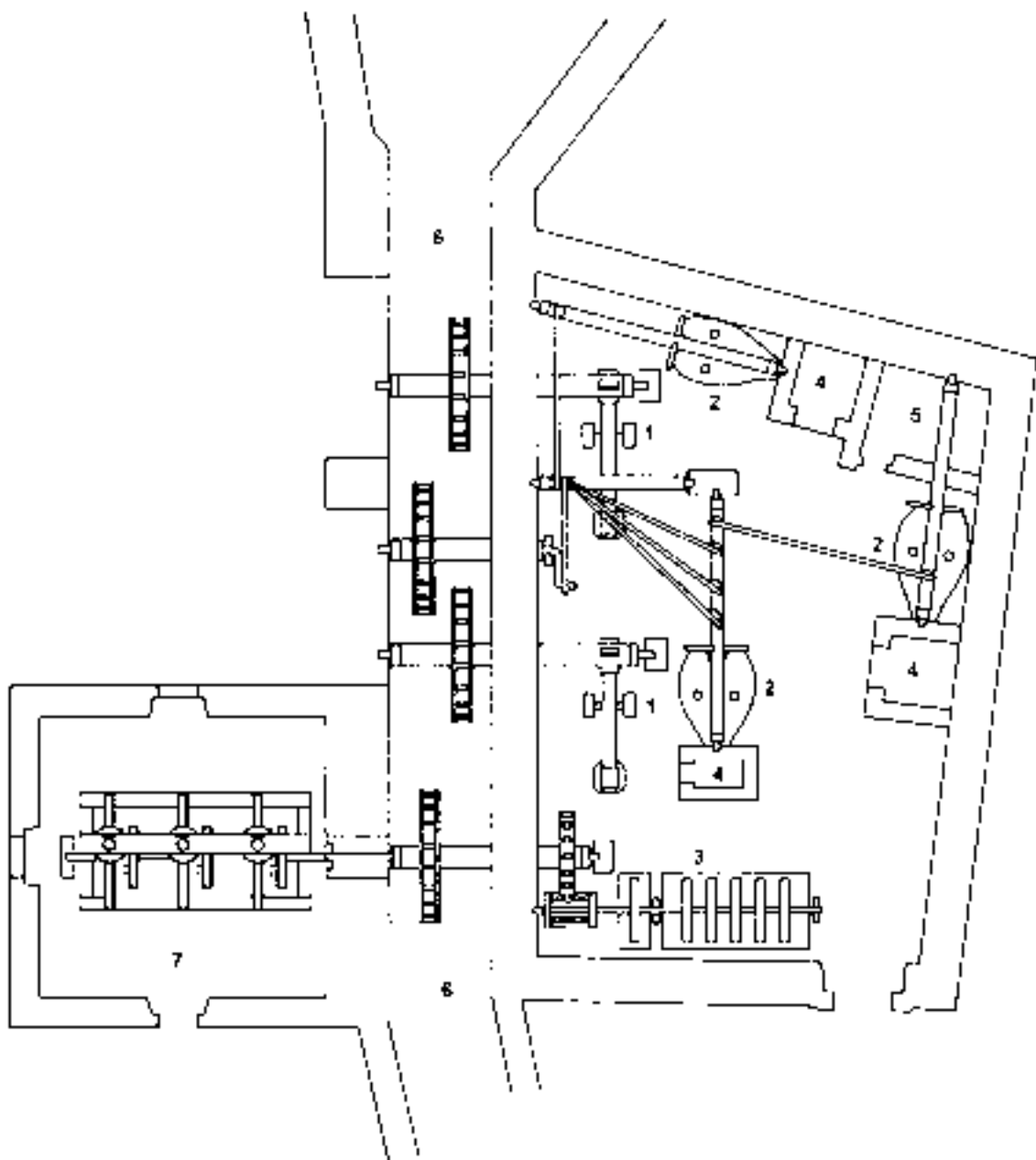


Fig. 12 – Planta das Ferrarias de Barcarena, redenhada com base no trabalho de Leonardo Turriano. Inclui à esquerda, na respectiva casa, o engenho de verrumar. Identificam-se os seguintes equipamentos: 1 - Engenhos dos malhos, com as respectivas safras, eixos e rodas; 2 - Engenho de foles, com eixos e tirantes; 3 - Engenho de amolar; 4 - Fornalhas das forjas; 5 - Tulha do carvão; 6 - Galeria das rodas; 7 - Engenho de verrumar e respectiva casa (desenho de José Luís Gomes).

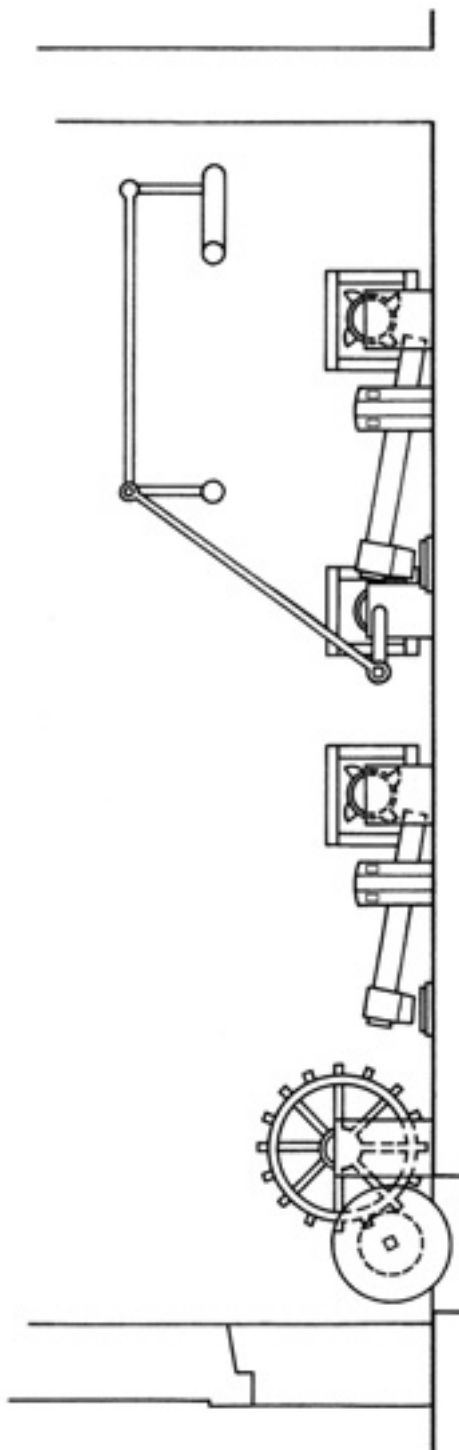


Fig. 13 – Proposta de reconstituição, em alçado longitudinal, do interior da casa das forjas das Ferraria de Barcarena, a partir do levantamento de Turriano. Da esquerda para a direita, vemos o engenho de amolar, o malho e respectiva safra, o eixo e excêntrico do engenho de foles com a representação parcial da estrutura de tirantes e eixos elevados e o malho grande também com a sua safra (desenho de José Luís Gomes).

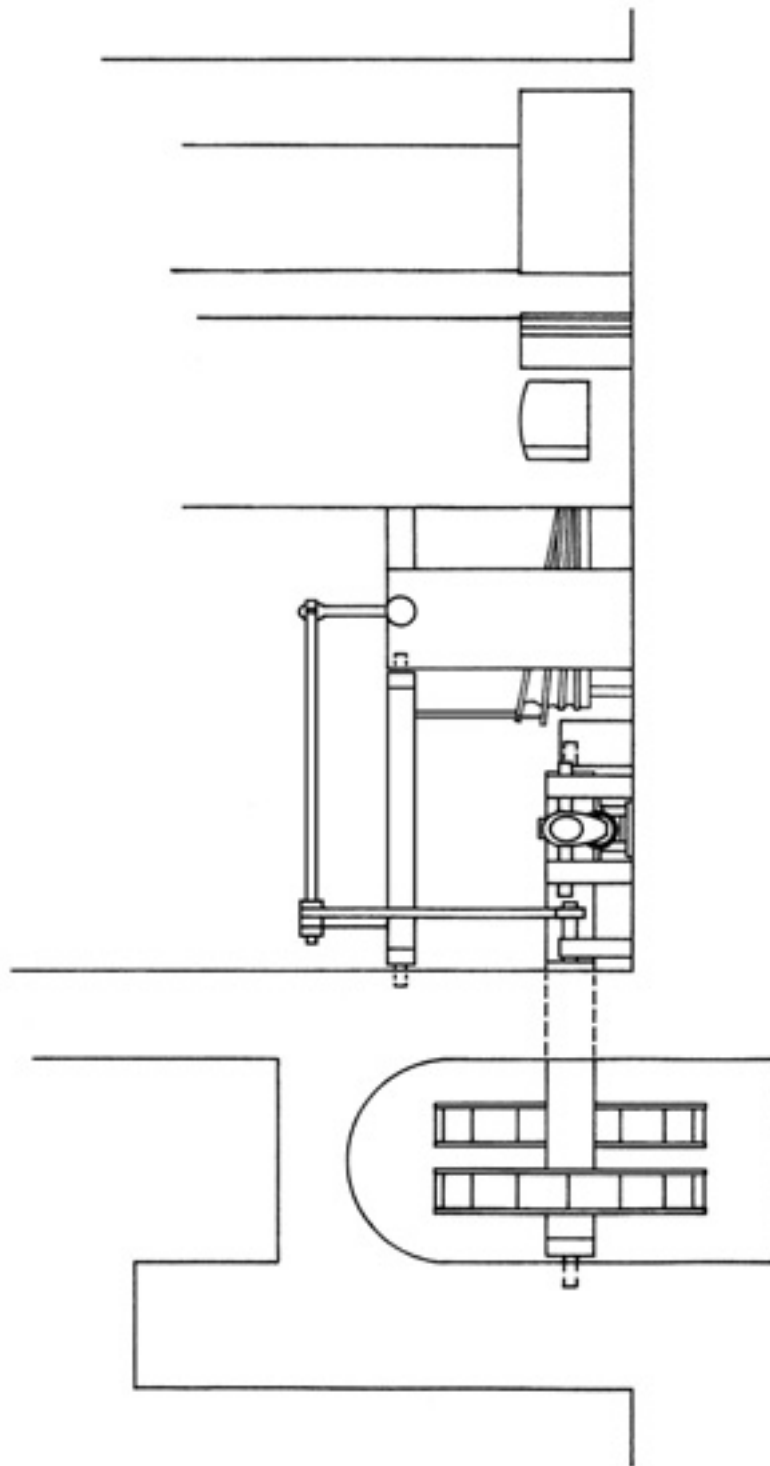


Fig. 14 – Proposta de reconstituição, em alçado transversal, do interior da casa das forjas das Ferraria de Barcarena, a partir do levantamento de Turriano. Da esquerda para a direita, vemos o eixo e o excêntrico do engenho de foles com a representação parcial da estrutura de tirantes e eixos elevados bem como um dos foles, o malho grande também com a sua safra, uma das fornalhas e a tulha para carvão (desenho de José Luís Gomes).

e aceitando como boa a indicação de que os engenhos para enxárcia se construíram noutra localidade, julgamos que só poderemos ter em conta a asserção do engenheiro-mor como referente à construção do engenho de verrumar. Quanto a este, acreditamos que a sua construção só terá ocorrido em data próxima a 1630, ano em que nos surge a primeira referência à produção de armas de fogo em Barcarena,¹²⁰ e como tal, em momento certamente posterior ao da redacção dos «Dos Discursos...». Sabemos que em Novembro de 1625 insistia ainda o rei na possibilidade de se poderem fazer nas Ferrarias «mosquetes e as mais armas necessárias»,¹²¹ procurando saber o que faltava para se poderem lavar. Em Fevereiro de 1631,¹²² dava já Domingos de Garate 120 mosquetes entregues em Cascais, com mais 80 prontos.

Parece pertinente concluir que o imóvel onde se instalaram as ferrarias não terá, desde a sua construção e até final do séc. XVII, sofrido alterações significativas. Estão apenas concretamente documentadas, até ao momento, três campanhas de obras decisivas: uma primeira instalação em 1487; obras importantes realizadas a partir de 1517; por último, a recuperação e remodelação das oficinas decididas por Filipe II, em 1617. Todas as outras intervenções conhecidas serão, muito provavelmente, obras de conservação ou reparação, ditadas em muitos casos pelos períodos de abandono a que frequentemente ficavam votadas, resultantes quer das avarias sofridas, quer da frequente indisponibilidade de meios financeiros para enfrentar os necessários investimentos. Aos aspectos atrás referidos há que juntar a curta vida útil dos engenhos, que construídos maioritariamente em madeira, exigiam cuidados constantes de manutenção e reparação, que os concessionários ou superintendentes nem sempre teriam condições para custear, e que as frequentes dificuldades financeiras da Coroa faziam adiar.

6 – A QUESTÃO DA LOCALIZAÇÃO

Através do conjunto de documentos que conseguimos localizar, sejam eles textos manuscritos ou impressos, procurámos, não obstante as lacunas que continuaram a subsistir, construir um retrato tão aproximado quanto possível da existência, constituição e laboração das *Ferrarias del Rey*, em Barcarena. Falta-nos no entanto abordar a questão da localização.

São escassas as informações que nos ajudam a situar e identificar o espaço que ocuparam as ferrarias de que temos vindo a tratar. Torna-se assim prioritário reavaliar os dados que possuímos, atendendo à possibilidade de reconhecer o sítio, e verificar a eventual prevalência de vestígios. Uma vez mais recorreremos aos manuscritos para, cruzando os dados colhidos nas diversas fontes, buscar pistas que possam servir este intento.

Como ponto de partida há que fazer assentar o nosso trabalho numa evidente conclusão: as ferrarias

¹²⁰ *Apêndice Documental*, Doc. 39.

¹²¹ *Idem*, Doc. 33.

¹²² *Idem*, Doc. 40.

e a casa da pólvora foram sempre tratadas como dois espaços autónomos e individualizados, separados entre si. Esta afirmação é corroborada pelo «relatório de 1640»,¹²³ como o chamava Sousa Viterbo, onde se afirma que as duas oficinas eram «místicas em pouca distância». Se o espaço da fábrica da pólvora está actualmente devidamente identificado e recuperado, importa então situar a segunda oficina.

Esta separação física era determinada pela natureza das produções de cada casa, já que numa se trabalhava a pólvora, da qual se procurava excluir qualquer contacto com o fogo e com o ferro que o podia produzir, sobre o que é bem explícito o mesmo texto quando se refere que «corre por junto a esta casa uma estrada muito frequentada, e como por ela vão pessoas com fogo e as cavalgadas o acendem nas pedras»,¹²⁴ propondo-se deslocar a estrada, desviando-se a «passagem de gente de partes tão perigosas».¹²⁵ Este afastamento é também corroborado por Leonardo Turriano, quando refere que «Cerca destes molinos sobre el mesmo arroyo hai otra casa, que llaman las ferrerias».¹²⁶ A expressão «cerca», utilizada em lugar de qualquer outro vocábulo que sugerisse contiguidade ou uma proximidade imediata, denuncia um evidente distanciamento. Se alguma dúvida persistisse, ficaria clarificada a total incompatibilidade dos dois estabelecimentos, e consequentemente qualquer possibilidade de serem contíguos, pela óbvia constatação de num se trabalhar o ferro com fogo, e no outro se misturarem grandes quantidades de pólvora.

Há no entanto que averiguar se as duas casas se situavam sobre a mesma margem da ribeira, ou se, pelo contrário, haviam sido erigidas em margens opostas. Julgamos ser de excluir a possibilidade de as mesmas se localizarem em margens diferentes, já que levaria à necessidade de repartir a água retida pelo açude, diminuindo a rentabilidade desta fonte energética ao anular a possibilidade de reutilização da mesma nos diferentes engenhos existentes tanto nas ferrarias como na fábrica da pólvora. Não há também quaisquer vestígios físicos ou registo documental que nos indicie a existência de uma outra derivação do açude para além daquela que é conhecida e que ainda subsiste. Todos os dados indicam que as duas construções se localizavam na mesma margem. Nada aponta também para a eventualidade de as ferrarias se situarem a jusante da Casa da Pólvora, sabendo-se que a data de fundação desta última é posterior à da criação das oficinas do ferro. Tal facto classificaria como fútil a construção do único açude existente a uma tão grande distância do ponto inicial de utilização, o que, sem qualquer vantagem técnica, oneraria inutilmente não só a construção como a manutenção de tão extensa levada.

Esta constatação remete a localização para um ponto intermédio entre o açude e a oficina da pólvora, quando não se conhece também qualquer vestígio ou indício físico que tenha permitido, ao longo do tempo, referenciar o local das antigas ferrarias. A ausência de qualquer outro tipo de dados deixa-nos apenas em aberto a via documental, como único meio de investigação. Para a tarefa da localização salientamos a importância do manuscrito e peças desenhadas de Leonardo Turriano, o já referido «relatório de 1640» e o inventário de 1685.¹²⁷ Verifica-se, em primeiro lugar, a grande concordância entre o

¹²³ Idem, Doc. 66.

¹²⁴ Idem, ibidem.

¹²⁵ Idem, Doc. 66.

¹²⁶ Idem, Doc. 27.

conteúdo do inventário realizado em 1685 e o estabelecimento que Turriano nos deixou representado no seu desenho.¹²⁸ O texto com que introduz as propostas que elaborou deixa bem clara a preexistência das oficinas que pretendia remodelar. Como já referimos anteriormente, consideramos o seu trabalho predominantemente um levantamento e não um projecto para uma construção nova, propondo apenas como alteração para o seu interior a adição de mais um malho, que não representa. O engenho de verrumar que pretende acrescentar, projecta-o como um anexo a edificar.



Fig. 15 – Panorâmica da núcleo antigo da Fábrica de Cima, sendo facilmente identificável o conjunto de quatro oficinas que alojaram os engenhos de galgas. Os dois espaços, à esquerda na foto, correspondem ao espaço anteriormente ocupado pelas *Ferrarias del Rey*.

Julgamos poder concluir, com segurança, que o desenho incluído a folha 87 do manuscrito «Dos Discursos...» documenta a planta das Ferrarias e a disposição e tipologia dos seus equipamentos. Esses conteúdos são enumerados no inventário de 1685, revelando a coerência necessária para permitir uma real identificação e a constatação de que muito pouco se terá alterado no decurso das seis décadas, que, aproximadamente, separam estes dois registos.

Outros documentos dão também importante contributo para o esclarecimento desta questão. O destino

¹²⁷ Idem, Doc. 103.

¹²⁸ Ver Fig. nº 9.

das Ferrarias fica decidido quando a Tenência Geral de Artilharia entrega, por alvará régio, a Carlos de Souza e Azevedo «o sítio das ferrarias de Barcarena, casas e azenha, com suas pertenças para nele estabelecer dois moinhos de obrar pólvora, reparar a levada e açude tudo à sua custa ficando-lhe o dito sítio em propriedade».¹²⁹ A transmissão dos espaços correspondentes às velhas oficinas das Ferrarias é formalizada pelo referido alvará, datado de 13 de Maio de 1695, e registado na Tenência Geral de Artilharia a 22 de Agosto.

Aproveitando a infra-estrutura existente, constituída pelo amplo espaço das forjas, pelo açude e levadas, Carlos Azevedo instala os dois moinhos contratados, criando-se assim a «Fábrica de Cima» da Fábrica da Pólvora de Barcarena. É essa mesma instalação que vamos encontrar desenhada na «Planta da fábrica da pólvora de Barcarena, mandada tirar pello M.mo e Exmo. Sr. Martinho de Mello Em 22 de Agosto de 1775».¹³⁰

Reconhecemos ali os dois engenhos instalados no final do séc. XVII, pelo assentista da pólvora do Reino, dividindo em dois a área ocupada anteriormente pelas forjas. Transporta-se assim para a segunda fábrica a solução adoptada para a Fábrica de Baixo de, por motivos de segurança, separar cada engenho por uma parede de alvenaria.



Fig. 16 – Fachada principal dos velhos edifícios que ocupam actualmente o espaço pertencente às antigas *Ferrarias del Rey*.

¹²⁹ *Apêndice Documental*, Doc. 111.

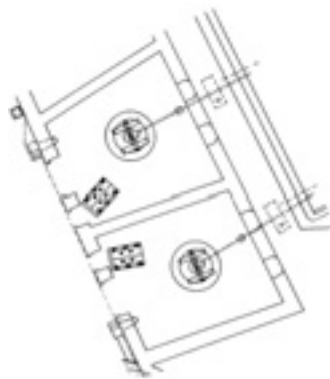
¹³⁰ António de Carvalho Quintela *et al.*, *A Fábrica da Pólvora de Barcarena e os seus sistemas hidráulicos*, 1998, p. 116.



1617



1775



1910

Fig. 17 – Três representações gráficas do edifício das forjas, nas Ferrarias de Barcarena: 1617 - Planta desenhada por Leonardo Turriano; 1775 - Extracto da planta mandada fazer por Martinho de Mello (*in Quintela et al., 1998, p. 118*); 1910 - Extracto da planta desenhada por António Costa e Artur Costa Pereira (*in Quintela et al., 1998, p. 179*).

Os restantes edifícios ficam subaproveitados, mantendo-se os edifícios habitacionais como alojamento, onde se instalou o feitor, naquela que seria a casa do coronheiro, e a «casa dos mossos», que conhecemos de referências anteriores como as casas em que dormiam os oficiais.¹³¹ Não terão sido introduzidas outras alterações no conjunto edificado, para além das adaptações indispensáveis aos novos engenhos de galgas, que, cremos, seriam em tudo idênticos aos existentes na Fábrica de Baixo, e que por sua vez manteriam a concepção base definida por Leonardo Turriano.

A reduzida intervenção verificada, permite-nos reconhecer no levantamento realizado em 1775, tudo o que nos surge mencionado não só nos documentos de Turriano, mas também nos inventários de 1685, 1692 e 1695.¹³² Identificamos facilmente a posição do engenho de verrumar, anexo à casa das forjas, em localização idêntica à preconizada pelo engenheiro-mor, as casas do superintendente e do mestre coronheiro, com escada por fora e pomar, e mesmo a azenha com dois engenhos moentes, que teria sido construída em tempos de Cristóvão de Manhorca. Nova campanha de obras adiciona, nos finais do séc. XVIII, outros dois engenhos aos que inicialmente haviam sido instalados nas antigas forjas. Opta-se pelo prolongamento da galeria das rodas, e respectivo canal, e pela construção ou ampliação das Caldeiras de Cima e de Baixo, como reforço da capacidade de retenção da água captada pelo açude.

A configuração das antigas forjas continua reconhecível no levantamento de que resultaram as plantas elaboradas em 1910,¹³³ evidenciada pela forma peculiar das duas casas de engenho, caracterizada pela ausência de esquadria das paredes exteriores, constante em todos os registos anteriormente desenhadas.¹³⁴ Estes dois espaços vieram mais tarde a ser reutilizados e designados como «Oficinas Auxiliares», onde, curiosamente, voltaram a ser instaladas novas forjas.

Uma última questão ressurgue de tudo o que atrás fica exposto. Se nos parece agora seguro que Turriano apenas terá trabalhado sobre uma oficina pré-existente, a que período deveremos atribuir e datar a ferraria encontrada e desenhada em 1617? Tudo parece indiciar que estaremos, muito provavelmente, em presença da «casa de armaria» manuelina, cuja entrada não deixaria de ostentar a conhecida pedra de armas reais, símbolo que atestava a propriedade real. Uma pedra de armas de D. Manuel, está actualmente colocada sobre o portal de acesso à Fábrica de Cima, construído muito provavelmente no século XVIII ou mesmo já no século XIX. Terá esta pedra estado colocada na parede exterior, sobre a porta das Ferrarias, sendo mais tarde transferida aquando da construção dos edifícios dos terceiros e quarto engenhos de pólvora da nova fábrica? A produção deste símbolo régio é, obviamente, contemporânea do reinado que identifica, e apenas a sua prévia existência no local nos parece justificar a posterior reutilização. Trata-se, pois, de uma nova interrogação, cujo aprofundamento e explicação exige uma maior atenção em trabalhos futuros.

¹³¹ *Apêndice Documental*, Doc. 113. Ver também a Fig. 18.

¹³² *Idem*, Docs. 103, 108 e 112.

¹³³ António de Carvalho Quintela *et al.*, *op. cit.*, p. 116.

¹³⁴ Ver Fig. 15, onde se verifica a coerência do objecto representado ao longo dos tempos, revelando, na planta de 1775, a permanência do anexo em ruínas correspondente à casa do engenho de verrumar.

Julgamos que os elementos recolhidos, e atrás apresentados, nos permitem concluir pela identificação do local de construção das *Ferrarias del Rey*, em Barcarena, local de importância determinante para a história do desenvolvimento da metalurgia do ferro em Portugal.



Fig. 18 – Proposta de identificação dos diferentes espaços integrantes do conjunto edificado correspondente às *Ferrarias del Rey*, com base na planta de 1775 e no conteúdo do inventário de 28 de Dezembro de 1685 (*Apêndice Documental*, Doc. 102): 1 - Edifício das forjas; 2 - Casa de verrumar; 3 - Casa de limar; 4 - Canal sobre a galeria das rodas hidráulicas; 5 - Casa «em que dormiam os moços»; 6 - Casa do mestre coronheiro; 7 - Casa do superintendente; 8 - Azenha com duas moendas.

7 – AS PRODUÇÕES DE BARCARENA

A actividade produtiva das ferrarias foi-se adaptando às necessidades de cada época, modernizando-se ao longo dos séculos, nunca se afastando, no entanto, da produção de armamento, principal vocação e razão primeira da sua criação. Nesta evolução reconhece-se uma crescente exigência técnica, quer ao nível dos equipamentos instalados e respectiva rentabilidade, quer também ao nível da habilitação e organização dos mestres e oficiais.

Não devemos nunca entender estas oficinas como local de produção das conhecidas armas de aparato, verdadeiras obras-primas, que importantes colecções públicas ou privadas justificadamente apresentam como verdadeiras jóias. Nas Ferrarias de Barcarena, a opção era, naturalmente, a inversa. Procurava-se produzir a maior quantidade possível de armas, visando abastecer com o maior número de arcabuzes e mosquetes o Armazém e as armadas que a partir dele se equipavam, e mais tarde o crescente número de fortalezas, tanto no Reino como no império.

Não são menores as exigências e os problemas colocados pela prioridade dada à produção quantitativa. A necessidade de manutenção, em permanência, de um grande conjunto de trabalhadores habilitado para desempenhar as diferentes e muito especializadas tarefas, não permitia dissociar a presença dos diferentes grupos profissionais. Esta divisão de tarefas, que separa as relacionadas com a forja dos trabalhos de serralharia, contraria em absoluto as velhas tradições dos mestres de tenda aberta, que dominavam todas as etapas do processo produtivo. Tornou-se assim indispensável organizar a produção, procurando harmonizar o número de oficiais de cada especialidade de acordo com as capacidades produtivas das oficinas em cada operação, adequando os tempos de laboração às fontes de energia e matérias-primas disponíveis.

Inicialmente encontramos ligados a estas oficinas «mestres de fazer e alimpar»,¹³⁵ cuja presença era assegurada por contrato. O seu trabalho incidiria essencialmente sobre armas brancas, de punho e de haste, que guarneciam e limpavam, e sobre a produção e manutenção de armamento defensivo de vários tipos.¹³⁶ Exercendo a actividade sem carácter permanente, a laboração das oficinas surge-nos com uma frequência incerta, de base sazonal ou eventual. A forte ligação entre as ferrarias e o Arsenal de Lisboa é evidente, sabendo-se que grandes lotes de armas de vários tipos eram tratadas em Barcarena. Para termos uma noção do volume de trabalho proveniente do Arsenal, basta considerar a referência de Damião de Góis, de 1554, afirmando encontrarem-se ali «número infinito de armas e de lanças», bem como «quarenta mil armaduras de infantaria, mais três mil armaduras completas de cavaleiros».¹³⁷

À limpeza e reparação do armamento depositado no Arsenal, juntava-se a importante produção de

¹³⁵ *Apêndice Documental*, Docs. 2, 5, 6, 8, 11, 15 e 17.

¹³⁶ Quanto à hipótese plausível de no final do séc. XV e durante o séc. XVI se haver produzido artilharia de ferro forjado de baixo calibre, para cuja fabricação existiriam certamente suficientes meios técnicos instalados em Barcarena, não se conhece ainda qualquer documento que comprove este tipo de produção.

¹³⁷ Damião de Góis, op. cit., p. 54.

armamento defensivo. Esta definição refere-se concretamente ao conjunto de peças que protegiam o corpo do soldado. Às armaduras leves do período medieval, que procuravam garantir defesa contra cutiladas, flechas e virotes, sucede, a partir da segunda metade do século XVI, um novo tipo de protecções que procuravam impedir a penetração dos projecteis disparados por armas de fogo portáteis. Inclui Leonardo Turriano nos anexos à sua obra «Dos Discursos...», uma clara alusão à manufactura deste artigos quando menciona que nas Ferrarias «en otros tiempos se solian hazer cuerpos de armas aprueua de arcabuses y mosquetes para las personas que se embarcauam em las armadas».¹³⁸ Francisco Velho garante, alguns anos mais tarde, que «tem feitos muitos peitos fortes, que forão na ocasião da Restauração da Bahia e para outras partes».¹³⁹

Os «corpos de armas» referidos seriam constituídos por peitoral, espaldar e capacete, ou seja, protecções para o tronco e cabeça. Os malhos hidráulicos, com as suas pesadas cabeças de aço, estavam especialmente vocacionados para produção de grandes quantidades de chapa de ferro, por martelagem dos lingotes ao rubro. Obtinha-se uma chapa plana, espessa, de desenho quadrangular, com uma espessura não inferior a 5 ou 6 milímetros que, novamente aquecida na forja, era moldada, novamente por martelagem, recebendo a forma de peitoral, espaldas ou capacete. O acabamento era dado sobre as rodas de esmeril, que lhes retirava as imperfeições e marcas produzidas pelos malhos e martelos. À limagem para aperfeiçoamento das abas e cavas, seguia-se o forro interno que se fixava por cravação.

Dada a elevada espessura do metal, indispensável para garantir o nível de protecção desejado, o conjunto adquiria um peso total de tal forma elevado que limitava a liberdade de movimentos e o equilíbrio do soldado, e tornava impensável a realização de armaduras completas. No caso português, a necessidade de utilização deste tipo de armas em climas quentes obrigava a aligeirar a sua composição, pelo que em muitas ocasiões apenas se usaria o peitoral ou «peito forte».

A transformação do lingote, que anteriormente já teria passado por um processo prévio de afinação por martelagem com o objectivo de lhe retirar as escórias e restos de ganga, era determinante para a preparação do ferro para as diferentes aplicações. Para além das operações metalúrgicas de base, como a redução e a afinação, a transformação do ferro em varão ou chapa era determinante para o trabalho de serralharia, a partir do qual se produziam todo o tipo de alfaias e ferramentas, das mais variadas finalidades e dimensões, e também armas, defensivas e ofensivas. No entanto, para o armamento, a qualidade da matéria-prima, traduzida na sua homogeneidade e dureza, era factor determinante. Para além das características intrínsecas do próprio metal, a qualidade necessária só poderia ser obtida com processos adequados de tratamento e manufactura. Os engenhos instalados nas ferrarias de Barcarena visavam possibilitar a fabricação em quantidade, com qualidade, ultrapassando as limitações produtivas das pequenas oficinas, típicas dos séculos XV e XVI.

A pregadura não se terá tornado, certamente, uma produção típica das ferrarias de Barcarena. A sua

¹³⁸ *Apêndice Documental*, Doc. 27.

¹³⁹ *Idem*, Doc. 38.

manufatura, embora economicamente relevante, terá tido lugar em período que não terá ultrapassado a década iniciada em 1620. A justificação para a intenção de dedicar este espaço industrial à fabricação exclusiva de pregadura, ter-se-á ficado certamente a dever à dificuldade de obter no mercado interno as enormes quantidades requeridas pela construção naval, que tinha lugar não só na Ribeira das Naus mas também em outros grandes estaleiros, como a Pederneira, próximo da actual Nazaré, ou a Ribeira do Ouro, no Porto. Nas causas dessa escassez, inclui-se a dificuldade de as pequenas oficinas locais corresponderem com as produções que eram intimadas a entregar no Armazém, não terem, pelos processos primitivos que utilizavam, a possibilidade de extrair, purificar e bater todo o ferro que os quantitativos solicitados exigiam.

Usavam-se pregos dos mais variados tamanhos e funções tais como cavilhas para quilha, pernos, pregos de embaraçar, pregos de costado e de coberta, pregos de rebitar, etc. Para estabelecermos uma ordem de grandeza quanto à dimensão do problema, há que ter em conta que para a construção de uma simples galeota de dezoito bancos eram necessários 27.275 pregos de todo o tipo, e ainda 80 grandes cavilhas.¹⁴⁰ Para uma nau de quatro cobertas exigiam-se 800 quintais de pregadura variada.¹⁴¹

Esta produção terá, com a recuperação das Ferrarias de Tomar, sido transferida para aquela comarca, beneficiando da vantagem resultante da extracção e fundição de ferro local.¹⁴² Em Barcarena ter-se-á regressado, por volta de 1630, à fabricação exclusiva de armamento, introduzindo-se a fabricação de armas de fogo, tecnicamente mais exigente, e para a qual aquelas oficinas estavam especialmente equipadas, tendo em conta a recente construção do engenho de verrumar.

A produção de armas de fogo implicava a produção de grandes quantidades de chapa de ferro, com dimensões e espessura predefinidas, essencial para a produção do cano. Este era, claramente, o componente que maior dificuldade de execução apresentava. A chapa, ao rubro, era moldada previamente em forma de telha, que seguidamente era fechada sobre um espetão de aço, formando um tubo, ao caldear uma aba sobre a outra, de modo que não subsistisse qualquer fenda ou vazio na união assim obtida. Qualquer imperfeição, que obstasse a uma efectiva junção do ferro assim forjado, ditava, com grave risco de vida para o utilizador, o perigo de explosão da arma, dadas as tremendas pressões internas instantaneamente geradas pela inflamação da carga de pólvora.

Relativamente à informação apurada sobre a produção de armas de fogo, encontrámos, a partir de 1630, repetidas alusões a lotes de arcabuzes e mosquetes aparelhados.¹⁴³ Este termo, «aparelhados», refere-se ao conjunto de acessórios que acompanhavam a arma, e que eram no caso do arcabuz os respectivos frasco e frasquinho, e para o mosquete os mesmos frascos a que se juntava a forquilha na qual era apoiado no momento de realizar o disparo. Havia ainda necessidade de uma forma ou molde para a execução, pelos soldados, das balas de chumbo, mas quanto à produção deste acessório não encontrámos qualquer referência, sabendo-se que o Armazém realizava, através dos assentistas, frequentes compras de balas

¹⁴⁰ Manoel Fernandes, *Livro de traças de carpintaria*, 1616, folhas 45-r a 46-r.

¹⁴¹ Idem, folha 6-r.

¹⁴² *Apêndice Documental*, Doc. 36.

¹⁴³ Idem, Docs. 58, 67, 72, 75, 77, 78, 85.

destes tipos, tornando talvez desnecessária a produção pelos próprios soldados.

Antes de avançarmos para outras questões, julgamos importante reter um dado, que nos surge mencionado na documentação recolhida, e que se relaciona com a compra dos fechos utilizados nas armas de Barcarena.¹⁴⁴ Sabemos que até finais do séc. XVII a Coroa adquiria para os seus arsenais armas de murrão, como eram à época designadas, ou de mecha, como actualmente as conhecemos. As armas produzidas em Barcarena seriam certamente do mesmo tipo, e encontramos referências à aquisição exterior de fechos no período de Domingos de Garate. Tratando-se de fecharia de concepção simples e de fabricação tecnicamente acessível, estranha-se o facto de tal artigo não ter produção garantida nas próprias oficinas. Dotadas já de pessoal permanente, e paralisadas as forjas durante o Verão, por falta de água, seria certamente esta a estação aproveitada para o trabalho de acabamento dos canos e para fabricação das guarnições necessárias para as armas a produzir. Uma hipótese que explique esta situação poderá ser a possibilidade de se privilegiar o trabalho da forja dos canos, para os quais sabemos não existir à época estabelecimento alternativo. A utilização de componentes adquiridos a oficinas externas não nos deve, no entanto, surpreender, quando sabemos que mesmo os armeiros de Lisboa recorriam frequentemente, para satisfação das suas encomendas, à utilização de canos importados.

Embora as armas e pólvora fabricadas em Barcarena se destinassem exclusivamente ao Armazém do Reino, significando que as fábricas reais entregavam a totalidade da produção ao entreposto régio que abastecia exclusivamente as armadas e fortalezas da Coroa, a decisão, aparentemente tardia, de reforçar a consignação e afectar parte das armas produzidas à Repartição das Armas introduz um dado novo, que é de, pela primeira vez, as armas de Barcarena se destinarem às necessidades internas do Reino.¹⁴⁵

Sobre a referida Repartição das Armas, convém determo-nos um pouco. Se a possibilidade de ataques à costa portuguesa por parte de piratas e corsários sempre existiu, é verdade que esse risco havia sido controlado durante o séc. XVI através do apresto anual de armadas de guarda costa, que com efectivos adequados patrulhavam o triângulo compreendido entre o norte de Portugal, o arquipélago dos Açores e a costa sul até ao Estreito de Gibraltar. O perigo de ataques às naus em regresso, às embarcações de pesca e às povoações costeiras justificava tal dispositivo, para o qual a coroa espanhola sempre contribuiu, reconhecendo que utilizando as mesmas rotas necessitava de garantir também protecção às armadas que retornavam das Índias Ocidentais. Deu-se assim início a um período de patrulhamento conjunto destas rotas, formado por importantes esquadras portuguesas e espanholas, poderosamente armadas e equipadas, que se interpunham entre as naus de carreira e as rápidas flotilhas de corsários.

Deste esforço militar e financeiro resultou, por muitos anos, a contenção da actividade de corso, permitindo o regresso seguro de navios e cargas. Durante o primeiro quartel do séc. XVII, esse cuidado abrandava enquanto se acentua a actividade da pirataria, oriunda tanto do norte de África como de portos franceses e ingleses. Esse flagelo atinge também as populações ribeirinhas, repetindo-se os ataques a

¹⁴⁴ *Apêndice Documental*, Doc. 42.

¹⁴⁵ *Idem*, Docs. 44 e 45.

povoações costeiras. Reconhece-se então a necessidade de garantir à população os necessários meios de autodefesa, que a Coroa, sufocada por dificuldades financeiras, não estava em condições de assegurar. Decide-se que cada comarca recensearia o número de homens disponíveis para que, antecipadamente, se cobrasse a cada um o valor da arma que a Coroa forneceria depois de adquirida. Ter-se-á cifrado em muitos milhares o número de armas necessárias, que foram encomendadas a contratadores que as compravam preferencialmente no actualmente designado País Basco, nas Armarias Reais da Coroa espanhola, em Placencia de las Armas, província de Guipuzcoa. Bem se compreendem os problemas criados ao biscainho Domingos de Garate e seus companheiros, quando em 1631, recebem ordem de prisão das autoridades espanholas em Lisboa, acusados de fazerem «mal a sua pátria em virem a este Reino fabricar armas em diminuição do seu trato».¹⁴⁶

Não estavam também as oficinas espanholas em condições de satisfazer tal incumbência, e as dificuldades de aprovisionar tão grande número de armas, levaram a que o processo da Repartição, iniciado por volta de 1625, ainda não estivesse concluído em Junho de 1640, havendo ainda muitos portugueses que não haviam recebido a arma que tinham pago muitos anos antes. O encaminhamento atempado de tão significativos recursos financeiros e um apetrechamento adequado em meios humanos e técnicos das nossas oficinas, teriam sido, certamente, de uma importância determinante no estímulo da produção de armamento em Barcarena.

A restauração da monarquia portuguesa, em 1 de Dezembro de 1640, e a aclamação de D. João IV como rei de Portugal dá início a um período de guerra aberta com Espanha que se irá prolongar por 28 anos. A necessidade urgente de armas, num país em grave crise política, social e económica, leva o novo soberano, e aqueles que o apoiam, a recorrer a todas as soluções imediatas. A reorganização e rearmamento do exército, num contexto de guerra iminente, fez-se com base na contratação de oficiais estrangeiros e grandes importações de material bélico. Da Holanda, aliada no continente mas principal inimiga nas colónias, chegará artilharia, munições e mosquetes. A rainha da Suécia vendeu lotes substanciais de armas provenientes dos arsenais equipados pelo seu pai, Gustavo Adolfo. De Inglaterra embarcar-se-ão peças de artilharia de ferro fundido, bem como lingotes do mesmo metal para abastecimento do mercado interno, carente, por falta dos abundantes fornecimentos biscainhos.

Em Barcarena a azáfama é grande, e o período da Guerra de Restauração revelar-se-á um dos mais produtivos da história da sua existência. Em substituição dos antigos contratadores, as oficinas passaram a ser dirigidas na directa dependência da Fazenda Real, criando-se a figura do superintendente, cargo remunerado de nomeação régia.¹⁴⁷ Dada a carência de meios económicos para a aquisição, em muitos casos, de material obsoleto, em quantidades insuficientes, a produção de Barcarena assume uma importância estratégica. Foi recuperada a capacidade produtiva das ferrarias, e grande o empenho na manufactura do maior número possível de armas de fogo, mantendo-se ainda ao serviço alguns dos

¹⁴⁶ *Apêndice Documental*, Docs. 42 e 43.

¹⁴⁷ *Idem*, Doc. 67.

mestres e oficiais biscainhos, entretanto já radicados em Portugal.¹⁴⁸ O abastecimento das oficinas não foi fácil, e o seu financiamento também não.¹⁴⁹ Reconhecida a importância e necessidade da produção, o apoio constante e atento do Conselho da Fazenda ajudou o superintendente a levar por diante a sua tarefa.¹⁵⁰

Verificou-se uma diversificação das produções, consequência directa da necessidade de auto-abastecimento que o país enfrentava. Encontramos assim as primeiras referências à produção de pistolas e carabinas, artigos que se juntaram à tradicional produção de arcabuzes e mosquetes.¹⁵¹ Surge também a produção de grande número de esmerilhões,¹⁵² arma de fogo portátil de grande calibre, em que o comprimento poderia atingir os 3 metros. Dadas as suas grandes dimensões, era destinada a utilização em posição fixa, em fortificações ou navios, e o seu fabrico em Barcarena poderá quantificar-se em várias centenas. São frequentes, ao longo dos anos, as remessas de material bélico para os Presídios de Cascais e Peniche, entre outras praças, e parece ter sido este o período de melhor administração e organização das oficinas.

Com o fim da Guerra de Restauração, é claro o abrandamento da produção que, lentamente arrastará as ferrarias para um período de abandono. É nesta situação que as iremos encontrar em 1685, ano em que serão novamente entregues a contratadores.¹⁵³ O prazo de contrato é fixado por dez anos, para a fabricação de canos de espingarda, arcabuzes e mosquetes, bem como a produção de arame de ferro «de toda a casta».

Embora sejam escassos os dados conhecidos sobre os resultados obtidos, é fácil concluir que este período não terá sido particularmente feliz na história destas oficinas. Em 1692, encontramos já as oficinas novamente paralisadas por morte de um dos contratadores,¹⁵⁴ Roland Duclos, desconhecendo-se o paradeiro do outro, Cláudio de Gramboas, que deixa de ser referido em toda a documentação conhecida. Da incapacidade de manter as oficinas em laboração, e das dúvidas sobre a sua rentabilidade económica, resulta a decisão de, em 1695, encerrar definitivamente as Ferrarias de Barcarena.¹⁵⁵

8 – MESTRES, CONTRATADORES E SUPERINTENDENTES

A forma de organização e administração do trabalho em Barcarena, foi, naturalmente, sofrendo evoluções ao longo do tempo, adequando-se às necessidades de cada época.

Numa fase inicial, que corresponderá ao momento de construção e instalação das Ferrarias, Fernão

¹⁴⁸ *Apêndice Documental*, Doc. 68.

¹⁴⁹ *Idem*, Docs. 69, 70, 71 e 72.

¹⁵⁰ *Idem*, Doc. 73.

¹⁵¹ *Idem*, Docs. 71 e 72.

¹⁵² *Idem*, Docs. 77 e 81.

¹⁵³ *Idem*, Docs. 102 e 103.

¹⁵⁴ *Idem*, Docs. 108 e 109.

¹⁵⁵ *Idem*, Docs. 111 e 112.

Rodrigues, armeiro contratador das oficinas, superintendeu as obras que se realizam sob orientação técnica dos mestres biscainhos, que recruta para que executem os engenhos à maneira da sua terra, e que permanecerão ao serviço das oficinas logo que concluídas. No seu contrato Rodrigues obriga-se a manter as ferrarias, encaminhando a produção para os arsenais reais.¹⁵⁶

Após a remodelação das oficinas ocorrida no final do período manuelino, Rodrigo Manhoz¹⁵⁷ terá partilhado a responsabilidade das ferrarias com João de Aguilar,¹⁵⁸ embora a sua actividade não nos pareça permanente, à semelhança do que acontecia com outros armeiros do rei, como Gonçalo Fernandes,¹⁵⁹ cuja presença e produção poderia ser ditada pelas encomendas de que seriam encarregados.

A especialização, dimensão ou urgência das encomendas implicaria, em ocasiões determinadas, o reforço da mão-de-obra presente em Barcarena, já que constatamos a vinda de armeiros do norte do país, para trabalhar naquelas oficinas. É o caso concreto de João Afonso,¹⁶⁰ morador de Villa Boa, termo de Guimarães, que é premiado com a atribuição de privilégios de armeiro e espingardeiro, em reconhecimento dos serviços prestados na ferraria de Barcarena, sempre que para isso era chamado. A mesma distinção é outorgada a Gonçalo Afonso,¹⁶¹ também de Villa Boa, e certamente familiar do primeiro, por servir com seu ofício em Barcarena.

Em 1558, por morte de Rodrigo Manhoz, o ofício de armeiro das ferrarias de Barcarena e a respectiva tença, são atribuídos ao seu filho, Baltazar Manhoz.¹⁶² Entretanto, João de Aguilar teria também já falecido, sem filho armeiro que reclamasse a metade das ferrarias a que teria direito.¹⁶³

Baltazar Manhoz seria provavelmente o Baltasar de Manhorca a quem, por falecimento, sucede o irmão Cristóvão de Manhorca, armeiro, que é nomeado mestre dos engenhos das armas de Barcarena, por despacho régio datado de 24 de Julho de 1574. A mercê é confirmada e renovada por alvará de Filipe I, em 17 de Abril de 1587.¹⁶⁴ De referir que no caso concreto de Cristóvão de Manhorca, surgem dados que o atestam como Almojarife da Casa da Pólvora de Lisboa, entre 1612 e 1615, cargo que acumularia com o de responsável pelas ferrarias e, provavelmente com o de mestre da Casa da Pólvora de Barcarena. No entanto, carta não assinada nem datada, mas que certamente seria anterior a 1617, denuncia o comportamento incorrecto e lesivo para a fazenda real por parte de Manhorca, que é acusado de, já nada lavrando nas ferrarias, as ir delapidando em proveito próprio, despojando-a de ferramentas essenciais.¹⁶⁵

¹⁵⁶ *Apêndice Documental*, Doc. 1.

¹⁵⁷ *Idem*, Docs. 9 e 13.

¹⁵⁸ *Idem*, Docs. 5, 6, 7 e 10.

¹⁵⁹ *Idem*, Doc. 8.

¹⁶⁰ *Idem*, Doc. 11.

¹⁶¹ *Idem*, Doc. 12.

¹⁶² *Idem*, Doc. 15.

¹⁶³ *Idem*, Doc. 14.

¹⁶⁴ *Idem*, Doc. 17.

¹⁶⁵ *Idem*, Doc. 18.

Note-se que é provável que, por esta altura, a Casa da Pólvora estivesse também paralisada, em ruínas, após incêndio verificado.

Verificado o abandono em que se encontravam as fábricas de Barcarena, é o interesse de Filipe II pelas mesmas que promove a sua renovação. Leonardo Turriano apresentou projectos para ambas as oficinas, a partir dos quais se promoverá o seu reequipamento.

Após a morte de Cristóvão de Manhorca, ocorrida em 1628,¹⁶⁶ Francisco Velho, requer de imediato o ofício de armeiro das Ferrarias, através de petição onde refere que terá feito a fábrica das ferrarias e casa da pólvora.¹⁶⁷ Depreende-se que terá participado nos trabalhos de construção e renovação dos vários engenhos em ambas as oficinas, permanecendo ao serviço das ferrarias onde afirma ter executado pregadura e «peitos fortes».

Em 1631, encontramos já Domingos de Garate, biscainho, como contratador da ferrarias, e responsável pela produção de armas de fogo.¹⁶⁸ Este mestre, integrou um vasto grupo de mestres e oficiais biscainhos, trazidos a Portugal por André de Velasco, que assumiram a responsabilidade das ferrarias de Tomar e Barcarena.

Domingos de Garate será um dos protagonistas do incidente que opôs o Conselho da Fazenda da Coroa de Portugal às autoridades espanholas em Lisboa, quando estas censuraram a colaboração dos biscainhos em Portugal, considerando que feriam os interesses económicos da sua província, fazendo diminuir ou cessar as constantes importações de arcabuzes e mosquetes que, frequentemente e aos milhares, chegavam da Biscaia. Detido, recebeu ordem de imediato reembarque para a sua província, compulsivamente acompanhado por todos os conterrâneos e respectivas famílias, que com ele laboravam em Barcarena. A sua prisão, no tronco dos castelhanos em Lisboa, sob total jurisdição espanhola, indignou as autoridades portuguesas que de imediato manifestaram ao rei total repúdio pela ingerência dos nobres espanhóis nos negócios portugueses. Acatou Filipe III as exigências portuguesas, fazendo desembarcar todos os biscainhos, entretanto já colocados a bordo da primeira nau que largasse para a Biscaia, que foram reconduzidos a Barcarena para, à ordem do Conselho da Fazenda, terminarem o seu contrato.¹⁶⁹

Em 1634, encontramos Martim Descalza como contratador das Ferrarias, cargo que manterá até à sua morte em finais de 1636. Terá sido este um dos períodos mais fecundos das ferrarias de Barcarena, com produções que se poderão ter aproximado das duzentas armas por mês.¹⁷⁰ A manufatura teria atingido o seu pleno, dotada de mestres experientes e oficiais capazes, cujo número poderá ter ultrapassado vinte e cinco obreiros. A produção local de prancha de ferro para os canos ter-se-á manifestado insuficiente, pelo que Jorge Lopes de Negreiros, contratador da compra de armas na Biscaia, adquire também prancha pronta, assim como chapa para os frascos de pólvora que também se produziam nas oficinas

¹⁶⁶ *Apêndice Documental*, Doc. 37.

¹⁶⁷ *Idem*, Doc. 38.

¹⁶⁸ *Idem*, Doc. 40.

¹⁶⁹ *Idem*, Docs. 42 e 43.

¹⁷⁰ *Idem*, Docs. 48, 49, 51, 52 e 53.

Barcarena.¹⁷¹ Os bons resultados obtidos animam a Princesa Margarida, Duquesa de Mântua e Governadora do Reino de Portugal, que requiere o aumento do número de oficiais que laboram nas ferrarias, para que possam aprender com o mestre, que tem também o encargo de os ensinar.¹⁷²

A Martim Descalza sucede,¹⁷³ ainda que interinamente, Juan de Mendizabal. Mestre coronheiro, havia também ele integrado o grupo de biscainhos que nos finais dos anos vinte tinham rumado a Portugal. A constante falta de dinheiro que caracterizou os últimos tempos da governação espanhola, criou difíceis condições de trabalho a este contratador que, não vendo satisfeito o pagamento das remessas de armas produzidas, se via impossibilitado de garantir o aprovisionamento dos materiais necessários e de manter os oficiais sem remuneração.¹⁷⁴ Em Novembro de 1638, dirige uma petição à Duquesa de Mântua, requerendo que lhe seja mantido o contrato, contrariando a proposta de Jorge Lopes de Negreiros com o argumento de que este, não sendo armeiro mas sim comerciante, não disporia dos conhecimentos necessários ao prosseguimento daquelas oficinas. Alegava também a competência demonstrada no ensino, à sua custa, dos oficiais portugueses.¹⁷⁵ Não é atendida a sua pretensão e Jorge Lopes de Negreiros assume a posse das ferrarias, com contrato por dez anos.¹⁷⁶ Juan de Mendizabal continuará como mestre coronheiro.

Importa acrescentar alguns factos, úteis na caracterização desta nova figura que é Jorge Lopes de Negreiros. Trata-se de um dos importantes contratadores que asseguravam o abastecimento da coroa portuguesa com as mais variadas mercadorias, comprando no estrangeiro cobre, ferro, pólvora, armas, pregadura, madeira para mastros, etc.¹⁷⁷ Orbitava na esfera dos importantes banqueiros portugueses que nas últimas décadas da governação filipina, adquiriram enorme influência no financiamento da coroa portuguesa e posteriormente forte contributo no suporte económico do soberano espanhol face ao pesadíssimo défice e à bancarrota de 1627.¹⁷⁸

As redes comerciais e as relações financeiras estabelecidas por toda a Europa por figuras como João Nunes de Saravia, Jorge Henriques, Bartolomé Febo, Juan da Silva de Lisboa, Tomás Lopes Ulloa, entre muitas outras, aliadas a uma formidável capacidade monetária, conferiam ao grupo português uma influência e facilidade de manobra que a Filipe III interessava manter como aliado, já que este superava, de longe, os congéneres espanhóis, substituindo mesmo com vantagem os tradicionais financeiros genoveses.¹⁷⁹

À grande maioria, senão à totalidade, destes reputados comerciantes/banqueiros não faltava porém o

¹⁷¹ *Apêndice Documental*, Doc. 50.

¹⁷² *Idem*, Docs. 52 e 53.

¹⁷³ *Idem*, Doc. 54.

¹⁷⁴ *Idem*, Doc. 58.

¹⁷⁵ *Idem*, Doc. 59.

¹⁷⁶ *Idem*, Doc. 61.

¹⁷⁷ *Idem*, Docs. 50, 56, 59, 60, 61, 62 e 64.

¹⁷⁸ Nicolás Broens, *Monarquía y capital mercantil*, 1989, pag. 26.

¹⁷⁹ *Idem*, pp. 22-24.

epíteto de cristãos-novos,¹⁸⁰ ao qual não escapava também Jorge Lopes de Negreiros.¹⁸¹ A influência e posição obtidas não o isentavam de críticas, já que enfrentou acusações de tratar melhor do seu proveito que do serviço da Coroa,¹⁸² atendendo aos preços considerados exagerados que praticava, ressarcindo-se generosamente da intermediação que exercia. O controle das Ferrarias, cujas produções passavam a integrar os seus assentos de armas, garantiam a Jorge Lopes uma situação de quase monopólio nos fornecimentos de armamento ligeiro à Coroa portuguesa. Convém não esquecer que Jorge Lopes realizava também importantes negócios com a Coroa através da compra antecipada, com pagamento adiantado, de importantes lotes de carga das naus vindas da Índia. Tantos e tão importantes interesses comerciais remeteram certamente as Ferrarias de Barcarena para um plano secundário nas preocupações de Jorge Lopes de Negreiros, justificando o abandono em que se encontravam em 1640.¹⁸³

Com o fim da união das duas Coroas peninsulares, em 1 de Dezembro de 1640, as Ferrarias de Barcarena recuperam o protagonismo que noutros tempos haviam merecido, sendo recuperadas para os tempos de guerra que se avizinhavam. O novo rei chama a si a responsabilidade da reorganização do exército português, e cria uma nova estrutura logística para o seu abastecimento, a Tenência Geral de Artilharia, cuja direcção confia a Rui Correia Lucas. Na Tenência ficaram integrados todos os arsenais, fundições de artilharia, fábricas de pólvora e oficinas de armas. A Casa da Pólvora e as Ferrarias de Barcarena são também integradas neste novo organismo. Para a administração da fábrica de armas é criado o cargo de superintendente, atribuído a João Rodrigues Chaves.

As oficinas retomam a laboração, e inicia-se uma nova fase em que a quantidade de armas fabricadas é ditada pelo aproveitamento total da capacidade produtiva, e já não pela fixação prévia de quantitativos, como até aí acontecia com os assentos e consignações dos mestres contratadores. Não é no entanto um período isento de dificuldades, que se prendem com o difícil aprovisionamento das matérias-primas necessárias, nas quais também se incluía o carvão de madeira, único combustível utilizável na produção de armas de fogo.¹⁸⁴ Algumas tensões se terão também feito sentir, entre o superintendente e Juan de Mendizabal, o mestre biscainho que se manteve ao serviço das oficinas, às quais a situação de súbdito natural de Filipe III não terá, certamente, sido estranha.¹⁸⁵

Em 1646 dá-se a substituição de João Rodrigues Chaves por Vicente Gonçalves Rebelo.¹⁸⁶ As dificuldades continuam grandes, no que toca ao normal funcionamento das oficinas, mas reconhece-se uma maior estabilidade da produção com frequentes remessas de armamento para diferentes pontos do país. Barcarena continua a ser o único local do país onde se podem fabricar mosquetes para o exército real.¹⁸⁷

¹⁸⁰ Idem, p. 35.

¹⁸¹ Ver entrada neste nome em *Apêndice Biográfico*.

¹⁸² *Apêndice Documental*, Doc. 56.

¹⁸³ Idem, Doc. 66.

¹⁸⁴ Idem, Docs. 72 e 73.

¹⁸⁵ Idem, Doc. 68.

¹⁸⁶ Idem, Doc. 74.

¹⁸⁷ Idem, Docs 75, 77, 78, 81, 82, 83, 85, 86 e 92.

Vicente Gonçalves Rebelo falece em 1671, totalizando 25 anos na direcção das ferrarias.¹⁸⁸ Ter-lhe-á sucedido um seu sobrinho, com o mesmo nome. Por renúncia ao cargo do Licenciado Vicente Gonçalves Rebelo (sobrinho) é nomeado superintendente Agostinho Barbosa da Torre, também este sobrinho do primeiro Vicente Gonçalves Rebelo.

O novo superintendente, que já havia desempenhado a função em tempo de seu tio, é formalmente empossado em Junho de 1681, recompensando os serviços prestados nas Ferrarias, mas também os anteriormente desempenhados como capitão do Terço de Cascais, e no tempo que andou embarcado na Armada de guarda-costa. Deste período não se conhecem quaisquer dados sobre produções, acreditando-se que o desempenho do superintendente tenha sido apenas formal, já que a partir de 1685 as oficinas passam para a responsabilidade dos contratadores Roland Duclos e Cláudio de Gramboas,¹⁸⁹ após um novo período de inactividade. Muito pouco se sabe da actividade destes dois contratadores, julgando-se que não terá sido muito relevante, incidindo boa parte do trabalho realizado sobre a recuperação de armas inutilizadas, reacondicionando e recorronhando canos usados.

Em 1692 estavam as Ferrarias novamente paralisadas por morte de um ou dos dois contratadores, facto sobre o qual os documentos não são claros, referindo uns a morte de Duclos e outros o falecimento de Cláudio de Gramboas.¹⁹⁰ A incapacidade da viúva de prosseguir com os contratos e a constatação de que as oficinas estavam novamente a ser despojadas dos seus equipamentos leva à intervenção da Tenência que decreta, em 1695, o encerramento definitivo das Ferrarias de Barcarena.¹⁹¹

Impõem-se ainda algumas considerações sobre os modelos de gestão que identificamos ao longo da existência destas oficinas, e as implicações que determinadas práticas, deles decorrentes, tiveram na sua evolução. Em primeiro lugar verificamos que desde o início da sua laboração coube sempre ao rei, na qualidade de proprietário daquele estabelecimento, o encargo de manutenção e conservação de engenhos e casas. Quando essa despesa era atribuída aos contratadores, como contrapartida de contrato, verificamos a incapacidade económica ou o desinteresse dos mesmos em assegurar a contínua laboração das oficinas. Paralelamente, damo-nos também conta da dificuldade de recrutar mão-de-obra especializada, rara para ofícios tão difíceis e exigentes, mesmo que, em alguns momentos, a sua formação estivesse garantida pelo apoio régio e assegurada pela presença de mestres estrangeiros experientes. Embora em certos períodos a atenção e o cuidado de alguns monarcas fosse evidente no acompanhamento das necessidades das oficinas, como é o caso dos importantes investimentos realizados por D. João II, D. Filipe II ou D. João IV, verifica-se que a estes períodos seguiam-se outros de decadência e abandono, nos quais se perdia a necessária continuidade de produção, e a indispensável permanência de mestres e oficiais, essenciais à transmissão de conhecimentos.

Se é certo que em momentos de premente necessidade, as fábricas de Barcarena recebiam uma maior

¹⁸⁸ *Apêndice Documental*, Doc. 93.

¹⁸⁹ *Idem*, Doc. 102.

¹⁹⁰ *Idem*, Docs. 108 e 109.

¹⁹¹ *Idem*, Docs. 111 e 112.

atenção, tanto mais que em várias ocasiões se revelaram como os únicos estabelecimentos capazes de assegurar as produções a que se destinavam,¹⁹² facilmente esse cuidado era esquecido quando, por urgência dos aprovisionamentos ou facilidade na importação, esses bens chegavam pela mão de intermediários que os obtinham em países estrangeiros.

Nada disto diminui o interesse e a valia técnica das oficinas de Barcarena, consideradas «de tanta reputação»,¹⁹³ já que no âmbito específico das produções a que se destinavam, foram certamente precursoras na introdução de tecnologias e soluções mecânicas de tipo industrial, inovações que, de uma forma geral, estariam vedadas aos produtores particulares, por insuficiência económica para a sua instalação e operação. Facilmente se conclui pelas diversas informações retiradas das fontes manuscritas, que mesmo à Coroa, coadjuvada pela estrutura administrativa que a apoiava, a manutenção das oficinas colocava sérias dificuldades financeiras que nem sempre os recursos régios estavam em condições de colmatar.

9 – AS OFICINAS E AS TECNOLOGIAS INSTALADAS

É importante para este estudo procurar determinar quais as influências tecnológicas que deram forma ao projecto de instalação das Ferrarias de Barcarena, caracterizando a sua constituição e organização funcional. Se não existe hoje qualquer dúvida que a influência biscainha foi, desde tempos remotos, decisiva para o desenvolvimento das tecnologias ligadas à metalurgia do ferro em Portugal, torna-se no entanto importante, para a compreensão daquele espaço, identificar e confirmar as origens tecnológicas dos meios instalados.

Sendo reconhecida a presença no país, e em particular em Lisboa, de mestres armeiros de várias nacionalidades, com particular destaque para alemães e italianos, foi no entanto com a Biscaia que o relacionamento técnico e comercial nesta área assumiu particular expressão, tanto no plano quantitativo como na regularidade das transacções. Esta afirmação está bem documentada para os séculos XV, XVI e primeira metade do séc. XVII. Para isto concorrem várias razões, como serão a proximidade geográfica, a inquestionável importância da Biscaia como grande centro metalúrgico, por fim, a capacidade produtiva, habilitada a satisfazer grandes encomendas de armas de vários tipos a baixo preço. É aqui que a dimensão industrial assume particular relevo, traduzindo-se na possibilidade de produção de grandes quantidades de material corrente que, mantido em arsenal, permitia equipar num curto espaço de tempo uma força militar significativa. Os meios técnicos que vamos encontrar equipando as ferrarias de Barcarena visavam dotar aquele estabelecimento de condições para a produção em quantidade. Fabricava-se armamento corrente, de qualidade, mas sem qualquer ornamento, destinado a armar soldados comuns. Material de «munição»,

¹⁹² *Apêndice Documental*, Docs. 73 e 86.

¹⁹³ *Idem*, Doc. 73.

como é designado internacionalmente.

As diferentes soluções adoptadas para o aproveitamento motriz dos cursos de água, têm, necessariamente, em conta as variáveis que os condicionam e caracterizam. A orografia e o regime pluviométrico constituem duas das principais variáveis, que impõem diferentes opções mecânicas, adaptadas ao fim a que se destinam. Caudais intensos e constantes viabilizam soluções técnicas menos onerosas economicamente, como a roda de palas, propulsão inferiormente pela água conduzida por um canal. É o tipo de solução preponderante nas regiões montanhosas, com fortes degelos, que garantem fluxos aquáticos substanciais. É o caso das forjas dos Alpes franceses, de que é exemplo o distrito de Montblanc, no qual funcionaram em simultâneo 80 forjas. Nas regiões bascas, 200 forjas terão trabalhado com condições naturais muito idênticas, aliando uma morfologia acidentada a um regime de chuvas intensas. Na Estremadura portuguesa, o grau de variabilidade do seu clima, de tipo mediterrânico, traduz-se num período de chuvas mais curto, irregular, que impõe limitações à viabilidade motriz dos aproveitamentos hídricos.

Barcarena reúne condições que eram consideradas muito favoráveis à instalação de engenhos hidráulicos, valendo-lhe a classificação de «sítio acomodadíssimo».¹⁹⁴ O local escolhido para a instalação das fábricas, aproveita um acentuado desnível, de vários metros de altura, a montante do local escolhido para a construção das oficinas, em cuja cabeceira foi construída a represa. A água retida era descarregada através da levada, e conduzida por esta ao edifício das forjas.

Casa e engenhos foram construídos à maneira biscainha, posicionando-se na margem à distância necessária para que pudesse receber a água represada pelo açude, que era conduzida por gravidade pela levada até ao canal superior, assente sobre a galeria abobadada onde se alojavam as quatro rodas de copos. A água era encaminhada para um canal delimitado por muros que formavam anteparas sobre a galeria, a partir do qual se processava a descarga, controlada, sobre as rodas, imprimindo-lhe movimento. A utilização de um canal superior, disposto longitudinalmente ao corpo das oficinas e apoiado sobre arcaria, é uma solução recorrente nas ferrarias de Biscaia. Tal concepção impõe que o conjunto de engenhos se disponha linearmente, no interior do edifício, à semelhança do que verificamos em Barcarena. Esta casa, de construção sólida, com grossas paredes, cujas alvenarias excedem um metro de espessura, está apta a suportar as grandes cargas resultantes do elevado peso da água acumulada no canal, bem como as fortes vibrações produzidas pelo funcionamento dos pesados malhos, percutindo sobre as safras. O elemento de maior qualidade construtiva é, sem dúvida, a galeria em abóbada. Construída em pedra lavrada e enxilharia, dispõe-se lateralmente no exterior do edifício. Inclui dois arcos laterais, situados no lado exterior da galeria. A base desta é subterrânea, aberta abaixo da cota natural do terreno, ficando assim apenas visíveis do exterior a parte sobreerguida, constituída pela arcaria e pelo fecho da abóbada, que serve de leito ao canal, também delimitado por muros de pedra aparelhada.

O edifício destinado às forjas necessitava de um pé-direito elevado, não só para alojar em altura a

¹⁹⁴ *Apêndice Documental*, Doc. 66.

estrutura do engenho dos foles, como também para dissipar o calor irradiado pelas três forjas e pelo ferro ao rubro trabalhado nos malhos e bigornas. A iluminação e ventilação do espaço fabril estariam asseguradas por vãos de iluminação abertos, em posição elevada, nas grossas paredes, elementos que o trabalho de Leonardo Turriano não inclui. A porta, único ponto de acesso ao interior, localizava-se na parede virada à ribeira.¹⁹⁵

Os malhos, ou martinetes, eram constituídos por uma grande cabeça de aço, cujo peso, no caso de Barcarena, desconhecemos. Sabemos, no entanto, que para engenhos de tipo idêntico esse valor se poderia situar entre 200 a 400 kg. Este grande martelo estava montado ou «encabado» no braço, constituído por um tronco suspenso de uma grande braçadeira em ferro, dotada de suportes laterais que lhe serviam de eixo transversal, através dos quais apoiava nos bancos, travados por uma estrutura constituída por dois volumosos cepos, dispostos verticalmente e profundamente enterrados. O malho batia sobre a safra, que funcionava como uma mesa de aço, formada pela face quadrada ou rectangular de um grande bloco de ferro, também ele solidamente enterrado no solo como forma de estabilização. A consolidação da safra levantava delicados problemas técnicos, que advinham do risco de afundamento, em consequência das repetidas batidas da cabeça do malho. Para obstar a esta questão, que inviabilizaria a operação do conjunto, a safra era, na maneira biscainha, encastrada num soco de pedra, que alargando e aprofundando a área de assentamento da safra, funcionava como um maciço de fundação da mesma, impedindo o referido afundamento.

A cadência de batida do malho era regulada pelo número de dentes da cremalheira montada no topo interior do eixo, combinado com o número de rotações gerado pelo movimento da roda. No estudo de Turriano a cremalheira surge-nos representada de forma que nos leva a crer seria constituída por quatro fortes dentes. A frequência do impacto assim obtido resultava da combinação do número de dentes instalado e da velocidade de rotação do eixo. Considerando a hipótese de se obterem velocidades da ordem das vinte a trinta rotações por minuto, a cadência do malho rondaria para o mesmo intervalo de tempo, e em resultado da multiplicação obtida, as 80 a 120 batidas.

O eixo era construído a partir de um forte e pesado tronco de madeira, com um comprimento aproximado de 5,5 m e 0,8 m a 1,0 m de diâmetro, disposto transversalmente ao braço do malho.¹⁹⁶ Os topos, cingidos por fortes braçadeiras de ferro, estavam apoiados num dos extremos nas cantarias dos vãos da galeria e no extremo contrário na coluna que lhe servia de suporte. O movimento giratório do eixo era facilitado pela existência de dois aguilhões de ferro cilíndricos, os «piões», cravados profundamente no centro do eixo, que apoiavam nos correspondentes tacos ou chumaceiras, certamente também em ferro. Os dentes da cremalheira, construídos em madeira dura, estavam solidamente cravados no troço interno do eixo. O topo contrário, na parte correspondente ao vão da galeria, servia de base à estrutura da roda, à qual se encontrava solidamente fixada.

¹⁹⁵ Ver Fig. nº 9.

¹⁹⁶ Utilizamos aqui os dados colhidos no desenho de Turriano, transpostos para uma escala aproximada da real.

Todos os quatro eixos contidos no trabalho de Turriano apresentam idênticas características construtivas, surgindo apenas como variável o comprimento, que difere conforme o tipo e posição do engenho a que se destinam. O tipo de roda utilizado escapa, certamente, à tradição biscainha. Sabemos que o tipo de rodas utilizadas em Barcarena era o da roda de copos, contrariamente às rodas de pás ou palas, generalizadamente utilizado na Biscaia. A utilização racional dos caudais disponibilizados pela ribeira imporia, naturalmente, a adopção desta solução motriz. A potência necessária para mover os engenhos, só poderia ser obtida com este tipo de roda, que aliava o peso da água retida à velocidade e volume do caudal projectado, em jacto, pelos agulheiros. A descarga da água era controlada e doseada através de um sistema de comando, formado por tirantes articulados, que manobrava um conjunto de tampões cónicos.¹⁹⁷ As rodas desenhadas por Turriano apresentam um diâmetro de 3 metros, com uma largura de 0,5 m.¹⁹⁸ Representa-as também com quatro braços cruzados, dois a dois, exteriormente ao eixo. Este elemento revela a robustez pretendida para o conjunto, face às solicitações dos diferentes engenhos.

No engenho de amolar, a transmissão é assegurada por uma roda de cremalheira de 2 m de diâmetro, que actua sobre um carreto com 0,7 m de diâmetro,¹⁹⁹ montado sobre o eixo de ferro, como forma de multiplicar e proporcionar a velocidade necessária à função. É constituído por um conjunto de seis pedras de amolar, com 1,4 m de diâmetro,²⁰⁰ suportadas por um único eixo de ferro, sobre o qual monta também o carreto. Os topos do varão apoiam-se, no extremo que suporta o carreto, sobre chumaceira chumbada à parede, e no oposto sobre apoio que não é representado por Leonardo Turriano. Apresenta cinco pedras agrupadas e dispostas paralelamente a intervalos de 0,5 m,²⁰¹ alojadas sobre um fosso. A sexta pedra está mais distanciada, centrada entre a última pedra do grupo anterior e o topo do carreto com um afastamento a cada um destes elementos de 80 cm.²⁰² Está também colocada sobre um fosso, separado do outro que lhe é contíguo, por um murete, que teria a função de alojar um indispensável apoio intercalar para o eixo, dado o elevado peso que o conjunto assumiria, apenas suportado por um longo varão de ferro. Este apoio, à semelhança do atrás referido, não é mencionado no desenho, mas afigura-se essencial à estabilidade do aparelho. A água, que certamente estaria presente no fosso, tinha a função de molhar as rodas em rotação, lubrificando e contrariando o aquecimento produzido sobre o ferro que estava a ser trabalhado, resultante da acção abrasiva das pedras de esmerilar durante o processo de polimento.

O engenho de foles consiste numa complexa estrutura articulada que inclui três eixos dispostos longitudinalmente sobre cada par de foles, e que se articulam entre si pela acção de tirantes de ferro. Acresce um eixo adicional que garante a recepção e distribuição do movimento. O conjunto obtém impulso

¹⁹⁷ Ver Fig. n.º 8.

¹⁹⁸ Ver Figs. n.º 8 a 14.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

através da acção de um eixo excêntrico, fixo no extremo do eixo da roda que lhe assiste. O movimento oscilante assim gerado é comunicado a cada par de foles por um jogo de correntes, suspensas de uma travessa, que funcionando em balanceiro, permite levantar alternadamente cada um dos foles, garantindo um abundante e contínuo fluxo de ar. Os eixos dos foles apoiam-se nas paredes da casa e nas chaminés das fornalhas, à excepção do eixo de recepção do movimento e do eixo do primeiro par de foles, que, dispostos ortogonalmente partilham um mesmo apoio constituído pelo topo de um pilar. Este engenho triplo integrava foles de grandes dimensões, construídos em couro sobre uma base de madeira, cujo comprimento rondaria 2,5 m. Sabe-se que para o conjunto de foles que Martim Descalza construiu para Barcarena terão sido necessários 18 couros de bovino e 5 arrobas de banha para o respectivo curtimento.²⁰³

O último engenho, o de verrumar, surge nas propostas de Turriano, que apresenta duas versões: a primeira, que ele desenha em conjunto com a planta da casa que projecta para o alojar, é constituída por um veio de ferro montado sobre o topo do eixo do engenho de amolar, que movimenta uma roda de cremalheira. Quatro outras rodas, de idêntica tipologia, ladeiam a primeira em alinhamento, e recebem daquela o movimento que reproduzem.²⁰⁴ Temos assim um grupo de cinco rodas que, concentricamente, suportam outras tantas verrumas, que rodam, conseqüentemente, à mesma velocidade do eixo da roda hidráulica. Sabendo-se que a operação de verrumar exige que seja aplicada velocidade à verruma, para que mais facilmente corte o excesso de ferro no interior do cano, conclui-se que esta versão não seria, certamente, considerada satisfatória para a tarefa pretendida.

Julgamos que a segunda versão é tecnicamente mais completa, e aquela que obteria a preferência dos mestres armeiros.²⁰⁵ Compõe-se esta de três entrosugas montadas sobre o veio, disposto em condições idênticas às da primeira proposta. O sistema de transmissão concebido faz actuar as entrosugas sobre outros tantos carretos, dispostos verticalmente, multiplicando a velocidade recebida numa relação que resulta da diferença de perímetros entre os dois componentes rotativos. As verrumas, montadas nas suas «casas», giravam verticalmente, ao contrário do que se verificava na solução anterior.

Esta opção permitiria simplificar a concepção do banco de verrumar, já que o cano desceria por gravidade à medida que a verrumagem ia decorrendo, ou seja, conforme a verruma ia penetrando no interior do cano. Não nos fornece o autor qualquer dado técnico sobre a constituição do banco de verrumar, mas considerando as soluções conhecidas e as necessidades da operação, permitimo-nos adiantar que teria sido necessariamente adoptado um sistema de calha, onde correria verticalmente o berço sobre o qual estaria fixo o cano mediante utilização de braçadeiras de parafuso.²⁰⁶ Tal disposição garantiria a firmeza da colocação do cano, indispensável à correcta regularização interna do mesmo, enquanto que facilitava as tarefas de lubrificação e arrefecimento necessários.

²⁰³ Luiza da Fonseca, *As Ferrarias de Tomar, 1940*, p. 358.

²⁰⁴ Ver Fig. 9.

²⁰⁵ Ver Figs. 8 e 12.

²⁰⁶ Sobre as técnicas de verrumagem dos canos ver Cesar Fiosconi, *Espingarda perfeita, 1974*, p. 182.

10 – OS INVENTÁRIOS DE 1685, 1692 e 1695

Os três inventários conhecidos são instrumentos fundamentais para a compreensão da composição e organização funcional das Ferrarias de Barcarena. A primeira relação de que temos conhecimento é a que se realizou em 1685, quando da entrega das oficinas aos novos contratadores Roland Duclos e Cláudio de Gramboas, ou Grambois como pretende Sousa Viterbo que primeiramente referiu o documento.²⁰⁷ A sua publicação foi apenas parcial, à semelhança do que aconteceu também com o inventário de 1695, truncando-os das relações dos itens inventariados, critério compreensível já que àquele autor preocupava apenas identificar mestres armeiros. O inventário de 1692 manteve-se inédito.

Assumem estes inventários um particular valor e interesse, ao permitir-nos confrontar a informação neles contida com a que consta do manuscrito e desenhos de Leonardo Turriano, complementada com os dados recolhidos através da restante documentação.

Procurando identificar o método utilizado na inventariação dos conteúdos das ferrarias, concluímos que, como é natural, só tenham merecido menção os artigos a que se atribuiu valor patrimonial. São especialmente individualizados os utensílios de metal, ferro ou bronze, cujo valor intrínseco ou de reutilização lhes atribuía particular expressão, como valores pertencentes à Fazenda Real. Os equipamentos de madeira, quer pelo seu estado de conservação, quer pelo pouco interesse material atribuído, não merecem menção, na generalidade dos casos.

Numa tentativa de interpretar o conteúdo do inventário de 1685 e a sequência do percurso que o grupo, onde se encontrava o seu autor, empreendeu para a sua elaboração, verificamos que o primeiro espaço visitado foi o da casa das forjas, a que se seguiu a casa do engenho de verrumar. Escrivão, superintendente e testemunhas seguem então para a oficina de limar, passando pela galeria das rodas hidráulicas, detendo-se por último na identificação das construções complementares, tais como a casa onde se alojavam os oficiais e aprendizes que viviam nas próprias oficinas, a casa do mestre coronheiro, a habitação do superintendente e o moinho que lhe estaria anexo.

No primeiro espaço são identificadas as três forjas com outras tantas safras que lhe ficariam adjacentes; um verrumão de forjar que seria utilizado no enrolamento das chapas de ferro destinadas à execução dos canos; dois malhos hidráulicos com as respectivas safras; segue-se a enumeração de diversa ferramenta de mão (tenazes, malhos, martelos, marra, craveiras); os moldes mencionados como item na décima primeira posição seriam certamente as formas necessárias ao meio enrolamento da chapa destinada a forjar os canos; interpretamos o ferro de fazer algaravizes como uma forma cónica sobre a qual seriam moldados os algaravizes de cobre, instalados nas forjas e destinados a receber as ponteiras dos foles. O «ferro em que anda o pião do malho grande»,²⁰⁸ identificamo-lo como o berço ou chumaceira sobre o qual rodava o apoio terminal do eixo do referido malho. A «argola de furar os olhos do malho», surge-nos com aquilo

²⁰⁷ Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal - 2ª Série*, 1908, p. 67.

²⁰⁸ *Apêndice Documental*, Docs. 103 e 112.

que será possivelmente um erro ortográfico, já que a expressão mais tarde utilizada é a de «ferrar»,²⁰⁹ termo que fará todo o sentido sabendo que era prática corrente aplicar no extremo do braço, já depois de montada a cabeça do malho, um aro de ferro que, mantido firme por cunhas ou cavilhas, travava a pesada peça de ferro, impedindo que, durante a acção do engenho, esta se soltasse.

A comitiva passou de seguida à casa do engenho de verrumar. Registou aqui a presença de dois engenhos, quando a versão de Leonardo Turriano incluía três, movidos a partir de uma mesma roda. É certo que o «relatório de 1640» menciona também três verrumas «necessárias para cento e vinte até cento e quarenta armas cada mês»,²¹⁰ o que deverá ter sido a produção de referência das oficinas de Barcarena, já que número idêntico constava do contrato de Martim Descalza, em 1636. Parecem concorrer as informações no sentido de validar a proposta de Turriano, para um engenho de três verrumas, pelo que não podemos rejeitar a possibilidade de, no inventário, apenas se registarem os dois aparelhos correntes, isto é, em condições de funcionamento.

A referência a verrumas para «verrumar os canos usados»,²¹¹ concretiza uma das funções que julgamos atribuída a estas oficinas, e que seria a tarefa de recuperar armas usadas, com canos danificados internamente pela corrosão provocada pelos resíduos de salitre deixados pelos disparos. Uma nova verrumagem era essencial para o seu recondicionamento, eliminando os danos, ainda que à custa do aumento do diâmetro interno do cano.

Das quatro rodas hidráulicas indispensáveis ao funcionamento da totalidade dos mecanismos referenciados, apenas duas, com os respectivos eixos, são inventariadas. Não devemos deixar de considerar a situação de abandono em que se encontrariam as ferrarias, imagem que nos é transmitida pelas referências ao estado de conservação dos diversos componentes bem como de utensílios relevantes à laboração. É bem provável que a ausência das duas rodas restantes se tivesse ficado a dever a ruína, sem que tenham sido reparadas ou substituídas.

O espaço seguinte é a casa de limar. Os oito tornos mencionados fazem-nos pressupor a existência de um mínimo de quatro tabuleiros de limar,²¹² uma vez que eram necessários dois tornos, um em cada extremo, para fixar o cano. Nestas bancadas realizava-se a limagem exterior dos canos, bem como a execução das culatras e respectivos parafusos, para os quais se destinavam as tarrachas e porcas encontradas. Também aqui teria lugar a execução dos frascos e frasquinhos para pólvora, que faziam parte integrante do conjunto de acessórios que acompanhavam qualquer arcabuz ou mosquete. Frascos e frasquinhos eram contentores de pólvora, vulgarmente designados por polvorinhos, sendo o primeiro de maiores dimensões e destinado à pólvora granulada utilizada na carga. O segundo, mais pequeno, guardava a pólvora fina, apenas destinada à escorva da cassoleta. As duas tesouras também identificadas na casa de limar, normalmente de grandes dimensões, destinavam-se ao corte de chapa fina, destinada

²⁰⁹ *Apêndice Documental*, Doc. 103.

²¹⁰ *Idem*, Doc. 66.

²¹¹ *Apêndice Documental*, Doc. 103.

²¹² *Idem*, *ibidem*.

às guarnições dos frascos.

A balança, que seria de grandes proporções, levando em conta o peso de bronze de duas arrobas a ela associado, devemos posicioná-la nas lojas da casa do superintendente, como instrumento para conferir matérias-primas recebidas e dispendidas.

Verifica-se neste inventário uma total ausência de referências aos conteúdos da casa do coronheiro. Para uma avaliação mínima do recheio deste espaço, recorreremos ao manuscrito de 1674, em que se mencionam «três bancos» e «ferramenta para hu oficial fazer huma coronha de Mosquete».²¹³ Desconhecemos a configuração destes bancos, mas consideramos que se identificariam, em termos morfológicos, com as actuais bancadas de marceneiro, tendo em conta que a semelhança de rotinas da tarefa exigiriam idênticas soluções.

O inventário de 1692,²¹⁴ não inclui muita informação técnica, mas os elementos que refere permitem cruzar dados com os conteúdos mencionados nas restantes listas. Para além do mobiliário e bens pessoais encontrados na habitação do superintendente, nesta altura habitada pela viúva de um dos contratadores, encontramos elementos do ferramental típico das forjas, como sejam malhos, talhadeiras, tenazes, cravadeiras, espetos, safras, ferros de esgravatar. Da casa de limar restam bigornas, limas e tesouras. Dos engenhos apenas se referem um malho e dois foles aparelhados. É importante notar que o facto de estes importantes utensílios se encontrarem retirados do seu local de laboração e mantidos em arrecadação, atesta o estado de sub-aproveitamento das oficinas de que terá resultado a alegada paralisação da produção.

De referir também que este inventário parece apresentar diversas lacunas na utilização da nomenclatura específica, sendo no entanto importante ter em conta que foi realizado por escrivães e meirinhos, pessoas certamente pouco familiarizadas com utensílios e práticas metalúrgicas.

O inventário de 1695 é bem mais completo, revelando uma grande coerência com o de 1685. Parecem ter sido utilizados em 1695 os mesmos critérios de percurso e descrição seguidos na enumeração de 1685, deixando a sensação que na realização deste inventário se foi cotejando com o primeiro. Assim, verificamos que se mantém a mesma sequência de espaços inventariados: forjas, galeria, casa do engenho de verrumar, casa de limar e lojas do superintendente. Nota-se uma evidente constância no conjunto de «items» registados, com uma diminuição no número de ferramentas miúdas, razão principal para o arresto, realizado em 1692, sobre os bens da viúva de Gramboas, «para que de todo as não acabe de destruir».²¹⁵

²¹³ *Apêndice Documental*, Doc. 96.

²¹⁴ *Idem*, Doc. 108.

²¹⁵ *Idem*, Doc. 109.



Fig. 19 – Reprodução de extracto do inventário das Ferrarias de 1685 (Ap. Documental, Doc. 103). Original no Arquivo Histórico Militar, Livro de Registo 2150, folha 70 verso.

11 – A ENVOLVENTE DAS FORJAS

O núcleo central das oficinas era, sem dúvida nenhuma, o edifício das forjas, e foi em torno deste espaço que outras construções se foram acrescentando. A necessidade de instalar novas valências na oficina, ditou a necessidade de ampliar a mesma, construindo-se novos edifícios e dependências.

A casa de verrumar foi construída em anexo ao edifício das forjas, aproveitando a disposição longitudinal da galeria das rodas hidráulicas, e abrigava o engenho de verrumar. Tratava-se de uma construção térrea, quadrangular, com porta para o exterior e dois vãos de iluminação.²¹⁶

A casa de limar, resulta da nova orientação produtiva, virada para a fabricação de armas de fogo.²¹⁷ Era a zona de acabamento dos canos, onde se elaborava o fecho das culatras e se realizava a limagem dos canos. Ali tinham também lugar as restantes tarefas ligadas à serralharia, onde se incluíria a eventual execução dos fechos e a construção de frascos e frasquinhos para aparelhar arcabuzes e mosquetes.

A casa do superintendente, «com logeas e sobrados e pomar»,²¹⁸ servia de habitação e armazém, onde seriam guardados os materiais recebidos do Armazém do Reino e mais tarde da Tenência Geral de Artilharia. Arrecadaria também o produto acabado, enquanto não lhe fosse ordenado o destino.

Na casa do mestre coronheiro,²¹⁹ também de sobrado, com oficina e armazém, obravam-se as coronhas utilizando técnicas e ferramental da marcenaria, e onde também se faria a necessária cura das madeiras.

Uma outra casa terá sido construída para alojar os aprendizes e oficiais jovens, que se encontrassem afastados das suas aldeias de origem. Este espaço de habitação mantém-se representado na planta de 1775, identificado como a «casa dos mossos».²²⁰

Uma azenha com duas moendas integrava o conjunto edificado.²²¹ A sua construção ter-se-á verificado durante o século XVI, em data que não podemos ainda situar, mas sabemos que se encontrava já em laboração em tempo de Cristóvão de Manhorca, a quem é atribuída a construção.²²² Localizada de forma a reutilizar as águas debitadas pelo canal sobre as rodas das forjas, e aproveitando também as que não eram utilizadas pelas oficinas durante a noite, manteve-se em funcionamento durante o séc. XVII, encontrando-se então arrendada por Agostinho Barbosa da Torre, conforme mencionado no inventário de 1685.²²³

Verifica-se assim que as ferrarias foram dotadas de diferentes instalações de apoio, que ampliaram significativamente a área edificada, sendo, no entanto, muito provável que a casa do superintendente apenas tenha sido construída em período posterior a 1654, data em que temos conhecimento do pagamento de alugueres de casas arrendadas para o alojamento daquele funcionário régio.²²⁴

²¹⁶ Ver Fig. nº 18.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Idem.

²²¹ Idem.

²²² *Apêndice Documental*, Doc. 18.

²²³ Idem, Doc. 103.

²²⁴ Idem, Doc. 79.

12 – AS MATÉRIAS-PRIMAS E O SEU APROVISIONAMENTO

Constituindo as Ferrarias do séc. XVII um estabelecimento transformador, ou seja, produtor de artigos elaborados a partir de uma matéria-prima base, previamente extraída e refinada, importa procurar conhecer quais as vias de aprovisionamento dos diversos materiais necessários à fabricação.

As Ferrarias incluíam-se no universo de estabelecimentos industriais que eram propriedade da Fazenda Real. Instalados por decisão régia, a principal motivação para a sua criação era, naturalmente, de carácter económico. Visavam evitar ou atenuar as constantes despesas que quotidianamente se faziam para apresto e aprovisionamento das armadas do rei, quer no tocante à Carreira da Índia, às armadas de guarda costa, ou para navegação das restantes rotas do Império, destacando-se a navegação para o Brasil. A Ribeira das Naus, a Cordoaria de Belém, os Fornos de Biscoito de Vale do Zebro, as fundições de artilharia do Cais do Carvão, a Casa da Pólvora, constituíram uma verdadeira cintura industrial em torno da cidade de Lisboa. O fomento real foi determinante para o estabelecimento destas manufacturas, assumindo a Coroa os custos de instalação e manutenção da totalidade dos exemplos referidos.

Noutras zonas do território procurou-se também colmatar necessidades, como é o caso das feitorias do linho cânhamo de Coimbra e Moncorvo, as tecelagens da Maia e de Vila do Conde, as ferrarias de Tomar e Torre de Moncorvo, a fábrica do breu em Leiria, etc.

Mestres e obreiros eram contratados no país, e incluídos nas folhas do Conselho da Fazenda. Nos casos em que as tecnologias eram inexistentes e a sua importação vital, diligenciava-se a contratação de especialistas no estrangeiro que, em regra, se radicavam no nosso país. No caso das indústrias com tradição no Reino, como a construção naval ou a tecelagem, essa dependência de tecnologias estrangeiras não se verificou, mas no tocante à metalurgia essa necessidade manteve-se ao longo de vários séculos.

Dos materiais necessários às Ferrarias, encontrava-se, em primeiro lugar, o ferro. Este provinha do Armazém do Reino, principal depósito dos metais adquiridos pela Coroa, quer por compra directa nos circuitos comerciais internos, quer por assento com os contratadores que o intermediavam a partir de países estrangeiros. Também o quinto dos metais, cobrado a todos quantos recebiam alvará para desenvolver actividade mineira, era encaminhado, à excepção do ouro e prata, para este Armazém. O produto da exploração desenvolvida nas Ferrarias de Tomar, que se dedicariam, numa primeira fase, exclusivamente à extracção, fundição e refino do ferro proveniente das diversas jazidas identificadas na região, era também, na sua totalidade, encaminhado para o Armazém do Reino, e disponibilizado para as diversas necessidades (pregadura para a construção naval, ferros de cadaste, fateixas, armas, etc.).²²⁵ Não obstante a importação de ferro da Biscaia, França ou Inglaterra ser prática habitual, as ferrarias de Tomar foram ganhando um particular protagonismo, com produções crescentes tanto em quantidade como em qualidade. De referir que o ferro ali extraído, com particular destaque para o obtido na mina da

²²⁵ *Apêndice Documental*, Doc. 36.

Ribeira Velha, era considerado de excepcional qualidade para o fabrico de canos para armas de fogo.²²⁶

Nunca se atingiu, no entanto, a auto-suficiência, quer na produção interna dos quantitativos de metal necessário, quer na capacidade de manufacturar produtos específicos como as grandes âncoras ou a artilharia de ferro, indispensáveis ao apresto das naus e galeões e que eram aprovisionadas em grandes quantidades e a altos preços nos mercados estrangeiros. A importação foi uma constante, e conhecem-se momentos em que se verificou a compra de prancha e chapa de ferro destinada a Barcarena.²²⁷ Também o indispensável aço era importado, havendo referências a compras, para estas oficinas, do famoso aço de Milão.²²⁸

Outra matéria vital para o funcionamento das Ferrarias era o carvão vegetal. Apenas este tipo de carvão, produzido a partir da madeira, podia ser utilizado. Embora já se conhecessem, no séc. XVII, as propriedades caloríferas do carvão de pedra, com particular destaque para a hulha, e a vantajosa utilidade da sua queima nas fundições, o seu uso na forja de canos para armas de fogo era evitado pela experiência dos mestres. Sabia-se da possibilidade de o carvão mineral transmitir enxofre ao metal,²²⁹ durante as caldas necessárias ao acto de forjar, alterando-lhe as características e tornando-o falível.

O carvão de madeira era assim o combustível exclusivo, não obstante as constantes dificuldades na sua obtenção. A este respeito não devemos esquecer a forte pressão a que a floresta nacional estaria sujeita, considerando que a madeira de qualidade era matéria prima a preservar para a construção naval, a construção civil, o mobiliário, etc. O consumo doméstico, a indústria vidreira, a fundição, a saboaria entre outras actividades exigiam quantidades enormes de lenhas, que mesmo uma gestão atenta dos recursos florestais dificilmente conseguiria satisfazer.

As Ferrarias buscavam carvões elaborados a partir de madeiras duras, como o sobre ou o azinho, que garantiam a qualidade e o rendimento necessários. O abastecimento era assegurado a partir das matas régias, com particular destaque para a Serra de Sintra, cujo recurso está documentado ao longo de um largo período.²³⁰ Vários documentos atestam a prioridade dada aos mestres e superintendentes no acesso às matas daquela serra, para obtenção de cargas de combustível que, em 1686, se contabilizavam em sessenta sacas mensais.²³¹ A frequência dos cortes indispunha os couteiros e criava conflitos, que apenas a intercessão real e os bons ofícios do monteiro-mor conseguiam dirimir.²³² Com o aparente esgotamento da floresta real na região de Sintra, outros locais passaram a garantir o abastecimento de carvão às oficinas de Barcarena como é o caso das matas do termo de Coruche.²³³

Tradicionalmente, a indústria de armaria elege a madeira de nogueira como material de excepção para

²²⁶ Cesar Fiosconi, op. cit., p. 74.

²²⁷ *Apêndice Documental*, Doc. 50.

²²⁸ Idem, Doc.s 72 e 73.

²²⁹ Cesar Fiosconi, op. cit., p. 103.

²³⁰ *Apêndice Documental*, Docs. 49, 67, 71, 72, 73, 87 e 88.

²³¹ Idem, Doc. 104.

²³² *Apêndice Documental*, Docs. 71, 72 e 73

²³³ Idem, Doc. 76.

a execução de coronhas. Da árvore, de crescimento lento, apenas era utilizada a parte interior do tronco, que garantia madeira sã, de nervuras corridas. A resistência desta madeira, aliada ao seu baixo peso e a uma docilidade que facilitava o trabalho, eram características ideais que justificavam a escolha. Madeira nobre, requintada, insubstituível nas produções de grande qualidade, foi também utilizada em grandes quantidades pelos mestres coronheiros de Barcarena.²³⁴ A necessidade periódica de grandes lotes de pranchas terá certamente dificultado o seu aprovisionamento corrente, pelo que encontramos, já durante a segunda metade do séc. XVII, o recurso a madeiras de qualidade inferior tais como o amieiro ou o freixo.²³⁵ São conhecidos repetidos pedidos para o corte de paus de amieiro, expressamente destinados à execução de coronhas. A colheita destas madeiras realizava-se nas regiões de Coruche e Alcácer.

13 – OS MESTRES BISCAINHOS E A TRANSMISSÃO DE TECNOLOGIA

Raramente o minério de ferro surge com teores de metal tão elevados que a sua extracção e refino não coloquem problemas especiais, só ultrapassados pela especial habilidade de mineiros e fundidores. O mesmo se passava com o trabalho do ferro cru, ou em massuca. A distinção entre as características intrínsecas de muitos tipos de ferro diferentes, apenas era possível pela apurada percepção dos mestres, formados desde jovens nas tarefas da forja. Verdadeiro trabalho de alquimista, o ferro distinguiu-se pela «grã» mostrada na sua fractura, pela cor, pelos «olhos» que integrava, pela forma como aceitava as «caldas».²³⁶ Apenas uma especial habilidade, desenvolvida durante um longo treino que se iniciava como aprendiz, se prolongava como ajudante, oficial, só terminando, quando aprovado, em mestre, permitia alcançar o resultado final com a qualidade exigida.

A ausência de tratados escritos, aliada a um analfabetismo generalizado, faziam obrigatoriamente recair no ensino prático a transmissão de conhecimentos. Trata-se pois de um moroso e difícil processo de aprendizagem e formação, numa técnica em que os segredos eram passados oralmente (e muitas vezes com relutância) pelo mestre e experimentados no trabalho quotidiano, sempre com a sua advertência e acompanhamento. Considerando a inexistência de meios e equipamentos técnicos de ensaio e medição, todo o trabalho tinha de ser desenvolvido com base na percepção visual dos processos manufactureiros e, como já dissemos, na avaliação das características dos materiais, bem como do seu comportamento no fogo e na forja. Um ferramental específico era também indispensável na oficina, bem como o domínio do seu manuseio.

A produção nacional de uma grande diversidade de ferramentas e utensílios há muito que procurava garantir a satisfação da procura interna. O mesmo havia acontecido com a fabricação de armas de fogo. No entanto, a necessidade de fabricação de elevado número de diferentes tipos destas armas, levantava novos

²³⁴ Idem, Doc.s 67 e 84.

²³⁵ Idem, Doc.s 84, 89, e 91.

²³⁶ Cesar Fiosconi, op. cit., p. 82.

problemas técnicos que a limitada capacidade das pequenas oficinas metalúrgicas tradicionais não tinha qualquer possibilidade de ultrapassar.

O funcionamento e manutenção de uma grande oficina unicamente vocacionada para uma produção específica, albergando grandes e dispendiosos engenhos, exigia uma diferente organização do espaço e da mão-de-obra, recorrendo à necessária divisão do trabalho, característica dos processos industriais actuais. A necessidade de constituição de um complexo e estruturado grupo de trabalho, laborando em paralelo e de forma complementar, constituía uma contradição das relações de trabalho tradicionais, nas quais a cadeia de produção se fixava verticalmente na relação directa mestre - oficial - aprendiz. Julga-se que nas ferrarias de Barcarena terá laborado, em simultâneo, um número superior a vinte e cinco mestres e obreiros,²³⁷ colocando vários mestres e oficiais de diferentes especialidades na dependência do mestre contratador. Trata-se, ao que sabemos, de uma verdadeira inovação no nosso país, em arte tão complexa. O mestre contratador, dominando todo o processo de fabricação, coordenava o labor dos forjadores, que lavravam a chapa e executavam os canos, e dos serralheiros que lhes davam o necessário acabamento (verrumagem, fecho das culatras, limagem, execução de fechos, guarnições, etc.) Os coronheiros, exteriores aos processos de trabalho do ferro, surgiam aqui num papel complementar mas essencial, com igual perfeição exigida ao seu produto.

Justifica-se assim o cuidado sempre posto pela Coroa na necessidade de formar armeiros habilitados para um novo modo de produção, aliado à preocupação de não deixar parar as oficinas por carência da necessária mão-de-obra especializada. O cuidado posto na modernização das oficinas, e a contratação de mestres estrangeiros oriundos dos grandes centros de produção, é disso prova evidente.

Os mestres biscainhos, desde o início presentes nas oficinas de Barcarena, constituíram uma evidente via de importação de tecnologia que se prolongou por quase dois séculos. O seu contributo terá sido relevante para a instalação e operação dos mecanismos introduzidos nestas oficinas, e a sua influência terá perdurado ao longo dos anos, já que encontramos a quase totalidade destes mestres e oficiais radicados definitivamente em Barcarena.

A responsabilidade de ensinar oficiais portugueses, que estava cometida aos biscainhos, encontramos-a documentada nas instruções da Duquesa de Mântua quando manda aumentar o número de oficiais que trabalham nas ferrarias, na intenção de incrementar, tanto quanto possível, a produção, remetendo para o mestre Martim Descalza o encargo de os ensinar.²³⁸ Tal situação é corroborada por Juan de Mendizabal, sucessor daquele mestre, quando, justificando a reclamação que faz do cargo definitivo, afirma também ter ensinado à sua custa muitos portugueses.²³⁹ Esta referência ao ensino «à sua custa» é particularmente significativa, quando sabemos que nos costumes da época se incluía a possibilidade de o mestre se fazer remunerar pela formação que ministrava ao aprendiz, considerando que este, incapaz de obrar produto válido, constituía um encargo para o normal funcionamento da oficina, enquanto

²³⁷ *Apêndice documental*, Doc. 59.

²³⁸ *Idem*, Docs. 51, 52 e 53.

²³⁹ *Idem*, Doc. 59.

recebia ensinamentos fundamentais para a sua actividade profissional futura.

Muitas dezenas de portugueses terão certamente passado pelas ferrarias de Barcarena, ao longo da sua existência, contribuindo claramente para uma difusão das práticas metalúrgicas em geral, e da produção de armas em particular.

14 – CONCLUSÃO

As dificuldades verificadas na instalação das indústrias metalúrgica e siderúrgica em Portugal nos séculos XV a XVII, estão bem presentes nos conteúdos de muitos dos documentos mencionados, não se deixando, no entanto, de constatar que, não obstante as permanentes carências de vária ordem, foram sempre estas ferrarias consideradas um recurso tecnológico válido e, durante um largo espaço de tempo, capaz de contribuir para o esforço económico do país, ao qual se colocaram sempre tantos e tão complexos problemas. Vários foram os momentos em que estas oficinas tiveram acções determinantes para a nossa História, vitais para a nossa continuação como entidade política una e independente, reforçando produções, ultrapassando carências e vencendo dificuldades.

São, obviamente, ainda escassos os elementos que conseguimos recolher, e aqui apresentámos, relativamente àquilo que terá sido a existência e laboração das *Ferrarias del Rey*, em Barcarena. Os agora publicados só nos podem conduzir a uma conclusão: a de que ainda há ainda um longo caminho a percorrer, e que novos e mais completos estudos se tornam essenciais para o aprofundamento desta temática. O contributo que procurámos materializar neste trabalho suscita, naturalmente, um novo conjunto de interrogações que se traduzem em questões que julgamos pertinentes como, por exemplo: procurar identificar quais as razões políticas e económicas que determinaram o momento histórico em que se decide instalar as Ferrarias junto da Ribeira de Barcarena; situar o verdadeiro papel destas oficinas face ao conjunto das ferrarias portuguesas; aprofundar o conhecimento sobre a origem e a forma como foram veiculadas as técnicas aqui instaladas; e, enfim, verificar a eventual importância deste estabelecimento nos processos de divulgação e implementação a nível nacional das tecnologias industriais do ferro.

É claramente insuficiente o conjunto de dados de que dispomos sobre a constituição física deste espaço. Importa realizar estudos *in situ* que nos conduzam à sua completa identificação, procedendo ao respectivo levantamento e registando todos os vestígios que tenham persistido, situando, designadamente, o conjunto de construções que integraram o complexo oficial.

O contributo da intervenção arqueológica não deixará de ser fundamental na recolha dos vestígios construtivos do edificado entretanto desaparecido, preenchendo seguramente lacunas que a pesquisa arquivística não poderá colmatar. Consideramos que a intervenção arqueológica, incidindo prioritariamente sobre os edifícios das forjas, bem como na área envolvente dos mesmos, poderá contribuir com novos e significativos dados de trabalho, definitivamente, vitais para estudos futuros.

Julgamos afastada a eventualidade de continuarmos a tratar as *Ferrarias del Rey*, em Barcarena, como

um *não lugar*, algo que, fisicamente desaparecido, permanece no campo do imaterial, do inexistente. Os dados que pudemos reunir e aqui apresentámos, forçam-nos a concluir o contrário. Importa pois continuar este trabalho, prosseguindo a tarefa de identificação dos vestígios ainda conservados, mesmo edificados, reforçando o acervo de dados, físicos e documentais, que nos permitam uma reconstituição tão fiel quanto possível daquelas oficinas.

Não é menos importante aprofundar o conhecimento sobre os homens que tantos anos ali trabalharam e viveram. É essa memória que dá sentido e alma àquele local, importando recuperar as experiências, as relações laborais, as práticas de trabalho, os momentos de conflito ou de entreaajuda, ou seja tudo aquilo sobre o que se constrói a vivência humana: de alguns desses momentos este trabalho dá já conta.

Aspecto importante que se impõe estudar adequadamente é o que se refere às produções, nomeadamente à tipologia das armas que, ao longo de dois séculos, se manufacturaram em Barcarena. O presente trabalho permitiu-nos referenciar novos tipos de armas produzidas naquelas oficinas, das quais importa identificar eventuais exemplares sobreviventes.

O valor patrimonial do conjunto designado por *Ferrarias del Rey* é, segundo cremos, evidente. Importa valorizá-lo nas diversas vertentes, realçando os planos histórico e técnico, e devolver-lhe o lugar que, por direito, lhe pertence na história das artes, dos ofícios e das técnicas, num dos campos mais ignorados das indústrias portuguesas.

SIGLAS E ABREVIATURAS MAIS UTILIZADAS:

Siglas:

AGS - Arquivo General de Simancas
AHM - Arquivo Histórico Militar
AHMOP - Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas
AHU - Arquivo Histórico Ultramarino
BNL - Biblioteca Nacional (Lisboa)
CEAM - Centro de Estudos de Arqueologia Militar
IAN -TT - Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

Abreviaturas:

cap. - capítulo
cx. - caixa
cod. - códice
coord. - coordenação
dir. - direcção
doc. - documento
fl. - folha
mç. - maço
ms. - manuscrito
lib. - libro
liv. - livro
nº - número
ob. cit. - obra citada
p. - página
pp. - páginas
r. - recto
s/d - sem data
s/ ed - sem indicação de editor (em obra impressa)
s/l - sem indicação de local de edição
t. - tomo
v. - verso
vol. - volume

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas:

Espanha:

Arquivo General de Simancas

Lib. 1516, fl. 94, 105;

Lib. 1519, fl. 107v;

Lib. 1529, fl. 3v, 4, 90v, 120.

Portugal:

Arquivo Histórico Militar

Livros de Registo

Liv. 2149, fl. 80v, 85v, 173, 175v, 181, 219, 219v, 230, 239, 278.

Liv. 2149, fl. 99v, 100, 100v, 101, 104, 130v, 131, 131v, 249.

Liv. 2150, fl. 63v, 93v, 118, 118v.

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Montaria Mor do Reino

Ordens Reais e Avisos da Secretaria de Estado: MMR9.

Arquivo Histórico Ultramarino

Índia

Mç. 11, doc. 157.

Reino

Mç. 3, 5, 5A, 6, 7A, 8, 8A, 9A,10, 10A, 19.

Códices

Cod. 23, fl. 23; Cod. 30, fl. 15, 15v, 16, 16v, 252v, 292v, 293v, 296, 299v; Cod. 31, fl. 62; Cod. 32, fl. 204v;

Cod. 34, fl. 116; Cod. 35, fl. 7, 18v; Cod. 37, fl. 13, 13v, 14, 14v; Cod. 39, fl. 23, 170, 172v; Cod. 40, fl. 67v;

Cod. 41, fl. 221v; Cod. 42, fl. 89, 89v, 90; Cod. 44, fl. 209, 209v.

Biblioteca Nacional

Reservados

Cod. 12892 - TURRIANO, Leonardo, "*Dos Discursos de Leonardo Turriano el Primero Sobre el Fuerte de San Lorenzo de Cabecacea en la Boca del Taxo el Segundo Sobre Limpiar la Barra del Dicho Rio y Otras Diferentes*"

Centro de Estudos de Arqueologia Militar

Planta n° 678 1-4-7

Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo

Chancelaria de D. João II

Liv. 21, fl. 50 v.

Chancelaria de D. João III

Liv. 3, fl. 37v; Liv. 9, fl. 248v; Liv. 54, fl. 137v.

Doações, Liv. 40, fl. 32v.

Privilégios, Liv. 1, fl. 91v; Liv. 2, fl. 156v, 281v; Liv. 3, fl. 170v; Liv. 4, fl. 195.

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique

Doações, Liv. 3, fl. 273v; Liv. 11, fl. 460v; Liv. 47, fl. 426v.

Chancelaria de D. Filipe I

Liv. 11, fl. 460v.

Chancelaria D. Filipe III

Doações, Liv. 28, fl. 239.

Registos Paroquiais

Liv. 1, cx. 6.

Livro das Denúncias da Inquisição de Lisboa, do anno de belta anno em deante, fl. 98.

Corpo Cronológico

Parte I, mç. 22, doc. 106; mç. 120, doc. 65.

Fontes Impressas:

Biblioteca Nacional

Monografia Geral

S.A. 14494 A - ZONCA, Vittorio, *Novo Teatro di Machine et Edificii per Varie et Sicure Operationi com le Lovo Figure Tagliate in Rame e la Dichiaritione e Dimostrazione di Ciascuna. Opera Necesaria ad Architetti et a Quelli Chi di Tal Studio si Dilettano*, Pádua, Francesco Bertelli, 1656.

Reservados

Cod. 236 - LAVANHA, João Baptista, *Viagem da Catholica Real Magestade Del Rey D. Filipe II N. S. ao Reyno de Portugal E Rellação do Solene Recebimento que Nelle se Lhe Fez*, Madrid, Tomas Junti, 1622.
F. 4620 - LEÃO, Duarte Nunez do, *Descrição do Reino de Portugal*, 2ª edição, Lisboa, Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1785.

Cartografia

C.A. 108 V - ORTELLIUS, Abraham, *Teatrum Orbis Terrarum*, p. 12 (Mapa de Portugal, de Álvaro Seco), Antuérpia, 1574/1575.

Bibliografia Geral:

- ARAGÓN RUANO, A. (1996) – La importancia de la madera en la tecnología medieval en Guipúzcoa. *Actas de las I Jornadas sobre Minería y Tecnología en la Edad Media Peninsular (26-29 de Septiembre de 1995)*. León: Fundación Hullera Vasco-Leonesa. p. 463-470.
- ARGUELLO MENÉNDEZ, J. J. (1996) – Minería e Metalurgia Medieval en Munás y Carceu (Valdés - Asturias). *Actas de las I Jornadas sobre Minería y Tecnología en la Edad Media Peninsular (26-29 de Septiembre de 1995)*. León: Fundación Hullera Vasco-Leonesa. p.134-161.
- ARMARIA do Paço Ducal de Vila Viçosa. (2001). Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança. Catálogo.
- BANDEIRA, L. S. S. M. (1993) – *Glossário Armeiro (Séculos XI a XIX)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- BARROS, H. Gama (1945-1954) – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2ª edição. Vol.s 6 e 10. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- BRAUDEL, F. (1992) – *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII: Tomo 1 - As Estruturas do Quotidiano*. Lisboa: Editorial Teorema.
- BROENS, N. (1989) – *Monarquía y Capital Mercantil: Felipe IV y las Redes Comerciales Portuguesas (1627-1635)*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid.
- CALLIXTO, C. P. (1989) – *São Julião da Barra - Os Primeiros Cem Anos*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CAMPOS, J. (1957) – Elementos para a História da Administração Mineira nos Séculos XII a XVI. *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*. Porto. 12 (3-4), p. 272-345.
- CARQUEJA, M. A. & RODRIGUES, A. V. R. (1962) – Subsídios para o estudo das Ferrarias do Reboredo - Moncorvo. Porto: *Lycerna*, 2 (1-2), p. 3-22.
- CARRIÓN ARREGUI, I. M. (1991) – *La Siderurgia Guipuzkoana en el Siglo XVIII*. Bilbao: Universidad del País Vasco - Servicio Editorial.

- CIÊNCIA do Desenho (A). *A Ilustração na Coleção de Códices da Biblioteca Nacional*. (2001) Lisboa: Biblioteca Nacional. Catálogo.
- CIPPOLLA, C. M. (1989) – *Canhões e Velas na Primeira Fase da Expansão Europeia (1400-1700)*. Lisboa: Gradiva.
- CIPOLLA, C. M. (2000) – *História Económica da Europa Pré-Industrial*. Lisboa: Edições 70.
- CORBERA MILLÁN, M. (2003) – Las Fabricas de Artillería de Liérganes y La Cavada (Cantabria) y los Espacios Florestales, 1622-1834. *Historia y Economía del Bosque en la Europa del Sur (siglos XVIII-XX)*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza. p. 371-401.
- COSTA, L. (1976) – *Tecnologia do Metal*. Lisboa: Plátano Editora.
- CUSTÓDIO, J.& BARROS, G. M. (1984) – *O Minério de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*. Torre de Moncorvo: Ferrominas.
- CUSTÓDIO, J. & REBANDA, N. C. (coord.) (2002) – *Museu do Ferro & da Região de Moncorvo. Centro de Interpretação. Estudos. Catálogo*. 1. Torre de Moncorvo: Museu do Ferro & da Região de Moncorvo.
- DAENHARDT, R. (1994) – *Espingarda Feiticeira*. Lisboa: Texto Editora.
- DIDEROT, D. ; D'ALEMBERT, J. (1762-1772) – *L'Encyclopédie. Recueil de Planches sur les Sciences, les Arts Libéraux, et les Arts Mécaniques, avec leurs Explications*. (ed. fac-simile: 2002). Paris: Inter-Livres.
- DUARTE, L. M. (1996) – A Actividade Mineira em Portugal Durante a Idade Média (Tentativa de Síntese). *Actas de las I Jornadas sobre Minería y Tecnología en la Edad Media Peninsular (26-29 de Septiembre de 1995)*, León: Fundación Hullera Vasco-Leonesa. p. 67-90.
- FÁBRICA de Pólvora de Barcarena – *Livro de Obra 1994 - 1999*. (2000). Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- FARIA, M. S. (1740) – *Noticias de Portugal*. 2ª imp.. Lisboa: Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- FARINHA, A. D. (1990) – *Portugal e Marrocos no século XV*. Lisboa: texto policopiado. Tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FERNANDES, M. (1989) – *Livro de traças de carpintaria*. Lisboa: Academia de Marinha (edição facsimilada do original de 1616).
- FERNANDES, M. A. E. C. B. & MIRANDA, A. C. M. O. (1998) – *Fábrica da Pólvora de Barcarena - Subsídio para um Roteiro de Fontes Arquivísticas e Bibliográficas*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras/Gabinete Urban.
- FIOSCONI, C. & GUSERIO, J. (1974) – *Espingarda Perfeyta*. London: Sotheby Parke Bernet Publications (ed. fac-simile bilingue com leitura, tradução e introdução de Rainer Daehnhardt e W. Keith Neil).
- FONSECA, L. (1940) – As ferrarias de Tomar. In *Congresso do Mundo Português - Publicações*. Vol. 4 - Tomo 1º. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários. p. 345-365.
- FOURQUIN, G. (1997) – *História Económica do Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70.
- GÓIS, D. (2001) – *Descrição da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GONZÁLEZ PÉREZ, C. (1994) – *A produccion tradicional do ferro en Galicia: As grandes ferrerías da provincia de Lugo*. Lugo: Servicio de Publicacións/Deputación Provincial.

- GUERREIRO, A. (1948) – *O Ferro*. Lisboa: Edições Cosmos.
- GUIMARÃES, P. (1999) – As Minas Portuguesas do Antigo Regime ao Liberalismo. *Arqueologia & Indústria*. Lisboa. 2/3, p. 53-80.
- HENRIET, E. (1936) – *Manual Prático de Serralharia*. Porto: Editora Educação Nacional.
- LEAL, A. Pinho (1873) – *Portugal Antigo e Moderno - Dicionario*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.
- MARQUES, A. H. Oliveira (1998) – A Expansão Quatrocentista. In *Nova História da Expansão Portuguesa*. Vol. 2. Lisboa: Editorial Estampa.
- MIRANDA, A. C.; FERNANDES, A. B. & MIRANDA, J. (1999) – Fábrica da Pólvora de Barcarena - Um Património em Recuperação. Lisboa: Revista *História* - Abril de 1999. p. 64-72.
- MOREIRA, R. (1998) – As Máquinas Fantásticas de Leonardo Turriano: a Tecnologia do Renascimento na Barra do Tejo. *Expo'98, Pavilhão de Portugal - Nossa Senhora dos Mártires: a Última Viagem*. Lisboa: Verbo. p. 50-67.
- NETO, F. & ALMADA, J. (1997) – *Glossário de Termos do Armamento*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F. & PEREIRA, B. (1983) – *Tecnologia Tradicional Portuguesa: Sistemas de Moagem*. Lisboa: INIC.
- OLIVEIRA, F. (1616) – *O Livro da Fábrica das Naus*. Lisboa: Academia de Marinha (ed. fac-símile: 1991).
- OLIVEIRA, N. (1620) – *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega (ed. fac-símile com transcrição: 1991).
- PEREIRA, E. (1979) – *A Indústria Portuguesa - Subsídios Para a Sua História*. Lisboa: Guimarães & C^a Editores.
- PINHEIRO, V. P. (1952) – Contribuição para o Estudo da Indústria Siderúrgica em Portugal. *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*. Porto. 7 (1-2), p. 37-279.
- POPE, D. (1965) – *Guns*. London: George Weidenfeld and Nicholson.
- QUINTELA, A. C. ; CARDOSO, J. L. ; MASCARENHAS, J. M. & ANDRÉ, M. C. (1998) – *A Fábrica da Pólvora de Barcarena e os Seus Sistemas Hidráulicos*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- QUINTELA, A. C.; CARDOSO, J. L. & MASCARENHAS, J. M. (1999) – A Fábrica da Pólvora de Barcarena. História e Evolução Tecnológica entre os Séculos XVI e XX. *Arqueologia & Indústria*. Lisboa. 2/3, p. 17-40.
- QUINTELA, A. C.; CARDOSO, J. L. & MASCARENHAS, J. M. (2000) – *A Fábrica da Pólvora de Barcarena. Catálogo do Museu da Pólvora Negra*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- REID, W. (1976) – *The Lore of Arms*. London: Mitchell Beazley, Ltd..
- REVENGA PORTELA, M. I. & CARNICERO MÈNDEZ-AGUIRRE, J. M. (1996) – Notas documentales en torno a la minería y herrería del noroeste peninsular (siglos X a XV). *Actas de las I Jornadas sobre Minería y Tecnología en la Edad Media Peninsular (26-29 de Septiembre de 1995)*. León: Fundación Hullera Vasco-Leonesa. p. 305-311.
- RIU RIU, Manuel (1996) – La metalurgia del hierro en la España cristiana medieval. *Actas de las I Jornadas*

- sobre *Minería y Tecnología en la Edad Media Peninsular (26 - 29 de Septiembre de 1995)*. León: Fundación Hullera Vasco-Leonesa. p. 41-55.
- RODRIGUES, M. F. & MENDES, J. M. A. (1999) – *História da indústria portuguesa - Da Idade Média aos nossos dias*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- RODRIGUES, M. J. M. (coord.); SOUSA, P. F. S. & BONIFÁCIO, H. M. P. (2002) – *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*. 3ª ed.. Coimbra: Quimera Editores.
- RODRIGUES, M. T. C. (1968) – *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV*. Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa.
- SANTOS, N. Valdez dos (1999) – *O Armamento Naval Português (1100-1500)*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- SCHAUB, J.-F. (2001) – *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SENOS, N. (2002) – *O Paço da Ribeira*. Lisboa: Editorial Notícias.
- SILVA, F. (1999) – *Barcarena Ancestral*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- URTEAGA ARTIGAS, M. M. (1996) – Siderurgia medieval en Guipuzkoa. Haizeolas, ferrerías mazuqueras y ferrerías mazonas. *Actas de las I Jornadas sobre Minería y Tecnología en la Edad Media Peninsular (26-29 de Septiembre de 1995)*, León, Fundación Hullera Vasco-Leonesa. p. 543-554.
- VITERBO, Sousa (1896) – *O Fabrico da Pólvora em Portugal*. Lisboa: Typografia Universal.
- VITERBO, Sousa (1904) – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional (ed. fac-símile: 1988).
- VITERBO, Sousa (1904) – *Artes e Industrias Metallicas em Portugal: Minas e Mineiros*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VITERBO, Sousa (1907) – *A Armaria em Portugal - Noticia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- VITERBO, Sousa (1908) – *A Armaria em Portugal. 2ª Série. Noticia documentada dos fabricantes de armas de arremesso e de fogo, besteiros, viroteiros, arcabuzeiros, espingardeiros, etc., que exerceram a sua industria no nosso paiz*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- VITERBO, Sousa (1908) – *Artes e Industrias Metallicas em Portugal: Serralheiros e Ferreiros*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VITERBO, Sousa (1920) – *Artes e Artistas em Portugal*. Lisboa: Livraria Ferin.

APÊNDICE CRONOLÓGICO

- 1487 – 13 de Novembro: Fernão Rodrigues, armeiro, Pedro Anes, pedreiro, e Lopo Vaz, carpinteiro, estão na Ribeira de Barcarena, construindo a casa das ferrarias, que D. João II considera como «coisa de muito nosso serviço e bem do Reino».
- 1490 – 1 de Julho: D. João II reconhece as grandes despesas que Fernão Rodrigues assumiu com o contrato das Ferrarias de Barcarena, nomeadamente com a contratação dos melhores mestres biscainhos, com a instalação de aparelhos de rodas, foles, fornos, bigornas e malhos, para além da reparação dos danos provocados pelas cheias do Inverno de 1488. Tais prejuízos, a que se juntam as interrupções na produção de armas ditas pela laboração de outros mestres enviados pelo Rei, impossibilitaram Fernão Rodrigues de cumprir o seu contrato, assegurando e custeando a normal laboração das Ferrarias. Em reconhecimento dos serviços prestados, o monarca retoma as oficinas sem exigir indemnização ou retorno das verbas avançadas.
- 1517 – 25 de Outubro: Ordem de D. Manuel a Afonso Monteiro, para que se dê de empreitada a obra da casa de armaria de Barcarena, consultando alguns oficiais que dela se possam encarregar.
- 1518 – 8 de Junho: Pedro Luís mede as paredes construídas por Brás Rodrigues em Barcarena, nas «ferrarias del Rey».
- 1518 – 1 de Outubro: Nova deslocação de Pedro Luís a Barcarena para medir as alvenarias que Brás Rodrigues fez na «açudada» que vai para as ferrarias.
- 1520 – 29 de Maio: Pedro Luís mede novas paredes também construídas por Brás Rodrigues, em Barcarena.
- 1523 – 12 de Maio: João de Aguilar é nomeado armeiro do rei, com atribuição de tença, que vencerá trabalhando na corte ou em Barcarena.
- 1539 – 1 de Dezembro: João de Aguilar, filho, é tomado por armeiro do rei, sendo-lhe, à semelhança de seu pai, atribuída tença, quer esteja em serviço na corte ou trabalhando em Barcarena.
- 1543 – 15 de Novembro: Rodrigo Manhoz recebe carta de privilégio de armeiro, reconhecimento de que não usufruía por não ter tenda aberta, dado trabalhar na Corte e em Barcarena.

- 1546 – 21 de Outubro: Ordem régia para que, em qualquer vila e lugar, se dê, pelos preços da terra, tudo quanto João de Aguilar, armeiro das ferrarias de Barcarena, necessite para aquelas oficinas.
- 1548 – 20 de Outubro: Gonçalo Fernandes recebe carta de privilégio de armeiro, em reconhecimento dos serviços prestados no Arsenal de Lisboa e em Barcarena.
- 1548 – 15 de Novembro: Renovação da carta de privilégio de armeiro, passada a Rodrigo Manhoz, com atribuição de novos privilégios.
- 1548 – 16 de Novembro: Carta de privilégio de armeiro, a que se juntam os privilégios de espingardeiro, passada a João de Aguilar, que trabalhando em Lisboa, na Corte, em Barcarena e em outras partes, não possuía tenda aberta, o que lhe vedava o gozo das inerentes isenções e prerrogativas.
- 1550 – 19 de Março: Rodrigo Manhoz, armeiro biscainho que serve há muito anos nas ferrarias de Barcarena limpando as armas dos Armazéns, recebe provisão de tença e alvará de lembrança em favor de um de seus filhos que seja armeiro e capaz de lhe suceder.
- 1550 – 4 de Junho: Rodrigo Manhoz é nomeado armeiro real.
- 1552 – 20 de Julho: Atribuição de privilégios de armeiro e espingardeiro a João Afonso, armeiro e morador em Villa Boa, termo de Guimarães, onde tinha tenda aberta, em reconhecimento dos serviços prestados na ferraria de Barcarena, a que acorria sempre que para isso era chamado.
- 1553 – 14 de Fevereiro: Gonçalo Afonso, armeiro, morador em Villa Boa, recebe privilégios de armeiro, servindo com seu ofício na ferraria de Barcarena, na condição de manter tenda aberta na sua terra e vir trabalhar na ferraria sempre que para isso fosse chamado.
- 1553 – 22 de Março: Rodrigo Manhoz, de 55 anos, «armeiro del Rey» e morador em Barcarena, é ouvido pela Inquisição de Lisboa sobre a queixa que apresentou contra Diogo Vargão, francês, por difamação do imperador Carlos V.
- 1556 – 15 de Março: Por morte de João de Aguilar, armeiro de metade das ferrarias de Barcarena, é passado alvará a Maria Trezena, sua mulher, com tença igual à vencida por seu marido enquanto seu filho não fosse armeiro ou sua filha casasse.
- 1558 – 10 de Novembro: Por morte de Rodrigo Manhoz, seu filho, Balthazar Manhoz, recebe o ofício de seu pai, como armeiro das ferrarias de Barcarena, com igual tença.

- 1566 – 8 de Dezembro: Revogação da provisão passada a Maria Trezena, por morte de João de Aguilár, visto Maria de Aguilár, sua filha, haver casado com pessoa que não era armeiro, renunciando assim ao alvará que lhe transmitia metade das ferrarias de Barcarena.
- 1574 – 24 de Julho: Cristóvão de Manhorca, armeiro, é nomeado «mestre dos engenhos das armas de Barcarena», por morte de Baltasar de Manhorca, seu irmão, que até aí desempenhava o referido cargo.
- 1587 – 17 de Abril: Filipe I renova mercê do ofício de armeiro real e mestre dos engenhos das armas de Barcarena, a Cristóvão de Manhorca, que já lhe havia sido atribuído por D. Sebastião, em 24 de Julho de 1574.
- 1614(?) - (Sem data): Denúncia de comportamento incorrecto e lesivo da fazenda real, por parte de Cristóvão Manhorca que, já não lavrando nada nas oficinas de Barcarena, as ia delapidando em proveito próprio.
- 1617 – 21 de Outubro: Francisco de Lahra, mestre engenheiro da Armaria Real e Fábrica da Pólvora de Navarra, é chamado a Portugal, para construir um engenho de pólvora em Barcarena. Na mesma altura, surge proposta de Leonardo Turriano, engenheiro-mor do Reino de Portugal, para fazer a traça de um engenho que lavrasse toda a pólvora necessária à Coroa. Dado ter cargo pago pela Fazenda Real de Portugal, é-lhe entregue a responsabilidade do projecto, que é enviado a Madrid, para apreciação por Filipe II. No estudo que realiza para Barcarena, propõe, para além da instalação de inovadores engenhos de pólvora, a introdução de um terceiro malho de água nas ferrarias, e de um engenho de verrumar em casa anexa ao edifício das forjas. Adianta também a possibilidade de instalação de engenhos hidráulicos de cordoaria, para a produção de enxárcia.
- 1618 – 18 de Julho: O Rei inquire o Governador do Reino de Portugal sobre o andamento que se está a dar às obras de Barcarena, recomendando urgência.
- 1618 – 15 de Agosto: O Rei conforma-se com as notícias recebidas do Conselho da Fazenda sobre o estado das obras em Barcarena, e do dinheiro que é necessário para se acabarem.
- 1618 – 29 de Agosto: O Rei insiste junto do Conselho da Fazenda para que se veja o que é preciso fazer na fábrica das armas e pólvora.
- 1619 – 29 de Junho(?): Filipe II, antes da sua entrada formal na cidade de Lisboa, visita os engenhos das armas e da pólvora de Barcarena.

- 1622(?) - (Sem data): Leonardo Turriano refere, no manuscrito *Dos Discursos...*, as propostas que estudou e apresentou para remodelação e modernização das Ferrarias e Casa da Pólvora de Barcarena.
- 1625 – 16 de Maio: Ordem do Rei ao Conselho da Fazenda para fazer contrato com quem, nas ferrarias de Barcarena, assegure a produção de pregadura, de que há grande falta.
- 1626 – 26 de Novembro: Em carta aos Governadores da Coroa de Portugal, Filipe II pede informações sobre a possibilidade de produção na fábrica da pólvora, procurando também ser avisado do que falta na ferraria para se poderem fazer armas e pregadura.
- 1626 – 14 de Outubro: Cristóvão de Manhorca requer o pagamento de ordenados vencidos no cargo de Almojarife da Casa da Pólvora de Lisboa, que serviu de 17 de Abril de 1612 a 15 de Junho de 1614.
- 1628 – 9 de Maio: Cristóvão de Manhorca, falecido em Lisboa, é sepultado na igreja de S. Pedro de Barcarena.
- 1628 – 22 de Maio(?): Francisco Velho, mestre ferreiro, faz petição do ofício de armeiro das Ferrarias de Barcarena, onde afirma ter feito a fábrica das Ferrarias e Casa da Pólvora.
- 1630 – 23 de Julho: Vasco Fernandes César, Provedor do Armazém do Reino, faz relação das armas que se fizeram em Barcarena, informando que para as coronhas mandou já vir obreiros.
- 1631 – 27 de Fevereiro: André de Velasco, fiador de Domingos de Garate, contratador das Ferrarias de Barcarena, pede a sua majestade que lhe sejam entregues 80.000 reais por conta dos 480.000 que se lhe hão-de dar para os 200 mosquetes que se irão fazer no mês de Março.
- 1631 – 26 de Março: Martim Descalza, mestre das Ferrarias de Tomar, pede ajuda de custo referente ao tempo que despendeu na construção e instalação de três pares de novos foles nas oficinas das armas de Barcarena.
- 1631 – 1 de Julho: André de Velasco, «que por ordem de vossa majestade corre com a manufactura das armas que se lavram nas ferrarias de Barcarena», faz petição para que Domingos de Garate, contratador das ditas armas, no momento preso por dívidas no tronco dos castelhanos, com ordem do Duque de Maqueda para que fosse de imediato embarcado para a Biscaia, seja passado à prisão desta Coroa, para que assim possa responder pelas dívidas à Real Fazenda da Coroa Portuguesa.

- 1631 – 7 de Julho: O Conselho da Fazenda de Portugal reage indignado à prisão de Domingos de Garate, mestre das Ferrarias de Barcarena, e à intenção das autoridades espanholas em Lisboa, de reembarcarem para Biscaia todos os mestres e oficiais biscainhos das ferrarias, que consideravam provocar grande dano ao comércio daquela província. Por exigência do Conselho da Fazenda e do Governo da Coroa Portuguesa, mestres e oficiais são reconduzidos a Barcarena para terminarem as encomendas com que estavam comprometidos.
- 1631 – 29 de Setembro: Dadas as dificuldades económicas sentidas nas ferrarias de Barcarena, decide o Rei encaminhar para aquelas oficinas o dinheiro recolhido por todo o país para a Repartição das Armas do Reino, para que se continue com aquela fábrica produzindo as armas que faltam entregar à população.
- 1633 – 19 de Janeiro: Falece Francisco Velho, «contratador das ferrarias del Rey». É sepultado em Barcarena.
- 1632 – 6 de Maio: Filipe II inquire o Governador de Portugal sobre o modo como está a decorrer o financiamento das ferrarias e se estão a ser produzidas as armas necessárias.
- 1634 – 6 de Novembro: Martim Descalza, mestre das armas em Barcarena, pede para que lhe seja nomeado juiz que acompanhe todas as suas causas, bem como de todos os oficiais que trabalham nas ferrarias.
- 1635 – 26 de Maio: Martim Descalza, contratador das armas que se fabricam nas oficinas de S. Majestade em Barcarena, pede licença para fazer carvão na Serra de Sintra, dado haver deste muita falta para a dita fábrica.
- 1635 – 27 de Julho: Jorge Lopes de Negreiros, com contrato para compra de armas na Biscaia, adquire também prancha para os mosquetes e arcabuzes de Barcarena, bem como chapa para os frascos de pólvora.
- 1636 – 31 de Outubro: Martim Descalza é chamado ao Conselho da Fazenda, por ordem da Princesa Margarida, Duquesa de Mântua, para lhe ser pedido que fizesse a maior quantidade possível de arcabuzes e mosquetes. Responde o mestre que, com o único forjador de que dispõe, não se pode comprometer com mais que os cem mosquetes ou cento e cinquenta arcabuzes por mês, que constam do seu contrato. Resolve o Conselho solicitar ao Rei que providencie a vinda de mais dois forjadores biscainhos, das oficinas de Placencia de las Armas, Província de Guipuzcoa, para possibilitar o aumento da produção de armas de fogo.

- 1636 – 5 de Novembro: A Duquesa de Mântua dá instruções no sentido de que seja aumentado o número de oficiais portugueses que trabalham nas ferrarias de Barcarena. Deverão ser ensinados pelo mestre Martim Descalza, a quem compete tal encargo, para que, com mais brevidade, se lavre maior quantidade de armas.
- 1636 – 30 de Dezembro: Falece Martim Descalza, contratador das Ferrarias de Barcarena, sendo enterrado na igreja daquela povoação.
- 1637 – 2 de Abril: Estando em curso a preparação do socorro do Brasil, com vultosas compras de armas na Biscaia, dá o Rei indicação para que se não pare nas fábricas de Barcarena, procurando evitar o constante recurso a importações.
- 1637 – 20 de Agosto: Falece João Assencio, oficial biscainho das ferrarias. Sepultado em Barcarena.
- 1638 – 28 de Abril: Juan de Mendizabal, biscainho, que assumiu a direcção das Ferrarias, queixa-se ao Conselho da Fazenda sobre as consequências dos atrasos nos pagamentos que lhe são devidos, de que resultam a paragem da produção e o grande risco de perder os oficiais, descontentes por não receberem os seus salários.
- 1638 – 16 de Novembro: Juan de Mendizabal, mestre contratador das armas nas oficinas de Barcarena, requer à Duquesa de Menus, que lhe seja mantido o seu contrato, alegando a competência demonstrada e o facto de ensinar, à sua custa, os oficiais portugueses. Visa, assim, contrariar a pretensão do mercador Jorge Lopes de Negreiros, que reputa de nociva à fazenda real e à continuação das Ferrarias.
- 1639 – 21 de Janeiro: Jorge Lopes de Negreiros, contratador da manufactura das armas que se fabricam em Barcarena por tempo de dez anos, pede nomeação de um juiz desembargador que acompanhe os assuntos jurídicos do seu contrato.
- 1639 – 12 de Abril: Inventário do Armazém do Reino onde constam 90 mosquetes remetidos de Barcarena.
- 1639 – 4 de Maio: Na sequência da petição apresentada por Jorge Lopes de Negreiros, é nomeado António Mariz Carneiro por juiz conservador do contrato.
- 1639 – 15 de Dezembro: O Conselho da Fazenda recomenda à Duquesa de Mântua que aprove a consignação a Jorge Lopes de Negreiros, de quatro mil cruzados para a fábrica de Barcarena.

- 1640 – 28 de Junho: O Conselho da Fazenda e a Duquesa de Mântua procuram solução para a falta que há de armas, necessárias para armar os cinco ou seis mil homens indispensáveis à defesa do porto de Cascais. Dada a produção insuficiente de Barcarena, opta-se pela importação de armas da Biscaia, propondo-se também a compra de chapa para facilitar a produção de canos nas Ferrarias, com vantagem no preço das armas produzidas.
- 1640 – 16 de Julho: Extenso relatório sobre o estado em que se encontram tanto a casa da pólvora como as ferrarias de Barcarena, no qual, reconhecendo-se as grandes potencialidades industriais e económicas daquelas oficinas, se propõem diversas soluções e melhoramentos para ultrapassar o estado de quase ruína em que se encontram.
- 1641 – 2 de Janeiro: João Rodrigues Chaves, superintendente das ferrarias de Barcarena, dá conta da produção de carvão que faz na Serra de Sintra, bem como do corte de madeira de nogueira para coronhas. Refere também que os caudais disponibilizados pela ribeira iam permitindo lavar prancha larga para canos e prancha para frascos.
- 1642(?) - (Sem data): Juan de Mendizabal, mestre coronheiro das oficinas de Barcarena, queixa-se à Rainha das desconsiderações e insolências que afirma ser vítima por parte de João Rodrigues Chaves, superintendente daquelas ferrarias, que considera seu inimigo e tecnicamente incapaz de dirigir a produção das oficinas.
- 1642 – 10 de Novembro: São devidos os 520.000 reis da consignação das Ferrarias de Barcarena, que Rui de Figueiredo, general da fronteira de Vila Real, tomou das mãos dos recebedores das sisas, embora estivesse notificado para o não fazer. Tal atitude compromete o prosseguimento do trabalho naquelas oficinas, paradas por falta de dinheiro.
- 1643 – 30 de Janeiro: O executor-mor, Gaspar de Faria, apresenta ao Conselho da Fazenda certidão dos 370.000 reis tomados por Rui de Figueiredo de Alarcão, fronteiro da Província de Trás-os-Montes, ao executor de Vila Real, e que estavam dados em consignação à fábrica das armas de Barcarena. Propõe-se que se restituía àquela oficina a referida verba, descontada no dinheiro que todos os meses se envia àquela província, como já em ocasião anterior se mandou restituir outros 520.000 reis.
- 1643 – 29 de Fevereiro: João Rodrigues Chaves, superintendente das ferrarias de Barcarena, faz petição para que lhe seja levantada a proibição de fazer carvão na Serra de Sintra, sem o que se verá obrigado a entregar a dita fábrica. Pareceu ao Conselho da Fazenda que, dada a relevância da produção daquelas oficinas, se não deve impedir o superintendente de recorrer ao carvão daquela serra.

- 1643 – 24 de Março: João Rodrigues Chaves lamenta-se ao Conselho da Fazenda pelo facto de não lhe ser dada autorização para produzir carvão na Serra de Sintra, quando tem 120 quintais de ferro batido em prancha para mosquetes, um caixão de aço de Milão, 200 coronhas secas, duas oficinas a fazer frascos de Biscaia, e oficiais apalavrados para fazer carabinas e pistolas.
- 1643 – 26 de Março: O Conselho da Fazenda apreciou a petição de João Rodrigues Chaves, superintendente das Ferrarias de Barcarena, em que diz que, tendo disposto o necessário para fazer arcabuzes, mosquetes, pistolas e carabinas, vê inviabilizada a produção por falta do carvão que pretende fazer na Serra de Sintra. Dá o Conselho parecer favorável, solicitando ao Rei que autorize a fabricação do carvão necessário.
- 1646 – 20 de Setembro: Vicente Gonçalves Rebelo é nomeado, por tempo de seis meses, feitor das ferrarias de Barcarena, tomando posse de tudo o que pertence às ditas ferrarias por entrega de João Rodrigues Chaves.
- 1652 – 4 de Maio: Ordem do Conselho da Fazenda para que sejam remetidos ao Presídio de Cascais cem mosquetes aparelhados, fabricados em Barcarena.
- 1652 – 20 de Novembro: Ordem de D. João IV para que se satisfizesse a solicitação do superintendente das Ferrarias de Barcarena, Vicente Gonçalves Rebelo, para poder cortar madeira de um casal a que chamam «Sesmaria dos Fidalgos», no termo de Coruche.
- 1653 – 5 de Março: Ordem do Conselho da Fazenda para que o Tenente Geral de Artilharia entregue, no Presídio de Cascais, cem mosquetes e cem esmerilhões com seus frascos, bem como cem chuços, dos que se fabricam na oficina de Barcarena.
- 1654 – 17 de Janeiro: O Conselho da Fazenda ordena ao Tenente Geral de Artilharia a entrega em Cascais de 100 mosquetes com seus frascos e duzentas forquilhas com seus recontros, feitos em Barcarena.
- 1654 – 17 de Setembro: Ordem do Conselho da Fazenda para que Vicente Gonçalves Rebelo pague a Álvaro Dias Ximenes 51.500 reis devidos por nove anos e meio de rendas da casa em que morava o superintendente das ferrarias de Barcarena.
- 1656 – 13 de Maio: Ordem para o superintendente das ferrarias de Barcarena mandar fazer cem esmerilhões, idênticos aos que se fizeram nos anos anteriores, para entrega no Presídio de Cascais.

- 1657 – 14 de Maio: Decreto da Rainha, D. Luísa de Gusmão, para que, entre outras armas e munições, se remetam à Província de Entre-Douro-e-Minho, trinta mosquetes de Barcarena.
- 1657 – 19 de Maio: Novo decreto da Rainha para que, dadas as constantes necessidades de defesa da Província de Entre-Douro-e-Minho, se enviem mais armas e munições, entre os quais se contam oitenta mosquetes aparelhados, fabricados em Barcarena.
- 1658 – 10 de Janeiro: Ordem régia para o Monteiro-mor do Reino não impedir Vicente Gonçalves Rebelo, superintendente das Ferrarias de Barcarena, de cortar paus de amieiro e nogueira na coutada real, dado serem madeiras imprescindíveis para o fabrico das coronhas dos mosquetes.
- 1658 – 24 de Março: Ordem do Conselho da Fazenda para o superintendente das ferrarias de Barcarena mandar entregar cem mosquetes, com seus frascos e frasquinhos, no Presídio de Cascais.
- 1659 – 6 de Agosto: Despacho favorável do Conselho da Fazenda, à proposta de Rui Correia Lucas, Tenente Geral de Artilharia, na qual considera que, embora com um maior esforço financeiro, se deve solicitar ao superintendente das Ferrarias de Barcarena que terminadas todas as armas do contrato, se fabriquem todas as mais que for possível, para socorro das Praças das Fronteiras e Reino.
- 1659 – 23 de Agosto: Ordem da Rainha ao Monteiro-mor para que se tire da Serra de Sintra o carvão necessário às Ferrarias de Barcarena, devido à grande necessidade de armas para defesa do Reino.
- 1659 – 16 de Dezembro: Ordem de D. Luísa de Gusmão, ao Monteiro-mor do Reino, para que deixe fazer, na Serra de Sintra, em qualquer época do ano, o carvão necessário à laboração das Ferrarias de Barcarena. E que do termo de Alcácer do Sal se permita ao superintendente das ditas ferrarias, tirar anualmente vinte paus de amieiro e seis ou oito de freixo ou sobreiro.
- 1661 – 31 de Agosto: Ordem ao Monteiro-mor para que Vicente Gonçalves Rebelo seja autorizado a cortar trinta paus de amieiro e uma dúzia de paus sorteados, nos distritos de Alcácer.
- 1662 – 1 de Dezembro: Falece Juan de Mendizabal, biscainho, mestre coronheiro das Ferrarias. Sepultado em Barcarena.
- 1663 – 14 de Abril: O Rei encomenda ao Monteiro-mor que, com toda a brevidade, autorize o superintendente das Ferrarias de Barcarena, Vicente Gonçalves Rebelo, a cortar cinquenta paus de amieiro nas coutadas de Alcácer do Sal, para coronhas de mosquetes.

- 1665 – 28 de Janeiro: Ordem para o superintendente das Ferrarias de Barcarena obrar quatrocentas rexas de mosquetes biscainhos e trezentos recontros para piques, remetendo tudo para a Praça de Cascais.
- 1668 – 5 de Maio de 1668: Alvará régio no qual se autoriza Vicente Gonçalves Rebelo a renunciar, por morte, o cargo de superintendente das Ferrarias de Barcarena a favor de um seu sobrinho, também ele chamado Vicente Gonçalves Rebelo.
- 1670 – 20 de Setembro: O Licenciado Vicente Gonçalves Rebelo (sobrinho), na intenção de prosseguir os seus estudos na Faculdade de Letras, desiste, com o acordo de seu tio e por escritura realizada em tabelião de Lisboa, do direito ao ofício de Superintendente das Ferrarias de Barcarena trespassando-o em favor de Agostinho Barbosa da Torre, também este sobrinho do velho Vicente Gonçalves Rebelo.
- 1671 – 24 de Julho: Falece Vicente Gonçalves Rebelo (tio). Sepultado em Barcarena.
- 1671 – 13 de Outubro: O Senado da Câmara de Lisboa analisa uma consulta do Conselho da Fazenda, sobre o desvio ilegal, por particulares, de grandes quantidades de água da ribeira de Barcarena para rega de pomares. Dados os grandes danos resultantes da redução de caudais durante o Verão, que paralisava os engenhos das Ferrarias e Casa da Pólvora, para além de muitas azenhas, são os referidos particulares intimados a construir, nos prazo de seis meses, tanques para armazenamento de água, sob pena de, por incumprimento, ser ordenado o corte dos referidos pomares.
- 1674 – 26 de Fevereiro: Ordem da Tenência Geral de Artilharia para que se dê posse a Manuel Vicente, como mestre coronheiro das Ferrarias de Barcarena, em substituição de António Ferreira, retirado por velhice.
- 1674 – 3 de Março: É dada posse formal a Manuel Vicente, do cargo de mestre coronheiro das ferrarias de Barcarena, com direito a ocupar as casas até aí habitadas por António Ferreira, seu antecessor, e que já por duas vezes havia sido notificado para as despejar. Comporta-se Manuel Vicente de forma acintosa, expulsando o anterior ocupante. Alegando não ter onde se acolher, requer António Ferreira mais tempo para procurar casa, sendo-lhe concedidos mais oito dias.
- 1674 – 23 de Abril: O Conselho da Fazenda delibera que o cargo de mestre coronheiro de Barcarena, recentemente entregue a Manuel Vicente, seja passado a Pedro Ferreira, coronheiro examinado, para suceder a seu pai.

- 1677 – 9 de Julho: Ordem da Junta dos Três Estados para que o Tenente Geral da Artilharia remeta, para as Praças de Berlenga e Peniche, um lote de armas e munições em que, entre outros artigos, se contam «52 Mosquetes Barquerenos».
- 1681 – 20 de Junho: É dada posse do cargo de Superintendente das Ferrarias de Barcarena a Agostinho Barbosa da Torre, capitão do Terço da Praça de Cascais e sobrinho de Vicente Gonçalves Rebelo.
- 1684 – 20 de Setembro: Agostinho Barbosa da Torre requer, ao Conselho da Fazenda, os ordenados em atraso que lhe são devidos.
- 1685 – 14 de Dezembro: Por proposta do Conselho da Fazenda, e resolução régia, decide-se entregar as Ferrarias de Barcarena a Roland Duclos e Cláudio de Gramboas, «para nelas estabelecerem fábrica de arame de toda a casta, canos de espingardas, Arcabuzes, Mosquetes à sua própria custa, por tempo de dez anos».
- 1685 – 22 de Dezembro: O escrivão da Tenência vai às ferrarias de Barcarena fazer inventário de todos os apetrechos que nelas se acham, após o que faz entrega a Roland Duclos e Cláudio de Gramboas.
- 1685 – 28 de Dezembro: Após a realização de inventário sobre o conteúdo das Ferrarias de Barcarena, é formalmente dada posse das mesmas a Roland Duclos e Cláudio de Gramboas.
- 1686 – 13 de Maio: Ordem ao Monteiro-mor para que permita a Cláudio de Gamboas e Roland Duclos, fazer sessenta sacas de carvão por mês, nas matas da Serra de Sintra.
- 1686 – 9 de Julho: Falece Vicente Gonçalves Rebelo (sobrinho). Sepultado em Barcarena.
- 1690 – 7 de Outubro: Despacho do Conselho da Fazenda para mandar pagar a Agostinho Barbosa da Torre, superintendente das Ferrarias de Barcarena, os 136.000 reis que despendeu nas obras realizadas naquelas oficinas.
- 1692 – 7 de Maio: Sequestro feito pelo meirinho da Tenência de todos os bens que foram inventariados nas Ferrarias de Barcarena, pertencentes ao defunto Cláudio de Gramboas.
- 1693 – 8 de Novembro: Resposta de Jorge da Franca, Provedor dos Armazéns sobre o preço das «armas de murrão» proposto pelos oficiais de Entre-Douro-e-Minho, considerando que ficariam mais baratas se fabricadas de empreitada, entregando-se ao eventual interessado as Ferrarias de Barcarena, ainda ocupadas pela viúva de Cláudio de Gramboas. Na intenção de preservar as

oficinas, adianta-se a hipótese de expulsar a viúva, que é acusada de delapidar o recheio das Ferrarias, obrigando-a a repô-las em estado de funcionamento.

1695 – 28 de Julho: Instruções da Tenência para que o seu escrivão se desloque às Ferrarias de Barcarena para fazer inventário dos seus conteúdos, após o que dará posse das mesmas a Carlos de Sousa Azevedo, já detentor do contrato da Casa da Pólvora.

1695 – 22 de Agosto: As Ferrarias de Barcarena são entregues ao assentista Carlos de Sousa Azevedo, com a obrigação de neles estabelecer 5 moinhos de pólvora.

1695 – 29 de Agosto: É dada posse das Ferrarias a Carlos de Sousa Azevedo, com todas as suas pertenças, após o que se procede ao inventário de todos os engenhos, ferramentas, etc., que serão transportados para o Armazém do Reino, cessando assim a laboração e existência das «Ferrarias del Rey», em Barcarena.

APÊNDICE BIOGRÁFICO

Este apêndice visa reunir um conjunto de notas biográficas, maioritariamente recolhidas na documentação que apresentamos em Apêndice Documental, e que consideramos úteis para a caracterização do conjunto de personagens históricos que, com as mais diversas intervenções, surgem ligadas aos destinos das Ferrarias de Barcarena. Não pretende ser, obviamente, uma biografia das figuras referidas, mas sim um contributo para o melhor conhecimento da relação estabelecida com as oficinas que são assunto deste trabalho.

Fernão Rodrigues – Mestre armeiro e o primeiro contratador documentado das Ferrarias de Barcarena. Assumiu a direcção das obras verificadas nas oficinas a partir de 1487, para cujo equipamento recrutou, na Biscaia, os melhores mestres e oficiais. Instala engenhos metalúrgicos, hidráulicos, construídos e operados pelos mestres bascos. Produziu armas para a Coroa, ao abrigo do contrato que teria já desde 1480. Estando já as oficinas em laboração em 1488, sofrem graves danos provocados pelas cheias de Inverno da ribeira. As diversas paralisações e reparações necessárias oneram incomportavelmente a actividade, pelo que se vê na necessidade de recorrer ao auxílio de D. João II, que lhe retoma as oficinas perdoando, em atenção aos serviços prestados, as dívidas entretanto contabilizadas.

Pedro Anes – Mestre pedreiro contratado para as obras que D. João II decidiu realizar em 1487 nas Ferrarias de Barcarena, sob supervisão de Fernão Rodrigues.

Lopo Vaz – Mestre carpinteiro que, em conjunto com o mestre pedreiro Pedro Anes, edificaram a casa das Ferrarias de Barcarena.

D. João II – Monarca que surge associado à decisão de instalar na Ribeira de Barcarena uma oficina metalúrgica para fabrico de armas. Em 1471 foi encarregado, por seu pai o rei D. Afonso V, dos tratos da Guiné. Face à crescente intrusão de corsários nas rotas do Atlântico, decidiu promulgar em 1471 a doutrina do «Mare Clausum», visando impedir o acesso de qualquer navio estranho para sul das Canárias, sob pena de morte da tripulação. Tal medida apenas poderia ser eficaz se imposta pela força, para o que tratou de lançar os fundamentos de uma verdadeira marinha de guerra, dotada dos recursos necessários e adequadamente armada com artilharia. São conhecidos os relatos de Garcia de Resende que referem as experiências do monarca com a instalação de bombardas grossas a bordo de caravelas. Tratar-se-ia certamente de artilharia de ferro forjado, muito provavelmente «falcões» e «camelos». Estas experiências terão tido lugar em 1472 ou 1473, e é provável que a artilharia embarcada tenha já sido utilizada na guerra contra Castela em 1475.

A primeira referência às Ferrarias de Barcarena data de 1487, desconhecendo-se se se trata efectivamente

do momento da construção inicial das oficinas ou se terá sido decidida a ampliação de uma unidade já previamente existente. É no entanto determinante a acção e o interesse do monarca na criação de uma ferraria tecnologicamente apetrechada e dotada de meios modernos, à época, para instalar a fabricação de armamento em Portugal.

Afonso Monteiro – Uma das principais figuras sobre as quais assentou o extraordinário plano de construções manuelinas. Almojarife das obras da Casa da Mina e Índia, a que se juntaria a responsabilidade dos trabalhos no Paço da Ribeira, no Armazém e Arsenal. Sabe-se que esteve também associado às diversas campanhas de obras ocorridas no Palácio dos Estaos, no Convento de S. Francisco e no Castelo de S. Jorge. A entrega da empreitada de Barcarena à responsabilidade de tão experiente figura, atesta bem a importância que D. Manuel terá atribuído às suas Ferrarias.

Brás Rodrigues – Mestre pedreiro com trabalhos documentados nos Paços dos Estaos e da Ribeira, em 1520. Surge associado às obras de Barcarena em 1519, quando Pedro Luís mede trabalhos por ele realizados. Em 1520 continuaria com trabalhos nas Ferrarias. Em 1546 estaria ainda em serviço de seu mester na Fortaleza do Seinal, em África.

Pedro Luis – Medidor das obras de Lisboa, tem actividade conhecida em diversas obras reais, como o Paço Real da Ribeira, etc. Terá também assumido a supervisão de outras obras realizadas no período manuelino. Deslocou-se por várias vezes a Barcarena, para medir as diversas fases dos trabalhos executados por Brás Rodrigues.

João de Aguilár – Mestre armeiro e contratador de «metade das ferrarias de Barcarena», em conjunto com Rodrigo Manhoz. Terá, eventualmente, assumido o contrato logo após as obras promovidas por D. Manuel I, tendo-se a sociedade com Rodrigo Manhoz iniciado certamente mais tarde, em data não anterior a 1527. Sem tenda aberta, recebeu tença real, atribuída em 1523, como recompensa pelos serviços prestados na corte e nas ferrarias. Desconhece-se a data da sua morte, que terá ocorrido em data anterior a 1539.

João de Aguilár (filho) – D. João III passa-lhe carta régia de armeiro em 1539, recebendo tença pelo desempenho do seu ofício na corte e em Barcarena, à semelhança do privilégio de seu pai. Embora os documentos conhecidos não o explicitem claramente, terá assumido a parte do contrato das ferrarias herdada de seu pai, mantendo a associação a Rodrigo Manhoz e a relação económica com o Armazém da Guiné e Índias. Falecido ou ausente em 15 de Março de 1556, o Rei transfere para sua mãe a tença recebida, até que uma sua irmã casasse com pessoa que pudesse assumir o ofício. Tendo esta filha do primeiro João de Aguilár casado com Paulo Vaz Rabelo, que não era armeiro, quebrou-se a ligação desta família às oficinas.

Rodrigo Manhoz – Mestre biscainho que terá sido chamado a Portugal por D. João III, em data próxima do ano de 1527, para trabalhar nas ferrarias de Tomar, que então se terão iniciado. Terá transitado, à semelhança do que veio a acontecer mais tarde com Martim Descalça, destas ferrarias para as de Barcarena. O rei estabelece com ele contrato, através do qual partilhará as oficinas com João de Aguilar. No ano de 1548 é-lhe passada carta de privilégio de armeiro, de que não gozava por não ter tenda aberta, mantendo-se ao serviço exclusivo do Rei. Em 1550 referia-se que trabalhava há já muitos anos nestas ferrarias, na limpeza das armas do Armazém, e em todas as outras coisas do seu ofício, recebendo tença de 15.000 reais. Em 1558 teria já falecido.

Gonçalo Fernandes – Trabalhando exclusivamente no Arsenal de Lisboa e nas Ferrarias de Barcarena, recebeu, em 1548, carta de privilégio de armeiro. Deslocaria a sua actividade para Barcarena sempre que para ali eram tranferidos grandes lotes de armas provenientes do Arsenal, necessitados de trabalhos de reparação e limpeza.

João Afonso – Armeiro e morador em Vila Boa, termo de Guimarães, deslocava-se a Barcarena, sempre que era necessário o seu contributo nas tarefas de limpar e guarnecer armas brancas. Recebe carta de privilégio de armeiro, em 1552, como recompensa pelo tempo em que serviu nas Ferrarias.

Gonçalo Afonso – Provavelmente familiar do anterior João Afonso, e também morador em Vila Boa. Recebe, à semelhança do seu parente, carta de privilégio de armeiro, que lhe é atribuída em 1553, por D. João III. O carácter sazonal da actividade desenvolvida em Barcarena, exigia o reforço do número de oficiais a trabalhar nas oficinas, sempre que a quantidade de trabalho o justificava.

Baltazar Manhoz – Mestre armeiro, filho de Rodrigo Manhoz, de quem herdou o cargo de mestre das Ferrarias de Barcarena. É referido em 1570, como continuando no serviço régio, trabalhando em Barcarena, e, quando necessário, acompanhando o monarca nos itinerários e locais onde o mesmo se instalava com a respectiva corte.

Baltazar de Manhorca – Mestre armeiro, filho de Rodrigo Manhoz, e por sucessão, também mestre contratador de Barcarena. Seria já falecido em 1574, ano em que o cargo é transmitido a Cristóvão Manhorca, seu irmão. É muito provável que Baltazar Manhoz e Baltazar Manhorca fossem uma mesma pessoa, dada a semelhança de nomes e a coincidência dos períodos em que, documentadamente, prestaram serviço como mestres nas Ferrarias.

Cristóvão de Manhorca – Armeiro real e «mestre dos engenhos das armas de Barcarena», sucedeu ao seu irmão Baltazar, sendo nomeado por carta régia em 1575. O seu mandato manteve-se no período filipino, com confirmação passada em 1587. Julgamos, no entanto, que nos últimos anos do séc. XVI e inícios do

séc. XVII, as tarefas de limpeza e encomendas proporcionadas pelo Arsenal, terão decaído em número e importância, pelo que as oficinas terão iniciado um período de decadência e abandono, pelo que, nesta fase, a direcção de Cristóvão de Manhorca não seria mais que nominal. Sabe-se que de 1612 até 1614 terá desempenhado o cargo de Almojarife da Casa da Pólvora. Morreu em Barcarena, a 19 de Maio de 1628.

Leonardo Turriano – Engenheiro Geral do Reino de Portugal, é nomeado, em 1597, para este cargo por morte de Filipe Tércio, seu antecessor. Nascido em 1559, e descendendo de uma família ligada aos trabalhos da engenharia e da mecânica, entra, à semelhança de pais e tios, ao serviço do Rei de Espanha, no ano de 1582. Participa e acompanha os mais diversos trabalhos de fortificação nas Canárias, Norte de África e Galiza. Em Portugal acompanha também obras de fortificação em Viana do Castelo, S. Julião, Cascais, Lisboa, Setúbal, Peniche, etc. Na engenharia civil assiste, em 1605, à construção dos muros para consolidação de terras na encosta de Santa Catarina, em Lisboa, e elabora em 1607 um extenso conjunto de propostas para regularização do leito da foz do Tejo, onde se vinha observando um crescente assoreamento. Para Barcarena executa em 1617, por solicitação régia, as traças para os engenhos da Casa da Pólvora e das Ferrarias, bem como propostas para engenhos de cordoaria. Realiza em 1620, em conjunto com o cosmógrafo-mor João Baptista Lavanha e sob encomenda da Câmara de Lisboa, o projecto para o novo aqueduto que, seguindo trajecto idêntico ao do antigo aqueduto romano, resolveria o problema do abastecimento de água à cidade. Regressa a Espanha em 1623 para estudar a possibilidade de interligação e navegabilidade dos rios Guadalete e Guadalquivir. Retorna em 1627 a Portugal, verificando-se o seu falecimento em 1628 ou 1629.

Francisco Velho – Mestre ferreiro que terá executado as novas máquinas da Casa da Pólvora, idealizadas por Leonardo Turriano, tendo também procedido ao restauro dos engenhos existentes nas Ferrarias. Afirmou ter servido no Armazém e em muitas fortalezas das Conquistas Ultramarinas, bem como no Maranhão e Monomotapa. Após as obras verificadas em Barcarena, ter-se-á mantido ao serviço das oficinas, onde terá produzido peitorais e pregadura. Após a morte de Cristóvão de Manhorca, requere ao Rei a atribuição do ofício de armeiro das Ferrarias. Terá sido este o mestre que ficou encarregado de produzir a tão necessária pregadura. Morre em Barcarena, a 19 de Janeiro de 1633, sendo referida, no registo de óbito, a sua qualidade de «contratador das ferrarias del Rey».

André de Velasco – De provável origem espanhola, terá sido, no período do reinado de Filipe III, responsável por actividades metalúrgicas e de mineração. Desconhecem-se as condições em que terá exercido actividade em Portugal, havendo informação de ter realizado trabalhos de prospecção e ensaio de minérios. Terá sido o responsável, em 1626 ou 1627, pela contratação de mestres e oficiais biscainhos para as ferrarias de Tomar. Encontramo-lo ligado, em 1631, à actividade de Domingos de Garate como contratador das armas de Barcarena. O seu nome volta a ser mencionado, quando da nomeação de um seu filho para o ofício de secretário do Almojarifado da Vila de Tomar.

Domingos de Garate – Mestre armeiro biscainho, que terá chegado a Portugal integrado no grupo trazido por André de Velasco. A sua presença em Barcarena está documentada a partir de 1631, e terá assumido o cargo de contratador das Ferrarias. Foi um dos protagonistas do incidente que opôs os magistrados da Coroa portuguesa aos representantes de Coroa espanhola em Lisboa. Preso pelas autoridades castelhanas por dívidas à Coroa portuguesa, resultantes da incapacidade de cumprir atempadamente o contrato a que se havia obrigado, recebeu ordem de retorno à Biscaia, extensiva aos oficiais que o acompanhavam e respectivas famílias. Embora o pretexto para a sua prisão residisse nas dívidas à Coroa portuguesa, constata-se claramente os ressentimentos das autoridades espanholas que classificam próxima da traição a actividade que Garate desenvolvia nas Ferrarias. Os espanhóis consideravam lesiva dos interesses comerciais das suas províncias a produção em Barcarena de grande quantidade de armas de fogo, que poderia também contribuir para uma eventual auto-suficiência em tão sensível matéria. Embora a indignação e conseqüente intercessão do Conselho da Fazenda tivesse contrariado a pretensão castelhana, e feito regressar os biscainhos a Barcarena, a verdade é que não conhecemos qualquer referência posterior a Domingos de Garate, assumindo-se que, terminado este episódio, terá regressado à sua província de origem.

Martim Descalza – Um dos mais importantes mestres e contratadores das ferrarias de Barcarena. Biscainho, experiente nas artes do ferro, foi chamado a Portugal para colaborar na instalação das ferrarias da Vila das Pias, em Tomar, onde terá chegado em 1627, sendo-lhe confiada a direcção técnica da obra. Manteve-se ligado a este estabelecimento, até assumir a contratação das armas que se fabricavam em Barcarena. A sua ligação a estas ferrarias está documentada por uma primeira deslocação, que se terá verificado no início de 1631, para execução de três pares de novos foles, de que se afirmava especialista. Temos conhecimento da sua condição de contratador das Ferrarias através de documento datado de Setembro de 1634, mas é provável, no entanto, que uma ligação efectiva à produção de armas de fogo se tenha iniciado em período anterior. Em Barcarena terá chefiado outros bascos, como Juan de Mendizabal e João Assencio. O contrato que acordou com a Coroa Portuguesa estabelecia o fornecimento mensal de cem mosquetes ou cento e cinquenta arcabuzes, sendo lícito considerar que as capacidades técnicas das oficinas permitiriam ampliar francamente este número. As limitações sentidas por este mestre residiam essencialmente na falta de forjadores experientes e nas insuficiências financeiras da Coroa, que ditavam a irregular liquidação do produto entregue. Assegurou a direcção das oficinas até à data da sua morte, ocorrida em Dezembro de 1636, tendo como encargo adicional a formação de oficiais portugueses. Terá deixado um filho, Martinho Descalza, que sabemos ter instalado uma oficina na povoação de Laveiras, que produzia frascos de pólvora, à maneira da Biscaia, e que seria, certamente, uma das oficinas subsidiárias das ferrarias de Barcarena mencionadas por João Rodrigues Chaves.

Jorge Lopes de Negreiros – Influente assentista, assumiu especial protagonismo na contratação com o Armazém do Reino, que iniciou na década de 1630. Importava lotes significativos de bens diversos,

destinados ao apresto das naus da Coroa, tanto para as rotas do império como para as armadas de guarda costa. Conhecem-se sucessivos fornecimentos de âncoras, breu, armas, cordame, pregadura, cobre, etc., aprovisionados a partir dos entrepostos comerciais bascos. Integrava-se na importante comunidade portuguesa, constituída na sua maior parte por cristãos-novos, que se havia instalado em número crescente nas Províncias de Biscaia e Guipuzcoa, em especial a partir do ano de 1600, e que geria verdadeiras redes comerciais com contactos nos mais importantes portos e centros económicos da Europa. As cidades de San Sebastian e Bilbao registavam uma importante concentração de mercadores portugueses, de origem judia, que a Inquisição espanhola acompanhava com atenção. Esse cuidado valeu-lhes vários inquéritos de limpeza de sangue, que resultaram em diversos autos de expulsão, como o que ditou, a expulsão de Juan de Negreros, filho de Jorge Lopes. Os inquéritos que lhe foram movidos em 1644, 1651 e 1655, impuseram a sua deportação em 23 de Abril de 1655. O mesmo destino é, em 1657, determinado para os seus filhos, José e Jorge de Negreiros.

A influência económica da comunidade comercial portuguesa em Espanha é crescente, especialmente a partir do início da segunda década do séc. XVII, a que certamente não seria alheia a capacidade económica que atesta nas relações privilegiadas que vai mantendo com as Coroas portuguesa e espanhola. Essa situação ter-se-á certamente reforçado com a aproximação do monarca aos financeiros portugueses, que privilegiou de forma clara através das facilidades que lhes concedeu em Madrid, particularmente após a bancarrota da Fazenda Real, verificada em 1626. Não era isenta de críticas e desconfianças a notória prosperidade demonstrada por Jorge Lopes, sendo acusado por alguns de cuidar mais dos seus interesses, do que do serviço da Fazenda Real. Com o governo da Princesa Margarida, Duquesa de Mântua, o seu protagonismo nos negócios de aprovisionamento do Armazém acentua-se, incorporando a produção das Ferrarias de Barcarena nos seus assentos de armas, maioritariamente importadas de Biscaia. Igual tratamento é dado às feitorias de linho cânhamo de Coimbra e Torre de Moncorvo, que ficam na dependência do contratador, com grandes queixas dos agricultores, que se consideravam explorados e abandonados.

A sua importância deste mercador parece diminuir a partir de Dezembro de 1640, com a interrupção dos contactos comerciais com as regiões espanholas. Vamos encontrá-lo em Lisboa, em Agosto de 1641, apresentando-se como leal vassalo de Sua Majestade que deseja empregar-se em qualquer serviço conveniente à conservação da coroa portuguesa. Propõe a D. João IV a construção de dois galeões de quinhentas toneladas, ou de quatro fragatas ao modo de Dunquerque, a construir no porto de S. Martinho, utilizando madeiras das regiões de Leiria e Alcobaça, projectos de que desconhecemos o desfecho.

João Assencio – Oficial biscainho que trabalhou nas Ferrarias, incluído no conjunto de mestres e oficiais que, por volta de 1629, foram contratados na Biscaia, para instalar a produção de armas de fogo em Barcarena. Radicado em Portugal, que não mais abandonou, temos informação do seu falecimento em 1637, sendo sepultado no adro da Igreja de S. Pedro de Barcarena.

Juan de Mendizabal – Mestre coronheiro que sucedeu a Martim Descalza como responsável pela produção das ferrarias. Também de origem basca, terá chegado a Portugal por volta de 1629, conforme ele próprio afirma, integrado no grupo de vinte e cinco mestres e oficiais que veio expressamente para iniciar a produção industrial de armas de fogo nas ferrarias de Barcarena. Terá assumido a direcção interina das oficinas, no final de 1636, após o falecimento de Descalza, continuando o contrato deste último. Desconhecemos se terá chegado a assinar contrato próprio, verificando-se, no entanto, que lhe faltou a credibilidade técnica como mestre armeiro ou a influência necessária para contrariar as pretensões de Jorge Lopes de Negreiros, que, não sendo ele também armeiro, obteve a contratação das Ferrarias até Dezembro de 1640. Radicado em Barcarena, continua ao serviço das oficinas, mesmo depois da Restauração, mantendo no entanto uma relação difícil com o responsável nomeado pela Coroa, a que não será alheio algum ressentimento do mestre e alguma desconfiança do superintendente que o pretendia expulsar. Falece a 1 de Dezembro de 1662, e é sepultado na igreja de S. Pedro de Barcarena, deixando Martinho Descalza como testamenteiro.

Rui Correia Lucas – Fidalgo, cavaleiro com o Hábito de Cristo, filho de D. Leonor Correia e do Dr. Bartolomeu Rodrigues Lucas, estaria em Agosto de 1630 já ligado aos negócios do aprovisionamento da Coroa, comprando nos portos do Norte de Espanha diversos materiais destinados ao apresto do socorro do Brasil. Mantém-se, durante os anos seguintes, directamente associado às questões da logística militar portuguesa no período filipino, sendo, em nossa opinião, o possível autor do «relatório de 1640», publicado por Sousa Viterbo. A experiência e os conhecimentos da realidade industrial portuguesa da época, ter-lhe-ão valido, em 5 de Janeiro de 1641, a nomeação para a direcção da recém-criada Tenência Geral de Artilharia. Este organismo passou a tutelar todos os armazéns e arsenais militares, bem como os estabelecimentos industriais da Coroa Portuguesa onde se incluíam as fundições de artilharia, fábricas de armas e de pólvora.

João Rodrigues Chaves – Foi o primeiro superintendente das Ferrarias, interrompendo o ciclo de contratadores, que até aí tinham assegurado a direcção técnica das oficinas. Após a Restauração, a Coroa resolve criar a Tenência Geral de Artilharia, na qual são integradas as Ferrarias e Casa da Pólvora, sendo João Chaves a figura encarregada de assegurar e aumentar os quantitativos de armas produzidos. Valeu-lhe o apoio sempre atento do Conselho da Fazenda e do Tenente Geral de Artilharia, para ultrapassar as frequentes dificuldades que se colocavam à laboração das oficinas. Substituído em 1646, por Vicente Gonçalves Rebelo.

Vicente Gonçalves Rebelo – Assume o cargo de superintendente das ferrarias em 1646, protagonizando um ciclo de grande actividade. É durante o seu mandato que parece registar-se o período de maior estabilidade na produção das oficinas, sendo frequentes as remessas de mosquetes e esmerilhões para diversas fortalezas do País. O seu desempenho, ao longo de vinte e dois anos, coincide com a fase mais

acesa das campanhas militares que constituíram a Guerra de Restauração, durante a qual as produções das Ferrarias de Barcarena terão assumido uma importância verdadeiramente estratégica. Em 1668 faz escritura de renúncia do ofício por morte, a favor de um seu sobrinho, também ele chamado Vicente Gonçalves Rebelo. Faleceu em 1671.

António Ferreira – Mestre coronheiro das Ferrarias, terá servido com o seu ofício ao longo de 30 anos, tendo certamente sucedido a João de Mendizabal. Em 1674, já idoso e incapaz de trabalhar, foi afastado das oficinas para ser substituído por Manuel Vicente. Após algumas peripécias, consegue reverter esta nomeação e transferir o seu ofício para o seu filho Pedro Ferreira.

Pedro Ferreira – Coronheiro examinado, sucede, em 1674, ao seu pai, António Ferreira, no cargo de mestre coronheiro das oficinas

Agostinho Barbosa da Torre – Último superintendente das Ferrarias de Barcarena, cargo a que acede por nomeação de seu tio, Vicente Gonçalves Rebelo. Com serviços prestados como Capitão no Terço de Cascais, no Exército do Alentejo, e nas armadas de guarda-costa, vê a propriedade do ofício reconhecida pelo Rei em 1681, embora o venha já desempenhando, em serventia, desde a morte do seu tio. O mandato terá decorrido já em período de decadência das Ferrarias que, terminada a Guerra de Restauração, entram em novo período de abandono. A reanimação das oficinas ocorrerá com a sua entrega a novos contratadores, Duclos e Gramboas. Não terá, no entanto, sido este um período de renovação técnica, e a prestação destes novos contratadores não revelou grande mérito. Agostinho Barbosa terá acompanhado obras de conservação nas ferrarias, que se realizaram em 1690. Da fraca capacidade dos contratadores e do aparente desinteresse da Coroa, resulta novo período de abandono que se arrastará até 1695, data em que Agostinho Barbosa da Torre assiste e testemunha o inventário determinado pela Tenência Geral de Artilharia, para encerramento definitivo das «Ferrarias del Rey».

Roland Duclos e Cláudio de Gramboas – Assumiram, em conjunto, o contrato de exploração das oficinas, que se iniciou em Dezembro de 1685, por prazo de dez anos. Como contratadores, comprometem-se a estabelecer por sua conta o fabrico de arame de todo o tipo, canos de espingarda, arcabuzes e mosquetes. Desconhecem-se os créditos técnicos destes dois sócios, adiantando-se a hipótese de não serem mestres armeiros, mas antes empreendedores comerciais. Julga-se que o sucesso económico não terá sido o esperado, encontrando-se a sociedade interrompida em 1692, por morte de um dos contratadores e eventual afastamento do sobrevivente. As instalações terão continuado na posse da viúva, umas vezes referida como de Duclos, outras de Gramboas. A incapacidade demonstrada pela viúva em continuar com a direcção das oficinas, resultou na degradação e delapidação das mesmas, que precipitou a decisão de as encerrar, respeitando-se, no entanto, o prazo inicialmente contratado.

Carlos de Sousa Azevedo – Em 1679 recebe alvará para produzir pólvora nas fábricas de Barcarena e de Alcântara, comprometendo-se a recuperar e a reequipar ambas as instalações. Assume, em 1687, a posse plena da Casa da Pólvora de Barcarena, na sequência da morte de Manuel Mateus, seu tio, que detinha o contrato desta fábrica, bem como da oficina da Porta da Cruz. A partilha das oficinas de pólvora foi acordada entre Carlos Azevedo e Simão Mateus, também seu tio, na qualidade de herdeiros do anterior contratador. Terminado em 1695 o contrato de Duclos e Gramboas, e verificado o estado de abandono em que se encontravam as Ferrarias, é decidido dar prioridade à produção de pólvora, sendo aquelas instalações desactivadas e incluídas no assento do polvorista, com condição de as reparar e adaptar ao fabrico do explosivo, instalando cinco novos moinhos. Recebendo posse plena das oficinas, que passaram a constituir a Fábrica de Cima, ficariam por seu encargo todos os custos decorrentes das modificações necessárias, bem como do investimento necessário à construção dos engenhos contratados. Terão sido, por isso, construídos apenas dois engenhos, no espaço correspondente ao edifício das antigas forjas. O contrato de Carlos de Sousa Azevedo manter-se-á durante o primeiro quartel do séc. XVIII, sendo transmitido a seu filho e neto do mesmo nome. Terminará quando, após abertura de concurso para nova arrematação, é considerado vencedor António Cremer, que passará a administrar e explorar a Fábrica de Pólvora de Barcarena.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Apresentamos neste apêndice um conjunto de documentos que coligimos ao longo da investigação produzida. Alguns destes textos haviam já merecido publicação em trabalhos anteriores, de vários autores, mas a sua relevância para a temática a tratar, levaram-nos a incluí-los, com a devida menção de publicação.

Assim, os textos já conhecidos permanecem, tanto quanto possível, sob a forma da sua publicação original. Para os restantes documentos limitou-se ao mínimo a intervenção sobre a forma dos mesmos, optando-se, para facilidade da leitura, pelo desenvolvimento das abreviaturas, assinaladas a itálico. Trechos em falta ou de leitura duvidosa estão assinalados com reticências ou pontos de interrogação entre parêntesis. Apenas quando julgado necessário, procedeu-se à junção ou separação de palavras. Por necessidades técnicas, as notas à margem vão inseridas no corpo do documento, com a devida indicação.

Documento 1

Santarém, 13 de Novembro de 1487.

IAN-TT, Chancelaria de D. João II, Livro 21, Folha 50 verso [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907, p. 148].

«Dom Joham, etc., a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que esguardando nos como a casa das ferarias que mādamos fazer na Ribeira das barquarenas, que ora tem Fernã Roiz, armeiro, he cousa de muito noso seruiço e bem do Regnno, quisemos pera melhor reparo seu que dos officiaees, que ha na dita Ribeira - s - Pero Annes, pedreiro, e Lopo Vaz, carpinteiro, fosem comstrangidos pera averem de seruir de seus officios em nenhuuas obras que sejã necessarias e esto em quanto elles seruirem de seus officios nas ditas ferarias e esteuerem prestes pera nelas seruir quando necessarios pera ello forem. E porem mādamos aos nossos vedores da fazenda, contadores, almoxarifes, recebedores das nossas rendas, correjedores, juizes e justiças e a outros quaaes quer officiaees e pesoas a que esta nosa carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que quando quer que asy aconteca dauarem mester os ditos officiaees pera as ditas nosas obras como tãbem de todallas outras mostrando elles certidã do dito Fernã Roiz como seruem nas ditas obras das ferarias pella maneira que dito he e os nã mādem costramjer nem costramguã pera os seruiços sobre ditos e por que queremos e nos praz que de todo sejã asy releuados pella guisa suso dita pello auermos asy por muito noso seruiço sem outro embargo que hus e outros a ello ponhã. Dada em Samtarem a xiii dias do mês de nouembro - Thome Lopes a fez - anno de mill e iiijc lxxxvij.»

Documento 2

Évora, 1 de Julho de 1490.

IAN-TT, Chancelaria de D. João II, Livro 13, Folha 142 e 142 verso; *Estremadura*, Livro 3, Folha 71, [publicado parcialmente por António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no século XV*, texto policopiado, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1990, Vol. III, pp. 209-210].

Dom Joham, etc. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que Fernam Rodrigues noso armeiro morador em Lixboa veeo ora a nos e nos pidio por mercee que porquanto as casas das ferrarias de Berquerena lhe nos demos a elle as nam podia soste asy como a nosso serviço e a seu descanso e repayro pretendia se com elle nam mandasemos estar a conta e ver o que elle nysto tiinha despeso porquanto ell tiinha recebido de nos pera estas cassas e guovernos dellas trezentos e trinta mill reaes os quaaes nos elle avia de pagar em armas da feitura do dicto contrauto que elle comnosco sobre ello fez a dez annos os quaes dinheiros elle recebera per esta maneira convem a saber Clxx [mil] em que lhe demos as casas das dictas ferrarias e clx [mil] que lhe emprestamos, a saber, C pera fazer seu cabedall e os lx mill pera levar a Byscaia e o despender com os officiaes que de la avia de trazer pera fazerem as dictas forjas e lavrarem com elle nellas.

E que porquanto se achava nisto muito pyrdydoso e nam podia em nhuua maneira comprir com o dicto contrauto porque via por sua conta que allem destes iijc xxx [mil] reaes que elle tiinha recebido tinha nesta cousa mais despesas cento e cincoemta e oyto mill reaes como loguo per conta nos apresentara, a saber cimquoemta e dous mill per certas armas que ja tiinha entregues no nosso allmazem de Lixboa clxx [mil] que tiinha despesas nas casas das dictas ferrarias depois que lhe asy foram entregues pera a guornçam dellas clx [mil] que despendeo quando foy a Byscaia pellos dictos officiaes pera fazerem as dictas casas e bj [mil] que lhe pareceo que perdera no tempo que Fernam Pereira lhe teve as dictas ferrarias acupadas em obras que se fizerom pera as nosas taforeas quando foram a Graciosa e xxx [mil] que poderiam valler o tempo que Joham Rodriguez nosso escudeiro as acupou com mestre Joham e com Joham Afonso ferreiro e outros officiaes na fuundiçam do ferro que hy foram fazer per nosso mandado e xxx [mil] que gastou no coregymento das dictas ferrarias do danaficamento que lhe fizeram as aguuas no inverno no anno pasado de lxxxvij e xx [mil] que gastou quando foy a Castella o anno presente e a Byscaia pera dellas aveer de trazer os milhores mestres que laa achase como de feito trouvera.

xxx [mil] que lhe pareceo que valleria o tempo que se guastou em a obra do forno que hy madamos fazer para outra fundiçam de ferro que levou carreguo Sancho byzaynho noso moco da istribeira que nos veio a (...) em que por tempo de tres meses sendo elle chamado de fora e pidindonos o dito fernão roiz que tomasemos em nos as ditas ferrarias e lhe recebesemos esta dispesa na folha dos ditos xxx [mil] e o tirasemos da obrigaçam delles pois que nos nam podya nisto servir senam que em toda maneira se perdesse e vysto nos seu dizer e pidir e como quer que nesta conta que asy daa destas despesas per sua emmenta seja diz ser a que com direito e razam senão podem receber os taaes dinheiros soomente os ditos cinquenta e dous mill reais que asy diz que ja tem intregues no dito noso allmazem nas ditas armas oulhando nos os fundametos com que o dito fernão roiz acceptou o carreguo destas ferrarias que sabemos que foy tanto por nos servir como para por ellas abeer diso sua vyda e como somos visto que tem niso muyto guastado de sua fazenda e por lhe querermos fazer mercê ouvemos por bem de lhe tomarmos as ditas ferrarias com suas forjas biguornas malhos e todo outro aparelho de madeiras e ferrametas dellas que elle tudo entreguara sem tirar cousa allgua da dita guarniçam e ho abemos por desobriguado dos ditos xxx [mil] reais que asy de nos tinha ricibydo e obriguado a darnos as ditas armas e porem mandamos aos vedores da nosa fazenda e a todollos outros nosos officiaes a quem o conhecimento disto pertencer aver que daquy en diante nam costranguam o dito fernão roiz para aver de pagar os ditos xxx [mil] reais por que nos daguora para sempre por esta nosa carta ho abemos por quite e liure e todos seus herdeiros dos ditos xxx [mil] reais das armas que nos asy em pagamento dellas avia de dar e por que asy he nosa mercê de lhos (...) pello que no dito (...) fose mostrando elle dito fernam roiz publica scriptura feita pello esprivam do dito noso allmazem e asinada pello dito noso allmoxarife ou recibidor da dita casa em que cada hum delles consta ter recebido do dito fernão roiz as casas das ditas ferrarias com seus folles malhos fraguoaos e toda outra ferrameta e madeira roudas e aparelhos da guarniçam feita para ho llavramento da dita casa e asy paguos dos ditos cinquenta e oito mill reais em armas como aqui se dicllara por carreguados em reçeyta sobre o dito noso official abemos o dito fernão roiz e seus filhos por quytes e rellevados da obrigaçam dos ditos xxx [mil] reais

mandamos que nunca em *nenhum* tempo sejam *por* elles requeridos nem demandados na maneira sobredita

Dada em a nossa cidade d'Evora ao primeiro dia do mes de Julho, Joham do Porto a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatrocentos e noventa annos.

Documento 3

Almeirim, 25 de Outubro de 1517.

IAN-TT, Corpo Cronológico, Parte 1ª, Maço 22, Doc. 106 [publicado por Ana Catarina Miranda e Alexandra Baptista Fernandes, *Fábrica da Pólvora de Barcarena - Subsídios para um Roteiro de Fontes Arquivísticas e Bibliográficas*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1998, p. 73].

Ao momento Mandamos vos q. vos emformaes da obra de que ha necessidade a Casa darmaria de barquerena e dar della comta allguns ofyciaes que a queyram tomar dempreitada pelo Menos que pode ser e mais a nosso serviço e a ffareis assy começar e dar dempreitada fazendo saber A officiaes que no se folgue demtender e ha tomar e pondo logo pelo em obra pº que por algua muito o seu (...) e cada vez a vosa mais obra que ffaz e per algo dº for logo necesario jorge de Vascomcellos o mandar dar esta carta em almeirim aos xxb dias obrº (...) o fez anno de qtos xbij.

Ao momento sobre A caza darmaria de barquerena q ha dar dempreitada e q jorge de vascomcellos lhe mandara Mandar com allgo dqº se lhe logo for Necesario.

Documento 4

Certidão de Pedro Luís, medidor das obras de Lisboa, referente às medições que foi fazer a Barcarena, nas Ferrarias del Rey, e em Lisboa, no Paço dos Estaus e no Paço da Ribeira.

Lisboa, 1 de Fevereiro de 1519.

IAN-TT, Corpo Cronológico, Parte 2ª, Maço 79, Doc. 125.

Senhor

Estas som as medidas que acho no meu livro

Item fez bras *Rodriguez* em berquerena nas ferarjas del Rey xxxix bracas e xbij peças preço a bc *reis* braca e foy mydida a bij dias de Junho de jbcxbij annos

Item mais fez bras *Rodriguez em* berquerena na açudada de que vay para as ferarjas xxx braças e tres quartas ao primeiro dia de outubro de jbcxbij annos e o preco a bc *reis*

Item mais medy outras paredes que fez bras *Rodriguez* que *nom* sey se as mandou fazer el Rey e que tenho xxxbij bras e xxb palmos he o preco a bc *reis* por baca e foy midida a xxix de majo jbcxx anos

Item mydida do ladrylho que fez gill *fernandez* nos estaaos *em* que açhey de ladrylho rozado xxj braça e lrij peças

preco a bcx reis braca

Item mais tem de ladrylho por roçar xxxj braça e *meia* preco a mil reis braca foy medido a xx dias dabrill de jbcxxj anos

Item *tem* antonyo nunnez de ladrylhos nos estaaos rozado xxxj braça e *meia* preco a bcx reis bra.

e asy *tem* por rozar de ladrylho xxij braças preco mil reis braca

o que monta a bras *Rodriguez* com outras obras que puzem no liuro f. 295 __Rb R reis

e o que monta a gil *fernandez* e antonio *nunnez* _____ xxxj - bij Riij

Item a medida que fez bagareo do pomar del Rey *em* que açhey rbij braças e lx palmos e ho preco a iii e iiii reis braça de muro fjado de *enxalharja*

Item açhey ho muro que vay da terra *para* o mar xxx braças e xiiij palmos preco a mil reis braca foy medida a xxbij de setembro de jbcxbij annos

Item majs fez bagareo *outras* paredes defronte do pomar del Rey *em* que açhey cbj braças e quarta que *nom* som fiadas e ho preco a iijc reis braca e foy medida ao *primeiro* dia de *fevereiro* de jbcjxx annos

Senhor

E quanto e as *outras* mydidias *nom* as tenho no lyvro porque *nom* aço hum lyvro que e perdido

De voso servidor e amjguo Pero lujs

pero lujs

Documento 5

Almeirim, 12 de Maio de 1523.

IAN-TT, Chancelaria da D. João III, Livro 3, Folha 37 verso, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907, p. 21].

«Dom J.º, etc., a quantos esta nosa carta vyrem ffazemos saber que confiando nos de mestre J.º d Aguilar, armeiro, que nesto nos seruira bem e como a noso seruiço compre ho damos hora daqui em diamte por noso armeiro, com ho quall hofycio elle avera de nos de temça cada anno daquy em diante vymte mil rs. alem diso lhe serão paguas as hobras que fyzer e porem elle sera obriguado vyr ou estar em nosa corte quamdo o nos mamdarmos e tyvermos dele necesydade e porem mamdamos aos veadores de nosa ffazemda que lhes façam assemtar em os nosos lyuros dela e ao noso allmoxarife ou recebedor da nosa allfamdegua de Lixboa que em cada huu anno lhes de e pague aos quartees do anno por esta so carta sem mais tyrar outra nosa fazenda (sic) e por ho trelado della que sera regystado nos lyuros da dita allfamdeguaa por cada huu dos espriuades dela com ho conhecimento do dito mestre J.º

mandamos aos nosos contadores que lhos leuem em comta. Dada em Allmeirim aos xii dias de maio. Andre Diz a fez de j e bcxxiij e vemcera esta temça vyvendo em Lixboa amdando na corte ou estara em Berquerena, e eu Amtão dafonsequa o sobsprey.»

Documento 6

Lisboa, 1 de Dezembro de 1539.

IAN-TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Livro 40, Folha 32 verso, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907, pp. 21-22].

«Dom J.º, etc., a quamtos esta minha carta virem faço saber que confiando eu de Johão d Aguylar, armyeyro, que nisto me seruira bem e como cumpre a meu seruiço, e quemdolhe fazer graça e merce, tenho por bem e o tomo ora daquy em diamte por meu armyeyro asy e da maneira que ho elle deve ser e como o ate quy foy per minha carta Johão d Aguylar, seu pay, com o qual officio elle avera de temça em cada huu ano quynze mill rs., e alem diso lhe serão paguos no allmazem de Guyne e Imdias todas as obras que fizer, do qual officio e temça sobre dita lhe faço merce por ter huu meu alluara, per que me prouese que per falecimento do dito seu pay lhe fycase o dito officio com hos ditos quimze mill rs. de temça e dos vymte mill rs. de temça que ho dito seu pay com elle tynha elle vemçeraa e averaa estes quimze mill rs. de temça com ho dito officio, vyvendo nesta cidade de Lixboa ou amdando em minha corte ou estando em Berquarena, per que desta maneira ouvera o dito seu pay os ditos vymte mill rs. Noteficoo asy ao provedor... Dada em Lisboa ao primeiro dia do mes de dezembro. Manuel da Costa o fez anno do nascimento de noso Senhor Ihuu xpo de mill bcxxxix.»

Documento 7

Santarém, 21 de Outubro de 1546.

IAN-TT, Chancelaria de D. João III, Livro 9, Folha 248 verso.

Dom Joam, etc., faço saber que quoaesquer juizes justiçaç allmotações en quoaesquer villas e lugares a que esta minha carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que eu ey para bem que deis a joam daguilar meu armeiro das ferarrias de berquerena todo o que lhe cumprir e for necesario para as ditas ferarias por seu dinheiro e pollo estado da terra e asy mamtimentos que lhe comprirem e bestas e caros e carvao tudo por seu dinheiro e polo estado da terra o que huus e outros asy comprir sob pena de dez cruzados ametade para os catiuos e a outra ametade para quem os acusar / guaspar pimemtel a fez e samtarem a xxy de outubro de ibcRbj / bastião da costa o fez escrever

Documento 8

Lisboa, 20 de Outubro de 1548.

IAN-TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Livro 2, Folha 281 verso, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907, p. 71].

«Dom Joham, etc., a quamtos esta minha carta virem faço saber que avendo respeito a aver muito tempo que Guomçallo Fernamdez, armeiro, morador nesta cidade de Lixboa, serue o dito officio na casa darmaria da dita cidade e em Berquerena e asy em todallas outras cousas necessarias do dito seu officio, e como por não ter temda aberta delle

não goza dos preuilegios que por mim são concedidos aos ditos armeiros que tem temda aberta do dito officio em allguas cidades e villas de meus reinos, eu ey por bem que sem embargo de não ter a dita temda aberta elle goze dos ditos preuilegios que são os seguintes Dada na cidade de Lixboa aos xx dias do mes doutubro - ell Rey o mamdou per dom Duarte da Costa, fidaligo de sua casa e seu armador moor - Framcisquo de Vargas a fez - anno do nascimento de noso Senhor Ihuu xpo de jbcRbijj.»

Documento 9

Lisboa, 15 de Novembro de 1548.

IAN-TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Livro 2, Folha 156 verso, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907, p. 118].

«Dom Joam, etc., a quantos esta minha carta virem faço saber que avemdo eu respeito a R.^o Manhoz, armeiro, ser bom officall de seu officio e aver muito tempo que vsa delle asy nesta cidade de Lixboa, em Berquerena, e em outras partes, e por não ter tenda aberta do dito officio não goza dos priuylegios, de que gozam os outros armeiros, que tem suas temdas abertas, ey per bem que sem embargo de o dito R.^o Manhoz não ter temda aberta do dito seu officio darmeiro, seja preuelegiado pella maneira seguinte, etc., em forma. Dada na cidade de Lixboa a xb dias do mes de novembro - el Rey o mamdou per dom Duarte da Costa, fidalgo de sua casa e seu armador mor - Framcisquo de Vargas a fez ano do nacimiento de noso Senhor Ihuu xpo de mill bcRbijj anos.»

Documento 10

Lisboa, 16 de Novembro de 1548.

IAN-TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Livro 4, Folha 195, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907, p. 22].

«Dom João, etc., a quantos esta minha carta virem faço saber que avemdo respeito a Joam d Aguylar, armeiro, ser bom officall de seu officio e aver muyto tempo que vsa delle nesta cidade de Lixboa e em Berquerena, e em outras partes, e por não ter temda aberta do dito officio não goza dos preuilegios de que guozão os outros armeiros que tem suas temdas abertas e abastecidas do necesario, ey por bem que sem embargo do dito Joam d Aguillar vsar do dito officio d armeiro seja escusado e preuelegiado, etc., em forma hee outro tall preuilegio como despingardeiro. Dada na cidade de Lixboa aos dezaseis dias do mes de nouembro - ell rey o mamdou per dom Duarte da Costa, fidalgo de sua casa e seu armador moor - Framcisquo de Vargas a fez - anno do nascimento de noso Senhor Ihuu xpo de mill e quinhentos coremta e oyto.»

Documento 11

Lisboa, 20 de Julho de 1552.

IAN-TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Livro 1, Folha 91 verso, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907, pp. 19 e 20].

«Dom Joam, etc., a quantos esta minha carta virem faço saber que avendo respeito a aver muito tempo que João Afonso, armeiro, morador na freguesia de Villa boa, termo da villa de Guimarães, serue seu officio na ferraria de

Berquarena, ey per bem que obriguandose elle, na camara da dita villa de Guimarães, a ter na dita villa de Villa boa sempre sua tenda aberta de guarnecer e alimpar armas branquas, e de me vir servir na dita ferraria de Berquerena cada vez que pera iso for chamado, e mostrando diso certidão nas costas desta dos officiaes da camara da dita uilla do Guimarães de como nella fez a dita obrigação e comprindo-a pella maneira acima declarada, goze dos priuilegios que per mym são concedidos aos armeiros que tem pella dita maneira tenda aberta nas cidades e villas de meus reinos que são os seguintes. Quero que em quanto elle servir e vsar do dito officio d armeiro seja escuso e priuilegiado etc. em forma que he a dos espingardeiros. El Rey nosso senhor o mandou per dom Duarte da costa fidalguo de sua casa e seu armador moor Francisco de Varguas o fez em Lixboa a vinte dias do mes de julho anno do nascimento de nosso senhor Ihu xpo de mil bclij.»

Documento 12

Lisboa, 14 de Fevereiro de 1553.

IAN-TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Livro 3, Folha 170 verso, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907, p. 17].

«Dom Joam, etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que avemdo respeito a aver muito tempo que Gonçalo A.º, armeiro, morador no comcelho de Villa Boa, serue seu officio na ferraria de Berquerena, ey por bem que obrigandose de na camara da dita villa a ter sempre sua tenda aberta darmeiro e de me vir servir na dita ferraria de Berquerena cada vez que pera yso for chamado, guoze dos preuilegios que são comcedidos aos armeiros que tem pella dita maneira suas tendas abertas nas cidades e villas de meus Reynnos que são os seguintes: quero que em quanto ele servir e vsar do dito officio darmeiro seja escuso etc. em forma. Dada em a cidade de Lixboa a xiiij dias de feureiro, el Rey noso Senhor o mandou per dom Duarte da Costa, fidallguo de sua casa e seu armador moor. Francisquo de Varguas a fez anno do nascimento de noso Senhor Ihuu Xpo de jbclij annos.»

Documento 13

Lisboa, 22 de Março de 1553.

IAN-TT, Livro das Denunciações da Inquisição de Lisboa, do anno de bcl anno em deante, Folha 98, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907, pp. 118-119].

«Aos xxij dias do mes de março de mil bclij annos em Lixboa na casa do despacho da Santa Imquisição, estando hy o sor L.do Jorge Glz Ribeyro, deputado do Santo officio, perante elle pareceo R.º Manhoz, armeyro del Rey noso senhor, morador em Berquerena, de idade que dise ser de l.ta b annos pouco mais ou menos, ao qual foy dado juramento dos santos avamgelhos, em que pos sua mão, pera dizer verdade, e elle asy o prometeo, denunciou o dito que avera trymta e cinco dias, pouco mais ou menos, que estando elle denunciante no almazem do Regno, nesta cidade, praticando com Amryque Demvez, côdestabre dos bombardeyros, e outros muitos que elle declarante não conhece e falando sobre os roubos e perdas que fazia el Rey de França, neste comenos viera ahi um D.º Vargão, cavalheyro frances, morador na rua das Esteyras nesta cidade, e emtrando pela porta lhe disera o dito Amryque Demvez - que vimdes vos agora qua fazer, porque nã amdaes vos cõ eses vosos paredes laa a roubar? E a isto respõdeu o dito frâces caualheyro: Dizei quãto quiserdes, abasta ser el rey de França melhor que o emperador e que nenhuu outro Rey. E a isto respõdeu elle denunciante: - não sey quão bõo elle he, abasta fazer ofensa a noso Senhor cuydando

que a faz ao emperador comtratar-se com turcos e com imfieis cõtra a S.ta madre Igreja, porem de riba lhe vira o pago tarde ou cedo. A isto respondeo o dito frances: não fales paruoyces, de riba vira muita paruoyce e muita merda, Ds. não pode cryar millhor Rey que el Rey de França, e a esta palaura por lhe parecer mal a elle denunciante o empuxou e lhe deu hua punhada nos dentes e lho tomarão das mãos e o deytarão fora, e que a isto estavã presentes o dito Amryque Demvez e Jm.º Gracia que viue abaixo de Sã Roque na seg.^a Rua e Amryque Demvez viue a porta trauesa de Sã Gião, e al nã dise. Perguntado a que oras pasara as ditas palauras com o dito frances e se lhe parece que estaua tomado de vinho, dise que serya as noue ou dez oras pouco mais ou menos, e que nã sabe se estaua bebodo, mas que dezião os outros que lhe parecia que estaua tomado de vinho e do costume dise que o dito D.º Barjom tinha dado hua pitição dele perante o juiz do crime e andão em demãda polla punhada que lhe deu, mas que lhe nã quer mal e que tudo o que dito tem pasou asy na verdade como poderão dizer as testemunhas. M.el Cordeyro o escreuy e asynou aquy. A.º Munhoz.»

Documento 14

15 de Março de 1556.

IAN-TT, Chancelaria de D. João III, Livro 54, Folha 137 verso, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907, pp. 22-23].

«Eu elRey faço saber a quamtos este meu alluara virem que eu pasey hum meu alluara a Joham d Aguylar, meu armyro metade das ferarias de Berquerena per que ouue per bem de per seu falecimento fazer merce da dita ametade das ferarias a hum seu filho ou filha pera a pesoa que com ella casase como mais larguamente no dito alluara he contheudo e ora me euiou dizer Maria Trezena, que foy sua molher, que o dito seu marido era falecido, pedymdome que ouuese por bem de lhe fazer merce do ordenado que o dito Joham d Aguylar tynha com ho dito careguo pera ajuda de sua mâtêmça em quanto seu filho não fose armyro ou sua filha casase, e avemdo respeito aos seruiços do dito Joham d Aguylar e por fazer merce a sua molher, ey por bem e me praz que ella aja cada ano quymze mill rs., que he outro tamto como o dito seu marido tynha dordenado com o dito carguo, os quaees começara a vemcer do primeyro dya de janeyro deste anno presentemte de jblcl e seis e selheão paguos no tysoireiro do allmazem da Imdia, ao qual per este mândo que do dito tempo em diamte lhos pague cada ano como dito he, e pello trelhado deste alluara, que sera registado no liuro da despesa do dito tysoureiro por hum dos sprivaees do dito allmazem e conhecimento da dita Maria Trezena lhe serão cada ano leuados em conta os ditos xb rs. pella maneyra sobre dita, e quero e me praz que este valha, tenha força e viguor como se fose carta feyta em meu nome e aselada do meu sello pendentemte sem embargo da ordenação do segundo liuro, título xx que despoem o contrario e hum dos sprivaees de minha fazenda pora verba no dito alluara de que acima faz memção que foy pasado este a dita Maria Trezena pera por elle aver os ditos quymze mill rs. cada ano em quanto seu filho não for armyro ou sua filha casase pella maneyra sobre dita. Amdre Soares a fez sprever a quymze de março de jblclbj (1556).»

Documento 15

Lisboa, 10 de Novembro de 1558.

IAN-TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações, Livro 3, Folha 273 verso, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907, pp. 115-117].

«Dom Sebastião etc. a quantos esta minha carta virem faço saber que elRey meu senhor e avo, que santa gloria aja, pasou hum aluara a Rodrigo Manhoz, que foy seu armeyro, de que o trelado de verbo a verbo he o seguinte: "Eu elRey faço saber a quantos este meu aluara virem que avendo respeyto a eu mandar vyr R.^o Manhoz armeyro de Bizcaya pera me seruir de mestre nas ferrarias que se começaram a fazer em Tomar e por aver muytos annos que me serue nas ferrarias de Berquerena no allinpar das armas de meus allmazeys e em todalas outras cousas de seu officio, ey por bem de per seu falecimento fazer merce a hu de seus filhos que elle nomear do dito carguo dallinpar as armas de meus allmazeys nas ditas ferrarias de Berquerena e de todallas outras cousas de seu officio e com os quinze mill r.s de mantimento que o dito R.^o Manhoz de mym tem em sua vida com o dito carguo e sedo o dito seu filho official e auto pera me niso seruir lhe mandarey fazer sua prouisão em forma asy e da maneira que a tem o dito seu pay com os ditos xb rs. de mantimento cadanno e por que me dello praz lhe mandey pasar este aluara de lebrança pera o elle ter pera sua guarda, que lhe inteiramente mandarey comprir, posto que nã pase pella chancelaria sem eburgo da ordenação em contrario. Baltesar Fernãdez o fez em Lixboa a xix de março de jbc. A.^o Mexia o sobescreuy e em quatro de junho do dito anno pasou o dito senhor outro aluara ao dito R.^o Manhoz, por que avia por bem que da feytura do dito aluara em diante se pudese chamar seu armeyro em dias de sua vida, e ora Baltesar Manhoz, armeyro, filho do dito R.^o Manhoz me euiou dizer que o dito seu pay era fallecido e que o nomeara nos ditos carguos, segundo se vyo por hua verba do testamento que ele fez, pedindome que portanto era fallecido e o nomeara nelles lhe mādase pasar carta em forma dos ditos carguos, e avendo respeyto ao que dito he e ao dito Baltesar Manhoz ser auido por auto em minha fazenda do negoocce da India pera os seruir, ey por bem e me praz de lhe fazer delles merce em dias de sua vida asy e da maneira que os seruia o dito seu pay, com os quaes averaa dordenado em cada hum anno, equanto os asy seruir, quinze mill rs., que he outro tanto ordenado como com elles avia o dito seu pay, os quaes começará a vencer do primeiro dia de janeiro do anno que vem de bcl e noue (1559) em diante, porque o que montou des o dia que o dito seu pay falleceo ate o primeiro de janeiro do dito anno que vem ouue prouisão de fora, e os ditos xb rs. lhe serão paguos no thesoureiro do allmazem da India, que ora he e ao diante for, com certidão de Fernã Roiz de Castello Branco, fidallguo de minha casa e prouedor dos meus allmazeijs desta cidade, de como o dito Balltesar Manhoz serue os ditos cargos e pello trelado desta carta que sera registada no liuro da despesa do dito thesoureiro por hum dos escriuães de seu carguo e conhecimento do dito Balltesar Manhoz e a dita certidão do prouedor mando aos contadores que leuem os ditos xb (mil) rs. Cada ano em conta do dito thesoureiro e portanto o notefico asy e mando ao dito prouedor dos allmazeys que o meta em pose dos ditos carguos e lhos deyxer seruir em dias de sua vida e aver o dito ordenado como dito he sem lhe a isto ser posto duuida nem eburgo allguu por que asy he minha merce, e o dito Balltesar Manhoz guozara de todollos preuilllegyos e liberdades asy e da maneira que o fazia o dito seu pay e o aluara de lembrança que acima vay ecorporado foi roto ao asynar desta carta que por firmeza do que dito he lhe mandey pasar per mym asynada e asellada de meu sello pemdente. Dada em Lixboa a x de nouembro, Aluaro Fernãdez a fez anno do nascimento de noso Senhor Ihu xpo de jbc. b. iij e o dito Balltesar Manhoz pagou na chancelaria dordenado dos ditos carguos sete mill rs., que se caregarão em receyta sobre o recebedor dela, segundo se vyo per hum seu conhecimento em forma, que foy roto ao asynar desta, e posto que acima digua que seraa a certidão de Fernão Roiz de Castello Branco, prouedor dos meus allmazeys seraa de quem o dito carguo seruir. Andre Soarez a fez espreater.»

Documento 16

Lisboa, 8 de Dezembro de 1566.

IAN-TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações, Livro 47, Folha 426 verso, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907, pp. 23-24].

«Eu el Rey faço saber aos que este aluara virem que Maria d Aguilar, filha de Joam d Aguilar, que foy armeiro na ametade das ferarias de Berquerena, me euiou dizer que el Rey meu senhor e avo, que samta gloria aja, avemdo respeito aos seruiços do dito seu pay, lhe pasara huu seu aluara por que ouue por bem de per seu falecymto fazer merce da dita feraria a hum seu filho semdo armeiro ou a pesoa que casase com a dita sua filha em quymze mill rs. em cada huu ano e de pois de o dito Joam d Aguilar ser falecido fizera deles merce a Maria Trezena, sua molher emquãto o dito seu filho ou a pesoa que casase com ela, semdo armeiro, não tiuese a dita feraria, e avemdo a dita Maria Trezena os ditos xb rs. cada ano pella dita maneira, eu ouuera por bem por outro aluara que, renunciando os ela em mynhas mãos, de lhe fazer merce de oyto mill rs. em cada huu ano dos ditos xb pera com eles se meter em huu moesteiro como mais largamente se veria pelas prouysões que diso forã pasadas e renúcição, que tudo foy visto em mynha fazenda pedindome que por quãto ela senão metera freira e era casada com Paulo Vaz Rabelo, meu moço de camara, ouuese por bem de lhe fazer merce dos ditos oyto mil rs. de temça, posto que se casase, como os ouuera daver semdo freira, e avemdo eu respeito ao que asym diz e por lhe fazer merce pellos seruiços do dito Joam d Aguilar seu pay, ey por bem e me praz de lhe fazer merce dos dito oyto mill rs. de temça em cada huu ano, os quaes avera do primeiro dia de janeiro do ano que vem de bclx e sete em diamte, e mado aos vedores de mynha fazemda que façã asemtar os ditos bijj rs. de temça nos liuros dela e despachar em parte onde lhe sejã bem pagos e este aluara ey por bem que valha e tenha força e vygor como se fose carta feyta em meu nome e aselada do meu selo pemdemte sem ebargo da ordenação do segundo liuro titulo xx, que diz que as cousas cujo efeyto ouver de durar mais de hum ano pasem per cartas e pasamdo per aluaras não valhão. Domingos de Seixas o fez em Lixboa a bijj de dezembro de bclxbj, e o aluara de lembrança da ametade das ditas ferarias e asy a prouysão dos quimze mil rs. de temça que a dita Maria Trezena tinha de que atras faz meção se romperã ao asynar deste, e no registo da prouysão da dita temça dos liuros de minha fazemda se pase verba do cõtheudo neste, de que huu dos espriuães dela pasarã disso sua certidam nas costas deste e outra tall verba se pora no meu almazem da lmdia no registo do dito aluara que nele esta registado, de que hum dos espriuães do dito almazem pasarão sua certidam e por o dito aluara de lebrãça nã estar registado não declara neste que se ponha verba no dito registo, e eu Bertolomeu Froez o fyy espreuer.»

Documento 17

Lisboa, 17 de Abril de 1587.

IAN-TT, Chancelaria de D. Filippe I, Doações, Livro 11, Folha 460 verso, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907, pp. 114-115].

«Don Filipe etc. faço saber aos que esta carta com salua virem que Xpouão de Manhorca, meu armeyro e mestre dos egenhos das armas de Berquerena, me euiou dizer que o senhor Rey Don Sebastião, meu sobrinho, que Deus tem, lhe fizera merce do dito officio de que lhe fora passado carta em forma, a qual se lhe perdera, de que apresentaua o registo tirado da Torre do Tombo, concertado e asinado por Antonio de Castilho, do meu cõselho e guarda mor da dita Torre, de que o treslado é o seguinte: = «Don Sebastião etc. faço saber aos que esta carta virem, que cõfiando eu de Cristovão de Manhorca, meu armeiro, que me seruirá bem e como a meu seruiço cumpre, ey por bem e me praz que elle tenha carregto de alimpar as armas nos meus allmazes nas ferrarias de Berquerena e das outras cousas de

seu officio nellas assy e da maneira que o fazia Balthasar de Manhorca seu irmão, que o dito carregio tinha e por seu falecimento vagou, e asy ey por bem que tenha carego de concertar os arreios que andarem na minha armaria; os quaes caregos elle Xpouão de Manhorca terá e seruirá em quanto eu o ouuer por bem e nã mandar o contrario, e averá com elles de mâtímto ordenado em cada huu anno quinze mil rs. que lhe serão pagos no thesoureiro do allmazen de Guine e India, que ora he e ao diante for, por esta carta sem mais outra prouisão, que he outro tanto como tinha e avia o dito seu irmão por sua carta e pello treslado desta, q será registada no liuro da despesa do dito thesoureiro por huu dos escriuães do allmazen com conhecimento do dito Xpouão de Manhorca e a certidão de don Alvaro da Costa, fidalgo de minha casa e meu armador mor de como serue nas ditas cousas, mando que lhe sejam leuados em conta, e ao dito armador mor que lhe de a pose do dito carego e a quais quer outros meus officiais e pessoas, a quem esta carta for mostrada que lho deixem seruir e delle vsar e aver o dito mâtímto no modo sobredito de xxiiij dias do mez de julho do ano passado de bclxxiiij em diante, que começou a seruir, como se vio por certidão do dito armador mor, que foi rota ao asinar desta, e o dito Cristouão de Manhorca jurará em minha chancellaria aos santos evangelhos etc. e pagou dordenado sete mil rs ao recebedor da dita chancellaria, segundo se vio por hum seu conhecimento em forma feito pello escriuão dela, que os sobre elle caregou em receita e asinado por ambos. Diogo Lopez a fez em Evora aos xix dias do mez de março ano do nascimento de noso Senhor Ihu Xpo de mil bclxxb. Sebastião da Costa o fez escrever. => E pidimdome o dito Xpouão de Manhorca que por quanto tinha perdido a dita carta e a não achaua tendo feito sobre isso as delligencias ordenadas e conforme ao Regimeto de minha fazenda e nella apresentado lhe fizesse merce mandarlhe passar outra com salua pera a ter pera sua guarda, e visto por mim seu requerimento e o registro da dita carta e delligencias feitas e querendolhe fazer merce, lhe mandei passar esta carta com salua, pella qual ey por bem que elle sirua o dito cargo e aja com elle os ditos quinze mil rs de ordenado, não os avendo pela outra carta, porque, avendoos por ella, os não havera por esta, de maneira que hua dellas somente avera efeito, e sendo caso que em alguu tempo apareça a dita carta, elle será obrigado a mandar trazer a fazenda pera se nella romper e nos registos que della estão na Torre do Tombo e asi no meu allmazem de Guine e India se porão verbas que lhe foi passada esta com sallua e isto estando registada no dito allmazem, porque não estando registada nelle o declarará asi nas costas desta os officiais delle. João de Torres a fez em Lixboa a xbij dabrill, ano do nascimento de noso Senhor Ihu Xpo de mil bclxxxbij. Diogo Velho a fez escrever.»

Documento 18

Carta dirigida ao Rei, D. Filipe II, denunciando o comportamento incorrecto de Cristovão de Manhorca que, nada lavrando nas Ferrarias há já dez anos, obtinha ganhos indevidos.

Sem data (1613/1614?).

AHU, Série «Reino», Maço 19.

Sua Magestade tomou a *manuel* borges clerigo administrador da capela de joam de louredo huã casa ou o sitio della e agoa *para* a casa das ferrarias iunto a Berquerena, e lhe pagou *muitos* annos o *que* se lhe alvidrou *que* recebeo Bras da Costa, e em tempo de bras da Costa passou o dito *senhor* provisão *para* em cada hu anno se lhe dare no Reguengo de Alges coatro moyos de trigo *emquanto* se lhe não larguasse a dita casa, e os cobra oie em dia. Passa de dez annos que se não laura nella nem se faz cousa algua. E em Cada hu ano logra o aministrador os ditos coatro moyos de *trigo* Christovão manhorca a quen se seu o *offício* de baltasar barbosa *que* morreu nesta Cidade por *justiça* foi mestre desta casa a qual se fez e ornou a custa da *fazenda* de sua *magestade* e com *muita* fabrica e despesa como se mostrara a seu *tempo* sendo *necessário*, e toda a fabrica tem o dito *crístovão* manhorca consumida e nesta somana *segunda* deste

setembro se vedeu em berquerena ao Carrasquo hua bigorna de ferro de importãcia a casa Este manhorca fez hua acenha desta agoa para moer as noutes e tempos em *que* não trabalhasse a casa e disto logrou mais de quinze annos pello menos coatro moyos de trigo em cada hu anno e seu ordenado e tença lavrando o mais do tempo para ssi; e dos dez anos para ca logra em cada hu anno oito moyos e tantos alqueires, e a fazenda de sua *magestade* paga a seu genro manuel borges que he ora o administrador da capella os coatro moyos, e o seu sogro sem trabalhar e tem outro *officio* de sua *magestade* nas casas logra os oito moyos em cada ano e consumio a fabrica toda pagando lhe a seu sogro os quatro *que* a fazenda paga inda logra mais de outos coatro e a fabrica

Sobrescrito:

Lembrança importante sobre as ferrarias
Sobre as ferrarias de barquerena

Documento 19

Consulta do Conselho da Fazenda em que se trata da necessidade de se fazer um engenho de pólvora, para o que se havia chamado de Navarra o mestre Francisco de Lahra. Resolveu-se prescindir dos serviços do espanhol e atribuir a responsabilidade da traça a Leonardo Turriano, engenheiro-mor do Reino de Portugal.

Lisboa, 21 de Outubro de 1617.
AHU, Códice 31, Folha 62.

Consulta sobre o engenho da Poluora Francisco de lahra

Pella muita necessidade de que neste *Reino* hade de hum genho de Poluora pera se fazer a *necessária* pera prouimento das armadas delle se ordenou pelo Conselho de estado uiesse a esta cidade francisco de lahra mestre engenheiro da armaria Real e fabrica de poluora de nauarra o qual despois de fazer muitas diligencias pera effeito e se fazer o dito engenho se offereceo Leonardo torreano engenheiro mor destes Reynos a fazer a traça de hum engenho em que se laurasse toda a poluora *necessária* com menos despesa e mui utilidade da *fazenda* real a qual se enuiara a *vossa majestade* com o *primeiro* correo que por não estar acabada se não enuia com este.

Pello *que* Pareceo ao Conselho *que* o dito francisco de laira não era *necessário* neste *Reino* e assy se lhe mandarão pagar os dias que gastou em uir a esta cidade e os *que* podera gastar em se tornar a parte donde se mandou uir e ao tempo que andou na dita deligencia á rezão de quatrocentos reis por dia e se entende *que* a fabrica que o dito leonardo torreano se oferece fazer sera de efeito de que se da conta a *vossa majestade* que mandara o *que* for seruido em Lisboa a 21 de outubro de 617

Documento 20

Carta do Rei D. Filipe II ao Vice-Rei da Índia, sobre o salitre que ali se devia comprar para lavar em pólvora nos engenhos de Barcarena, que já estavam prontos.

Lisboa, 16 de Janeiro de 1618.
AHU, Série «Índia», Maço 10, Doc. 24.

Comde Vizo Rey amiguo Eu El Rey uos emuio muito saudar como aquele que amo. Eu tinha mandado que desas partes, se emuie nas naos de cada ano quantidade de salitre pera fabrica da poluora. E porque os emgenhos *que mandei fazer* em barquerena pera ella se laurar estão acabados, e assy he agora mais *necessário* o dito salitre, pera que não pare esta fabrica, e rezulte de ella se continuar, auer quantidade de poluora bastante pera o aperçebimento de minhas armadas, e das conquistas vos encomendo. E emcarrego muito *que* com particular cuidado vos apliqueis a fazer ajuntar todo o salitre *que* eu mando *que* uenha cada anno de modo *que* será infalivel a quantidade *que* se tem sinallado. E em todo cazo se ebarque repartido nas milhores, e mais seguras naos, porque de assy o fazerdes me auerey de uos por bem seruido e vollo agradecerey muito e aduertiruoseis *que* nas uias me avieis de emuiar sempre cõ o dito salitre particullar *Relação* assy da quantidade como das naos em que vem carreguado, e dos lugares em *que* o mandardes aguazalhar, e peçoas *que* o hande trazer a cargo pera aqui se pedir comta de tudo por ella a quem tocar dalla escrita em *Lisboa* a 16 de *janeiro* de 618. Rey

À margem:

Este salitre fiz logo contractar, e hira embarcado na melhores naos, e nos mais accomodados agasalhados *que* parecer com todas as relações, e avisos *que vossa magestade* nesta carta manda para *que* conste assy da quantidade como dos lugares em *que* vay, e peçoas *que* o levão a seu cargo e fiz ver esta ordem em *consulta* da *fazenda a folha* 147 deste anno aleuantarão *meio* pardao em cada quintal do presso do anno passado não podia o contratador ganhar nenhuma couza, mas ainda assy me parece *que* he barato *para* a *fazenda* de vossa *magestade* De Goa a 11 de *feureiro* 1619

Documento 21

Carta do Rei D. Filipe II ao Governador do Reino de Portugal sobre a fábrica de pólvora de Barcarena e também sobre o linho necessário para fazer enxárcia para as armadas.

Madrid, 18 de Julho de 1618.
AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1516, Folha 94.

Honrado Marquez Etc. Vi a uossa carta de *primeiro* deste e os papeis que com ella enviastes do Conde Dom Estevão de Faro, e de Jacome de morais Sarmiento sobre as armadas da costa, de que fico aduertido: E quanto ao mais que direis acerca da fabrica de Barquerena e linho da terra de que se deve fazer enxarcia para minhas armadas dessa Coroa; vos encomendo que o trateis com o *conselho* da *fazenda* em vossa presença, vendosse *juntamente* as ordens que tenho dado sobre a mesma *mattéria* por outras cartas minhas, e do que em tudo se assentar me dareis logo conta e particularmente vos encarrego *que* o engenho da poluora esteja prompto de tudo o que for *necessário* para se fazer nelle a mesma poluora tanto que vier o salitre que da India se espera nas Naos deste anno:/ Escripita em Madrid a 18 de Julho de 1618

Documento 22

Carta do Rei D. Filipe II ao Governador do Reino de Portugal sobre o estado das obras da casa da pólvora de Barcarena.

S. Lourenço, 15 de Agosto de 1618.
AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1516, Folha 105.

Honrado Marquez etc. Vi a consulta do *conselho* de minha *fazenda* (que me enuiastes com hua das nossas cartas do despacho ordinário de quatorze de julho passado) sobre o estado das obras da casa e fabrica de Barquerena, e *dinheiro* que he *necessário* darse para se acabarem: E pellas razois que o *conselho* da *fazenda* aponta na mesma consulta, hei *por* bem de me conformar com ella / Escritta em S. Lourenço a 15 de Agosto de 1618.

À margem:

Sobre o estado das obras da fabrica de Barquerena e do *dinheiro* que se pede para ellas

Documento 23

Carta do Rei D. Filipe II ao Governador do Reino de Portugal pedindo informação sobre as diligências do Conselho da Fazenda relativas aos negócios do linho para enxárcia e sobre a fábrica das armas e da pólvora de Barcarena.

29 de Agosto de 1618.
AHU, Série «Reino», Maço 19.

Em carta de *sua magestade* de 29 de Agosto de 1618

Escreveusevos em 18 de Julho passado *que* tratasseis cõ o *Conselho* de minha *fazenda* em uossa prezenca o que me dizestes em hua uossa carta do primeiro do dito mes acerca da fabrica de Barquerena e linho da terra para enxarcia das armadas dessa Coroa vendosse juntamente as ordens *que* eu tinha dado por outras minhas cartas sobre a mesma materia e que do *que* em tudo se asentasse me darieis logo conta, e porque não tenho uisto ate agora que se aja satisfeito a esta diligencia uo la quis de novo tornar a emcarregar (como o faco) para que se satifaça a ella brevemente de *maneira que* cõ o primeiro correo me auizeis da resolução do negocio, não o dilatando mais tempo porque fiquo esperando por isso, advertindo *que* haveis de uer cõ o conselho de minha *fazenda* mui particularmente tudo o *que* nesta materia e na da fabrica das armas e Polvora se deue fazer para *que* eu fique bem servido

Documento 24

Lisboa, Junho de 1619.
BNL, Reservados, nº 236, João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade Del Rey D. Filipe II. N.S. ao Reyno de Portugal E rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez*, 1622, folha 8.

[...] Detevesse el Rei em Bellem vendo os Mosteiros circunvezinhos, a torre de S. Vicente, os engenhos das armas & polvora de Barquerena até os 29 de Junho que fez a entrada em Lisboa, aguardando que se acabassem os triunfos com que nella avia de ser recebido, e que chegassem as Galès de Espanha, e a Real em que avia de passar [...].

Documento 25

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre o salitre que o Rei mandou vir da Índia.

Lisboa, 30 de Dezembro de 1620.

AHU, Códice 32, Folhas 204 verso e 205.

Sobre o salitre *que vossa majestade* manda uir da India

Em 26 de feureiro do anno *passado* de 619, mandou *vossa majestade* escrever ao Conde do Redondo *Vice Rey que foy da India que* posto que por hua petição *que* leou em sua *companhia* Lhe declarou *Vossa majestade* a ordem *que* se havia de ser em se enviar daquellas partes a este *Reino* toda a quantidade de salitre *que* pudesse ser e por cartas depois lhe encarregou o mesmo e que pella quantidade que se enuiou nas naos do anno de 618 tem hauido o cuidado com *que* nisto parece de *que* se ouue por bem seruido todauia *porque* a fabrica de Berquerena em *que* se hade fazer poluora esta acabada e se faltar o salitre em quantidade bastante para poderem laurar os engenhos todo o anno hauendose por custoso o gasto *que* naquella obra se fez que não deuiam de ser de consideração sendo assy *que* da grande despesa he ao particular da bondade *que* se possa fazer *que* hade ser a que nos ditos engenhos de Berquerena se laurar e euitando o damno *que* se recebe em as armadas de *vossa majestade* andarem prouidas com a *que* se tras de fora *que* pela maior *parte* he falsificada pareça a *vossa majestade* emcomendar de nouo ao dito *Vice Rey* tiuesse particular cuidado de fazer embarcar o dito salitre na maior quantidade *que* fosse possiuel atendendo particularmente a bondade e commodidade do preco.

A que respondeo o Governador fernão de Albuquerque *que* segundo a informação *que* achou se uiu a carta referida de *vossa majestade* em *conselho* da fazenda em presença do dito Conde VRey e se assentou *que* se desse a copia della a Nuno Vaz de castelo branco vedor da *fazenda* geral como se faz pelo *que* procurades preuinir todo o salitre *que* pudesse *para* se mandar nestas naos dar satisfação ao *que vossa majestade* manda e assy lhe ordene elle governador.

Vista esta carta em *Conselho* pareceo dizer a *vossa majestade* que em *Consulta* de 8 (?) do presente *que* se fez sobre carta *que* escreveu nuno vaz de castelo branco vedor da *fazenda* da India se deu conta a *vossa majestade* da quantidade de salitre *que* ueio nestas suas naos e o que ueio nas do anno passado. Ho *dinheiro que* ainda houuer na India do cabedal *que* foi deste *Reino para* se empregar nelle e da grande breuidade *que* resulta ao seruiço de *vossa majestade* e bem de sua *fazenda* em se continuar com este trato pello *que* não ha mais que dizer no particular desta carta de que se da conta a *vossa majestade* que mandara o *que* for seruido em Lisboa a 30 de dezembro de 620.

Documento 26

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre a petição remetida por Filipe Ribeiro, mestre polvorista, na qual descreveu os defeitos encontrados nos engenhos de Barcarena e em que também referiu a necessidade de lhe serem entregues as chaves do armazém da pólvora.

Lisboa, 28 de Novembro de 1622.

AHU, Códice 34, Folha 116.

Sobre hua petição de Felipe Ribeiro poluorista

Os Governadores remeterão a este *Conselho* hua petição de fellippe Ribeiro poluorista cô ordem para *que* se uisse

cô a *Consulta* que esta uay inclusa e se desse conta a vossa *majestade* do *que* se fez em rezão della e se consultasse o *que* de nouo parecesse sobre a dita petição e não fosse na *Consulta* na qual petição diz o dito Phellippe Ribeiro *que* tem dado a *Vossa majestade* hum appontamento das cousas necessárias pera *que* os moynhos de Barquerena estejam preparados e se não desconcertem cada dia e de nouo torna a lembrar o *seguinte* que a traue em que os peoens das mos andão he necessário trauarenses da outra parte pera *que* se não mouam as pedras; os eyxos em que as mos andão deuem ser ferrados de bronze porque faltandolhes isto a pedra come o pao e he necessário cada dia fazerlhe hum de nouo donde se segue mayor custo e deixarem os moynhos de moer e *que* he necessário darselhe casas pera estar cõ a sua gente porque esta ate gora de emprestimo pera a dita gente e caualgaduras e dorme no proprio moynho sem acender candeia e que se lhe deue dar entrega dos moynhos por mandado de *vossa majestade* porque António Simoens lhe não quis dar ate gora as chaues do Almazem em *que* se hade recolher a poluora e não há onde se recolha e *que* não haja dilacão em o dito António Simoens por isto por obra e *que* asusta o Carpinteiro porque se não passe o *tempo* e se lhe não de a elle em culpa pois esta em tudo prestes por não faltar no seruico de *vossa majestade*.

E vendosse a dita petição em *Conselho* e assy a *Consulta* inclusa e sobre o Cap.º 3 della em que os *governadores* ordenão que se lhes diga se no contrato do poluorista se preuenio o damno que pode hauer nas mesclas dos materiaes Pareceo que o dito damno se o ouer se podera logo uer pella experiencia *que* se pode fazer na poluora *que* esta feita e assy deue *Vossa majestade* ser seruido mandar que o prouedor dos Almazens a ueja e que hum ministro assista ao fazer della.

E quanto a petição do *supplicante* pareceo *que* *vossa majestade* deue mandar que António Simoens lhe entregue as chaues do Almazem da poluora e para este effeito deue *vossa majestade* mandar que o Doutor Roque da Silveira ua hum dia destes a Barquerena e pera tambem ordenar *que* os moynhos se ponhão em estado para nelles fazer a poluora e tirar os inconvenientes que o poluorista apponta na petição relatada e dar a execução as mais resoluçoens *que* se tomarão na *Consulta* inclusa para o *que* se lhe tem dado o despacho necessário *vossa majestade* mandara o *que* for seruido em Lisboa a 28 de nouembro de 622

Documento 27

Sem data (1622?).

BN, Reservados Códice 12892, Leonardo Turriano, *Dos Discursos de Leonardo Turriano el Primero sobre el Fuerte de San Lourenco de Cabeçaceca en la Boca del Taxo el Segundo Sobre Limpiar la Barra del Dicho Rio y Otras Diferentes*, Folha 83.

Cerca de Barquerena que es un lugar en un Valle muy ameno dos leguas de Lisboa ordene una casa com quatro molinos de agua para hazer poluara, que entre dia y noche muele cada uno quatro quintalos sin ningun ruido de maços: solo parece la piedra que muele porque las machinas delos mouimientos estan debaxo de tierra, y cada uno ahorra cien ducados en un dia, y una noche: la poluora de mas bondad, que la que se compra.

Cerca destes molinos sobre el mesmo arroyo hai otra casa, que llaman las ferrerias, adonde en otros tiempos se solian hazer cuerpos de armas aprueua de arcabuses y mosquetes para las personas *que* se embarcauan en las armadas; ordene el consierto dela dicha casa y delas machinas y fuelles, que anduieron corrientes, como antigamente, y porque en este tiempo podian ser de mas prouecho en hazer clauos para las naues dela India: le acrescente un mallo con el qual andando tres mallos ahorrauan treinta ducados cada dia. Mas no fue acetado el uso dellos, y la persona *que* los tiene a su cargo por tomarle el agua para sus molinos todo ha dejado perder: juntamente le acrescentaua la machina para barrenar arcabuzes y mosquetes, como parece en las traças siguientes, *que* no tuuo effeto, porque en la mudansa delos gouernadores se mudan los gouiernos los que sucedieron al Marques de

Alenquer no siguieron sus buenos pensamientos salvo en hazer ensarcia en este Regno, y no comprarla podrida de Alemania, mas no hexecutaron las machinas, que siguen de hazerlas con la mesma agua , como la poluora, y los clavos.

Documento 28

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre os despachos que recebeu Leonardo Froes para proceder às reparações necessárias nos engenhos de Barcarena, bem como para resolução da questão do alojamento dos polvoristas e acompanhamento da qualidade do produto que entregavam.

Lisboa, 7 de Janeiro de 1623.
AHU, Códice 35, Folha 7.

Sobre os *despachos* que se derão *para* Lionardo Froez compor as cousas da casa da poluora de Barquerena e das respostas *que* deu

Na conformidade da resolução que os governadores tomarão na *mattéria* da casa da poluora de Barquerena se deu *despacho* neste *Conselho* pera o Vedor mor Lionardo froes ir a dita casa leuando em sua companhia Lionardo torriano e darem ordem aos emgenhos pera moerem fazer entregar os Almazéns ao polvorista Fellippe Ribeiro e ordenar *que* aly perto se lhe aluguem casas em que possa viver e acudir com facilidade a sua obrigação e a Antonio Simoes a quem os governadores tem encarregado *que* assista nos emgenhos de Barquerena que ueja laurar a poluora e a quantidade e qualidade dos materiais que se lhe mesturão e ordenesse ao dito Fellippe Ribeiro que com sua familia assiste nos ditos emgenhos e casas *que* se lhe tomar com declaração que não hade de tirar daly nenhuma poluora nem materiais feita nem por fazer senão para se trazer a casa della;

Ao que respondeo o dito Lionardo froez que em cumprimento do dito *despacho* foy nos ditos emgenhos com Leonardo torreano e António Simoens aonde estaua o dito poluorista moendo poluora nos dois emgenhos *que* estão correntes e se lhe entregou a outra casa que esta junta a ellez e lhe disse que uisse as casas que mais vezinhas estauão e mais a preposito lhe estiuesses que logo as tomaria *para* nellas viuer cõ sua familia como se ordena no dito *despacho* a *que* respondeo que elle se não hauia de mudar com sua caza *para* cazas separadas dos ditos emgenhos e onde não tiuesse as officinas necessarias *para* fazer a poluora mas que fazendosselhe cazas nos ditos emgenhos em que uiuesse e as officinas necessarias logo se mudaria com sua familia e que emtanto se acomodaria no Almazem junto aos emgenhos com se lhe fazer hum sobrado pera dormir e hu alpendre *para* poder agazalhar suas caualgaduras que acarretão os materiaiz E Antonio Simoez disse *que* lhe não hera possiuel uer os materiais nem os *que* se lhe misturauam pello poluorista levar a mescla feita desta Cidade nem podia uegiar que se não tirasse poluora dos ditos emgenhos pois nelles se não acabaua e todo o *despacho* referido leo ao dito poluorista presente Leonardo torreano e Antonio Simoes e todos assinarão.

E depois de uista a dita resposta porquanto o Poluorista disse neste *Conselho* que lhe não eram entregues as chaues do Almazem e António Simoes não assistia naquella caza hauia oito dias se deu logo *despacho* pera o dito Lionardo froez fazer cumprir tudo o *que* se lhe tinha ordenado plo *despacho* referido.

A que tornou a responder *que* foi a Barquerena e se fez o que uossa *majestade* mandou como na resposta assima rellatada diz e se ordenou a Antonio Simoes que logo entregasse as chaues ao poluorista e *que* o que mais conuem ao seruiço de *vossa majestade* he mandaremsse fazer as cazas em que uiua o mestre e as officinas necessarias *para* poder fabricar a poluora e assy se deu outro *despacho* pera que o dito Lionardo froez fosse uer o salitre com que se

faz a poluora se esta refinado porquanto se dezia que se não refinava.

Ao que respondeo que esta delligencia pertencia a pessoa a *que vossa majestade* tinha cometido assista ao exame i aprovação da poluora.

De que Pareceo ao *Conselho* dar conta a *vossa majestade* lembrando que o doutor Roque da silueira disse neste Conselho que lhe não tocava a aprovação do salitre senão somente a da poluora *que* lhe estaua cometida *que* he *mattéria* muy deferente de *que* tãobem se da conta a *vossa majestade* pera sobre tudo se tomar a resolução *que* for seruido em Lisboa a 7 de Janeiro de 623

o Conde de Faro Luís da silua Ruy da silua Luiz pereira Roque da silueira

À margem:

Resposta dos *governadores*:

O *Conselho* faça cumprir com effeito o contrato de Phelippe Ribeiro sobre a fabrica da poluora e as ordens que temos dadas, e nos consulte para assistir a dita fabrica conforme a carta de sua *majestade* e tudo se faça com breuidade *que* o tempo pede, a 11 de Janeiro de 623.

Segunda Consulta

Viosse neste *Conselho* a resposta que os *governadores* derão a esta *consulta*, e a ella emclusa a ella; e Pareceo nomear francisco Rebello Rodaualho que serue de Prouedor dos Almazens para a superintendencia da casa da poluora de Barquerena, por lhe tocar por Razão do dito cargo *que* serue.

E pera assistir a mescla dos materiais, se nomea António Simoes, *que* já estaua nomeado pellos *governadores* *vossa majestade* mandar o que for seruido, em Lisboa a 16 de Janeiro de 623

Resposta dos *governadores*, a esta ultima *Consulta* atras *que* vay a margem desta

emcarregousse a casa da poluora de berquerena, a assistencia da fabrica da poluora, a esteuão dalmeida doria por *tempo* de seis meses, em o apegandosse a superintendencia de tudo a Lionardo froes para *que* a tenha a sua conta, como ate gora teue em Lisboa a 23 de Janeiro de 623

Documento 29

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre a necessidade de nomear pessoa que, em Barcarena, verificasse a qualidade dos diferentes materiais com que se fabricava a pólvora.

Lisboa, 8 de Janeiro de 1623.

AHU, Códice 35, Folha 18 verso.

Sobre se nomear *pessoa* assistir a mescla dos materiais de *que* se faz a poluora de Barquerena

Viosse neste *Conselho* hum escripto do secretário Simão Soarez em que se diz que os *gouernadores* remeterão a este *Conselho* a mão do *Vedor* da *fazenda* Ruy da silua a copia de hua carta de *Vossa magestade* de 24 de *passado*

em que manda se nomee hua pessoa que seja o *Vedor* e assista a mescla dos materiais cõ que fillipe Ribeiro faz a poluora e dzição os *governadores* que logo se lhes fizesse nomeação desta pessoa pera se resolverem

E porque os *governadores* tem encarregado a cousas da casa da poluora de Barquerena a Leonardo froes porque se lhe tem per este *Conselho* dado os *despachos* necessários e que Antonio Simões assista a mescla dos materiais Pareceo que se deuia dar conta disso a Sua *magestade* porque sendo seruido que sem embargo de os *governadores* terem dado esta Cumissão a leonardo froes e António Simoes se nomee outra pessoa se faça *Vossa Magestade* mandara o que conuem *Lisboa* a 8 de Janeiro de 623

À margem:

Satisfacasse ao que esta manda Conuem que hajão relacoens desta qualidade *Lisboa* 10 de Janeiro de 623

Documento 30

Carta do Rei D. Filipe III mandando saber do salitre que chegou da Índia e se a fábrica de pólvora de Barcarena está em estado de funcionar.

6 de Dezembro de 1623.

AHU, Série «Índia», Maço 11, Doc. 157.

Por carta de *sua magestade* de 6 de dezembro de 1623

Quero saber se ha em ser algum salitre do que tem uindo da India per conta de minha fazenda, e quanto he que a naueta Santa Cruz e o pataxo que agora uierão daquelas partes trouxerão algum e que quantidade delle e que cabedal e cousas conde da vidigueira para a compra do mesmo salitre encomendouos que particularmente uos mandeis informar disto e que me auiseis do que se achar, e com as naos do anno que uem ir a ordem minha pella qual se encarregara ao dito conde mui apertadamente que inuie sempre todo o salitre que puderdes e para isso se inuiarão dahi os cabedades e dinheiro que entendido se esta acabado o contrato que se fez o anno passado da poluora da casa de barquerena, e se esta corrente aquela fabrica e o moinho della me dareis conta do estado em que tudo estiuer e das obras que faltão por fazer na mesma fabrica e o que hera necessário para ella se acabar

Simão Soares

Documento 31

Carta do Rei D. Filipe III sobre a pregadura que devia ser produzida em Barcarena e para a qual era necessário contratar pessoa capaz.

16 de Maio de 1625.

AHU, Série «Reino», Maço 5.

Em carta de *sua magestade* de 16 de maio de 1625

Vi hua consulta do *Conselho* da minha fazenda sobre a pregadura que he necessária para a despeza dos meus

Almazéns e ella se hauer de laurar no sitio de Barquerena que enuiastes com uossa carta de uintaceis do passado e porque conuem preuenir a falta que se diz ha da mesma pregadura com se comtratar a quantidade della que parecer neçessaria uos encarrego muito ordeneis ao *Conselho* de minha *fazenda* que tratte de fazer logo este comtratto com pessoa de satisfação e que não dilate tempo algu o effeito disso e uos o applicareis assi e no que toca ao desembargo do nauio frances de que na consulta se fez menção me parece dizer uos que não ha por hora lugar de difirir a isso.

Documento 32

Carta do Rei D. Filipe III sobre a proposta que João e Francisco Mateus apresentaram para fabricar pólvora em Barcarena.

Lisboa, 16 de Maio de 1625.
AHU, Série «Reino», Maço 5.

Por carta de *sua magestade* de 16 de maio de 1625

Vi a consulta do *conselho* de minha *fazenda* sobre o papel *que* derão João e francisco matheus em que se offereçem a fazer poluora na casa della a porta da Cruz, nessa cidade e nos emgenhos *que* estão no sitio da ribeira de Barquerena facendo lhe Eu merce do *officio* de mestre da Poluora, que teue Jorge *anes*, e dandoselhe a fabrica della a mesma casa e emgenhos com tudo o que a elles toca e ordenareis que se faça hum *orçamento* do que ao todo custarão as obras que faltão por fazer na casa da fabrica de Barquerena, e *que* feito esse *orçamento* se ponhão as mesmas obras em pregão, e querendo joão e francisco matheus dar o dinheiro *que* importar, o custo dellas dandoselhes a consignaçon da paga delle a prazos em parte donde ajão *pagamento* se lhes dira que eu lhes farey merce do *officio* de mestre da poluora, e que conforme ha qualidade da que se laurare se lhes pora o preço a que se hade vender, e me conformo com o que parece açerca de felippe Ribeiro, aver de ficar na casa da porta da Cruz, em que viveo Jorge *anes*, e com esta ocasião uos quis aduertir que pollo muito que conuem preuenir a falta *que* há de poluora mandeis fazer plo Reyno diligência, se há nelle salitre como tenho ordenado, auisamdome do que della resultar

Simão Soares

Documento 33

Registo de carta do Rei D. Filipe III dirigida aos Governadores do Reino de Portugal requerendo informação sobre o estado da casa da pólvora e das ferrarias, para nelas se fazerem arcabuzes, mosquetes e pregadura.

Madrid, 26 de Novembro de 1625.
AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1519, Folha 107 verso.

Governadores amigos etc.^a Quero saber se a fabrica da casa de Barquerena esta corrente, e se se laura nella poluora e encomendouos que do estado em que está mandeis fazer logo hua relação particular e distinta que me enuiareis com toda breuidade: E porque naquela casa se podem também laurar mosquetes e as mais armas necessarias, e pregadura de toda a sorte para a fabrica de minhas armadas, me auisareis que o que faltar na mesma casa para isto se pòr em effeito. Escripta em Madrid a 26 de *Nouembro* de 1625

Documento 34

Despachos do Conselho da Fazenda e do rei D. Filipe III à petição de Cristovão de Manhorca, na qual solicita o pagamento dos ordenados em dívida desde 1612 até 1614.

Sem data (Outubro de 1626?).
AHU, Série «Reino», Maço 5A.

Diz Cristouão Manhosca, *que* a elle lhe estão deuyendo vinte e dous mil oito çentos e treze *reis* de resto dos quarenta e dous mil quinhentos e vinte e oito *reis* que lhe são devidos dos Annos que comessarão em 17 de Abril de 612 té 15 de *Janeiro* de 614 que seruiu de Almozariffe da casa da poluora como seue da prouizão junta

Pede a *Vossa Magestade* mande se lhe ponhão verbas nas adiçoins de seu ordenado de como não hade auer *pagamento* por ellas e *Receberá* merce

aja vista o procurador da *fazenda* de sua *magestade* em *Lisboa* 14 de outubro de 626

Esta diuida he mui atrazada e não he verosimil *que* esté por cobrar em tanto tempo, nem *que* o *supplicante* se aquietasse ategora pello *que* deve ter lugar o *regimento* da *fazenda* no *capitulo* 209 no (...) *Lisboa* a 15 de outubro de 626.

João Sanches

Em anexo:

Eu elRey mando a vos Contador mor de meus contos do Reino e casa que dos quarenta e dous mil quinhentos e vinte e oito *reis* que são devidos a Cristouão manhosca do ordenado que uençeo cô o cargo de *Almozarife* da casa da poluora desta cidade que seruiu de dezassete de Abril de seiscentos e doze té quinze de *Janeiro* de seiscentos e quatorze como declaração gregório de ualcacere, e *Duarte* Correa escriuaes dos Almazens de guine e India, e tereçenas do Reino nas suas certidões a este juntas, de que ouue vista o procurador de minha *fazenda* a que não teue duuida facais descontar ao dito Cristouão manhosca, dezanoue mil setecentos e quinze *reis* que pella certidão aqui acostada do contador Bertholomeu Soeyro se mostra ficar deuyendo na conta que deu do dito cargo, e nas costas deste passar certidão de como fica feito o tal desconto, dos vinte e dous mil oito centos e treze *reis* que ficão liquidos dos ditos quarenta e dous mil quinhentos vinte e oito *reis*, outrosy mando ao *thezoureiro* dos ditos Almazens de Guiné e India os pague ao dito Cristovão manhosca por este alvará e seu conhecimento cô certidões dos officiaes a que pertencer de como nas adições das folhas onde lhe era deuido o dito ordenado e no assento delle dos liuros de minha *fazenda* ficão postas estas verbas do contheudo neste lhe serão leuados em conta os ditos vinte e dous mil oito centos e treze *reis*, *francisco* de Abreu o fez em Lisboa a xxiii de *Janeiro* de seis centos e dezasseis, diz no concertado oito *reis* e este não passará pella *chancelaria* Diogo soares o fez escrever

Rey

Em rodapé:

Alvará per que *Vossa Magestade* manda ao Contador mor *que* dos *dezanoue mil setecentos e quinze reis* que são

deuidos a Cristovão manhosca do ordenado *que* vençeo cõ o cargo de *Almoxarife* da casa da poluora e se uio lhe faça descontar *dezanove mil setecentos e quinze reis que* ficou deuendo na conta que deu do dito cargo; e que os *dezanove mil setecentos e quinze reis que* ficão liquidos se lhe paguem no *thezoureiro* dos Almazens como acima (...)

No verso do alvará:

A *folha* 101 da *Receita* da conta de *cristouão* manhosca *que* seruiu de *almoxarife* da casa da poluora desta cidade de 17 de abril de 612 te 15 de *janeiro* de 614 no fim do *emserramento* dele onde estaua deuanou desanou mil setecentos e quinze *reis* fica feito desconto deles *pela* maneira declarada na prouisão atras em *Lisboa* a 18 de *Agosto* de 616

Francisco da Costa

Documento 35

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre a artilharia que é necessária para armar a nau da Índia de 1627, para a qual se pretende fundir dois pratos de bronze que estão em Barcarena.

Lisboa, 14 de Outubro de 1626.
AHU, Códice 37, Folhas 13 e 13 verso.

Sobre a Artilharia para se armar a Nao que este prezente anno de 627 hade hir a India

Os *Gouernadores* ordenarão *que* se visse hua memoria *que* se lhes deu da *Artilharia que* auia e o estado em *que* estaua a Nao que se esta mastreando na banda dallem, e na ditta memoria se diz Que no Galeão Santiago estão dezoito pessas de bronze da Nao *que* se virou. Que tem o Duque de Aveiro quatro pessas de bronze emprestadas. Ha alguas pessas de ferro coado *que* como for baixa mar se vera seu calibre, e as *que* são de seruiço. Estão em barquerena dous pratos de bronze que se podem fazer em pedaços, e fundirem-se em duas pessas de *Artilharia* Ha mais Cobre de syuilha *que* são cento ou çento e dez *quintais* Na terra tambem há algu cobre. E seis pesinhas pequenas *que* pezarão 35 *quintais*.

Deste *Conselho* se mandou *que* informasse o Prouedor dos Almazens do conteudo na dita memoria, o *qual* respondeo por escrito. *Que* no Galeão Santiago ha dezesseis pessas de *Artilharia* de bronze, duas de 16 de calibre, e seis de dez as outras oito são sagres e pedreiros de pouco seruiço que fundidas poderão dar quatro pessas de dez. Na telha não sabia que ouuesse pessa algua de bronze. quatro de ferro coado estão na Galeão Sancto *António* de calibre de dez. Em Setuual se derão por ordem do Duque de Aveiro quatro pessas de bronze de dez. Que há mais sette pessas de ferro coado de Calibre de Dez. Dos pratos de berquerena conforme do pezo *que* tem, parece que poderão fazerse tres pessas de dez das seis que se vendem, podera fazerse hua e por não saber a quantidade *que* esta entrada não declara as peças *que* se poderão fazer, vindo os çento e dez *quintais* de Seuilha darão quatro peças com a liga do estanho e assy vem a resultar desta Conta na forma referida não entrando o Cobre *que* se achar na terra auer vinte e quatro pecas de Bronze dos Calibres *que* conuem as naos, e onze de ferro coado, *que* a todo fazem 35. E aduertencia *que* não conuinha perder hu hora de tempo, para se vençer este seruiço.

O que tudo visto neste Conselho Pareceo *que* so se podia ter por certo o cobre *que* há nesta Cidade, *que* por não estar descarregado senão sabe ao certo, por ser por entrada se tem dado oitenta pastas, que poderão fazer hua pessa e os falcões *que* se hão de comprar darão outra pessa. E a de setual e os pratos de se tem mandado buscar. O cobre que esta em Seuilha, parte logo hua Carauela buscalo. E se este cobre vier no Galeão de *Gonçalo* de Sousa chegar a tempo se poderá aprestar a Nao, porem as cousas do Mar são incertas, e podem estas duas partidas faltar, pello *que* deue *Vossa Magestade* ser seruido mandar da Coroa de Castela *que* se dee a *Artilharia* que faltar *para* se segurar partir a Nao na Monção de Março. E no *que* toca ao apresto della, e se lhe vay metendo agoada, e lenha, e se continúa o apresto della com todo calor. *Vossa Magestade* mandará o *que* for seruido. Em *Lisboa* a 11 de *Feuereiro* de 1627.

À margem:

Per carta de sua *Magestade* de 25 de *feuereiro* de 1627

Viosse a *Consulta* do Conselho de minha *fazenda* sobre a artelharia *que* he necessaria *para* se armar a Nao que este anno hade hir a India; E pareceome dizer nos *que* fico aduertido do *que* vos e o Conselho de minha *fazenda* referis acerca da *matéria* ordenando *que* a artelharia *que* se ouuer de fundir do Cobre, e falcões *que* se hande comprar, E dos Prattos de Bronze que estão no Engenho da Poluora de Barquerena, não seja de menos de dezasseis Calibres cada pessa. E *que* logo se mandem vir a esta Cidade as quatro de Bronze *que* se emprestarão ao Duque de Aveiro, e vos encomendo *muito* que a fundição desta artelharia se faça com tanta breuidade como couem, visto estar o tempo tanto adiante, E que a nao vá bem armada com as *Pecas necessárias* na quantidade *que* he costume leuar, auizandome que diligencia se tem feito *para* se tirar a artelharia do Galeão de Dom francisco de Almeida *que* se perdeo nas Ilhas vindo do Brazil, E de *António* Moniz Barreto *que* fez naofrágio na Ilha do Mayo indo para a Bahya; E em caso *que* se haja feito esta diligencia dareis ordem que com effeito se faça de modo que esta artelharia se tire e traga aos meus Almazens

Simão Soares

Documento 36

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre a pregadura que falta e que deve ser fabricada em Barcarena, com o ferro da mina da vila das Pias.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1627.

AHU, Códice 37, Folha 14 verso.

Sobre a falta que há de pregadura para a fabrica das naos do anno que vem, e de *pessoas* que a contrate

Fazendosse deligencia pera se achar quem quizesse contratar pregadura, para a fabrica das naos da India do anno que vem de 628; nem se achou quem quizesse contratar, E porque conuem remedearsse esta falta; Pareçeo que a pregadura se deue fazer na fabrica de Berquerena do ferro das minas das pias; deue ser seruido mandar nomear o *Corregedor* daquella Comarca para beneficiar as ditas minas, *enquanto* se não detreminar a questão que há entre o Prouedor dos Almazens, e *Gonçalo Pires* de Carualho, *vossa magestade* mandará o *que* for seruido em *Lisboa* a 20 de *feuereiro* de 627

À margem:

Resposta dos Governadores:

Conformamonos em que se beneficiem estas minas por quem parecer o *Conselho* e *que* se laure em Barquerena o ferro, e o *Conselho* ordenará *que* as cousas que não tocarem a obra das Casas de meter Gonçalo Pires. E nesta duuida se tomará resolução breuemente, a 22 de feueireiro de 1627

Documento 37

Registo do óbito de Cristovão de Manhorca, em Barcarena.

Barcarena, 19 de Maio de 1628.

IAN-TT, Registos Paroquiais, Óbitos, Barcarena, Livro 1 (1587-1767), Caixa 6, 1628 - Folha 94 verso.

Enterrouse dentro nesta igreja de S. Pedro de berquerena oie 19 de maio de 628 anos Christouão de Manhorca uiuuo de Barbora Carreira. morreo na cidade na rua de S. Joseph morador nas Ferrarias de Ribeira ariba. fez testamento e por verdade fiz este termo oie die ut supra.

Dioguo Monteiro

Documento 38

Petição do mestre ferreiro Francisco Velho, dirigida ao Rei D. Filipe III, pedindo mercê do officio de armeiro das Ferrarias de Barcarena.

Sem data (entre 19 e 22 de Maio de 1628).

AHU, Série «Reino», Maço 2.

Diz *francisco* Velho, que nas occasoes que se hão offerecido do seruiço de *Vossa Magestade* tem seruido, nas cousas de seu *officio* de *ferreiro*, como he notorio aos ministros de *Vossa Magestade*, assy nos Almazéns, nas fabricas do Maranhão, Manamotapa, como em outras muitas das fortalezas, das conquistas Ultramarinas, e em particular fez a fabrica das ferrarias de Berquerena e Casa da Poluora, e tem feitos muitos peitos fortes, que forão na ocasião da Restauração da Bahia e *para* outras partes, e *porque* ora esta vago o *officio* de Armeiro das ferrarias de Berquerena, *por* fallecimento de Xpouão manhorca, e elle *supplicante* tem as partes que se Requerem para o seruir.

Pede Vossa Magestade lhe faca *merce* da propriedade do dito *officio*. E *Recebera Merce*

O prouedor dos Almazéns informe do Contteudo nesta petição, e faça fazer inventtario do que ouuer nas ferrarias da fabrica dellas. em *Lisboa* a 22 de maio de 1628

O supricante tem seruido nas occasioins que se offerecee de seu officio de ferreiro a *Vossa magestade* como relata em sua petição nas ferrarias de barquerena quando se reformarão pera fabrica de pregaduras assistio e fes algua e

assi auendosse de laurar nella como conuira parece que a elle se deue encomendar e fazer mestre da que se ali laurar *Vossa magestade* mādara o que for seruido em *Lisboa* a 24 de maio de 628

Vasco Fernandez Cesar

quando se tratar de prouer este *officio* e presente o *supplicante* esta petição em *Lisboa* a 11 de outubro de 628

Documento 39

Carta de Vasco Fernandes César, tesoureiro do Armazém do Reino, referindo a relação dos oficiais do terço e também os obreiros que mandou vir para as coronhas das armas de Barcarena.

23 de Julho de 1630.

IAN-TT, Corpo Cronológico, Parte 1ª, Maço 118, Doc. 44.

Envio a *Vossa Senhoria* a relação dos oficiais do terço que aqui estão sobre as armas *que para* os soldados se hia fazendo deligencia de que darei conta a *Vossa Senhoria* acabada cō a receita das nouas que se fiçerão em barquerena e *para* as coronhas tenho mādado já trazer per hu (...) seis ou oito obreiros guarde *deus* a *Vossa Senhoria* thezoureiro da casa do armazem(?) em 23 de Julho de 630

Vasco Fernandez Cezar

Sobrescrito:

Carta de Vasco Fernandez Cesar em que dis remete a relação dos Officiaes do Terço que *eztavão* sobre az armaz, e para os *soldados* se ficava fazendo deligencia acabada a receita dos que se fizeram em Barcarena, e que *para* as coronhas tinha mandado vir obreiros

Documento 40

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre a petição de André de Velasco em que requiere o pagamento de 80.000 reis por conta dos 480.000 reis em que montão os 208 mosquetes do contrato de Domingos de Garate.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 1631.

AHU, Códice 39, Folha 23.

Andre de uolasco, *Pede* se lhe dem oitenta mil *reis* a conta dos 480.000 *reis* que se lhe hão de dar das Armas *que se ão* de fazer em *março* que em barquem

Por ordem do Gouerno se uiu neste *Conselho* a pitição incluza de Andre de uolasco, em que dis *que* elle tem entregue em Cascais os cento e vinte mosquetes que *vossa majestade* mandou *que* lá leuasse, e os oitenta e oito restantes dos duzentos e oito *que* se montão no *Dinheiro que* Domingos de garate tinha recebido estão por ordem do *supplicante* já feitos com os mais como vio o Desembargador Valintim da Costa Lemos, e só falta algus deles

guarneser-se e prouarse, e por *que emquanto* isto se fas para se acabar de fazer a entrega, ficão folgando os forjadores e officiais por falta do ferro e caruão i *dinheiro* para se sustentarem. Pede a *vossa majestade* seja seruido mandar ao tizoureiro mor *que* se lhe de oitenta mil *reis* a conta dos quatrocentos e oitenta mil *reis que* se lhe hão de dar para hir continuando elle *supplicante* com a fabrica e com os duzentos mosquetos *que* se ão de fazer no mes de *março* *vossa majestade* tem ordenado e quando fizer a entrega e se lhe mandarem dar os dittos 480.000 *reis* darão os conhecimentos delles aficando ao *thesoureiro* mor os dittos oitenta mil *reis*.

Por este *Conselho* se ordenou ao desembargador Valentim da Costa ymformação do contheudo na *dita* pitição; A que satisfez por escrito Dizendo que os duzentos e oito mosquetos que estaua obrigado Domingos de garate por rezão de seu contrato, tem entregue Andre de uolasco seu fiador, çento e vinte em cascaís, provados e aparelhados; e que achou ymformandose nas ferrarias *que* estavam feitos oitenta e oito canos dos quaes se hião verumando e limpando alguns, e que por toda esta somana se poderia fazer prova delles, com o *que* pareceo fica ynteiramente Andre de Volasco satisfazendo a obrigação do anno pasado; e com esta obra finda ficão os officiais sem trabalhar, ymteresando, e obrando, salarios ymfrutuosos por falta de ferro que ja não tem; pelo *que* conuem ao seruiço de *vossa majestade* fazer *mercê* ao *supplicante* que se lhe dem os oitenta mil *reis que* pede a conta do que hade receber no mes de *março que* vem; tendo dado fiança a toda a quantia *que* receber ou dandoa de nouo dela resibo *que* fizer aprouado na forma *que* comuem.

E vista a *ditta* pitição neste *Conselho* e a ymformação do Desembargador Valentim da Costa de lemos relatada.

Pareço que *Vossa majestade* deue ser seruido mandar *que* se dem ao dito Andre de uolasco, os dittos oitenta mil *reis* na conformidade *que* aponta na sua ynformação o dito Valentim da Costa, *vossa majestade* mandar o *que* for servido em *Lisboa* a 27 de *fevereiro* de 631

À margem:

Resposta do gouerno

Conformome, e pasese logo *Despacho necessário* para se dare este *dinheiro* do que esta em poder do *thesoureiro* mor tocante as armas do Reino, em *Lisboa* ao primeiro de *março* de 1632

Dom *Diogo* de Castro

no dito dia se deu *despacho* na forma da resolução asima

Documento 41

Petição de Martim Descalza em que pede ajuda de custo para a deslocação que fez a Barcarena para construir três pares de foles novos.

Sem data (anterior a 26 de Março de 1631).

AHU, Série «Reino», Maço 6.

Senhor

Diz Martim desCalza mestre das ferrarias *que Vossa magestade* manda fazer na *vila* de thomar *que* elle tem feito

tres pares de foles *para* as oficinas das armas de Barquerena sem ser de sua obrigação o façelos e dos primeiros *que* fez lhe fez *vossa magestade mercê* de dez mil *reis* para ajuda de custo visto poupar a *fazenda Real muito dinheiro que* pelo fazerem avião de levar outro *oficial* que o não entendia assim como elle *suplicante* e *porque* he pobre e veyo *pesoalmente* a trazelos para os assentar nas *ditas* oficinas de Barquerena avendo *cassa* (?) *sufiçiente* para isso.

Pede a Vossa magestade lhe faça *mercê* de socorrer con *algua ajuda de custo para* ajuda de se remedear.
E *Receberá Mercê*

O Prouedor do Almazém informe do conteudo nesta petição em *Lisboa* a 26 de março de 631

O *supricante* alem dos dous pares de foles (...) veo agora cõ huus foles *que* ora mais se lhe mandarão fazer *para* a ferraria de barquerena os quais fez cõ grande *baxa* do *que* outras pessoas pedião en comodidade da *façeda* de *Vossa magestade* a que tendo respeito parece deve *Vossa magestade* ser *servuido* mandar que se lhe dea *para* se puder tornar a sua casa seis mil *reis* en *Lisboa* a 29 de março de 631

Vasco Fernandez Cesar

O *supplicante* no tempo *que* fez estes foles *vencia* o *salario que* se lhe da de 400 *reis* por dia, não pode ter regresso *para* pedir outra *satisfação* em razão de *iustiça* Em razão de *graça* podra *Vossa magestade* ordenar o *que* for *servuido* (...) de Abril de 631

Senhor

O *suplicante* martin *descalça* faz os foles e outras *ferramentas que para* os *engenhos* são *precisamente necessários* sem ser de sua obrigação antes *Vossa magestade* *ade* mandar vir de *Biscaya* para fazerem e cõforme *escretura* que fez com *vossa magestade* não falta por sua *parte* em *cousa* *algua vossa magestade* seja *servuido* de lhe fazer *merce* de *algua ajuda de custo* pois fica *pouppando muito dinheiro* no *que* faz a *fazenda Real* E *Receberá Mercê*

No *cabeçalho*:

Veja-se no Conselho da *fazenda*
Consulte-se o que parecer em *Lisboa* a 17 de *março* de 631

Sobrescrito:

Martim *desCalça*
Consulta que se lhe deve dar *des cruzados* pelo trabalho que teue nesta obra em *lisboa* a 31 de *maio* de 1631

Documento 42

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre transferir Domingos de Garate, mestre das Ferrarias de Barcarena, da prisão dos castelhanos em Lisboa para a prisão da Coroa de Portugal.

Lisboa, 1 de Julho de 1631.
AHU, Códice 39, Folha 170.

Sobre se hauer de pasar Domingos de garate mestre das ferrarias de Berquerena, que está prezo no tronco dos Castelhanos, a prisão desta Coroa, e outros particulares

Andre de Volasco *que* por ordem de vossa *majestade* corre com a manufatura das Armas que se laurão nas ferrarias de Berquerena, fes pitição a vossa *majestade*, em que alega que Domingos de garate contratador das ditas Armas quebrou, e ficou deuedo á *fazenda* Real çento e trinta e cinco mil *reais* de ferro, Asso e fechos que lhe ficarão em seu poder, antes que contratasse as dittas Armas *que* por conta de vossa *majestade* estauão compradas, e asim maes ao *suplicante* quatroçentos nouenta e dous mil *reais* que pos per elle, como seu fiador para a entrega de duzentos e oito *mosquetes* que se montarão no *dinheiro* que tinha Reçebido; o qual Domingos de garate está prezo no tronco dos Castelhanos, e o duque de maqueda dis que o quer emBarcar para Biscaya, e que em sua prezença fora chamado João Asençio official das ditas ferrarias por Dom João de Chauguzo Almirante da esquadra de Roque Senteno, e foi reprehendido o trabalharem em portugal, admitindo hauer officinas de Armas tirando o proueito a sua patria, pelo que merecião bem castigados, e dizendolhe que se embarcasem todos, para o que se lhes daria ordem para isso; no que ficaua reçebendo este Reino e a sua *fazenda* Real (alem das dividas de *dinheiro*) a fabrica que esta feita, e as Utilidades que das Armas se seguem: Pede a vossa *majestade* seia seruido ordenar com que de remedio as sobre ditas couzas, na forma *que* for mas conueniente ao seruico de vossa *majestade* Por despacho deste Conselho se ordenou ao prouedor dos Almazens ymformose do contheudo na dita pitição, ao que satisfes dizendo *que* forão chamados os mestres, e do que ouue na *matéria* se fes o termo que adiante vay relatado, sobre que conuirá fazerse prontamente *deligência* para que seia solto o mestre Domingos de garate: e que os mais não seião intimidados, para *que* se continue a fabrica das Armas de Berquerena, em que se tem feito tanta despesa e he da utilidade que se uay experimentado

No dito termo se conthem serem chamados em *primeiro* de julho, mes presente aos Almazens estando presentes o prouedor delles Vasco fernandes Cezar, João Asençio, e João Ramos *mestres* das ferrarias das Armas de Berquerena, e forão preguntados *pelo* ditto Prouedor para que declarassem, o que havião pasado sobre a prisão de Domingos de garate, mestre das ditas ferrarias, e sobre o que maes lhes diserão delles officiaes *pela* queixa *que* tinham de se uirem de Biscaia, fazendo danno aquella prouincia por uirem trasladarem a deste Reyno o lauraremssse Armas nelle; e pellos dittos mestres foi declarado *que* sendo prezo o ditto Domingos de garate por hua diuida no tronco da Coroa de Castella, Requerendose ao auditor o remetese a justiça Portugueza por elle deuedor estar seruindo actualmente a Coroa de Portugal, não somente lhe não deferio, mas lhe disse a elles ditos mestres *que* tinha ordem do duque de maqueda capitão geral nestes Reynos, para o não soltar, e falando André de Uolasco ao Duque sobre a sultura do dito prezo, lhe respondeo que tinha ordem de vossa *majestade* para prender ao dito prezo, e o seu irmão, e Requerendose mas a soltura do *dito* prezo ao Duque, respondeo que o hauia de embarcar no *primeiro* nauio *que* fosse para Biscaia, entregue a pessoa de recado, para la o entregar

O Almirante Dom João de Chauy, disse a estes mestres *que* fizerão mal a sua patria em uirem a este Reyno fabricar Armas em deminiuição do seu trato, e danno da dita prouimçia de Biscaia, e do sobredito assinarão no dito termo os dittos joão asençio, Andre de Uolasco, João Ramos, com Antonio prego uelho *que* serve de escriuão dos dittos Almazens

Sobre a *materia* desta pitição Referio em voçes neste Conselho o Procurador da fazenda de vossa *majestade* de em

como comuinha a seu Real seruiço, que *Domingos* de garate contratador das Armas que se laurão nas ferrarias de Berquerena, que está prezo no tronco dos Castelhanos desta Cidade passarse a prizão desta Coroa desta dita Cidade, por quanto he deuedor a fazenda de *vossa majestade* desta coroa de çento trinta çinco mil *reais* que se lhe derão para compra de ferro, e Asso e fechos que lhe ficarão antes *que* contratasse, para por esta uia se segurar a fazenda de *vossa majestade* desta coroa; e que *vossa majestade* deuia mandar que os *officiais* da coroa de Castella; não em barquem nem consintão em barcar para Biscaia, nem para outra parte algua aos Biscainhos *que* trabalham nas ditas ferrarias, porquanto não comuem ao seruiço de *vossa majestade* e ao bem publico deste Reyno, e suas Comquistas hiremsse estes officiaes delle, e leuarem mão da fabrica das Armas, dessas que plos ditos *Respeitos* e outros que se deixão considerar se deuem comseruar as ditas ferrarias, por que se se largarem, se fica perdendo (alem do que se aponta) o *muito dinheiro* que da fazenda de *vossa majestade* se tem despellido, nas ditas ferrarias

E uista a pitição do *supplicante* Andre de Uolasco, e ymformação, e auto *que* o dito Prouedor dos Almazens fes sobre a materia de que trata a dita pitição, neste *que* tudo uai nesta relatado, e reposta do procurador da *fazenda* de *vossa majestade*.

Pareceo que *vossa majestade* deue mandar *que* o dito *Domingos* de garate se pase a prizão desta Coroa, desta Cidade de *Lisboa* para a fazenda de *vossa majestade* se ynteirar por sua *fazenda* e Bens do que lhe esta deuendo o dito *Domingos* de garate, e que se deue estranhar ao Almirante Dom João de Chauhy; e as mais *peessoas* que sam em o hauerem de embarcar, e aos mais *officiais* que assistem nas ditas ferrarias de Berquerena para Biscaia, por ynterese daquella prouinça, para asim ficarem por esta uia neçesitando a *vossa majestade* o poder comprar estas Armas por preços comvinientes, e da utilidade a sua Real fazenda, senão leuantarem nos da dita Prouinça a subidos preços, em grande danno e despeza da fazenda de *vossa majestade* e risco que correm para este Reyno, e deficultando a saca das Armas *que* da dita Prouinça se tirão para esta Coroa, e maes que a fazenda de *vossa majestade* está nesta fabrica mais empenhada, em rezão dos *muitos* instramentos *que* se tem feito, para se continuar a manufatura dos *mosquetos* e Arcabuzes, *que* tudo se ficará perdendo se tirarem daqui estes mestres, por que não auera quem continue a fabrica destas Armas sendo tão importante a este Reino, auendo *vossa majestade* aprouado, e por *muitas* uezes emcomendou se continuase a dita fabrica. Lisboa ao *primeiro* de Julho de 631.

Luís da Silva Roque da *Silveira* Diogo Botelho

Em rodapé:

na volta vai outra *Consulta* sobre esta matéria

Documento 43

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre o retorno a Barcarena dos biscainhos que trabalham naquelas Ferrarias.

Lisboa 7 de Julho de 1631.

AHU, Códice 39, Folha 172 verso.

Sobre os Biscainhos que trabalham nas ferrarias de Berquerena

Por este *Conselho* se fes *Consulta* que se enuiou ao gouerno, sobre se auer de pasar a prizão desta Cidade desta

Coroa Domingos de garate mestre das ferrarias de Berquerena, do tromco dos Castelhanos, para se poder segurar por sua pessoa e Bens os çento e trinta e tantos mil *reais que* está deuido a *fazenda de vossa majestade*, e que se estranhase ao Almirante da esquadra de Roque Senteno, o persuadir aos Biscainhos que trabalham nas ditas ferarias, a hauerem de se embarcar para Biscaia; representandose tão bem na dita *Consulta* o de *quanto* danno sera a *fazenda de vossa majestade*; e ao bem publico deste Reino o embarcaremse os Biscainhos que trabalham nas mesmas ferrarias para Biscaia, e por esta uia ficarem sesando as fabricas de Berquerena; e a *fazenda de vossa majestade* perdendo a *muita despesa* que della se fes nas ditas ferrarias, e com os *ystromentos* com *que* laurão

E por hora se ter notícia neste *Conselho* que destes Biscainhos se embarcarão agora seis para Biscaia; e a dita *Consulta* senão tem tegora defferido.

Pareço ao *Conselho* lembrar a *vossa majestade* que deve ser seruido mandar responder á dita *Consulta* para conforme a rezuloção que *vossa majestade* for seruido tomar nella, se executar. *Lisboa* 7 de Julho de 631.

E estando esta *consulta* nestes termos se recebeu agora hum decreto do Governo, per que se dis que este *Conselho* lhe disese com *que* ordem vierão os officiaes Biscainhos, *que* trabalham em Berquerena, e tudo o que nisto he pasado ao *que* se satisfaria logo.

E por que para se auer de satisfaser ao dito decreto, conuem copiaremse *consultas* para o que he neçessário tempo.

Pareço ao *Conselho* dizer a *vossa majestade* que em se copiando se uerão nelle, e satisfara ao *que vossa majestade* manda, e que deue ser seruido mandar que os Biscainhos *que* se embarcarão uão trabalhar as ferarias de Berquerena para não poder parar a obra das Armas *que* se fabricão. *Lisboa* 7 de Julho de 631.

À margem:

Resposta do Governo:

Temse reduzido estes officiaes a irem continuar com a fabrica de Berquerena; dizem que por falta de auimento deixarão de trabalhar *muitos* dias e *que* lhes são deuidos conforme ao contrato, temse tratado *que* se dem logo 24.000 *reais* a Andre de Uolasco a conta destas de demoras, e com este presuposto sam hidos *para* as ferrarias, o *Conselho* da *fazenda* ordene que se dem logo estes 24.000 *reais* a Andre de Uolasco, e que se acabe a ultima partida de Armas a que estão obrigados, sem se perder *tempo*. E acabada ella se me dara logo disso conta para se lhe mandar dar *dinheiro* para a mais obra *que* se áde fazer, e se correr com elles na forma *que* se tem praticado, que se emtendera do Corregedor Valentim da Costa *que* esta leua *Lisboa* 12 de julho de 631

Dom *Diogo* de Castro

Documento 44

Registo de carta do Rei D. Filipe III enviada ao Governador do Reino de Portugal, sobre se aplicar nas Ferrarias de Barcarena o dinheiro da repartição das armas, para com ele se continuar a produção das armas necessárias.

Madrid, 29 de Setembro de 1631.

AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1529, Folhas 3 verso e 4.

Despachos extraordinários de 29 de setembro de 1631

Conde presidente amigo, eu ElRey vos envio *muito* saudar como aquelle *que* amo. Por convir tanto a meu seruiço,

e ser tão necessario como sabeys *que* a fabrica das ferrarias de Barquerena se continue, o *que* se deixa de fazer por falta de *dinheiro* resolui que se lhe applicasse o das armas do reyno *que* tem entrado no Thesoureyro Mor por ser o mays prompto *que* ha com declaração *que* se ira pagando aos poucos dandose-lhe as Armas *que* se forem fabricando; e a execução disto me pareceo encarregaruos, pello *que* do ditto *dinheiro* fareys entregar ao Thezoureyro dos Almasés no primeyro dia de cada mez mil cruzados pera se pagarem fereas, e comprarem os ministerios necessários; porque por falta delles, e de caruão não estejam parados os officiaes, como ja succedeo, e as armas *que* ouuer mester a Compra pera as naos, e assi *que* forem necessárias para minhas armadas se obrarão na ditto fabrica dandose o *dinheiro* pera ellas, e espero do cuidado, e zelo com *que* acudis às cousas de meu seruiço *que* disponhais esta de maneira *que* se consiga continuarenses estas ferrarias, e fica o Reyno armado, e do que nisto fordes fazendo me dareys conta. Escritta em Madrid a 29 de Setembro de 1631.

À margem:

- Sobre se continuar a fabrica das ferrarias de Barquerena
- Se lhe applique o *dinheiro* das armas do Reyno
- *que* no *primeiro* dia de cada mez se entregará ao Thezoureyro dos almazés mil *cruzados* para as fereas

Segundo despacho:

Gouernadores amigos eu ElRey vos enuio *muito* saudar como aquelles *que* amo. Vi hua *consulta* de minha *fazenda* sobre se applicar às ferrarias de Barquerena o *dinheiro* das Armas do Reino *que* foy a poder do Thezoureyro Mor, e se ir pagando cõ as mesmas Armas *que* se fizessem, e parecendome dizeruos *que* ao Conde de Castellonovo mando encarregar por carta minha faça acudir a estas ferrarias com o *dinheiro* das armas do Reyno que está em poder do Thezoureyro mor pagandose cõ as armas *que* se forem fazendo, ey as *que* ouuer mester a *Compra* pera as naos, e assi as *que* forem necessarias para minhas Armadas se obrem nas dittas fabricas dandose o *dinheiro* para ellas, como vereys da coppia da ditto carta *que* com esta vos enuio para *que* tenhas entendio o *que* per ella mando. Escritta em Madrid a 29 de Setembro de 1631.

À margem:

- Em resposta de hua *Consulta* do Conselho da *fazenda*
- *que* se acuda as ferrarias com o *dinheiro* das Armas do Reyno

Documento 45

Registo de carta do Rei D. Filipe III enviada ao Governador do Reino de Portugal, mandando pedir ao Conselho da Fazenda informação sobre o dinheiro que se tem dado para as Ferrarias de Barcarena, bem como sobre o contrato que se pretendia fazer com os polvoristas cegos.

Barcelona, 6 de Maio de 1632.

AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1529, Folha 90 verso.

Para o Conde de Castro *Gouernador* de Portugal de 6 de Mayo de 1632

Con Carta vossa de 28 de *feureiro* deste anno se recebeo relação que me enuiastes do estado em *que* se achão as fabricas de Barquerena; e hauendoa visto, e o que se offerese aserca de se conseruarem *para* se laurarem Armas, e prouerem os lugares do Reyno que tem dado seu *dinheiro para* ellas sem que se lhes ajão entregado me pareceo diseruos que à junta da fazenda mando pedir razão se tem entregue *para* esse effeito como mandey o *dinheiro* que cobrou das armas cõ *que* se tem feito por sua ordem nestas fabricas, e vos fareis cobrar mais que se deu delle, e tambem vos encomendo saibais do *Conselho da fazenda* os termos em que esta o Contrato *que* se pretendia fazer cõ os polvorista cegos. Escritta em Barcelona.

Documento 46

Registo de carta do Rei D. Filipe III enviada ao Governador da Coroa de Portugal, mandando ordenar ao Conselho da Fazenda que remeta informação sobre o estado das fábricas de Barcarena.

Madrid, 4 de Julho de 1632.

AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1529, Folha 120.

Para o Conde de Castro *gouernador* 4 de julho de 632

Ordenareis ao *Conselho da fazenda* me auise logo do estado em que estão as fabricas de Barquerena e se se concluyo o assento *que* se pretendia fazer cõ os polvoristas cegos / escritta em *Madrid*

Documento 47

Registo do óbito de Francisco Velho, contratador das Ferrarias del Rey, em Barcarena.

Barcarena, 19 de Janeiro de 1633.

IAN-TT, Registos Paroquiais, Livro 1 (1587-1767), Caixa 6 - 1633, Folha 105.

Aos 19 dias do mes de Janeiro faleceo *francisco* velho solteiro contratador das ferrarias delRey; fez testamento e seu *testamenteiro* he Domingos Rebello Barbosa *morador* em Lisboa iunto a S. Jorge, esta enterrado nesta Igreja e por uerdade fis e assinei dia, mes, ano ut *supra* de 633.

Documento 48

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre uma petição de Martim Descalza, em que pedia que lhe fosse nomeado juiz que assista nas causas que lhe sejam movidas.

Lisboa, 6 de Novembro de 1634.

AHU, Códice 40, Folha 67 verso.

Sobre Martim descalsa mestre das armas que se fazem por conta de sua *majestade* em Berquerena, em *que* pede lhe nomee juiz que conhesa de suas causas

Viosse neste Conselho hua petição de martim descalsa mestre das armas que se fazem por conta de *Vossa majestade* nas officinas de Barquerena em que diz que conforme a desima condição de seu contrato tem *vossa*

majestade obrigação de lhe nomear juis particular em suas cauzas como se uia da ditta condição e contrato que prezentaua; e porque depois do ditto contrato se lhe mouerão alguas cauzas. Pede a *vossa majestade* lhe faça *mercê* nomear lhe juis *que* conheca de suas cauzas de qualquer calidade de que sejão na forma da ditta condição.

Consta pella condição desima do seu contracto *que* por este Concelho se lhe nomeará juis particular para conhecer de todas suas cauzas do *supplicante* e de todos os *officiaes* e pessoas que se ocuparem no officio desta fabrica em que forem Reos e autores, e *vossa majestade* o tera assy rezoluto per carta sua de 21 de Julho do anno de seicentos e trinta.

Pareceo ao *Doutor* Rodrigo Botelho, Thomas de Ybio Calderon e ao Conde Prizidente nomear para juis conservador *que* conheca das cauzas do *supplicante* na forma da ditta condição o Christouão de Mattos Lucena, e Antonio de Beja, e o ouuidor da alfandega desta cidade e a *francisco* de Leiria monteiro.

E o *Doutor* João Sanches de Baena nomea *para* juis das dittas cauzas e os dittos Christouão de Mattos de Lucena, e António de Beja e a Inácio ferreira *vossa majestade* mandara o que for seruido *Lisboa* 6 de *Novembro* de 1634 O Conde de Miranda, João Sanches, Rodrigo Botelho.

Documento 49

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre uma petição de Martim Descalza, contratador das armas de Barcarena, em que solicita autorização para fazer carvão na Serra de Sintra.

Lisboa, 26 de Maio de 1635.
AHU, Série «Reino», Maço 7 A.

Viosse neste *Conselho* hua petição do mestre Marty descalças contratador das armas que se fabricão nas officinas de *Vossa magestade* do lugar de Barquerena, em *que* allega que pella grande falta *que* ha de caruão para se fabricarem as dittas armas que por nenhu *dinheiro* se acha naquelle lugar: lhe fica custando o dobro do que lhe ouuera de custar se *Vossa magestade* lhe fizera merce de dar a licença que os *monteiros*, e couteiros da Serra de Cintra dão as pessoas que elles querem para nas estradas da ditta Serra o fazerem, o fizera elle *supplicante* tãobem com maes limitação do que os outros, para estas armas de *Vossa magestade* se fabricarem.

Pede a *Vossa magestade* que havendo respeito ao *que* allega, e ser pobre, e ao bom animo *que* tem de servir a *Vossa magestade* com maes comodidade do que outrem o ouuera de fazer, lhe faça *Vossa magestade* merce mandar-lhe dar despacho para que os *couteiros* da Cerra de Cintra lhe limitem parte adonde nas estradas da ditta Serra possa elle *supplicante* mandar fazer caruão, para lhe não faltar nunca, e sairlhe maes barato, assy como elles a dão ás outras pessoas que o fazem.

Por despacho deste *Conselho* se ordenou ao Prouedor dos Almazens informasse do conteudo na ditta petição, a que satisfiez dizendo que sobre este caruão, deue informar o *monteiro* mor e se esta licença costuma darsse a alguem, e não he dannozo fazersse em alguas partes o caruão que apponta; deue *Vossa magestade* mandar, não só que se de ao *supplicante* a licença que pede, mas que com grandes penas se prohiba darsse a outrem, para que aquelle posto se conserue para estas armarias, pella comodidade do carretto; e que isto lhe parece; e *Vossa magestade* mandará o que fosse seruido, o que tudo visto neste *Conselho*; Pareceo *que Vossa magestade* deue ser seruido mandar que pello governo se pessa ao *monteiro mor* informação desta *matéria* como apponta o Prouedor dos Almazens. *Lisboa* = 26 de Maio de 1635.

Sobrescrito:

Do *Conselho da fazenda*

Marty descalça Mestre contratador das armas *que* se fabricão nas officinas de sua *magestade* no lugar de Barquerena; Pede se lhe de licença para fazer caruão nas estradas da serra de Cintra, por hauer *muita* falta delle para a ditta fabrica.

Documento 50

Petição de Jorge Lopes de Negreiros dirigida à Princesa Margarida, Duquesa de Mântua, solicitando despacho em forma de provisão, ao requerimento que havia apresentado para compra de armas e chapa de ferro destinada às Ferrarias de Barcarena.

Sem data (anterior a 5 de Julho de 1635).
AHU, Série «Reino», Maço 8.

Serenissima Prinseza

Diz Jorge Lopez de Negreiros *que* elle fez hu asento no *Conselho da fazenda* para prouer mantimentos e outras couzas *que* tem Prouido e *somente* faltão as Armas *que Para* as auer de tirar de Biscaia, era *nessessária* hua prouizão de Sua *Magestade* a *Vossa Alteza* ouue hua Carta do marques de Castroforte *que* deu a elle *supplicante para* o ueador das Armas *que* assiste em Prazencia lhas entregar a seu *filho* João de Negreiros o qual não fez a dita entrega dizendo que a carta dezia lhas deixaria tirar da Prouincia e não dos Almazens onde *somente* as ai, de que fez *estromento* que emuiou ao *Conselho* assi com o *Requerimento* e treslado da dita carta, ao secretario Destado Dioguo Soares, e por que sem ordem sinão Podem tirar as ditas Armas desta çidade *que* esta *muito* falta dellas e a Comarca de Viana e Algarve sobre *que* se fez a petição junta ao *Conselho da fazenda*

Pede a *Vossa Alteza* lhe faça *Mercê* que em madrid se lhe defira ao dito *Requerimento para* poder comprir com o *que* lhe falta que são ditas Armas e outra Peruizão *para* poder tirar da dita Prouinssia de gespuscoa toda a Prancha *para* os mosquetes e Arcabuzes e chapa *para* os frasquos da fabrica *que* se faz em Berquerena por quamto ai pouca agoa com *que* se tire E *Recebera Mercê*

Nota no cabeçalho:

Vejasse e consultesse no Conselho da fazenda Lisboa 27 de julho de 1635

Em anexo:
Senhor

Diz Jorge lopes Negreiros, que elle fes hu asento com a fazenda de *Vossa Magestade* en que se obrigou, a prouer nesta cidade de mantimentos *para* a armada que este anno partio *para* a India, como em effeito proueo; e a mandar vir de Biscaya certa quantidade de armas *para* o que *Vossa Magestade* lhe deu hua carta do marquez de Castroforte *para* en virtude della lhas entregar o veador das armas que assiste em Plazencia nomeando *para* as receber a João

de *Negreiros* filho delle *supplicante*, o qual presentando a dita carta ao dito Vedor, e o preço das armas em *dinheiro* de contado para que lhas entregasse, das que tem nos almazéns elle o não quis fazer, dizendo que na dita orde se lhe mandava somente que lhe deixasse tirar daquella prouinça as armas nella contheudas e que isso lhe não impediria, e porque na dita puinça não ha armas, mais que nos almazéns de *Vossa magestade* tirou o dito João de *Negreiros* hu estromento do sobredito, com ptesto que fez ao dito Vedor, e treslado da carta do Marquez e despachou hu proprio a Sua Magestade de com petição do sobredito, que se apresentou ao secretario de estado Diogo Soarez conque satisfes a sua obrigação, e se lhe não pode impor culpa, nem a elle *supplicante* da falta destas armas, como tudo consta do protesto, e treslado da carta, que offereçe

Pede a *Vossa Magestade* lhe faça *mercê* mandar se lhe dé puizão ou carta para que o dito veador dé as armas das que estão nos almazéns, e lhe deixe tirar da puinça de Guipuscoa as lansas que forem necessárias para este Reino, e as chapas e pranchas de ferro para as armas que se hão de fabricar em Berquerena, pagando tudo pello preço da terra, E Recebera *Mercê*

Em rodapé:

Aja uista o procurador da fazenda de sua Magestade Lisboa 5 de julho de 635
Deue requerer a *Vossa Majestade* pello gouerno

No verso:

Requeira a *Vossa Majestade* como Aponta o procurador da fazenda de Sua Majestade Lisboa 20 de julho de 1635

Documento 51

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre as armas e pólvora que se devem prevenir no Reino e também fabricar nas oficinas de Barcarena.

Lisboa, 31 de Outubro de 1636.
AHU, Códice 41, Folha 221 verso.

Sobre a Poluora Mosquetes e Arcabuzes que *vossa magestade* manda se preuinão neste Reino e se fabriquem nas ofesinas de barquerena

Em carta de oito de *Setembro* presente deste presente anno diz *Vossa Magestade* a *Senhora* Princeza *margarida* que hauendo ella representado por varias cartas e diuersas vezes a *Vossa Magestade* a falta de Armas munições e maes petrechos de guerra que ha neste Reino e que cõsiderando *Vossa Magestade* que na ocazião presente em que os inimigos desta monarchia se esforços tanto infestala por todas as partes podera ser de grande dano ao seruiço de *Vossa Magestade* não estar tudo bem prouido fora *Vossa Magestade* seruido ordenar ao general da artelharia que tendo bem preuenido os castellos deste Reino assy de poluora como de tudo o mais que nelles se necessita; e pareceo a *Vossa Magestade* emcomendar lhe muito em emcarregalhe que cõ todo o aperto ordene se fação nesta cidade todas as preuensões de poluora que se possa e que aly se laure, e arcabuzes e mosquetes pois a fabrica de Barquerena he

tão a proposito pera tudo, e que por todos os correos daria conta a *Vossa Magestade* do que nisto se faz obrãdo porque o quer *Vossa Magestade* ter emtendido pois cendo a preuenção destas couzas de tanta importancia, e havendo neste *Reino* bastante comodo para remedear a falta dellas não deixara de seguir a delligencia andando sempre buscando, e pedindo saca de outras partes, onde tambem são necessarias as que nellas há.

A carta referida remeteo a *Senhora* Princesa Margarida com decreto de 20 do mesmo ordenando que este *Conselho* dispozesse logo o *que Vossa Magestade* pella dita carta manda de maneira *que* tenha em tudo *inteira* execução hauendo todo o cuidado em se dar conta do *que* se fizer e for fazendo

Em ordem a carta de *Vossa Magestade* e decretos referidos da *senhora* Princesa Margarida se chamou a este *Conselho* Martim descalsa mestre das Armas que se fabricão nas oficinas de barquerena ao qual se lhe ordenou *que* fizesse a mayor quantidade de arcabuzes e mosquetes *que* fosse possiuel, respondeo *que* senão podia obrigar a fazer mais que sem mosquetes cada mez, ou *cento* e sincoenta Arcabuzes na forma de seu contrato, e isto com hú forjador *que* tem e que dandotelhe mais dous forjadores fará todos os mais *que* for possiuel dandotelhe liure a mesma consinação *que* tem de modo *que* se lhe pague pontualmente sem se aplicar a outro effeito por que doutro modo na sera posiuel

Pareceo dizer a *Vossa Magestade* que conforme ao *que* se contem na reposta de Martim descalsa há a obrigação de seu contrato se lhe ordenou que contribuisse cada mez com os cem mosquetes ou 150 Arcabuzes *que* he o mais que nas oficinas de barquerena pode fabricar pella grande falta *que* há de officiaes daquelle ministerio, e para *que* se possão fabricar as maes *que* for posiuel deue mandar *Vossa Magestade* mandar ordenar ao Vedor das armas *que* se laurão na villa de Placência da Prouincia de Guipuscoa dê dous forjadores daquellas officinas hos entregue a domingos gil da fonseca em biscaya *para* os enuiar a esta Cidade e tãobem deue hir hordem para lhes dar tudo o *que* lhes for *necessário para* a uiagem

E que uindo as naos da India *que* com o fauor de *Deus* se esperão e trazendo salitre se trate de fazer toda a poluora *que* for necessaria conforme ao salitre *que* vier, porquanto se considera *que* mandandoa vir de fora não sera tal qual conuem *para* as Armadas de *Vossa Magestade* e nesta terra não a há de uenda em quantidade conueniente, será coueniente fazer asento com pessoa de uerdade *para que* se obrigue a trazella boa e de receber pello presso mais acomodado *que* for possiuel dandotelhe consinação desta *para que* se lhe asinara tempo breue porque não falte no *que* se lhe lemitar pera se embarcar nas Armadas de *Vossa magestade* e será de effeito

Thomaz de Ybio Calderon acressenta que a Antonio grafião se lhe deua inuiar mais credito do *que* he *necessário para* os mil quintaes de poluora *que* tem contratado em Murcia por ordem deste *Conselho* de *que* se tem dado conta a *Vossa Magestade para que* aly a contrate quando não haja tempo delle a poder conduzir *enquanto* aly estiuer, ou fasendo deligencia porque doutra parte aly junta veja se se pode tirar algúa porque sera de melhor qualidade, ainda *que* se considera que se se ouuer de fabricar em ymuerno não será tão boa como fasendosse no uerão; porquanto serão aly os preços mais acomodados do *que* se concede uindo das partes do norte donde se entende *que* não será qual conuem, *Vossa magestade* mandara o *que* ouuer por mais seu seruiço Lisboa 31 de Outubro de 636.

Documento 52

Decreto da Princesa Margarida, Duquesa de Mântua, em que se ordena que seja aumentado o número de oficiais que trabalham nas Ferrarias de Barcarena e que a pólvora que, por falta de salitre, não se puder fabricar no Reino se encarregue a compra a António Grafião.

Lisboa, 5 de Novembro de 1636.
AHU, Série «Reino», Maço 8A.

Pelo primeiro correo se hade enviar a *Sua Magestade a Consulta* de 31 do passado do *que* me veo do *Consulta* da fazenda sobre a fabrica das ferrarias de Barquerena e compra de poluora para *que* lhe seja *prezente* e o que acerca disto o *Conselho* refere e porque podendo trabalhar na fabrica daquelas ferrarias mais officiaes dos que se diz *que* andão nellas sera conueniente *que* se busquem e leuem aly assi para que se possa laurar mais breuemente mayor quantidade de armas como tanbem para *que* vão aprendendo com o mestre a cuja conta isto esta o *Conselho* o ordenara assy applicandose a este *negócio* com toda a atencão que ouuer lugar por ser tanto do bem publico como he e suposta a perdicão da nao Santa Caterina e que na outra *que* se espera não podera vir tanta quantidade de salitre como he *necessário* para o muito *que* se necessita de poluora tratara o *Consulta* por todas as vias possiveis de fazer assentos dellas com pessoas de inteligencia e por cujo meyo se posa mandar vir na quantidade e com a brevidade *que* se ha mister e quando não aja com quem se fazer estes assentos se tratara do *que* representa Thomas de Ybio no seu uoto encarregandose a compra a *António grafião*. Lisboa a 5 de nouembro 636.

Sobrescrito:

Sobre as Armas que se devem fabricar nas ferrarias de barquerena

Documento 53

Registo de consulta do Conselho da Fazenda em que se trata do reforço da consignaço das armas de Martim Descalza, para o que há necessidade de mandar vir mais dois forjadores de Biscaia.

Lisboa, 08 de Novembro de 1636.
AHU, Códice 42, Folha 89 a 90.

Sobre os Dous mil cruzados que se deue dar Demais da consinaço que Martim Descalça *para* a fabrica das armas de Barquerena

A sra. Princesa Margarida em decreto seu de 5 de nouembro presente que enuiou a este Conselho Diz que pello primeiro Correo se hade enuiar a *Vossa magestade* a consulta de 31 do passado que lhe fora deste Conselho sobre a fabrica das ferrarias de Barquerena e Compra da poluora *para* que nelle seja *prezente* e o que acerca disto este Conselho referia e porque podendo trabalhar na fabrica daquellas ferrarias mais officiaes do que se diz que andam sera conueniente que se Busquem e leuem aly assy *para* que se possão laurar mais breuemente maior quantidade de armas como tãobem per que o não o podendo com o mestre em cuja comta isto esta este *Conselho* e ordenaria assy applicandosse este negocio com toda a atencão que ouuer lugar por ser tanto do bem publico como he; e supposta a perdicão da Nao Sancta *Catarina*, e que outra que se espera, não poderá vir tanta quantidade de salitre como he

necessário; para o *muito* que se necessita de poluora, tratará que se *Consulte* por todas as vias possíveis, de fazer assentos della com pessoas de intelligencia, e por cujo meio se possa mandar vir, na *quantidade*, e com a breuidade que se há mester, que quando não haja com quem se fazer estes assentos se tratará do *que* representa Thomaz de Hibio Calderon no seu votto, encarregandosse a compra a Antonio garfão.

Pareceo dizer a *vossa magestade* que pello *que* toca aos assentos que *vossa magestade* manda pello decreto referido, que se fação da poluora, fica este *Conselho* tratando com todo o cuidado.

E emquanto às armas; Que a Consignação que o mestre Martim descalça tem no paço da *madeira* desta Cidade, he de 6.600 *cruzados*, com obrigação de fazer cada mez, çem mosquettes, ou 150 archabuzes; E porque *muitas* vezes sussede por falta de *dinheiro* não fazer elle maes armas das que esta obrigado, nem ainda essas, por não haver a sua consignação maes *Rendimento*; e espera *que* o haja vencido para receber, e pagar aos *officiais* o que se lhe deue, de que vivem, e remedeão suas necessidades; Parece que sera conueniente ao seruiço de *vossa magestade*; que se consigne ao dito mestre Martim Descalça mais dous mil *cruzados* no Consulado da Alfandega desta *Cidade*, para que com elles se lhes faça *pagamento* das maes armas que for fazendo, alem das que dá por obrigação de seu assento, fazendosse outro tal em que se declare, que sera obrigado a fazer a maes quantidade de armas *que* montar, a respeito dos ditos dous mil *cruzados visto* a necessidade *que* há dellas, para se prouerem as armadas, e *conquistas* de *vossa magestade*, e *vossa magestade* o encarregou *muito* a este *Conselho*; e por elle se tem pedido a *vossa magestade* que se escreua a Biscaya ao Vedor das armas que se laurão em Plazencia para que inuie dous forjadores entregando os a Domingos Gil *que* naquellas *partes* está em seruiço de *V. magestade*, para que os inuie a esta *Çidade* e lhe de tudo o *que* for necessário para a viagem, por se entender que por este meyo se fabricauão maes armas; alem das *que* sendo *vossa magestade* seruido mandar *que* estes dous mil *cruzados* se lhe applicuem, se fara com o dito Martim descalça toda a deligencia possível para que busque mais *officiais* dos que se diz tem; e que com toda a breuidade, e perfeição se procure que as armas na *quantidade* e qualidade, sejam quais conuem ao seruiço de *vossa magestade*. Lisboa 8 de nouembro de 636. Thomaz de hibio Calderon / Francisco Leitão / Rodrigo Botelho

Documento 54

Registo do óbito de Martim Descalza, em Barcarena.

Barcarena, 30 de Dezembro de 1636.

IAN-TT, Registos Paroquiais, Livro 1 (1587-1767), Caixa 6 - 1636, Folha 112.

Aos 30 dias do mes de Dezembro faleceo Martim Descalsa contratador das ferrarias de *Sua Magestade*, não fez testamento esta enterrado neste *Igreja* e por ser uerdade fis e assinei, dia, mes ano ut *supra*. Bartolomeu Curado

Documento 55

Cópia de carta do Rei D. Filipe III enviada à Princesa Margarida, Duquesa de Mântua sobre o aprovisionamento de armas de fogo que, preferencialmente, devem ser produzidas em Barcarena.

2 de Abril de 1637.

AHU, Série «Reino», Maço 9A.

Em carta de *sua majestade* de 2 de Abril de 1637.

Vi a Relação que enviastes com Consulta do Conçelho da *fazenda* e carta Vossa de 28 de *fevereiro* passado, do *que* estava feito no apresto do socorro do Brazil até aquelle dia, de *que* fico advertido, e a licença que se pedia para tirar de Biscaya oito mil armas, sevos envia cõ esta carta, e para *que* não se neçessite em todas as occasiões de sacca de armas de fora desse Reyno, Vos encomendo muito tenhaes particular cuidado de fazer *que* não se pare nas fabricas de Barquerena, e de me auizar o *que* se uay obrando nellas, Como outras vezes vos hey encarregado.

À margem:

O *conselho* da *fazenda* consulte logo o *que* lhe parecer sobre a forma em *que* se deue tratar desta saca *que* seja mais breue E em mayor beneficio da *fazenda* Real Lisboa a 11 de Abril de 637

Margarida

Documento 56

Resolução do Conselho da Fazenda dirigida ao Rei D. Filipe III, sobre o assento de armas que se fez com Jorge Lopes de Negreiros e o prejuízo que daí advinha para a Coroa.

Lisboa, 7 de Agosto de 1637.

AHU, Série «Reino», Maço 9.

Senhor

Viose hoje neste *conselho* o decreto da princesa de 3 deste em *que* ordena.

E pareceo representar a *Vossa Magestade* que hauendose considerado *que* quando Jorge Lopez de Negreiros tratou de fazer assento de armas no principio do mês passado foi com expressa condição (entre outras) de se lhe hauerem de dar vinte mil crusados logo em *dinheiro*, sem fiança, e o resto a cumprimento do preço das armas em consignaço deste anno que desde logo fosse correndo; e *que* o dito preço hauia de ser a resão de 2.800 *reis* por cada mosquete, e 1.600 *reis* por cada arcabus, sendo as ditas armas aparelhadas de tudo; e se entendeo *que* o dito jorge lopez de *negreiros* trata mais de seu proueito que do seruiço de *vossa magestade*, porque com o dito *dinheiro* de *vossa magestade* sendolhe entregue de contado pretendia negociar, e só com interpor sua agencia queria avançar para si tão grande quantidade de mil cruzados, como resulta da diuersidade do preço que valem as ditas armas em Biscaia, pagas com todos os gastos ate se carregarem, conforme a cópia da certidão *que* com este se enuia a *Vossa Magestade*; como já de outra vez se há feito em resão deste *negócio* e *que* demais disto hauia a *fazenda* de *vossa magestade* correr o risco na pessoa de jorge lopez, entregandotelhe tanto *dinheiro* de contado no tempo presente em *que* se não acha *com* opinião e credito

bastante para segurança desta partida, e para este *negócio*; e reconhecendose tudo isto, e o *que* jorge lopez se obrigava somente a entregar as armas *que* estivessem feitas em setembro, e as mais no fim do anno; pareceo *que* em resão da brevidade e da utilidade do serviço e fazenda de vossa magestade seria mais conueniente, enuiarse a Biscaia o mesmo *dinheiro* que jorge lopez queria, em reales, e encarregandose a compra e carregação das armas a Domingos gil da fonseca e em sua ausencia a seu irmão, fazerse per conta de vossa magestade o mesmo *negócio* que jorge lopez queria fazer, e enuiarse daqui hu nauio ingres bem artilhado, sobre seguro com o dito *dinheiro* e ordens necessárias para virem nelle as armas *que* houuer feitas da qualidade referida e as mais *que* em poucos dias de demora se pudessem fazer, e bem assy as ancoras e outras cousas *que* la houuer necessárias para o apresto da armada; porque assy como assy se não houuesse feitas as armas, nem jorge lopez as podia fazer trazer para setembro, conforme propos em seu assento; e para se acertar e effectuar melhor a execução desta resolução, se enuiou hu correo em diligência de vinte leguas a Biscaia dirigido ao dito Domingos gil da fonseca, e em sua ausencia a seu irmão, com todas as ordens necessárias, para aueriguar quantos mosquetes, e arcabuzes hauiam feitos nas officinas e armarias, e quantas se poderião fazer, e ate *que* tempo, ate ao numero de seis mil e *que* ancoras hauiam, e as mais cousas de generos necessários, e partio o dito correo em 10 de julho proximo passado; e se esta esperando cada hora com resposta, para se effectuar o fretamento com hu nauio nouo ingres *que* aqui se acha de dozentas e oitenta toneladas pouco mais ou menos, com quarenta e tantos homes, e vinte e duas peças de artilharia, e os mosquetes e poluora necessária, porque para este effeito se tem sobre palaura; e neste estado se chamou a jorge lopez e persistindo na mesma forma e proposta acima referida, quando neste se veio allanar (?) de *que* por si ou por seu filho faria tudo o que pudesse em ajudar a buscar, comprar e conduzir as armas para *que* vossa magestade lhe faça mercê ou a seu filho conforme a serviço *que* fez porquanto por si somente poderia hauer duas mil armas em biscaia, por assento porque entendia *que* so essas poderia hauer feitas dandosse primeiro o *dinheiro* logo para o remeter daqui por Madrid, no correo desta semana, e considerandose tudo isto com toda attenção a *que* obriga matéria de tanta qualidade.

Pareceo *que* logo se se esperar mais o dito correo se effectue o fretamento com o dito nauio; e *que* metendose nelle hua pessoa de grande satisfação *que* tambem em Biscaia possa buscar, comprar e embarcar todos os mosquetes e arcabuzes *que* houuer, se faltar Domingos gil ou seu irmão, e juntamente quarenta ou sincoenta soldados velhos *que* podem gastar nesta jornada o mesmo *que* havião de gastar de socorros nos alojamentos, se elles os quizerem receber para segurança não tanto do *dinheiro* a ida (*que* se deve trocar logo em reales de oito e quatro) porque este se pode segurar facilmente cobrar desta praça, senão para segurança das armas e ancoras *que* vierem no dito nauio, por causa das incursões dos inimigos, principalmente frances *que* são tão visinhos de Biscaia, e *que* não querendo tomar os soldados nem por isso deixe de se enuiar o nauio segurandose não só o *dinheiro*, senão a carga *que* trouxe e *que* se lhe meta hum piloto para *que* se não faça rebaldaria alguma. E *que* logo se enuie com as ordens necessárias aos ditos commissarios, e com recomendação da senhora Princesa mui apertada aos ministros de Biscaia a *que* parecer *que* mais conuem para *que* se faça este *negócio* com toda a possivel brevidade sem se perder hora de tempo; e *que* se diga a jorge lopez da parte de vossa magestade *que* ordene a seu filho *que* ajude esta diligencia por todas as vias e modos *que* poder; porque vossa magestade lhe mandará ter a grande serviço para conforme a elle lhe mandar fazer a mercê *que* merecer; e *que* tendo nauio artilhado naquelas partes *que* haja de uir para este porto com ferro e outras cousas por sua conta venhão em companhia do dito nauio Ingres porque assy virão ambos em companhia mais seguros. E *que* esta semana se deue auisar pelo correo de Madrid a biscaia a Domingos gil ou a seu irmão *que* vai daqui o dito nauio com *dinheiro*, em busca das armas e ancoras. Lisboa 7 de agosto de 637. (com seis rubricas)

À margem:

Resolução

Como Parece y en cosa tan importante no se pierda ora de tiempo. A Princesa

Documento 57

Registo do óbito de João Assencio, em Barcarena.

Barcarena, 20 de Agosto de 1637.

IAN-TT, Registos Paroquiais, Livro 1 (1587-1767), Caixa 6 - 1637, Folha 113.

Aos 20 do *dito* mes faleceo João Assencio, biscainho não fez *testamento* esta enterrado no adro desta Igreja e por ser uerdade fiz e assinei dia, mes, ano ut *supra* Bartolomeu Curado

Documento 58

Consulta do Conselho da Fazenda sobre o transporte da madeira necessária para o estaleiro da Ribeira, recolha de âncoras e amarras e ainda sobre o dinheiro das armas de Barcarena que era devido a Juan de Mendizabal.

Lisboa, 28 de Abril de 1638.

AHU, Série «Reino», Maço 19.

Viose neste *conselho* hu papel de Luiz cezar Prouedor dos Almazens de 26 do presente; no qual diz que a Madeira que se mandou cortar para a fábrica da Nao que se hade fazer, e Renovo das mais *que* se devem consertar, esta no chão, e não se trata de vir para a Ribeira, devendo estar ja ha *muitos* dias lançada na agoa, e isto por falta de *dinheiro para* os carretos, a que se tem lembrado por muitas vezes por o tempo ter mostrado *que* se tem perdido grande quantidade de Madeira, com *muita* perda da *fazenda* de *Vossa* *magestade* e de seus Vassalos, e asy levado da obrigação de seu *officio* fazia esta, lembrando de quanta importancia he o acodir a isto, e que também estava aquelle Almazem sem nenhu *dinheiro* tendo a *que* acodir, e que por falta de *muito* pouca quantidade, se perdem alguas cousas de consideração; como he *mandar* a Caravella para a Pederneira a buscar as madeiras: tirar as amarras, e Anchoras do galeão São Bento e Concepção que forão para a Yndia, trazellas ao Almazem, pello *muito* risco que correm de estar no mar, das mais cousas a *que* de contino aqui se acode

E asy se uiu hua petição de João de midisabal mestre das Armas que *Vossa* *magestade* manda fabricar nas officinas de Barquerena; na qual diz *que* *Vossa* *magestade* lhe mandou passar folha para que Bertholomeu dias Ravasco lhe entregar 240.000 *reis* para com elles fazer elle *supplicante* hua entrega de cem *mosquetes* e porque ha mais de hu mes, *que* anda apos o dito Bartolomeu dias Ravasco para lhe dar o dito *dinheiro*, elle diz cada ora que não tem dinheiro para lhe dar, com que elle *supplicante* *muito* enfadado anda em rezão dos *officiais* *que* tem a sua conta estarem folgando e desconfiados e o quererem dezemparar e hirem buscar sua vida, alem de *que* tem feito a sua custa todas as guarnições de frascos e frasquinhos, e so lhe falta o *dinheiro* para comprar o ferro, e os mais materiais para fazer os canos dos *mosquetes*, e *porque* tambem lhe vay faltando a agoa para tirar a prancha, e o *tempo* se uay acabando

Pede a *Vossa* *magestade* seia servido mandar dar remedio a isto, e *que* logo se lhe entreguem os 240.000 *reis* de qualquer *dinheiro* que ouuer, porque doutra maneira requerera a *Vossa* *magestade* que o dezobrigue deste contrato, e fianca *que* tem dado *para* se lhe entregar o dito *dinheiro*

Pareço *que* *Vossa* *magestade* deue ser servido de mandar dar o *dinheiro* que for necessário para o effeito que pede o Provedor dos Almazens, por ser mui precisamente necessário como aponta em sua imformação, e asy tambem deve

Vossa magestade ordenar *que* se dem a João de Midisabal mestre das Armas os 240.000 reis que se lhe tem mandado entregar para a fabrica das Armas de Barquerena; e ao *Thezoureiro* mor *Bartolomeu* dias Rauasco deve *Vossa magestade* mandar, entreguem o *dinheiro* para se inviar aos feitores das madeiras de que esta feito folha e *que* esto o paguesse por a *senhora* Princesa Margarida e do *contrário* resultara perderemse; e não se tirar fructo algu dellas

Depois de estar feita esta consulta se Recebeo neste conselho hua carta do superintendente da feitoria dos linhos canhamos de Santarem, em que diz que porque se lhe não impute em tempo algum descuido no seruiço de *Vossa Magestade* posto que ja tem auizado alguas vezes o estado daquella feitoria e inviado o ffeitor Diogo de Souza a esta corte significalo a *Vossa Magestade*, não pode deixar de instar com o zello que deue,

E que se está deuendo a partes muito *dinheiro* e o mesmo faltou para se acudir aos lauradores, com linhaça para a sementeira, porem que aynda se remedeou quanto foi posiuel, e que na feitoria estavam alguas mil e quinhentas pedras de linho por lavar e não se faz fio nem mercão materiaes para se fazer murrão por não haver com que se acuda a hua e outra cousa nem ordem con que se pague aos officiaes o que resulta em notavel detrimento e perda da fazemda de *Vossa Magestade* na ocazião prezente do apresto das Armadas Pello que lhe parece que semdo *Vossa Magestade* servido deve mandar acudir effectiuamente con *dinheiro* a tan grande falta pois a experiencia tem mostrado a utilidade que Redunda da conservação desta feitoria

E ordenandosse ao *Thezoureiro* mor que acudise con *dinheiro* a esta feitoria e as fabricas das madeiras e ferrarias de barquerena de que tem folhas correntes e com algu aos Almazems respondeo que não há na arca hun só uintem de fabrica das naos porque o que se cobrou da Alfandega se entregou a francisco da fonceca juzarte per Conta dos tres contos e novecentos mil reis que se tomarão para cabedal e que para o demaes são passados precatorios pello Reino para uir o *dinheiro* da fabrica e que tanto que chegar cumprira o que o Conselho ordena con toda a pontualidade

Pareceo que *Vossa Magestade* deve seruirse mandar que de qualquer *dinheiro* que ouver na Arca pertencente ao Brazil se acuda a estas fabricas dos linhos madeiras e Armas per que as maes destas Couzas se despendem nas Armadas e socorros do dito estado, e de se lhe não acudir logo padece (entrelinhado: e se impossibilitar a fabrica das naus da India) dano irreparavel a *Vossa Magestade* mandara o *que* ouver por seu seruiço Lisboa A 28 de Abril 1638

Sobrescrito: Do Conselho da fazenda

Sobre se mandar dar o *dinheiro* necessário para o carroto das madeiras *que* estão cortadas na Pederneira; tyrar as Amarras; e Anchoras do galeão São Bento, e navio comcepção *que* forão para a yndia; e sobre o *dinheiro* que pede João de Midisabal para a fabrica das Armas de Barquerena

Documento 59

Petição de Juan de Mendizabal dirigida à Princesa Margarida, Duquesa de Mântua, requerendo que lhe seja atribuído o contrato das armas de Barcarena contrariando igual pretensão de Jorge Lopes de Negreiros.

Sem data (anterior a 16 de Novembro de 1638).
AHU, Série «Reino», Maço 19.

Serenissima Snra

Diz Juan de mendiçabal Viscaíno de nação mestre contratador das armas que *Vossa Alteza* manda fazer e fabricar nas officinas de barcarena que por hordem de su *magestade* ha nove anos mandou vir Andre Velasco de Viscaya vinte e cinco officiaes mestres de todas as artes necesarios pera as ditas officinas pera fabricarem armas e porque elle *supplicante* veio en companhia dos ditos vinte e cinco officiaes per hu dos mestres de elles os quais todos morrerão e soo elle ficou por mestre principal de todas as officinas fabricando as armas que *Vossa Alteza* manda fazer e ensinando a sua custa aos portugueses pera que asi ensinados podesem acudir ao serviço de su *magestade* e não faltar nelle no que desfez grande despendio de sua fazenda e trabalho de sua pesoa e porque ora Jorge Lopez de negreros pretende tomar as ditas ferrerias por contrato a su *magestade* conpoca consideraçam ficando en particular defraude a fazenda de su *magestade* en materia de tanta importancia valendosse de officiaes novos e poco peritos na arte no que não faz a su *magestade* ninhu serviço porque o dito Jorge Lopez de negreros não entende o *que* he necessario pera as ditas officinas porquanto elle não he armero sinão mercador e assim elle *supplicante* o faz muito mayor serviço en correr con este contrato a su *magestade* por el Beneficio que Reçevem os Ditos Engenhos e tanbem faz grande serviço a esta coroa de portugal por ensinar aos mesmos portugueses pelo *que*

Pede A Vossa Real seja servida façerlhe *mercê* de o não tirar do su contrato tanto pelo tanto

E *Recebera Mercê*

À margem:

Vejase e consultese no *Conselho* da fazenda a 16 de *novembro* de 638

Documento 60

Acta de consulta do Conselho da Fazenda sobre o cobre e estanho que há no Reino para a fundição de artilharia de bronze, fazendo-se relação das peças de artilharia disponíveis. No segundo registo referiu-se a necessidade de avançar com o dinheiro da consignação das armas de Barcarena, para que Jorge Lopes de Negreiros cumpra com seu assento.

Lisboa, 19 de Dezembro de 1638.
AHU, Série «Reino», Maço 19.

A senhora Princeza Margarida por decreto seu de Dous do presente mês de Dezembro manda *que* este conselho procure saber que cobre e estanho há na terra e que peças se poderão fundir para Armar as embarcações da India e sem perder hora de tempo se tratara desta fundição comprandosse para isso todo o cobre e estanho *que* se achar, e que presente deue ser ao *conselho* quanto importa apreçarse tudo o que toca ao apresto da India tendo monção certa e indo tanto em senão faltar aquelle estado, e com igual cuidado se hirá entendendo no galião São Antonio e preuenindosse tudo o que for *necessario* para elle

Pareceo dizer a *Vossa Magestade* como já disse em *Consulta* de 25 do passado das Relações do custo *que* faz o galeão Sancto Antonio e do *que para* seu apresto era necessario; que com particular cuidado e desuello trata o *Conselho* do apresto desta embarcação e da naueta nossa senhora do Rozario para que na monção de Março do Anno

que vem de 639 uão a India tratando de fazer asentos com Jorge Lopes de *negreiros* de bastimentos e Armas para a dita armada que se não tem efectuado por pender da resolução que *Sua Magestade* hade tomar na Consulta que sobre isso se lhe fez em 3 do presente que *Vossa Magestade* se seruirea mandar resolver com breuidade, e se tem comprado por uia do asento a Sebastião Ribeiro deteu o *dinheiro* necessario para os biscoutos das ditas embarcações com consignação na das naos do Anno que uem

E quanto a Artilharia na mesma consulta dita de 25 do passado se disse a *Vossa Magestade* a grande falta que hoje há della para se armarem estes dous baixeis e que faltauão para esse effeito trinta e duas peças causandose-lhe desta tan grande falta assy da que se tomou da nao da India de Malaga como esta do galião Santiago para a Coroa de Castela, e assy tambem por leuar toda a que hauia a Armada do Brazil, e que ainda da pouca que aqui hauia de ferro se tomarão por ordem da *Senhora* Princesa Margarida dezoito peças de dez e doze de calibre, para a Armada da Coroa de Castella, e que esta falta da Artilharia he a que maes impossibilita o apresto se *Vossa Magestade* não mandar acudir a tamanha necessidade considerando que se tomou a esta Coroa toda a dita Artilharia que a causou; e que não ha dinheiro para comprar outra ainda que se achasse e posto que a ouuesse, e não ha, e que pois Deus foi seruido de que nesta ocazião uiesse a este porto hum nauio com quarenta peças de bronze que são da Coroa de castella *Vossa Magestade* se deuia seruir de mandar que dellas se desem as trinta e duas peças de bronze que faltão do calibre conueniente para que as naos se Armem e possam partir porque doutra maneira seria imposiuel e ficarião suprimindo as que se tomarão a esta coroa das mesmas naos da India; e o mesmo se torna agora a representar a *Vossa Magestade* para que se sirua de mandar definir com breuidade, com consideração que ainda que ouuera cobre e estanho, e *dinheiro* para o comprar (que não ha como *Vossa Magestade* lhe he presente) não ha tempo para se fundir a Artilharia Lisboa 9 de Dezembro 1638

À margem:

A consulta, que esta acuzo passou a *sua Magestade* comquanto não vem Reposta della, o conselho satisfaça ao que se lhe tem mandado, e continue, como diz que o faz *com* cuidado do apresto do galeão Santo Antonio, e naueta Nossa *Senhora* do Rozario, em Lisboa a onze de Dezembro de 1638

Segundo registo na consulta:

Vendosse no conselho a reposta que a *senhora* Princesa Margarida deu a margem desta consulta, Pareceo dezer a *Vossa Magestade* que a que se lhe fez em tres do corrente sobre o asento que se tratou e ajustou com Jorge Lopes de *Negreiros* para o apresto do Galião e naueta que hão de hir com ajuda de nosso *senhor* a india o anno que entra, contem duas cousas diuersas e separadas, a primeira, respeita o dito asento e consignações que para satisfação do asentista se sinalão da fazenda Real, e posto que os taes asentos se ajustam as condições e a consignação delles toquem ao Conselho conforme aos Regimentos, contudo se deu conta a *Vossa Magestade* para que de maes de lhe ser presente, aprouasse a consignação dada a Jorge lopez nos quatro mil cruzados *que* estão no *Thizoureiro* mor para a fabrica de barquerena obrigandosse elle como obriga a correr com a dita fabrica com seu *dinheiro* e por este hauer de ser para a compra das Armas que se ão de mandar uir logo de biscaya, Pareceo conuir darselhe este *dinheiro* com a dita obrigação para que assy se animasse e as mandar uir logo e não faltassem no tempo da occazião, e no *que* toca a este asento deue *Vossa Magestade* pello gouerno sem passar a consulta a Madrid mandar logo rezolução a este conselho porque de outra maneira se arisca a jornada da India com perigo euidente de não hauer por falta do dito asento cuja conclusão soo pende da reposta da consulta referida de des deste.

E pello que toca a Artilharia que se pode passar a consulta a *Vossa Magestade* para o hauer assy por bem pois pellas rezois que o conselho aponta naquella consulta, deue *Vossa Magestade* mädar fazer a esta sua coroa a merce della que doutra maneira não hauera com que armar os ditos nauios, e sem embargo de tudo se procura saber do

cobre e estanho como Vossa Magestade ordena Lisboa 15 de dezembro 1638

À margem:

Consultese o que tenho ordenado tomándose logo todo o cobre que ouuer na terra e fundindosse a artelharía nessesaria pera este galeão porque não se deuo perder tempo em materia tão importante quando *sua magestade* seia seruido que se de a artelharía que se lhe tem pedido toda ora em tempo de tantas ocaziões e mais me conformo e esta consulta torne *Lisboa* 19 de Janeiro 639

Sobrescrito:

Do *Conselho da fazenda*

Sobre se saber que cobre e estanho há pera se fundir Artelharía para o apresto das naos *que* o anno *que* vem de 639 hão de hir a Índia

em 13 de *dezembro* se deu despacho ao Provedor para aueriguar *que* cobre e estanho há na terra e que artelharía se pode fundir para a Armada da Índia

Documento 61

Petição de Jorge Lopes de Negreiros, contratador das armas de Barcarena, solicitando que lhe seja nomeado juiz que assista às suas causas.

Sem data (anterior a 21 de Janeiro de 1639).

AHU, Série «Reino», Maço 10.

Jorge Lopez de *negreiros* con quem se tem contratado a manufactura das armas que se fabricão nas oficinas de Barquerena por tempo de Dez annos maes ou menos como *vossa magestade* ordenar tem por condição de seu contrato que se lhe dara hu juiz Conservador que conhessa de suas cauzas e de seus familiars e officiaes das ditas ferrarias Como se concedeo a Martim descalça que foi o ultimo contratador que as teve

E porque neste mesmo Contrato deu *Vossa Magestade* por juiz conservador delle o ouvidor das Alfandegas desta Cidade

Pareceo nomear a *Vossa Magestade* para juiz conservador deste contrato

Ao Dezembargador Antonio de mariz carneiro

fernão dayres do uale

e francisco de moraes Caldeira Corregedores nesta Cidade pessoas de letras e satisfação

Lisboa a 21 de janeiro 1639

Documento 62

Consulta do Conselho da Fazenda sobre as queixas de Gaspar da Costa, contratador de Cabo Verde, e de Jorge Lopes de Negreiros, contratador das armas de Barcarena, solicitando que sejam dispensados de comparecer nas Companhias de Cavalaria.

Lisboa, 17 de Março de 1639.
AHU, Série «Reino», Maço 10.

Gaspar da Costa Contratador de Cabo Verde se queixa que Dom João da Costa Capitão de ginetes o obriga a hir a sua companhia Com Armas e Caualo e Jorge Lopez de Negreiros Contratador das ferrarias de Barquerena se queixa tambem que Dom fernão Martins mascarenhas outrossy Capitão de ginetes o obriga a hir a sua; E porque demaes contratadores terem por condição de seus contratos, que não serão obrigados a hir as ditas Companhias, os liberta a ordenação do Reino durante o tempo de seus contratos de todos os encargos da guerra de mar e terra.

Pareceo ao *Conselho* que *Vossa Magestade* deue mandar passar ordem pella uia a que toca para os ditos Dom João da costa e Dom fernão Martins Mascarenhas não obrigar aos Contratdores a hirem as suas Companhias enquanto durar o tempo de seus Contratos *Lisboa* a 17 de março 1639 (com sete rubricas)

À margem:

A defensão deste reino é de obrigação natural dos vassalos dele e conuem ao menos, que todos estejam preuinidos com armas e caualo pera o que soseder e disto não podem ser dezobrigados nem os contratadores nem outras pesoas que seria faltarem a defensão natural asy o conselho lhe fara emtender que estejam preuenidos com armas e caualllos pera a ocazião que em serem obrigados a que saião *ordinariamente* com os capitaes se dara ordem pera que não seião molestados *Lisboa* 22 de março de 639

Margarida

Documento 63

Relação do Provedor do Armazéns do Reino, Vasco Fernandes César, sobre as armas que tem à sua guarda.

Lisboa, 12 de Abril de 1639.
AHU, Série «Reino», Maço 10.

Perquanto se da despacho. Ao *prouedor* do Almaseis *para* auer de facer hua *Relação* pormenor das armas que neles há en ser de toda a qualidade e assim de Poluora e mais moniços *para* defensão desta Cidade e *Reino*. Tambem *para* hauer de saber feitas as *deligencias* *necessarias* que quantidade das cousas Riferidas de quale uias se acham nesta Cidade. *Para* se aueren de conprar *para* o dito officio, há ategora não tem Respondido a ordem que Para yso se lhe deu, satisfara a ella com toda breuidade Possiuel *fazendo* a dita *Relação* en que se declarem as ditas cousas *para* com yso se dar satisfação ao *que Sua Magestade* Tera ordenado em lisboa a 12 de Abril de 639

Estão no almazem do Reino com os noventa *mosquetes* que se esperão de Barquerena; as armas seguintes
De *mosquetes* de Biscaya em *que* entrão os 90 de Barquerena trezentos e uinte três ___ 323

| | |
|---|-----|
| # De mosquetes de Alemanha há cento e vinte _____ | 120 |
| # De arcabuzes de Biscaya trinta e sinquo _____ | 35 |
| # De Alemanha dês _____ | 10 |

Documento 64

Lisboa, 4 de Maio de 1639.

IAN-TT, Chancelaria de D. Filipe III, Doações, Livro 28, Folha 239, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907, p. 110].

«Eu ElRey faço saber aos que este aluara virem que Jorge Lopes de Negreiros, contractador de manufactura das armas que se fabricação nas ofecinas de Barcarena, tem por condição do seu contrato que se lhe nomeara hum dezembargador que sirua de comceruador delle, e pella confiança que tenho do dezembargador Antonio de Mariz Carneiro que lhe administrara justiça inteiramente, hey por bem que lhe sirua de juiz concervador do dito contrato e conheça de todas as cauzas do ditto Jorge Lopez e de seus familiares ... Bertolomeu d Araujo o fez em Lisboa a quatro de maio de seis centos trinta e noue. Affonço de Bairos o fiz escrever.»

Documento 65

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre as armas necessárias para defesa do Reino.

Lisboa, 28 de Junho de 1640.

AHU, Códice nº 30, Folha 15 a 16 verso.

Sobre se preuenirem as armas necessárias para a deffensão do Reino

A *Senhora* Princeza Margarida por decreto de 11 de junho *prezente* que veyo Remetido ao *Conselho* em 15 do mesmo, Diz, que hauendo Dom *francisco* de faro reconhecido a gente do terço desta *Cidade* de que se hade compor o grosso com *que* se hade guarnecer o porto de Cascaes, representou a dita *Senhora* Que estaua esta vila dezarmada, e *porque* tendo *vossa magestade* mandado por *muitas* e muy apertadas hordens, no Verão passado e este, que se fizessem assentos de armas, e hauendo a mesma *senhora* por diferentes vezes applicado este *Conselho* senão deu satisfação a isto sendo esta falta geral em todo o Reino, e tantas e tão forçosas as razões, Que obrigão a se tratar do remedio della, e conuem *pelo* que importa à deffensa de *sua magestade*, que Cascaes este guarnecido, e que haja com que ao menos se possão armar cinco ou seis mil homens que aly se hão de por; o *Conselho* veja donde, e como se prouejão estas armas, tratando a *matéria* com o cuidado a que ella obriga.

Pareceo diser a *vossa magestade* que entenda de hum decreto de 14 de *nouembro* do anno passado de 639, que a *senhora* Princeza mandou a este *conselho*, com duas *consultas* do *Dezembargo* do Paço e Junta dos Soldados, se chamarão pessoas a elle, e se lhe propos que quizessem fazer assento destas armas, e nenhu se quis encarregar de as mandar trazer, de *que* se fez *consulta* a *vossa magestade* em 24 do mesmo, e entende o *Conselho* que isto procede de verem as pessoas a pouca mão que elle tem para lhes cumprir o *pagamento*; E considerandosse isto e as poucas armas que se laurão em Barquerena, particularmente em tempo de Verão, quando há tanta falta de agoa *que* he a com

que se laurão; pareceo representar a *vossa magestade* a importancia de buscarse o remedio, que sera remeterse logo *dinheiro* a villa de São Sebastião na Prouincia de Guipuscoa a poder de Manuel da fonçeca que aly se acha por esta coroa, e que com elle na mão va comprando archabuzes e mosquettes que se lhe ordenarem os quaes tera seguros. Segundo rellata em hua carta que escreveo António Barros Caminha escriuão da *fazenda de sua magestade* que tem em seu poder, seruindosse *vossa magestade* de mandar pla *senhora* a que toca, se ordene logo aos ministros de *vossa magestade* a cujo cargo está na dita Prouincia a fabrica de armas, que não impidão ao dito Capitão a compra das que achar, por ser isto tão do seruiço de *vossa magestade*, e que lhe dem todo o fauor e ajuda *que* lhes pedir; E que tambem se ordene ao dito Manuel da fonçeca, que frette nauio de feisão, inda que seja Ingles, em que se embarquem as dittas armas, fazendo e assentando o frette dellas, com condição que se hade pagar nesta Cidade e que o *dinheiro* para a compra destas armas se remetta por terra logo com pessoa de confiança; e pello *muito* que conuem terse neste Reino as armas *necessárias* para deffensão delle, e de suas *Conquistas*, sem deppender de Reinos estranhos que com tanta dificuldade se trasem. Representa o Conselho a *vossa magestade* quão conveniente he ao seu Real seruiço mandar que as officinas de Thomar *que* se comecarão, se acabem logo sem nenhuma dillação para *que* nellas se fabriquem todas as armas *necessárias* e anchoras, e anchorottes, e artelheria de ferro, que tudo se podera fundir naquella officina, por *muito* ferro *que* ha naquella parte, e quantidade sufficiente de agoa para esse effeito, resultando desta deligencia o beneficio tão grande que se hade seguir de ter as dittas cousas seguras, sem gastos de pessoas, nem perigo do mar, nem custos de commissarios, e pessoas em que se consome *muito dinheiro*, e ficando *muito* que se consome nestas armas nos Vassalos deste Reino, que he cousa em *que muito* se deue reparar, pois a toda a *matéria* de estado, he disporsse de *maneira* que se for possiuel não se trazerem de Reinos estranhos o que *Deus* foi seruido dar nos de *vossa magestade*, esta rezolução de cousa tão importante, conuem *muito* tratarse sem se perder hua hora de *tempo*.

Representou neste Conselho Thomaz de hibio Calderon, que na *fortaleza* de são gião, e nas maes desta *Ribeira* e seu districto, ha quantidade de Archabuzes e mosquettes que se estão perdendo, e que tem por *seruiço* de *vossa magestade* que se mandem alimpar, e beneficiar, e dar por emprestimo desta Coroa; com declaração *que* se pagarão em *dinheiro*; ou dandosse outros em seu lugar das que se trouxerem da Prouincia, ou retribuindosse as mesmas armas quando nos conhecer sejam *necessárias* *que* sera melhor que estarse perdendo e passado da ferrugem.

E que para aueriguarse as armas que faltão nas Companhias de ordenança como apponta dom francisco de faro, conuirá que *vossa magestade* se sirua mandar *que* os coroneis das praças desta çidade, e os sargentos mayores das comarcas, dem logo rellação das *que* há em cada companhia, de mosquetes, archabuzes e Picas, e dos que faltão dos mesmos generos para auersse toda a gente, para que a ponto çerto se possa saber as que serão para isso *necessárias*.

O Doctor francisco de Carualho dis, que sendo a ocasião tão proxima de se hauer de mandar gente que seja de Prezidio em Cascais, não sabe donde, nem como se possa acudir com as armas que faltarem *para* se hauer de armar a gente *que* aly ouuer de assistir com a prontidão que *requere* o *tempo* *que* esta tanto adiante saluo for com as Armas que Thomas de hibio Calderon dis *que* estão no Castello desta *Cidade* e nas torres de São Gião e Setuual, e que sendo tantas como aludis, passarão de duas mil armas, se tomem por emprestimo aualidas no estado em *que* esteuerem, e se mandem consertar as que forem de *seruiço*, e que com ellas se arme a ditta gente, e que depois se restituirão aonde se tomarem, ou se pagarão de *dinheiro* desta Coroa sendo *vossa magestade* seruido de o hauer por bem.

E *que* não hauendo as dittas armas, lhe parece cousa precisa e inexcupavel, mandar *vossa magestade* lhes dar as *que* há pello *Reino* pelo Çertão e dellas tomar a *quantidade* que for *necessária* tãobem por emprestimo, *para* se tornarem a restituir as *Comarcas que* as emprestarem. E que neste aperto, se tomem tãobem todas as espingardas *que* ouuer de *pederneira*, a quem as tiuer por emprestimo.

E tãobem lhe parece que deue *vossa magestade* mandar que ao certo se declare a quantidade das Armas *que* faltão, e que os Capitaes a que forão entregues desta *cidade* algumas *quantidades* dellas e que hade constar no *Livro* dos Almazens, e forão entregues a pessoas particulares, as entreguem, e dem conta das *que* das que receberão; E que segundo lhe referio Simão Leitão de Britto, são *quantidade* de armas de concideração.

E que deue *vossa magestade* mandar as armas *que* se puderem ajuntar *para* a gente do dito Prezidio, se entreguem aos Capitaes e Alferes com obrigação de darem conta dellas, e que se lhes ordene que quando qualquer das dittas *Companhias* entrar ou sair de *guarda*, as va tomar a casa do dito Capitão e Alferes, e que acabando de fazer a sua obrigação, as tornem a por em casa do dito seu Capitão e Alferes, e que ainda que sejão proprias dos soldados, porque deue hauer *muitos* que os tem suas *próprias*, as tenham em casa do dito capitão e Alferes, *porque* soçedendo adoecer ou morrer o tal soldado fique sempre a arma em casa do *capitão*, e que a seus *herdeiros* se lhe pague o preço della *para* que assy esteja sempre a tal *companhia* armada, e nunca haja falta de armas, nem possão dizer os Coroneis e sargentos mores que os seus terços estão dezarmados, como agora se diz.

E que tãobem parece ao *Doutor Francisco* de Carvalho, que deue *vossa magestade* mandar fazer deligencia pellas casas de particulares, cada capitão na sua *companhia* com hu julgador, e ver as armas *que* cada hu tem, *porque* hauendo *muitos* que por se escusarem de hir assistir no Prezidio, dizem *que* não tem arma, tenha escondida, ou posta em casa de algu vezinho ou amigo, e que lhe parece que *fazendosse* estas deligências se acharão armas bastantes *para* armar cinco ou seis mil homens em Cascaes.

E no que toca ao fazersse assentos de armas *para* se preuenir a deffença do Reino para ao diante se telas de hu Calibre, e de hua mesma balla, deue *vossa magestade* mandar fazer assento *para* se trazer de Biscaia arcabuzes e *mosquetes* em pasta para nas officinas de Barquerena se fazerem os canos e se aproueitar esta Coroa de mais baratas que a este *respeito* poderão custar as ditas armas. Lisboa 28 de junho de 1640.

Thomaz de hibio Calderon / *Francisco* de Carvalho

Documento 66

Lisboa, 16 de Julho de 1640.

IAN-TT, Corpo Cronológico, Parte 1ª, Maço 120, Doc. 65, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907, pp. 148-152].

«Senhor = Per carta de 30 de mayo passado me manda V. Mag.de que do salitre que veo da India na Galeão São Bento faça logo laurar toda a poluora que puder ser, comprandosse por conta da fazenda de V. Mag.de todos os ingredientes e materiaes necessarios para que a poluora creça pello muito que se ha mister nas occasiões presentes para os aprestos, preuencões e socorros de que se trata.

Quando Recebi esta carta de V. Mag.de não estaua ainda desembarcado o salitre, e dando logo toda a preça a sua

dezembarcação, foi necessario para eu poder dispor o que v. mag.de me encarrega tomar eu algumas noticias e reconhecer tambem os engenhos de Barquerena, não me deixando lugar a asistencia pessoal com que ocupava na fabrica dos dous Galeões que v. mag.de me tem cometido para poder fazer esta deligencia na forma que conuinha; tanto que tive estes Galeões no mar, me fui logo a Barquerena que hera a principal preuenção a que conuinha attender, a Respeito da brevidade com que se deue lavrar esta poluora, estes dias atraz se começaram a consertar a força de lembranças minhas, chegandosse a fazer correntes tres engenhos, porem logo os dous pararão ficando só hum em que fuy ganhando o tempo fabricandosse nelle algua poluora, e tambem nos pizões e almofarizes de mão posto que sobre ser a que aqui se faz mais custosa he a sua magnifatura mais vagarosa.

He esta caza de polvora de Barquerena hua das maravilhosas ofecinas deste genero que v. mag.de tem em sua monarchia; porque estando em sitio acomodadissimo se podem fazer nella grandes cantidades de poluora no discurso do anno, ordenandosse a fabrica em forma que não se perca tempo, e que segundo os tempos se faça em cada hum o que melhor for.

O Marquez de Alemquer deu principio a fundação desta caza e como com menos noticias pella falta de experiencia foi ella despois descobrindo algus inconuenientes, comtudo se fabricarão nella, ainda que imperfeita de officinas, cantidades grandes de poluora, mas por não haver a preuenção que se Requeria, tomou muitas fogo reduzindo elle tudo o que o Marquez trabalhou a Ruinas deixando de laurar muito tempo; e depois com hum moinho somente cuberto de esteiras.

Neste estado se achava esta casa quando a Senhora princeza entrou neste Reino, e tendo noticia da importancia della, a foi uer e ordenou ao Prouedor das obras que puzesse em sua perfeição assy a casa da poluora como a da ferraria das armas, e ao conselho da fazenda que desse o dinheiro que para isto fosse necessario; começousse a obra a dispor, e faltando a poucos passos o dinheiro, parou tudo nos alicerces.

Quando o anno passado V. Mag.de me mandou encarregar do apresto da India, vendo a falta que hauia de armas, procurey saber em que estado as ferrarias estauão, e achei que não laurauão nem hauia forma de se fazer nellas cousa algua. Recorrendo sobre isto a Senhora Princeza me mandou que tomasse a minha conta Reparalas de modo que se pudessem laurar todas as armas que fossem possiueis, assy para a India como para as mais partes omde ellas faltão, e para conseguir isto me vali de alguns empréstimos por não hauer na fazenda de Vossa Mag.de de que lançar mão para este effeito.

Com o conserto que se lhe fez, se continuou a fabrica das armas, fazendosse quantidade de Mosquetes e Arcabuzes, indosse continuando em fabricar mais estas armas, para o que busco eu dinheiro, desejando que por falta delle, se não pare em cousa tão necessaria.

A casa da poluora se consertou também o anno passado a instancia minha, para se poder laurar poluora do salitre que veo da India, para se acudir a necessidade que o Reino tinha della, esperandosse o inimigo e se socorrer a Corunha, e se bem se puzerão então correntes tres engenhos, logo como tenho referido pararão os dous.

Estes são os antecedentes destas officinas e o estado em que de presente as vi, sendo necessario que em hua e outra haia grande cuidado e que igualmente se tratta dellas, por serem misticas em pouca distancia e ambas tão importantes como se deixa ver.

O que oie se faz no moinho que está em pe, he moer os materiaes, os quais, depois de moidos, trazem os poluoristas em sacos a esta cidade a incorporar e a fazer em grão, sendo grande a descomodidade disto, ao menos no inuerno, e o gasto muito mayor; para este se escusar e se pôr esta casa em sua perfeição, praticada a materia com pessoas que entendem della, se assentou que hera necessario que em hum sitio que aly ha acomodado e bastantissimo, se fizesse hua casa, omde se pudesse granear a poluora em distancia que nem os engenhos, tomando fogo, lhe fação dano, nem os engenhos o possã receber da casa de granear, se nella ouer fogo, e que na mesma casa se obre hum terrado donde a poluora se deite ao sol, e outra separada, donde se possa hir armazenando a poluora que

se for fabricando, isto he infaliuamente precizo e necessario, se esta casa ouer de laurar a poluora que pode.

E porque sucede muitas vezes faltar no verão agoa para a mayor parte dos engenhos, se deue fabricar hum de caualgadura em hua casa que esta arruindad junto dos mesmos engenhos, para que em falta dos de agoa, não pare a obra, e esta casa arruinada se fez para a poluora se granear, mostrando a experiencia que, por estar perto dos engenhos, ficava muito ariscada.

Hera a casa da poluora hua so e nella hauia quatro engenhos, de sorte que pegando o fogo em hum, logo o risco do incendio ficaua certo nos mais, e já a este respeito a Requerimento dos mestres da poluora, se começou a redificar em forma, que cada engenho ficasse em casa separada e inda sendo isto assy, senão evita o dano, e, para se atalhar o que pode succeder, deuem hir as paredes destas casas separadamente a oitenta palmos de altura, em que se lhe há de pôr hum telhado de telha uam aberto pellas ilhargas, para que tomando o moinho fogo, quando chegar a tanta altura tenha parado o impeto, e ache por donde sair sem se cumonicar a casa do outro moinho contigo.

Corre por junto a esta casa hua estrada muito frequentada, e como por ella uão pessoas com fogo e as caualgadas que passam o acendem nas pedras, e a poluora he tão subtil, e o descuido mais certo que o cuidado, he grande o risco que pode hauer com a poluora que cahe na estrada, comonicandosse o fogo ao almazem por algu fio como muitas vezes succedeo, ou aos engenhos ou a casa de granear, e para este perigo se evitar conuem mudar a estrada hum pouco mais acima donde agora vay, como se pode fazer cõ facilidade, afastando assy a passagem da gente de partes tão perigosas.

A falta de agoa que acima digo que há no verão não só he cauzada segundo a seca do anno, mas tambem por a deuertire os particulares para seus pumares, e assy conue disporse o Remedio disto, com ordens tão apertadas que se fação Respeitar.

O que fica referido he emquanto ao que se deue dispor para se fazerem correntes os engenhos de poluora e no que toca a ella se fabricar por conta da fazenda de V. Mag. de assy o procurey fazer, e tendo prevenido enxofre e mandado fabricar carvão, vim a topar em alguns inconuenientes que não posso deixar de representar a V. Mag. de.

Para a poluora que oie se lavra com qualidade de fina, se entrega aos poluoristas hum quintal de salitre da India do apurado, e elles por este quintal entregão outro de poluora, e se he fabricada nos engenhos de Barquerena, se lhe dá pella magnifatura mil e seiscentos reis por quintal da fazenda de V. Mag. de, e sendo nos pizões de mão dous mil e seiscentos reis.

Informandome do que em cada cem quintais acrecia em resão do enxofre e carvão, achei que de quatro para cinco quintais de poluora. O quintal de enxofre ual oie dous mil e quinhentos reis, este quebra a terça parte, ao menos na terra que se lhe tira, e no pó por que nenhum entra na poluora.

O caruã, posto que custe menos, como há de ser muito apurado, sempre ha de fazer algum custo, ainda que este tem menos consideração.

O salitre hum tem mais vento, e mais graxa outro menos, e assy fica aos mestres julgar se há de leuar mais ou menos de caruã e ainda de enxofre, posto que sempre o menos enxofre he mais seguro.

Ponderado tudo isto, he de considerar, se sera mayor seruiço de V. Mag. de estar pello contrato antigo dos poluoristas ou fazello de nouo, dandose lhe os ingredientes que V. Mag. de manda, porque se se lhe ouuerem de dar e tudo ouer de ser por conta da fazenda de v. mag. de, he forçado que os mestres queirão acrescentar na magnifatura, o vallor de quatro ate sinco quintaes de poluora que em cada cem quintaes de salitre lhe cressem, e sempre este aiustamento parece que ha de ser contra a fazenda de V. Mag. de.

E porque, segundo o que se deixa ver da carta de V. Mag. de, o intento que V. Mag. de tem, querendo que se dem os ingredientes he que a quantidade de poluora que por elles crescer fique para a fazenda de V. Mag. de; entendo que isto se conseguirá mandando v. mag. de que os poluoristas entreguem os cem quintaes de poluora, por cem quintaes de salitre como ate agora fizerão, e juntamente os crescimentos que ouer mandandolhos v. mag. de pagar de contado, ajustandosse com elles que seia pello menos preço que for possiuel, evitandosse assy muitos inconuenientes, sem se

deuertir poluora algua, da que do salitre de V. Mag.de se pode fabricar.

E suposto ter fallado nas ferrarias de Barquerena deuo lembrar a V. Mag.de que inda que estão correntes, lhe falta a consignaçon, e se o meu cuidado não andara continuamente procurando dinheiro para se sustentarem, nem ellas poderião laurar, nem conseruarensse os officiaes, tendo tambem outras faltas em respeito da pouca agoa do verão, que inda que hua parte se podesse Remediar com o que tenho ditto sobre a casa da poluora, sempre ha de faltar para tres berrumas, que são necessarias para cento e vinte ate cento e quarenta armas cada mes, porem, se em hua azenha que por baixo da casa da polvora há na Ribeira que he de João Salema, ou de hum seu filho se fizer hum engenho de duas berrumas como se pode fazer com muito pouco custo, se adiantara muito esta fabrica, sendo sobretudo necessario hauer dinheiro e consignaçon certa para estas fabricas, sendo impossuiel sem ella passarem adiante, importando isto cada anno de seis para sete mil cruzados e esta e mayor quantia uira a fazenda de V. Mag.de a interessar, estando ellas correntes; algus meyo me offerece para isto o zello com que trato do serviço de V. Mag.de, investigando-os pelo que me he prezente da impossibilidade em que a fazenda Real se acha, os quais proporey a V. Mag.de, sendo V. Mag.de disto seruido. Deos guarde a Catholica pessoa de V. Mag.de. Lixboa 16 de julho 1640.»

Sobrescrito:

Carta para El Rey sobre o fazer da polvora na Caza da Polvora de Barquerena e outros particulares. Escritta em 16 de Julho de 1640.

Documento 67

Carta de João Rodrigues Chaves dirigida ao Rei, D. João IV, sobre o andamento dos trabalhos do fabrico das armas de Barcarena.

Barcarena, 2 de Janeiro de 1641.
AHU, Série «Reino», Maço 10A.

Senhor

Pella ordem de *Vossa magestade* dei Conta Ao tenemte general darteiharia Ruy Correa Lucas *que* hirey Continuamdo Com todo o callor e Cuidado se trabalha, ontem dia de anno bom fui a sintra tratar de Carruam e de nugeiras e dellas se fazerem Coronhas, la; e ficou pello ordenado e posto em uia Todos querem Alteyar os precos asim das Cousas como do *serviço* e nam aCodem ao de *Vossa magestade* como convem ou Por sua malicia ou de quem lho emsina Pera huns e outros Comvem Auer castigo e ordem. Por ultimo Remedio Pera se dar e as justisas *que* executem hua e outra Cousa Pello ferro de Prancha largua Pera emCoanto temos ágoa tiraremos; e huas Pastas que tem Jorge loPez de negreiros Pera os frasquos *que* he deudor a *fazenda* de *Vossa majestade* Aquem dou Conta Pera o ter entendido *que* nosso *senhor* ACaltele a pessoa de *Vossa magestade* ferrarias 2 de Janeiro 641

João Roiz Chaves

Documento 68

Petição de Juan de Mendizabal dirigida ao Rei, D. João IV, requerendo que lhe seja feita justiça face às queixas que apresentou no Conselho da Fazenda contra João Rodrigues Chaves.

Sem data (1641/1642?).
AHU, Série «Reino», Maço 3.

Senhor

Diz João de mindisabal, Coronheiro das ofesinas de Barcarena *que* fazendo queixa neste concelho da *Fazenda* das grandes ensolenças e molestias *que* lhe tem feito João Roiz Chaves tomando lhe sua farramenta e botando o fora de seu officio sem ordem de justiça, e tendo os papeis neste *Concelho* ha noue mezes selhe não despachão e fazendo hua pitição a Rainha nossa *Senhora* ha tres somanas *que* se remeteo a este *Concelho* e não por elles mais tudo pello grande poder do *dito* João Roiz, e ao fim de *que* elle *supplicante* deixe seu requerimento e perqua sua fazenda pello *que pede* A sua *magestade* lhe defira a suas pitições e informacois *que* ora leva o escrivão Afonço de Bairros Caminha, e se he justo *que* elle *supplicante* perqua sua farramenta e o tenha *vossa magestade* por escuzo de seu servisso *para o que* foi mandado vir de Biscaya pede se lhe de a culpa *porque* se lhe fas. E se he nesario con seu offissio como he, e experiencia *que* tem das armas, não he justo *que* o *dito* João Roiz por ser seu inimigo e por lhe não descobrir a falta *que* as Armas *que* elle manda fazer tem perqua seu offissio en *que* elle *supplicante* estar prestes *para* o servisso de *vossa magestade* como ten servido ha dezasseis annos cazando neste Reyno e com muita pontualidade E *Recebera Mercê*

Documento 69

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre os 520.000 reis que devem ser restituídos à consignação das armas de Barcarena.

Lisboa, 10 de Novembro de 1642.
AHU, Códice 30, Folha 252 verso.

Sobre *sua majestade* mandar *que* do *dinheiro* do prouisão da *fronteira* da Beira se Restitua a ferraria de Barquerena 520.000 *reis* que o *fronteiro* Ruy de figueiredo tomou da consignação das ditas ferrarias

Veio a este *conselho* o *executor* mor e Referio nelle *que* auendo passado ordem *para* o executor de Vila Real remeter o *dinheiro* da consignação da fabrica de barquerena lhe respondeo com dois *conhecimentos* em forma de 520.000 *reis* do pagador geral daquella *fronteira* que o general della Ruy de *figueiredo* tomou da mão dos Recebedores das sisas sem embargo de lhe estar notificada a ordem de *vossa majestade* para o não fazer.

Pareceo ao *conselho que* se deueria dar disto conta a *Vossa majestade para que* sendolhe presente e a precisa necessidade que ha de se acodir com *dinheiro* a fabrica das Armas cousa tão *necessária* a defensão do Reino e a *que* senão deue em nenhum caso faltar se sirua *vossa majestade* mandar *que* estes 520.000 *reis* se restituão a dita fabrica do *dinheiro* do prouimento daquela *fronteira* em tres pagas nestes *primeiros* tres meses porque agora por falta de *dinheiro* estão aquellas officinas paradas sendo este o *tempo* em *que* o não deuião estar em resão de *que* agora com

a abundancia dagoa se laura toda a chapa *que* se apreifeoar e verrumar no verão, e não avendo *dinheiro* se deixa bem ver o dano *que* disso irá resultando ao seruiço de *Vossa majestade* em *lisboa* a 10 de *nouembro* de 642 o marques, *Rui* botelho, *francisco* de *carvalho*

Documento 70

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre os 370.000 reis que devem ser restituídos à consignação das armas de Barcarena.

Lisboa, 30 de Janeiro de 1643.
AHU, Códice 30, Folha 293 verso.

Sobre se restituir a fabrica de Barquerena 370.000 reis que o *fronteiro* Ruy de *figueiredo* tomou ao executor de Villa Real da consignação da ditta feitoria

O Executor mór Gaspar de *faria* trouxe a este Conselho hua certidão *porque* consta que o *fronteiro* da Prouincia de tras os montes Ruy de *figueiredo* de Alarcão tomou ao executor de Villa Real *trezentos* e setenta mil *reis* que das rendas daquele *Almoxarifado* estauão dados em consignação a fabrica das armas de Barquerena, e *porque* he presente a sua *majestade* a importancia de *que* he ao Reino o continuarse esta fabrica e não parar por falta de *dinheiro*, pois com isso não tão *somente* saem dali armas *para* as Armadas de *vossa majestade* mas tambem *para* o *prouimento* das *fronteiras*.

Pareceo que *vossa majestade* se deue seruir de mandar, que do *dinheiro* que pella junta dos tres estados, se manda todos os meses áquella *fronteira*, se restituão a fabrica de Barquerena estes *trezentos* e setenta mil *reis* aos quarteis, que he a forma em *que vossa majestade* ja em outra ocasião semelhante mandou restituir outros quinhentos e uinte mil *reis* que ali o *fronteiro* tomou da mesma consignação com a concideração da grande utilidade *que* se segue ao seruiço de *vossa majestade* e bem da defenção do Reino de não parar esta fabrica, *porque* faltandolhe as consignações, não tão *somente* se fica seguindo o prejuizo que se tem appontado, mas se fica gastando a *fazenda* Real *infrutuosamente* nos sallarios que se dão aos officiaes que assistem nesta fabrica; *vossa majestade* mandara o que for seruido *Lisboa* 30 de *janeiro* de 1643, marques de montaluão, Rodrigo botelho e *francisco* de Carualho

Á margem:

Deuendosse alguma cousa da cõsinação a Ruy de *figueiredo* desta diuida se podera pagar o *dinheiro* que se deuirtio, não se deuendo procure o *Conselho* acomodar esta satisfação pella uia que parecer mais acomodada *Lisboa* 21 de *feureiro* 643

Rey

Documento 71

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre ser passada ordem ao Monteiro-mor para que não impeça João Rodrigues Chaves de fazer, na Serra de Sintra, o carvão necessário para as Ferrarias de Barcarena.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 1643.
AHU, Códice 30, Folha 296 e 296 verso.

Sobre se passar ordem ao *monteiro* mor que não impida fazer-se o carvão necessário na Serra de sintra para os officiaes das ferrarias de Barquerena

João Roiz chaves superintendente das ferrarias de Barquerena fez petição neste *conselho* em que diz que tendo ferro para bater no malho de agoa e os mais materiais e bons *officiaes* e mais baratos para fazerem melhores Armas e a agoa no melhor tempo se lhe impedio obrar carvão da serra de Sintra não avendo outro meyo donde o possa auer nem que seia sufficiente sendo a sesta ues des que esta na ditas occupação o que tem muito atrasado o *serviço* de Vossa *majestade* estando paradas as ditas officinas e os officiaes se ausentão por não terem que fazer deminuindose o cabedal de vossa *majestade* sem nenhu effeito e o aumento do serralobos (?) que infectão *aquelle* termo, Pede a vossa *majestade* que antes de maior dano lhe mande leuantar a dita prohibição ou darlhe licenca para entregar a dita fabrica e dar conta della

Parece ao *conselho* dizer a Vossa *majestade* que a importancia de se fabricarem Armas naquellas officinas he tão grande que se deue preferir a tudo o mais, e que vossa *majestade* deue ser seruido de mandar passar ordem ao *monteiro* mor para que não impida fazer o carvão limitando a quantidade que se hade fazer em cada hu ano e os postos donde se pode facer sem dano das coutadas antes em *beneficio* seu porque não auendo carvão não se podem fabricar Armas com o carvão de pedra que por ser muito forte não caldea nem ha outro lugar donde se possa tirar o carvão de sepa porque se se ouuer de comprar de outra parte custarão as Armas tão excessiuo preço que Recebera grande dano a fazenda de vossa *majestade* e quando vossa *majestade* se não sirua de mandar dar licença para o carvão, entende o *conselho* que se podem dali tirar as officinas porque não ficam sendo de utilidade Lisboa 29 de feureiro de 643. o marques, Dom Miguel Dalmeida, Rodrigo botelho, francisco de carualho.

À margem:

Como parece Lisboa a 18 de Abril de 643. Rey

Documento 72

Petição de João Rodrigues Chaves dirigida ao Rei, D. João IV, solicitando que o Monteiro-mor dê licença para que se faça, na Serra de Sintra, o carvão necessário para as Ferrarias de Barcarena.

Lisboa, 24 de Março de 1643.
AHU, Série «Reino», Maço 10A.

Diz João Roiz chaves superintendente das ferrarias de Barcerena que tendo elle *supplicante* 120 quintais de ferro batido em prancha pera mosquetes hum cayxão de aso de Milão duzentas coronhas secas quantidade contratadas officiais o terso menos no jornal duas officinas a fazer frascos de Biscaya, apalavrados officiais de entre douro e minho pera fazerem cravinas e pistolas pera Vossa *Magestade* com perfeysão dinheyro em ser caido pera sustentar as ditas ferrarias e aumentalas, postas no auge de sua perfeysão lhe prohibirão o carvão da serra de Sintra per informasões de inimigos delle *supplicante* e do seruiso de Vossa *magestade* e porque des a ditta prohibisção se tem deychado de fazer mais de 130 mosquetes por falta do dito carvão e não haverá pessoa nem mestre que diga se podem forjar canos do carvão de pedra e tendo conduzido grande quantidade delle de Abrantes em sacas com exsesiuo gasto sem fructo por ser muyto fraco e poo e sendo que tem consertado de tal modo forja e foles que forra a 3ª parte menos de carvão do que se gastaua os outros annos.

Pede a Vossa *Magestade* que auendo cõsidersão ao que comuem a seu seruiso e aumento e conseruasão das dittas

ferrarias ordene ao *Monteiro* mor francisco de Mello de lisença pera se tornar a uzar do ditto caruão da Serra de Sintra como tinha dado e achando por informasão de seus officiais mayores e menores que elle *supplicante* uza mal da ditto lisença e não sera assi o que diz o castigue em falta disponha *Vossa magestade* no uzo e modo como se ade auer no uzo e seruiso dellas por senão gastar sua *fazenda* sem efeyto E *Recebera Mercê*

Sobrescrito:

Sobre o carvão para as ferrarias de barquerena

Documento 73

Registo de consulta do Conselho da Fazenda sobre a petição de João Rodrigues Chaves relativa ao carvão necessário para as Ferrarias de Barcarena, que deve ser produzido nas matas da Serra de Sintra.

Lisboa, 26 de Março de 1643.
AHU, Códice 30, Folha 299 verso.

Sobre ser *precisamente necessário* fabricarse caruão nas mattas de Cintra para as fabricas das ferrarias de Barquerena

Viosse neste *conselho* hua petição de João Roiz chaves superintendente das ferrarias de Barquerena, na qual dis que tendo cento e uinte quintaes de ferro batido em pranchas *para* mosquetes, e hu caixão de Asso de milão, Duzentas coronhas çecas, quantidade contratadas, *officiais* com menos o terço de jornal *que* levavão, duas officinas a fazer fracos de Biscaya, apalavrados os *officiais* dentre douro e minho para faserem Crauinas e Pistolas *para vossa magestade*, com perfeição dinheiro *para* sustentar as ditas ferrarias e augmentalas, postas em toda sua perfeição, lhe prohibirão o caruão da serra de Cintra por informações de inimigos seus e do *serviço* de *vossa magestade*, e porque em rezão dita prohibição se tem deixado de faser maes de cento e trinta mosquetes por falta do dito caruão, e não haueria pessoa nem mestre que diga se podem forjar canos com caruão de pedra, e que tendo conduzido grande quantidade delle de Abrantes em sacos com exercicio gasto sem fructo por ser muy fraco e pó, e sendo que tem concertado de tal modo de nouo forja e foles que se gasta a terça *parte* sacos de caruão, do *que* se gastaua os outros annos; Pede a a *vossa magestade* que tendo concideração a que couem a seu seruiço *augmento* e coseruação das dittas ferrarias, ordene ao *monteiro* mor, de lisença *que* se torne a usar do dito caruão da serra de Cintra como já tinha dado, e que achando por informação de seus *officiais* mayores e menores, que elle usa mal da ditto lisença, e não ser assy como dis, o castigue, e em falta que disponha *vossa magestade* no uso e modo como de hade com a fabrica das ditas officinas, por senão gastar a *fazenda* Real sem effeito.

Viose a dita petição, pareceo dizer a *vossa magestade* que por vezes tem o *conhecimento* disto que *para* esta officina de tanta reputação e proueito deste *Reino* se conseruar, deue *vossa magestade* ordenar ao *monteiro* mor conceda lisença *para* se fazer em Cintra o caruão *necessário para* a fabrica das armas como sempre se fez, porque sem elle não he possiuel ter *vossa magestade* officinas de armas, e as mattas em Cintra são tão grandes e espesas que não se pode tirar dellas as lenhas para o caruão, mas ainda se faz proueito a terra e a conseruação da mesma caça, e fora toda a (...), impedir a fabrica negarçe este caruão de Cintra, a cuja obra poderão assistir os guardas que o *monteiro* mor nomear, *que* he fazer só o *necessário* e na parte donde conuenha. Lembra a *vossa magestade* que se a esta nececidade senão acudir com breuidade que para a obra; o Tenente geral estaua prezente, o lembrou assy por sua

obrigação, Lisboa 26 de março de 643 / marques de montaluão / Dr. Miguel de Almeida / Rodrigo Botelho / francisco de carualho

Documento 74

Lisboa, 20 de Setembro de 1646.

AHM, Livro de Registo 2149, Folha 57 verso, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal - 2ª Série*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1908, p. 74].

«Mandado p.^a seruir de feitor das ferrarias de Barquerena Vicente Gonçalves Rebello por tempo de seis meses:

«O Conde de Odemira do Concelho de estado de ElRey nosso Sñor e Veedor de sua fazenda &.^a faço saber aos q este uirem, q eu hey por seruiço de S. Mag.de, q Vicente Glz Rebello sirua por tempo de seis mezes o officio de feitor das ferrarias de Barquerena, tomando posse de tudo q ás dittas ferrarias pertence do recebim.to de João Roiz Chaves, fazendosse de tudo inuentario, e passando conhecim.to em forma ordinaria ao ditto João Roiz Chaves, e logo se obrará com todo o cuidado nas dittas ferrarias, sem dilação algua, e dará o dito Vicente Glz conta no Concelho da fazenda do estado em que as dittas ferrarias estão, e do lavor dellas, e assy mesmo da entrega q se lhe fez, pello q mando ao Thenente General da Artelharia ou a pessoa q o ditto cargo seruir, que nesta conformidade dee posse ao ditto Vicente Glz Rebello do ditto officio de feitor das dittas ferrarias de Barquerena, fazendolhe fazer a entrega asima referida sem duuida ne contradicção algua, e o deixe seruir, e hauer o ordenado, proes e percalsos q lhe pertencerem, dandolhe prim.ro juram.to dos Sanctos Euangelhos, q bem, e verdadeiram.te sirua o ditto officio pello ditto tempo de seis mezes, guardando em tudo o seruiço de S. Mag.de e o direito ás partes de q se fará assento nas costas deste asinado por ambos, q se cumprirá como nelle se conthem, pagando o nouo direito se o deuer na forma do regim.to. Antonio Veloso Estacio o fez em Lix.^a a vinte de setembro de seis centos quarenta e seis annos, e eu João P.ra de Betancor o fiz escrever. - O Conde de Odemira.»

«Por desp.^o do Concelho da fazenda de 20 de Sep.bro de 646 - a fl. 162 do L.^o segundo das fianças fica dado fiança a pagar o que deuer de nouos direitos desta seruentia. Lx.^a 6 de outubro 646. - João Pinto, Henrique Correa da Silua - Houue posse e juramento em 6 de outubro 646. M.el de Andrade - Consertado com o proprio q leuou o d.^o Vicente Glz Rebello e asinou de como tornou a leuar em Lx.^a 6 de out.^o 646.»

Documento 75

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, de um despacho do Conselho da Fazenda para que se mandem entregar cem mosquetes no Presídio de Cascais.

Lisboa, 4 de Maio de 1652.

AHM, Livro de Registo 2149, Folha 80 verso.

Despacho do Concelho da fazenda sobre se darem çem mosquetes dos *que* se fabricão em Barquerena da Repartição da Armada para o Prezidio de Cascaes

O Thenente geral da Artelharia Ruy Correa Lucas mande entregar ao Almoxtariçe do Prezidio de Cascaes çem mosquetes aparelhados dos *que* se fabricão na officina de Barquerena, *que* são da repartição da Armada, e o ditto Almoxtariçe dará conhecimento em forma dellas ao Almoxtariçe do Reyno Manuel de Macedo *para* elle satisfazer a Vicente Gonçalvez Rebello Superentendente das ferrarias *por* sua conta Lisboa 4 de mayo 1652. Rubricado pelo

Conde de Cantanhede, por Ruy de Moura Telles véedores da fazenda de *Sua Magestade*, e por Jorge de Araujo Estaço, fernão de Matos Carvalhosa e por António de Sousa de Macedo. foi comsertado com o proprio *que* ficou ao thenente general da artelharia Ruy correa Lucas *Lisboa* 4 de Maio 652

Documento 76

Carta do Rei, D. João IV, para que o Monteiro-mor autorize o corte da ceça que Vicente Gonçalves Rebelo, superintendente das Ferrarias de Barcarena, considerar necessária.

Lisboa, 20 de Novembro de 1652.
AHMOP, MMR9.

Garcia de Mello EU El Rey vos envio muito saudar. A Manoel Correa do termo de Coruche tendo dado licença, para poder cortar, de hum seu casal a que chamão a sesmaria dos fidalgos, a ceça que por certidão de Vicente Gonçalves Rebelo Superintendente das ferrarias de Berquerena, constar, ser necessario, para o lavor dellas, e mais não. Nesta conformidade lhe dareis o despacho que ouver mister, e offerecendosevos algum inconveniente, me dareis conta. Escritta em Lisboa a 20 de *Novembro* de 652.

Rey.

Em rodapé:

Para o Monteiro mor do Reino

Documento 77

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, de um despacho do Conselho da Fazenda sobre se entregarem no Presídio de Cascais, cem mosquetes e cem esmerilhões fabricados em Barcarena.

Lisboa, 5 de Março de 1653.
AHM, Livro de Registo 2149, Folha 85 verso.

Despacho do Concelho da *fazenda* sobre se darem Armas das *que* se fabricão em Barquerena *para* o Prezidio de Cascaes

O Thenente geral da Artelharia ordene se entregue ao Almojarife do Prezidio de Cascaes çem mosquetes com seus frascos, e çem esmerilhões com seus frascos e çem chuços cõ suas hasteas dos *que* se fabricão na officina de Barquerena, *que* são da Repartição da Armada, e o ditto Almojarife dará *conhecimento* em forma delles ao Almojarife do Reyno *Manuel* de Macedo *para* elle satisfazer a Vicente *Gonçalvez* Rebello Superentendente da ditta officina *Lisboa* 5 de março de 1653, Rubricado por Ruy de Moura Telles, por Jorge de Araujo Estaço, e por Antonio de sousa de Macedo

Documento 78

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, de um despacho do Conselho da Fazenda sobre se entregarem no Presídio de Cascais, cem mosquetes com seus frascos e duzentas forquilhas fabricados em Barcarena.

Lisboa, 17 de Janeiro de 1654.

AHM, Livro de Registo 2149, Folha 278.

Despacho do Concelho da fazenda per que se ordena se entregue cem mosquetes com seus frascos e duzentas forquilhas cõ seus recontros feitos em Barquerena para Cascaes

O Thenente geral da Artilharia ordene que se entreguem os Cem mosquetes com seus frascos e duzentas forquilhas cõ seus recontros que são necessários em Cascaes, que se entregarão ao Almojarife. Lisboa a 17 de janeiro de 1654 Rubricado pelo Conde de Cantanhede

Documento 79

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, de uma ordem do Conselho de Estado mandando o feitor das Ferrarias de Barcarena pagar a Álvaro Dias Ximenes os alugueres em dívida.

Lisboa, 17 de Setembro de 1654.

AHM, Livro de Registo 2149, Folha 181.

Mandado para se pagar a Alvaro Dias Ximenes os Alugueres das suas cazas e Pomar que tem junto das ferrarias de Barquerena the 13 de julho 1654 que pagará o feitor das dittas ferrarias da Consignação aplicada a ellas

O Marquez Almirante do Concelho de Estado de ElRey meu Senhor e do de Guerra, Véedor de sua fazenda etc mando a vos Vicente Gonçalvez Rebello, feitor das ferrarias de Barquerena, que facay pagamento a Alvaro Dias Ximenes de sincoenta e hu mil quinhentos e noventa reis dos Alugueres das suas casas em que uos moraes, a qual quantia se monta em nove annos e meyo a preço de Dez mil reis cada anno, e os oito mil seiscentos e quarenta reis que monta a Decima entregareis ao Thezoureiro das Decimas da freguesia de Barquerena, de quem cobrareis conhecimento em forma para uossa conta, perquanto os Trinta e quatro mil settecentos e sessenta e Cumprimento no que monta os dittos alugueres se gastarão nos concertos das dittas cazas, e este será registado no Almazem da Thenencia, para que conheça de como houve pagamento o ditto Alvaro Dias Ximenes the treze de julho deste prezente anno, e por este se vos levará em conta os dittos sincoenta e hu mil quinhentos noventa reis com conhecimento de como de uos recebeo: João Monteiro Leal o fez em Lisboa a Dezesette de Setembro de seiscentos sincoenta e quatro annos, e eu Francisco Guedes Pereira o fiz escrever, O Marquez Almirante foi comsertado cõ o proprio, e o dito Alvaro Dias Ximenes asinou aqui de como leou o proprio em, 19 de Setembro 654

Alvaro dias ximenes

Documento 80

1655, (1625?).

Manuel Severim de Faria, *Noticias de Portugal*, 2ª Impressão, 1740, pp. 58 e 59, (Biblioteca Nacional, Monografia Geral, H.G. 1900A).

[...] E com esta diligencia não deixando hir armas para fóra, houve naquelle tempo grande abundancia dellas em todo Portugal. E para o Reyno estar sempre provido, sem as esperar de fóra, mandou ElRey D. Manoel fazer huma Officina dellas na Ribeira de Barcarena, junto a Lisboa, onde com engenhos de agua se lavraraõ muitas por Mestres, que para isso mandou vir de Biscaya. Tambem ordenou outra Officina de polvora na Cidade de Lisboa, que durou atè nossos tempos; e governando D. Diogo da Sylva Marquez de Alenquer, se tornou a refazer a mesma Casa antiga; e junto com ella ao longo da Ribeira de Barcarena, ordenou outra de polvora, para evitar os desastres dos incendios, que algumas vezes em Lisboa tinhaõ acontecido: e se se continuar a obra, serà de grande proveito para todo o Reyno; porque para armas hà nelle muita abundancia de ferro, e para a polvora temos da nossa mão a maior quantidade destes materiaes, que hà no mundo, que he o salitre do Brasil, e o enxofre das Ilhas. [...]

Documento 81

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, de uma ordem do Conselho da Fazenda para se mandarem fazer nas Ferrarias de Barcarena cem esmerilhões, que deverão ser entregues no Presidio de Cascais.

Lisboa, 13 de Maio de 1656.

AHM, Livro de Registo 2149, Folha 230.

Ordem do Concelho da *fazenda para* se fazerem esmirilhões nas ferrarias de Barquerena *para* o Prezidio de Cascaes

O Thenente geral da Artelharia ordene ao Superentendente das ferrarias de Barquerena, mande logo fazer cem esmirilhões como os *que* se fizerão os annos passados, que são *necessários para* o prezidio de Cascaes, os quais se hão de entregar ao Almoxarife do ditto Prezidio, cobrandosse delle *conhecimento* em forma. *Lisboa* 13 de Mayo de 1656 Rubricado pelo Marquez Almirante, pelo Conde de Cantanhede, por Ruy de Moura Telles e por Antonio de Sousa de Macedo:

À margem:

Para se fazerem esmerilhões nas ferrarias de Barquerena

Documento 82

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, de um decreto da Rainha, D. Luísa de Gusmão, sobre o envio de mais armas e munições para a Província de Entre-Douro e Minho.

Lisboa, 14 de Maio de 1657.

AHM, Livro de Registo 2149, Folha 219.

Decreto da rainha Nossa Senhora sobre se mandarem mais Armas e Munições a Prouíncia de Entredouro e Minho

Ruy Correa Lucas do meu Concelho e Thenente *geral* da *Artilharia* faça logo remeter a Prouíncia de Entredouro e Minho, quarenta *quintaes* de Corda, Trinta de poluora, oitenta Arcabuzes, Trinta *Mosquetes* de Barquerena, Çem Piques, Vinte Crauinas, quarenta Pistollas, Vinte armas de vestir, seis caixães de ballas de *mosquete* e Arcabuz, e quatro *quintaes* de Ballas de *Artilharia* dos Calibres *ordenários* e *para* este prouimento se ualerá da Consignação da Coroa, e *Fronteiras* cada hua com o *que* tiuer, pois parte hée *para* guarnição das fortalezas daquela Prouincia, e parte *para* se acudir às *fronteiras* sem embargo de qualquer regimento *que* haja em *Contrário* em *Lisboa* a 14 de Mayo 1657 Com Rubrica da Raynha Nossa Senhora consertado cõ o proprio *que* ficou ao tenente general dartilharia Ruy correa Lucas em 15 de mayo 657

Documento 83

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, de um decreto da Rainha, D. Luísa de Gusmão, para se mandarem mais armas e munições à província de Entre-Douro e Minho.

Lisboa, 14 de Maio de 1657.

AHM, Livro de Registo 2149, Folha 219 verso.

Decreto da Rainha Nossa Senhora Sobre se mandarem mais Munições a Prouíncia de Entredouro, e Minho

Porquanto as munições *que* mandey se embarcassem *para* Vianna *para* socorro de Entre douro, e Minho não parece bastão *para* se acodir ao aperto em que se acha aquella Prouíncia na ocasião *prezente* Ruy Correa Lucas do meu Concelho e Thenente *geral* da *Artilharia* do Reyno, ordene se embarquem na Carauella, *que* de nouo se tomou quatro pessas de *Artilharia*, duas dellas de bronze emcomparadas de doze *Libras*, e duas de cobre batido de seis com seus reparos de Campanha aparelhados, *soquetes* e *sacatrapos*, quinhentas ballas razas de ferro, oitenta *mosquetes* de Barquerena aparelhados, Cento e Vinte Arcabuzes de Milão, quarenta Crauinas, oitenta Pistollas, *Duzentos* Piques, quarenta Corpos de armas de Crauinas, Cento e sincoenta frascos de *mosquete* e Arcabuz, Doze Cayxões de pelouros de chumbo, quarenta *quintaes* de corda, e outros quarenta de Corda digo de poluora, e *para que* se acuda com a *promptidão*, *que* conuem se ualerá nesta ocazião assy do *que* houuer dos Almazens da Coroa, como dos das *fronteiras* cada hua com o *que* tiuer, pois *para* heé *para* se acudir às fortalezas daquela Prouíncia, ou *para* as *fronteiras*, sem embargo de qualquer Regimento *que* haja em *Contrário*, em *Lisboa* a 19 de mayo de 1657 / comsertada cõ o proprio *que* ficou o tenente general dartilharia Ruy correa lucas *Lisboa* 23 de mayo de 657

Documento 84

Carta da Rainha, D. Luísa de Gusmão, ordenando ao Monterio-mor que autorize o superintendente das Ferrarias de Barcarena a cortar amieiros e nogueiras para as coronhas das armas.

Lisboa, 10 de Janeiro de 1658.
AHMOP, MMR9.

Monteiro Mor do Reyno EU EL REY vos invio muito saudar. Porque se tem gastado todas as Madeiras de *que* nas ferrarias de Barquerena se laurauão as Coronhas dos mosquetes; e para esse Ministerio seruem soo os paos de amieiros e nogueiras, *que* com dificuldade se achão fora das minhas coutadas. Ordenareis, senão prohiba cortarese nellas os que Vicente Gonçaves Rebelo superintendente das ferrarias de Barquerena auizar são necessarios para as Coronhas dos Mosquetes. Escrita em *Lisboa* a 10 de Janeiro de 658.

Raynha

Em rodapé:

Para Monteiro mor do Reyno

Documento 85

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, de um despacho do Conselho da Fazenda sobre se entregarem no Presídio de Cascais, cem mosquetes com seus frascos fabricados em Barcarena.

Lisboa, 24 de Março de 1658.
AHM, Livro de Registo 2149, Folha 239.

Despacho do Concelho da *fazenda* sobre se mandarem cem mosquetes de Barquerena com frascos *para* Cascaes

O Thenente *geral* da *Artilharia* ordene ao Superentendente das ferrarias de Barquerena, Vicente *Gonçaves* Rebello, *que* mande ao *Prezidio* de Cascaes, cem mosquetes dos *que* se fabricão nas dittas ferrarias com cem frascos e fasquinhos a entregar ao Almojarife das armas da ditto praça, dando *conhecimento* em forma de como lhe ficão entregues as dittas armas por elle assinado, e feito pello escrivão de seu cargo *para* descarga do Almojarife das armas Manoel de Macedo, e *para* o ditto Superentendente. *Lisboa* 24 de Março de 1658

Documento 86

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, da carta que Rui Correia Lucas remeteu ao Rei, através do Conselho da Fazenda, sobre a necessidade de reforçar o dinheiro da consignaçon das ferrarias de Barcarena para que ali se possam fabricar mais armas.

Lisboa, 6 de Agosto de 1659.
AHM, Livro de Registo 2149, Folha 173 verso.

Registo do *que* o Thenente *geral* da *Artilharia* escreveu ao Concelho da *fazenda* sobre se fazerem Armas nas armarias de Barquerena para *prouimento* das *fronteiras*, e *Despacho* do ditto Concelho.

Senhor.

Prezente hee a *Vossa magestade* a falta *que* há de armas no Reyno, principalmente *mosquetes* em razão de nelle se não poderem fabricar mais que em Barquerena; faley com Vicente *Gonçalvez* Rebello superentendente daquelas armarias, e lhe tratey se se poderião aly fabricar mais alguns *mosquetes*, *que* os *que* se fabricão com a consignaço deste Concelho, esforçandosse mais o cabedal; parecelhe *que* sy; deue *Vossa magestade* seruirse de lhe ordenar *que* elle possa fabricar assistindoselhe com o *dinheiro necessário* pella consignaço da *Artilharia* da Repartiço dos Tres Estados; os *mosquetes* que o tempo der lugar cada anno, depois de fabricados os que toca a este Concelho, da mesma maneira *que* fabrica os mais, pois com isso se não atraza a fabrica delles, e poderão sahir alguns com que se ajude as *fronteiras* e o Reyno; *Lisboa* 6 de *Agosto* 1659 Ruy Correa Lucas

Despacho do Concelho da *fazenda*

O Superentendente das ferrarias de Barquerena depois de fazer os *mosquetes*, e *Arcabuzes* da Consignaço da Coroa, poderá mandar laurar todos os mais, *que* se poderem laurar por conta dos Tres estados, dandoselhe satisfaçõ; *Lisboa* 6 de *Agosto* 1659 Com Tres Rubricas

Documento 87

Cópia de carta da Rainha, D. Luisa de Gusmão, enviada ao Monteiro-mor, advertindo-o que não devia permitir que a cepa da Serra de Sintra tivesse outra utilização que não fosse a de se fazer todo o carvão possível que de imediato devia ser remetido às Ferrarias de Barcarena.

Lisboa, 23 de Agosto de 1659.
AHMOP, MMR9.

Monteiro mor do Reino Eu El Rey uos envio muito saudar. Tense entendido que a falta de caruão, *que* se experimenta nas ferrarias de Berquerena para o laur das armas, he causada da diminuiço da sepa, que de antes, se achaua na serra de Sintra, de que se formaua o caruão, e de prezente o diuertirem para outros effeitos. E porque o remedio deste danno, se poderia mui bem atalhar, por meo da vigilancia e cuidado dos offeceaes daquella coutada; vos encomendo muito mando lhes encarregueis, com aperto, não consintão, que, em nenhua maneira, se tire della caruão nem sepa, mais que para a fabrica das ferrarias: obrigando as pessoas que tratão em caruão, a fazerem a maior quantidade *que* se puder para provimento das mesmas ferrarias, e remetendoo logo, a ellas, sem que se desencaminhe para parte algua: pois resulta tanta utilidade ao Reino de se fabricarem muitas armas, para defenza delle. Escritta em Lisboa a 23 de Agosto de 659.

Raynha

Em rodapé:

Para o Monteiro Mor do Reino

Documento 88

Cópia de carta da Rainha, D. Luisa de Gusmão, enviada ao Monteiro-mor, ordenando que deixasse fazer todo o carvão necessário para as Ferrarias de Barcarena, bem como tirar todos os anos do termo de Alcácer do Sal vinte paus de amieiro e seis ou oito de freixo ou sobre.

Lisboa, 16 de Dezembro de 1659.
AHMOP, MMR9.

Monteiro mor do Reino EU El Rey vos invio *muito* saudar. Encarregareis aos couteiros e outros officiais de uossa jurisdiçam a que tocar, deixem beneficiar o carvão necessario na serra de Sintra, em qualquer tempo do ano, para a fabrica das ferrarias de Barquerena, aos homees que por ordem do Supperintendente dellas o forem fazer, posto que não queimadas. E que *iuntamente* a ordem do mesmo Supperintendente, lhes deixem tirar do termo de Alcacere do Sal, cada ano para a mesma fabrica, vinte paos d' amieiro e seis ou oito de freixo ou sobre, com tanto *que* não sejam paos reaes senão dos ordinnarios. Escrita em *Lisboa* a 16 de Dezembro de 659.

Raynha

Em rodapé:
Para Monteiro mor do Reino

Documento 89

Lisboa, 31 de Agosto de 1661.
AHMOP, MMR9, [publicado por Ana Catarina Miranda e Alexandra Baptista Fernandes, *Fábrica da Pólvora de Barcarena - Subsídios para um Roteiro de Fontes Arquivísticas e Bibliográficas*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1998, p. 74].

Monteiro mor do Reyno EU El Rey vos invio muito saudar. *Para* as ferrarias de Barquerena, são necessarios, trinta paos de amieiro, e hua duzia de paos sorteados que se hão de cortar nos destrictos de Alcacere: Ordenneréis se não impida o fazer o corte a quem por *parte* de Vicente *Gonçalvez* Rebello Supperintendente das mesmas ferrarias for a esta delligencia. Escrita em *Lisboa* a 31 de Agosto de 661

Raynha

Em rodapé:

Para Garcia de Mello

Documento 90

Registo do óbito de Juan de Mendizabal, em Barcarena.

Barcarena, 1 de Dezembro de 1662.

IAN-TT, Registos Paroquiais, Livro 1 (1587-1767), Caixa 6 - 1662, Folha 1 verso.

Ao *primeiro* dia do mes de dezembro mil e seis centos e sessenta e dous faleceu João de Mindeseval, da ribeira acima fes testamento ficou por testamenteiro Martinho Descalssa *morador* em Laueiras, esta seu corpo sepultado dentro desta Igreja, de *que* fis este assento que assinei.

o parcho João Manoel Jordão

Documento 91

Cópia de carta da Rainha, D. Luisa de Gusmão, enviada ao Monteiro-mor, solicitando-lhe que desse a ordem necessária para que pudessem cortar nas coutadas de Alcácer do Sal cinquenta paus de amieiro para as coronhas dos mosquetes produzidos nas Ferrarias de Barcarena.

Lisboa, 14 de Abril de 1663.

AHMOP, MMR9.

Monteiro mor: Eu El Rey vos envio *muito* saudar. São necessarios cincoenta paos de amieiro para coronhas dos mosquetes, que se fabricão nas ferrarias de Barcarena. E *porque* se hão de cortar nas coutadas de Alcacere do sal, e o Superintendente das ditas ferrarias Vicente goncalves Rebello hade correr com o corte; vos encomendo mandeis para isso dar a ordem necessaria, advertindo que pede este negocio toda a brevidade, pla falta *que* ha de armas nos meus armazes. Escrita em Lisboa a 14 de Abril de 1663.

Rey

Em rodapé:

Para o Monteiro mor

Documento 92

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, de um despacho do Conselho da Fazenda, ordenando que o Superintendente das Ferrarias de Barcarena mande fabricar e entregar no Presídio de Cascais, rexas para mosquetes e recontros para piques.

Lisboa, 28 de Janeiro de 1665.

AHM, Livro de Registo 2149, Folha 175 verso.

Despacho do Concelho da fazenda sobre se ordenar ao Superentendente de Barquerena mandar obrar rexas *para*

mosquetes e recontros *para* piques de Cascaes

O Thenente geral da *Artilharia* ordene ao Superentendente das ferrarias de Barquerena Vicente *Gonçalvez* Rebello mande logo obrar quatrocentas rexas de mosquetes biscaynhos, e trezentos recontros *para* Piques, e tudo remeterá a Cascaes cobrando *conhecimento* em forma do Almojarife da ditta praça *para* despeza do Almojarife do Reyno a quem se fará *Receita* das Cousas refferidas. Lisboa 28 de Janeiro de 1665 Com quatro rubricas Consertado com o proprio que ficou ao tenente general Dartelharia *Manuel* De Andrade

Documento 93

Registo do óbito de Vicente Gonçalves Rebelo, em Barcarena.

Barcarena, 24 de Julho de 1671.

IAN-TT, Registos Paroquiais, Livro 1 (1587-1767), Caixa 6 - 1671, Folha 15.

Aos uinte e quatro de julho de seiscentos e setenta e hu faleceu *Vicente gonçalves* Rabello *morador* em Cabanas fes testamento; ficarão por testamenteiros o Capitão Agostinho Barbosa da Torre, e o Capitão Sebartião matheus moreno; seu corpo está sepultado dentro do carneiro da Capella mayor desta igreja de *que* fis este assento *que* assinei: Era, mes, e dia ut supra. O Parocho *Francisco* da Sylua

Documento 94

Lisboa, 13 de Outubro de 1671.

AHCML, Livro 111 de Registo de Consultas e Decretos do Sr. Rei D. Pedro II, folha 90 verso, [publicado por Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª Parte - Tomo II, pp. 313-314].

Consulta da camara a el-rei em 13 d'outubro de 1671

«Senhor - Por decreto de 19 de setembro proximo passado ordena V. Alteza se vejam n'este senado as consultas inclusas do conselho da fazenda, sobre as aguas que se divertem na ribeira de Barcarena, e que se consulte a V. Alteza o que parecer.

A mesma queixa que chegou ao conselho da fazenda, em razão do prejuizo que na diversão d'estas aguas recebem as ferrarias de V. Alteza, tinha chegado a este senado por muitas vezes, em razão do grave damno que a cidade padece na falta dos moinhos d'aquelle districto, que pela das ditas aguas deixam de moer, divertindo-se em beneficio d'alguns particulares com tanta offensa da utilidade publica. Um e outro damno pedem remedio effcaz; e porque o será sómente o que aponta o conselho na ultima consulta, é o senado do mesmo parecer, acrescentando que o termo que V. Alteza deve mandar assignar para se fazer os tanques, convém que não passe de seis mezes, que são bastantes para cada uma das pessoas que divertem as aguas nas regas dos seus pomares poderem fazer as ditas obras, com o que tambem para o verão seguinte poderão estar as aguas livres para o uso das ferrarias e moinhos tão necessarios para o provimento d'esta cidade, porque muita parte d'ella se provia de farinhas d'aquellas azenhas, que não deixavam de moer todo o verão, ainda que houvesse grande secca, e pela que houve este anno, em toda a parte, foi tão sensivel a falta, que persuade se applique o remedio com maior cuidado; e será conveniente que os notificados façam termo em que se obriguem a fazer as ditas obras no tempo referido, ou a cortarem os pomares na fórmula da notificação, e que

dos ditos termos mande V. Alteza enviar copias a este senado, com ordem para o fazer tambem executar na fórma d'ellas.

Resolução regia:

Ao conselho da fazenda mando ordenar faça notificar as pessoas que tomam esta agua para regarem os seus pomares, não uzem d'ella mais que n'aquelles dias que lhe fôram concedidos, pela repartição antiga, de quinze dias, aos domingos, com pena de que, regando em outra fórma, se lhes mandarão cortar as arvores. Lisboa, 16 d'outubro de 1671.»

Documento 95

Registo de petição de Simão Mateus e Carlos de Souza de Azevedo que acordaram a partilha das fábricas de pólvora da Porta da Cruz e de Barcarena, que vagaram por morte do seu tio Manuel Mateus.

Lisboa, 14 de Dezembro de 1673.

AHM, Livro de Registo nº 2149A, Folhas 98 verso e 99.

Petição

Do *Thenente General* Simão Matheus, e Carlos de Souza de Azevedo, Despachos do *Conselho da Fazenda*, informação do *Thenente General* da *Artilharia* sobre o *que* abaixo se declara da porta da Cruz, e moinho de Barquerena *que* vagarão por fallecimento de Manuel Matheus Polvorista.

Dizem o *Thenente General* Simão Matheus, e Carlos de Souza de Azevedo Tio, e sobrinho, *que* por evitarem as duvidas que entre ambos havia sobre as fabricas que ficarão de seu Tio Manoel Matheus da porta da Cruz, e moinho de Barquerena com as terras em *que* o dito defunto fabricava polvora, se ajuntarão ambos, para que sendo *Vossa Alteza* servido houvesse por bem repartir ao *Thenente General* Simão Matheus a fabrica da polvora da porta da Cruz, e a Carlos de Souza de Azevedo o Moinho de Barquerena com as terras que lhe pertencem, *para* que ambos nas ditas fabricas continuem a da polvora de *Vossa Alteza*, como consta do papel junto, feito por hum e assinado por ambos, que offerecem. *Pedem a Vossa Alteza* que em conformidade do dito papel lhe faça *mercê* ordenar ao *Thenente General* da *Artilharia* lhe mande dar posse a cada hum *para que* fabriquem a dita polvora a *Vossa Alteza*. E *Receberá Mercê*.

Despacho do *Conselho da Fazenda*

Informe o *Thenente General* da *Artilharia*. Lisboa 14 de *Dezembro* de 1673. Com cinco rubricas.

Informação do *Thenente General* da *Artilharia*

O ajustamento dos *Supplicants* he muy conveniente ao serviço de *Vossa Alteza*, e porque ambos podem continuar nestas fabricas em grande *utilidade* do que convem para que neste Reyno haja a polvora necessaria, *Vossa Alteza* mandará o que for servido. Lisboa 15 de *Dezembro* de 1673. Diogo Gomes de Figueiredo.

Segundo despacho do *Conselho*

O *Thenente General* na forma do ajustamento dos *Spplicants* lhe de posse do que por elle tocar a cada hum. Lisboa 16 de *Dezembro* de 1673. Com cinco rubricas.

Ajustamento dos *Supplicantes*

Porquanto entre nós o *Thenente General* Simão Matheus, e Carlos de Souza de Azevedo, Tio, e sobrinho havia duvida sobre a forma em que a hum ou a outro tocava por morte de seu tio Manoel Matheus a fabrica da polvora da porta da Cruz desta Cidade, e o primeiro Moinho de Barquerena com as terras *que* lhe pertencem nos conformamos ambos: A Simão Matheus a fabrica da Porta da Cruz para nella fabricar polvora, e a Carlos de Souza de Azevedo o Moinho de Barquerena com as terras para nelle fazer o seu quinhão, em esta forma pedimos a *Sua Alteza* seja servido mandarnos deferir *para* o *que* fizemos este papel por hum, e ambos assinamos *Lisboa* 13 de *Dezembro* de 1673. Simão Matheus. Carlos de Souza de Azevedo.

Documento 96

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, da ordem do Tenente Geral para que Agostinho Barbosa da Torre desse posse a Manuel Vicente do officio de mestre coronheiro das Ferrarias de Barcarena.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1674.

AHM, Livro de Registo 2149A, Folhas 99 verso e 100.

Registo de huns papeis sobre Manoel Vicente coronheiro a quem se deo posse na officina de Barquerena em Lugar de Antonio Ferreira.

Diogo Gomes de Figueiredo *Thenente General* da *Artilharia* destes Reynos de Portugal etc^a

Porquanto *Sua Alteza* *que* Deos guarde por resolução do Conselho da fazenda de 23 do corrente me manda que dê posse a Manoel Vicente seu coronheiro nesta Corte de Mestre das Coronhas na officina de Barquerena em lugar de Antonio *Ferreira* por estar já muito velho ordeno ao *Superintendente* daquellas fabricas o Capitão Agostinho Barbosa da Torre, meta logo ao dito Manoel Vicente em cumprimento do dito despacho, e da notificação que Domingos da Costa escrivão do dito julgado de Barquerena lhe fez por minha ordem em virtude de outro despacho do Conselho da fazenda de 26 de Janeiro proximo passado *que* lhe notificou em 31 do dito mez como consta por certidão do dito Domingos da Costa para *que* hoje em diante sirva o dito officio de Mestre das Coronhas, e se lhe pague pelos preços costumados nesta *Thenencia* e assim lhe dará posse de tudo o *que* for de *Sua Alteza* pertencente ao seu officio e dandolhe juramento, e fazendo os autos necessarios ao pé desta minha ordem para que registados com os ditos despachos conste a todo o tempo a razão *porque* entrou no dito officio, *que* servirá sem ordenado algum emquanto *Sua Alteza* não mandar o contrário. *Lisboa* 26 de Fevereiro de 1674.

Diogo Gomes de Figueiredo.

Documento 97

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, do auto de posse que se deu a Manuel Vicente como mestre coronheiro das Ferrarias de Barcarena.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 1674.

AHM, Livro de Registo 2149A, Folhas 100, 100 verso e 101.

Auto de posse dada a Manoel Vicente em cumprimento da ordem acima

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1674 annos aos tres dias do mez de Março do dito anno fuy eu dito escrivão ao diante nomeado em companhia de Manoel Vicente conteudo na ordem atraz à ferraria de *Sua Alteza* à officina adonde se faz as coronhas adonde achei a Antonio Ferreira official de coronheiro, e notefiquey, e lhe li a ordem atraz declarada, a que elle disse não punha duvida, mas que lhe desse tempo para poder despejar as cazas, e sem embargo da sua reposta mandey ao dito Antonio Ferreira se pusesse na Rua, como se poz o dito Manoel Vicente entrou dentro nas ditas cazas apezoamdo-as com seus pes, e pondo as mãos pelas paredes abrindo, e fechado as portas, e janellas que nas ditas cazas estão, dizemdo que era em virtude da dita ordem tomava posse das ditas Cazas, e suas entradas, e sahidas, e serventia, e logradouros real, actual, civil, natural melhor se melhor lhe pertence pela dita ordem mansa, e pacificamente, e ao tempo da dita posse disse o dito António Ferreira tinha hum despacho posto ao pe de huma petição feita em seu nome de que o theor he o seguinte «*Senhor*; Diz António Ferreira Mestre Coronheiro das ferrarias de *Vossa Alteza*, que nelas assiste há trinta annos, *que Vossa Alteza* Manda tirar a requerimento de Manoel Vicente da dita officina, e porque não tem cazas para onde se possa acomodar com a brevidade que o *suplicante* requer. *Pede a Vossa Alteza* pelo amor de Deos lhe conceda oito dias de tempo para nelles buscar cazas em *que* se meta, visto o aperto em *que* está de *prezente*. Despacho "Comsedese ao *Supplicante* oito dias de *Lisboa* 27 de *Fevereiro* de 1674 annos = Com tres rubricas» E não dizia mais a dita petição, e despacho *que* torney a entregar ao dito Antonio Ferreira, e sem embargo do dito despacho houve por dada a dita posse ao dito Manuel Vicente, e ouve nella, e o dito Antonio Ferreira lhe entregou tres bancos em *que* se trabalha na dita officina, e assim mais lhe entregou ferramenta, *para* poder fazer hu official huma coronha de Mosquete, e forão testemunhas ao tomar da dita posse Antonio João official de serralheiro, e Miguel Roiz do mesmo officio, *que* todos aqui assignarão com o dito Manuel Vicente que tomou a dita posse, e eu Domingos da Costa escrivão do julgado de Barquerena termo da cidade de *Lisboa*, *que* o escrevi, e assiney = Domingos da Costa = Manoel Vicente = De Miguel Roiz testemunha huma cruz. = Antonio João = Registese o mandado, e auto de posse. *Lisboa* 9 de Março de 1674 = Figueiredo =

E declaro *que* depois de escrito o Auto atraz me foy dito pelo dito Antonio Ferreira *que* a elles se lhe estão devendo de obras que fizeram na dita officina 15 800; e tantos *reis* e que parecia razão se lhe pagarem porque sem isso não poderia mudar o seu fato, e sem embargo da sua reposta o houve por o houve por esbulhado da dita posse em *que* estava e a seu requerimento, escrevi estas regras que assiney = Domingos da Costa =

Senhor

Diz Antonio Ferreira, Mestre Coronheiro das ferrarias de *Vossa Alteza* que nellas assiste há trinta annos, *que Vossa Alteza* manda tirar a requerimento de Manuel Vicente da dita officina, e porque não tem cazas *para* onde se possa acomodar com a brevidade *que* o *Supplicante* requer. *Pede a Vossa Alteza* pelo amor de *Deus* lhe conceda oito dias de tempo *para* nelles buscar cazas em *que* se meta visto o aperto em *que* está E *Receberá Mercê*

Despacho do Conselho da Fazenda

Comcedese ao *Supplicante* oito dias. *Lisboa* 27 de *Fevereiro* de 1674. = Com tres rubricas. =

O Escrivão do julgado de Barquerena em cumprimento do mandado junto do Senhor *Thenente General* da *Artilharia* do *Reino* Diogo Gomes de *Figueiredo* dê posse da caza e officina em *que* nas ferrarias de Barquerena se obrão as coronhas a Mestre Vicente e nelle contheudo, e notifique a Antonio Ferreira *que* de *prezente* está nella, *para* que logo despeje como se tem ordenado, em as cartas da ordem do dito Senhor *Thenente General* da *Artilharia* se fará o Auto de posse. *Lisboa* 3 de março de 1673. = Agostinho Barbosa da Torre = Consertados com os proprios papeis, e assignou aqui o dito Manoel Vicente de como os levou Manoel Vicente =

Documento 98

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, do auto de posse que se deu a Pedro Ferreira, como mestre coronheiro das Ferrarias de Barcarena.

Lisboa, 11 de Abril de 1674.

AHM, Livro de Registo 2149A, Folha 104.

Despacho

Do Conselho da Fazenda sobre ser provido de Mestre coronheiro das ferrarias de Barquerena de *Sua Alteza* Pedro Ferreira filho de Antonio Ferreira, *que* era *mestre* das coronhas

O Thenente General da *Artilharia* mande recolher o provimento *que* estava dado a Manoel Vicente, e o passe ao filho de Antonio Ferreira para suceder a seu Pay, visto estar examinado, e os muitos annos, que o dito seu Pay tem servido. *Lisboa* 11 de Abril de 1674 = Com tres Rubricas = Dese posse como *Vossa Alteza* mamda pelo despacho acima. *Lisboa* 13 de Abril de 1674 = Diogo Gomes de Figueiredo. = Consertado com o proprio, e assignou aqui o dito Pedro Ferreira de como o levou = Pedro Ferreira

Documento 99

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, da ordem da Junta dos Três Estados para que o Tenente Geral remetesse armas e munições para as Praças de Peniche e Berlenga.

Lisboa, 9 de Julho de 1677.

AHM, Livro de Registo 2149A, Folha 249.

Ordem da Junta *para* o Temente General mandar remeter muniçoens *para* provimento das praças de Peniche, e Berlenga

O Thenente General da *Artilharia* Diogo Gomes de Figueiredo ordene se remetão *para* provimento das praças de Peniche, e Berlenga

2 Peças de bronze de 12 *Libras*
52 Mosquetes Barquerenos
50 Quintaes de polvora
20 Quintaes de murrão
800 *Varas* de grossaria *para* Cartuxos
200 Ballas de ferro de 12 *Libras*

E desta *Artilharia* e munições fará cobrar conhecimentos em forma dos *Almoxarifes* a que forem entregues, não só *para* satisfação dos *Almoxarifes* que entregarem estas muniçoens, mas também *para* que conste do *que* ellas importão *para* se restituirem a esta repartição *para* a da coroa no cazo em *que Sua Alteza* seja servido mandar resolver *que* assim se faça na consulta geral que nesta Junta se faz ao dito Senhor em *que* se lhe dá conta deste provimento. *Lisboa* 9 de Julho de 1677 annos. Rubricado com quatro rubricas dos Deputados da dita Junta

Documento 100

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, da carta de propriedade do officio de superintendente das Ferrarias de Barcarena passada a Agostinho Barbosa da Torre.

Lisboa, 20 de Junho de 1681.

AHM, Livro de Registo 2149A, Folhas 130 verso, 131 e 131 verso.

Carta

Da propriedade do officio de Superintendente das Ferrarias de Barquerena de Agostinho Barbosa da Torre

Dom Pedro por graça de Deos, Príncipe de Portugal, dos Algarves, daquem, dalem Mar, e Africa Senhor de Guiné da Conquista, Navegação, Comercio de Etiopia, Arabia, Persia da India etc^a. Como Regente e governador dos mesmos reynos faço saber aos *que* esta minha carta virem *que* tendo respeito á boa satisfação com *que* Vicente *Gonçalvez* Rebello me servio por espaço de muitos annos no officio de Superintendente das Ferrarias de Barquerena fuy servido fazerlhe merce por Alvará de 5 de Mayo de 668 *que* por sua morte o pudesse renunciar em seu sobrinho *Licenciado* Vicente *Gonçalvez* Rebello o qual por escritura outorgada em 20 de *Setembro* de 670 nas notas de Domingos de Barros Tabalião nesta cidade dezistio do direito *que* podia ter ao mesmo officio por querer seguir a faculdade de letras, e o trespassou com seu sobrinho Agostinho Barbosa da Torre em quem o dito seu tio Vicente *Gonçalvez* o Velho o renunciou em sua vida pela mesma escritura, e tendo eu consideração a tudo, e aos serviços *que* o mesmo Agostinho Barbosa me fez depois de despachado pelos primeiros no posto de capitão de huma das Companhias do Terço da guarnição da Praça de Cascaes, sendo Mestre de Campo delle Antonio Nunes Preto por espaço de quatro annos quatro meses e nove dias de sete de *Dezembro* de 664 até onze de *Abril* de 669 em *que* se reformou a sua companhia hindo em ella ao Exercito do Alemtejo, e com as mais do Terço quatro vezes em seis de Mayo de 665, em 10 de *Fevereiro* de 66, em o anno de 67 se embarcou na Armada, foy a correr a Costa, e depois de haver servido o dito officio de superintendente das ferrarias de Barquerena de serventia com bom procedimento hey por bem, e me praz de lhe fazer mercê da propriedade delle em satisfação com o qual haverá ordenado proes e precalços que tiverão seus antecessores *que* começarão a vencer do dia em *que* que tomar posse em diante: Pelo *que* mando ao *Tenente General* de *Artilharia* hade, e o juramento dos Santos Evangelhos que tem e verdadeiramente sirva guardando em tudo meu serviço, e o direito às partes de *que* se fará assento nas costas desta carta que por firmeza de tudo lhas mandey passar por mim assignada e sellada com o sello pemdente de minhas armas, *que* será registada nos livros de minha fazenda, e chancelaria, e nos da *Tenência Geral* de *Artilharia*; e esta merce ao mesmo Agostinho Barbosa lhe faço com declaração *que* havendo eu por meu serviço de em algum tempo lhe tomar, ou extinguir o dito officio por qualquer cauza *que* haja lhe não ficará por isso minha fazenda obrigada a satisfação alguma, em o Registos do Alvará *que* assim se refere se porão as verbas necessarias, e pagou de novos direitos 37.500 *reis que* forão carregados em receita ao *Thezoureiro* delles Jeronymo da Nobrega de Azevedo a *folha* 369, e deu fiança no *Livro* dellas a *folha* 83 *verso* a pagar outra tanta quantia. Manoel Dias de Amaral a fez em *Lisboa* a 20 de *Junho* de 1681 annos. = Manoel Guedes Pereira a fez escrever. = O Conde da Ericeira. = Carta de propriedade do officio de Superintendente das ferrarias de Barquerena *que* vagou por fallecimento de Vicente *Gonçalvez* Rebello de *que* *Vossa Alteza* faz merce por fallecimento digo faz *mercê* a seu sobrinho Agostinho Barbosa da Torre pelos respeitos acima declarados *para* *Vossa Alteza* ver. = Príncipe = Por resolução de *Sua Alteza* de 20 de *Novembro* de 670 pagou nada. = João de Roxas de Azevedo. = Registada na Chancelaria Mor da Corte e Reyno no *Livro* de Officios, e merces *folha* 219 Cosmo da Costa de Albuquerque = Fica assemtada e pagou 80 *reis* Lourenço Taveira Soares. = Pagou 200 *reis* e de avaliação 15.000 *reis*, e aos officiais 680 *reis* *Lisboa* 16 de *Abril* de 682, e fica posta verba que

requer na Chancelaria Mor D. Sebastião Maldonado. = Registada nos *Livros da fazenda* do Príncipe e nosso senhor da repartição da Índia *folha* 434, e posta a verba *que* requer *Lisboa* 21 de Abril de 1682 = Pedro de Araujo. = Registese 22 de Abril de 682. = Figueiredo = Houve posse, e juramento na forma da dita carta. *Lisboa* 22 de Abril de 682. = Diogo Gomes de Figueiredo = Concertada com a propria *que* levou o dito, e assignou aqui 22 de Abril de 1682. = Bartolomeu *Ferreira* Villaverde = Agostinho Barbosa da Torre =

Documento 101

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, do despacho do Conselho da Fazenda em que se mandou pagar o ordenado a Agostinho Barbosa da Torre como superintendente das Ferrarias de Barcarena.

Lisboa, 20 de Setembro de 1684.
AHM, Livro de Registo 2150, Folha 63 verso.

Registo de hum Despacho do Consselho da fazenda posto ao pe de hua petição sobre ser pago de seu ordenado. Agostinho Barbosa da Torre Superentendente das ferrarias de Barquerena

Com a carta do *offício* haja vista ao Procurador da fazenda Lixboa vinte de Outubro digo de Setembro de 1684 Com tres Rubricas dos ministros do Consselho da fazenda

Reposta do Procurador da fazenda
fiat iustitia

O Thenente Geral da Artilharia faça pagar ao *supplicante* O que lhe for devido ao *supplicante* De seu ordenado. *Lisboa* 23 de Setembro de 1684 Com tres Rubricas dos Ministros do Consselho da fazenda Registesse 28 de setembro de 1684 Rebello

Documento 102

Lisboa, 14 de Dezembro de 1685.
AHM, Livro de Registo 2150, Folha 70 verso, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal - 2ª Série*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1908, pp. 67-68].

«Mandado do Conde da Ericeyra sobre as Fabricas de Barquerena:

«O Conde da Ericeyra do conselho de estado de ElRey nosso s.r e veedor de sua fazenda & a. Faço saber aos que este virem que S. magestade que Deus goarde foi seruido mandar por resolução de seis de Nouembro proximo passado, tomada em consulta do conselho da fazenda, entregar a Roland Ducloz e a Claudio de Gramboas, as Ferrarias de Barquerena com os seus engenhos e petrechos, cazas, pumar e Moynhos a ellas anexos para estabelecerem fabrica de arame de toda a casta, canos de espingardas, Arcabuzes, Mosquetes a sua propria custa, por tempo de dez annos, que teram principio no dia que comessarem a laurar os engenhos que fizerem, com declaração que pagarão cada anno aos herdeyros de João Affonço de Castro os quatro moyos de trigo, que venssem em satisfação da importancia das terras, Moynhos e casas das ditas ferrarias e hum foro que outrossy se paga delles, ficandolhes liure os rendimentos dos dittos pumares, cazas e moynhos emquanto durar o tempo do seu contrato, e

do que obrarem nellas não hande pagar direytos, nem ciza; Pello que mando a vos Thenente general da artelharia que na forma sobredita mandeis entregar por inventario aos ditos Roland Ducloz e Claudio de Gramboas as dittas Ferrarias, engenhos e petrechos dellas p.^a no fim do dito contrato restituyrem tudo a fazenda de S. Mag.de, melhorado e não peorado, sem repetirem as bemfeitorias e gastos que fizerem e na mesma forma os ditos pumares e Moynhos como se declara nas condições do asento que tem feito desta fabrica, o qual se cumprirá com este emquanto senão poem corrente. Pedro de Araujo o fez em lix.^a a quatorze de Dezembro de seis centos e outenta e sinco annos. Manoel Guedes Pereyra o fez escreuer. - O Conde da Ericeyra.»

«Despacho do Thenente g.al:

«O escrivão desta Thenencia Bartolomeu Ferreira Villaverde vá as ferrarias de Barquerena e fazendo inuentario de todos os petrechos que nellas se acharem fará entrega a Roland decloz e Claudio de gramboas na forma que se ordena no mandado atras de que fará termo que asinarão os sobreditos. Lix.^a 22 de Dezembro de 685. - Manoel Ferreyra Rebello.»

Documento 103

Lisboa, 28 de Dezembro de 1685.

AHM, Livro de Registo 2150, Folha 70 verso, [publicado parcialmente por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal - 2ª Série*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1908, pp. 68-69].

«Termo de inventario que das couzas que se acharão nas officinas das ferrarias de Barquerena de S. Mag.de e das propriedades pertencentes a ellas de que se fez entrega a Roland decloz e Claudio de gramboas:

«Aos vinte e oito de Dezembro de seis centos e oitenta e sinco fuy eu Bartolomeu Ferreyra Villaverde escrivão da meza grande da Thenencia geral da Artelharia do Rn.^o com Roland decloz e Claudio de gramboas a freguezia de Barquerena termo desta cidade de Lixboa e citio donde estão as Ferrarias de S. Mag.de que estavam a cargo do superintendente Agostinho Barboza da Torre e em virtude do mandado atraz do Conde da Ericeyra Veedor da fazenda e despacho do Thenente general da artelharia do Rn.^o Manoel Ferreyra Rebello fiz inventario de tudo o que nas ditas ferrarias se achou e mais couzas pertencentes a ellas que me foi mostrado por Fran.co Gonsalves a quem o d.^o superentendente Agostinho Barboza hauia deixado as chaues por se dizer estava fora da terra e hauer ido a Villa Longa donde estaua, com o que fazendo abrir as portas das cazas das ditas Ferrarias se acharão nellas as couzas abaixo declaradas de que tudo fiz inventario pella maneyra e forma seguinte:

- # Tres forjas desbaratadas com seus foles, sem serviço
- # Tres safras de ferro coado
- # Hum verrumão de frojar
- # Dous malhos de agoa com suas safras desconcertadas
- # Hum ferro em *que* anda o peão do malho *grande*
- # Duas embaraçadeiras de ferro com *muito* uso
- # Noue tanazes de ferro que necessitam de cocerto
- # Dous malhos de ferro
- # Hum martelo do mesmo
- # Hua marra de ferro

Quatro moldes de ferro
 # Tres Craveiras de ferro
 # Um ferro de fazer alcarauizes
 # Hu andador
 # Hua Argola de furar os olhos dos malhos
 # Dous engenhos de verrumar com suas portas desconcertadas e sem seruiço
 # Sette verrumas de verrumar os canos uzados
 3 Dous Eixos
 # Duas Rodas grandes de Madeira em *que* cai agoa da leuada sem seruiço
 # Tres tornos em bom uzo
 # Tres Bigornas duas pequenas e hua grande em bom uzo
 # Oito tornos desmanchados e sem seruiço
 # Duas Thizoiras grandes de cortar ferro, desconcertadas
 # Tres limas grandes uzadas
 # Sette limas pequenas
 # Tres ferros de fazer ferragens *para* frascos
 # Dous Andadores
 # Hum martelo de taboleiro
 # Tres ferros de limar ferragens *para* frascos
 # Hum Barco de balanças desconcertado
 # Hum Pezo de duas arrobas de Bronze
 # Quatro Tarrachas sem seruiço
 # Dous machos de ferro sem seruiço
 # Dous Foles desbaratados sem seruiço algum
 # Quatro ferros de alimpar as bombas
 # Duas Porcas com seus ferros de fazer Culatras
 # Hum Signo de cobre pequeno

Casas em que se fabricavão as ditas Ferrarias e outras pertencentes a ellas:

Hua caza de officina de limar as Armas com seus taboleiros ao redor todos podres com hum sobrado por sima
 Mais outras casas contiguas as ditas em que se diz dormião os officiaes descubertas e desconcertadas terreias
 Huas cazas das Ferrarias onde estão as forjas

Hum asento de cazas com suas logeas e sobrados com sua escada pella parte de fora de pedra em que moraua, e trabalhava o mestre coronheiro, com seu pumar

Hum asento de cazas em que uiuia o Superentendente das ditas Ferrarias com suas logeas e sobrados e Pumar
 Huma caza de verrumar terraia

Hum Moinho com dous Engenhos, moentes e correntes que se achou velho digo (?) achou avello arendado o Superentendente Agostinho Barbosa a Bautezar *Ferreira* o qual declarou pagarlhe de renda tres alqueires de farinha cada somana e ter gastado no concerto e fabrica delle a quantia de trezentos e trinta mil *reis* por ordem do dito superentendente e que portestaua hauer a dita quantia por quem Direito fosse

«É feito o dito inventr.^o na forma que fica declarada dey posse de tudo o que nelle se conthem assy das ditas ferragens e propriedades a Roland decloz, e Claudio de Gramboas que presentes estavam de que lhe fiz entrega na forma que se ordena no mandado atraz com as condições e clauzullas que a elle se refere o que os ditos Roland decloz

e Claudio de Gramboas se derão por entregues e prometerão cumprir e goardar e de como se derão por entegues de tudo o contheudo no dito inventario asinarão comigo este termo. Em Barquerena dito dia Bartolomeo Ferr.^a Villaverde - Roland decloz - Claudio de Grambois.»

Documento 104

Lisboa, 13 de Maio de 1686.

AHMOP, MMR9, [publicado por Ana Catarina Miranda e Alexandra Baptista Fernandes, *Fábrica da Pólvora de Barcarena - Subsídios para um Roteiro de Fontes Arquivísticas e Bibliográficas*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1998, p. 74].

Monteiro mor do Reyno Amigo Eu El Rey vos envio muito saudar. As Ferrarias de Barquerena sempre se prouerão com caruão da Serra de Sintra quando as obras *que* nellas se fazião corrião pla minha *fazenda*. E *porque* agora fuy seruido de as dar a carlos de Gramboas, e a Rolando Ducelos *para* nelas obrarem fio de Arame e Armas e *para* este effeito necessitão de sessenta sacas de Carvão cada mez. Vos ordeno lhas deixeis fazer e conduzir da mesma Serra de Sintra. Escrita em *Lisboa* a 13 de Mayo de 1686

Rey

Em rodapé:

Para o Monteiro Mor do Reino

Documento 105

Registo do óbito de Vicente Gonçalves Rebelo, em Barcarena.

Barcarena, 9 de Julho de 1686.

IAN-TT, Registos Paroquiais, Livro 1 (1587-1767), Caixa 6 - 1686, Folha 40 verso.

E no mesmo dia noue de Julho de mil e seis centos e outenta e seis falleceo da vida *prezente* Vicente Goncalves Rebello *que* era morador em Bemfiqua, o qual veio a sepultar a esta *igreja* por ser sua a capella mor desta *Igreja* e por não caber o caixão pella porta do *Carneiro* se depositou em coua entre as pias da agoa benta a entrada da porta principal, dizem morreo confessado *somente* e não fez *testamento*. *Padre* Cura Manuel dos Santos de Sa

Documento 106

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, do despacho do Conselho da Fazenda que nomeou Bartolomeu Ferreira Vilaverde como escrivão de Carlos de Souza Azevedo, assentista da pólvora de Barcarena.

Lisboa, 8 de Agosto de 1690.

AHM, Livro de Registo 2150, Folha 93 e 93 verso.

Despacho do *Consselho* da *fazenda* a margem de hua carta do Tenente *general* sobre seruir *Bartolomeu Ferreira*

Vila Verde de escrivão do assentista Carlos de Souza em lugar de João Vaz Calado

Faleceu João Vaz Calado escriuão dos Armazes das Armas do *Reino* a quem *Vossa magestade* hauia mandado pello *Consselho* de sua fazenda os assentos do salitre que se entregasse a Carlos de Souza e Azevedo como tãobem os assentos de poluora que produzissem estas entregas para a qual arrecadação não pode deixar de hauer pessoa que escreua nos liuros distínados *para* este effeito. E porque o escriuão da Matriculla proprietário Bertolomeu *Ferreira Villaverde* he a pessoa capaz de poder servir a *Vossa magestade* nesta ocupação deve *Vossa magestade* mandar passar ordem pelo *Consselho* de sua fazenda *para* que o Thenente *geral* da *Artilharia* obrigue ao dito *Bartolomeu Ferreira* se empregue na dita ocupação por conuir asy ao serviço de *vossa magestade Lisboa* 8 de Agosto de 690 *Manuel Ferreira* Rebello

Despacho do *Consselho*

O escrivão da Thenencia *Bertolomeu Ferreira Villaverde* sirua esta ocupação na forma que aponta o Thenente *geral* dartilharia *Lisboa* 9 de Agosto de 690 Com seis rubricas

À margem:

na fee de officios que a *Bertolomeu Ferreira Villaverde* se pacou desde 13 de Março de 679 the 5 de Abril de 696 se faz menção de *que* tambem servia de escrivão do asento de polvora de Carlos de Souza

Documento 107

Registo, na Tenência Geral de Artilharia, de um despacho do Conselho da Fazenda sobre o pagamento devido a *Agostinho Barbosa da Torre* de 136.000 que dispendeu nas obras realizadas nas Ferrarias de Barcarena.

Lisboa, 7 de Outubro de 1690.

AHM, Livro de Registo 2150, Folha 93 verso.

Despacho do *Consselho* da fazenda sobre se mandar pagar a *Agostinho* Barbosa da Torre superentendente das ferrarias de *Barquerena* 136.000 que nellas dispendeu em obras que se fizerão.

O *Thizoureiro* dos Almazes *Cosme* da goarda *Fragoso* pague a *Agostinho* Barbosa da Torre os cento e trinta e seis mil *reis* contheudos na folha asima *para* o effeito que nella se declara pondosse as verbas necessarias *Lisboa* 7 de Outubro de 1690 = Rubricado com Tres Rublicas dos Ministros do *Consselho* da fazenda

À margem:

Oue pagamento *Agostinho* Barboza da Torre Superentendente das Ferrarias de *Barquerena* contheudo neste despacho da quantia de 136.000 que dispendeu nas obras que nas ditas Ferrarias se fizerão, a qual contia recebeo do *Thizoureiro* dos Almazes *Cosmo* da goarda *Fragoso* de que se pos aqui esta verba *Lisboa* 9 de *Outubro* de 690

Documento 108

Lisboa, 7 de Maio de 1692.

AHM, Livro de Registo 2150, Folha 100 verso, [publicado parcialmente por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal - 2ª Série*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1908, p. 69].

«Auto de soquestro feito pello Meirinho da Thenencia *geral* da *Artilharia* Luiz da Silva, em todos os bens *que* forão achados nas Ferrarias de Barquerena pertencentes ao defunto Claudio de Gramboas

Anno do nassimento de nosso *senhor* Jesu Christo de 1692 = annos aos 7 dias do mez de Mayo do dito anno fui eu escriuão com o Meirinho Luiz da Silva as Ferrarias citas em Barquerena, em uertude de hua ordem do *Thenente geral* Manoel Ferreira Rebello *que* ao diante hirá tresladada a fazer soquestro em os bens do defunto Claudio de Gamboas e juntamente na fabrica pertencete as ditas Ferrarias, o qual soquestro fes o dito Meyrinho, em os bens *que* achou nas ditas Ferrarias os quais são os seguintes» 5 @ e tres arrates de ferro fendido 1 - alauanca tambem de ferro 1 - Balança com conchas de pao com pezos *que* fazem 5 - quintaiz em *que* entram 2 @ de metal = 6 - Tamboretos de moscovia uzados - 1 escritorio de pao uzado 1 - bofetinho de pao com seus peis torneados, outro bofetinho forrado de moscovia com seus pés lizos, 2 cayxas de pao do Brasil, 2 bancas de pinho, 2 colchões, 1 - colcha branca 2 fronhas, 4 lancois, 2 Toalhas de mezas 4 toalhas de maos, 1 cayxa emcoirada velha 1 cayxinha pequena uzada 1 saya de estamemha em *muito* uso, 1 candieiro de latão pequeno de 3 lumes 1 - espelho com molduras de pao preto 2 quintaes de pregos de cuberta 1 - cortina de tafeté azul = O *que* declarou a veuva do defunto pertencer a fabrica das ditas Ferrarias he o seguinte 5 - martellos grandes de malhar, 3 mais pequenos, 13 tanazes grandes e pequenas, 5 crauadeiras de ferro, 2 talhadeiras de ferro *grandes* 4 pequenas, 2 - bigornas pequenas, 2 espetos de ferro grandes 4 limas de ferro grandes, 3 ferros de esgarauatar as forjas, 2 thesouras de ferro grandes 8 - Safras de ferro em *que* entrão duas quebradas hum malho do engenho com sua safra dous folles aparelhados = 1 linha de ferro

Documento 109

Registo na Tenência Geral de Artilharia de um despacho recebido do Conselho da Fazenda, em resposta ao requerimento apresentado pela viúva de Roland Duclos.

Lisboa, 23 de Dezembro de 1693.

AHM, Livro de Registo 2150, Folhas 118 e 118 verso.

Despacho do *Consselho* da *fazenda* sobre hua reposta do Prouedor dos Almazes Jorge da Franca dada no Requerimento da veuuu de Roland de Cloz sobre *Barquerena* e posse do superentendente

Senhor

O *Thenente General* da *Artelharia* do *Reino* tem satizfeito ao *que* apontey na minha reposta de 21 de Agosto proximo paçado preços porque se offeressem fazer entredoiro e minho, as *Armas* de fogo de Murrão não são commodos, cobrarense por conta de *Vossa magestade* digo da *fazenda* de *Vossa magestade* nas ferrarias de jornal não he conuiniente porque entendo ande sayir mais caras, e parese que se deue ordenar ao *Thenente general* faça *diligência* se ha quem as queira fazer de impreitada, dandoselhe as ferrarias de Barquerena que tenho por conuiniente que se conserue e nellas se obrem estas *Armas* sendo com conuinencia da *fazenda* de *Vossa magestade* e poderá assistir a esta *Fabrica* o superentendente pois logra o ordenado as quais se deuem tirar de poder da *Veuuu*

de Claudio de Gramboás *para* que de todo as não acabe de destruir e obrigalla se tiuer por onde a *que* as ponha no estado em que se entregarão *Vossa magestade* mandará o que for seruido *Lisboa* = Jorge da Franca

Haja vista o Procurador da *fazenda Lisboa* 8 de *Nouembro* de 693 = Com quatro Rubricas dos Ministros do *Consselho* da *fazenda*

Paresseme o mesmo *que* do Prouedor dos Almazes e *que* a viuua *que* se acha nestas ferrarias deue ser logo excluida dellas, e deue o Tenente *geral* dar conta do que acha ne *dilligência* que aponta o Prouedor dos Almazes = Com Rubrica do Procurador da *fazenda*

Ultimo Despacho do *Consselho*

O Thenente *General* da Artelharia proceda neste particular na forma da informação do Prouedor dos Almazes e reposta do Procurador da *fazenda Lisboa* 23 de *Dezembro* de 693 Com sinco Rubricas dos Ministros do *Consselho* da *fazenda*

À margem:

Esta informação do Prouedor do Almazes Jorge da Franca não tinha data e por essa cauza se não fes menção della neste Registo

Documento 110

Lisboa, 28 de Julho de 1695.

AHM, Livro de Registo 2150, Folhas 124 verso e 125, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal - 2ª Série*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1908, pp. 72-73].

«Registo de hua petição de Carlos de Souza e Azevedo:

Sñor

«Diz Carlos de Souza e Azevedo que pello Aluara junto lhe manda V. Mag.de entregar o citio das ferrarias de Barquerena, cazas e asenha, com suas pertenças p.^a nelle estabelecer dous moinhos de obrar poluora, reparar a leuada e asude tudo a sua custa ficandolhe o dito citio em propriedade p.^a uzar delle como couza propria vnido ao da caza da poluora q esta mistica a elles com as mais declarações expreçadas no dito Aluara. E porque Agostinho Barboza da Torre tem a posse do dito citio e ferrarias e lhe estauão carregados os materiais e fabrica em q se obrauão nellas as Armas os quaes pertenssem a V. Mag.de e o supplicante não necessita delles. P. a V. Mag.de lhe faça m.ce mandar ao Thenente g.al da artr.^a que na forma do dito Aluara lhe mande dar posse das ditas cazas, Moynhos e citios e q faça tirar e por em arecadação os materies refferidos q se acharem p.^a elle supp.e poder uzar só do que V. Mag.de lhe manda entregar. E. R. M.»

«Desp.^o do Cons.^o da faz.^a»:

«O Then.e Gn.al da Artelharia faça dar cumprim.to ao Aluara junto. Lix.^a 28 de julho de 695. - Com tres Rubricas dos Minystros do cons.^o da faz.^a»

«Desp.^o do Then.e Gn.al:

«O escriuão da meza grande Bar.eu Ferr.^a Villuerde depois de fazer dar posse das ferrarias a Carlos de Souza e Azevedo na forma do Aluara de S. Mag.de fará conduzir aos Almazes do Rn.^o as ferramentas e mais petrechos q se entregarão a Ag.^o Barbosa da Torre p.^a cujo effeito leuara o inuentario por onde se lhe fez entrega delles p.^a se confirir se fica deuendo alguas a fazenda de S. Mag.de p.^a cujo effeito leuará consigo o Meirinho desta Then.^a Lix.^a 22 de Ag^o de 695. - Rebello.»

Documento 111

Lisboa, 22 de Agosto de 1695.

AHM, Livro de Registo 2150, Folhas 124 a 125 verso, [publicado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal - 2ª Série*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1908, pp. 70-72].

«Sobre as ferrarias de Barq.na se darem ao assentista da Poluora obrada no Rn.^o Carlos de Souza co mais q a ellas pertenssem com obrigação de estabelecer 5 moynhos della a sua propria custa:

«Eu ElRey Faço saber aos q. este Aluara virem q. tendo consideração a pertencer o citio e a asenha em que se fabricarão as ferrarias de Barquerena á Capella e morgado q. João de Loredó instituhio na Igreja de São Martinho desta cidade de q. foi administrador Braz da costa e a se alvidrar em sua recompensa quatro moyos de trigo cada anno pagos a custa de minha faz.^a no Almox.do de Alges p.^a elle e os mais administradores os cobrarem emquanto me seruir da dita propriedade, e q não me querendo seruir della tornaria a ficar á mesma Capella e q. os seus administradores largarão p.^a minha faz.^a os ditos quatro moyos de trigo e os não hauerião mais como he declarado no padram q. se lhe paçou a dous de Feur.^o de mil quinhentos e nove a q susedo Manoel Borges de Souza e a elle seu filho Antonio de Souza Borges q os trespaçou com a d.^a cappella por ser de liure nomeação e não de sangue nem geração a Manoel Antunes q a dotou a seu genro João Affonço de Castro com sua filha Donna Mariana Pereyra de São Payo a quem succedeo sua filha Donna Joanna Luiza de Mendôça q de prezente a possuhe de postilla feita no dito padram a noue de Nouembro de seis centos e oitenta e sinco. E por me ser prez.te q de algus annos a esta parte estão as ditas Ferrarias devolutas e q nellas senão fabricão as Armas de fogo p.^a q se estabelecerão pagandosse todos os annos inutilmente os ditos quatro moyos de trigo e que convinha a meu serviço que nas ditas ferrarias e citio se fabricassem moynhos de poluora tão necessarios p.^a deffença destes Rn.os e ao mais que aserca deste particular me representou o Conss.^o de minha fazenda em consulta de vinte e sete de Abril deste prez.te anno e q era mais perciza a fabrica de poluora q. a de Armas. Hey por bem e me praz fazer m.e a Carlos de Souza e Azevedo do citio das ditas Ferrarias, casas, asenhas e mais pertenças, com a obrigação de estabelecer nellas dous moynhos de fazer poluora e reparar a leuada e asude tudo a sua custa ficandolhe o dito citio e propriedade p.^a uzar delle como couza propria para sy e seus herdeiros e suçessores, unido ao da caza da poluora q. está mistico a elle e de pagar cada anno a penção dos quatro moyos de trigo ao Almox.e de Algez de quem os hão de auer os administradores da dita Capella e de consseruar nos ditos citios sinco moynhos sempre prontos e capazes p.^a em todo o tempo se fabricar nelles poluora com declaração q todas as vezes q constar q nelles senão achão os ditos sinco moynhos de poluora e q tem faltado a esta obrigação por sy ou seus suçessores mandarei tomar posse dos ditos citios e moynhos com todas as bemfeitorias nelles feitas e nesta conformid.e as terão, posuhirão elle Carlos de Souza e Azevedo e seus herdeiros asy e da maneira q minha faz.da os tem e possuhe. Pello que mando aos Vedores de minha faz.da lhe fação dar nesta forma a posse das ditas propriedades e asentar no liuro do asentam.to do Almox.do de Alges os ditos quatro moyos de trigo da dita penção e leualos cada anno nas receytas das folhas de assentm.to delle p.^a se cobrarem do dito Carlos de Souza, e seus suçessores

como dito he do que se farão assentos nas costas deste Aluara q se cumprirá inteiram.te como nelle se contem o qual valerá como Carta sem embg.^o de seu effeito durar mais de hu anno e da ordenação do L.^o 2.^o, tit.^o 39 e 40 em contrario e de nouo direito pagou cem rs. q se carregarão ao Thizr.^o delle Joze Ribr.^o Cabral a fl.6 do L.^o primr.^o de sua receyta como se viu de hu seu Coc.to registado no L.^o primr.^o do registo g.al delle a fl. 6. Pedro de Araujo o fes em Lix.^a a trese de mayo de 1695. Manuel Guedes Pereira o fiz escreuer. - Rey. - O marquez de Alegrete. - Aluara porq V. Mag.de manda entregar a Carlos de Sousa Azevedo o sitio das ferrarias de Barq.^a, cazas e asenhas com seus pertences p.^a nellas estabelecer dous moynhos de poluora, reparar a leuada e asude tudo a sua custa ficandolhe p.^a uzar delle como cousa propria e p.^a seus sucessores vnido ao da caza da poluora mistico ao dito citio conservando em ambos sinco moynhos de obrar poluora q faltando elle, ou seus sucessores mandará V. Mag.de tomar posse delles e pagando todos os annos os quatro moyos de trigo q tem de penção o dito citio como asima se declara. Por resolução de S. Mag.de de 27 de Abril de 1695 - e desp.^o do Cons.^o da faz.^a de 4 de Mayo do dito anno Franc.co Mouzinho de Albuquerque - Reg.do no L.^o dos registos q serve na faz.^a de S. Mag.de na repartição da India q fl. ... em Lix.^a o primr.^o de Ag.^o de 1695. João de Andrade. - Pagou cem rs. e aos officiais 496 rs. Lix.^a 21 de Mayo de 695. - Dom Sebastião Maldonado. - Registado na chancelaria mór do Rn.^o no L.^o dos officios e merçes a fl. 240. - Manuel de Mendonça Leitão. - No L.^o da faz.^a de ElRey nosso sr. do Almoz.do do Reguenho de Algés a fl. 6 v.^o a margem do assento por onde D. Joana Luiza de Mendoça, tem quatro moyos de trigo pellas asenhas em q se fabricauão as ferrarias de Barquerena fica posto verba em q se declara q o Almoz.^o do dito reguenho hade cobrar os ditos quatro moyos de trigo de Carlos Sousa de Azevedo, e de seus sucessores por S. Mag.de lhe haver feito m.ce das ditas asenhas com a dita obrigação tudo na forma q se requere neste Aluara. - Lix.^a 22 de Ag.^o de 695. - Theixeira. - Registesse e desselhe posse. Lix.^a 22 de Ag.^o de 695. - Rebello.»

Documento 112

Lisboa, 29 de Agosto de 1695.

AHM, Livro de Registo 2150, Folhas 125 e 125 verso, [publicado parcialmente por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal - 2ª Série*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1908, pp. 73-74].

«Auto de posse q se deu a Carlos de Souza Azevedo, e por elle a seu procurador bastante Ignacio Pereyra, das ferrarias de Barquerena na forma do Aluará de S. Maj.de reg.do no L.^o 4.^o, que serve na Thenencia g.al da Artelharia do Rn.^o a fl. 124 e desp.^o do Then.e g.al da Art.a do Rn.^o asima:

«Aos vinte e noue dias de mez de Agosto de 1695 annos fui eu escriuão com o Meirinho da Then.^a Domingos Duarte, em prezença do escriuão da meza gramde Bm.eu Frr.^a Villaverde e de Verissimo Delgado e Ant.^o João moradores, hu junto as ferrarias e outro no logar da serra, às ferrarias de Barq.na em cumprim.to do desp.^o retro proximo do Then.e g.al da Artr.^a do Rn.^o Manoel Ferr.^a Rebello, dar posse das dittas ferrarias com todas suas pertenças, asenha, pumares caza da poluora a Carlos de Souza e Azevedo, que com effeito tomou por elle seu procurador Ignacio Pereira, em uirtude de hua procuração que dou fee ser do d.^o Carlos de Souza e Azevedo, do que de tudo lhe deu a posse o Meirinho D.os Dut.e em companhia de mym escriuão real e pessoal entrando nas ditas propriedades fechando, e abrindo as portas e fazendo as serimonias que em semelhantes auctos se fazem e conedem, por bem dos quaes e da ordem refferida tomou a dita posse sem contradicção de peçoa algua, e o dito Meirinho lha ouue por dada e emcorporada real, actual, sivel e natural, tudo na melhor forma que em direito aja lugar mais firme e valiozo seja, em fee de que fiz este auto que asiney com o dito Meirinho e o dito escriuão Bartholomeu Frr.^a Villa verde e as testemunhas atraz declaradas, e dou fee passar tudo na verdade

em o d.º dia mez e anno atraz declarado, que asiney com o dito Meirinho - Luiz Ferr.ª Barrocas - Bartholomeu Frr.ª Villa uerde - D.os Duarte - Verissimo delgado - de Ant.º João hua cruz - Ignacio Pereyra - Registesse. Lx.ª 30 de Ag.º de 695. - Rebello.»

«Registo do invent.º das couzas de Barquerena:

- # Dous folles
- # 3. safras de ferro
- # hum Malho com duas safras mais
- # hum ferro em que handa o pião do malho
- # Duas abraçadeiras de ferro
- # Noue tanazes de ferro
- # Dous malhos e hum Martello
- # Hum Marram
- # tres craveyras de ferro
- # Hum ferro de fazer alcaravissas
- # Hua argola de ferrar os malhos
- # Os dous Engenhos de varrumar estão podres e não vão
- # Os dous eyxos e duas arrobas grandes em que caye aagua estão podres e não vão
- # Oito tornos e duas Bigornas
- # Duas Thizoiras grandes
- # Tres limas grandes duas pequenas
- # Hum ferro de fazer ferrage *para* frascos
- # Hum Braço de Balança
- # Hum martello de taboleiro
- # Hum pezo de Bronze de duas arrobas
- # Quatro tarrachas em seu Lugar, duas fieyras de tomar digo de tirar arame
- # O Sino pequeno de bronze fica na ferraria por senão poder tirar

«O que tudo vio o dito Alcayde, entregou aos ditos carreyros em minha presença e do Meirinho Domingos Duarte, de que lhe fiz entrega aos ditos carreyros p.ª de tudo darem conta como fazenda de S. Maj.de que he, do que fiz este emserramento que asiney com o Meirinho Domingos Duarte e o dito Alcayde Pedro João, testemunhas Virissimo Delgado e Ant.º João que tambem asinarão - Barq.ª 29 de Agosto de 695 - e eu Luiz Frr.ª Barrocas, escriuão do dito Meir.º o fiz e asiney - Luiz Frr.ª Barrocas - Domingos Duarte - Verissimo delgado - De Ant.º João hua cruz - De Pedro João.»

Documento 113

Legenda da planta da Fábrica de Pólvora, em Barcarena, mandada fazer por Martinho de Melo.

22 de Agosto de 1775.

CEAM, Planta nº 678 1-4-7.

Legenda

- 1 - Páteo do Sol
- 2 - Casas de recolher os taboleiros
- 3 - Casa do Barrillame
- 4 - Casa da Balança
- 5 - Casa onde se recolhe a lenha para a estufa
- 6 - Casa do Forno
- 7 - Casa de estufa
- 8 - Casas de arpar
- 9 - Casa do granizo
- 10 - Casa do engenho de cuque
- 11 - Armazém que se estava fazendo
- 12 - Páteo das comportas das rodas dos engenhos
- 13 - Cazas dos mossos
- 14 - Armazém das rodas dos engenhos
- 15 - Cazas dos engenhos que trabalham com água
- 16 - Caza do depósito da pólvora das tarefas
- 17 - Cazas onde mora o mestre dos engenhos
- 18 - Cazas ocupadas pelo Apontador
- 19 - Caza da guarda
- 20 - Ermida
- 21 - Pátios
- 22 - Cozinhas
- 23 - Reserva de água
- 24 - Caza dos canos da pólvora
- 25 - Abogoaria
- 26 - Depósito da pólvora em massa e grão
- 27 - Assude
- 28 - Cazas ocupadas pelo Feitor
- 29 - Caza que serviu de azenha
- 30 - Cazas cahidas

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
13, Oeiras, Câmara Municipal, 2005, p. 195-320

CORRESPONDÊNCIA DE JOAQUIM FONTES (1892-1960). CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA PENINSULAR.¹

João Luís Cardoso²

Ana Ávila de Melo³

O Prof. Doutor Joaquim Fontes foi pioneiro da arqueologia oeirense ao ter realizado as primeiras sondagens arqueológicas no povoado pré-histórico de Leceia, actualmente uma das estações mais relevantes do ocidente peninsular. Conquanto tais trabalhos tivessem alcance limitado, já pelo curto tempo da sua realização, já pela metodologia utilizada, tiveram o mérito de voltar a chamar a atenção para uma estação então há muito esquecida. Perfazendo-se, em 2005, 50 anos sobre a publicação daquelas explorações, deveria tal efeméride ser convenientemente assinalada. Tal é o propósito, agora concretizado, com a divulgação do epistolário do ilustre arqueólogo e catedrático da Universidade de Lisboa, na parte que respeita à Pré-História e Arqueologia constituindo, também, um preito de homenagem à sua memória.

1 - INTRODUÇÃO

No decurso do levantamento da documentação de interesse arqueológico efectuada em 1999 no Arquivo Histórico do extinto Instituto Geológico e Mineiro, no âmbito de outro trabalho (CARDOSO & MELO, 2001), foram identificados dois maços com a indicação de “Correspondência de Joaquim Fontes”. Estes maços integram cartas, postais e ofícios recebidos por Joaquim Fontes e dois rascunhos de cartas por ele expedidas, num período que medeia entre 1910 e o final da década de vinte do século passado. Mais tarde, em 2004, já com parte do referido material devidamente inventariado e acondicionado no Arquivo Histórico do actual Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, obteve-se autorização para fotografar postais diversos os quais, em 1999 não tinham sido reproduzidos através de fotocópia. São esses dois conjuntos que agora se estudaram.

¹ O primeiro signatário encarregou-se das notas apresentadas no fim de cada uma das espécies publicadas, cuja transcrição foi da responsabilidade do segundo signatário. As reproduções fotográficas são da autoria de B. Ferreira.

² Agregado em Pré-História. Professor Catedrático da Universidade Aberta (Lisboa), Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras.

³ Técnica Superior do Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa).

O interesse para a História da Arqueologia Peninsular de tal documentação foi de imediato reconhecido.

Com efeito, o conjunto em causa abrange um período – a I República e início do Estado Novo – sobre o qual a historiografia arqueológica nacional pouco se debruçou. Por outro lado, o conjunto documental é quase exclusivamente de natureza científica, correspondendo a cartas e postais trocados entre Joaquim Fontes e arqueólogos portugueses e espanhóis de renome, bem conhecidos de todos quantos entre nós se dedicam à Arqueologia – e à Arqueologia Pré-histórica em particular – como é o caso, entre os portugueses, de J. Leite de Vasconcelos, Luís Chaves, Vergílio Correia, Eugénio Jalhay, Félix Alves Pereira, e, entre os espanhóis, de E. Hernández-Pacheco, Juan Cabré, P. Bosch-Gimpera, H. Obermaier e o Conde de la Vega del Sella.

O notável conjunto de personalidades do país vizinho representado na correspondência constituía poderoso motivo para dar à estampa este acervo, visto serem quase completamente desconhecidas, até agora, quaisquer relações científicas mantidas neste domínio, entre investigadores dos dois países, no período em causa, representando, deste modo, interessante contributo para a história das relações científicas luso-espanholas. Tais relações científicas, bem entendido, jamais assumiram, da parte portuguesa, um aspecto oficial: Joaquim Fontes não desempenhava então qualquer papel de relevo na hierarquia do funcionalismo público ou do poder político (era tão-somente um jovem promissor, primeiro ainda aluno da Faculdade de Medicina de Lisboa, depois simples assistente da mesma escola); despertou, no entanto, a atenção de importantes arqueólogos de Espanha e de França, certamente pelo entusiasmo e intensa actividade que evidenciava, até na assiduidade com que comparecia em diversas reuniões internacionais, no decurso da primeira metade da década de 1910, nas quais, invariavelmente, apresentou comunicações sobre o Paleolítico dos arredores de Lisboa, que despertaram interesse. Com efeito, o Paleolítico era um dos períodos da pré-história portuguesa até então quase desconhecido, e a Joaquim Fontes se devem importantes contributos para inverter tal situação, no seguimento da descoberta, em 1909, da célebre estação do Casal do Monte, às portas da capital, por si realizada, ainda aluno finalista do Liceu.

A sua actuação além-fronteiras aproximava-se, assim, da de outro então jovem arqueólogo português que, mercê dos meios pessoais, frequentou nessa época, os mesmos areópagos internacionais: Francisco Tavares de Proença Júnior, de quem Carlos Fabião traçou recentemente pormenorizado perfil bio bibliográfico (FABIÃO, 2004).

No caso presente, a totalidade do espólio de Joaquim Fontes que aborda temática no domínio da arqueologia foi transcrito e comentado, com excepção da correspondência de J. Leite de Vasconcelos, que será objecto de estudo próprio, que incluirá também a publicação dos originais enviados por Joaquim Fontes, conservados no arquivo do fundador do Museu Nacional de Arqueologia.

2 – JOAQUIM FONTES, ARQUEÓLOGO

A vida e obra de Joaquim Fontes foram já apresentadas por diversos arqueólogos, que o conheceram e com ele privaram. Enquanto estudante, depois assistente, e, finalmente, professor catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa, a relevância do seu labor no campo da Arqueologia, tanto ao nível estritamente científico, como no domínio associativo e de incentivador de tais estudos, justificou que a Associação dos Arqueólogos Portugueses, de que foi Presidente ininterruptamente entre 1944 e 1960, o ano da sua morte, prestasse homenagem à sua memória: primeiro, com a publicação de um volume da revista *Arqueologia e História*, que veio a lume logo no ano de 1961; depois, com a realização das II Jornadas Arqueológicas, em 1972, que também lhe foram dedicadas, cujas actas se publicaram em 1973 (vol. I) e 1974 (vol. II). Ali se apresentaram importantes contributos de Afonso do Paço, Fernando de Almeida, António de Castelo Branco, O. da Veiga Ferreira, M. Farinha dos Santos e Mário de Sampaio Ribeiro, que bem evidenciam a figura ímpar do destinatário da correspondência que ora se publica. Não é, pois, necessário, repetir os depoimentos que outros, com maior propriedade, já prestaram do Prof. Doutor Joaquim Moreira Fontes, rementendo o leitor para tais testemunhos, sempre feitos na primeira pessoa.

3 – A DOCUMENTAÇÃO

O presente espólio documental é constituído por cartas, postais e ofícios, conservados no Arquivo Histórico do IGM – Maço 41, Pastas 1 e 2, ordenados cronologicamente e por autor; por último, apresenta-se a correspondência avulsa, constituída por apenas uma espécie de cada autor.

Em cada conjunto pertencente a um só autor, as espécies foram também organizadas cronologicamente, adoptando-se o mesmo princípio naquelas que apenas indicam o dia e o mês, correndo-se, naturalmente, o risco de, neste caso, aquele princípio não ter sido respeitado. No entanto, os assuntos tratados permitiram, em muitos destes casos, situar o ano a que pertencem; tal foi o caso da correspondência enviada por Eugénio Jalhay.

A maioria da documentação é constituída por espécies provenientes de Espanha, sendo menor, mas nem por isso menos significativo, o volume da correspondência com arqueólogos portugueses; tal situação deve-se, em parte, à opção de não publicar, por ora, a correspondência recebida de J. Leite de Vasconcelos, como atrás se referiu; mas a principal razão funda-se na grande preocupação, manifestada por Joaquim Fontes logo no início da sua carreira como arqueólogo, em estreitar os laços de colaboração com colegas espanhóis. Esta realidade, até ao presente desconhecida, é, repita-se, de grande interesse para o conhecimento das relações científicas luso-espanholas num período ainda muito obscuro, correspondente à I República portuguesa e ao fim da Monarquia espanhola, imediatamente anterior à implantação do regime republicano naquele país. Trata-se, pois, de situação de evidente relevância científica a localização e valorização do presente espólio documental; mas o seu estudo, como não podia deixar de ser, levantou

problemas específicos, nomeadamente quanto à metodologia e às normas de transcrição a adoptar. Optou-se por uniformizar a transcrição das espécies portuguesas, espanholas e francesas, seguindo critério estabelecido anteriormente (CARDOSO & MELO, 2001).

Assim, as cartas e ofícios são transcritos tal qual foram escritos, pelo que eventuais omissões ou ortográficas, tanto nas cartas em língua portuguesa, como naquelas em língua castelhana e francesa, não serão corrigidos; as sílabas ou palavras ilegíveis são apresentadas do seguinte modo: (...); são transcritas todas as assinaturas legíveis; são utilizadas as abreviaturas s. l. ou s. d. sempre que as cartas e ofícios não tragam menção de local ou data; as dúvidas de transcrição vêm assinaladas com (?); as frases e palavras legíveis, mas riscadas pelo próprio autor da carta vêm entre (); enfim, as propostas de reconstituição de sílabas ou palavras estão assinaladas entre [].

Na transcrição não se mantêm as elisões e ligações entre palavras, frequentes em alguns documentos; tal foi considerado dispensável, para se evitar eventuais erros ou dificuldades de leitura desnecessárias, para além daquelas que a transcrição destes documentos apresentaram.

Quanto às abreviaturas, ao contrário do procedimento geralmente adoptado, consistindo no desenvolvimento de abreviaturas em documentos anteriores ao século XIX, as abreviaturas em uso no século XX ainda se afiguram familiares, dispensando o seu desenvolvimento, no caso de serem em língua portuguesa. No caso de cartas e postais em língua castelhana e francesa, as dificuldades são, no entanto reais, pelo que se manteve a adopção do mesmo critério, mas por razões opostas. De qualquer modo, trata-se de questão secundária, no quadro do trabalho em causa.

O endereçamento das cartas, mesmo tratando-se do mesmo autor, pode aparecer no fim, no início, ou mesmo no meio da missiva, quando se muda de página; respeitou-se também a transcrição fiel do documento, no concernente a este aspecto.

Sempre que foi apresentado papel timbrado pessoal ou de instituições, foi transcrita também mais essa informação, sem prejuízo de se ter considerado fundamental a reprodução fac-similada dos espécimes mais representativos.

As notas e esclarecimentos a nomes e assuntos que as missivas eventualmente mencionem, apresentam-se no fim da transcrição de cada documento; achou-se preferível tal opção, em detrimento de acumular todas as notas em texto corrido, no fim do artigo, ou de os reduzir a notas de rodapé: ambas as alternativas tinham o inconveniente de dificultar a imediata ligação do texto aos próprios comentários por ele sugeridos, os quais, no modelo adoptado se afiguram de mais fácil leitura, tendo como objectivo a melhor compreensão dos conteúdos de cada um dos documentos.

3.1 – Correspondência com Eduardo Hernández-Pacheco

3.1.1 – Carta dactilografada. Papel timbrado.

MUSEO DE CIENCIAS NATURALES

DIRECCIÓN

MADRID (HIPÓDROMO)

19 de Enero 1916

Muy Sr. mio y querido compañero:

Dispensa V. mi tardanza en contestar á sus dos cartas, las que he encontrado á mi regreso á Madrid despues de una ausencia que asuntos de familia han retrasado mucho mas de lo que creía.

Su carta me anima mucho á esperar que llegue un acuerdo entre portugueses y españoles respecto á la organización de estudios algo intensivos de prehistoria ibérica. Por lo que han dado de si los descubrimientos de los últimos años se ve que España es un verdadero Museo de Arte prehistórico, pues además de lo publicado por el abate Breuil en Francia y por nosotros desde 1913, tenemos en preparación una grande cantidad de materiales. Ya sabe V. que las cavernas del Norte de España con industrias paleolíticas son tan numerosas que la región es aún mas abundante que la Dordoña. Así es que hay campo para que los prehistoriadores de Portugal hagan en España trabajos en abundancia. Alguno de los elementos jóvenes de que V. me habla, á quienes les gusta el estudio del paleolítico, podría si quiere venir á auxiliar en las excavaciones que aún he de hacer este verano en la interesante caverna con pinturas y grabados magdalenenses de La Peña, en Asturias, cuya monografía preparo. Pudiendoles ofrecer durante su trabajo una gratificación semejante á la de los jóvenes españoles que han realizado trabajos análogos.

Seguramente en Portugal se continuan las estaciones pictóricas como en Extremadura y tenemos el proyecto de explorar por ejemplo la Sierra de San Mamede, que podríamos hacer en colaboración portugueses y españoles (1).

Mucho puede hacerse con la cooperación de prehistoriadores de ambos paises. Como no es facil llegar por carta á un acuerdo lo mejor será hablar y á este efecto es muy posible que les hagamos una visita pronto, bien con motivo de la misión española que se está organizando en la cual podría ir, ó independientemente.

Lo que se acuerde de prehistoria y sobre todo las reuniones científicas, una vez en un pais y otra en otro donde nos conozcamos y tratemos mas íntimamente los geólogos de las dos naciones y en general los naturalistas y especialistas en las demás ciencias, redundará seguramente, en beneficio de ambos paises. Tuve el placer de que fues V. nombrado Corresponsal de la Soc. Esp. de Historia Natural, su antigua conocida de los tiempos de Macpherson y Calderón mis maestros. Conviene que nos envíe sus titulos para insertarlos en la lista de socios, pues yo he puesto lo que sabia unicamente (la Comisión del Servicio geológico y Academia de Ciencias) (2).

Sin otra queda de V. suyo aff. amigo y compañero que le desea feliz año nuevo
Eduardo HPacheco
(assinatura legível)

NOTAS

1 – Na serra de S. Mamede (distrito de Portalegre) conhecem-se actualmente diversos abrigos sob rocha existentes em cristas de quartzitos ordovícicos, com pinturas esquemáticas pós-paleolíticas. Na época, eram já conhecidas as pinturas do abrigo da Senhora da Esperança, em Valdejunco (Arronches), publicadas pelo eminente pré-historiador francês Henri Breuil em 1917, na sequência de notícia anteriormente dada à estampa por Eduardo Hernández-Pacheco, em Junho do ano anterior (BREUIL, 1917, p. 17). Pode, pois, concluir-se que era propósito de Hernández-Pacheco efectuar publicação conjunta com investigadores portugueses, não fosse o caso de Henri Breuil ter, de certo modo, inviabilizado essa ideia com a publicação monográfica que fez daquela descoberta. Não deixa de ser curioso verificar que a referida publicação foi efectuada em Portugal, em revista dirigida por Vergílio Correia, que nessa época já mantinha contencioso com Joaquim Fontes. Ver Nota 2, Documento 3.3.24.

2 – Joaquim Fontes não pertencia à Academia das Ciências de Lisboa, nem à Comissão dos Serviços Geológicos; a alusão a esta última instituição explica-se, apenas, pelo facto do então jovem arqueólogo ser seu assíduo frequentador, mas apenas na qualidade de simples colaborador. Relembre-se, ainda, que ambas as instituições partilhavam (e partilham) o mesmo edifício, o que poderá ter justificado a confusão de E. Hernández-Pacheco.

3.1.2 - Carta. Papel timbrado.

MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES
LABORATORIO DE GEOLOGÍA
MADRID - HIPÓDROMO

22 -1- 1916

Muy Sr mio y distinguido amigo: Mucho le agradezco las muy interesantes publicaciones que respecto a prehistoria de Portugal me ha enviado y que he encontrado en mi laboratorio al regreso de una larga expedición por Extremadura. Adjunto le envio dos de mis ultimas publicaciones respecto a estas cuestiones y por una de ellas podrá V. juzgar la abundancia de yacimientos del paleolítico superior que en España existen especialmente en el Norte de donde tenemos muy buenas colecciones.

Me extraña que no encuentren Vdes en Portugal pinturas prehistoricas al aire libre, seguramente las hay

en abundancia y una busca de ellas seguramente daría muy buenos resultados, especialmente las de época neolítica y eneolítica.

A Mr. Choffat (1) he escrito respecto a la conveniencia de unirmos para estas investigaciones portuguesas y españolas, y por mi parte mi laboratorio está por completo a su disposición teniendo gran placer en que nos ayudasen en las excavaciones y trabajos en España y ofreciendonos en lo que pudamos serles útiles respecto investigaciones en Portugal.

Es muy probable que pronto vaya a Lisboa y tendré mucho gusto en conocerlo personalmente.

Suyo aff. s

q. e. s. m.

Eduardo HPacheco

(assinatura legível)

NOTAS

1 - Paul Choffat, eminente geólogo de origem suíça, funcionário da então designada Comissão dos Trabalhos Geológicos, falecido em 1919.

3.1.3 – Postal timbrado do Museu Nacional de Ciências Naturales (Fig. 1).

MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES

MADRID (HIPÓDROMO)

LABORATORIO DE GEOLOGÍA

PROFESOR E. HERNÁNDEZ PACHECO

Madrid 1 abril 1916

Mi distinguido amigo y colega: Estaba escribiéndole una larga carta con los datos que me pedía pero un asunto urgente me obliga a suspenderla. Dentro de pocos días recibirá toda la colección de las publicaciones de la Com. de Invest. Paleont. Prehist. (1) incluso un libro El hombre fósil del Prof. Obermaier que se acaba de publicar (2) y un gran folleto "Nomenclatura de voces técnicas y de instrumentos típicos del paleolítico" que estará de aquí a 4 ó 5 días (3).

Quería ir a Lisboa a saludarles esta semana santa pero temo que mis asuntos de familia en Extremadura me hagan retrasarlo hasta Mayo.

Salude de mi parte al Sr. Choffat (4).

Suyo aff.

EHPacheco

(rubrica legível)



Madrid 2 Abril 1916

Alti distinguido amigo y colega: Estaba recibiendo una larga carta con las datos que me pedía pero un asunto urgente me obliga a responderle. Dentro de poco día recibiré toda la colección de la publicación de la Com. de Geol. paleont. y geol. incluso un libro El hombre fósil del prof. Obanvair que se acaba de publicar y un pequeño folleto "Nomenclatura de voc. técnicas e instrumentos típicos del paleolítico" que está de imprenta y lo mismo le avisé a Lisboa a todos las personas que ya poro tener que mis asuntos de familia en Chetumal me hacen retrasar hasta Mayo salude de mi parte al Sr. Choffat. E. H. Pacheco

Fig. 1 - Postal timbrado de Eduardo Hernández-Pacheco (Documento 3.1.3).

NOTAS

1 – Trata-se da Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, que, entre 1913 e 1935 desenvolveu notável actividade no âmbito dessas duas áreas científicas, promovendo investigações e valiosas publicações de carácter monográfico. A história desta Instituição tem sido especialmente estudada por M. de la Rasilla Vives (RASILLA VIVES, 1997, 2004).

2 – É a notável obra que constitui a Memória nº. 7 (Série Pré-Histórica) da referida Comissão, publicada em Madrid em 1916, a qual conheceu 2ª. edição em 1925 (OBERMAIER, 1925).

3 – Trata-se da Memória nº. 8 (Série Pré-Histórica) daquela Comissão, também editada em 1916.

4 – Ver Documento 3.1.2, Nota 1.

3.1.4 – Carta. Papel timbrado.

MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES
LABORATORIO DE GEOLOGÍA
MADRID - HIPÓDROMO

8 Abril
~~21 Marzo~~ 1916

Mi distinguido colega y amigo:

El Sr. Cabré me entrega una carta de V. en la que pide datas para hacer una nota respecto a nuestra comisión.

Como he sido el organizador de ella a la vez que del reciente movimiento respecto a Geología en el Museo puedo darle algunos detalles.

En España se constituyó hace unos cinco o seis años la Junta para ampliación de estudios e Investigaciones científicas la cual despues de muy convatida al principio por elementos politicos de la derecha se afiancó en el pais y tiene asignada en los presupuestos del Estado una cantidad bastante elevada, y obra con completa autonomia. Al frente de ella están personas de mucho prestigio en la ciencia española, algunos politicos, pero de todas las tendencias y partidos. El presidente es el Dr. Cajal, eminente Histologo y el secretario el aluno de ello, es el profesor Castillejo de la Universidad, hombre que conoce muy bien los problemas pedagogicos de la enseñanza superior y que ha estudiado mucho esto en el extranjero (por cierto como varias personas de la Junta amigo de vostro Presidente de la Republica Dr. Bernardino Machado). Una vez afianzada la Junta subvencionó con cierta cantidad al Museo Nacional de Ciencias Naturales para la investigación científica y publicación de trabajos (1). El

Profesor Bolívar (miembro de la Junta) se encargó de organizar lo conveniente a Biología y a mí me comisionaron para que organizase lo relativo a Geología. En el Museo desde entonces se dan enseñanzas completamente libres de divulgación y se realizan investigaciones de lo cual son muestra las publicaciones de la serie Geológica (por lo que respecta a esta Ciencia) El primer trabajo se publicó a fines de 1912 (Itinerario geológico de Toledo a Urda) y el último del Profesor Obermaier El Glaciarismo cuaternario de la Sierra de Gredos, acaba de publicarse. Trabaja con nosotros el Profesor Fernández Navarro de la Universidad de Madrid y los demás son en su mayoría jóvenes doctores que después se reparten por los centros de enseñanza, quedando unidos al laboratorio y al Museo por lazos de comunidad en el trabajo.

La Junta destina una cantidad anual que se reparte en gratificaciones al personal fijo (en proporción modesta pues la mayoría tiene sus puestos en otras partes), pagos de gastos de viajes en excursiones, excavaciones paleontológicas ó prehistóricas... material científico, etc. Además subvenciona todos los años con cierta cantidad para la adquisición de libros y revistas y edita además todos los trabajos y memorias que se publican.

Como al organizarse esos trabajos de Geología estaba en España el Profesor Breuil con otras personas del Instituto de paleontología humana de París, estudiando las cavernas de la región cantábrica (vease mi discurso de Valladolid pag. 11 a 44) y su proceder no era muy correcto para con los españoles pues aunque hacían figurar en los cubiertos de los trabajos nombres de los españoles que descubrieron las cavernas, como colaboradores, pero sin permitirles la menor intervención en la redacción de la memoria creí que debíamos organizar en España el estudio intensivo de la prehistoria patria (2). Para esto me avisté con el Marqués de Cerralbo, persona de gran fortuna, que destinaba todos los años grandes cantidades a excavaciones arqueológicas y prehistóricas, objetos que regalaba a los Museos nacionales, y en el Sr. Cabré / ^{que era} a modo de su secretario y dibujante en las cosas de índole arqueológica, / ^{el cual} dada la amistad que el marqués tenía con el abate (~~Bru~~) Breuil, le acompañaba / ^{a este} en sus correrías por toda España auxiliándose como dibujante y fotógrafo y por lo tanto con una preparación grande en la copia de las pinturas rupestres pues había realizado ya varias campañas con Mr. Breuil y conocía bien todas estas cuestiones. Además ya estaba en relación con el Conde de la Vega del Sella, que en Asturias (después de una preparación previa que hizo en el extranjero) se dedicaba a excavaciones de índole prehistóricas en el Norte de España.

Con estos elementos iniciales se constituyó la Comisión de Investigaciones paleontológicas y prehistóricas (3), que tiene su domicilio en el Museo de Madrid, y depende de la Junta para ampliación de Estudios. El Marqués de Cerralbo aceptó el cargo de Director, cargo en cierto modo honorífico pues sus muchas ocupaciones políticas y su edad no le permiten dedicar toda su actividad a estas cuestiones, pero es un mecenas, en cierto modo, pues ha excavado en grande alguna ciudad ibérica, varias necrópolis ibéricas ó prerromanas, y el yacimiento chelense de Torralba con gran cantidad de elefantes fósiles con hachas chelenses y tiene varias personas encargadas de realizar estos trabajos a su expensas en la provincia de Soria y parte de Guadalajara que es la región que le interesa.

Esta nueva corporación surgió por una sencilla orden del Gobierno (por pura fórmula) y depende en

absoluto de la Junta para Ampliación de estudios. No tenemos reglamento, pues creemos que estas cosas mas bien atan que favorecen el desarrollo de estas cuestiones y vivimos con una subvención de la Junta para Ampliación de Estudios, en forma que podemos hacer transferencias de las cantidades destinadas a los estudios de Geología a las destinadas a las de Prehistoria y vice-versa.

Actualmente, con ocasión de la guerra trabaja con nosotros el profesór Obermaier, persona, aparte de su gran competencia, muy amable y de excelentes condiciones personales; no sé despues de la guerra si volverá a su puesto del Instituto ^{de Paleontología} humana de Paris, a su país, ó quedará entre nosotros de un modo semejante a como el profesór Choffat está entre vosotros.

El sistema que tiene la Junta es confiár en una persona la cual lleva la responsabilidad de la marcha del centro ó Comisión, designa las personas que han de trabajar, les fija la gratificación por trabajos de campo. & ou X (?) y acuerda las Memorias que han de publicarse; claro es que entre nosotros esto se hace siempre de acuerdo con los demás pues todos laboramos por un mismo fin. Esto me permitirá ofreceros una colaboración para este verano en la cueva de la Peña / (San Roman de Candamo) en Asturias, donde he de hacer una excavación que supongo dure unos 15 dias (**4**) y otros 4 ó 5 en Rivadesella (Asturias, tambien) La cueva de San Roman contiene pinturas paleolíticas y nos conviene estudiar su yacimiento; si nos haceis el honor de aceptar os servirá el habermos ayudado para vuestras futuras campañas en Portugal ó en España donde hay mucho que hacer. La subvención seria modesta (pues nuestra norma es hacer las cosas con la mayor economía, defendiendo los intereses del Estado) tendrieis (como los demás) 8 pesetas diarias y viaje de ida y vuelta desde Madrid en 2ª clase. San tan iguales los problemas prehistóricos de Portugal y España que conviene marchemos de acuerdo, los prehistoriadores de uno y otro país (**5**). Os ruego no habléis de esto con el Sr. Cabré ni persona de esa (salvo el Sr Choffat) hasta que podamos ultimar estas cosas, durante la visita que quiero hacervos.

El retraso en enivarvos esta carta era porque no sabia si podría ir á Portugal, por fin esto se ha resuelto. Una comisión de unas 15 ó 20 personas todo lo más. Pero los de mayor relieve y significación científica en España irá (salvo cosa imprevista) desde el 20 de Mayo al 30, epoca a proposito para los profesores y organizaremos ahí algo de intercambio científico (puramente científico) pues la cuestión de la guerra no permite que se nos unan los de las cámaras de comercio, lo cual es mejor para los asuntos científicos. Io iré además en la semana que viene, saliendo de aquí el viernes inmediato ó el sabado para llegar el domingo de ramos, veré vuestras colecciones y hablaremos de lo que pueda hacerse entre los naturalistas y para la visita de Mayo.

He enviado a Mr. Choffat un cajon con dos colecciones completas de los Trabajos del Museo y de las Memorias y Notas de la Comisión; ahí haremos el reparto en la forma que convenga.

Mis saludos a los colegas de esa.

Suyo aff.

Eduardo HPacheco

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Com efeito, a "Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas", organismo de cunho progressista, como se pode verificar pelo exposto nesta missiva, superintendia a "Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas". É de grande importância esta missiva, por apresentar a história desta comissão, pela mão do seu Director.

2 – Henri Breuil publicou, sob a égide do Institut de Paléontologie Humaine, de Paris, diversas memórias notáveis, dedicadas a várias cavernas com arte paleolítica da região asturiana, das quais a mais notável é, sem dúvida, a relativa à gruta de Altamira, em co-autoria com E. Cartailhac, publicada em 1906, ainda antes do Príncipe Alberto do Mónaco ter instituído aquele Instituto. Tem interesse salientar os reparos que Hernández-Pacheco faz ao modo de relacionamento de H. Breuil com os investigadores espanhóis, colocando-os sempre em posição subalterna.

3 – O funcionamento desta Comissão, de carácter quase informal, como se depreende deste interessante e histórico depoimento, cuja importância foi notável no desenvolvimento da investigação espanhola nos domínios da paleontologia e da Arqueologia, foi desarticulado com a eclosão da Guerra Civil, dando-a os seus membros então como extinta (HERNÁNDEZ-PACHECO, 1959, p. 746, 747).

4 – A esta importante gruta com arte paleolítica dedicou E. Hernández-Pacheco importante estudo monográfico: trata-se da 21ª. Memória da Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, publicada em Madrid em 1921.

5 – Tem interesse verificar o empenho com que E. Hernández-Pacheco encarava a cooperação luso-espanhola em matéria de investigações no domínio da Pré-História, o qual era correspondido – embora sobretudo no domínio das intenções – por Joaquim Fontes. Na verdade, depreende-se que Hernández-Pacheco, detentor de capacidades financeiras e humanas para promover tal cooperação, tivesse interesse em apoios em Portugal, encarando Joaquim Fontes como o seu interlocutor mais adequado, face à penúria dos recursos humanos nacionais. Contudo, este encontrava-se desprovido de quaisquer apoios particulares ou oficiais susceptíveis de institucionalizar em a cooperação pretendida num plano de equidade. Tal desproporção de recursos encontra-se claramente evidenciada pela generosa oferta de custear as deslocações do português; veja-se, a tal propósito, a vinda a Portugal de numeroso grupo de espanhóis, a qual, do ponto de vista financeiro seria certamente muito onerosa.

3.1.5 – Carta. Papel timbrado.

MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES
LABORATORIO DE GEOLOGÍA
MADRID - HIPÓDROMO

13 (?) Abril 1916

Mi estimado amigo: Todo lo tenía preparado para salir mañana para Lisboa pero noticias de mi mujer que está en el campo reponiéndose de una enfermedad me obligan a marchar estas vacaciones a su lado. Ya hasta que vaya la comisión de personas del 20 al 30 de Mayo no podré ir. Lo siento mucho.

Sería mejor que suspendiese la publicación relativa a nuestra Comisión y Laboratorios del Museo hasta que hablemos en esa y pueda V. documentarse mas; desde luego muy agradecido y a su disposicion.

Supongo recibirá mi ultima longa carta, tengo alguna duda si cambié la(...)

P(...) despues de p(...).

Suyo aff. amigo

Eduardo HPacheco

(assinatura legível)

3.1.6 – Rascunho de carta. Resposta de Joaquim Fontes.

Snr Prof. e (...) (..) amigo

Recebi a sua carta de 13 de Abril que muito agradeço. Pelo Snr. Choffat, pois não recebi a sua carta, sabia de V. Ex. e lastimo que um motivo tão lamentável - a doença da sua esposa - o iniba de vir aqui. Faço votos para que a doença da sua esposa não tenha gravidade. Já tinha combinado com o Snr. Choffat e com a direcção da S. P. de S. N. (1) para lhe proporcionarmos todas as indicações que precisasse. Realizando-se de 20 a 30 de Maio a excursão scientifica hespanhola pedia a V. Ex.^a o favôr de me informar quaes os intentos da excursão, se desejam realizar passeios archeologicos, visitar museus etc. para que eu aqui com alguns prof. da Universidade possa combinar qualquer coisa nesse sentido. É natural que aqui possamos proporcionar aos illustres excursionistas maneira de poderem observar bem o nosso meio intellectual, museus, monumentos etc. Pedia-lhe pois o obsequio de me informar a este respeito. A. S. P. S. N. onde tanto se pensa (?) na união com os intellectuaes hespanhoes terá o maior prazer em os receber. Na Universidade de Lisboa serão V. Ex. (recebidos) acolhidos com a bem conhecida (?) que todos nós peninsulares usamos. etc.

.....

NOTAS

1 – Trata-se da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, da qual Joaquim Fontes era dirigente.

3.1.7 – Carta. Papel timbrado.

UNIVERSIDAD CENTRAL
FACULTAD DE CIENCIAS

2 Junio 1916

Mi distinguido amigo:

Se pasó y no por culpa mía el mes de Mayo sin poder hacer la visita tantas veces anunciada a Lisboa, ya todo el mes de Junio estoy ocupado con exámenes y fijo en Madrid.

Le remito la memoria respecto a nomenclatura y tipología del paleolítico que le anuncié (1).

Cuando leí la lei de la movilización comprendí que no podría V. acompañarnos en nuestras excavaciones de Asturias, otra vez será (2).

Suyo aff y buen amigo

Eduardo Hpacheco

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 3 do Documento 3.1.3.

2 – Nesta altura, Joaquim Fontes tinha 24 anos feitos; deveria, por isso, ter de cumprir o serviço militar obrigatório, concluído que estava o curso de Medicina. Ver documento 3.1.15.

3.1.8 – Carta. Papel timbrado.

MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES
LABORATORIO DE GEOLOGÍA
MADRID - HIPÓDROMO

21 - III - 1917

Mi distinguido amigo y compañero: Efectivamente en la visita que hizo al Museo el Sr. Profesor Celestino da Costa (1) le hablé de los deseos de armonizar y estrechar las relaciones científicas entre los

prehistoriadores de Portugal y los españoles. Es un asunto indudablemente conveniente a unos y a otros pero que sobre el cual no tengo formado aún plan sino la convicción del beneficio mutuo que resultaría de algo que en este se hiciese.

Le hablé también de la invitación que el año pasado tuve el placerle (sic) de hacerle a V. para que viniese ha colaborar en las excavaciones que estaba haciendo en algunas cavernas de Asturias, y es claro que si V. hubiera podido venir nuestra comisión le hubiera abonado los gastos de viaje desde Madrid y la estancia durante las excavaciones. Hubiera sido una buena ocasión para nosotros que hubieramos tenido su cooperación eficaz, y para V. que hubiera adquirido algunos conocimientos de visu en excavaciones del paleolítico superior, aún poco conocido en Portugal. Cuando hagamos otras excavaciones, si V. puede venir tendremos mucho gusto en que colabore con nosotros en las condiciones anteriormente manifestadas (2).

No crea V. que en España los estudios de Ciencias están en buen estado, sino en comienzo de renacimiento que no sé si se consolidará; todo está aún en organización, sin locales definitivos y sin personal formado por completo. En ciertas investigaciones están Vdes mejor que nosotros.

Mucho placer tendremos en verle a V. en Madrid, como también en visitarle a Vdes en Lisboa que el año pasado por varias causas, entre otros por terminar mis excavaciones en Asturias.

Hoy mismo salgo a Andalucía con una expedición de alumnos y no regreso hasta mediados del mes. El Sr. Obermaier con un alumno y el dibujante vá a copiar y estudiar unos nuevos yacimientos con pinturas en Valencia y no estará en Madrid hasta Mayo (3).

Ya sabe V. que del 1 al 7 de Mayo es el congreso de Ciencias de Sevilla. ¿iran muchos portugueses? El proximo hay el proyecto de celebrarlo en Portugal y este año no se hizo a causa de la guerra.

La mejor época para ver en Madrid a las personas en los laboratorios es el otoño pues en primavera y verano se destinan a trabajos de campo.

Suyo aff. amigo s. s.

Eduardo HPacheco

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Eminente médico e Professor Catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa, onde Joaquim Fontes havia concluído o Curso de Medicina, no ano anterior. Em 1919, ali ingressaria, como 2º. Assistente (ALMEIDA, 1973, p. 21). Naturalmente, não obstante a sua notável craveira científica, o Professor Celestino da Costa não seria provavelmente a pessoa mais indicada, dada a sua diversa área de interesses, para incentivar a colaboração entre Espanha e Portugal no domínio da Arqueologia; tal solução só pode explicar-se dada a ausência de alternativas mais convenientes, designadamente recorrendo à figura incontornável de José Leite de Vasconcelos, que com Joaquim Fontes mantinha relações de grande proximidade.

2 – Joaquim Fontes, à semelhança do que haveria de suceder a outro português, o Padre Eugénio Jalhay,

acabaria por concretizar a sua prevista viagem às Astúrias, albergando-se em casa do Conde de la Vega del Sella, na povoação de Nueva. Porém, foi na Galiza que viria a efectuar as mais importantes explorações, no que concerne ao país vizinho, designadamente ao publicar a estação paleolítica de Camposancos (FONTES, 1925), a qual será adiante frequentemente referida na correspondência que agora se publica.

3 – Esta passagem refere-se, provavelmente, aos trabalhos que conduziram à publicação de 21ª. Memória da Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, em 1919, da autoria de H. Obermaier e P. Wernert, "Las pinturas rupestres del barranco de Valltorta (Castellón)".

3.1.9 – Carta. Papel timbrado.

MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES
MADRID (HIPÓDROMO)

16 - IV - 1917

Distinguido amigo y compañero: He dicho al Secretario del Congreso de Sevilla que le inscriba a V. y recobria la tarjeta con la cual caso de ir a Sevilla podrá V. solicitar rebaja en el ferrocarril desde Badajoz. A su tiempo se le enviarán las publicaciones. El Congreso comienza el día 6 de Mayo y dura 7 dias. El importe de la inscripción son 10 pesetas que pagará V. despues del Congreso, en Sevilla caso que se decida a ir. Ahora no se preocupe de esto pues ya le avisarán.

No se haga muchas ilusiones respecto a la importancia científica de estos congresos pues abarca todas las ciencias y tiene muchas secciones. Es analogo á los de Francia pour l'avancement des Sciences, pero se conocen las personas y... se divierte uno científicamente.

Actualmente no tenemos excavaciones en proyecto, pues hay mucho trabajo atrasado, de modo que no hay prisa para resolver la cuestión de colaboración de la que estamos muy conformes (?) en establecer.

Por fim este verano iré con la familia a alguna playa portuguesa y haré una correria por Portugal, hace dos años que tengo esa (?) sin poderlo realizar a causa de las excavaciones que tenia en Asturias.

Salude al Sr. Costa y Choffat (1) de quien he recibido unos folletos

Suyo aff. amigo y compañero

Recibi sus folletos, gracias

E.HPacheco

(rubrica legível)

NOTAS

1 – Refere-se aos Professor Celestino da Costa (Faculdade de Medicina de Lisboa) e Paul Choffat (da

então designada Comissão dos Trabalhos Geológicos), já anteriormente mencionados na Correspondência.

3.1.10 – Carta. Papel e sobrescrito tímbrados.

MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES
MADRID (HIPÓDROMO)

12 Junio 1917

Mi distinguido amigo: He entregado la letra que V. me envió al Secretario de la Asociación Sr. Garcia Merot y ya la ha cobrado, por lo tanto cumplido su encargo.

Al contestarle ahora no encuentro su carta por lo que no sé si olvidaré contestar algo. El Conde de la Vega de Sella marchó hace tiempo y está en su residencia de Nueva (Asturias) a donde puede V. escribirle. Me dice que está entretenido excavando una cueva inmediata a su casa y que no encontró nada de particular.

El Sr. Castillejo salíu para Inglaterra para asuntos relacionados con la Junta para Ampliación de Estudios.

No le digo en esta nada de proyectos pues hablaremos en Lisboa. Tengo en la primera quincena de Julio que hacer un viaje a Asturias a asuntos de la Junta de Parques nacionales y hacia al 15 de Julio quisiera salir de Verano a Portugal, por lo cual le agradecería si cree V. que dadas las circunstancias anormales esto será fácil con la familia; hace tiempo estuvieron mis hijos y mi mujer en Sao martinho do Porto en una casa que alquilamos pero aunque el sitio me gusta para la familia pues es un bon sitio para excursiones a Lisboa, Coimbra...etc pero si V. pudiera enterarse si hay fondos (?) que no sean casas lo preferia pues permite este sistema mas movilidad. - Creo que en la cosecha (?) m(...) se habrá comparado en parte la cuestión de susistencias en Portugal.

Sin otra cosa queda de V. suyo aff. amigo

Eduardo HPacheco

(assinatura legível)

3.1.11 – Postal (Fig. 2).

Ancora (Minho) 25 - VIII - 1917

Querido amigo: En esta linda playa he estado con mi familia una temporada, hoy salen para España y dentro de pocos días saldré yo haciendo un recorrido por Braga, Porto, Coimbra etc. a Lisboa donde me detendré varios días y tendré el gusto de verle. Llevo la misión de planear una institución de estudios en Lisboa, para lo cual le molestaré pidiendole algunos datos (1).

No sé si el Sr. Choffat está este año en Portugal, saludéle en mi nombre pues también tendré que



Ancora (Minho) 25-VIII-1917
 Querido amigo: En esta linda playa he
 estado con mi familia una temporada, hoy
 saldré para Espinho y dentro de pocos dias
 saldrei yo haciendo un recorrido por Braga,
 Porto, Coimbra etc a Lisboa, donde me de-
 tendré varios dias y tendré el gusto de
 verte. Llevo la misión de planear una
 institución de estudios en Lisboa, para lo
 cual te molestaré pidiéndote algunos datos.
 No sé si el Sr. Chaffat está este año en
 Portugal, saludaré un mi nombre por también
 tendré que obtener de él algunas noticias

Fig. 2 - Postal de Eduardo Hernández-Pacheco (Documento 3.1.11).

obtener de el algunas noticias. Recuerdos al Sr. Pereira (2). Creo que tardaré una semana en llegar a Lisboa. No escriba pues el lunes salgo de viaje.

Suyo aff. a.
Eduardo H.Pacheco
(assinatura legível)

NOTAS

1 – Esta é mais uma prova da vontade de Hernández-Pacheco estreitar as relações científicas com Portugal no domínio da Arqueologia (e não só), mas sempre sob iniciativa e coordenação espanholas.

2 – Refere-se a Júlio N. Pereira, colaborador de Joaquim Fontes, mencionado no Documento 3.1.14. Não se esqueça, por outro lado, a relação quase filial que Joaquim Fontes possuía com Paul Choffat, então quase no fim da vida (m. 1919). Este, via no jovem médico uma real possibilidade de continuação da investigação no domínio da Arqueologia que tinha justamente celebrizado, no século anterior, a Comissão dos Trabalhos Geológicos, a que Choffat pertencia. Esta estreita relação pessoal encontra-se comprovada pelo facto de o eminente geólogo ter deixado em testamento todos os seus livros de Arqueologia a Joaquim Fontes (CASTELO-BRANCO, 1961, p. 180).

3.1.12 – Postal.

(26 - IX - 1917 – Madrid)

Querido amigo: Sin prejuicio de enviarle mas detalles puedo adelantarle que aunque tenemos los fondos del año casi agotados he buscado el medio de poder destinar unas 400 pesetas a su viaje de estudio del paleolítico superior de Asturias. Unas 290 pesetas (contando los trayectos portugueses con el cambio a la par (?)) custan los viajes y el resto unos 20 dias à 10 pesetas de dietas viene a suponer las 400 pues las dietas tienen un impuesto del 12% – Me dice el conde de la Vega que debe V. ir en la primera quincena de Octubre a causa de las lluvias que comienzan generalmente en la segunda quincena. – Vaya preparando el pasaporte y contesteme si le giro fondos ó los recoge V. en Madrid. - Traigase un documento de la Universidad de Lisboa, o del consulado español (dá lo mismo) diciendo se ha presentado V. manifestando sale comisionado por la Com. de Investigaciones prehistoricas de la Junta para Ampliación de Estudios a efectuar estudios de prehistoria en España (1).

Suyo aff. a.
EHPacheco
(rubrica legível)

NOTAS

1 — Como antes se referiu, existem provas da realização desta missão de estudo às Astúrias por parte de Joaquim Fontes. A dificuldade de circulação e entrega atempada da correspondência, devido ao tempo de guerra, deverá ter atrasado a recepção desta missiva, o que terá motivado o envio ulterior de nova carta, adiante referida, a 4 de Outubro, seguida, a 7 de Outubro, de outra missiva, por parte do próprio Conde de la Vega del Sella, já no limite máximo das possibilidades de deslocação de Joaquim Fontes às Astúrias antes da época chuvosa.

3.1.13 - Carta. Papel timbrado (Fig. 3).

(Sobrescrito com indicação de ter sido aberto pela Censura, com carimbo de 6-10-1917 dos correios portugueses)

MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES
LABORATORIO DE GEOLOGÍA
MADRID - HIPÓDROMO

4 - X - 1917

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi querido amigo: No tengo contestación a los postales que le envié por lo que le remito esta carta certificada.

Su viaje de estudio de prehistoria a Asturias me dijo el conde de la Vega del Sella que era mejor en la primera quincena de Octubre que en la segunda a causa de la inseguridad de la época de lluvias.

Para estos gastos disponemos en la Comisión de Investigaciones paleontológicas y prehistóricas de unas 400 a 450 pesetas que juzgo suficientes para gastos de viaje y dietas durante los días que dure el estudio.

Si viene V. puede recuperar esta cantidad en Madrid en el Museo de Ciencias Naturales ó puedo girarle una parte.

Conviene si se decide sea pronto pues el tiempo avanza y si llegan las lluvias no puede hacerse nada, ó que lo deje V. para la primavera.

Si viene ahora tragase un documento del consulado español ó de la Universidad de Lisboa ó Commissão do Servizio geologico, (a elejir) en que conste que V. manifiesta que residente en Lisboa sale comisionado por la Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistoricas en viaje de estudio al Norte de la Península esto es para que sirva de justificante a los gastos de viaje.

Suyo aff amigo

Eduardo HPacheco

(assinatura legível)

Mis saludos al Sr. Choffat, Pereira (1), &.

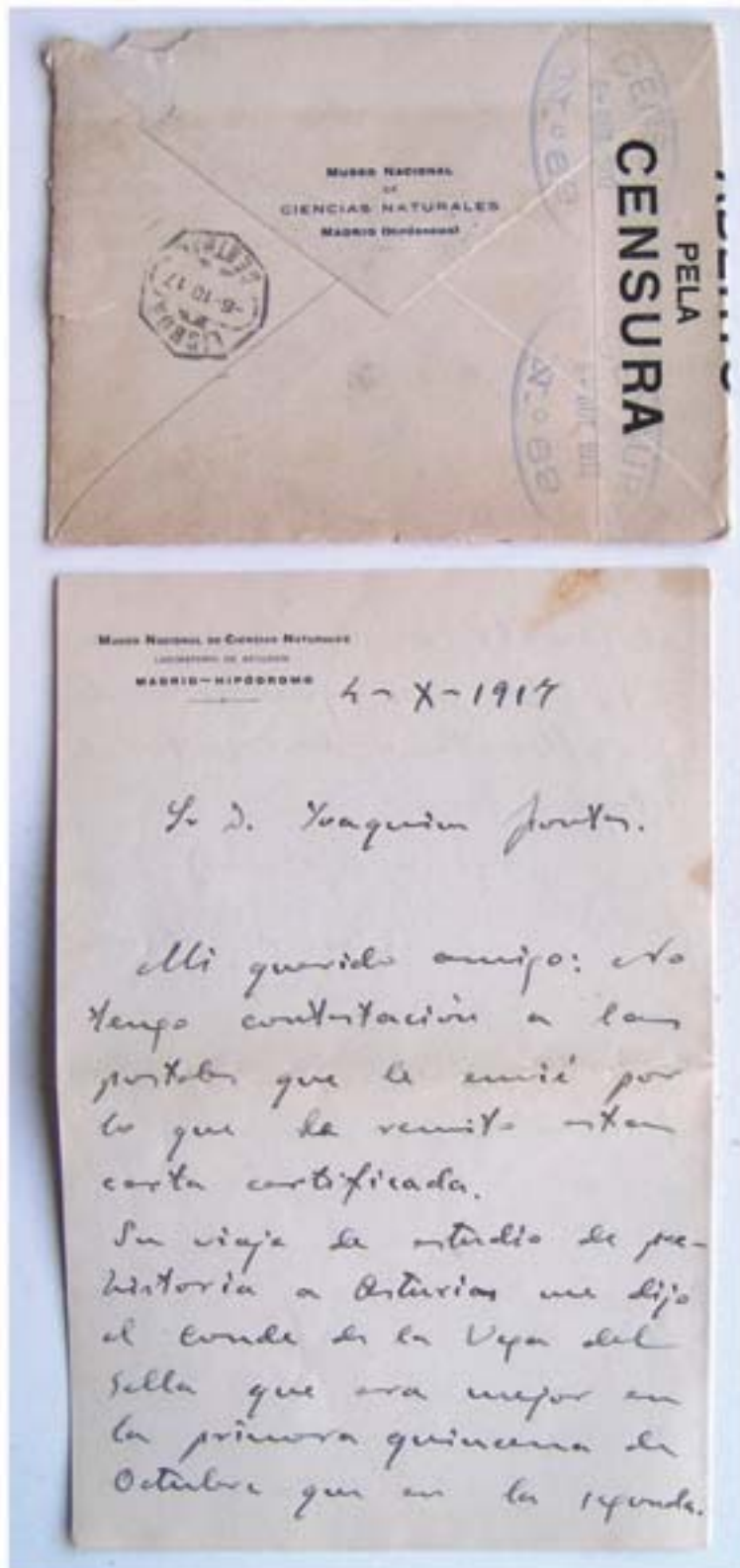


Fig. 3 - Carta em papel timbrado de Eduardo Hernández-Pacheco (Documento 2.1.12).

NOTAS

1 – Refere-se a Júlio N. Pereira, mencionado no Documento 3.1.14. Ver Nota 2, Documento 3.1.11.

3.1.14 – Carta. Papel tímbrado.

MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES

MADRID (HIPÓDROMO)

LABORATORIO DE GEOLOGÍA

10-12-17

Sr. D. Joaquim Fontes

Querido amigo: Dispense mi tardanza en contestar á su carta que hago ahora en visperas de marchar a descansar unos días y reponerme un poco del sistema nervioso algo alterado, en el campo. Cuando en primeros de año esté aprobado el presupuesto de la Comisión de Inv. paleont. y prehist. será ocasión de enviarle fondos para que con la economía que lo escaso de nuestro presupuesto permita, se busquen localidades con grabados o pinturas (grabados será lo que aparezca) en el Norte de Portugal. El principal gasto será el que ocasione el viaje de este verano a los sitios de Minho y Traz-os-Montes, donde se sepa existen grabados, seguir el plan trazado con su amigo el Sr. D. Julio N. Pereira, de modo que hemos de proceder con parcimonia relativa. El plan que me parece mejor es que al mismo tiempo que por intermedio del Sr. Pereira se busca en Portugal, otros colaboradores del sur de Galicia busquen en Pontevedra y una comisión mixta de portugueses y españoles visiten los lugares y obtengan los calcos, fotografías y dibujos distribuyendonos el trabajo. Y sea el resultado por el pronto de un corpus o album de grabados de la región que puede publicarse por todos en conjunto con una Memoria de la Comisión de Investigaciones. Ya estudiaríamos cuales iban por un sitio y cuales por otro rodando de algun sitio de la frontera Norte tal como Valença do Minho o Tuy.

Es lo que se me ocurre como preparación a este proyecto el cual puede admitir todas las modificaciones que creamos convenientes.

Busco una carta en la que creo me hablaba V. del envío de algunos ejemplares de pedernales y silexs (sic) de los alrededores de Lisboa, creo que lo mejor es que lo envíe al Museo por paquete-postal ó ferrocarril como muestras de piedra (1). V. resolverá en esto lo que crea mas oportuno.

El conde de la Vega llegó ayer a Madrid y le envia su saludo con el del Sr. Obermaier.

Si tiene V. otro plan referente a otro asunto digameló con franqueza.

Suyo aff. amigo y compañero

q. s. s. m.

Eduardo HPacheco

(assinatura legível)

mi residencia temporal es en:

Alcuzar (?) "El Chaparral" (Badajoz)

NOTAS

1 – Trata-se de exemplares das abundantes indústrias paleolíticas de sílex dos arredores de Lisboa, em cuja identificação e exploração Joaquim Fontes foi pioneiro.

3.1.15 – Carta. Papel timbrado.

MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES
MADRID (HIPÓDROMO)
LABORATORIO DE GEOLOGÍA

12 - III - 1918

Sr. D. Joaquin Fontes.

Querido amigo: Creo lo mas prudente dada su situación en el servicio militar esperar a este verano en que puede con calma y libre de dificultades emprender el trabajo.

Con tiempo suficiente, con un mes de anticipación, o cuando piense ponerse en trabajo me envia recibos semejantes a los que le envíe (proviendo de acuerdo las fechas) para que los cobre y le envíe fondos para sus prospecciones y estudios (1).

Todo llega, y a veces mas deprisa de lo que queremos. Yo que voy ya para viejo, de buena gana, a veces, actuaría de Joqué deteniendo el curso del tiempo.

En resumen que teniendo en cuenta su entusiasmo y excelentes deseos creo que puede V. obrar como crea mas conveniente a sus intereses de momento y sobre todo a los científicos, que V. siente hondamente.

Suyo buen amigo
Eduardo HPacheco
(assinatura legível)

NOTAS

1 – Parece que esta passagem da missiva não deixa dúvidas quanto ao financiamento das explorações de arqueológicas de Joaquim Fontes em Portugal pela Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, de Espanha. Trata-se de elemento até agora desconhecido no campo da cooperação científica entre investigadores dos dois países ibéricos.

3.1.16 – Carta. Papel timbrado com emblema do Ateneo Científico, Literario y Artístico de Madrid.

1 - III - 1920

Apreciable amigo:

Mucho me alegro haber tenido noticias de V., comprendiendo que en estos tiempos tan difíciles lo primero y fundamental es asegurar el porvenir, pues las aficiones científicas, tanto en su país como en el mio no son siempre el mejor camino para tener una posición independiente **(1)**.

Supongo habrá recibido algunas de las Memorias que mi pide, de las cuales había remanente falta de la de Fankowski "Hórreos y Palafitas" y de otra de Obermaier, que agotaran las existencias destinadas a propaganda y para obtenerlas hay que acudir a las destinadas a la venta, de las cuales yo no dispongo. Sin embargo veré mas adelante si puedo resolverlo **(2)**.

Poco a poco se va acercando la fecha del Congreso de la Asociación para el progreso de las Ciencias que ha de celebrarse en Portugal, a donde asistiré mal que pueda.

Sole en su buen amigo que le desea todo (?) de prospereridades

Eduardo HPacheco

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Joaquim Fontes tinha tomado posse, em 1919, do lugar de 2º. Assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa, o que lhe garantia, como sublinha Hernández-Pacheco, a desejada autonomia financeira, naturalmente com prejuízo das suas actividades arqueológicas.

2 – As Memórias esgotadas são as de Eugeniusz Frankowski, "Hórreos y palafitos de la Península Ibérica", publicada em 1918 e, provavelmente, a dedicada ao dólmen de Matarrubilla, de Hugo Obermaier, publicada em 1919.

3.1.17 – Carta. Papel timbrado com emblema da "Real Academia de Ciencias Exactas Fisicas y Naturales".

Madrid 18 Febrero 1925

Sr. Dr. Joaquim Fontes

Estimado amigo. Recibi su postal al regreso de su excursion a Madrid; por aquellos dias estuve muy atareado y con enfermos en casa por lo cual no le vi en las recepciones y festejos. Me hago cargo que no

tendría tiempo de acercarse al Museo: siempre a su disposición.

Tengo noticia de sus publicaciones respecto al paleolítico de Galicia por el conde de Vega, pero yo no les he recibido (1). Por conduct. de la Junta A. de Est. recibirá V. mi reciente libro sobre pinturas prehistóricas, en el que hago un estudio de conjunto.

Suyo buen amigo
Eduardo HPacheco
(assinatura legível)

NOTAS

1 - Refere-se aos contributos sobre o Paleolítico do litoral da Galiza, publicados em 1925 tanto no "Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense" como na revista portuguesa "Brotéria".

3.2 - Correspondência com P. Bosch-Gimpera

3.2.1 - Carta¹. Papel timbrado com o símbolo do Ateneo Científico, Literario y Artístico - Madrid (Fig. 4).

Madrid 18 Marzo 16

Muy distinguido señor mío:

Recibi su atenta postal con retraso por haber salido yo de Barcelona cuando llegó y haberse tenido que mandar á esta en donde estoy temporalmente.

Con mucho gusto accedo al cambio (?) de publicaciones que V. me propone y le mando dos trabajos míos "El problema de la cerámica ibérica" (1) y una Traducción de unos artículos de un Profesor suio acerca del eneolítico de la Península (2).

Cuando vuelva a Barcelona le mandaré alguna cosa más y entonces leeré su trabajo que no me fué remitido con su postal.

Tiene V. mucha razón en desear que la comunicación entre los arqueólogos de la península sea mayor y por mi parte estoy dispuesto à contribuir à ello en lo que de mi humilde persona pueda depender.

Aprovechando la ocasión me tomo la libertad de dirigirle un ruego.

Por mi trabajo sobre la cerámica ibérica verá V. que me he preocupado de aquel problema. Será para mí muy valioso tener datos de Portugal, en donde es de suponer que existan numerosas estaciones con cerámica parecida a la española. De las publicaciones que he podido consultar se deduce que en algun

¹ O último parágrafo desta carta sobrepõe-se aos dois últimos, certamente por, na ocasião, o autor não ter mais papel disponível.

caso, en restos de poblados pre-romanos, han aparecido vasos que por su forma y su decoración se parecen á los nuestros.

Será V. tan amable que me indicase fuentes de información acerca de este punto que tanto me interesa? Le quedaría vivamente agradecido.

Está V. en relación con los Dtes Cazurro y Vidal de Barcelona ? Ellos han trabajado sobre el paleolítico y el neolítico de la región N. E. de la Península y sus publicaciones seguramente le interesarían.

Si no tiene V. su dirección le ruego que me lo diga y yo le facilitaré. En este momento no tengo (...) exactas.

Disponga de su (...)

Q s s. ate.

P. Bosch-Gimpera

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Trata-se da obra, então acabada de publicar "El problema de la cerámica ibérica", datada de 1915 sob a forma de Memória da Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistoricas.

2 – A tradução em causa não foi identificada bibliograficamente.

3.2.2 – Rascunho da carta de resposta J. Fontes a P. Bosch-Gimpera (Fig. 5).

Exm^o Sr.

Recebi hoje a sua carta a que respondo com a maior satisfação. Folgo por ver que também V. Ex^a concorda com a indispensável e urgente necessidade de União dos Archeólogos da Península. Não se comprehende que quem estuda a archeologia ibérica não tenha intimas relações scientificas e de amizade. Portugueses e Espanhoes são filhos de uma patria comum: a Iberia; e por isso é bom que quem estuda o passado tão comum das nossas duas nações conheça o movimento científico debaixo d'este ponto de vista dos dois países irmãos. Terei muito prazer em continuar as relações que encetamos e que por meu lado procurarei estreitar. Tenciono, logo que possa, ir à vossa bella patria e por essa ocasião terei o maior prazer em travar relações com V. Ex^a. Agradeço desde já a offerta com que V. Ex^a me vai brindar e lerei os seus trabalhos com toda a atenção. Estou em tudo à sua disposição. O problema da ceramica ibérica é da mais alta importancia e logo que receba o seu trabalho verei o que lhe poderei dizer a proposito d'esse ponto entre nós. Em breves dias pois escreverei a V. Ex^a informando-o tão completamente quanto me seja possível. Para este assumpto como para qualquer outro ter-me-ha V. Sr^a (à sua disposição) sempre prompto. Ao Sr. Vidal enviei também alguns dos meus trabalhos. Este senhor enviou-me a sua memoria

carta a Noel Gimpera.
 Em L?

Pedro heys o meu carta a qm responde
 com o meu satisfic. Taly se viu que tem
 heu U. G. o meu em o indispensavel o arguo
 memorial de heus do archilogo de Bunch
 No o cumprimento qm quem este o archilogo
 shoria nos todos outras relagao pinto
 de a L. emigrah. Patrimo e suparlom
 do fillos de meu pater ammu: a Thoria
 e por sua e bon qm quem este e panno
 to o meu de meu deus, mas qm archil
 o panno e o meu deus, mas qm archil
 de este do do pater ammu. Tora muito
 praji au entenda e relagao qm avoatando
 e qm por meu lado panno e abeitar. Tavoim
 logo qm praji si o meu delle pater e por seu
 meantem tem o meu praji au tava
 relagao em U. G. o gradico de do pater
 affete em U. G. o meu me brinde de bon
 o meu tabellar em todo o tempo e o. Tem
 em todo o meu de praji. O panno de
 memoria e boria e de meu de do pater
 de e heys que me de o meu tabellar meu o
 que de panno de praji e praji o de me praji
 este meu. heu de de panno e U. G.
 informado: e o completamente quanto me
 me praji. Por o meu panno e praji

qualque este tem - me - he U. G.
 o praji de praji. sempre praji.
 de he. Sidel avrie: tambem alguns de
 meu tabellar. Et nabo avrie - me
 e me memoria de e memoria de Cicero
 qm qm tabellar avrie: tem com a qm
 de avrie em memoria de tabellar
 praji. de he. Tora: Cayoro avrie: tambem
 meu tabellar qm, praji, te - B. R.
 me bich.
 O gradico de tabellar e me memoria de
 de, praji - he qm de praji de praji e
 de U. G. me praji - he

Joao
 Lisboa 21/III/1916.

Fig. 5 - Minuta de resposta de Joaquim Fontes à carta de Pedro Bosch-Gimpera de 18 de Março de 1916 (Documento 3.2.2).

sobre a ceramica de Ciempozuelos que tantas analogias tem com a que se encontra en numerozas estações portuguesas. Ao Sr. Cazurro enviei tambem os meus trabalhos que, julgo, te-los-ha recebido.

Agradecendo todas as suas amabilidades, peço-lhe que disponha de quem é de V.Ex^a mto grt (?) e hm
Joaquim Fontes
Lisboa 21/ III / 1916

3.2.3 - Carta.

Barcelona 3 de Mayo de 1916
Lauria 188

Muy señor mío y distinguido amigo:

Al volver á Barcelona encontré los trabajos de V. que he leído con muchísimo interés por las importantes noticias que contienen y que vienen à aumentar el caudal de conocimientos sobre materia tan interesante como el paleolítico de la península ibérica que tantas sorpresas nos reserva todavía.

Hoy le mando un pequeño trabajo mío publicado el año pasado, que trata de una cerámica de la primera edad del hierro de unas cuevas de la provincia de Logroño, que ya le habré prometido.

Agradeciéndole de nuevas noticias y muy satisfecho de haber entablado relaciones con V. me reitero suyo muy afmo S. S.

Q. S. V. L. M.
P. Bosch-Gimpera
(assinatura legível)

3.2.4 - Carta; envelope, com selo e carimbo indicativo de ter sido aberto pela censura em 18 de Dezembro de 1916 (Fig. 6).

Barcelona, 12 Diciembre 1916

Ex.mo Sr. D. Joaquim Fontes Lisboa

Mi distinguido amigo:

Hace mucho tiempo que le debo carta. Quería contestarle mandándole una tirada aparte de unos cuantos trabajos míos que se acaban de publicar en el Anuari del Institut d'Estudis Cataláns, pero no he recibido todavía los ejemplares con lo cual la contestación se iba demostrando. Ahora no quiero tardar más con magros motivos, debendo acusarle recibo de sus dos bellos trabajos acerca del molde para hoces de bronce y de la oinochoe de Rio Maior (1). Los he leído con mucho gusto y le (?) las mías expresivas

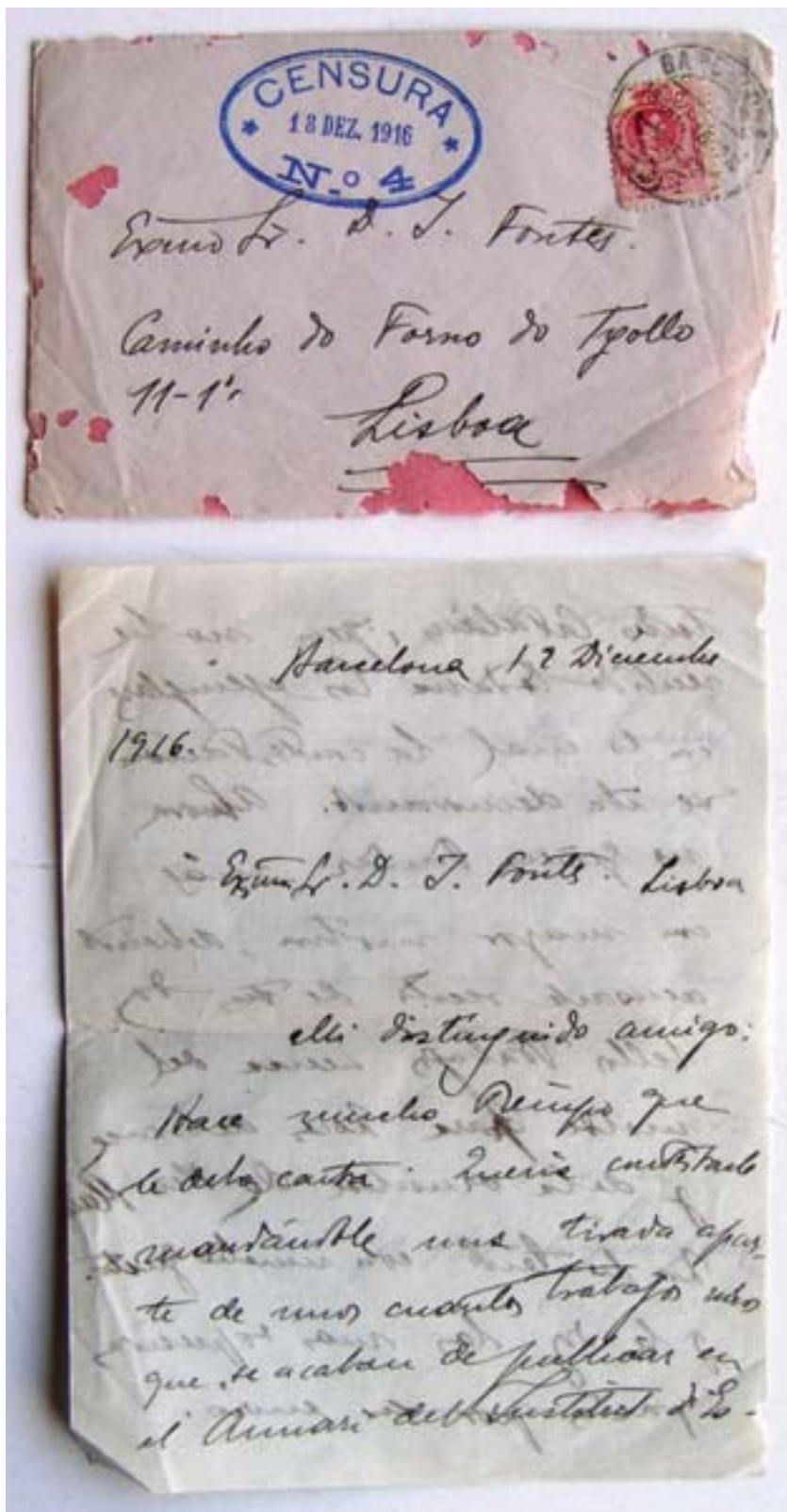


Fig. 6 - Carta de Pedro Bosch-Gimpera (Documento 3.2.4).

gracias por su envío.

Espero poder corresponder pronto con mis cosas continuar así nuestras buenas relaciones por las cuales me felicito, esperando que sean muy duraderas.

Deseándole Felices Pascuas y Año Nuevo, le saluda su siempre afmo s.s. y amigo q. b. s. m.

P. Bosch-Gimpera
(assinatura legível)

NOTAS

1 – Trata-se dos trabalhos "Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocannes", e "Un oenoché en bronze rencontrée à Rio Maior", ambos publicados no volume 21 de "O Arqueólogo Português". O primeiro é documento muito importante, por comprovar a metalurgia do bronze na região ribeirinha do estuário do Tejo, no decurso do Bronze Final; o segundo refere-se, na verdade, a um jarro de bronze romano.

3.2.5 – Carta. Papel e sobrescrito timbrados, com selo e carimbo indicativo de ter sido expedida de Barcelona a 17 de Março de 1917 e aberta pela censura em 21 de Março de 1917 (Fig. 7).

INSTITUT D' ESTUDIS CATALANS
PALAU DE LA DIPUTACIÓ : BARCELONA

Barcelona 16 Marzo 1917

Mi muy distinguido amigo y señor:

Recibi su amable postal, agradecendole su felicitación por mi pequeño trabajo de vulgarización. Le he mandado ahora un ejemplar de la "Crónica del Anuario del Institut d' Estudis Cataláns" en donde van algunas noticias más de hallazgos (sic) arqueológicos.

Espero esos trabajos que me anuncia y que leré con el gusto (sic) de siempre.

Entretanto receba un cordial saludo de su at. y afmo. ss. y buen amigo

P. Bosch-Gimpera
(assinatura legível)

Barcelona 16 Marzo 1917.

Mei muy distinguido amigos y señores

Recibo en amable postal, agra-
decedible en felicitación por un pequeño trata-
do de vulgarización. Se me mandado ahora un
ejemplar de la "lirica" del "Anuari del Ter-
cer Cent d'Estudis Catalans" en donde van algunas
noticias, aun, de hallazgos arqueológicos.

Espero con trabajo que me amun-
da y que lea con el gusto de siempre.

Entretanto reciba un cordial sa-
ludo de su atz. apdo. y buen amigo

P. Bosch Gimpera

Fig. 7 - Carta em papel timbrado de Pedro Bosch-Gimpera (Documento 3.2.5).

3.2.6 – Carta. Envelope com carimbo indicativo de ter sido aberto pela censura em 7 de Maio de 1917.

Barcelona 2 de Mayo 1917

Mi muy distinguido amigo:

Recibi à su tiempo su carta y hoy recibi su postal. También acabo de recibir una comunicación del Presidente de la Sociedad de Ciências Naturales participándome que he sido nombrado miembro correspondiente, por lo cual me considero muy honrado. Espero escribirle en breve dándole las gracias (...) lo hago a V. pues supongo que V. habrá intervenito en el nombramiento.

Con mucho gusto colaboraré algún día en el Boletín, pero tendré que esperar algo pues ahora estoy agrabado de trabajo.

Perdóneme que me haga atrasado tanto al contestarle y que no le haya dado las gracias (...) por sus bellas monografías que he leído con el placer de siempre(...) su carta (...) muy tarde, pues cuando llegó a Barcelona jo estaba en Madrid y como me decía que bien por lo mes de Abril iria V. allas termas que creí que ésta le encontrase fuera.

He leído lo que V. dice de la cerámica pintada de S. Julião (1) y celebro que haya V. aprovechado la ocasión para reunir datos acerca de todo lo que ha aparecido en Portugal.

Encuentro muy acertada su opinión de que S. Julião es una estacion ja de la epoca romana (2). Su material es muy distinto de las estaciones mas antiguas como Santa Olaya y o Crasto que publicó Sr. Dr. Santos Rocha (3). Ahora, después de estudiar las estaciones de Calaceite, en donde cada vez se precisa más la cronología y se ven los distintos tipos de poblados más antiguos (siglos V-IV) y de los más modernos (siglos III-II), noto grandes coincidencias entre el material de Santa Olaya y o Crasto y el de las primeras estaciones de Calaceite. Por ejemplo entre las fibulas y la cerámica en la cual no hay más que sencillas rayas pintadas de encarnado y nada de los hermosos dibujos de los vasos de S. Antonio de Calaceite y de la Zaida.

No iré á Sevilla para el Congreso de la Asociación del Progreso de las Ciencias aunque me gustaria poder ir, pero es verdaderamente imposible.

Tendremos que dejar nuestro conocimiento para más adelante, cuando viaje a Lisboa ó algun día que se decide a hacer un viaje a este. Pero algún día llegará de lo cual me alegraré mucho.

Entre tanto, disponga de su affmo amigo

q - e - s - m

P. Bosch-Gimpera

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Refere-se ao trabalho de Joaquim Fontes, publicado em 1916 no Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, "La station de S. Julião aux environs de Caldellas".

2 – Na verdade, a chamada citânia de S. Julião (Vila Verde), possui larga diacronia, estabelecida por Manuela Martins desde o Calcolítico até à Idade Média, passando pelos finais da Idade do Bronze, Idade do Ferro e o período romano (MARTINS, 1984, 1985, 1990). Particularmente relevante, do ponto de vista arqueológico, é a ocupação do Bronze Final e da transição para a Idade do Ferro, objecto de extensa monografia de Ana Bettencourt (BETTENCOURT, 2000).

3 – Trata-se de materiais orientalizantes, objecto de recente revisão, que os situou nos séculos VII e VI a.C., prolongando-se até ao século seguinte os do Crasto de Tavarede (ARRUDA, 1999/2000).

3.2.7 – Carta.

Barcelona 15 Abril 1918

Mi (...) amigo:

Recibi su carta. Perdoneme que no lo escribise antes, pues era yo quien le debía carta y no V. a mi. Pero esperaba hacerlo al mandarle el folleto sobre la cultura iberica y por haberse retrasado la publicación se retrasó tambien la ocasión de escribirle.

Desearía ahora pedir á V. que tuviese a bien servir de intermediario con la Sociedad portuguesa de ciencias naturales de que tuvieron la amabilidad de hacerme correspondiente para ver se se podrá entablar el cambio de su Boletin con la publicación del Institut (1) que mas les interesase, sea el Anuario con la Cronica arqueológica, sea alguna de las publicaciones de Ciências como la A(...) de Ciencias ó los Trabajos de la Sociedad de Biología.

Además creo que no mandé a la Sociedad mis modestos trabajos ó por lo menos he dejado de mandar algunos.

Le ruego que me diga que falta y lo mandaré.

Espero poder mandarle pronto alguna otra cosa que preparo y deseo que a pesar de la movilización pueda V. seguir trabajando con tanto fruto como hasta ahora.

Muy afetuosos saludos de su buen amigo

q. e(...)

P. Bosch-Gimpera

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Trata-se do Institut d'Estudis Catalans, a expensas do qual P. Bosch-Gimpera publicou importantes estudos arqueológicos.

3.2.8 – Carta.

Barcelona 30 Enero 1920

Mi querido amigo:

Perdoneme V. que haya tardado tanto en escribirle a mi vuelta de Portugal.

Mi viaje por el N. resultó muy interesante. Estuve en Figueira, en Guimarães y en Oporto me hicieron dar una conferencia en la Universidad, de la que ya se enteraría por los periodicos **(1)**.

Como ya suponía por el material visto en el Museo Etnologico en Figueira el material de los castros excavados por Santos Rocha contiene mucha cerámica ibérica del tipo de Andalucía. En cambio al N del Minho la cerámica de los castros parece no tener nada que ver con lo ibérico y confirma mi (...) de que está muy relacionada con la de la civilización post-hallstática del Centro de España. Solo en el Museo de Oporto vi unos fragmentos ibéricos típicos procedentes de Sinffães, muy distintos de los castros del tipo de Sabroso y que parecen de una cultura ibérica tardía, acaso representa algo parecido a lo de sus hallazgos de S. Julião.

Escribo con este mismo correo al Prof. Leite de Vasconcellos suplicandole que permita sacar las fotografías de los objetos que V. tiene anotados **(2)** y diziendo que V. le hablaría de ello. Le agradeceré mucho que tenga la bondad de ocuparse de ello.

A mi paso por Madrid vi al Sr. Cabré y como le había prometido le di el artículo de V. A proposito de las placas de pizarra le pregunta si tenia algun motivo de desgusto con V. que ocasionara el no escribirle **(3)** me digo que di ninguna manera y que no le habrá escrito por simple pereza agravada por el mucho trabajo que pesa sobre el. Me prometó escribirle también que el artículo que (...) le di de parte de V. No lo habia recibido antes. Celebro pues que no existise ningun malentendido entre Vs. y me felicito de haber podido contribuir a que se aclarase esta cuestión.

Crea V. que conservo un recuerdo muy grato de Portugal y de las atenciones de que fui objeto y que entre las impresiones de mi viaje no es de las menos agradables el recuerdo de los ratos pasados con V. y su señora, a la que le ruego salude en mi nombre y en el de mi mujer, aunque no tiene el gusto de conocerla personalmente.

Sabe que es suyo buen amigo s. s.

S. e s (?)

P. Bosch-Gimpera

(assinatura legível)

Le escribi la presente a su antigua dirección, suponiendo que llegará a sus manos. Le agradecería que meconfirmase si su nueva casa es, como creo, Estrada da Penha de França 39 - 1º.

NOTAS

1 – Trata-se da primeira vez que se dá conta (para além das notícias publicadas nos jornais da época)

da visita a Portugal de Bosch-Gimpera, a primeira de outras que haveria de fazer ao nosso país (HELENO, 1962).

2 – Estas cerâmicas conservavam-se no então Museu Etnológico, carecendo a sua reprodução da autorização do Director, José Leite de Vasconcelos. Contudo, apesar da sua existência ser comprovada pelas próprias observações efectuadas por Bosch-Gimpera, elas não são mencionadas em estudo especializado dedicado às mesmas (MARTINS, 1987), nem pelos autores que inventariaram as importações de cerâmicas púnicas no noroeste peninsular (SILVA & PINTO, 2000). Ver Nota 1, Documento 3.2.6.

3 – Os receios de qualquer mal entendido a propósito de placas de xisto com Juan Cabré era justificado: com efeito, anos antes, a publicação deste último (CABRÉ, 1916), onde se reproduzem duas placa de xisto deu origem a polémica com Vergílio Correia (CORREIA, 1917, 1918), envolvendo Joaquim Fontes, que se viu obrigado a responder às críticas (FONTES, 1918). Mas, em 1920, os efeitos deste episódio desagradável estariam já dissipados.

3.3 – Correspondência com Juan Cabré.

3.3.1 – Rascunho de duas cartas de Joaquim Fontes a Juan Cabré.

(não vêm endereçadas, mas pelo teor e data pode deduzir-se o destinatário).

Exmo Sen.r

Soube pelo querido Mestre e amigo Dr. Leite de Vasconcellos que V. Ex.^a fez referencia no seu bello trabalho sobre arte rupestre em Espanha (1) aos meus trabalhos sobre a estação paleolithica do Casal do Monte. Agradeço-lhe muito a sua attenção. V. Ex.^a porem com uma cautela estrictamente scientifica que muito o honra pois mostra o meticoloso cuidado com que é feito o seu importantissimo livro, põe um ponto de interrogação quando diz no Casal do Monte apparecêo talhe chelleano. O Sr. Pierre Paris disse há tempo o mesmo no Bulletin Hispanique (2) e isso levou-me a escrevêr uma pequena nota em que analizo a questão e mostro os argumentos que me levaram a fazêr tal affirmativa. Essa nota é "Note sur le chélléen de Casal do Monte" nota que tomo a liberdade de offerecer a V. Ex.^a (3). Desculpe-me dirigir-me a V. Ex.^a sem têr a honra de o conhecer, mas se o faço é porque me parece que entre quem estuda a archeologia da Peninsula deve haver estreitas relações para que assim o passado muito idêntico das nossas patrias, possa sêr melhor conhecido. Esperava o congresso que se deveria realisar este anno em Madrid para assim conhecêr os archeologos hespanhoes com os quaes esperava aprender muito e com V. Ex.^a, a quem a archeologia da Hespanha tanto deve, esperava particularmente têr maior aprendizagem. A guerra porem prohibiu-me d'isso.

Tomo a liberdade de enviar a V. Ex.^a alguns dos meus trabalhos. São pequenos ensaios mas como sabe o estudo do paleolithico português há pouco tempo começou a sêr estudado. Há porem hoje já bastante material e conto publicar para o proximo anno um trabalho de conjuncto sobre a estação paleolithica do Casal do Monte (4).

Esta estação é riquíssima tem dado milhares de instrumentos. Parte d'elles estão no Museu Ethnologico Português, mas a sua maioria pertencem à minha collecção (5). Se V. Ex.^a vier a Lisboa terei o maior prazer se se dignar honrar-me com a sua visita. Assim V. Ex.^a poderá pessoalmente convencêr-se do talhe chelliano de dezenas de coups de poing do Casal de Monte.

A minha collecção está à disposição de V. Ex.^a como de qualquer archeologo que venha a Lisboa e queira vêr o paleolithico português.

Não sei quando poderei ir a Madrid mas quando ahi fôr levarei alguns instrumentos typicos para os poder comparar com os de sua patria e sobre elles ouvir a openião dos archeologos hespanhoes entre as quaes avulta a de V. Ex.^a.

~~Pedindo que me desculpe~~
sou de V. Ex.^a admiradôr
sincero

Joaquim Fontes
(assinatura legível)

~~Lisboa 12 XII~~
— 1915)

No verso da folha encontra-se outro fragmento de texto, que transcrevemos de seguida; provavelmente também ele serviu de rascunho a uma das primeiras cartas de J. Fontes a J. Cabré e está datado de 9 - I - 1916:

[...] portugueses. Encontrou da parte dos seus compatriotas a melhor boa vontade. Tencionava fallar com V. Ex.^a mas não o poude fazêr. A Junta é um importante organismo que está contribuindo poderosamente para o engrandecimento da Hespanha, e da parte de alguns sabios seus compatriotas que a ella pertencem há tambem a melhor disposição para um estreitamento de relações. Algumas relações há já entre a Junta e a Soc. Port. de Est. Hist. (6) e agora a Soc. Port. de Sc. Nat. vai contribuir pela sua parte para que essas relações augmentem e envia o seu Bulletin para ahi. Eu, por minha parte, envio nesta ocasião alguns dos meus trabalhos (os que estão exgotados) a todos os archeologos que fazem parte da Sábria Com. de Inv. Pal. y Preh - Ao Senr Prof. H. Pacheco já os enviei há dias e vou pedir a alguns dos meus amigos para enviarem as suas publicações à Junta e aos intellectuaes hespanhoes. Creio que se portugueses e hespanhoes entrarem numa franca camaradagem intellectual contribuirão bastante para o avanço da sciencia (7).

Pedindo que me desculpe sou de V. Ex.^a admirador sincero

Joaquim Fontes
(assinatura legível)

9 - I - 1916

P. S. – Pedia-lhe o obsequio de me enviar nomes e moradas de archeologos hespanholes a quem os meus trabalhos possam interessar.

NOTAS

1 – Trata-se da obra intitulada "El arte rupestre en España" (CABRÉ, 1915). A celeridade com que esta informação foi transmitida por Leite de Vasconcelos a Joaquim Fontes, no próprio ano de publicação da obra, é bem demonstrativa da eficácia como os elementos bibliográficos circulavam à época e chegavam imediatamente ao conhecimento do Director do Museu Etnológico.

2 – Refere-se ao artigo publicado em 1913 intitulado "L'archéologie en Espagne et en Portugal Mai 1910-1912", onde se noticiaram as principais descobertas peninsulares no domínio da Arqueologia efectuadas no referido intervalo de tempo, entre as quais a da estação paleolítica do Casal do Monte (Loures), da autoria de Joaquim Fontes.

3 – Esta nota acabava então de ser publicada, nesse mesmo ano de 1915, no Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais.

4 – A estação paleolítica de Casal do Monte, situada às portas de Lisboa, em Santo António dos Cavaleiros, já no concelho de Loures, foi descoberta no dia 17 de Outubro de 1909 por Joaquim Fontes (FONTES, 1910), então aluno finalista do Liceu. A importância que justamente alcançou resultou da conjugação de várias circunstâncias: por um lado a sua proximidade de Lisboa e fácil acessibilidade; por outro, a extraordinária abundância de artefactos, cobrindo diversas épocas do Paleolítico; finalmente, por se tratar da primeira estação paleolítica portuguesa a possuir abundantes exemplares de bifaces acheulenses clássicos, contrastando com a penúria que, até então, caracterizava tais ocorrências em Portugal. O trabalho de conjunto sobre esta estação, anunciado na presente missiva por Joaquim Fontes, o qual tinha intenção de ver publicado em 1917, não chegou a realizar-se. No entanto, no pequeno livro escrito por Joaquim Fontes, de divulgação e de síntese sobre a Pré-História de Portugal, intitulado "O homem fóssil em Portugal" (FONTES, 1923), é dado grande relevo à estação de Casal do Monte e seus materiais, incluindo-se, em apêndice, um estudo de P. Choffat sobre as condições geológicas observadas na referida estação pré-histórica. Note-se a semelhança do título desta obra com a de Hugo Obermaier "El hombre fósil", editada primeiramente em 1916 e, em segunda edição, em 1925.

5 – A colecção de Joaquim Fontes foi ulteriormente doada pelo próprio ao Museu da então designada Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal, onde ainda hoje se encontra, tendo os materiais sido reestudados por H. Breuil e G. Zbyszewski (BREUIL & ZBYSZEWski, 1942, p. 59).

6 – Trata-se da já anteriormente referida Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, sediada em Madrid e a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, com sede em Lisboa e editora do periódico "Revista de História", cuja publicação se iniciou em 1912 e onde Joaquim Fontes publicou diversos estudos sobre o Paleolítico dos arredores de Lisboa.

7 – Joaquim Fontes não perdia oportunidade para sublinhar convictamente as vantagens, que entendia incontornáveis, no estreitamento das relações científicas entre os arqueólogos portugueses e espanhóis, procurando, empenhadamente, junto destes últimos, fazer valer tal ponto de vista, acompanhado das suas próprias publicações.

3.3.2 – Carta. Papel tímbrado.

INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS
COMISIÓN DE INVESTIGACIONES
PALEONTOLÓGICAS Y PREHISTÓRICAS
MADRID (HIPÓDROMO)

6 - 2 - 16

Sr. D. Joaquim Fontes

Muy Señor mio y respetable compañero: Con inmensa satisfacción he leído todos sus notabilísimos trabajos que V. a tenido la bondad de remitirme por lo que le felicito cordialmente (1).

Para mi hubiera sido un gran servicio conocer antes sus trabajos, pero ya llegará ocasión en breve de poderlos utilizar.

Supongo recibiría mi "Arte Rupestre" que le he mandado como homenaje a sus méritos (2). Tengo un placer el manifestarle la alegría de poder tener relaciones científicas con V. y de ofrecerle mis humildes servicios.

Su aff. ss. q. b. s. m.

Juan Cabré

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Com efeito, dada a raridade das ocorrências então conhecidas, as publicações de Joaquim Fontes no âmbito das indústrias do Paleolítico Inferior e Médio dos arredores de Lisboa detinham real interesse, no quadro da pré-história peninsular de então.

2 – Refere-se à publicação mencionada na Nota 1 do Documento 3.3.1.

3.3.3 – Carta. Papel timbrado.

INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS
COMISIÓN DE INVESTIGACIONES
PALEONTOLÓGICAS Y PREHISTÓRICAS
MADRID (HIPÓDROMO)

9 - 2 - 16

Sr. D. Joaquim Fontes

Muy Señor mio y respetable compañero: Hace dos días recibí su carta fecha 4 - II - 1916 y haber 3 - I - 1916. Esta ha sido la causa que no le contestara a atentísima del 3 del mes pasado.

Le honra a V. mucho su buen deseo de estrechar nuestras relaciones científicas, por nuestra parte estamos a su mas completa disposición, lo mismo que nuestras publicaciones y colecciones. Al fin al cabo España y Portugal en todos los estudios es una sola patria.

De sentir fué que no conocieramos al Dr Marck (1), pues entonces hubieramos estrechado mas nuestro lazos científicos.

En España se trabaja mucho y con cierto provecho. Este renacimiento se lo debemos al Sr. Marques de Cerralbo, pues sus descubrimientos son múltiples y todos de muchísimo valor. Todo lo ha hecho a su costo y despues regala a los museos nacionales sus regias colecciones (2). El que es el alma de estos estudios en España ve con gran cariño los nobles deseos de Vdes. Cuando vengan V^{des} por Madrid no dejen de visitarle pues aparte de recibirles cordialmente y enseñarles sus colecciones les pondrá directamente en relaciones con Academias y personalidades de España. En su entender ese seria el mejor paso que en bien de ambas patrias podian realizar.

Agradecemos de todo corazon la idea que tienen Vdes de proponernos para socios correspondientes esta sabia Academia (3); un millon de gracias.

Veo con inmensa satisfacion las riquezas de industria paleolitica que posee su pais y de la que V es su (...). Mi felicitacion.

Supongo que le habrá mandado el Sr Pacheco una nota sobre útiles chelenses de Cadis que yo descubrí, segun publiqué antes en un "Arte rupestre". Un día de estos publicare otro yacimiento parecido.

¿ Y de arte rupestre que noticias tienen ?

Tambien pienso dar una nota del arte gallego y portugues.

Hasta otra. Su affmo amigo y servido

Juan Cabré

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Trata-se do Prof. Marck Athias, Catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa, de quem Joaquim Fontes era discípulo.

2 – O Marquês de Cerralbo, como se deduz desta e de outras missivas da correspondência, comportava-se como verdadeiro mecenas da investigação arqueológica em Espanha, promovendo investigações pessoais ou de terceiros, cujos espólios depois revertiam para museus públicos.

3 – Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, da qual Joaquim Fontes era dirigente. Ver Documento 3.3.4.

3.3.4. – Carta. Papel timbrado.

INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS
COMISIÓN DE INVESTIGACIONES
PALEONTOLÓGICAS Y PREHISTÓRICAS
MADRID (HIPÓDROMO)

13 - 2 - 16

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi más respetable compañero y amigo:

Ruego a V encarecidamente haga llegar a esa ilustre y sabia Corporacion Sociedad Portuguesa de Ciencias Naturales la presente carta dandole nuestras expresivas gracias por mi enmerecido nombramiento como Socio correspondente.

Particularmente a V. le quedo profundamente agradecido por creer que V. habrá tomado parte activa en tal determinación .

En efecto, la carta de V. como le decía en un anterior la recibí muy atrasada. Es muy consolador y confortante los nobles deseos de estrechar las relaciones científicas entre españoles y portugueses. Con ello, non dudo, saldrá beneficiosa la ciencia de nuestra comum Peninsula.

Como ya les dise en otra, el alma de los estudios prehistoricos en España es el Sr. Marques de Cerralbo y a el es a quien se debe ese renacimiento, al iniciar por su cuenta las excavaciones como V. recordara del Congreso Internacional ultimo de Antropologia de Genève (1). Esa es la verdad y hay que hacer justicia a los hechos historicos.

En España son contadas las personas que se dedican a nuestros estudios. Los Srs. relacionados con estas investigaciones los principales son los siguientes: ademas del Sr, Marques de Cerralbo, Pacheco y

su (?) servidor

Exmo Sr. ~~Baron~~^{Conde} de la Vega del Sella Nueva Asturias.

D. Jose Ramon Melida, Prof. de arqueologia de la Universidad Central. Museo de P.ducciones Artisticas.
Madrid.

D. Manuel Antón. Director Museo Antropologico Madrid

D. Luis Mariano Vidal, Deputación 292. Barcelona

D. Manuel Cazorro Prof del Instituto de Barcelona

D. Pedro Bosch-Gimpera. Institut d'Estudes Catalans. Deputación Provincial Barcelona (2).

Si algo más se le ofrese a V. estoy a sus ordenes. Su siempre servidor y amigo

Juan Cabré

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, XIV Sessão (Genève, 1912), cujas Actas foram publicadas em 1913, as quais incluem, no vol. 1, a pp. 351-354, um artigo de Joaquim Fontes sobre um conjunto de bifaces recolhidos na estação de Casal do Monte (Loures).

2 – Esta lista tem elevado interesse documental, por elencar as personalidades mais marcantes da arqueologia pré-histórica espanhola da segunda década do século XX.

3.3.5 – Carta. Papel timbrado.

INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS
COMISIÓN DE INVESTIGACIONES
PALEONTOLÓGICAS Y PREHISTÓRICAS
MADRID (HIPÓDROMO)

26 - 3 - 16

Sr. D. Joaquim Fontes

Muy Señor mio y respetable amigo: Gracias mil por las frases laudatorias que V. premia nuestras investigaciones humildes y nuestros nuevos deseos de trabajar por la ciencia y por la Peninsula ibérica.

Es cierto que existe un renacimiento pero ha sido a costa de muchos sacrificios y contrariedades. Hoy (...) nos sobran materiales y poco a poco los deseamos conocer.

Respuesto a lo que V. me ha encargado mandarle ciertas publicaciones supongo que el Sr. Pacheco le habra servido pues como jefe de Trabajos tiene esta misión y se encargó de contestarle y mandarselas.

Agradecemos infinitamente su buena voluntad hacia nosotros y sus servicios y ofertas de Trabajos Portugueses.

Dentro de unos dias terminaré un trabajo réplica a Mr. Breuil a unas refutaciones que me ha dirigido. Entonces emprenderé otro estudio que a ser posible quisiera dedicar a Vdes en agradecimiento a sus benevolas atenciones (1).

Tratará de una de las fases del Arte rupestre portugues relacionandolo con el (?) Galicia y placas ornamentadas de los dolmenes de Portugal y Extremadura.

Ahora bien, yo agradecerei me lo podrían publicar en "Archeologo Portugues" y se pudiera ser con 10 o doce fotografados y se podria contar con una tirada aparte.

Ruego me conteste sobre este particular para tomar mis determinaciones.

El tomo dedicado a Galicia y Portugal pienso publicarlo mucho despues .

Esperando su anunciado trabajo sobre el célebre vaso se repite de nuevo su compañero y servidor

Juan Cabré

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Refere-se a réplica às críticas publicadas por Henri Breuil sobre a sua obra "El arte rupestre en España", atrás mencionada, que o ilustre pré-historiador francês publicou em 1916 no Boletín de la Real Sociedad Española de Historia Natural, intitulado "Algunas observaciones acerca de la obra de D. Juan Cabré, titulada El arte rupestre en España". Não espanta que Cabré tivesse de Breuil a desconfiança que expressa na correspondência, ao referir-se a que, embora desse alguns casos colaboração a espanhóis, jamais permitia que estes intervissem na elaboração das correspondentes publicações. Veja-se, a propósito, Documento 3.1.4. Porém, Cabré declara, noutro passo da correspondência, a propósito da sua relação com H. Breuil, o seguinte: "con el cual guardo afectuosas relaciones, apesar que tengamos diferencias de criterio" (cf. Documento 3.3.11).

A mencionada memória foi, de facto, publicada em Lisboa, em 1916, sob os auspícios da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, "Arte rupestre gallego y Portugués (Eira dos Mouros e Cachão da Rapa)" (CABRÉ, 1916), já antes e futuramente mencionada.

Merece justo realçar o facto de Joaquim Fontes, ao pretender estabelecer laços de cooperação com arqueólogos espanhóis, aceitar simultaneamente os encargos que, para a parte portuguesa daí pudessem resultar, designadamente os decorrentes da publicação em Portugal de originais enviados pelos colegas espanhóis.

3.3.6 – Carta. Papel timbrado.

INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS
COMISIÓN DE INVESTIGACIONES
PALEONTOLÓGICAS Y PREHISTÓRICAS
MADRID (HIPÓDROMO)

7 de Abril 1916

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi más respetable amigo:

Agradezco con toda mi alma lo que V. me decía que sería bien recibido y publicado el trabajo que pensé escribir para V^{des}. En vista de lo que V. me indica acepto gustoso ofrecimiento de publicarlo en la Sociedad, pero lo advierto que todo lo más tendrá de extensión el artículo unos 50, o 60 cuartillos manuscritos y de 10 a 12 fotograbados lo cual no sé si merecerá la pena de hacer una memoria especial. De todos modos, hace unos días di principio al trabajo y tan pronto como lo termine se lo mandaré a V. para que obre según V. crea sea conveniente (1).

Mis afectuosos saludos a todos los beneméritos socios y V. mande a su incondicional amigo y admirador
Juan Cabré
(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 1 do Documento 3.3.5.

3.3.7 – Carta. Papel timbrado.

INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS
COMISIÓN DE INVESTIGACIONES
PALEONTOLÓGICAS Y PREHISTÓRICAS
MADRID (HIPÓDROMO)

9 de Mayo 1916

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi más respetable compañero: A noche terminé por fin el original de la memoria que les prometí enviar en agradecimiento a mi inmerecido honor de haberme nombrado socio de esa sabia Sociedad.

Me faltan un par de días para concluir ciertas ilustraciones (1). De modo que confío enviárselo a V. todo ya para fines de esta semana.

Alcanza 61 cuartillas manuscritas y unas 12 ilustraciones.

Creo que he apurado en mi artículo las últimas novedades del arte rupestre neolítico y a V^{des} los portugueses confío que les satisfecerá mis teorías porque se refieren a obras de su rico país.

Su siempre affmo s s

Q B S M

Juan Cabré

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 1 do Documento 3.3.5. Algumas ilustrações são coloridas e impressas em papel "couché", o que bem prova o cuidado dispensado por Joaquim Fontes à qualidade gráfica da obra.

3.3.8 – Carta. Papel timbrado.

INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS
COMISIÓN DE INVESTIGACIONES
PALEONTOLÓGICAS Y PREHISTÓRICAS
MADRID (HIPÓDROMO)

15 de Mayo 1916

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi más respetable y distinguido amigo: Com este mismo correo le mando certificado el original e ilustraciones de mi humilde trabajo de arte rupestre, portugués y gallego.

Recibale la ilustre Sociedad como homenaje y agradecimiento.

En caso que me honraran publicandolo, ya verá las instrucciones en cada dibujo. Sin embargo V. des determinarán lo que crean más conveniente y útil (1).

La correspondencia agradecería me la envíen a esta su casa Ventura Rodriguez 2 pues en ella me encuentro en la hora de recibir el correo.

En dicho trabajo se establecerá un paralelismo de ciertas manifestaciones artísticas de Portugal y Galicia y además con las placas de los dolmenes portugueses. Creo que los interesará porque servirá de ponto de orientación para nuevos estudios de arte rupestre, muy abundantes en Portugal según indicios que se hallaran una vez pongamos los medios para ello. El Sr. Pacheco quedó encargado de complacer a V. respecto a todas nuestras publicaciones y supongo que ya lo habrá hecho

Su siempre fiel admirador y amigo

Juan Cabré

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 1 do Documento 3.3.5.

3.3.9 – Carta. Papel timbrado.

(não datada, mas pelo conteúdo, pode-se deduzir que terá sido escrita ainda em Maio ou inícios de Junho de 1916).

INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS
COMISIÓN DE INVESTIGACIONES
PALEONTOLÓGICAS Y PREHISTÓRICAS
MADRID (HIPÓDROMO)

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi más respetable y distinguido amigo: He recibido hoy su distinguida carta, en la que me dá tan gratas noticias respecto a la Memoria que les he mandado. Supuse que seria del agrado de V^{des}, porque les puede servir en algo para orientarles en su arte rupestre genuino, de un interes excepcional.

Respecto al grabado de la danza que V. me describe, debio manifestarle, que lo que V. me indica, ya lo tuvo presente cuando se lo mandé, y crei mas oportuno que se hiciera nuevo cliché para que prenda de tono las tintas y asi se [a]proximará más a la realidad, porque en la Cueva apenas se ven las pinturas, asi que lo creo es lo mejor que lo reproduzcan de nuevo y asi ganará la realidad **(1)**.

¿ Podriase, cuando se haga la tirada aparte, a cuenta mia, hacerse otros 100 ejemplares mas ? Tengo muchas amistades y tengo costumbre de enviarles separatas.

Cuando tengan pruebas me las mandan a mi domicilio particular para corregirlas. Perdoneme de tanta molestia.

Su siempre admirador y amigo

Juan Cabré

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 1 do Documento 3.3.5. A dança em causa deve corresponder à representação colorida da Lám. IV da monografia, "Danza ceremoniosa en torno de una sepultura. Cueva Ahumada, Medinasidonia (Cadiz)".

3.3.10 – Carta. Papel timbrado.

INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS
COMISIÓN DE INVESTIGACIONES
PALEONTOLÓGICAS Y PREHISTÓRICAS
MADRID (HIPÓDROMO)

21 de Junio 1916

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi más respetable y distinguido amigo: Hace unos dias le escribí a V. y supongo que recibiria mi carta. He estado durante estes últimos dias esperando las pruebas de mi articulo para corregirlas pues asi lo confiava en vista que V. me decía que las había entregado á la imprenta **(1)**.

Si a V. no le fuera mucha molestia quedaria altamente agradecido si me las mandara hasta ultimos de este mes, pues como nos tenemos que marchar a primeros de Julio a Asturias y Burgos a hacer unos estudios en unas cavernas con arte quaternaria muy tranquilo al dar al V. (?). B. **(2)** a mi publicacion antes de salir de Madrid.

Le saluda muy afectuosamente su admirador y compañero
Juan Cabré
(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 1 do Documento 3.3.5.

2 – Poderia referir-se a Henri Breuil, caso se tratasse de M ("Maestro") ou de A ("Abate"), em vez de "V", como parece. Como se deduz do documento seguinte, Juan Cabré encontrava-se, na altura, em contacto próximo com o eminente pré-historiador francês. Note-se que este último se ocupava do estudo das pinturas esquemáticas da Península Ibérica, pelo que o trabalho de Cabré detinha para ele particular interesse.

3.3.11 – Carta. Papel timbrado.

INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS
COMISIÓN DE INVESTIGACIONES
PALEONTOLÓGICAS Y PREHISTÓRICAS
MADRID (HIPÓDROMO)

30 de Junio 1916

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi más respetable amigo: Recibí hace tres días ~~recibi~~ (sic) las pruebas de mi trabajo y hayer su carta (1).

Agradezco con toda mi alma las molestias e interés que V. se toma por mí en esta ocasión. Las pruebas han quedado muy bien, particularmente las de las ilustraciones las cuales por lo bien que estan honran a la casa tipografica y a su pais. Siempre Portugal se ha distinguido por su perfeccionamento en las artes gráficas y movimiento intelectual.

Mañana le remitiré certificado las pruebas. He tardado tanto porque habían muchas erratas en el texto, las cuales me explico por mi letra muy mala y estar escrito en una lengua que no es la de los copistas Como dice V. muy bien será conveniente que me envíen otras pruebas antes de hacer la tirada o imprimirse. Creo que será conveniente que en las nuevas pruebas ya las mandase paginadas con las figuras intercaladas en el texto pues ya creo que no se harán correcciones de importancia que modifiquen la paginación.

Respecto a la advertencia que V. me indica de las placas del Sr, Leite de Vasconcellos, se lo agradezco mucho. En estes asuntos prefiero pecar de honrado y dar a cada uno lo suyo. Creí de buena fé que el Sr. Correia había sido el primero de hablar de ellas, porque no lo dice en su trabajo (2). Haré la corrección que V. me indica, pues respeto los derechos de los demás, por lo mismo que quiero se respeten los míos. Nuestro intercambio intelectual subsanará este defecto que en el aislamiento anterior incurriamos con mucha frecuencia. Ganará la ciencia y la Peninsula ibérica, siendo V. uno de los que más han contribuido a ese bien.

Recibí el libro del Maestro Leite y le escribo dandole las gracias.

He retardado unos días el viaje. Estaré en Madrid hasta el 10 de Julio. La correspondencia siempre me la manden a Madrid - Ventura Rodriguez 2.

Haré presente sus respetos a Mr. Breuil su maestro y amigo, con el cual guardo afectuosas relaciones, apesar que tengamos diferencias de criterio. Scento (?) que fuera sorprendida su buena fe en su viaje a Portugal (3).

Sabe V cuanto le aprecia, admira y está reconocido su servidor y amigo

Juan Cabré

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 1 do Documento 3.3.5.

2 – Ver Nota 3, Documento 3.2.8. O diferendo resultou da atribuição do desenho de duas placas de xisto – uma, de perto da mina de S. Domingos, Mértola, outra, da anta da herdade dos Cavaleiros, Ponte de Sôr – reproduzidas na Fig. 5, n.º. 6 e 7, do trabalho de J. Cabré, a J. Leite de Vasconcelos, e não a Vergílio Correia. Com efeito, foi este autor que as publicou em Junho de 1915 (CORREIA, 1915). Como o próprio refere (CORREIA, 1918), J. Cabré tinha originalmente indicado nas provas esta fonte, que Joaquim Fontes aconselhou a eliminar, em benefício do trabalho de J. Leite de Vasconcelos, publicado nesse mesmo ano de 1915 (VASCONCELOS, 1915). Esta situação deu origem a uma polémica iniciada com a publicação de uma crítica de Vergílio Correia ao estudo de J. Cabré (CORREIA, 1917), a que Joaquim Fontes respondeu (FONTES, 1918), tendo, enfim, a réplica de V. Correia encerrado a polémica. Fica-se com a ideia que esta polémica foi avolumada, face às reais proporções do acontecimento, pelo facto de as relações entre Leite de Vasconcelos e Vergílio Correia se terem degradado por uma sucessão de acontecimentos enunciados por este último na sua réplica ao artigo de Cabré. J. Fontes, embora tomando parte na contenda a favor de Leite de Vasconcelos, poderia ter agido de boa fé em todo este processo, até porque ambas as placas em causa foram de facto obtidas por intermédio de Leite de Vasconcelos; a carta por este último endereçada a Joaquim Fontes e por este publicada (FONTES, 1918), é clara quanto ao abuso cometido por Vergílio Correia, ao ter publicado as duas peças sem que antes tivesse obtido a autorização do Director do Museu, facto que Vergílio Correia admite explicitamente: "Effectivamente, sangra-me o coração ao confessa-lo, eu publiquei as placas sem dizer nada ao sr. L. de V. E, peor, - ó coração empedernido! - não me arrependo disso!" (CORREIA, 1918, p. 250). Ver Nota 3, Documento 3.2.8.

3 – Refere-se a desagradável incidente ocorrido com H. Breuil em 1916 quando, perto da fronteira, na região de Arronches, lhe fora dada ordem de prisão, por desconfianças que a sua presença no campo, coligindo materiais paleolíticos, suscitara junto da Guarda Nacional Republicana. Os resultados de tão agitadas prospecções arqueológicas foram, entretanto, publicados (BREUIL, 1920).

3.3.12 - Carta. Papel timbrado.

INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS
COMISIÓN DE INVESTIGACIONES
PALEONTOLÓGICAS Y PREHISTÓRICAS
MADRID (HIPÓDROMO)

11 - 7 - 16

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi mas distinguido amigo: Con este mismo correo le mando a V. un "Arte Rupestre" para el Prof. Athias (1); hágame el favor de entregarselo y ofrecerle mis mas humildes y afectuosos respetos.

Aqui le incluyo a la vez la prueba de la lamina I con su texto (2).

Cuando me envíen nuevas pruebas podrían ya mandarlas paginadas

Si me las mandan antes del 20 de este mes pongan esta dirección:

(Asturias)

Linia de Oviedo a San Esteban de Pravia (?)

Dr. D. Juan Cabré

San Román de Candamo

Despues del 20 a Madrid

Ventura Rodriguez 2

Pues aunque no esté en Madrid desde allí me las enviarán donde esté

Que pase V. buen verano y buena suerte en sus investigaciones

Su siempre affmo ss y admirador

Juan Cabré

(assinatura legível)

NOTAS

1 - Prof. Marck Athias, Catedrático da Faculdade de Medicina. Ver Nota 1, Documento 3.3.3.

2 - Ver Nota 1, Documento 3.3.5.

3.3.13 - Postal.

San Roman de Candamo (Asturias) 2 - 8 - 16

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi mas respetable y distinguido amigo: He terminado mis excursiones por este lado del Norte de

España. Hoy salgo para Navarra – Aragón – y Andalucía; así le ruego dirija la correspondencia a Madrid, Ventura Rodriguez, 2, desde donde me la enviaran donde este.

¿ Como van las pruebas de mi memoria? Esperaba haberlas recibido en San Roman.

Estoy muy satisfecho del resultado de este viaje. He visto nueva arte rupestre. He hallado un yacimiento del paleolítico superior con grandes hachas etc. etc.

Le saluda afectuosamente su buen amigo y admirador

J. Cabré

(assinatura legível)

3.3.14 - Postal (Fig. 8).

No verso imagem com a seguinte legenda: "Vista de Cangas de Tineo".

Mi mas respetable compañero. Solo hace tres dias que llegué a la provincia de Soria con el Sr. Marques de Cerralbo para continuar con sus investigaciones arqueologicas. Y al mismo tiempo recibí las pruebas de mi artículo en perfecto orden (1). Ruego a V. me permita enviarselas dentro de unos dias porque antes desearía que las viera el Sr. Pacheco; cuando me las devuelva se las remitiré a V. (2).

Despues que me fui de Asturias visité varias cuevas artificiales neolíticas con esculturas. Celebro mucho que fuera a ver las pinturas que descubrió el Sr. Pacheco pues de seguro V. hallará muchas análogas en su rico pais (3).

El Sr. Leite de Vasconcellos escribe me en sua que (...) aun existe. Como no hace V. su estudio? Su siempre admirador y amigo

Juan Cabré

Sta Maria de Huerta (Soria)

8 - 8 - 16

(assinatura legível)

NOTAS

1 - Ver Nota 1, Documento 3.3.5.

2 - Por estes pequenos pormenores se verifica o cuidado que J. Cabré dedicou à preparação desta pequena monografia, não dipensando a sua leitura crítica pelo seu chefe directo na "Comisión", o Prof. E. Hernández-Pacheco.

3 - Pode concluir-se por esta passagem que J. Fontes visitou Espanha no Verão de 1916.



Fig. 8 - Postal ilustrado de Juan Cabré (Documento 3.3.14).

3.3.15 – Postal.

Santa Elena (Jaen) 2 - 9 - 16

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi más respetable y distinguido amigo: Por fin le mando las pruebas de mi Memoria esperando que me perdone por la tardanza **(1)**.

He procurado corregirlas con esmero por lo que le ruego se fijen los copistas.

Ciertas palabras en Portugués que V.des indican no he podido confrontarlas con el original por hallarme de viaje por lo que le insisto las corrija V. que lo hará mejor.

Las correcciones son : pág. 8, línea 11; pág. 13 línea 17 ; - 23, líneas 1 y 4.

Perdoneme amigo mis muchas molestias y V. reciba un fuerte abrazo de su admirador

Juan Cabré

(assinatura legível)

Me encuentro en Andalucía haciendo unas excavaciones oficiales, de caracter [] ... Ventura Rodriguez

NOTAS

1 – Ver Nota 1, Documento 3.3.5.

3.3.16 – Postal.

Santa Maria de Huerta (Soria) 18 - 10 - 16

Mi mas respetable amigo: Reciví su última estando de viaje por el centro de España viendo arte rupestre. Gracias mil por sus correcciones y por su exquisita amabilidad.

Ya sabe V. que le he escrito dos veces que si lo permite el reglamento de esta ilustre Sociedad agradecería que tirasen 100 ejemplares mas en la Separata por mi cuenta.

Cuando regrese a Madrid tendré mucho honor el remitirle un ejemplar del folleto que V. vio. Siempre que en todo lo que publique, se lo enviaré.

En mis excavaciones de Despeñaperros descubri más de 200 esculturas en bronce ibéricas y sinnumero de objetos mas. Fue una suerte inmensa **(1)**.

Su admirador y agradecido amigo

Juan Cabré

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Os santuários ibéricos de Despeñaperros (Teruel) forneceram a Juan Cabré centenas de ex-votos figurativos (sobretudo figuras masculinas e femininas) de bronze, que se conservam no Museu Arqueológico Nacional, de Madrid, constituindo um dos conjuntos de cunho religioso mais notáveis II da Idade do Ferro peninsular.

3.3.17 – Postal.

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi más respetable Señor y amigo: Acabo de llegar a Madrid despues de uns Viajes de Verano y principio de Otoño y aqui estoy a sus ordenes.

Que tal vá mi Memoria ? (1) Saldrá pronto a la publicidad?

Esperando gratas noticias de V se despide su admirador y amigo

Juan Cabré

(assinatura legível)

Madrid - 6 -11 - 16

NOTAS

1 – Ver Nota 1, Documento 3.3.5.

3.3.18 – Postal (Fig. 9).

Mi mas respetable y distinguido amigo: In mi ultima carta involontariamente cometí la omisión de las localidades portuguesas en donde se habian hallado objetos de las mismas civilizaciones que fabricó su célebre Oinochoe. Son Alcacer do Sal y donde se hallaran los obsideros (?) que Estacio da Veiga reproduce en su obra T. IV lam XXV (1). En Portugal dicha civilización se extendio mucho y es la misma que tanthuellas dejó en el centro de España.

Todavía no he recibido la tirada aparte. Debe estar aún en Lisboa.

Su siempre admirador y amigo

Juan Cabré

(assinatura legível)

Madrid 20 - 11 - 16



mi más respetable y distinguido
 amigo. En mi última carta me
 voluntariamente cometi la omi-
 sión de las localidades portuguesas
 en donde se habían hallado obje-
 tos de las mismas civilizaciones que
 fabrica su célebre Buzón. Son
 Alcazar do Sal y donde se hallaron
 los alfileres que botacio de Vega
 reproduce en su obra T. IV lam XXV.
 En Portugal dicha civilización se ex-
 tendió mucho y es la misma que
 tantas huellas dejó en el centro de España.
 Todavía no he recibido la tirada
 aparte. Debe estar aún en Lisboa.
 Su siempre admirador y amigo
 Juan Cabré
 Madrid 20-11-16.

Fig. 9 - Postal de Juan Cabré (Documento 3.3.18).

NOTAS

1 – Ver Nota 1, Documento 2.2.4, a propósito da peça de Rio Maior, que não é da Idade do Ferro, mas sim da época romana. Neste quadro, os espetos rituais de bronze da Idade do Ferro reproduzidos por Estácio da Veiga e citados por J. Cabré, não possuem qualquer interesse comparativo com a peça em causa.

3.3.19 – Postal.

(com indicação de ter sido visto pela censura a 15 Set. 1916 e endereço: Al Sr D. Joaquim Fontes Caminho do Forno do Tijolo 17 Lisboa. No verso do postal e lateralmente está indicada a morada: Ventura Rodriguez 2 Madrid)

Correderas - Santa Elena (Jaén) 13 - 9 - 16

Mi respetable amigo. Supongo recibiria ~~ho~~ mis pruebas ya corregidas. Perdoneme V. de tantas emmendas. Con repasarlas V. creo que ya basta.

Como le dije en otra, tendría interes en caso de ser posible ademas de los 50 ejemplares, tirasen 100 más por mi cuenta (1).

Me hallo excavando oficialmente un Santuario iberico donde ya hemos hallado mas de 70 estatuellas de bronce algunas de ellas de regular tamaño (2).

Receba mi consideracion y agradecimiento.

Juan Cabré

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 1, Documento 3.3.5.

2 – Ver Nota 1, Documento 3.3.16.

3.3.20 – Carta.

Madrid 18 - 11 - 16

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi mas respetable y distinguido amigo: El Domingo pasado recibí una carta de V en la que que V me anunciaba el envío de 150 ejemplares de mi modesto trabajo que he tenido la alta honra dedicarles a V.des por el inmerecido honor de haberme designado como compañero (1). Al mismo tiempo me decía que me

mandaría su nueva monografía del interesantísimo vaso de bronce que han hallado en Portugal (2).

De los dos anuncios de envíos solo uno por ahora se ha realizado; su bello estudio del vaso: le doy por el un más completa enbora buena. Conuerdo plenamente con V en sus apreciaciones y realmente es una obra de arte indígena. Debo recordarle que en España se han encontrado algunos de estos vasos, los cuales, figuraban en la Colección Vives, de Madrid y los describió el Sr. Melida Director de Museo Arqueológico, en la Revista de Archivos Bibliotecas y Museos (ahora no recuerdo la fecha pero la buscaré y le mandaré el dato exacto) (3). Uno de aquellos vasos tenía su asa con un león, bastante parecido al de V.

Su objeto se caracteriza y es raro por la forma redonda de la boca pues generalmente presentan la forma trilobada

Yo modestamente opinaría que su vaso es de la misma civilización de la necrópolis

Y de la que fabricó los obsideros que publica Estacio da Veyga en su célebre obra (4).

Mis ejemplares aun no los he recibido por esto aguardaba contestarle .

No me extraña el retraso, quizás estén retenidos en la censura. Aunque no se hayan recibido agradecería me mandase la nota del coste de los 100 ejemplares para remeterse.

Mr. P. Paris está ya en Madrid y le he saludado en su nombre (5).

Este invierno también publicaré un avance del Santuario ibérico de Despeñaperros (Saenz) donde se hallaran los célebres bronzes. En las inmediaciones había industria del paleolítico superior y mucho arte rupestre.

Ruego de nuevo reciba un más profundo agradecimiento y los servicios de su admirador

Juan Cabré

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 1, Documento 3.3.5.

2 – Ver Nota 1, Documento 3.3.4.

3 – Esta referència bibliográfica não se encontra listada pelo biógrafo de José Ramón Mélida (ALMELA BOIX, 2004).

4 – Ver Nota 1, Documento 3.3.18.

5 – Pierre Paris, ilustre investigador das antiguidades ibéricas, fundador da École Supérieure des Études Hispaniques.

3.3.21 – Carta (Fig. 10).

(envelope com carimbo indicativo de ter sido aberto pela censura portuguesa em 29 de Novembro de 1916; carimbo dos Correios de Espanha de 25-Nov. 16).

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi mas respetable amigo: En este mismo momento acabo de receber por paquete postal un tirada aparte de la Memoria que esa Dignissima Sociedad Portuguesa de Sciências Naturales me ha honrado publicando.

Esta muy bien editada y dice mucho en honor de las Artes Gráficas de Portugal asi como en primer termino del celo que todos Udes tienen por la Ciencia (1).

Haya presente a la Sociedad en pleno mi eterno reconocimiento y mis votos de amor al pais hermano. He V. que desinteresadamente me ha amparado reciba tambien mis mas expressivas gracias y perdone V cuantas molestias le ha originado esta publicación.

Solo falta que me comuniquen el importe del resto de la tirada para mandarselo al instante.

Su intusiasta admirador y cordial compañero

Juan Cabré

Madrid 24 - XI - 16

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 1, Documento 3.3.5.

3.3.22 – Carta.

(apresenta desenhos de falcatas e de espadas de antenas).

Madrid 30 - 5 - 17

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi mas respetable y distinguido amigo: Por causa de que se aplazó la clausura de la Exposición del Congreso de Sevilla una semana máz, ritardé mi regreso a Madrid, lo cual me privó del placer de acompañarle por Madrid y de haberle enseñado el Palacio y las colecciones del Sr. Marques de Cerralbo, mis trabajos en marcha y mi nuevo Centro de Estudios Historicos, donde ahora trabajo por incompatibilidad de caracter con el Sr. Pacheco influido por las intrigas del sabio pero muy invidioso Dr. Obermaier (1).

Aparte le envio certificado dos nuevos trabajos míos y otro del Sr. Zuazo (?) que me lo entregó para que lo diera a V.

Voy a molestarle otra vez con un nuevo encargo. En el museo Etnologico Portuguêz existen armas de

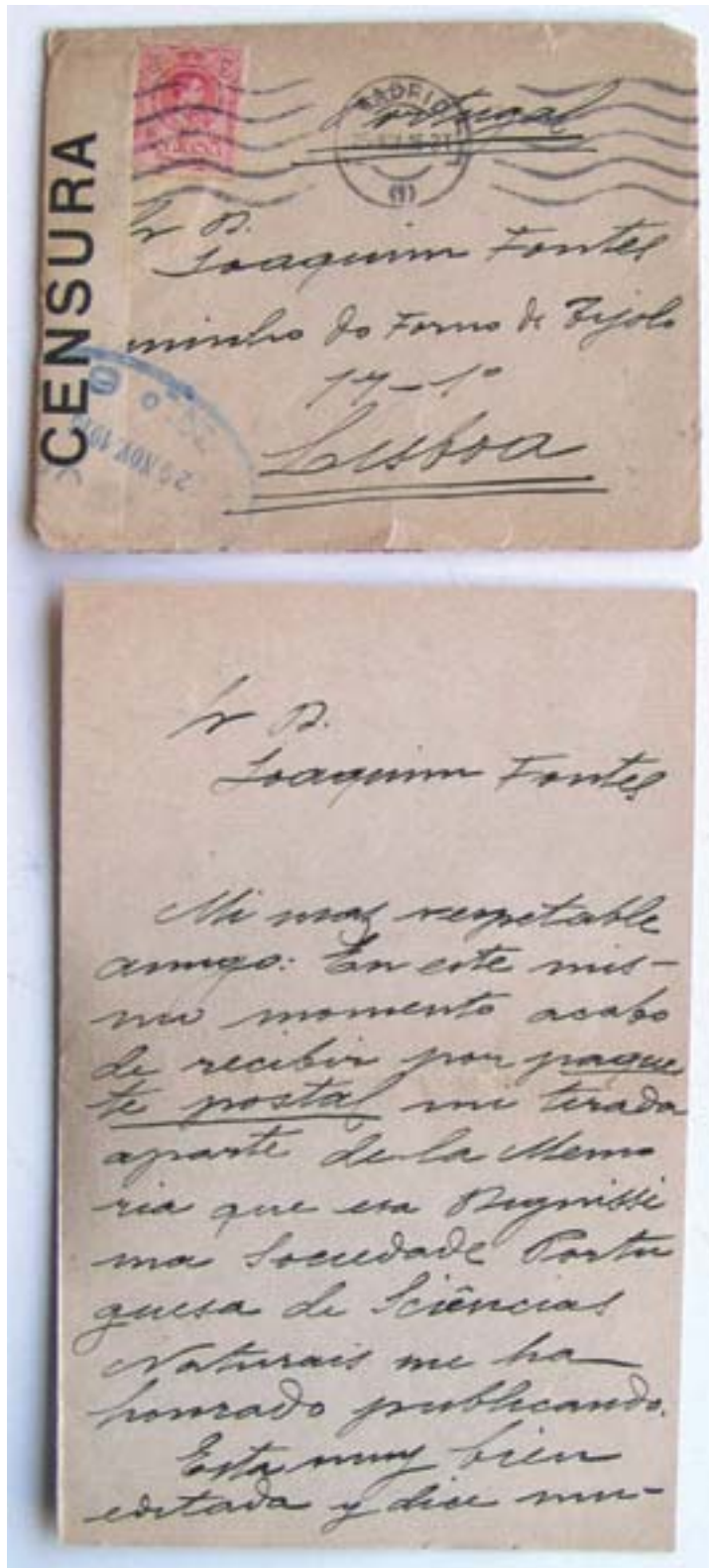


Fig. 10 - Carta de Juan Cabré (Documento 3.3.21).

hierro ibericas. Poderia V. indicarme, de donde proceden y las variantes de armas que hay?

Por ejemplo: Alcacer do Sal (Salacia):

Falcata (desenho) antenas hay otros tipos de esta localidad

¿Del tipo de antenas se encontrarán en otras localidades?

Armas como las de las estatuas lusitanas de este tipo se conocen en Portugal (desenho) ?

Espadas de La Tène de hierro las hay? (desenho)

Si no hubiera sido la guerra les hubiera visitado este año, porque además ahora he emprendido aparte una obra magna el "Corpus de la escultura iberica" y necesito de estudiar los bronce de sus museos y las estatuas lusitanas, pero en las circunstancias actuales no se puede intentar tal viaje

Mande a su siempre servidor y amigo

Juan Cabré

(assinatura legível)

(...) Ventura Rodríguez 2

NOTAS

1 - Prof. Hugo Obermaier, también representado na correspondência que agora se publica (ver ponto 3.4). As más relações entre Juan Cabré e Hugo Obermaier, que extravasavam do plano pessoal para o domínio científico, encontram-se evidenciadas, por diversos pormenores; um deles, respeita aos comentários apresentados por Hugo Obermaier à obra de Juan Cabré "El arte rupestre en España", já anteriormente citada (CABRÉ, 1915), na qual o primeiro declara: "Esta obra, que se ocupa más bien del arte de la región levantina que del de la zona cantábrica, no puede considerarse como una guía segura para el estudio de tales materias, a causa de sus grandes defectos, o solamente del texto sino también en las reproducciones gráficas" (OBERMAIER, 1925, p. 299).

3.3.23 - Postal.

Madrid 30 - 12 - 17

Mi mas respetable y distinguido amigo: ¡Cuanto senti el no verle cuando estuvo V. ultimamente en Madrid! Mi encontrava de viaje fuera de Madrid. Vi ciertos bajo relieves neoliticos pintados y muchas cuevas con arte.

Despues excave (...) santuario iberico y descubri entre otros objetos mas de 1.200 esculturas de bronce (1).

No deje de avisarme cuando vuleva por Madrid.

Felicidades (...) y buen año nuevo.

Su admirador y amigo

Juan Cabré
(assinatura legível)
Ventura Rodriguez 2

NOTAS

1 – Trata-se dos santuários de Despeñaperros (prov. de Jaén); ver, a propósito, Ver Nota 1, Documento 3.3.16 e Nota 2, Documento 3.3.19.

3.3.24 – Postal.

(no verso, possui imagem com a seguinte legenda: "8.-VALLADOLID. - Interior del Patio de San Gregorio").

Madrid 2 - Mayo 1918,

Mi mas respetable y distinguido amigo: Despues de haber recibido su ultima tarjeta, he esperado en vano el articulo que me escribió que me mandaba con el mismo correo. He sentido con toda mi alma que se haya perdido. ¿No tendrá V algun ejemplar? Su agradecido amigo y servidor

Juan Cabré
(assinatura legível)

3.4 – Correspondência com Hugo Obermaier

3.4.1 – Postal.

MUSEO DE CIENCIAS NATURALES
(HIPÓDROMO)

Madrid. 7. I. 16.

Cher Monsieur,

J'ai l'honneur, de vous adresser par le même courrier deux "imprimés" ("Clima cuaternario" - et "(...) de Bañolas") (1).

Je serai très heureux d'entrer en relations scientifiques et personnelles avec vous, puisque j'ai un très grand intérêt pour vos belles recherches !

Veillez agréer cher Monsieur, avec tous mes remerciements (...) l'expression de mes sentiments les plus dévoués

H. Obermaier
(Institut de Paleontologie Humaine Paris)
(assinatura legível)

NOTAS

1 – Trata-se da monografia intitulada "La mandibula neandertaloide de Bañolas", editada em 1915 pela "Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistoricas", da qual a parte antropológica foi redigida por H. Obermaier e a parte geológica por E. Hernández-Pacheco (OBERMAIER, 1925, p. 354).

3.4.2 - Postal.

Madrid 22 - I - 916

Cher Monsieur,

Veillez bien acheter encore, sur mon compte, Nr. 22691: 2 - Cartailiac, Âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal (Catalog. Moraes) (1).

J' espère, avoir l'occasion, de pouvoir témoigner ma gratitude pour votre grande obligeance et je vous prie, d'agréer mes meilleurs souvenirs.

H. Obermaier
(assinatura legível)

NOTAS

1 – Trata-se de um célebre manual, hoje clássico, sobre Pré-História da Península Ibérica, publicado por Ch. Reinwald, Paris, em 1886, tendo resultado de uma missão de estudos da qual E. Cartailhac foi encarregado pelo governo francês na sequência da sua participação na IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas), reunido em Lisboa em Setembro de 1880. H. Obermaier pretendia que J. Fontes adquirisse um exemplar que, por essa altura, teria aparecido à venda em catálogo de conhecida livraria de Lisboa.

3.4.3 – Carta. Papel timbrado (Fig. 11).

MUSEO DE CIENCIAS NATURALES
DIRECCIÓN
MADRID (HIPÓDROMO)

13. janvier. 16.

Cher Monsieur,

Je vous remercie bien vivement pour votre aimable carte et le généreux envoi, qui m'intéresse au plus haut degré. Recevez toutes mes félicitations et permettez-moi, de vous dire ma joie, de savoir le Paléolithique portugais entre de si bonnes mains. Il n' y a que (...) doute, que l'avenir nous réservera,

MUSEO DE CIENCIAS NATURALES
DIRECCIÓN
HIPÓDROMO (MADRID)

15. janvier. 18.

Cher Monsieur,

J vous remercie bien vivement
pour votre aimable carte et le
généreux envoi, qui m'intéresse
au plus haut degré. Recevez toutes
mes félicitations et permettez-moi,
Je vous dir ma joie, le savoir
le Paléontologie portugaise entre de
si bonnes mains. Il n'y a aucun
doute, que l'Espagne nous reconne,
- grâce à votre grand zèle scienti-
fique, - encore des découvertes de
tout premier ordre dans votre pays!

Vos brochures sont spéciale-
ment précieuses pour moi en ce
moment - même, car je prépare
un petit livre (en espagnol), où
le Périmètre Iberique aura une
place prépondérante. Aussi, j'é-
prouve la grande liberté, de
me confier à votre bonté, pour

Fig. 11 - Carta em papel timbrado de Hugo Obermaier (Documento 3.4.3).

– grâce à votre grand zèle scientifique, – encore des découvertes de tout premier ordre dans votre pays!

Vos brochures sont spécialement précieuses pour moi en ce moment - même, car je prépare un petit livre (en espagnol), où la Péninsule Ibérique aura une place prépondérante (1). Aussi, je prends la grande liberté, de me confier à votre bonté, pour les publications, indiquées au dos de cette lettre. Pourriez-vous me procurer des tirés - à - part des travaux de MM. de Vasconcellos et Delgado, - ou m'acheter dans les institutions en question ("Service des Travaux publics" et de "Géologie") les volumes mêmes. Je suis bien indiscret, mais vous pouvez compter sur ma grande reconnaissance, et être assuré, que je suis également à votre disposition absolue. Il va sans dire que je vous rembourserai vos dépenses par retour du courrier.

Veillez agréer, cher Monsieur, tous mes remerciements anticipés et l'expression de mes sentiments les plus dévoués.

H. Obermaier
(assinatura legível)

Serra da Estrella (2):

I., A. de Vasconcellos Pereira Cabral, Revista de Obras Públicas e Minas. Tomo. XV. Núm. 177, 178; - 1884

II. Idem, Traces d'actions glaciaires dans la Serra d'Estrella.1 : Communicações da Comissão dos trabalhos Geológicos de Portugal. Tomo I.1883 - 1887; Mémoire Nr. XII.

III. Néry Delgado, Note sur existence d'anciens glaciers dans la vallée du Mondego. 1 : Communicações da Direcção dos trabalhos geológicos. 1895. tomo III; fasc 1.

Est-ce qu'il y a des indications sur la glaciation quaternaire du Portugal, de la part de D. Wenceslau Lima Et de Mr. Paul Choffat

Où trouverais-je ces notes ? (Rvue). -

NOTAS

1 – Trata-se da primeira edição da obra "El Hombre Fósil", publicada neste mesmo ano de 1916; corresponde à Memória nº. 9 da Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistoricas" e conheceu segunda edição, refundida e amplida em 1925. Constitui ainda hoje importante fonte de informações e à época seria sem dúvida a melhor síntese sobre a presença humana na Península Ibérica, desde os primórdios até ao fim do Mesolítico. Nela, a exposição das matérias apresenta-se estreitamente articulada com o que era conhecido no resto do continente europeu, mercê da actividade anterior do seu autor, especialmente na Alemanha. Com efeito, H. Obermaier havia publicado, há anos (1912), a obra monumental "Der Mensch der Vorzeit" que constituía actualizada visão de conjunto sobre a Humanidade pré-histórica. A sua vinda para Madrid, depois de ter desempenhado o cargo de Professor no Instituto de Paleontologia Humana, em Paris, onde teve oportunidade de acumular conhecimentos difíceis de obter a outro qualquer investigador ibérico, colocava-o em situação de superioridade face a estes últimos, o que

motivou inevitáveis reacções negativas, por parte de alguns deles, como de facto veio a verificar-se. Veja-se, a tal propósito, Nota 1, documento 3.3.22.

2 – Principal bibliografia até então publicada sobre os testemunhos glaciários no território português, necessária para a redacção do capítulo sobre o glaciário ibérico, a que H. Obermaier dá o devido destaque na obra "El Hombre Fósil", citando alguns dos autores portugueses de quem pedia agora elementos.

3.4.4 – Postal

Madrid. 31. I. 1916

Cher Monsieur,

Merci beaucoup pour l'aimable transmission de l'étude de Mr. L. de Vasconcellos **(1)**. Vous avez raison, qu'il sera peut être mieux, d'attendre une nouvelle occasion, pour acheter le "Congrès de Lisbonne" à meilleur marché **(2)**. N'oubliez pas non plus le livre de Mr. Cartailhac que j'achèterai, quand l'occasion se présentera **(3)**. En attendant je vous prie de m'indiquer vos frais (brochure et port postal) pour l'achat que avez bien voulu faire a fin que je puisse vous en remettre le montant.

Bien reconnaissant et dévoué

H. Obermaier

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Corresponde provavelmente a um dos estudos solicitados por Hugo Obermaier na missiva anterior sobre os testemunhos de acções glaciárias em Portugal assinaladas por Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral, algumas delas fantasiosas, como se provou posteriormente.

2 – Pretendia H. Obermaier adquirir no mercado alfarrabista o volume das actas da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, publicado em Lisboa em 1884.

3 – Ver Nota 1, Documento 3.4.2.

3.4.5 - Carta (Fig. 12).

(sobrescrito com carimbo da censura portuguesa datado de 10 Abr. 1917)

Madrid. 6. IV. 1917

Museo de Ciencias Naturales

Cher Monsieur,

Je viens de recevoir votre aimable lettre, dont je vous remercie sincèrement. Nous serons très contents, de faire votre connaissance personnelle, et vous pouvez être convaincu, que nous ferons tout le possible, pour rendre effective votre collaboration avec la "Junta de Ampliación de Estudios" (1).

Mr. Pacheco est actuellement en dehors de Madrid, à Cordoba, et ne rentrera pas avant le 16 avril. Moi-même, je dois partir le 8 et je retournerai pour ma part seulement vers le 25 de ce mois.

Il serait donc bien souhaitable que vous ajourniez votre aimable visite jusqu'aux derniers jours d'avril.

En attendant, je vous prie de croire à mes sentiments les plus distinguées et dévoués.

Hugo Obermaier

(assinatura legível)

NOTAS

1 - É a "Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas", que superintendia o trabalho da "Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas". Confirma-se a persistente intenção de Joaquim Fontes de procurar estreitar os laços pessoais com arqueólogos espanhóis. Ver documento 3.1.4.

3.4.6 - Carta.

(sobrescrito com indicação de ter sido expedido a 5 e aberto pela censura portuguesa a 7 de Junho de 1917).

Madrid. 4. juin. 1917.

Cher Monsieur,

Je n'ai pas moins regretté, que je n'ai plus eu le plaisir, de vous serrer la main au moment de votre départ. Croyez-moi, que j'ai été heureux, de faire votre connaissance ; vous connaissez mon intérêt sincère pour vous et pour vos beaux travaux scientifiques et je ferai toujours tout ce que me sera possible, pour vous être utile et agréable.

Je transmettrai avec plaisir les cartes postales du Musée de l'Art Ancien de Lisbonne à notre dessinateur, qui vous en restera bien redevable.

J'ai trouvé de 3 ou 4 jours le libre de Góngora ; je vous l'adresserai et je vous en prie, de vouloir l'ajouter à votre bibliothèque comme petite souvenir de ma part (1).

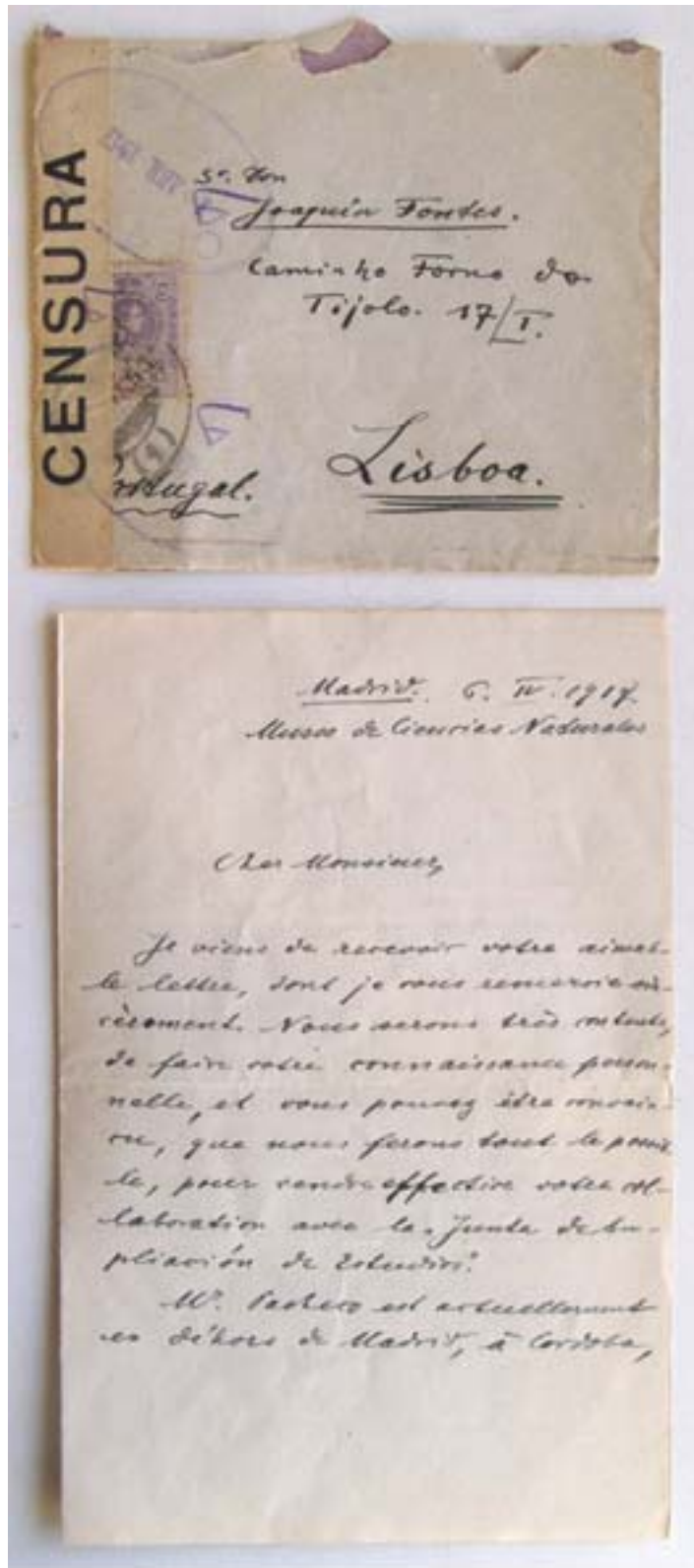


Fig. 12 - Carta de Hugo Obermaier (Documento 3.4.5).

Veillez bien croire, cher Monsieur à mes sentiments les meilleurs et les plus dévoués.

H. Obermaier

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Refere-se ao clássico da arqueologia espanhola "Antigüedades prehistóricas de Andalucía", publicado em Madrid no ano de 1868, da autoria de Manuel de Góngora y Martínez, do qual se efectuou edição de apenas 300 exemplares, como se lê a p. 19. Esta obra foi reeditada pela Universidade de Granada, em 1991, em edição facsimilada, com estudo preliminar de M. Pastor Muñoz e J. A. Pachón Romero. A oferta de um daqueles exemplares a Joaquim Fontes, por parte de H. Obermaier expressa bem a alta estima que este lhe dedicava.

3.4.7 – Postal.

Madrid. 11. Juin 17

Cher Monsieur,

Merci pour votre aimable envoi, que je remettrai à Mr. Benítez dès qu'il rentrera à Madrid, car il est actuellement absent pour 15 jours.

Le livre de Gongora est parti et j'espère, que vous l'aurez bientôt (1).

Croyez, je vous prie, à mes sentiments les meilleurs et les plus dévoués

H. Obermaier

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 1, Documento 3.4.6.

3.4.8 – Carta. Papel timbrado.

MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES

MADRID (HIPÓDROMO)

LABORATORIO DE GEOLOGÍA

18 Déc. 17.

Cher Ami,

Je viens de recevoir votre aimable cadeau ("Estácio da Veiga") et je vous en remercie bien vivement !

Les 4 volumes auront une place d'honneur dans ma bibliothèque et seront en même temps pour moi toujours un souvenir bien agréable de vous-même (1).

Agréez, mon cher Ami, tous mes vœux de bonnes fêtes et de bonne année 1918 et croyez moi

Votre ami sincère et dévoué

H. Ob.

(rubrica legível)

Mr. Pacheco est déjà en vacances en Estrémadure. Bons souvenirs de tout le Laboratoire de Géologie!

NOTAS

1 – Em retribuição da obra de Manuel de Góngora, Joaquim Fontes ofereceu a Hugo Obermaier os quatro volumes das "Antiguidades Monumentaes do Algarve", da autoria do notável arqueólogo que foi Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga, publicados pela Imprensa Nacional de Lisboa, em 1886, 1887, 1889 e 1891. Na época, é provável que todos ainda estivessem disponíveis para venda na própria casa editora.

3.4.9 – Carta.

(papel e sobrescrito timbrados; envelope com indicação de ter sido expedido a 4 de Dezembro de 1917 e aberto pela censura (data ilegível).

MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES

MADRID (HIPÓDROMO)

LABORATORIO DE GEOLOGÍA

4. XII. 17

Mon cher Ami,

J'ai reçu vos deux aimables lettres et je vous remercie bien vivement des sentiments, que vous voulez bien y exprimer à mon égard.

Le livre sur les Picos de Europa partira ce soir, et il va sans dire, que je suis toujours à votre disposition si vous désirez quelque chose. Je n'ai pas encore reçu les volumes de "Estácio da Veiga" (1) – c'est vraiment trop aimable, que vous voulez me les dédier. J'accepte pour cette fois, – mais je vous prie, de me permettre de payer, dans l'avenir, mes commandes, que j'ai faites à la condition, que les frais seront naturellement à ma charge !

Toutes mes félicitations pour vos nouvelles découvertes ! Continuez – et vous verrez, que vous trouverez encore des choses extraordinaires. Je n'ai pas oublié, de m'occuper de vos désirs, et je continuerai dans ce sens. Mr. Pacheco a déjà projeté une campagne scientifique et commune avec vous, en 1918, et je lui ai

déjà plusieurs fois suggéré, de vous donner encore des subventions personnelles spéciales, pour des recherches purement personnelles. Je vous communique ce fait à titre purement confidentiel, et j'ai la conviction, que tout s'arrangera dans ce sens ! (2)

N'oubliez pas, de vous occuper aussi des plaques funéraires (idoles en schiste, néolithiques et énéolithiques) de vos musées. Ce serait un affaire très importante, si vous pouviez préparer une monographie à ce sujet, qui reunira de tous les types et toutes les variétés. (3)

Ici, rien de nouveau !

Croyez, mon cher Ami, à mes sentiments les meilleurs.

Cordialement à vous

H. Ob.

(rubrica legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 1, Documento 3.4.9.

2 – Esta informação, dada confidencialmente por Hugo Obermaier, confirma o que atrás se referiu sobre o apoio financeiro da Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas", dirigida pelo Prof. Eduardo Hernández-Pacheco, às despesas realizadas por Joaquim Fontes no âmbito das suas investigações pessoais. Ver nota 5, Documento 3.1.4.

3 – O interesse pelas placas de xisto vinha de muito antes, tendo sido promovido, primeiro, por E. Cartailhac, que publicou diversos exemplares destas produções típicas da pré-história sul-portuguesa, dando-lhes visibilidade internacional (CARTAILHAC, 1886) e, depois, por muitos outros, entre os quais Estácio da Veiga e J. Leite de Vasconcelos. Infelizmente, J. Fontes não seguiu a oportuna sugestão de H. Obermaier nesse sentido.

3.4.10 – Postal (Fig. 13).

Madrid. IX. - Alcalá 143

2- XI - 924

Cher Monsieur et Ami:

Recevez toutes mes félicitations pour votre belle découverte paléolithique! Je serai très heureux de la voir bientôt publiée (1). Quand nous reverrons-nous, à Madrid ou à Lisboa ? Dès que je pourrai, j'ai l'intention de vous visiter.

Bien cordialement à vous

H. Obermaier

(assinatura legível)

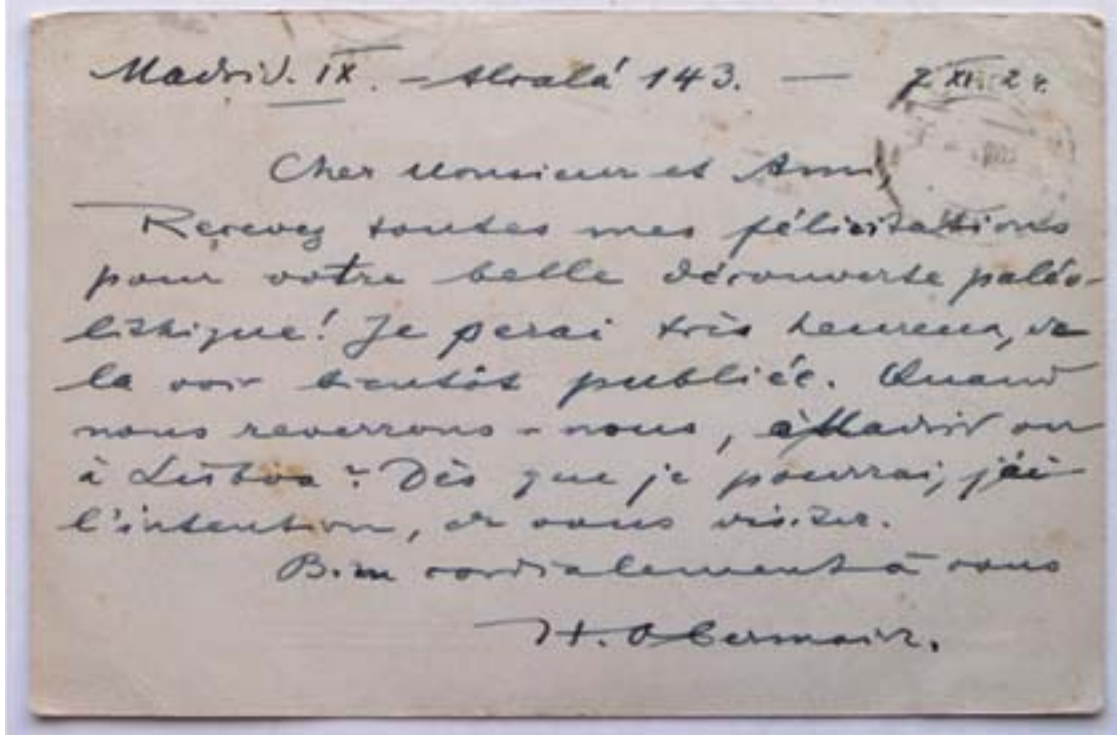


Fig. 13 - Postal de Hugo Obermaier (Documento 3.4.10).

NOTAS

1 – Trata-se de referência à descoberta da estação paleolítica de Camposancos, perto de La Guardia (Galiza), publicada por Joaquim Fontes no ano seguinte (FONTES, 1925), a qual foi efectuada na verdade pelo padre A. Luisier, do colégio jesuíta de Nun'Álvares, perto de La Guardia, como o próprio declara, no referido trabalho.

3.4.11 – Postal.

Madrid. 6. I. 25.

Cher Ami,
Merci pour belle brochure dont je vous félicite vivement.
Avec tous mes vœux de bonne année 1925 (1)
Votre très dévoué
HObermaier
(assinatura legível)

NOTAS

1 – Este postal é o último da correspondência, que nos últimos tempos já escasseava entre ambos. É lícito concluir que, entretanto, as relações científicas tenham decaído, seguramente pela diminuição da actividade arqueológica de Joaquim Fontes, a partir do ano de 1919, quando assume as funções de segundo assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa. A "belle brochure" a que H. Obermaier alude, deve corresponder ao pequeno opúsculo "O Homem fóssil em Portugal", publicado em 1923 pela Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, cujo título evidencia inspiração na obra "El Hombre fósil" de Hugo Obermaier, cuja segunda edição seria publicada no decurso de 1925. Ver Nota 1, Documento 3.4.3.

3.5 – Correspondência com o Conde de la Vega del Sella.

3.5.1 – Carta (Fig. 14).

(papel com brasão de armas do conde. Sobrescrito com indicação de ter sido expedido a 7 e aberto pela censura, em Lisboa, a 11 de Outubro de 1917).

Nueva 7 de Octubre 917

Exmo Sr. D Joaquim Fontes
Mi estimado amigo: com mucho gusto he recibido su carta por la que creo proxima venida à esta.
Supongo habrá recibido carta del Sr. Eduardo Pacheco a quien indicaba la conveniencia de que V.

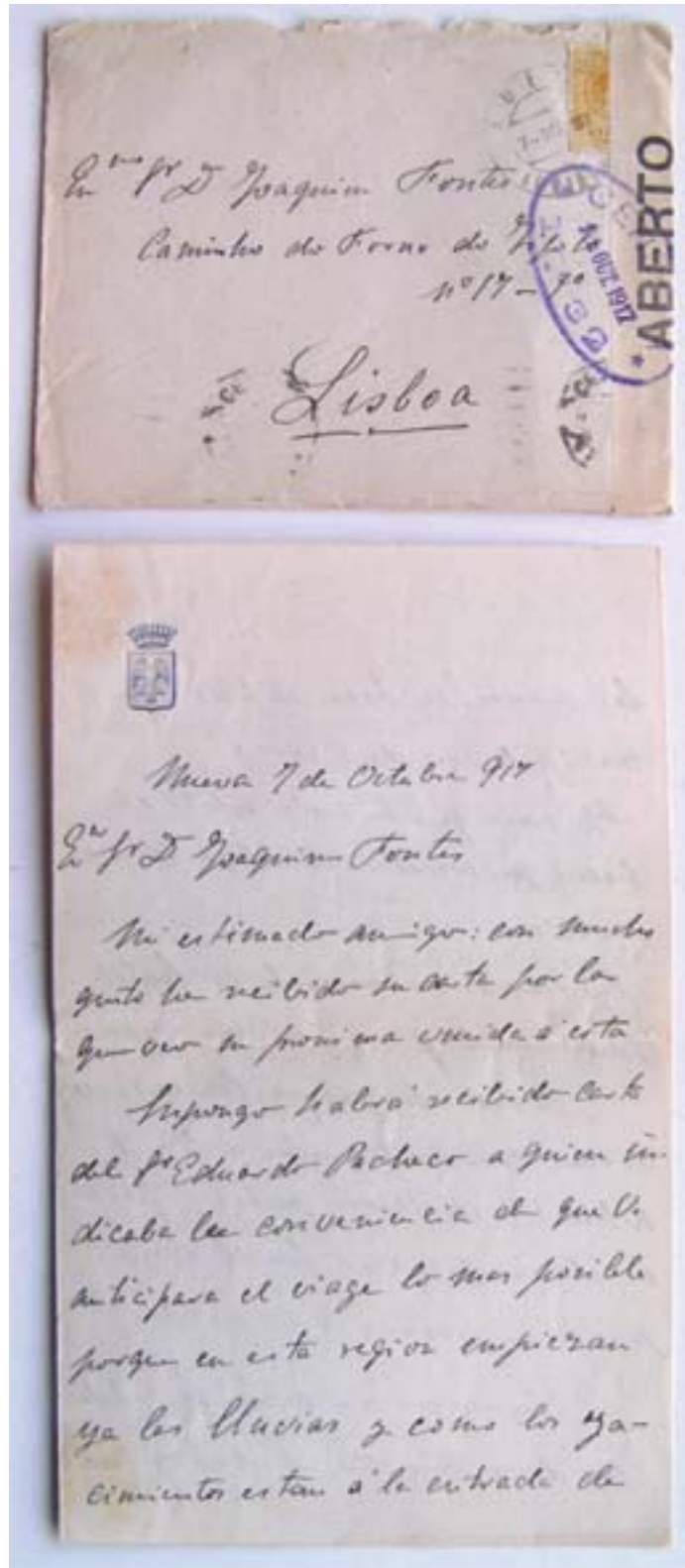


Fig. 14 - Carta em papel timbrado do Conde de la Vega del Sella (Documento 3.5.1).

anticipara el viaje lo mas posible porque en esta region empiezan ya las lluvias y como los yacimientos estan á la entrada de las cuevas, se hace dificil la manipulacion de tierras

Yo creo que le seria util el hacer personalmente algo de excavacion

En Nueva no necesita V. de hotel pues puede pasar en mi casa

Cuando hagámos las excavaciones, como estas estan à, 7 y 9 kilometros de Nueva podra V. pasar en alguna pequeña fonda cuyo precio no pasará de 5 pesetas.

Le ruego me avise su salida con dos o tres dias de anticipación

El itinerario que debe seguir es el siguiente

Desde esa á Medina del Campo. De Medina del Campo à Oviedo directo en el tren correo. De Oviedo por los Ferrocarriles Economicos de Asturias à Nueva **(1)**.

Sin mas y esperando tener el gusto de saludarle pronto queda suyo afm amigo

C. Vega del Sella

(assinatura legível)

NOTAS

1 - A insistência de alguns arqueólogos espanhóis na presença de Joaquim Fontes nas Astúrias encontra-se sublinhada nesta missiva, a qual fornece todos os detalhes para a realização da viagem; recorde-se que Joaquim Fontes tinha já assegurado o pagamento das despesas, pela "Comisión de Investigaciones y Prehistóricas", presidida por E. Hernández-Pacheco. Ver Ver nota 5, Documento 3.1.4 e Nota 2, Documento 3.4.9.

3.5.2 - Carta. Papel com brasão de armas do conde.

Nueva 20 de Nov. 917

Sr D. Joaquim Fontes

Mi estimado amigo: à mi regreso de Salamanca me encuentro con su amable carta por la que creo que llegó a su pais sin novedad **(1)**; yo sigo bien de mi estomago y como de todo.

Recibi la revista de Anatomia y Antropologia con sus trabajos sobre tatuage por los que le doy las mas expresivas gracias. **(2)**

Si U. me autoriza para ello reproduciria en la monografia sobre el Dolmen de Cangas de Onis dos de los dibujos de Manijanços nº 4 y la cuya vestidura en linea quebrada y triangular corrobora mi teoria del dibujo del dolmen.

Tambien le agradezco los datos que me envia acerca de las pinturas dolmenicas de Portugal **(3)** y cuando vaya a Madrid procuraré estudiarlos.

Dentro de poco enviaré à mi prospector hacer un viaje recorrer cuevas en esta region para ver si

encuentro nuevos yacimientos y caso que encontraré alguno que mereciese la pena le avisaria para trabajarlo este verano.

Toda esta familia me encarga lo salute y yo à mi vez le ruego presente mis respetos al Sr Leite de Vasconcellos a quien tengo vivos deseos de conocer personalmente

Ya sabe que en cualquier ocasion en que me crea util puede disponer de este su afmo amigo

C. Vega del Sella

Como todavia no he ido à Madrid no he podido confrontar el asta que encontramos el ultimo dia en Balmori, pero que creo que es de Cervus Megaceros. (4)

NOTAS

1 – Trata-se de uma das duas passagens, de entre a correspondência publicada, que comprova a deslocação de Joaquim Fontes às Astúrias, no Outono de 1917 onde, sob a direcção do Conde de la Vega del Sella, participou em escavações arqueológicas.

2 – Trabalho publicado por Joaquim Fontes em 1915, no qual comparou as tatuagens faciais patentes em ídolos calcolíticos com as de indígenas da África Negra. Note-se que, no mesmo ano, Vergílio Correia tinha publicado artigo sob a mesma temática, intitulado "Ídolos prehistoricos tatuados", onde se reproduzem as duas placas de xisto, procedimento que deu origem a polémica a que atrás se fez menção. Ver nota 2, Documento 3.3.11.

3 – Em Portugal muito pouco então se sabia sobre pinturas dolménicas. Deve destacar-se, a este propósito, José Coelho, pelas descobertas por si efectuadas em 1912 em uma das antas de Pedralta, Côtá (concelho de Viseu). Sobre esta descoberta, José Coelho declara ter consultado Juan Cabré, o qual lhe respondeu em carta datada de 8 de Novembro de 1916 (COELHO, 1924, p. 10, 11). A prioridade de José Coelho na descoberta de pinturas megalíticas na região de Viseu viria a originar acesa polémica com o Prof. A. A. Mendes Corrêa.

4 – A cueva de Balmori, escavada pelo Conde de la Vega del Sella, possui vários níveis do Paleolítico Superior, sendo o último já do Asturiense. A peça em haste de cervídeo mencionada nesta carta poderá corresponder a qualquer dos exemplares reproduzidos na obra dedicada ao Asturiense (VEGA del SELLA, 1923, Fig. 12). Estes, pelo seu grande tamanho, sugeriram ao autor a hipótese de pertencerem a bastões paleolíticos executados em hastes de *Cervus canadensis* (*op. cit.*, p. 29), espécie que, no entanto, não se encontra representada em território peninsular. O mais certo, é pertencerem a veado de grandes dimensões, sem negar a possibilidade de Alce, espécie muito mais rara no Plistocénico da região franco-cantábrica. A peça em causa foi encontrada na presença de J. Fontes, como se depreende da carta.

3.6 – Correspondência com Pierre Paris

3.6.1 – Postal (Fig. 15).

(no verso, imediatamente abaixo do remetente impresso, Université de Bordeaux – Institut Français d'Espagne, pode ver-se uma imagem da Dama d' Elche. A morada do remetente não é totalmente legível, por ter a estampilha colada por cima.

Verso:

UNIVERSITÉ DE BORDEAUX

ÉCOLE DE HAUTES ÉTUDES HL...

—————
INSTITUT FRANÇAIS

MADRID, 10, MARQUÉS DE LA EN...

D'ESPAGNE

Avec tous mes meilleurs remerciements pour l'envoi des deux interessantes brochures de mon savant confrère

Pierre Paris

(assinatura legível)

Madrid, 14 Janvier 1925

3.7 – Correspondência com Luís Chaves.

3.7.1 – Carta.

Lisboa, 13 - XI - 915

M. prezado Amigo

De regresso do Alentejo, país do sol e das touradas (1), encontrei com muito prazer as separatas que me deixou. Agradeço-lhe a lembrança e a gentileza da dedicatória.

Já conhecia algumas delas, e muito folgo de as ter. As da tatuagem (2) são o "supremo encanto" do offerecimento, ia a dizer da "merenda", como diz o Cesario Verde no "pic-nic de burguêsas em que houve coisas simplesmente bellas". Li-as com cuidado e creio que naquelle criterio scientifico, de todo o conceito moderno, é que deviam fazer-se os estudos das manifestações de arte ou industria humana. Fôra disso, temos poemas, ou histórias alegres de Portugal do sempre inolvidavel de riso, Pinheiro Chagas e C^a. ou sucessores.

A pedido do Saavedra, e com aprovação do Sr. Dr. Leite, convido-o a aceitar que o seu nome seja inscripto, com o do Dr. Felix (3), e o meu, na Ver. Inglêsa Portugal, de Bentley, onde collabora à vontade e com desenhos. No próximo numero haverá a surpresa e um artigo meu.

Queira mandar sempre o seu amigo Ob^{do}.

Luis Chaves

(assinatura legível)

D/ c na R. dos Remedios à Lapa 45



Fig. 15 - Postal timbrado de Pierre Paris (Documento 3.6.1).

NOTAS

1 – Luís Chaves desenvolveu aturados trabalhos arqueológicos em 1916/1916 na *villa* romana de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz), à qual dedicou diversos artigos científicos.

2 – Refere-se ao artigo "Sobre a tatuagem facil em ídolos prehistóricos e gentílicos", publicada em 1915 na revista Arquivo de Anatomia e Antropologia, de Lisboa. Ver Nota 2, Documento 3.5.2.

3 – Saavedra Machado, Felix Alves Pereira e Luís Chaves eram à data funcionários do Museu Etnológico Português, dirigido por J. Leite de Vasconcelos.

3.7.2 – Postal (Fig. 16).

(no verso apresenta uma foto com a seguinte legenda: "COIMBRA. - (Portugal), Museu Archeologico do Instituto")

Lx. 15 -11 - 915

Prezado Am^o.

Recebi a sua carta que lhe agradeço. Já sabia do seu achado precioso, mas foi o nosso mestre quem me informou (1) e nas mesmas condições que o meu am^o me impõe.

A morada do Saav. é no Pateo do Barbosa, n^o 3 em Pedrouços. Seu am^o obg^{do} e pronto

L. Chaves

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Refere-se ao achado de um jarro de bronze, de época romana, obtido por Joaquim Fontes em Rio Maior (FONTES, 1916), por si erradamente atribuído à Idade do Ferro e comparado com exemplares tartéssicos. Ver Nota 1, Documento 3.2.4 e Nota 1, Documento 3.3.18. O "mestre" é, evidentemente, J. Leite de Vasconcelos.

3.7.3 – Postal.

Lisboa, 13 - VI -916

Meu Am^o.

Estive no Sabbado ultimo, em casa do Sr. dr. Alberto Osorio de Castro (1), e ficou combinado que eu avisasse o meu Amigo de um passeio ao Convento de Santos o Novo, deve ser de 5^a feira a Domingo

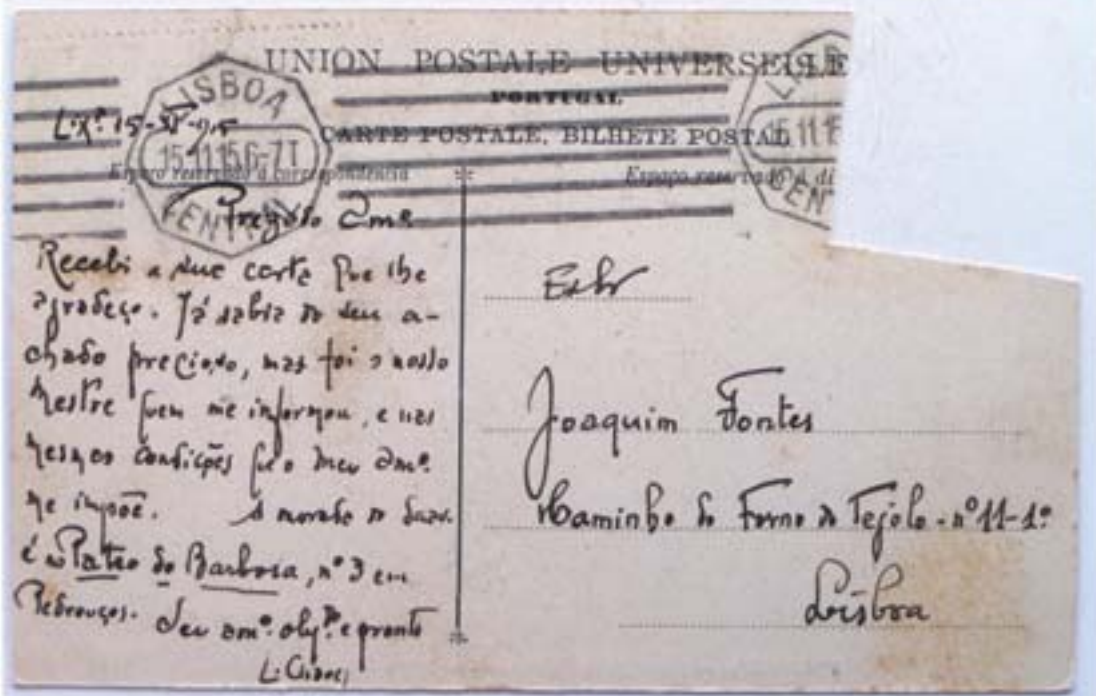


Fig. 16 - Postal ilustrado de Luís Chaves (Documento 3.7.2).

d'esta semana.

Faça-me o favor de me dizer qual é o dia que mais lhe convem para eu o transmitir ao Sr. dr. Osorio de C°.

Aproveito o ensejo para lhe oferecer a minha casa na Rua de S. Domingos à Lapa n° 111 r/c. onde terá um amigo certo.

Luis Chaves
(assinatura legível)

NOTAS

1 – Historiador e etnógrafo. Em Março de 1912 era Juiz da Relação de Luanda (VASCONCELOS, 1938, p. 14), onde ajudou à organização de um museu etnográfico da Província, depois de se ter ocupado de trabalho idêntico na Índia portuguesa.

O convento de Santos-o-Novo, na zona oriental de Lisboa, possui interesse arquitectónico e, entre as peças valiosas que guarda, conta-se caixa com as armas de D. João II contendo o que a tradição dizia serem os restos dos três irmãos, Veríssimo, Máxima e Júlia, os "Santos mártires de Lisboa", trasladados para o novo local – Santos-o-Novo – depois de terem permanecido em Santos-o-Velho largas centenas de anos (ANTUNES & CUNHA, 1991).

3.7.4 – Postal.

Lisboa, 14 (s. d.)

Meu Prezado Amigo

Termino amanhã o artigo que lhe prometi para os Annaes da Universidade. Ficou um bocado grande na apparencia, pois reduzido à verdadeira expressão, não tem mais de 15 folhas de almasso pautado, escripto à machina, que alarga muito **(1)**. Como passo fóra o Carnaval, faça-me o favor de me dizer onde m'o pode receber, porque pelo correio tenho medo, não vá perder-se como o folheto de (...) Em ultimo caso levo-lho pessoalmente a sua casa.

O Sr. Dr. Leite fala-me por vezes no Cartailhac: "se mo apanhasse!" **(2)** O presepio demora-se mas como vou nestes tres dias de Carnaval a Estremoz tratarei do assumpto. São alentejanos! (sem ofensa).

Um abraço do seu mto. Amigo

LChaves
(rubrica legível)

NOTAS

1 – Trata-se do artigo "Sobrevivências neolíticas em Potugal: vestígios líticos, em concordância ou

paralelismo, e na toponímia", publicado no Arquivo da Universidade de Lisboa, em 1917.

2 – Provável referência ao exemplar encomendado por Hugo Obermaier a Joaquim Fontes e talvez adquirido por este último, retendo-o em seu poder. Ainda no campo das hipóteses, este exemplar poderia ter sido emprestado em Estremoz, a alguém do conhecimento de Luís Chaves, que nesta missiva prometia recuperar, agora a pedido J. Leite de Vasconcelos. Ver Nota 1, Documento 3.4.3.

3.7.5 – Postal.

Lisboa, 14 - VI -916

Meu prezado amigo,

Sim senhor, isso é que foi rapidez. Agradeço-lhe a prontidão. Escrevi hoje mesmo ao Dr. Osorio a pedir-lhe a marcação da hora e local de encontro. Ele tem de avisar o Hipólito Raposo e a Sr^a. que há de acompanhar-nos na visita, que eu gulosamente espero (1). Se ele me der a resposta amanhã, remetho-lha logo; se a demorar até 6^a feira de manhã, vou procurar o meu amigo a sua casa. O Dr. Osorio se não me engano, conta com o seu irmão (2).

Trocar-lhe-hei com todo o gosto o n.º da revista, e à espera de ocasião está uma separata do meu artigo "Barristas de Estremoz", que reservei para lhe oferecer. Levo-lhe na 6^a f^a.

Seu amigo certo

Luis Chaves

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 1, Documento 3.7.3.

2 – Prof. Doutor Victor Fontes. Ver Nota 1, Documento 3.7.6 e Nota 4, Documento 3.8.6.

3.7.6 – Postal.

Lisboa, 9 - VIII - 1916

Meu Caro Am.º

Agradeço-lhe a sua separata, e desculpe-me de não lhe ter escripto já. Estava à espera da outra para lhas agradecer juntas, e tenho tido muito que fazer.

Recebi o folheto das asas recortadas. Não mandei a sep. dos (...?) a seu irmão, por não me lembrar do nome d'elle (1). No proximo n.º da revista publico um artigo grande e tiro sep.; dou-lhe depois as duas. Elle que me desculpe a demora. Tenho a sep. dos ex-votos, dou-lha ao meu amigo, quando nos

encontrarmos (2).

O Museu está vago. Estou só. O nosso am.^o foi embora já (3). Venha quando quiser, estaremos à vontade.

Seu am.^o cert^o e obg.

Chaves (assinatura legível)

P. S. E o artigo para a Terra Nova ?

NOTAS

1 – Referia-se a Victor Fontes que, como seu irmão, atingiu a cátedra na Faculdade de Medicina de Lisboa. Ver Nota 2, Documento 3.7.5.

2 – Luís Chaves notabilizou-se, sobretudo, como etnógrafo; à arqueologia dedicou-se apenas lateralmente, embora tenha sido autor de alguns trabalhos de mérito.

3 – Refere-se provavelmente a Vergílio Correia, que abandonou nessa altura o Museu Etnológico Português, devido a contencioso criado com o seu Director, José Leite de Vasconcelos, assumindo funções de conservador no Museu de Arte Antiga. Ver Nota 2, Documento 3.3.11.

3.7.7 – Postal (Fig. 17).

Lisboa, 19-XII-916

Meu amigo

Recebi em S^{ta}. Victoria um postal seu (1). Era muito tarde já para que pudesse fazer uma viagem até lá. Tivesse eu conhecido a sua vontade, que mesmo o convidava. Ia gostar. Era esplendido passear por aquellas salas, que foram pisadas por sandalias leves de patricios. Seria uma lição magnifica, de grandiosidade em tudo, e habilidade de construir. Veria mosaicos e mosaicos, estendidos como tapetes, e teria a voluptuosidade artistica e archeologica de os pisar tambem, mas democraticamente de botas de duas solas, por causa da humidade! Uma villa morta! Sem a larva de Cassandra, nem os thesouros de Agamemnon, mas com alfinete gracioso de toucador à maneira das Cesarinas (2). Quando quiser, conversaremos. Tem as minhas separatas, e agradeço-lhe a sua.

Abrço-o como am^o certo

L. Chaves

(assinatura legível)

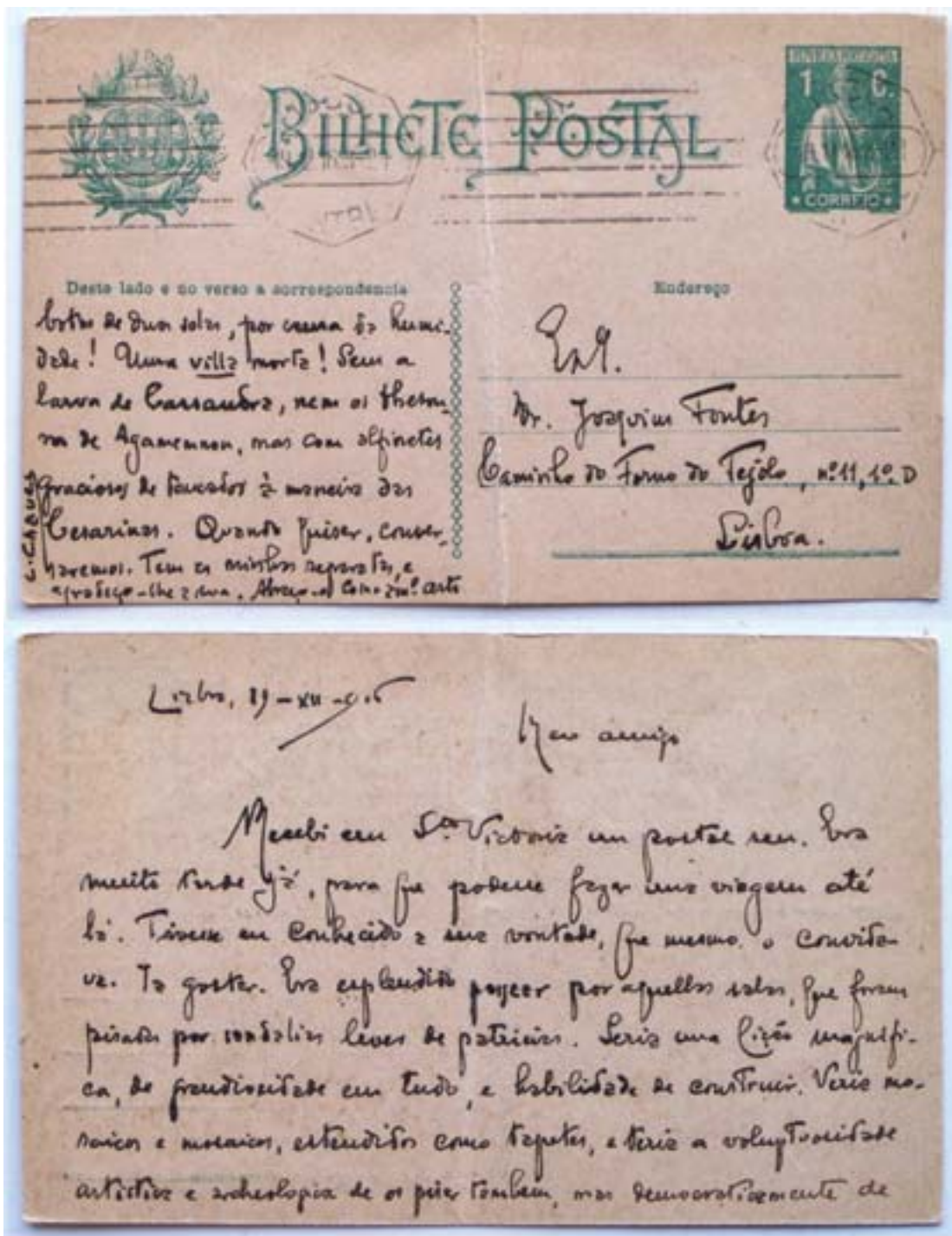


Fig. 17 - Postal de Luís Chaves (Documento 3.7.7).

NOTAS

1 – Refere-se a Santa Vitória do Ameixial (Estremoz), onde L. Chaves escavou demoradamente uma soberba *villa* rural romana, com notáveis mosaicos, em parte retirados e expostos no Museu Nacional de Arqueologia. Ver Nota 1, Documento 3.7.1.

2 – Deve referir-se a algum artefacto encontrado nas escavações (no caso, alfinete de toucado).

3.7.8 – Postal.

Lix 20-I-917

Meu caro Amigo

Procurei pacientemente o mostrador dos Vidaes (Marvão). Não me agradeça, porque não é caso para isso, tanto mais que não o encontrando logo, e onde deveria de ser, não descansaria enquanto o não encontrasse. A toda a parte levei os meus cem olhos de Argos vigilante. Mas (...) fugiu-me como a sombra. Por acaso lembrei-me de um mostrador que não estava junto dos outros: era novo, sem numeração, nem localização museographica, que ficára, (...) da mudança do 1º paimº, na sala do mosaico de Colippo; ahi tinha o Dr. Leite metido indistinctamente por arrecadação provisoria tudo que era preromano, embora com ligação romana. Ganhei. Lá estava todo o espólio do Outº. de Vidaes, em sete prateleiras, (...) obj. neolith, dos metaes, e romanos (1). Como vê, apenas citar o armario, fica uma coisa mto. vaga, mas a cota será de arrumação provisoria, na sala do mosaico [que terá, concluidas as obras, o titulo de "S. das Musas"] (2). Seu amigo mto grato que o abraça

LChaves

(rubrica legível)

NOTAS

1 – Refere-se ao castro de Vidais, no concelho de Marvão, onde foram recolhidos objectos de diversas épocas, descritos de forma sucinta em 1915 por J. Leite de Vasconcelos, na sua "História do Museu Etnológico Português" (Lisboa, 1915, p. 182-184 e 356-357). Afonso do Paço, na "Carta Arqueológica do concelho de Marvão" refere, depois de várias visitas ao local, que o sítio que forneceu elementos pré-históricos, correspondentes à implantação de um povoado de altura calcolítico (refere-se ao topónimo de "Vidais"), que não se confunde com o local de onde provieram os materiais romanos, designado por "Castelo" ou "Castelo Velho" (PAÇO, 1950, p. 103). É natural que a abundância do espólio e o interesse de algumas das peças que o integram, obtidas por J. Leite de Vasconcelos para o Museu Etnológico, e ainda inéditas, tenha despertado o interesse de Joaquim Fontes, desejando observá-las, até pela semelhança com os materiais entretanto obtidos por Vergílio Correia no povoado pré-histórico do "Castelo", Pavia

(CORREIA, 1921). Para o efeito, solicitou os bons préstimos de Luís Chaves, seu amigo e conservador do referido Museu. As informações por este prestadas parece indicarem que J. Leite de Vasconcelhos se encontrava já alheado da gestão de, pelo menos, parte das colecções, especialmente das que se encontravam em depósito.

2 – A dita sala do mosaico, designada por "S. das Musas", não deve confundir-se com o célebre "mosaico das Musas", recolhido muito mais tarde nas escavações realizadas na *villa* romana rural de Torre de Palma, Monforte, publicado por Manuel Heleno em 1962. É provável que a referida "sala do mosaico" se reporte à exposição de um exemplar oriundo, precisamente da *villa* romana de Santa Vitória do Ameixial, a qual se encontrava à época em curso de escavação por Luís Chaves (ver Nota 1, Documento 3.7.7).

3.7.9 – Carta.

Trafaria, 6 - IV - 919

Meu caro Amigo

Penhorou-me a sua carta, e sinto nela que a camaradagem é mais alguma coisa quando une os espiritos, do que quando liga interesses ou fatuidades. Agradeço-lhe essa prova que me deu, pois foi uma das lições que esta dura situação de vencido me tem trazido (1).

De quantos me iludiam com a sua amizade, só aqueles que mais se aproximavam do meu espirito, pela *sympatia* de sentimentos ou sentir, e não de pessoa, se lembraram de mim. A minha família de sangue – e essa no que tem de mais são apenas, e ainda bem para mim, – é a minha *grey* da arqueologia, com o meu amigo, Dr. Felix e Dr. Leite.

Agradeço-lhe a sua parte nesta consolação que me (...), tão animadora é para mim, neste sentido tradicionalista da, camaradagem "sindical" do trabalho.

O que mais me custa, no meio das torturas do carcere, é a impossibilidade de trabalhar, tanto mais quanto é grande, (...), a necessidade de pôr em ordem os meus apontamentos. Em todo o caso não tenho dado por inútil o tempo. E, quando falarmos, verá. Se não fosse a falta absoluta de informação em que me vejo, até concluiria um trabalho há muito no meu pensamento, mas só agora iniciado, estudado e posto em plano.

Tenho saudade do Museu, aonde não sei se depois de isto voltarei. Ma há de haver um dia em que a ordem chegará, e, se fôr em minha vida, realizar-se-hão aqueles pensados e bem desejados planos em que um dia falámos, para bem da sciencia arqueologica, que é afim a nossa poesia. E que poesia! Só Santa Vitoria para mim é um poema.

De-me as suas noticias. E diga-me como vai a Associação ou Sociedade de que me falou, com o dr (?) Athias (2), etc.

Um abraço do seu amigo certo e camarada prehistorico

Luis Chaves

(assinatura legível)

NOTAS

1 – O presídio militar da Trafaria acolheu os revoltosos monárquicos que, no final de Janeiro de 1919, se acantonaram na serra de Monsanto, de onde bombardearam Lisboa. Luís Chaves faria parte dos dissidentes do regime republicano, cumprindo pena em prisão militar.

2 – Professor Marck Athias, da Faculdade de Medicina de Lisboa. Ver Nota 1, Documento 3.3.3. Parece que J. Fontes achara chegado o momento de fundar uma agremiação ibérica de Arqueologia a qual, porém nunca chegou a concretizar-se.

3.8 – Correspondência com Eugénio Jalhay.

3.8.1 – Postal.

Caminha 10. 3. 926

Meu bom Amigo

Vou partir daqui a pouco para S. Miguel de Fontoura, para lá ir ver juntamente com o P. Luisier (1) um fenómeno geológico que lá se deu há pouco (uma fenda enorme de terreno). Por isso não tenho agora tempo senão para lhe agradecer a sua boa carta de ontem e a sua boa carta de ontem e a assinatura da Brotéria com que nos quiere honrar (2). A circular que o meu amigo recebeu deve ter sido das que a administração da revista mandou a todo o professorado, servindo-se das direcções que veem no Anuário Comercial. O preço de facto é de 50\$00, mas aos ^{professores} que o desejarem, far-se-lhes há um abatimento.

Em breve pois lhe escreverei, pois tenho muito que lhe contar.

DeV. Ex.^a

Amigo mto dedicado e grato

E. Jalhay

(assinatura legível)

Quando lhe escrever, irá o recibo dos 50\$00

NOTAS

1 – O Padre Luisier, da Companhia de Jesus, era apaixonado pela arqueologia; foi colega de outro Jesuíta, o P. Bovier-Lapierre, pioneiro na recolha de materiais líticos na serra de Monsanto; ambos eram professores no Colégio de Campolide, e foi o achado de materiais líticos no terreiro do Colégio que motivou a deslocação de Bovier-Lapierre a Monsanto, conforme é referido expressamente por J. Leite de Vasconcelos em 1922, nas páginas de "O Arqueólogo Português". É provável que o convívio entre ambos tivesse despertado desde então o gosto do P. Luisier pelas pesquisas arqueológicas.

2 – A Revista Brotéria tinha, então, sede em Caminha.

3.8.2 – Carta. Papel timbrado da Revista Brotéria

REVISTA BROTERIA
SÉRIE MENSAL, " Fé - Ciências - Letras"
Enderêço: CAMINHA (PORTUGAL)

24 de Março de 1925

Meu bom Amigo

A-pesar de agora ter muito pouco tempo para lhe [es]c[r]ever, não quero demorar para mais tarde a resposta à sua (...) carta de 8 do corrente, que mais uma vez agradeço.

Muito me alegrei com a notícia da vinda do meu amigo à Galiza. A excursão, porém, do Obermaier e do Conde (1) desarranjou-se por êste ano, porque o 1º aceitou o convite vindo da América do Sul para lá ir dar umas conferências durante o Verão. Parte para lá em fins de Junho, para só voltar em Setembro. Escreve-me êle que sente imenso não poder vir agora cá, mas por outro lado não quere perder esta ocasião de ir estudar de visu as civilizações antigas do Continente americano Diz-me também que em 1927 não faltará, pois anda muito interessado em estudar as gravuras rupestres daqui e a civilização dos castros galaico-portugueses. Virá mesmo antes do Congresso Internacional de Madrid.

Isto não tira que o meu amigo apareça por aqui também agora. Teríamos muito que ver. Acompanhá-lo-hia a todas as gravuras novas que temos encontrado, e poderíamos estudar com mais vagar a estação de Camposancos (2). Já sabe que tem aqui uma casa à sua disposição, a-pesar das incomodidades que nela com certeza passará. Lembro-me que até um dia me falou em trazer cá sua Ex^{ma}. Esposa: talvez esta viagem lhe servisse de descanso, depois dos incómodos de saúde porque tem passado, e que eu desejo muito tenham desaparecido por completo.

Está em Orense um trabalho meu sobre O Asturiense na Galiza, para ser publicado no Boletim de lá. Pelo visto, tem panne, porque até hoje ainda nem sequer me mandaram as 1.^{as} provas! Nele falo da nova estação de La Guardia (3), que me deu dois picos característicos, e outros instrumentos pétreos, e dum pico achado em Camposancos cuja técnica é sem dúvida alguma asturiana (ao menos assim me parece).

Quem está muito interessado nisto, é o Conde; nem admira (4).

Acho óptimo o seu alvitre de falar do Gião em Madrid (5). Conhece o último trabalho do Obermaier, em alemão, sôbre as gravuras rupestres da Galiza? Já fala nele das de Villadesuso (6).

E que me diz do interessante trabalho do último número da Anthropologie sôbre a nova fábrica de eólitos de Beaumont? Desta vez é que o Breuil há de saltar, depois de ter admitido os de Ipswich! Muito mais prudente foi o Boule, que não quis ir atrás do entusiasmo do Capitan e C.^a, não acha (7)?

O castro encontrado na nossa propriedade de Oya (8), deu-nos há dois dias um machado de bronze de duplo anel. Vou vê-lo daqui a dias. Havia tanto que lhe dizer, mas o tempo escasseia.

Dê sempre as suas ordens a quem é

Seu amigo m^o. dedicado e grato

D. Jalhay

E. (assinatura legível)

P. S. Temos agora aqui na Galiza o Luis Pericot, que mudou da Universidade de Barcelona para a de Santiago (9). A prehistória galega só tem a ganhar com isso. Daqui a dias virá visitar Sta Tecla (10).

NOTAS

1 – Refere-se ao Conde de la Vega del Sella, arqueólogo que se vinha de há muito dedicando ao estudo da pré-história da região asturiana representado na correspondência.

2 – A estação de Camposancos foi publicada em 1925 por Joaquim Fontes na revista *Brotéria* (FONTES, 1925), que a considerou como paleolítica e a primeira encontrada no litoral galego. Na verdade, cabe ao P. Luisier o achamento dos primeiros exemplares líticos naquele local, como o próprio Joaquim Fontes declara no citado artigo. Na altura, os materiais foram por Joaquim Fontes classificados como paleolíticos. Esta estação foi prontamente valorizada por diversos pré-historiadores que se ocupavam do estudo das indústrias líticas do litoral galego e asturiano. Com efeito, aparece já referida no artigo de Eugénio Jalhay datado de Janeiro de 1926, "El Asturiense en Galicia", embora tenha saído no número de Novembro/Dezembro de 1925 do *Boletín Arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*" (JALHAY, 1925, p. 346). Neste mesmo artigo, apresenta-se já algumas reservas quanto à época paleolítica atribuída por Joaquim Fontes à estação em causa: "Aunque parte de los instrumentos de su industria poseen caracteres que les hacen incluir en el paleolítico inferior, segun la opinión de dicho eminente prehistoriador portugués, no se podrá, sin embargo, negar la gran semejanza de algunos de los instrumentos de Camposancos con los del período asturiense. A esto mismo acaba de inclinarse el Profesor Obermaier en la segunda edición de su obra *El Hombre Fósil*." (*op. cit.*, p. 348) (OBERMAIER, 1925). Eugénio Jalhay, anos volvidos, ao publicar "A estação asturiense de La Guardia", volta ao assunto, mantendo as anteriores dúvidas, estribado nas opiniões que, entretando outros arqueólogos espanhóis tinham manifestado, admitindo que uma parte dos artefactos recolhidos em Camposancos fosse de época pós-paleolítica: "Será lícito classificar de asturienses a maior parte destes *coups-de-poing* de Camposancos, como parece deduzir-se das afirmações de alguns autores (cita, a tal propósito, Julio Martínez Santa-Olalla, Florentino López Cuevillas e Fermín Bouza Brey) ? Não me atreveria eu a tal; antes me parece mais segura a opinião emitida pelo Prof. Obermaier (...)" (JALHAY, 1928, p. 11). Obermaier refere a possibilidade de existir mistura de materiais, sendo uns paleolíticos, outros já pós-paleolíticos. No ano seguinte, Eugénio Jalhay volta ao assunto, declarando, sobre a atribuição ao Paleolítico da estação, por Joaquim Fontes, o seguinte: "Essa classificação, posta em dúvida por alguns autores, acaba de ser confirmada, embora indirectamente, com o aparecimento de várias estações

paleolíticas, duma tipologia verdadeiramente clássica, na margem portuguesa do rio Minho" (JALHAY, 1929, p. 191). Cita, a propósito a estação de Carreço, com bifaces acheulenses o estudo realizado na década de 1940 por H. Breuil e colaboradores, mas só publicado muitos anos volvidos (BREUIL *et al.*, 1962) veio, de facto, demonstrar a existência de uma componente acheulense nas indústrias de base macrolítica do litoral minhoto; mas esta conclusão encontrava-se, aliás, já demonstrada inequivocamente desde 1930, ano em que Abel Viana publicou diversas estações paleolíticas relacionadas com terraços dos vales dos rios Minho e Lima (VIANA, 1930). No entanto, a descrição das peças recolhidas por Joaquim Fontes em Camposancos, bem como os desenhos por este publicados (FONTES, 1925), conduzem a admitir que se trata, essencialmente, de exemplares de tipologia pós-paleolítica; teriam, pois, fundamento, as críticas que, em Espanha, se apresentaram ao referido trabalho. A questão da cronologia destas indústrias foi discutida tanto por arqueólogos portugueses como galegos. Entre os primeiros, merecem destaque E. Jalhay e A. Viana. Este último, declara, a tal propósito, o seguinte: "Joaquim Fontes e, pouco depois, Eugénio Jalhay, todavia, viram, antes de mais ninguém, que as indústrias líticas de Camposancos e das praias do Alto Minho não eram o mesmo "asturiense" das Astúrias" (VIANA, 1954), sem contudo se decidir por cronologia seguramente pós-paleolítica. Ver Documento 3.8.3.

3 – Eugénio Jalhay publicou em 1925 o artigo "O Asturiense na Galiza" e, em 1928 o artigo intitulado "A estação asturiense de La Guardia (Galiza)", simultaneamente na revista *Brotéria* e no *Boletín Arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Historicos y Artísticos de Orense*.

4 – Com efeito, o Asturiense é, como o seu nome indica, indústria característica do litoral asturiano, sendo seu principal investigador e divulgador o Conde de la Vega del Sella, que tinha acabado de lhe dedicar importante estudo monográfico, intitulado "El Asturiense nueva industria preneolítica" (VEGA del SELLA, 1923).

5 – Joaquim Fontes publicou em 1932 (FONTES, 1932) o santuário rupestre de ar livre do Gião, situado no concelho de Arcos de Valdevez. Contudo, não consta da sua bibliografia qualquer nota apresentada sobre o mesmo em Madrid.

6 – As gravuras rupestres de ar livre de Villadesuso foram publicadas por Eugénio Jalhay em 1926 em artigo intitulado "Los grabados rupestres del extremo sudoeste de Galicia", que saiu *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Historicos y Artísticos de Orense*. Porém, no ano anterior, Hugo Obermaier já as tinha publicado no artigo "Die bronzezeitlichen Felsgravierung von Nordwestspanien (Galizien)", saído na revista *IPEK*, I, 51. Mas a prioridade da descoberta não deixa dúvidas, tendo presentes as palavras do próprio Jalhay, em 1929: "Só na região de Villadesuso-Oya-La Guardia, que temos percorrido nestes últimos anos, já vão em perto de quarenta os rochedos que descobrimos com estas curiosas gravuras, algumas delas de grande interesse" (JALHAY, 1929, p. 193).

7 – Alusão à polémica relacionada com a intencionalidade dos eólitos, fortemente abalada pela demonstração da possibilidade da sua produção através de processos puramente mecânicos naturais, no âmbito da elaboração das fábricas de cimento.

8 – Trata-se de um castro publicado por Eugénio Jalhay em 1927 no Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Historicos y Artísticos de Orense, intitulado "Un nuevo castro galego (Oya - Pontevedra)".

9 – Prof. D. Luis Pericot Garcia, que depois da sua permanencia em Santiago de Compostela, viria a ocupar a cátedra na Universidade de Barcelona.

10 – Trata-se da citânia de Santa Tecla, dominando do lado galego a foz do rio Minho, defronte a Caminha.

3.8.3 – Carta. Papel timbrado da Revista Brotéria

REVISTA BROTERIA
SÉRIE MENSAL, " Fé - Ciências - Letras"
Enderêço: CAMINHA (PORTUGAL)

1 de Abril (de 1926)

Meu bom Amigo

Acompanho-o na sua dôr pela perda do parente querido que Deus N. Senhor quis chamar a si. Para os que temos fé, a morte é apenas uma separação momentânea, e pela misericórdia de Deus esperamos ver-nos depois novamente os que com laços de amizade ou parentesco estivemos ligados em vida. Sirva êsse pensamento, de esperança e consolação, no meio da amargura com que Deus quis provar o meu amigo e sua Ex.ma Esposa.

O cónego de Orense chama-se D. Juan Dominguez Fontela. No envelope basta pôr: "Canónigo de la Catedral, Orense", sem rua nem mais nada, porque é conhecidíssimo lá.

A povoação, ou melhor, um dos três bairros da vila de Oya, de que me fala o meu amigo, chama-se Raiña (por corrupção, Riña). Por ela passou, segundo a tradição, a nossa rainha Santa Isabel a caminho de Santiago: daí o nome. De modo que o verdadeiro nome é Raiña, e só alguns do do povo é que dizem Riña.

Vi, claro está, a crítica que o D. Julio Martinez fêz ao seu trabalho sôbre Camposancos, no Buttletí do Bosch-Gimper (1). Contrariou-me deveras, e não esperava uma sensaboria daquelas dum rapaz, que afinal eu iniciei na pre-história, em Burgos. Tera agora uns 20 anos, e é, de facto, um grande talento. Foi discípulo do Obermaier e de Bosch. É contudo bastante precipitado. Escrevi-lhe logo a dizer que tivesse mais cuidado com ajuizar das coisas só pelas figuras, e que o mesmo Obermaier não se tinha pronunciado

contra a classificação do meu amigo. Eu estou ainda pelo que me diz na sua carta e pelo que diz Obermaier: há aqui uma sucessão de indústrias, que é preciso desvendar. Tenho encontrado mais coups-de-poing e discos do paleolítico inferior, bem diferentes do asturiense. O Conde de la Vega supõe que também haverá azilense! Com a visita do meu amigo e dos dois de Madrid (Obermaier e Conde), tudo se aclarará. Ainda não sei quando será. Até mesmo seria possível que não se realizasse, pois são capazes de levar adiante a reunião do Congresso internacional de Madrid, neste ano, uma vez que não se realiza a Exposição de Sevilha (era esta a causa, como sabe, do adiamento do Congresso). De tudo o prevenirei com tempo; mas desde já folgo imenso com a sua vinda. Levá-lo hei a visitar todas as gravuras descobertas depois da sua última visita. Este ano os nossos amigos (!) da Sociedad Pro Monte farão escavações em Santa Tecla (2).

Fico muito penhorado pelas palavras amáveis com que se refere à minha próxima ida a Lisboa e pelos atenciosos oferecimentos do meu bom Amigo. Vou de facto para casa de minha família: como o meu amigo tem telefone, combinaremos o local da nossa primeira entrevista. Não lhe posso ainda dizer em que dia será, porque não sei ainda quando estarei livre de uns encargos urgentes que levo. Vou com o grupo de alunos de Lisboa, que vão passar as férias com a família.

Vai também o P. (...) Luisier (3), que está com muita curiosidade de visitar a sua belíssima colecção: mas êle demorar se há apenas alguns dias, e eu espero ficar até 2^a. Feira 25, voltando de novo com os alunos.

Até breve e creia-me sempre seu m^o. amigo e admirador

F. Jalhay

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Refere-se a crítica do futuro professor da Universidade de Madrid Julio Martinez Santa-Olalla e director do Seminario de Historia Primitiva del Hombre, que viria a ter papel preponderante na arqueologia espanhola do pós-guerra, ao exercer as funções de "Comisario General de Excavaciones Arqueologicas". Na obra em causa, publicada por Santa-Olalla no Butlletí de l'Associació Catalana d'Antropologia, Etnologia i Prehistòria, em 1925, critica-se a atribuição ao Paleolítico das indústrias recolhidas em Camposancos (FONTES, 1925). Ver Nota 2, Documento 3.8.2. Assim, o postal pode ser datado de 1926.

2 – Ver Nota 10, Documento 3.8.2.

3 – Ver Nota 1, Documento 3.8.1. O Padre Luisier, conjuntamente com o Padre Bovier-Lapierre, com a expulsão dos Jesuítas de Portugal, depois de implantada a República, fixaram-se em outro Colégio que a Ordem possuía em La Guardia, Galiza, designado "Colégio de Nun'Álvares", onde Eugénio Jalhay, igualmente da Companhia de Jesus, também funções docentes, como se depreende desta missiva.

3.8.4 – Postal.

(tem a indicação "Carte Postale", mas os selos são portugueses).

Caminha, 1 de Abril (de 1926)

Meu bom Amigo,

Muito alegres e boas festas! O Conde escreve-me de Madrid, que apesar do Obermaier partir para a Argentina no verão, como já lhe disse, ainda pensa em vir aqui estudar o asturiense, trazendo a sua tenda de campanha (1). Não me dá contudo ainda a certeza disso. Logo que o souber com segurança, participá-lo hei ao meu amigo.

Seu m.to dedicado e grato

E Jalhay

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 1, Documento 3.8.2. Obermaier deslocou-se à América do Sul em 1926, pelo que este é o ano a que deve ser reportado este postal.

3.8.5 – Postal.

Brotéria, Caminha, 3 de Abril (de 1925)

Meu Ex.mo Amigo

Preguntei há tempo a V. Ex.^a se teria o gôsto de o encontrar aí em Lisboa nas férias da Páscoa e se haveria possibilidade de visitar o "Casal do Monte" (1). Não obtive resposta, provavelmente por se ter extraviado a carta. Eu parto daqui na 5.^a feira, 9, e muito agradeceria a V. Ex.^a que me mandasse dizer onde e quando o poderia encontrar desde domingo 12 até 6.^a feira, 17, inclusive. Muito prazer terei em ver mais demoradamente as colecções de V. Ex.^a, e, se fôr possível, também as do Serviço Geológico – que não conheço (2).

Tenho a honra de lhe enviar e oferecer mais dois artiguinhos que escrevi na Brotéria sôbre prehistória. Diga-me o que pensa sôbre o juízo que faço no último (mês de Março), do livro de Mendes Corrêa. Suponho que êle não terá razão para se melindrar (3).

Vi nos jornais que V. Ex.^a fez já no Carmo a conferência sôbre a viagem à Galiza. Agradeço-lhe as referências que me fez – bem imerecidas por certo, e que são para mim apenas uma prova da sua amizade (4).

Convidam-me a ir a Coimbra, ao Congresso de Junho. Não sei ainda o que faça. Para me ver lá só com o V. C. e o Hernández-P. (5), não vou. Se. V. Ex.^a lá fôr, talvez me decida a ir também.

Agradecendo desde já a sua resposta sou com m.ta estima de V. Ex.^a
Amigo mto grato e adm.or
E. Jalhay
(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 4, Documento 3.2.1. Doravante, como esta estação paleolítica é frequentemente citada na correspondência, remete-se o leitor par a referida nota explicativa.

2 – À primeira vista parece incompreensível que Eugénio Jalhay ainda não conhecesse as ricas colecções de pré-história desta Instituição, sediada em Lisboa; contudo, esta insólita situação tem explicação pelo facto da expulsão dos Jesuítas do território português ter obrigado ao seu afastamento da capital, só revogado pouco tempo antes da data desta missiva. Relembre-se que Eugénio Jalhay era professor no colégio jesuíta de La Guardia, defronte a Caminha.

3 – Trata-se de comentários inseridos na série "O que nos diz a ciência sobre a origem do Homem", publicados na revista Brotéria entre 1925 e 1929.

4 – Esta conferência foi publicada em 1926 na revista da referida Associação, Arqueologia e História, sob a designação "Uma excursão arqueológica à Galiza", o que permite situar este postal no ano anterior. Ver Nota 2, Documento 3.8.6..

5 – Refere-se a Vergílio Correia, então já professor da Universidade de Coimbra e Eduardo Henández-Pacheco, ambos representados na correspondência agora publicada.

3.8.6 – Carta. Papel timbrado da Revista Brotéria

REVISTA BROTERIA
SÉRIE MENSAL, "Fé - Ciências - Letras"
Enderêço: CAMINHA (PORTUGAL)

27 de Abril (de 1925)

Meu Ex^{mo} e bom Amigo

Bemvindas as suas notícias de Paris, depois de um silêncio que eu julgava julgava provir dalguma indelicadeza que eu tivesse cometido para com o meu bom amigo – indelicadeza contudo que não teria sido senão involuntária, confesso-o francamente. Folguei muito em saber pelo Dr. Félix A. Pereira (**1**) que

tinha partido para o estrangeiro, ainda que por outro lado muito senti não o ver em Lisboa quando agora lá passei uns 10 dias. Paris e Londres hão de lhe dar muitos momentos de prazer científico, e a nossa pre-história muito há de ganhar com essa visita. Peço o obséquio de me recomendar ao Prof. Breuil, quando estiver com êle.

A-pesar de já o ter feito em carta ou postal para sua casa, renovo aqui os meus agradecimentos pelas referências que fez às minhas pesquisas na conferência do Carmo – conferência linda, no dizer do Dr. Leite de V. **(2)** Muito pesar tive de não estar ainda em Lisboa nesse momento, mas esse pesar dissipar-se há em parte quando ler a conferência no Boletim. V. Ex.^a pede-me que reveja o manuscrito antes de o mandar imprimir. Mas, por Dios, (*sic*) quem sou eu diante de V. Ex.^a para me afoitar a tal? O mais que posso rever com conhecimento de causa é a parte topográfica, por conhecer, como V. Ex.^a diz, a região. Mais nada: no resto considero-me com toda a sinceridade um pigmeu com relação ao meu bom amigo e mestre.

Gostará de saber o que pensa o Obermaier sôbre a estação de Camposancos. Mandei-lhe uma caixa com indústria paleolítica, fauna e cerâmica do depósito de conchas. Respondeu-me assim (repeito à letra o francês um pouco bárbaro): "Le contenu du paquet m'a beaucoup surpris. J'ai l'impression qu'il y a à Camposancos, un mélange de plusieurs périodes. Les pierres taillées ont, en partie, un aspect du Paléolithique inférieur ; en partie il me semble qu'il s'agit de types de la famille de l'Asturien. Il semble que l'amas de coquilles (à Patella et Trochus ?) se trouve en voisinage d'un gisement acheuléen, et il se peut qu'il y existe même un mélange direct, qui peut remonter jusqu'à l'époque asturienne. Et la poterie ? Est-elle seulement à la surface du " conchero " ou dans son intérieur ? – Ce qui est certain c'est qu'il existe à Camposancos un problème stratigraphique à étudier et à débrouiller, qui est d'une grande importance..... Il se pose ainsi :

- 1) Existe-t-il une industrie quaternaire dans les graviers du Minho ?
- 2) Quelle est l'industrie etc. exacte, renfermé dans le amas de coquilles ?
- 3) Y a-t-il encore du néolithique en contact avec 2) ? » **(3)**

Como o amigo vê, ainda temos muito que estudar e a região presta-se a isso. O Obermaier convida-me a trabalhar, como já o tinha V. Ex.^a no artigo da Brotéria. A-pesar de me sentir para isso com forças ainda muito débeis, vou atrever-me a fazer alguma coisa, depois de umas escavações metódicas que penso fazer.

Cheguei a Lisboa na 5.^a feira santa, 9, à meia noite, no rápido do Porto. O Dr. J. L. De Vasconcellos e o Dr. F.^a Pereira foram duma ambilidade extraordinária para comigo. O primeiro convidou-me um dia a ir jantar a sua casa, onde me mostrou demoradamente a sua rica biblioteca e os célebres verbetes **(4)**. Além disso esteve uma tarde comigo em Belém, mostrando-me tudo. O segundo acompanhou-me ao Museu da Comissão do Serviço Geológico (onde encontrámos um pre-historiador sueco, creio, Adolfo Roesenberg, em visita de estudo) e à Escola Médica, onde de novo pude ver a sua bela colecção, com licença suposta e subentendida de V. Ex.^a. Quando V. Ex.^a voltar a Lisboa, enviarei o pico de La Franca **(5)** que teve a bondade de me remeter a fim de o comparar com os instrumentos de Camposancos.

Os dias correram-me esplêndidos, se não falarmos da brincadeira de sábado 18 e domingo 19. Uma das granadas vindas do Parque para o Carmo estalou diante da casa onde me hospedava, à Calçada da

Glória, entrando pelo meu quarto sem me pedir licença prévia. Partiram-me os vidros, portas etc. mas deixaram-me a pele ileso, por ter saído de lá momentos antes. Graças a Deus! Espero que a casa do meu bom Amigo nada tenha sofrido, a-pesar de lá terem colocado ^{perito} algumas peças que bombardearam os revoltosos (6).

A revolução veio-me impedir uma excursão ao Casal do Monte que tínhamos projectado o Dr. Félix ^a Pereira eu, para domingo. Paciência!

Os clichés de Oya não teem pressa. Basta que m'os faça chegar às mãos, depois de ter vindo do estrangeiro (7).

Disponha sempre do que se subscreve com muita estima

De V. Ex.^a

Amigo m.to grato e admirador

E. Jalhay

(assinatura legível)

P. S. No Porto estive com o Mendes Corrêa. O célebre esteio do dolmen da Beira Alta, com pinturas que fazem lembrar as gravuras dos chapões de lousa, é coisa digna de se ver e estudar (8).

NOTAS

1 – O Dr. Félix Alves Pereira já não era funcionário, à data, do Museu Etnológico; porém, mantinha ligações científicas e pessoais com o meio arqueológico, até por se interessar, em especial, pela região minhota, interesse que comungava com Joaquim Fontes e Eugénio Jalhay.

2 – Conferência efectuada por Joaquim Fontes na Associação dos Arqueólogos portugueses em 1925 e publicada na revista científica da Associação, Arqueologia e História, no ano seguinte.

3 – É muito interessante esta sùmula de H. Obermaier, pela clareza com que é apresentada a problemática quanto à idade das indústrias líticas de Camposancos (paleolíticas ou já pós-paleolíticas?) e também por definir as questões essenciais que deveriam ser previamente esclarecidas e respondidas, com o imprescindível apoio da geologia estratigráfica. Note-se que H. Obermaier, no mesmo ano em que Joaquim Fontes publica o seu artigo sobre a estação de Camposancos, apresentou, na segunda edição da sua grande obra "El Hombre Fósil", o seguinte comentário: "En la orilla derecha del rio Miño existe un gran yacimiento al aire libre, descubierto por los Padres A. da Cruz y A. Luisier, en 1924. Fué publicado por J. Fontes como estación cheleo-acheulense, pero parece que existen en parte elementos arqueológicos y faunísticos de edad mucho más moderna (Protoneolítico ?). Esto no excluye que outra parte, especialmente los utensilios tallados groseramente sobre cantos de cuarcita, se relacionen con las terrazas cuaternarias del mismo sitio y sean del Paleolítico inferior". Esta posição foi considerada razoável por Eugénio Jalhay, que a perfilhou, sem cair no extremo de Joaquim Fontes, ao julgar apenas

representado o Paleolítico, nem dos seus opositores, ao negarem totalmente a presença de qualquer elemento daquela época. Ver Nota 2, Documento 3.8.2.

4 – Alusão aos célebres verbetes organizados por J. Leite de Vasconcelos e que tanta admiração provocavam nos seus colaboradores ou amigos, como os irmãos Joaquim e Victor Fontes, no início do seu convívio com o Mestre; um desses curiosos episódios foi já relatado (ALMEIDA, 1973, p. 20).

5 – O pico de La Franca pertencia ao conjunto das peças recolhidas por Joaquim Fontes no litoral galego, aquando da sua excursão de 1917; será ulteriormente mencionado na correspondência. Ver Nota 1, Documento 3.8.15.

6 – Este é um testemunho feito na 1ª. pessoa que bem evidencia o clima de insegurança que se vivia em Lisboa, nos finais da I República, com revoluções frequentes e, em geral, sangrentas. Apesar de não se encontrar indicado o ano, este é o de 1925, ano da conferência de Joaquim Fontes na Associação dos Arqueólogos Portugueses, referida na Nota 2 deste Documento.

7 – Trata-se de figuras esquemáticas, algumas antropomórficas cujas fotografias, executadas por Eugénio Jalhay, foram cedidas a Joaquim Fontes, que as redesenhou e publicou (FONTES, 1926, Fig. 15). Ver nota 6, Documento 3.8.2.

8 – Ver Nota 3, Documento 3.5.2.

3.8.7 – Postal ilustrado

(com imagem de materiais arqueológicos e com a seguinte legenda "Fusayolas de barro cocido, y puntas de flechas, de hierro", e manuscrito (Sta Tecla). No verso vem a indicação: Fotos Jiménez, edición para la Sociedad "Pro-Monte Santa Tecla", La Guardia (Pontevedra). O postal foi recortado na zona dos selos.

Caminha, 12 de Maio (de 1925)

Meu bom Amigo

Acabo de descobrir gravuras rupestres interessantíssimas de animais, no norte do Minho, entre Lanhelas e Gondarém, de que espero em breve dar-lhe mais ampla notícia (1). Estou a preparar agora um trabalho sobre as de Oya. Não encontro aqui os clichés de Villadesuso, e tenho uma ideia vaga de que os emprestei ao meu Amigo. Se assim, não m'os poderia mandar, correndo eu com todas as despesas, está claro, que depois lh'os enviaria outra vez (2)? Se não lh'os emprestei, desculpe a impertinência. Pelo visto, tê-los hei perdido. As minhas felicitações pelo curso que continua a dar no Carmo (3).

Amigo mto. dedicado e grato

E. Jalhay

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Estas gravuras rupestres de ar livre foram publicadas pouco tempo depois, não por Eugénio Jalhay, mas por Abel Viana, que as descobriu, por certo de forma independente em artigo intitulado "As insculturas rupestres de Lanhelas (Caminha, Alto Minho)", na revista *Portvcale*, em 1929. Muitos anos depois, Abel Viana reforçou a sua prioridade nesta descoberta: "Entre as numerosas descobertas que tive a felicidade de realizar, salientaram-se as de vários penedos insculturados de freguesia de Lanhelas, no concelho de Caminha, situados nas faldas setentrionais do Monte de Góios" (VIANA, 1960, p. 210).

2 – Ver Nota 6, Documento 3.8.2 e Nota 7, Documento 3.8.6.

3 – É interessante esta informação segundo a qual Joaquim Fontes teria sido encarregue de promover curso (por certo de Arqueologia) na sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

3.8.8 – Postal.

Caminha, 22 de Maio (de 1925)

Meu Ex.mo Amigo

As chapas chegaram bem, com a carta de V. Ex.^a que muito agradeço. Vou ver se tiro os positivos de que necessito, para tornar a enviar-lhos. Mãos selvagens estragaram quasi tôda a pedra de Villadesuso, e ainda bem que se guardaram êsses clichés! (1) Imagine V. Ex.^a que se entretiveram a picar as figuras antigas e a fazer outras novas junto a elas! Não se podem estudar estes penedos à vista de campónios; outro dia fizeram estalar com dinamite um penedo encantado para os lados de Vila Nova de Cerveira, por ter sinais misteriosos. Que seria?

Os tais senhores a quem se refere, apanharam de facto outro banho de água gelada. Até emudeceram! Mandei-lhes o trabalhito há coisa duma semana e ainda até hoje não tugeram nem mugiram. Nem um agradecimento! Há um dêles que está a escrever uma obra sôbre S.^{ia} Tecla, segundo êles mesmo me disseram há tempos. Vamos ver o que sai.

Mandei já para Orense a noticiazinha sôbre as gravuras de Oya (2). O D. Juan Dominguez tem sido ultimamente muito caballero para comigo; o Obermaier recomendou-me muito que os auxilie (os de Orense) o mais que puder, com artigos e notícias.

Já sabe que o Obermaier vai passar uns 3 meses à América do Sul? (3) O Conde ainda não deu resposta definitiva sôbre a sua vinda aqui. E V. Ex.^{cia}?

Sempre às ordens, sou de V. Ex.^{cia}

Amigo m.^{to} dedicado e grato

E. Jalhay

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Trata-se dos negativos das fotografias executadas por Eugénio Jalhay das gravuras rupestres de Oya (Villadesuso), aproveitadas por Joaquim Fontes na palestra apresentada em 1925 na Associação dos Arqueólogos Portugueses, depois publicada com o título "Uma excursão arqueológica à Galiza" (FONTES, 1926), onde as referidas gravuras correspondem à fig. 15. Ver Nota 6, Documento 3.8.2; Nota 7, Documento 3.8.6; Nota 2, Documento 3.8.7.

2 – Eugénio Jalhay publicou de facto estas gravuras no Boletín Arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense, no ano de 1929. Ver Nota 1 deste Documento.

3.8.9 – Postal

(recortado na zona dos selos. No verso, imagem com a seguinte legenda "La casa florestal y la repoblación de Campo Redondo").

Caminha, 14 de Julho (de 1925)

Meu bom Amigo

O Conde de la Vega del Sella escreve-me que já aqui não vem este ano: quer fazer a excursão à Galiza em companhia do Obermaier, que agora, como sabe, está para a Argentina. Eu é que talvez vá a Nueva nos últimos dias de Setembro.

Vi nos jornais que o Obermaier desceu aí em Lisboa durante algumas horas e andou a visitar museus. Falou com êle?

Terei o gosto de o ver por aqui e de acompanhar por estes montes ao meu amigo neste verão?

Disponha dos seu amigo certo e ob.^{do} E. Jalhay

3.8.10 – Carta. Papel timbrado da Revista Brotéria

REVISTA BROTERIA

SÉRIE MENSAL, "Fé - Ciências - Letras"

Enderêço: CAMINHA (PORTUGAL)

15 de Julho (de 1925)

Meu bom Amigo

Ando todos os dias com o propósito de lhe escrever e... nada! Dá-se o caso de que tanto o Snr. P. Tavares como o meu colega de redacção P. Marinho estão ausentes, e eu aqui estou sózinho com todo o trabalho da revista e com tôdas as questões e questiunculas que uma ocupação destas traz consigo. Quando me vejo

com o trabalho despachado de um dia, chega-me um montão de cartas noutra, a que é preciso responder. E assim andamos.

Perdôe-me pois o meu longo silêncio, nascido apenas do pouco tempo disponível. Vou ver se aproveito agora uma aberta, para satisfazer dívidas passadas. Em 1.º lugar muito e muito obrigado pela sua última carta: quero ver e desejo sinceramente que sua Exma. Esposa esteja completamente restabelecida do grave incómodo que a obrigou a sofrer uma operação.

No princípio de Agosto parto para as Astúrias. Vou assistir às excavações do nosso grande Obermaier na gruta de Altamira, excavações que a esta hora já devem ter começado mas que se prolongarão até 20 do próximo mês. Foi êle que me convidou, e tal convite não era para desprezar. Depois visitaremos com o Conde de la Vega del Sella a gruta del Castillo (Puente Viesgo), e algumas do Asturiense, onde poderei notar in situ as diferenças que existem entre essa indústria e a de Camposancos, e para as quais já V. Ex.^a me chamou a atenção (1). Espero estar de volta lá para o dia 20. Vejo que V. Ex.^a também não foi a Coimbra. E a êsse propósito quero saber o que me escreveu Obermaier? Transcrevo-lhe à letra, a-pesar do francês um pouco... alemão: "Avez-vous été à Coimbra? J'y ai renoncé pour ma part, puisque la préhistoire était seulement représentée par des dilettanti, et je tache de travailler peu à peu au nettoyage de ce mélange..." E de facto, à parte o trabalho de V. C. sobre Alcácer (2), creio que pouco mais se apresentou nesta secção.

Já tenho os materiais reunidos para o artiguito sobre as gravuras de Oya que sairá, segundo penso, no n.º de Julho-Agosto do Boletim de Orense (3).

O Casto Sampedro, de Pontevedra, andou há pouco com criancices, querendo obstar às explorações que tenciono fazer em Camposancos. Escrevi-lhe uma carta num tom um pouco grosso, e o homem amansou. Não gostou nada de que o Snr. Dr. Leite de V. e V. Ex.^a levassem pedras para Portugal! Como se eu agora não pudesse meter ao bolso um pedregulho que encontro num caminho qualquer! Já é vontade de querer conservar, ou melhor, armazenar tudo o que encontra! (4)

Li algures que V. Ex.^a fêz uma comunicação à A. A. P. a respeito do Australopithecus africanus (5). Suponho que terá visto as novas observações publicadas a êsse respeito por Boule em La Nature, depois já do artigo que êste publicara na Anthropologie. Também mandei alguma coisita para a tipografia, sobre o assunto, e que aparecerá no número de Agosto da Brotéria (6).

Peço mais uma vez desculpa de não lhe ter enviado ^{ainda} o pico de la Franca (7): como desejo fotografá-lo com o que aqui achei em La Guardia, e o tempo ainda m'o não permitiu até hoje, cá está à espera no meu quarto. Mandar-lhe hei depois os dois para que V. Ex.^a os veja também e compare.

Sempre ao seu dispor.

Um abraço do seu amigo muito dedicado e grato

Eugénio Jalhay

(assinatura legível)

O Sr. Dr. Leite de V. já cá está para cima. Ainda me escreveu há 3 dias do Pêso (Monção). Vou ver se vem aqui passar ao menos umas horas ao Colégio, a-pesar da pressa com que está êste ano. E V. Ex.^a? Não

vai ao Gião (8)? Se cá viesse, tínhamos aqui muito que ver... e até lhe fariam bem uns dias passados aqui à beira-mar!

NOTAS

1 - Tratava-se de saber se as indústrias da estação de Camposancos eram contemporâneas do Asturiense das Astúrias, ou mais antigas, ainda paleolíticas, como sustentava Joaquim Fontes, assunto recorrentemente tratado em missivas anteriores da correspondência agora publicada. Merecem destaque as relações cordiais e de admiração estabelecidas com Hugo Obermaier, então Professor da Universidade de Madrid, bem como com o Conde de la Vega del Sella, as quais viabilizaram a presença e o contacto de Eugénio Jalhay com as mais importantes estações pré-históricas das Astúrias, em 1925 e 1926.

2 - Refere-se ao artigo de Vergílio Correia "Uma conferência sobre a necrópole de Alcácer do Sal", publicada em 1925 no vol 7 da revista Biblos, de Coimbra. Uma nota final aposta pelo autor, esclarece que esta conferência foi a que o então já professor da Universidade de Coimbra havia apresentado ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, no dia 19 de Junho desse ano na referida cidade. Pode concluir-se, em consequência, que esta missiva foi redigida no ano de 1925.

3 - Trata-se de assunto recorrente na correspondência enviada por Jalhay a Fontes. Ver, por todas, as Notas 1 e 2 do Documento 3.8.8.

4 - É natural que, então, se considerasse normal o direito de propriedade a quem achasse materiais arqueológicos, mesmo que fora do seu País, para mais quando esses documentos eram desprovidos de valor material, como era o caso.

5 - O texto desta conferência não foi publicado.

6 - Eugénio Jalhay publicou, entre 1925 e 1927, diversos artigos em continuidade na revista Brotéria, sob o título genérico "O que nos diz a ciência sobre a origem do Homem". O artigo mencionado nesta missiva deverá corresponder ao publicado no número de Agosto de 1925.

7 - Ver Nota 5, Documento 3.8.6.

8 - Refere-se ao célebre santuário rupestre de ar livre do Gião (Arcos de Valdevez), com gravuras esquemáticas, ao qual Joaquim Fontes viria a dedicar a sua atenção. Estação já conhecida desde pelo menos a data desta missiva (15 de Julho de 1925), só em 1932 saiu a lume artigo sobre a mesma (FONTES, 1932). Logo a abrir o seu trabalho, o autor declara que a estação fora identificada pelo Padre José Saraiva

de Miranda, tendo-a visitado, pouco depois, na companhia de Félix Alves Pereira. A intervenção de Joaquim Fontes só foi possível, como ele próprio sublinha, depois de obtido o acordo daqueles dois investigadores, facto que evidencia o clima de bom entendimento então existente entre eles.

3.8.11 - Postal.

(recortado na zona do selo, apresenta uma imagem com a seguinte legenda: "Vigo. - Lazareto de San Simón.")

Vigo, 27 de Julho (de 1926)

Meu Ex.^{mo} Amigo

Envio-lhe um abraço daqui de Vigo, aonde vim passar uma semana. Amanhã volto para La Guardia. Vi aqui o D. Juan Dominguez Fontela, de Orense, que voltou a falar-me duns clichés que o meu amigo lhe pediu. Suponho e espero que se não terão perdido.

Na 2.^a quinzena de Setembro irei a Nueva, onde me espera o Conde (1). Não vem este ano cá acima? Terá sempre às suas ordens o seu m.to amigo e dedicado

E. Jalhay

(assinatura legível)

NOTAS

1 - Refere-se E. Jalhay à sua segunda visita às estações arqueológicas asturianas, depois de efectuada no ano anterior, também na companhia de Obermaier, que, no Verão de 1926, estava na Argentina. Nueva era a povoação asturiana onde o Conde de la Vega del Sella possuía grande casa, que utilizava para albergar os seus convidados, no decurso das escavações que durante o Verão e inícios do Outono realizava em diversas estações pré-históricas das redondezas. Eugénio Jalhay obteve importantes elementos arqueológicos desta estadia nas Astúrias. Em 1928, publicou fotografia da entrada da gruta de Balmori (Oviedo), com importante ocupação asturiense (JALHAY, 1928, Est. II). Neste artigo, declara, a propósito da sua deslocação às Astúrias, o seguinte: "Foi guiado pelo desejo de conhecer essa indústria tão curiosa, que, por indicação do Conde de la Vega del Sella, percorri no verão de 1926 as principais grutas das Astúrias em companhia do mesmo aristocrata (aproveito esta oportunidade para aqui deixar patente ao Sr. Conde de la Vega del Sella a minha gratidão pelo fidalgo acolhimento que me dispensou no seu palacete de Nueva em Setembro de 1926, *nota infrapaginal*). Pude assim visitar as grutas de Penical, Balmori, La Riera, Cueto de la Mina, La Franca, etc., e o célebre jazigo situado na freguesia de Noriega (Llanes), onde num concheiro asturiense se haviam encontrado pouco antes alguns restos ósseos, atribuídos por certo autor, tão infundada como pomposamente, ao "esqueleto mais antigo de Espanha". Data dessa excursão o cliché reproduzido na est. II do presente trabalho". Ver Documento 3.8.9.

3.8.12 – Postal (Fig. 18).

("Tarjeta Postal" dos correios espanhóis, com carimbo de 6. Ago. 25).

Altamira, 5 de Agosto (de 1925)

Meu querido Amigo

É de junto da célebre gruta que lhe envio estas duas linhas.

Cá estou com o Obermaier, assistindo às escavações interessantíssimas que êle está a fazer na gruta. Estamos agora nas camadas do solutrense e magdalenense inferior.

Daqui a dias chegarão o Duque de Alba, o Conde de la Vega del Sella e o Breuil, de Paris.

O pico de La Guardia, de que lhe falei um dia, foi-me aqui classificado pelo Obermaier de asturiense típico (1). Hei de lh'o mostrar também um dia ao meu amigo. O asturiense foi também encontrado agora na Catalunha (2). Em todo o caso o mesmo Obermaier me confirmou que também há em Camposancos indústria de tipo do paleolítico inferior (3). Um grande abraço do seu muito amigo e dedicado

E. Jalhay

(assinatura legível)

NOTAS

1 – A peça em causa foi encontrada por Eugénio Jalhay na estação de La Guardia, na Primavera de 1925; é o próprio que, no primeiro trabalho em que a refere, descreve as condições da descoberta e as circunstância da sua cabal classificação: "Ampliando nuestras investigaciones y al examinar en el mismo camino un corte de terreno bastante pronunciado, descubrimos en el suelo, medio enterrado en el sablón, el pico b de la figura 3. (...) y el pico d hallado ya en este año de 1926 por el autor de esta monografía. Comunicé estos descubrimientos al Prof. Obermaier y aprovechando la amable invitación que éste me había hecho para asistir a sus excavaciones en la gruta de Altamira en agosto de 1925 llevé conmigo el instrumento que yo había juzgado típicamente *asturiense* o sea el pico b de la figura 3, com objeto de enseñárselo. No necesitó mucho tiempo este eminente hombre de ciencia para que lo clasificase como de tal período prehistórico; opinión a la que se adhirió sin reserva el Sr. Conde de la Vega del Sella, llegado pocos días después a Santillana del Mar. Tenemos, pues, la zona teritorial del Asturiense axtendida hasta la boca del Miño (JALHAY, 1925, p. 346-348).

2 – No mesmo trabalho citado na Nota anterior, refere Eugénio Jalhay que, em 1923, L. Pericot e M. Pallarés encontraram na província de Gerona, perto do mar, dois abrigos com "vestigios asturienses", não dando, contudo quaisquer pormenores sobre as peças (JALHAY, 1925, p. 344, 345). Mais tarde, precisa que os dois locais em questão eram o Cau del Duc, junto a Torroella de Montgri, e em Ulla, continuando, no entanto, sem indicar as características dos respectivos materiais (JALHAY, 1928).

3 – Ver Nota 3, Documento 3.8.8.

S.487831



TARJETA POSTAL



M. Sr. Prof. Dr. Joaquin Fontes
Penha de Franca, 39, 1.^o
Lisboa
(Portugal)

En este lado se escribe solamente la dirección.

21 00
22 00
32 00
Antuano, 5 de Agosto
Miles querido Amigo
P^o de Lisboa da celebre carta que
me enviou sobre suas linceas.
C' estou com o Obermaier, e achava
as escarpas interessantes que de
esta a fazer a parte. Estou, e apre as
Causas do Solstício e equinoccio
inferior.
Depois a via chegou a Lagoa de
Alba, o Curo de la Vega del Bella
e o Breuil, de Fay.
O pico de la Guardia, de que he
fallei antes, foi por aqui de la Guardia
pelo Obermaier de actuação tipica.
Hei de Ho mostrar tambem um dia as men-
tuado para a Catalonha. Em toso o caso
o mesmo Obermaier me confirmou que me
he um Campones indistincto de tipo de paleolitico
inferior. Heu grande abraço do seu
amigo e amigo S. Jalhay

Fig. 18 - Postal de Eugénio Jalhay (Documento 3.8.12).

3.8.13 – Carta. Papel timbrado da Revista Brotéria

REVISTA BROTERIA

SÉRIE MENSAL, " Fé - Ciências - Letras"

Enderêço: CAMINHA (PORTUGAL)

18 de Agosto (de 1926)

Meu bom Amigo

Agradeço-lhe muito a sua carta e folgo imenso com a notícia que me dá da sua vinda aqui. Hei de o cansar com fazer-lhe ver tantas figuras rupestres, como são as que existem por aqui! Infelizmente eu estarei ausente desde 9 de Setembro até ao fim do mês: espera-me em Nueva o Conde de la Vega del Sella, com quem tenho combinadas várias excursões (1). Mas daqui até ao dia 9, aqui estou às ordens do meu amigo. Ainda lhe não mandei de novo os clichés de Oya (Villadesuso); dá-los hei a V. Ex.^a quando cá vier (2).

Do meu trabalhito sôbre as gravuras daqui não sei que lhe diga. Está em panne em Orense há mais de 15 dias, tendo já corrigido as 2.^{as} provas. As fotografias não saíram mal (3).

Eu ando muito atarefado estes dias, visto estar ausente o P.^c Tavares, e ter sôbre mim os encargos da revista. O P. Marinho sai daqui em Setembro para não voltar; o P. Luisier foi à Suíça e só voltará para o novo curso. Eu estive no Douro no princípio deste mês; lá encontrei (Tendais - Sinfães) um marco miliário romano num galinheiro (!) e várias outras velharias romanas. Também lá me deram notícia dum penedo "com um pé gravado, um cavalo e uns sinos"; mas estava tão longe e tinha tão pouco tempo, que não pude ir vê-lo.

O Obermaier chega em Outubro, e espero-o aqui (4).

Desejo-lhe uma boa cura de repouso em Arganil, bem como a sua Ex.^{ma}. Família.

Dê sempre as suas ordens a quem é

de V. Ex.^a

Amigo m.^o. dedicado e grato

Eugénio Jalhay

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 1, Documento 3.8.11.

2 – Trata-se de assunto recorrente na correspondência; ver, por todas, as Notas 1 e 2 do Documento 3.8.8.

3 – Refere-se ao artigo publicado sobre as gravuras rupestres de ar livre do extremo sudoeste da Galiza, já anteriormente referido, o qual, de facto, foi publicado em 1926 (JALHAY, 1926).

4 – O facto de, no Documento 3.8.2, Obermaier ter prometido não faltar à sua vinda a Portugal em 1927, impossibilitado que estava em 1926 de comparecer, devido à sua viagem à América do Sul, permitiria datar o postal naquele ano; no entanto, a referência feita por Eugénio Jalhay à sua ida às Astúrias, a convite do Conde de la Vega del Sella, permite atribuir o postal ao ano de 1926. Por outro lado, tendo a saída de Obermaier para a América do Sul ocorrido no princípio de Julho, verifica-se que a sua demora ali foi de cerca de três meses. Ver Nota 1, Documento 3.8.11.

3.8.14 – Carta. Papel tímbrado da Revista Brotéria (Fig. 19).

REVISTA BROTERIA
SÉRIE MENSAL, " Fé - Ciências - Letras"
Enderêço: CAMINHA (PORTUGAL)

3 de Outubro (de 1926)

Meu bom Amigo,

Não sei se estará já de volta da sua excursão, e por isso esta vai um pouco à sorte e à ventura... Se ainda se encontra fora de Lisboa, dê um salto à Galiza, que já o posso acompanhar. Com efeito cheguei ante-ontem da minha tourné pelas Astúrias, que me deixará sempre lembrança muito grata e saudosa. Passei uma óptima semana em Nueva em casa do Conde (os criados lembravam-se ainda muito bem do frio do meu amigo, que o obrigava a ir aquecer-se ao fogão da cozinha...) (1). Com êle visitei El Penical, Cueto de La Mina, La Riera, Balmori, Cangas de Oñis, Peña Tu, Vidiago, etc. etc. e voltei por Altamira (2). Nesta última gruta já instalaram luz eléctrica, e a casa-museu está pronta. Tirei umas fotografias que depois lhe mandarei. Excavámos em Balmori (magdalenense pobre), Cueto de La Mina (solutrense esplêndido; em menos de ½ hora tínhamos uma bela colecção de pontas clássicas) e La Franca. Espero que a sua excursão tenha sido igualmente proveitosa: dê-me notícias dela, que me hão de interessar.

O Obermaier está a estas horas de volta para a Europa. Foi passar ainda uns 15 dias ao Brasil, depois de andar pela Argentina (3).

Mando-lhe com esta o meu trabalhito sôbre as gravuras prehistóricas daqui. Não quis abalançar-me a interpretações, porque acho ainda que é bastante cêdo para isso. O carro que entre elas verá, tem despertado interesse (4).

Estou com pressa, porque tenho uma hora de trabalho atrasado.

Amigo m.^{to} dedicado e grato

Eug Jalhay

(Queira voltar, se f. f.

(assinatura legível)

REVISTA BROTERIA

SEDE MENSAL - IV - Ciências - Letras -

Editor: CARINHA (Pernambuco), 3 de Outubro

Meu bom Amigo

Não sei se estás já de volta de tua excursão, e porisso esta vai
sem pressa e sem a vontade. Se ainda te lembrar para de Lolon, de
um certo a Galiza, que já o posso acompanhar. Com effeito cheguei ao
frontão da minha tenesse pelas Ativas, que me dára sempre um
bom e muito pata e saudosa. Passa um Optimo momento em Nova
em casa de Cról (o criado lembrou-me se ainda muito bem de ficar 20
anos aqui, que o alugava e se apparece no fogão de cozinha - já Costo
vinte e cinco mil, e de La Mina, La Roca, Balneario, Cangas de Onis, San
Tia, Lirago etc. etc. e voltar por Almansa. Nesta ultima parte já estabele-
ram a luz electrica, e a casa-moeda esta pronta. Terei umas fotografias que
devo te mandar. Passamos em Balneario (magnificissimo pata), e de
La Mina (magnificissimo e lindo); em nome de J. ha thalamos uma bela colheita
de pata classica), e La Franca. Espero que a tua excursão tenha sido espe-
ssamente proveitosa: se me notares pata, que me ha de interessar.

O Almansa está a esta hora de volta para a Europa. Foi fazer
sua via de 11 dias ao Brasil, e foi de volta pela Argentina.

Muito he com o meu trabalho sobre as gravuras prohibidas
dequi. Não quis abalancar-me a interpretação, porque não sei se se bastam
a esta parte. O carro que está a esta hora, tem bastante interesse.

Sem com pressa, porisso te ha um livro de tabaco abogado.

Amigo do teu amigo e amigo

Eng. Jalhay

(Quem voltar, se f.)

Fig. 19 - Carta em papel de Eugénio Jalhay (Documento 3.8.14).

P. S. Recebi a comunicação da Associação dos Arqueólogos de que tinha sido nomeado sócio titular da mesma. Ou muito me engano, ou o meu amigo entrou nesta marosca. Não vejo motivo para tão grande honra; agradeço-lhe contudo os passos que deu para isso. Mais um estímulo para trabalhar neste campo da pre-história!

NOTAS

1 – Esta estadia de Joaquim Fontes verificou-se no Outono de 1917. Trata-se de uma das raras passagens contidas na correspondência ora publicada que comprova a estadia de Joaquim Fontes nas Astúrias. Ver Nota 1, Documento 3.5.2.

2 – Trata-se de grutas com interesse arqueológico, hoje clássicas pelos trabalhos pioneiros nelas desenvolvidos por H. Obermaier, H. Breuil, Conde de la Vega del Sella, entre outros, que Eugénio Jalhay teve o privilégio de visitar (e de escavar!), na companhia de alguns daqueles eminentes arqueólogos no final do Verão/inícios do Outono de 1926. A caverna de Altamira já não lhe era desconhecida, visto tê-la visitado, com Obermaier, em 1925. Ver Nota 1, Documento 3.8.11 e Documento 3.8.12.

3 – Eugénio Jalhay tinha admitido anteriormente a vinda de Hugo Obermaier a Portugal, logo que regressasse da sua deslocação à América do Sul. Ver Nota 4, Documento 3.8.13.

4 – Refere-se ao seu trabalho, publicado em 1926, sobre as gravuras rupestres do extremo sudoeste da Galiza (JALHAY, 1926). Ver Nota 3, Documento 3.8.13.

3.8.15 – Carta.

Caminha, 21 de Outubro (de 1926)

Meu bom Amigo

Apareceu-me hoje aqui de surpresa o D. José Menendez, pároco de Vidiago (Asturias), sócio da "Academia de la Historia", de Madrid, e grande entusiasta pela prehistória asturiense. Tem sido companheiro do Conde de la Vega em várias excavações, e ainda ultimamente tinha estado com êle e o Conde em Peña Tú, La Franca etc. **(1)**. Vieram aqui em automóvel (saíram de Oviedo ontem, às 8 1/2 h manhã), e em automóvel partiram para aí para ver as nossas colecções de Portugal. Digo partiram, porque com o pároco vão dois cavalheiros, um geólogo, outro advogado, mas ambos estudiosos de prehistória. Contam estar em Lisboa no próximo sábado, 23. Dei-lhes a direcção do meu amigo (Penha de França), e disse-lhes que, se lá o não encontrassem, fôsem à Escola Médica: espero que me fará o favor de lhes dar as indicações necessárias para visitar as colecções daí. Desde já muito obrigado. – Recebi a sua carta,

depois escreverei mais pausadamente.

Os excursionistas vão encantados de Sta Tecla.

Amigo mto. grato e admirador

E. Jalhay

NOTAS

1 – Peña-Tú é uma gruta da região asturiana célebre pelas suas pinturas parietais, entre as quais a do célebre ídolo publicado pela primeira vez por J. Cabré em 1914, em colaboração com Eduardo Hernández-Pacheco, em Memória da "Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas" e depois reproduzido em múltiplos trabalhos. De La Franca provém o pico recolhido por Joaquim Fontes na sua excursão à galiza realizada em 1917. Ver Nota 5, Documento 3.8.6.

3.8.16 – Cartão de visita com a indicação impressa "P. Eugénio Jalhay Revista Brotéria - Caminha".

Cumprimenta o seu bom Amigo Dr. Joaquim Fontes e tem o gôsto de lhe apresentar o Sr. D. José Menendez, pároco de Vidiago (Asturias), um dos mais entusiastas da prehistória asturiense e companheiro do Conde de La Vega del Sella nas suas excursões por aquelas terras...

Vai com 2 cavalheiros, um deles geólogo insigne, e outro notário também da mesma região.

3.8.17 – Carta. Papel timbrado da Revista Brotéria.

REVISTA BROTERIA

SÉRIE MENSAL, " Fé - Ciências - Letras"

Enderêço: CAMINHA (PORTUGAL)

29 de Outubro (de 1925)

Ex.^{mo} Senhor e bom Amigo

Eu é que lhe devo pedir mil desculpas pelo meu prolongado silêncio. Tenho andado a adiar a resposta à última carta de V. Ex.^a, porque lhe queria falar dos meus trabalhos que tencionava publicar sobre prehistória destes arredores. Não os pude ainda preparar. Um deles era uma nota sobre o asturiense de La Guardia (estação por mim encontrada mesmo junto a esta vila) e para a qual desejava fotografar o pico que lá achei com o que o meu amigo me emprestou (1). Queira acreditar que ainda não me sobejou tempo para isso. Como o Conde de la Vega del Sella me vai mandar agora um caixote com indústria e fauna desse

período, envio já a V. Ex.^a o pico que teve a bondade de me mostrar **(2)**. Muito obrigado.

Mas antes de lhe falar de velharias, quero manifestar ao meu amigo os meus sinceros desejos de pronto restabelecimento da sua Ex.^{ma} esposa, sentindo muito os seus incómodos e o que o meu amigo terá também sofrido com isso. Oxalá que a estas horas tudo tenha passado!

Já terá talvez sabido que a gruta de Altamira esteve por um triz para arruinar-se irremediavelmente. Se não fôssem os cuidados da nova Junta de protección que tem como presidente honorário o rei e efectivo o duque d'Alba, a estas horas estaria tudo por terra. O meu amigo conhece como o tecto da gruta, principalmente na sala de entrada, está formado por camadas de calcário. Pois bem : uma dessas camadas com talvez mais de 1 m de espessura estava já em perigo iminente de cair, arrastando muito provavelmente consigo toda a parte superior. O Obermaier desconfiou da coisa, pois a tal camada apresentava já uma curva que metia respeito... Mandou vir engenheiros e arquitectos; e foram estes que deram o alarme. Afirmaram que podia ser questão de dias e mesmo horas. Fechou-se a gruta aos visitantes e começaram logo os primeiros trabalhos. Levantaram colunas para sustentar o tecto e cimentaram toda a superfície que cobre a gruta afim de impedir a humidade e a infiltração das chuvas. O Obermaier escreveu-me de lá consternadíssimo já depois da minha saída. O caso não era para menos! **(3)**

As escavações foram no jazigo da sala de entrada (à esquerda de quem entra). Foi até uma das tais camadas do tecto, destruída há séculos, que deixou intacto êsse foyer. O magdalenense estava òptimamente representado em todos os seus principais períodos. O solutrense, magnífico! O que mais me chamou a atenção foram as pontas de loureiro feitas de quartzite duríssima com a mesma perfeição com que faziam as de sílex. A fauna foi a conhecida : cervus, bos priscus, equus, capra ...e em abundância a patella e a littorina. Não encontramos rena. Foram para mim uns 15 dias deliciosos. Passava as noites em Comillas, e às 8 da manhã lá estava já na gruta, à espera do Obermaier que subia de Puente San Miguel pouco mais ou menos a essa hora (ficou êste ano hospedado em casa da neta de Santuola) **(4)**. O Conde veio nos últimos dias e levantou a sua tenda mesmo ao pé da gruta e quis ter a amabilidade de nos oferecer / ^{sempre} de jantar a todos, lá em cima, cozinhado pelo óptimo velho que nunca o deixa nestas excursões. Para o ano espero percorrer as Astúrias com êle, pois êste ano o tempo não me chegou nem sequer para ir a La Franca que não estava longe.

Mostrei-lhe o pico de La Guardia e concordou em absoluto com o Obermaier de que era asturiense típico **(5)**. E quer saber o meu amigo o desaguiado que me sucedeu depois ? Escrevi de lá ao Fontela, de Orense, dando-lhe a notícia de que havia mais êste período a registar na prehistória de Galiza (êste Fontela é o tal dos adjectivos...). O homenzinho calou-se muito calado e um mês depois escreve-me que já tinha pronto para a imprensa um trabalho seu sôbre o asturiense de Santa Tecla, isto é, sôbre um que êle chamava pico encontrado há 3 anos (!) lá em cima e guardado até hoje no museu Pro Monte **(6)**. Isto só na Galiza!

Respondi-lhe que estimaria muito ver o seu trabalho e felicitava-o pela descoberta (!): mas sempre lhe fui dizendo que estranhava muito que o Obermaier não desse por tal pico no museu, quando lá foi depois de encontrado no monte. Não me tornou a escrever, e agora estou à espera do Boletim para ver que

asturiense é que ele nos apresenta.

O Obermaier riu-se quando lhe contei o caso em carta enviada já daqui, conforme êle me respondeu. Mas disse-me que o culpado tinha sido eu em manifestar a gente dêste estôfo os meus achados. E é verdade. E a propósito: sabe o meu amigo que êles ainda não podem ver com bons olhos o seu excelente trabalho sôbre Camposancos ? Isto de vir aqui um estrangeiro e mais a mais português, e descobrir o que êles nunca viram nem chegariam nunca a ver, foi para êles um choque eléctrico que ainda dura hoje! **(7)** Por isso o Casto Sampedro, de Pontevedra, já andou a dar voltas para impedir as minhas explorações, mandando-me avisos indirectos de que talvez poderia ter algum desgosto se mandasse pedras para Portugal etc. **(8)**. Já antes dêle houve outro, também de Pontevedra, que me mandou pedir descaradamente fotografias das gravuras de Oya! Como vê, cá e lá más fadas há. Em tôda a parte as mesmas criancices.

O Obermaier prometeu-me vir aqui para o ano, ou ao menos, antes do Congresso de Madrid.

E as conferências de V. Ex.^a nesta última cidade ? Sempre determinou vir cá honrar-nos a nós e a Portugal ?

O Colégio tem agora 250 alunos: é um enxamear de rapazes por todos os cantos. Eu além do trabalho de redacção da Brotéria, tenho a achegazinha de 8 aulas por semana. Agora vou ver se trabalho alguma coisa em prehistória, e já não é sem tempo.

Os P.^s Luisier e Tavares recomendam-se muito.

De V. Ex.^a

Amigo muito grato e dedicado

Eugénio Jalhay

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 1, Documento 3.8.15 e Nota 5, Documento 3.8.6.

2 – Na época, era frequente a permuta de exemplares arqueológicos entre especialistas de diversos Países, que assim enriqueciam a colecções das instituições a que pertenciam: no caso, o "Colégio Nun'Álvares", que a Companhia de Jesus possuía em La Guardia.

3 – Tem evidente interesse documental não só a descrição deste incidente, mas também o relato das descobertas, feito por Eugénio Jalhay, após nelas ter directamente participado, aquando da sua visita às Astúrias, em 1925, ano a que pertence a presente missiva. Ver Nota 2, Documento 3.8.14 e Nota 1, Documento 3.8.11.

4 – Marquês Marcelino Sanz de Sautuola, cuja filha, em visita à gruta de Altamira, na companhia do Pai,

descobriu acidentalmente as célebres pinturas rupestres, por aquele publicadas em 1880, ante o cepticismo generalizado da comunidade científica de então.

5 – Ver Nota 1, Documento 3.8.12.

6 – Desconhece-se se este estudo, que revela evidente desonestidade intelectual por parte do seu autor, foi de facto publicado. O protagonista deste elucidativo episódio é J. Dominguez Fontela, que partilhava a Comissão de redacção do Boletín Arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense e a de Conservador do respectivo Museu.

7 – Com efeito, as críticas que surgiram logo após a publicação do desprezencioso estudo de Joaquim Fontes sobre Camposancos, parece em parte resultarem de algum despeito mal disfarçado. Ver Nota 2, Documento 3.8.2 e Nota 3, Documento 3.8.6.

8 – Ver Nota 2 do presente documento. Sobre a actuação de Casto Sampedro, procurando contrariar a actividade de arqueólogos portugueses na Galiza, ver Nota 4, Documento 3.8.10.

3.8.18 – Carta.

Caminha, 7 de Novembro (de 1926)

Meu caro Amigo

Mais outro incómodo... A sua amabilidade é que tem a culpa de lhe andar a bater á porta com tantas nicas.

Escreve-me de Cublac o Bouyssonie **(1)** a pedir-me informações "sur l'occupation portugaise au Maroc, principalement dans la région de Donkkala et spécialement à Azemmour." Pergunta-me também "à quelles sources on pourrait trouver ces renseignements" pois talvez "un de vos confrères s'est-il occupé de la question, et se prêterait à un échange de vues."

Escrevi já ao Afonso de Dornelas **(2)**. Mas agora lembrei-me de que o meu Amigo também por lá andou e me pudesse informar ao menos das pessoas a quem me posso dirigir sôbre a questão. Obrigado desde já **(3)**.

Sempre passaram por aí os pre-historiadores asturianos? Ainda não me escreveram palavra **(4)**.

Ainda desta vez me vejo impedido de responder à sua carta. Para outra vez fica.

Amigo mto dedicado e grato

E. Jalhay

(assinatura legível)

NOTAS

1 – O Padre Bouyssonie era pré-historiador francês de mérito; por certo, tais informações ter-lhe-iam sido pedidas por terceiros, visto serem estranhas ao seu campo de estudos.

2 – Afonso de Dornelas, membro activo da Associação dos Arqueólogos Portugueses, era historiador e dedicou diversos estudos à época da expansão portuguesa. Contudo, a pessoa mais indicada para esclarecer sobre esta questão era sem dúvida o Prof. David Lopes, ilustre arabista e Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, que à época da presença portuguesa no norte de África dedicou trabalhos fundamentais.

3 – Joaquim Fontes, como simples turista e curioso, publicou na revista *Arqueologia e História*, no ano de 1924, o artigo "Impressões de uma visita a Tamuda e Tetuão".

4 – Referia-se aos espanhóis que havia recomendado a Joaquim Fontes fossem recebidos por este em Lisboa. Ver Documentos 3.8.15 e 3.8.16.

3.8.19 – Postal.

Caminha, 15 de Novembro (de 1925)

Meu bom Amigo

Acabo de receber o seu (...) postal, e é também a galope que lhe respondo. O Sr. Pe. Tavares não tem dificuldade absolutamente nenhuma de que o meu amigo publique o belo artigo de Camposancos, como indica no seu postal, antes agradece a sua atenção. Quanto ás figuras há o seguinte: os de Orense pediram-nos instantemente que lh'as vendêssemos, quando publicaram no Boletín o dito artigo. Instados uma e outra vez, cedemos, e agora para lá estão. Suponho porém que não terão dificuldade em lh'as emprestar. A direcção para lá é:

D. Juan Dominguez Fontela (1)

Chantre de la Catedral

Orense

Eu supunha que já lhe tinha dito isto quando lhe escrevi sobre o pedido de Orense (2).

Recebi El hombre Fósil (2ª. ed.), logo que saiu, e li com interesse a opinião de Obermaier sôbre Camposancos, que afinal êle já me tinha dito e eu escrevera ao meu amigo (3).

Este verão ⁽⁹²⁶⁾ veem aqui o Obermaier com o Conde de la Vega del S. passar umas duas ou três semanas. Trarão a sua tenda de campanha etc. é o que já está decidido pois o Conde está muito empenhado em estudar a prehistória daqui. É natural, cheirando-lhe a asturiense... (4)

Seu mto amigo e ded.^{do}

E. Jalhay

(assinatura legível)

NOTAS

1 – D. Juan Dominguez Fontela, já referido no Documento 3.8.3, foi protagonista, em data ulterior, de situação pouco edificante, do ponto de vista da ética científica, que envolveu Eugénio Jalhay. Ver Nota 6, Documento 3.8.17.

2 – Depreende-se que o artigo de Joaquim Fontes sobre a estação de Camposancos foi primeiramente publicado no Boletín Arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense, em 1925 e, só depois publicado, por vontade do autor, e datado do mesmo ano, na revista Brotéria; as figuras em causa correspondem a desenhos feitos á pena por Varela Aldemira, de uma selecção de peças líticas recolhidas.

3 – Ver Nota 3, Documento 3.8.6 e Nota 2, Documento 3.8.2.

4 – Tanto Hugo Obermaier como o Conde de la Vega del Sella, não consta que tivessem alguma vez efectuado pesquisas arqueológicas no litoral minhoto. Ver Nota 4, Documento 3.8.13.

3.8.20 – Postal.

Caminha, 27 de Novembro (de 1926)

Meu bom Amigo

Obrigadíssimo pela carta de ontem e informações sôbre Marrocos (1). O D. José Menendez também me escreveu de Vidiago, muito grato às atenções do meu amigo. Eu também lhe agradeço muito tudo quanto fêz por êles. Folgo imenso que êles levem sempre bôa idea dos portugueses... (2)

Escrevo-lhe êste para lhe comunicar uma notícia desagradável: Muito provàvelmente o Congresso de Madrid fica adiado para 1928. É a exposição de Sevilha que veio transtornar os cálculos. No meu humilde entender, êsse factô devia ser até uma razão mais para termos o Congresso em 1927, mas o Obermaier afirma-me que o Govêrno não está disposto a conceder os créditos necessários, por causa das muitas despesas com a exposição (3). Os franceses devem ficar furiosos, principalmente o Boule e o Verneau, que já não viam com bons olhos que o Congresso ficasse para êste ano de 1927. Com o adiamento do Congresso, espero que se poderá realizar no verão a grande excursão do Obermaier e do Conde de la Vega à Galiza (4). Seria óptimo que o meu amigo tomasse também parte nela. Falaremos depois, pois êste postal ainda não é resposta à sua penultima carta.

Vi na Epoca o extracto das suas lições do Carmo (5). As minhas felicitações.

Amigo m.to dedicado e grato

E. Jalhay

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Ver Nota 3, Documento 3.8.18.

2 – Ver Nota 4, Documento 3.8.18 e Documentos 3.8.15 e 3.8.16.

3 – O Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências reuniu-se em Cádiz em 1927, não se confirmando, assim, os receios de Obermaier. Nele participaram diversos portugueses, como Vergílio Correia, Queirós Veloso, Oliveira Guimarães, Gonçalves Cerejeira, Joaquim de Carvalho, Mário de Figueiredo, Padre J. Tavares (colega de E. Jalhay e mencionado nesta correspondência), Ferraz de Carvalho, etc.

4 – Ver Nota 4, Documento 3.8.19 e Nota 4, Documento 3.8.13.

5 – Ver Nota 3, Documento 3.8.7. Esta referência, para além de outras, permite situar o postal no ano de 1926.

3.9 – Correspondência com Vergílio Correia

3.9.1 – Postal.

(no local destinado ao remetente vem indicada a data: Lisboa 23 Out 1912; carimbo dos correios de 24/10/1912).

Meu caro Fontes

Agradeço-lhe muito reconhecido a oferta do seu pequeno folheto (1). Assim vai o Senhor aos poucos realizando a sua obra do paleolítico. Continue. Peço-lhe o favôr de não se esquecer de que eu e o Museu existimos ainda. Desejava m^o vê-lo, falar-lhe de sua viagem, ouvi-lo e noticiar-lhe algumas estações novas (2).

Receba um abraço de todo (...)

Vergílio Correia

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Em 1912 Joaquim Fontes participou como congressista e comunicante na XIV Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, reunido em Genève, onde apresentou a

comunicação "Sur quelques types de coups de poing du Portugal"; porém, as Actas só foram impressas no ano seguinte, pelo que o "pequeno folheto" referido não poderá corresponder ao texto desta comunicação. Ver Nota 1, Documento 3.3.4.

O mesmo é válido para a comunicação apresentada nesse mesmo ano de 1912 por Joaquim Fontes ao 8.º Congresso Pré-Histórico da França, reunido em Angoulême, onde também se deslocou, apresentando o contributo "Note sur le Moustérien au Portugal": as actas respectivas só foram publicadas em 1913. Resta, assim, no campo das publicações internacionais, o artigo "Trois coups-de-poing acheuléens du Portugal", publicado em 1912 no Buletim da Sociedade Pré-histórica Francesa. Seria, pois, uma separata deste trabalho, ou de qualquer dos outros publicados em Portugal nesse ano de 1912, aquela a que se referia Vergílio Correia, não deixando também de mencionar a viagem realizada por Joaquim Fontes, que corresponderá, certamente, à deslocação efectuada a Genebra ou a Angoulême.

Em alternativa, poderia tratar-se da separata da comunicação apresentada por Joaquim Fontes e publicada no ano anterior, ao 7.º Congresso Pré-histórico de França, "Contribution à l'étude de la période paléolithique en Portugal".

Seja como for, esta importante actividade científica de Joaquim Fontes, comparecendo nas reuniões mais importantes realizadas a época, evidencia esforço de internacionalização e de contacto com arqueólogos de outros países, preocupação que perpassa ao longo de toda a correspondência.

2 – Vergílio Correia no ano de 1912 publicou, nas páginas de O Arqueólogo Português, importante artigo dedicado ao Paleolítico português, com destaque para as estações, em boa parte por si reconhecidas, na região de Lisboa, área também interessada pelas prospecções de Joaquim Fontes, na sequência da identificação da estação do Casal do Monte. Havia, pois, sobreposição de interesses, na mesma área geográfica. Esta situação não seria, naturalmente, do agrado de Vergílio Correia, que suavemente recordava o facto de que ele e o Museu (referia-se ao Museu Etnológico Português) "existiam ainda". No entanto, prova da protecção gozada por Joaquim Fontes por parte do Director daquela Instituição, é o facto de, nesse mesmo ano de 1912, ter publicado, também em O Arqueólogo Português, artigo que concorria directamente com o de Vergílio Correia, intitulado "Subsídios para o estudo do Paleolítico português", facto que, aparentemente, era do desconhecimento deste último, apesar de ser funcionário superior da instituição.

3.9.2 – Postal (Fig. 20).

(no local destinado ao remetente vem indicada a data: Lisboa 22 Julho 1912; carimbo dos Correios ilegível).

Res.al Taborda C F. 1º

Meu caro Fontes

Recebi por um bilhete que me mandou em tempos que me tinha já mandado a sua separata do Compte

Rendu. Para que o saiba, se, ma mandou, tenho a dizer-lhe que em minha casa ainda não se recebeu até hoje tal separata (1) – compre o n° 7 da Águia (revista do Porto) que achará talvez cousa que o interesse. Esperava encontrá-lo para lhe dizer isto, mas como me tem esquecido cada vez que o vejo ahi vae agora o bilhete. Não fale ao seu dr. Leite do artigo da Revista do Porto (2). Receba muitos cumprimentos deste seu amigo.

Vergilio Correia
(assinatura legível)

NOTAS

1 – Deve referir-se a uma publicação feita em francês, a qual, no caso, só pode ser a comunicação feita e publicada no ano transacto ao 7º. Congresso Pré-histórico de França. Ver Nota 1, Documento 3.9.1. Note-se o tom quase inamistoso usado por Vergílio Correia, chegando a duvidar, até, do envio por Joaquim Fontes de separata que este lhe tinha anunciado ter-lhe remetido.

2 – Este postal, escrito três meses depois do anterior, confirma o clima de mal estar reinante entre J. Leite de Vasconcelos e o ainda Conservador do Museu Etnológico Português, Vergílio Correia. O artigo a que este último se refere, publicado na revista A Águia, é o mesmo que, datado desse mesmo ano, foi também publicado em O Arqueólogo Português. Daí, talvez, as preocupações manifestadas no sentido de J. Leite de Vasconcelos não dever ter conhecimento do facto, o que se afigura manifestação de ingenuidade, visto tratar-se de informação já publicada, e deste modo acessível a qualquer interessado.

3.9.3 – Postal.

(no local destinado ao remetente vem indicada a data: Lisboa 2 Abril 1913; carimbo dos Correios de 5/4/1913).

Meu amigo

Recebi o seu trabalho sobre paleolítico, a publicar, ou antes a sahir no Arqueologo. Muito lhe agradeço a atenção e a amabilidade da deferência (1).

Como tem passado de saude desde o ha muito tempo q o nao vejo?

Cumprimentos do seu amigo (2)

Vergilio Correia
(assinatura legível)

NOTAS

1 – Trata-se do artigo atrás mencionado. Ver Nota 2, Documento 3.9.1.

2 – Este documento, extremamente lacónico e formal, sem qualquer elemento de interesse científico ou pessoal, mostra a relação distante que então existia entre ambos.

3.9.4 – Postal.

(não datado; carimbo dos Correios de ?/8/14)

Meu amigo

Recebi o seu amavel bilhete embora bastante confuso porque me trata nele por você e por excelencia no espaço de 10 linhas. Questao de pressa, naturalmente **(1)**.

Nos meus "Velhos Teares" de que deve ter um exemplar, vêm citados e desenhados pesos em forma de coração. Num artigo que já devia ter sahido na Águia, mas que ainda não sahiu (só em Outubro verá a luz por atrazos nos desenhos que o acompanham) torno a fazer mais desenvolvidas citações dos mesmos. Se quer contentar-se com os do 1º folheto, e se o não tem ainda, peço me avise, q logo lhe remeterei um exemplar **(2)**.

Paguei hoje ao seu cobrador 2\$ - escudos adeantados (?) **(3)**.

Quis mandar-lhe o recado por ele, mas como me disse que so lhe falava 2ª. feira desisti.

Cumprimentos

V. Correia

(rubrica legível)

NOTAS

1 – Remoque irónico, que evidencia relação distante e algo desconfortável. Ver Nota 2, Documento 3.9.3.

2 – Refere-se ao artigo "Pesos de tear", publicado em 1915 na revista A Águia.

3 – Esta cobrança deve respeitar ao pagamento da quotização como sócio da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais.

3.10 – Correspondência diversa com arqueólogos portugueses

3.10.1 – Postal de F. Tavares de Proença Júnior (Fig. 21).

Meu bom amigo

Obsequeia-me dando-me o endereço do seu professor Snr. A. Aurelio da Costa Ferreira (1) para lhe enviar a minha revista, visto interessar-se também por estes estudos.

Agradecendo

Seu bom amigo mto Obrigado

Cortiça

Leiria 7 - 9 - 910

F. Tavares Pr.

P. S. Por estes dias lhe remeterei prova do seu artigo que já está na typographia.

NOTAS

1 – Este ilustre médico e catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa, interessou-se por antropologia física, publicando, no campo de espólios humanos pré-históricos, diversos contributos de mérito.

3.10.2 – Postal de E. Feydelou.

(a data está dactilografada, bem como o nome da instituição).

Ele mora na Praça da República - Caldas da Rainha.

Se lá quiser ir, isso é consigo e com o seu bolso

Museu E. Português

Belem, 13 - VIII - 913

Eduardo Feydelou

(assinatura legível)

Meu caro Fontes

O Sr. Dr. Felix escreveu cá para o Museu dando notícia que descobrira perto das Caldas num talude um pedaço de silex encravado na terra e logo adiante num caminho um coup de poing, um picão, portuguezmente ou punho de pedra como Sua Sr^a lhe chama. Convida-nos para irmos verificar a autenticidade da camada, de aluvião, com o objecto in loco (1). Escrevi ao Dr. Felix e expus-lhe que não podia lá ir, que nada entendia de geologia e que provavelmente Você não seria o geólogo de profissão que lhe classificasse o terreno - confio q com o testemunho do Sr. Dr. Chaves q vae para lá e de outra

pessoa competente ele poderia autenticar o seu descobrimento e mesmo sem nosso auxilio ...? eu acredito na sua palavra e tal me basta.

NOTAS

1 – O descobrimento de materiais paleolíticos nos arredores das Caldas da Rainha por Félix Alves Pereira insere-se na mesma linha que conduziu à identificação da estação do Outeiro da Assenta: a sua frequência do hospital termal existente naquela cidade e as frequentes deambulações pelos arredores que os momentos livres lhe permitiam. Com efeito, a região veio a revelar-se particularmente fértil em estações paleolíticas, após as colheitas ulteriormente efectuadas por diversos investigadores (Manuel Heleno, Alves Costa, Hipólito da Costa Cabaço, H. Breuil e G. Zbyszewski, entre outros). A peça mencionada nesta missiva foi, ulteriormente, mostrada a Joaquim Fontes, que lhe negou trabalho humano, como referem A. do Paço e H. da Costa Cabaço, em trabalho onde historicam as pesquisas no âmbito do Paleolítico da região caldense (PAÇO & CABAÇO, 1964; ZBYSZEWSKI & FLAES, 1945/1946; ZBYSZEWSKI & PENALVA, 1979).

3.10.3 – Carta de F. Alves Pereira (Fig. 22).

Arcos, 20 - I - 925

Meu querido Amigo

Não podia estar em Arcos de Valdevez sem que ao menos uma carta lhe dirigisse. Assim faço, embora quase no termo da visita á minha terra.

Saberá já talvez por seu bom irmão que não foi de prazer esta minha inesperada viagem, mas para acompanhar o meu filho Antonio, que, por conselho do Dr. Sobral Cid e aliás tambem do meu bom Amigo, devia sair de Lisboa. Foi desconsolador o diagnostico do dr. Sobral Cid. Mas se bem que o Antonio não esteja restabelecido e talvez até, ainda distante disso, êle está um pouco melhor. Eu tenho de retirar para Lisboa e o Antonio fica ainda.

Nestas circunstancias, a arqueologia não me tem atraído nada, porque o meu estado de espirito não se encontra com a tranquilidade necessaria pra pensar em sciencia. De longe contemplo já o Gião (1); a minha casa já veio duas vezes o P. Saraiva, carregado de pedras! Mas disto não passo. Impossivel nestas circunstancias organizar uma ascenção ao santuario prehistorico.

O Pe Saraiva tem continuado a descobrir gravuras, e até parece que se admira de que devam ser autenticas, tantas insculturas (2).

Do paleolítico trouxe-me um belo coup - [de - po]ling (borrado no original), de contorno perfeitamente amigdaloide, mas de forma achatada com zona de cortex na base que encosta à palma da mão. É de quartzite branca; os bordos laterais sensivelmente rectilineos; encontrado num caminho S. Jorge – Oliveira

o filho. Abraço-o e seu muito obrigado. am. e adm. cont.
F. Alves Pereira

Arco, 20 - I - 1925

Meu querido amigo

Não podia eu estar em Arco de Valdevez sem que ao menos uma carta lhe dirigisse. Assim fica, embora que de no termo de vista à minha terra.

Selevei talvez já por seu bom irmão que não foi de praxe esta minha incerta viagem, mas para acompanhar o meu filho Antonio, que, por conselho do Sr. Sobral Cid e aliás também do meu bom amigo, devia sair de Lisboa. Foi desconsolador o dia - quentico do Sr. Sobral Cid. Mas

Fig. 22 - Carta de Félix Alves Pereira (Documento 3.10.3).

(suas freguesias limitrofes).

A freguesia de Giela deu-lhe outro, pequeno, subtriangular, espesso, grosseiramente trabalhado.

Eu fui hoje numa curta escapada ver o caminho do Requeijo, que julgo poder considerar-se uma estação, ribeirinha, à superfície do enorme manto aluvial que margina a zona inferior do Vez e atinge a contígua do Lima. Trouxe uma pedra talhada mas bastante deteriorada, que me parece ter sido um coup - de - poing, que o meu amigo poderá acrescentar à série de Requeijo (lugar da freguesia de Giela). Só o meu concelho elevado à categoria de 3.º ou 4.º depois de Lisboa, Loures etc. atenta a quantidade de focos paleolíticos em toda a sua area. Espero estar para a próxima semana em Lisboa e lá verá as pedras (3).

Para sua Exma. Esposa, minha Senhora, os meus respeitosos cumprimentos e votos de saúde para a sua filhinha. Abraça-o o seu muito obrigado. am.º e servior. certo

F. Alves Pereira

(assinatura legível)

NOTAS

1 – Santuário rupestre pré-histórico do Gião, estudado por Joaquim Fontes. Ver Nota 8, Documento 2.9.10.

2 – A publicação do santuário do Gião remonta apenas a 1932, e deve-se a Joaquim Fontes, quando este era já conhecido de Félix Alves Pereira; o desinteresse deste último arqueólogo pela sua publicação, quando aparentemente reunia todas as condições para o efeito é difícil de compreender, a que acresce o evidente interesse científico da estação. Tal situação dever-se-á reportar a diversas causas, entre as quais o pouco tempo que Félix Alves Pereira passaria no Alto Minho, incompatível com estudo detalhado; e o facto de o seu descobridor, o Padre José Saraiva de Miranda ter prosseguido com êxito, depois da descoberta, a identificação de novas insculpturas, como se conclui da presente missiva.

3 - Na região de Arcos de Valdevez, as cascalheiras de retalhos de terraços quaternários da margem direita do rio Lima forneceram ao Padre José Saraiva de Miranda diversos materiais paleolíticos, perto das localidades de Ermelo, Cabana-Maior, Grade, Giela e S. Jorge, pouco tempo depois publicados por Abel Viana (VIANA, 1930). Tal abundância justificava a afirmação de Félix Alves Pereira quanto à comparação desta rica região com a área paleolítica de Lisboa.

Agradecimentos

Cumpramos agradecer a autorização prontamente obtida do Vice-Presidente do então Instituto Geológico e Mineiro, Prof. Doutor Miguel Magalhães Ramalho, que acompanhou o desenvolvimento deste estudo, bem como à Dr.ª Paula Serrano, responsável pelo Arquivo Histórico da referida Instituição a amabilidade com que ali nos recebeu. As fotografias que ilustram o trabalho são da autoria de Bernardo Lam Ferreira,

desenhador de Arqueologia do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/CMO, a quem cumpre, igualmente, agradecer a boa colaboração prestada.

BIBLIOGRAFIA

Nota: para não sobrecarregar demasiado a listagem de publicações consultadas, restringiram-se as referências bibliográficas apenas às consideradas indispensáveis para a adequada compreensão dos aspectos tratados na correspondência; as notas contêm, deste modo, numerosas indicações de trabalhos (título, revista e ano da publicação) susceptíveis de serem referenciados facilmente na bibliografia arqueológica portuguesa (OLIVEIRA, 1984, 1993).

ALMEIDA, F. de (1973) – Prof. Joaquim Fontes. *II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1972). Actas. 1, p 19-24.

ALMELA BOIX, A. (2004) – José Ramón Mélida Alinari. *In Pioneros de la Arqueología en España del siglo XVI a 1912*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 261-268 (Zona Arqueológica, 3).

ANTUNES, M. Telles & CUNHA, A. Santinho (1991) – *Santos mártires de Lisboa. Espólio osteológico de Santos-o-Novo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

ARRUDA, A. M. (1999/2000) – *Los Fenicios en Portugal*. Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología. Universidad Pompeu Fabra (Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 5/6).

BETTENCOURT, A. M. S. (2000) – *O povoado de São Julião, Vila Verde, norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na transição para a Idade do Ferro*. Braga: Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho (Cadernos de Arqueologia/Monografias, 10).

BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. 1 - Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 23).

BREUIL, H. (1920) – La station paléolithique ancienne d'Arronches (Portalegre). *O Arqueólogo Português*. 24, p. 47-55.

BREUIL, H.; ZBYSZEWSKI, G.; VAULTIER, M.; FERREIRA, O. da Veiga; PAÇO, A. do; ROCHE, J. & RIBEIRO, O. (1962) – Les industries paléolithiques des plages quaternaires du Minho (la station de Carreço). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 46, p. 53-131.

CABRÉ, J. (1915) – El arte rupestre en España. Región septentrional y oriental. Madrid: *Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas* (Memoria 1).

CABRÉ, J. (1916) – *Arte rupestre gallego y portugués*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (Memórias, II).

CARDOSO, J. L. & MELO, A. Ávila de (2001) – Correspondência anotada de Carlos Ribiro e de Nery

- Delgado: contribuição para a história da Arqueologia em Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 88, p. 309-346.
- CARTAILHAC, É. (1886) – *Les âges préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. Paris: Ch. Reinwald.
- CASTELO-BRANCO, A. de (1961) – O Professor Joaquim Moreira Fontes e os Serviços Geológicos de Portugal. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 10, p. 177-182 (Em memória do Professor Doutor Joaquim Fontes).
- COELHO, J. (1924) – *Policromia megalítica*. Viseu: Tipografia Popular (Estudos pré-históricos, II).
- CORREIA, V. (1915) – Ídolos pré-históricos tatuados de Portugal. *A Águia*. Porto. Série II, 7, p. 244-252.
- CORREIA, V. (1917) – A propósito da "Arte rupestre gallego y Portugués" do Sr. Juan Cabré Aguiló. *Terra Portuguesa*. Lisboa. 12, p. 186-188.
- CORREIA, V. (1918) – Ainda a propósito da "Arte rupestre gallego y portugués" do Sr. Juan Cabré Aguiló. *Terra Portuguesa*. Lisboa. 24, p. 249-250.
- CORREIA, V. (1921) – *El Neolítico de Pavia (Alentejo-Portugal)*. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas (Memoria 27).
- FABIÃO, C. (2004) – O arqueólogo Francisco Tavares de Proença Júnior. In *Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu de Francisco Tavares de Proença Júnior (Instituto Português de Museus), p. 13-27.
- FONTES, J. (1910) – Estação paleolítica do Casal do Monte. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 15, p. 93-96.
- FONTES, J. (1916) – La station de S. Julião aux environs de Caldellas. *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*. Lisboa. 7 (2), p. 198-210.
- FONTES, J. (1918) – A obra do Sr. Cabré "Arte rupestre gallego y portugués" e a crítica do sr. Vergílio Correia. *Revista de História*. Lisboa. 7, p. 63-65.
- FONTES, J. (1923) – *O homem fóssil em Portugal*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (Colecção Natura).
- FONTES, J. (1925) – Estação paleolítica de Camposancos (Pontevedra-Espanha). *Brotéria*. Caminha 1(1), p. 7-16.
- FONTES, J. (1926) – Uma excursão arqueológica á Galiza. *Arqueologia e História*. Lisboa. 5, p. 25-60.
- FONTES, J. (1932) – Sobre algumas figuras rupestres do santuário pre-histórico do Gião. *Revista de Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 75-82.
- HELENO, M. (1962) – Bosch Gimpera. *O Arqueólogo Português*. Série II, 4, p. 309-311.
- HERNÁNDEZ-PACHECO, E. (1959) – *Prehistoria del solar hispano*. Madrid: Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales (Memorias, Serie Ciencias Naturales).
- JALHAY, E. (1925) – El Asturiense en Galicia. *Boletín Arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*. Orense. 7 (165), p. 341-354.
- JALHAY, E. (1926) – Los grabados rupestres del extremo sudoeste de Galicia. *Boletín Arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*. Orense. 7 (167), p. 373-385.
- JALHAY, E. (1928) – A estação asturiense de La Guardia (Galiza). *Brotéria*. Caminha. 6 (2), p. 75-90.

- JALHAY, E. (1929) – Algumas notas sôbre o Asturiense da Galiza. *Congresso Luso Espanhol para o Progresso das Ciências (Barcelona, 1929)*. 6.^a Secção - Ciências Filosóficas. Madrid: Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, p. 191-193.
- MARTINS, M. (1984) – A citânia de S. Julião, Vila Verde. Primeiras sondagens. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II, 1, p. 11-27.
- MARTINS, M. (1985) – A ocupação do Bronze Final da citânia de S. Julião, em Vila Verde. Caracterização e cronologia. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 25 (2/4), p. 197-222.
- MARTINS, M. (1987) – A cerâmica proto-histórica do vale do Cávado: tentativa de sistematização. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II, 4, p. 35-77.
- MARTINS, M. (1990) – *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Braga: Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho (Cadernos de Arqueologia/Monografias, 5).
- OBERRMAIER, H. (1925) – *El hombre fósil*. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas. 2.^a Edição (Memoria 9).
- OLIVEIRA, E. Pires de (1984) – *Bibliografía arqueológica portuguesa (1935-1969)*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- OLIVEIRA, E. Pires de (1993) – *Bibliografía arqueológica portuguesa (séc. XVI-1934)*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- PAÇO, A. do (1950) – Carta arqueológica do concelho de Marvão. *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1950)*. Actas. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. 8, p. 93-119.
- PAÇO, A. do & CABAÇO, H. (1964) – Paleolítico das Caldas da Rainha. *Brotéria*. Lisboa. 78 (2), p. 158-165.
- RASILLA VIVES, M. de la (1997) – La Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas y la Arqueología prehistórica en España (1913-1935). In MORA, G. & DÍAZ-ANDREU M., Edts., *La cristalización del pasado: génesis y desarrollo del marco institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Servicio de publicaciones de la Universidad de Málaga.
- RASILLA VIVES, M. de la (2004) – La Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas (1912-1939): algunas consideraciones sobre su andadura y su economía. *Zona Arqueológica*. Alcalá de Henares. 4, p. 403-407 (Miscelánea en homenaje a Emiliano Aguirre, 4).
- SILVA, A. Coelho Ferreira da & PINTO, J. M. Mendes (2000) – Comércio púnico com o Noroeste. In TAVARES, A. A.; TAVARES, M. J. F. & CARDOSO, J. L., org. *Os Púnicos no extremo ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 229-238.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1915) – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1938) – *Opúsculos. Volume V. Etnologia (Parte I)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEGA DEL SELLA, Conde de la (1923) – *El Asturiense. Nueva industria preneolítica*. Madrid: Comisión de investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas (Memória 32).
- VIANA, A. (1930) – Estações paleolíticas do Alto-Minho. *Portvcale*. Porto. 3 (15), p. 189-235.

- VIANA, A. (1954) – A propósito do Paleolítico minhoto. *Brotéria*. Lisboa. 58 (6), p. 656-673
- VIANA, A. (1960) – Insculturas rupestres do Alto Minho (Lanhelas e Carreço - Viana do Castelo, Portugal). *Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense*. Orense. 20, p. 209-231 (Volume de homenagem à memória de D. Florentino López Cuevillas).
- ZBYSZEWSKI, G. & FLAES, R. (1945/1946) –Hallazgo de un yacimiento paleolítico en la Extremadura portuguesa entre Caldas da Rainha y Foz do Arelho. *Ampurias*. Barcelona. 7/8, p. 37-48.
- ZBYSZEWSKI, G. & PENALVA, C. (1979) – Contribuição para o conhecimento do Paleolítico da região de Caldas da Rainha. *Ethnos*. Lisboa. 8, p. 7-30.

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
13, Oeiras, Câmara Municipal, 2005, p. 321-334

O MONUMENTO MEGALÍTICO DE MONTE SERVES (VERDELHA DO RUIVO, VILA FRANCA DE XIRA)

C. T. North, R. Boaventura¹ & J. L. Cardoso²

1 - INTRODUÇÃO

O monumento megalítico de Monte Serves, actualmente com o código nacional de sítio (CNS) S-4792, corresponde a pequeno sepulcro, até ao presente apenas muito brevemente referido na bibliografia (FERREIRA, 1975, p. 52; ZBYSZEWSKI *et al.*, 1977, p. 224; PARREIRA, 1985, p. 110). No entanto, a existência de um relatório ainda inédito, da autoria de um de nós (C. T. N.), dos trabalhos ali realizados e a identificação por outro de nós (J. L. C.) do original da planta então desenhada (do Arquivo de Octávio da Veiga Ferreira), bem como o evidente interesse do monumento, justificam o presente trabalho, no qual se apresentam observações inéditas obtidas no decurso da escavação, acompanhadas de breves comentários relativos à respectiva integração cultural no quadro do megalitismo da península de Lisboa.

2 - HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES

O processo S-4792, conservado no arquivo do Instituto Português de Arqueologia, correspondente ao anterior processo JN 11 n.º 1 (53) permite reconstituir os trâmites relacionados com a exploração do monumento megalítico de Monte Serves.

Após a descoberta efectuada por O. da Veiga Ferreira, no decurso dos levantamentos geológicos na região de Vila Franca de Xira, o processo de autorização para a subsequente intervenção arqueológica foi relativamente rápido. O pedido respectivo, apresentado em nome individual, pelo Engenheiro Christopher

¹ Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Arqueólogo da Câmara Municipal de Odivelas.

² Agregado em Pré-História. Professor Catedrático da Universidade Aberta, Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

Thomas North, foi enviado à Junta Nacional da Educação a 28 de Março de 1972, dando entrada nos serviços a 31 desse mês. A 12 de Abril, o pedido é aceite e no dia seguinte é designado, como relator, Georges Zbyszewski. Este dá um parecer positivo a 14 de Abril desde que "(...) observando as normas habituais nomeadamente as seguintes:

- 1 - Um relatório circunstanciado deverá ser enviado à Junta Nacional da Educação;
- 2 - O material colhido no decurso das escavações deverá ser depositado no Museu dos Serviços Geológicos, da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos;
- 3 - Os resultados das pesquisas não deverão ser divulgados antes da entrega do relatório referido".

A 3 de Maio de 1972 o parecer é homologado, conforme consta do ofício enviado a C. T. North, com cópia a O. da Veiga Ferreira e ao Director-Geral de Minas e Serviços Geológicos.

A 3 de Janeiro de 1973, C. T. North enviou à referida Junta o "(...) relatório referente à escavação do Monumento Megalítico de Monte Serves, levada a efeito em 30 de Setembro e 1 de Outubro de 1972 (...)", o qual é aprovado a 20 de Março do mesmo ano, com base em parecer do vogal designado como relator, seguindo os respectivos ofícios para C. T. North, O. da Veiga Ferreira e o Engenheiro-Chefe dos Serviços Geológicos no dia seguinte.

Cerca de doze anos depois, a 31 de Dezembro de 1985 Rui Jorge Zacarias Parreira apresentou um Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos neste mesmo monumento, invocando como "Motivos e objectivos da realização dos trabalhos [a] escavação da mamoa de um monumento megalítico, de que foi escavado apenas a câmara (...)". Neste pedido incluía-se também a "consolidação do monumento (com reposição da mamoa) e a valorização do sítio (incluindo a sua sinalização, junto a um caminho vicinal muito frequentado por caçadores da região)", contando-se com o apoio da Câmara de Vila Franca de Xira. No entanto, informação interna do Instituto Português do Património Cultural de 5 de Agosto de 1986, refere que "Contactado pessoalmente, o dr. Rui Parreira afirmou não tencionar desenvolver esta acção este ano, pelo que o processo pode ser arquivado". Informação recente de Rui Parreira a um de nós (R. B.) confirmou, com efeito que tais trabalhos jamais foram efectivados.

Nos últimos vinte anos, procurou-se, de forma bem-intencionada, mas muito discutível, salvaguardar e valorizar o monumento. Todavia, tal acção, consistindo na cimentação de uma placa de mármore no lado externo do esteio de cabeceira do sepulcro, com a legenda "monumento megalítico de Monte Serves" e na delimitação da estrutura pétreia da câmara com tubos metálicos e correntes fixados sobre a mamoa, terá evitado a destruição do mesmo, ou pelo menos impedido que ali fossem despejados entulhos e lixos, como aqueles que se avistam em redor.

3 - TRABALHOS REALIZADOS

O relatório de C. T. North, intitulado "Relato das escavações feitas no monumento megalítico de Monte Serves, Bucelas" consta de 11 páginas dactilografadas; no exemplar conservado no arquivo do Instituto

Português de Arqueologia faltam as páginas 8 e 9, correspondendo a imagens fotográficas referidas no texto (as Fig. 7, 8 e 9). As primeiras 4 páginas contêm a descrição e a avaliação dos trabalhos, seguidas de cinco páginas com fotos a preto e branco obtidas no decurso das escavações. Outra página apresenta a planta e alçados do sepulcro e, finalmente, na página 11, apresenta-se um mapa de enquadramento legendado "Localização dos monumentos megalíticos da Península de Lisboa" (Fig. 1), na qual se listam também os monumentos megalíticos da região da Figueira da Foz.

Neste trabalho, para melhor avaliação das tarefas então executadas, apresentam-se diversos trechos daquele relatório, doravante indicado sob a designação "NORTH, 1973", acompanhados das imagens mais significativas.

"As escavações arqueológicas do monumento megalítico de Monte Serves foram levadas a efeito nos dias 30 de Setembro e 1 de Outubro de 1972. Elas tiveram a colaboração dos Doutores G. Zbyszewski, O. da Veiga Ferreira e Manuel Leitão, do Eng^o. Henrique Reynolds de Sousa e Senhores José Norton e Jorge Paulino³.

Ao chegar ao local verificou-se que o suposto monumento aparentava apenas um montão de pedras à superfície igual a vários outros afloramentos na vizinhança com excepção da orientação das lajes que não era a mesma dos afloramentos e estas estavam sobre um pequeno montículo. (Fig. 1)" [= Fig. 5 deste trabalho].

Observando a folha 403 da Carta Militar de Portugal, 1:25.000 (Fig. 1), o sítio situa-se a uma cota de 311 metros de altitude, com as seguintes coordenadas UTM - EUR50 (medidas com o GPS Magellan Explorist 200, com uma margem de erro de 3 metros):

X (m) - 29 492796E

Y (p) - 4305255N

"(...) O primeiro trabalho da escavação foi limpar a área do monumento da vegetação superficial e das pedras soltas. Enquanto uma brigada procedia a esta operação colocava-se e orientava-se a prancheta e começou-se a fazer o levantamento da planta de todas as lajes individuais que se supunha pertencerem ao monumento, assim como os limites da mamoa. Retirou-se e crivou-se uma primeira camada de terra de maneira a obter-se uma superfície plana e baixando o nível dentro do monumento uns 15 cms. e uns 5 cms. pelo lado de fora. Não foi encontrado qualquer espólio nesta camada.

A uma profundidade de aproximadamente 30 cms. notou-se que a terra estava mais compacta e apresentava uma cor avermelhada, o que indicava não ter sido remexida em tempos próximos. (Fig. 2) [= Fig. 6 deste trabalho]. As terras continuaram a ser removidas por camadas de 15 cms. e rapidamente se verificou que se tratava de facto dum monumento constituído por uma série de ortostatos ou esteios, de calcário do Cenomaniano da região, na posição vertical.

A cerca de 50 cms. descobriu-se, do lado E., uma laje que devia ter sido colocada ao alto e ao lado do último ortostato da cripta (N^o 7, Fig. 11), para funcionar como ombreira. Esta e outras lajes menores teriam

³ Trata-se do Prof. Eng. Jorge Paulino Pereira, que então participou em diversas escavações arqueológicas.

caído para o exterior da cripta e deveriam ter feito parte da porta de acesso. Não existia conjunto similar do lado S. (Fig. 3).

Pouco depois, pelo lado de dentro destas lajes apareceu uma camada composta de pequenas lajes que cobriam toda a área do túmulo. Ao centro esta camada era mais fina do que a parte que estava encostada aos esteios onde era composta por várias lajes umas em cima das outras. (Fig. 4). A posição e o aspecto indicava que provavelmente elas eram os restos da falsa cúpula que deveria ter coberto este monumento. Sendo assim, quaisquer [vestígios] ou espólio de enterramento deveriam estar por debaixo. A partir deste ponto redobraram-se os cuidados na remoção e crivagem das terras.

A uns 90 cms. notou-se uma terra de côr mais escura, possivelmente devido à presença duma substância orgânica. De facto não tardou descobrirem-se parte duns ossos que, depois de limpos, se identificaram como sendo dos restos dum braço humano (rádio). Estavam em muito mau estado de conservação e só com dificuldade e apenas pelo aspecto alterado da terra é que foi possível identificar o húmero. Analisando a posição destas ossadas pareceu-nos que, para nossa grande surpresa, o esqueleto estava de cabeça para a entrada. Este facto foi comprovado por se ter encontrado, in situ, alguns dentes e fragmentos do crâneo. Cerca de uns 10 cms. mais abaixo encontrámos outro braço em posição idêntica à do primeiro, e junto da cabeceira parte de uma tibia. (Fig. 5) [= Fig. 7 deste trabalho].

Este enterramento tinha sido feito portanto, com o corpo voltado sobre o lado direito, encostado ao esteio 5 com a cabeça para a entrada e o corpo encolhido.

Continuando a escavação até se atingir a camada de caliço (alteração de calcário margoso do Cenomaniano), verificou-se que o monumento não fora violado, conforme o indicava o estado e o aspecto das várias camadas. Além do esqueleto encontrado, de dois fragmentos inclassificáveis de sílex, alguns restos de corantes e um fragmento de carvão, não continha mais nenhum objecto pré-histórico.

(...) Em planta o monumento é constituído por um grande ortostato (C), que servia de cabeceira, pelos ortostatos 1, 3, 5 e 7 do lado direito, e pelos 2 e 4 do lado esquerdo, olhando da porta para a cabeceira. (Fig. 11) [= Fig. 9 deste trabalho].

A cabeceira encontrava-se danificada na parte superior direita e, como é costume neste tipo de monumento, quase todos os ortostatos [p. 2] estavam calçados ou reforçados pelo interior, junto à base, com pequenas cunhas de pedra para travar ou consolidar a construção. Do lado direito existiam dois encostos (e1 e e2), que protegiam o espaço aberto entre os ortostatos 5 e 7.

Os ortostatos 1, 3, e 5, do lado direito e os 2 e 4 do lado esquerdo estão imbricados e formam uma cripta semi-triangular com base de 1,20m. e uma altura de 1,80m.

O ortostato N° 7 faz parte duma pequena galeria de entrada incipiente que era, sem dúvida, constituída por outros ortostatos.

A porta, conforme foi verificado no local, era composta por uma série de pequenas lajes verticais paralelas e imbricadas (Fig. 3).

O monumento era circundado por uma mamoa como se vê no corte da entrada (Fig. 6) [= Fig. 8 deste trabalho]. Esta era constituída por um enrocamento de pedras calcárias, bem imbricadas umas nas outras,

de forma a proteger o recinto tumular.

Devido à pressão das terras, todos os ortostatos estavam ligeiramente inclinados para o lado S. conforme se pode verificar no corte transversal e nas Figs. 7, 8 e 9 (...)" (NORTH, 1973, p. 2-3)

4 - DISCUSSÃO

Do relatório, merecem destaque alguns aspectos; um deles reporta-se à provável falsa cúpula do monumento megalítico de Monte Serves, apresentando como paralelo o sepulcro de Vale de Rodrigo (Évora), bem como outros "monumentos do tipo mixto", nomeadamente os de Trigache (Odivelas), do Baixo Alentejo e das Caldas de Monchique. Por outro lado, remetendo para a Fig. 12, considerava-se que Monte Serves podia "ser perfeitamente integrado nos monumentos" megalíticos da região de Lisboa, relembrando a proximidade espacial do dólmen de Casal do Penedo. Assim, seguindo uma ideia apresentada em trabalhos anteriores, da autoria de O. da Veiga Ferreira e colaboradores, este sepulcro megalítico, tal como os restantes da região de Lisboa, enquadrar-se-ia na "cultura do Sudeste", tendo pouco a ver com a "cultura dolménica". O mesmo sucederia com outros monumentos megalíticos da região da Figueira da Foz.

Depois de observar as imagens do relatório, não é clara a existência de uma cobertura em falsa cúpula, parecendo mais pedras entretanto caídas na câmara ou cumprindo a função de calço. Assim, a cobertura deverá ter usado o mesmo tipo de lajes utilizadas como esteios na câmara, mas infelizmente desaparecidas, hipótese aliás em perfeita consonância com a planta sub-trapezoidal da câmara e as suas pequenas dimensões.

A planta da câmara do monumento megalítico de Monte Serves possui contorno sub-trapezoidal e é aproximadamente simétrica, aberta, mas sem um corredor definido, com o eixo orientado a 112^o, lembrando as plantas dos dólmenes de Casal do Penedo (Vila Franca de Xira), Arruda (Arruda dos Vinhos) e Pedras da Granja (Sintra).

As pequenas dimensões deste monumento, quando comparadas com aqueles exemplos, fazem com que tais afinidades sejam apenas de carácter formal. Aliás, a sepultura de Monte Serves, por tal motivo, constitui exemplar único na região de Lisboa, onde as diversas câmaras dolménicas conhecidas apresentam tamanhos invariavelmente bastante superiores.

Outro aspecto construtivo de cunho particular é a evidente imbricação dos esteios laterais da câmara, com paralelos em alguns monumentos da região de Lisboa, especialmente a anta das Pedras da Granja (Sintra), apesar da evidente desproporção do tamanho entre ambos os monumentos.

A existência de vestígios ainda relevantes do *tumulus* é também um aspecto de grande interesse, dadas as escassas evidências comparáveis em outros sepulcros dolménicos da região, pelo que nos propomos,

⁴ Leitura realizada por Cândido Marciano da Silva a 26 de Outubro de 2005.

em data oportuna, proceder à exploração desta parte do monumento.

O quase nulo espólio recolhido e incharacterístico dificulta a atribuição cronológico-cultural do monumento. No entanto, deve valorizar-se a presença de alguns restos osteológicos, atribuíveis apenas a um só indivíduo, situação que se verifica em monumentos megalíticos de épocas recuadas do ciclo megalítico do Alto Alentejo e, tal como este, de pequenas dimensões. A solução para esta questão passaria pela datação de radiocarbono dos ossos detectados, mas isso já não parece ser possível por desconhecimento do seu actual paradeiro, na hipótese de estes terem sido preservados.

O vale de Verdelha do Ruivo⁵ (Fig. 1), por onde corre a Ribeira da Carvalha, parece ter conhecido uma ocupação humana importante durante os IV/III milénios a.C. Além do monumento de Monte Serves, na cumeada oeste deste vale, registava-se, a cerca de 1.300 metros para sul, a anta do Casal do Penedo. Trata-se de monumento já desaparecido (VAULTIER & ZBYSZEWSKI, 1951), situado junto de pedreira onde se detectaram, respectivamente, dos lados oeste e este, a gruta funerária de Verdelha do Ruivo, ocupada no final do Calcolítico⁶ (LEITÃO *et al.*, 1984) e um silo de cunho habitacional⁷ (FERREIRA, 1973-74; ZBYSZEWSKI *et al.*, 1976). Finalmente, o povoado calcolítico de Moita da Ladra (CARDOSO & CANINAS, no prelo), no extremo da cumeada oriental do vale (Fig. 2), também deverá ser integrado neste conjunto, por ser contemporâneo de algumas das deposições funerárias referidas. Uma das explicações para esta concentração humana pré-histórica pode resultar do facto daquele vale constituir uma das vias naturais de atravessamento entre a margem direita do Tejo e o vale de Bucelas e, a partir dali, até ao litoral atlântico.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, J. L. & CANINAS, J. C. (no prelo) – O povoado calcolítico fortificado de Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Comunicação apresentada ao 3^o Colóquio Internacional *Transformação e Mudança. Cascais, 6 a 9 de Outubro de 2005*.

FERREIRA, O. da VEIGA (1973-74) – Notícia de algumas estações pré e proto-históricas e objectos isolados inéditos ou pouco conhecidos: 2^a parte. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. Lisboa, 79-80, 2^a Série, p. 131.

FERREIRA, O. da VEIGA (1975) – Acerca dos monumentos de planta quadrada ou rectangular encontrados em Portugal. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. Lisboa, 81, p. 52.

LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; FERREIRA, O. V. & ZBYSZEWSKI, G. (1984) – The Prehistoric Burial Cave at Verdelha dos Ruivos (Vialonga), Portugal. In *L'Âge du Cuivre européen: Civilisations à vases campaniformes*. Paris: CNRS, p. 221-239.

⁵ Surge na folha 403 da Carta Militar de Portugal designado como Verdelha do Ruivo.

⁶ Designado por Rui Parreira (1985: 110) Pedreira do Casal do Penedo 2.

⁷ Designado por Rui Parreira (1985: 110) Pedreira do Casal do Penedo 1.

- NORTH, C. T. (1973) – *Relato das escavações feitas no monumento megalítico de Monte Serves, Bucelas*. Dactilografado, 11 p., Processo S-4792, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia.
- PARREIRA, R. (1985) – Inventário do património arqueológico e construído do concelho de Vila Franca de Xira - Notícia da parcela 403-8. *Boletim Cultural*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, p. 107-120.
- VAULTIER, M. & ZBYSZEWSKI, G. (1951) – Le dolmen de Casal do Penedo (Verdelha dos Ruivos). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Instituto de Antropologia, 13, p. 17-33.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da V.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T. & NORTON, J. (1977) – Le monument de "Pedras da Granja" ou de "Pedras Altas" dans la "Várzea de Sintra". *Ciências da Terra*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 3, p. 197-239 + il.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da Veiga; LEITÃO, M.; NORTH, C. T. & NORTON, J. (1976) – Découverte d'un silo préhistorique près de Verdelha dos Ruivos (Vialonga), Portugal. *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg, 17, p. 76.

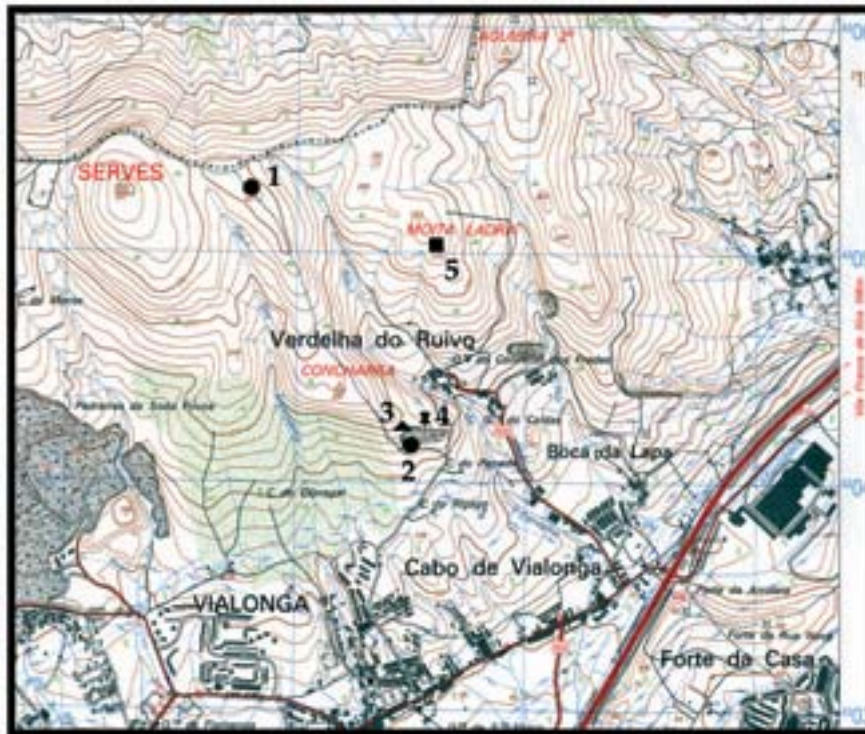


Fig. 1 – Localização das estações pré-históricas da área de Verdelha do Ruivo na folha 403 da Carta Militar de Portugal (1:25.000). 1 – Monumento megalítico de Monte Serves; 2 – Monumento megalítico do Casal do Penedo (destruído); 3 – Gruta da Verdelha dos Ruivos; 4 – Silo da Pedreira do Casal do Penedo; 5 – Povoado de Moita da Ladra. Original reduzido.



Fig. 2 – Localização do monumento megalítico de Monte Serves (à esquerda) e do povoado pré-histórico de Moita da Ladra (à direita), dominando o estuário do Tejo (ao fundo).



Fig. 3 – Vista geral da câmara do monumento megalítico de Monte Serves na actualidade. Orientada para sudeste, note-se a imbricação dos esteios laterais e a presença do esteio de cabeceira.



Fig. 4 – Vista de este da câmara do monumento megalítico de Monte Serves, notando-se vestígios do tumulus envolvente.



Fig. 5 – Vista geral do monumento megalítico de Monte Serves antes da escavação de 1972 (NORTH, 1973: Fig. 1).



Fig. 6 – Vista parcial do interior da câmara do monumento megalítico de Monte Serves, observando-se a cerca de 0,30 m de profundidade uma camada de terra compacta e avermelhada (NORTH, 1973: Fig. 2).



Fig. 7 – Vista parcial do interior da câmara do monumento megalítico de Monte Serves, observando-se fragmentos de tíbia humana junto ao esteio de cabeceira (NORTH, 1973: Fig. 5).



Fig. 8 – Vista da entrada da câmara do monumento megalítico de Monte Serves, observando-se em segundo plano uma camada atribuída a cobertura tumular, constituída por terra e blocos calcários (NORTH, 1973: Fig. 6).

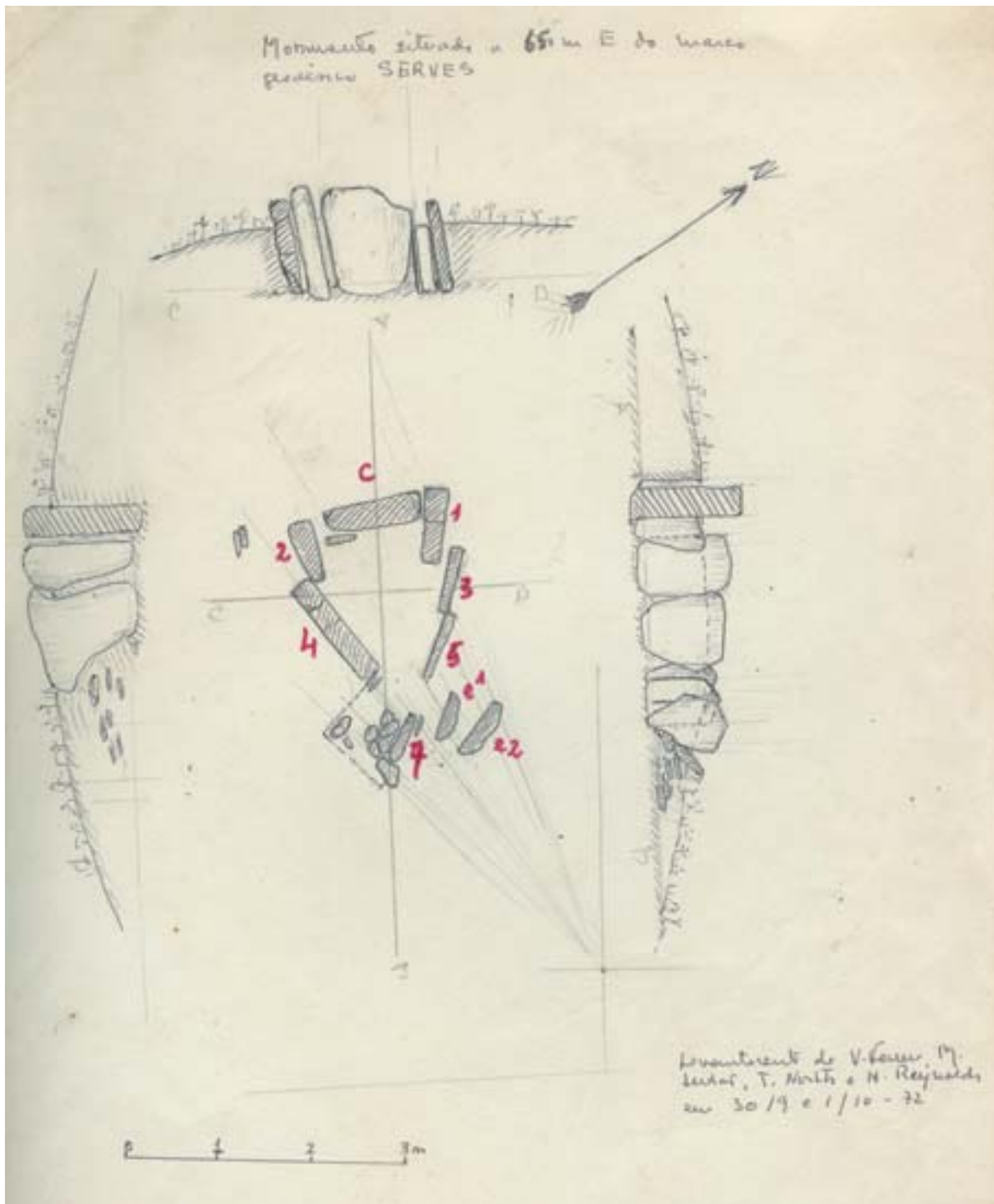


Fig. 9 - Planta geral e alçados do monumento megalítico de Monte Serves - original do arquivo de O. da Veiga Ferreira, de que o relatório de C.T. North (1973: Fig. 11) apresenta cópia.



Fig. 10 - Distribuição geográfica aproximada dos monumentos megalíticos funerários da península de Lisboa (NORTH, 1973: Fig. 12)

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
13, Oeiras, Câmara Municipal, 2005, p. 337-353

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS

RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2004

1 - INTRODUÇÃO

Este relatório diz respeito às actividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos Arqueológicos no ano de 2004.

As acções efectuadas podem agrupar-se em duas grandes áreas:

- Acções de Inventariação e Investigação do Património Arqueológico
- Acções de Divulgação e de Valorização do Património Arqueológico

2 - ACÇÕES DE INVENTARIAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

2.1 - Inventariação do património arqueológico móvel

Realizou-se o inventário, incluindo lavagem, marcação e arquivo de cerca de trinta mil peças recolhidas nas campanhas de escavação do povoado pré-histórico do Carrascal (Leceia) nos anos de 2002, 2003 e 2004 e nas escavações do mosaico romano de Oeiras (rua das Alcássimas) em Julho, Setembro e Outubro de 2004.

É de salientar o contributo de jovens, no âmbito do Programa OTL, do Gabinete da Juventude/CMO para a satisfação deste objectivo.

2.2. – Investigação do património arqueológico

2.2.1 – Escavações arqueológicas

2.2.1.1 – Povoado pré-histórico do Carrascal

Em Julho e Agosto de 2004, foi realizada a quarta campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-histórico do Carrascal, situado cerca de 500 m para sul do povoado pré-histórico de Leceia, integrado no Projecto de Investigação sobre a Arqueologia no Concelho de Oeiras, superiormente aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia e dirigido pelo signatário. Nesta campanha, como nas anteriores, feitas sob a égide da Câmara Municipal de Oeiras, sob orientação do signatário, contou-se com a colaboração da Dr.^a Conceição André, deste Centro de Estudos Arqueológicos; nela participaram alunos universitários de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Universidade Aberta; e Universidade Autónoma de Lisboa, para além da colaboração de um cantoneiro de limpeza cedido pela DSU/CMO.

Em 2004, as escavações vieram a reforçar a importância científica excepcional da estação, não só por possuir camada bem preservada e rica de materiais arqueológicos do Neolítico Final mas, sobretudo, pelo facto de, subjacente a esta camada, se ter descoberto, em 2003, uma camada mais antiga, contendo importantes materiais do Neolítico Antigo, com destaque para as cerâmicas decoradas por várias técnicas e padrões, que continuaram a ser encontrados no decurso da campanha de 2004, mediante o alargamento da área escavada.

A importância destas descobertas foi assinalada em diversas notícias publicadas na Imprensa regional ("Jornal de Oeiras") e nacional (diário "A Capital"), para além do periódico municipal "Oeiras Actual".

2.2.1.2. – Mosaico romano de Oeiras

Em Julho, Setembro e Outubro de 2004 foi realizada a segunda campanha de escavações no piso térreo da casa onde se situa esta peça arqueológica, importante testemunho da presença romana no concelho de Oeiras.

Os trabalhos interessaram os terrenos do piso térreo do prédio urbano onde se encontra o mosaico, atingindo camadas arqueológicas romanas anteriores à sua implantação e outras, ainda mais antigas, com importante espólio cerâmico do Bronze Final. Trata-se do primeiro testemunho bem definido da presença humana pré-histórica no casco antigo da actual vila de Oeiras, cuja relevância foi já devidamente salientada através das notícias publicadas nos periódicos "Oeiras Actual" e "Jornal de Oeiras", que vieram a lume ainda no decurso dos trabalhos de campo.

2.2.2 – Prospecções arqueológicas

Procedeu o signatário, na qualidade de Coordenador do CEACO/CMO e após ter sido superiormente credenciado para efeito pelo Instituto Português de Arqueologia, ao acompanhamento de grandes obras que implicaram movimentações significativas de terras, em diversos locais do Concelho.

Algumas das acções a seguir descritas, tanto escavações arqueológicas de emergência, como acompanhamentos arqueológicos de obras públicas, constituem, actualmente, uma das principais atribuições do CEACO, tendo presente que se trata de uma estrutura municipal que desenvolve a sua actividade num concelho fortemente urbanizado, e onde a pressão urbanística sobre o património é acrescida. A relevância da sua actuação neste domínio foi, aliás, devidamente destacada em artigo da autoria do signatário, publicado na Revista Oeiras Municipal, n.º 75 (Dezembro de 2002), p. 26 - 29, intitulado "Obras públicas e património histórico".

Em 2004, merece destaque os trabalhos de acompanhamento das obras de urbanização da Cooperativa de Habitação Económica CHEPA no Bairro do Casal das Chocas, Porto Salvo, iniciado em Novembro de 2003 após solicitação do Sr. Arq. Pedro Carrilho, Director do Departamento de Projectos Especiais/CMO, e com o acompanhamento da Dr.ª Olinda Lopez do DPE. Esta acção contou com a participação activa da Dr.ª. Conceição André, e envolveu a execução de duas sondagens mecânicas ao longo do perímetro nascente interessado pelas obras, zona em que o terreno evidenciava menores perturbações. Tais trabalhos foram dados por concluídos no final de Setembro de 2004.

2.2.3 – Trabalhos laboratoriais e de gabinete

Ao longo de 2004, o signatário procedeu ao estudo exaustivo dos artefactos de adorno, dos materiais de cobre e dos objectos de carácter simbólico-religioso recolhidos no povoado pré-histórico de Leceia, que corresponderão a três estudos monográficos a publicar proximamente nos "Estudos Arqueológicos de Oeiras".

De igual modo, prosseguiu ininterruptamente durante todo o ano de 2004 o desenho sistemático do espólio cerâmico recolhido naquela estação arqueológica, bem como outros trabalhos de ilustração gráfica, destinados a diversos estudos, investigação ou de divulgação, sobre a Arqueologia do concelho de Oeiras, os quais foram realizados no CEACO pelo desenhador de Arqueologia do Quadro da CMO, o Sr. Bernardo Ferreira.

2.2.4 – Oferta de materiais arqueológicos

Em Maio foram oferecidos pelo Dr. Vítor Cordeiro de Sousa materiais cerâmicos do período tardo-romano por ele recolhidos na estação arqueológica de Alfragide 1.º (Serra de Carnaxide), correspondente, muito provavelmente, a um pequeno casal agrícola. Esta oferta foi registada por Ofício n.º 2/04/CEACO

de 25 de Maio de 2004, de agradecimento.

A 4 de Junho de 2004, deslocou-se ao local a Dr.^a Conceição André acompanhada do Dr. Cordeiro de Sousa, tendo sido recolhido diverso material paleolítico e romano. Os resultados obtidos justificaram a apresentação, por parte do signatário, ao Instituto Português de Arqueologia, de pedido de autorização para trabalhos arqueológicos, o qual foi deferido; prevê-se que as escavações decorram em 2005.

3 – ACCÇÕES DE DIVULGAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

3.1 – Revista "Estudos Arqueológicos de Oeiras"

A publicação, com carácter regular, de uma revista de arqueologia de carácter científico impõe grande esforço e adequada planificação e organização. No ano de 2004, concluiu-se a impressão do vol. 11 dos "Estudos Arqueológicos de Oeiras", cuja distribuição foi concluída em Dezembro de 2004, dando-se continuidade a este projecto editorial, com a preparação e finalização do vol. 12, o qual presentemente se encontra no prelo.

No decurso de 2004, a revista "Estudos Arqueológicos de Oeiras" manteve permutas anteriormente estabelecidas com diversas Instituições, Universidades e Museus, nacionais e estrangeiros, só possível pela regularidade com que se têm produzido os sucessivos volumes deste periódico, que atingiu já o estatuto de obra de referência nacional no âmbito da Arqueologia.

Com efeito, em Dezembro de 2004, a referida revista era permutada com 139 publicações periódicas nacionais e internacionais, todas de carácter arqueológico, assim distribuídas, por Países: Alemanha; Espanha; França; Inglaterra; Itália; Marrocos e Mónaco.

ALEMANHA

- Archäologische Nachrichten aus Baden - Institut Für Ur-Und Frühgeschichte Der Universität (Freiburg/Br.);
- Boreas - Universitat Munster (Münster);
- Germania - Romisch Germanische Kommission des Deutschen Archaologischen Instituts (Frankfurt);
- Zeitspuren - Institut Fur Ur-Und Fruhgeschichte;

ESPAÑHA

- Al-Qannis - Taller de Arqueologia y Prehistoria de Alcañiz;
- Anales de Arqueología Cordobesa - Facultad de Filosofia y Letras (Córdoba);
- Anales de Prehistoria y Arqueologia - Universidad de Murcia;
- Antropologia y Paleocologia Humana - Facultad de Medicina (Granada);
- Aranzadiana - Sociedad de Ciências Aranzadi (San Sebastian);

- Archivo Conquense - Museo de Cuenca;
- Archivo de Prehistoria Levantina - Servei de Investigació Prehistorica (València);
- Argensola - Instituto de Estudios Altoaragoneses (Huesca);
- Arqueologia Conquense - Museo de Cuenca;
- Bajo Aragon Prehistoria - Grupo Cultural Caspolino (Zaragoza);
- Berceo - Instituto de Estudios Riojanos (Logroño);
- Boletín Avriense - Museo Arqueológico Provincial de Ourense;
- Boletín del Museo Arqueológico Nacional - Museo Arqueológico Nacional (Madrid);
- Bolskan - Instituto de Estudios Altoaragoneses (Huesca);
- Cadernos de Arqueologia de Deusto - Departamento de Prehistoria, Universidade de Deusto (Bilbao);
- Cadernos de Prehistoria y Arqueologia - Universidade Autónoma de Madrid;
- Catálogo Monografico - Fundacion Rio Tinto (Huelva);
- Celtiberia - Centro de Estudios Sorianos (Soria);
- Centre d'Estudis Contestans - Cocentaina - El - Contat;
- Cesaraugusta - Institución "Fernando el Católico" (Zaragoza);
- Ciências de la Tierra - Instituto de Estudios Riojanos (Logroño);
- Complutum & Complutum Extra - Univ. Complutense (Madrid);
- Croa - Museo Arqueológico do Castro de Viladonga - Castro de Rey (Lugo);
- Cuadernos de Estudios Gallegos - Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Madrid);
- Cuadernos de Prehistoria - Universidade de Granada;
- Escavacions Arqueològiques a Catalunya - Servei d'Arqueologia, Generalitat de Catalunya (Barcelona);
- Espacio, Tiempo y Forma - Facultat de Geografia e Història (Madrid);
- Estrat - Sección d'Arqueologia del CECI (Igualada - Barcelona);
- Estudios de Prehistoria y Arqueologia Madrileñas - Museo de San Isidro (Madrid);
- Gérion - Universidad Complutense de Madrid;
- Habis - Universidad de Sevilla;
- Hispania Epigraphica - Universidad Complutense de Madrid;
- Historia de Ávila - Institución Gran Duque de Alba (Ávila);
- Huelva en su Historia - Universidad de Huelva;
- Ilerda - Institut d'Estudis Ilerdencs de la Diputació de Lleida;
- Institut d'Estudis Catalans (Barcelona);
- Jornadas de Arqueologia Fenicio-Púnica - Museu Arqueològic d'Eivissa I Formentera (Ibiza);
- Kobie - Diputación Foral de Bizkaia (Bilbao);
- Lucentum - Universidad de Alicante;
- Madrider Mitteilungen - Instituto Arqueológico Alemão (Madrid);
- Marq. - Museo Arqueológico Provincial de Alicante;
- Mélanges de la Casa de Velásquez (Madrid);

- Memórias de Arqueologia Extremeña - Museu Arqueológico Provincial de Badajoz;
- Memórias de História Antigua - Universidad de Oviedo;
- Mérida - Consórcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica (Mérida);
- Monografias Arqueológicas - Museo d'Arqueologia de Catalunya (Barcelona);
- Monografias de Prehistoria y Arqueologia Castellonenses (Castelló de la Plana);
- Monografias del Museo Arqueológico de Valladolid;
- Monografias del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz - Série Arqueológica;
- Munibe - Sociedad de Ciências Aranzadi (San Sebastian);
- Museo de Salamanca;
- Museo de Zaragoza;
- Polis - Universidad de Alcala (Madrid);
- Pyrenae - Departament de Prehistoria, História Antigua y Arqueologia - Universidad de Barcelona;
- Quaderns de Difusió Arqueológica - Servicio de Investigación Arqueológica Municipal (València);
- Quaderns de Prehistoria y Arqueologia de Castelló (Castelló de la Plana);
- Revista de Castrelos - Museo Municipal "Quiñones de Leon" (Vigo);
- Saguntum - Departamento de Prehistoria y d'Arqueologia (València);
- Série Arqueológica - Real Academia de Cultura Valenciana (València);
- Série Arqueológica Municipal - Servicio de Investigación Arqueológica Municipal (València);
- Série Histórica de José Aparicio Perez (València);
- Série de Trabajos Vários - Servei de Investigació Prèhistorica (València);
- Servei d'Arqueologia - Generalitat de Catalunya (Barcelona);
- Studia Histórica - Historia Antigua - Universidad de Salamanca;
- Tabona - Universidad de la Laguna (Tenerife - Canarias);
- Trabajos de Arqueologia Navarra (Gobierno de Navarra);
- Trabajos de Prehistoria - Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Madrid);
- Treballs d'Arqueologia - Universidad Autónoma de Barcelona;
- Treballs del Museu Arqueologic d'Eivissa y Formentera;
- Turiaso - Centro de Estudios Turiasonenses (Tarazona);
- Verdolay - Museo de Murcia;
- Zephyrus - Universidad de Salamanca;

FRANÇA

- Antiquités Nationales - Musée des Antiquités Nationales (Saint-Germain-en-Laye);
- Archéologie des Pyrénées Occidentales et des Landes - Groupe Archéologique des Pyrénées Occidentales (Oloron - Sainte Marie);
- Archives d'Ecologie Préhistorique (Toulouse);
- Bulletin de la Société Préhistorique Ariège- Pyrénées (Foix);

- Mémoires de l'Institut de Préhistoire et d'Archéologie des Alpes Maritimes (Nice);
- Pré-histoire Anthropologie Méditerranées - MMSH/LAPMO (Aix-En-Provence);
- Travaux de Préhistoire Catalane - Centre d'Études Préhistoriques Catalanes (Perpignan);

INGLATERRA

- Archaeological Reports - Architectural and Archaeological Society of Durham and Northumberland Department of Archaeology;
- Buletin - Librarian Institut of Archeology;
- Durham Archaeological Journal - Architectural and Archaeological Society of Durham and Northumberland Department of Archaeology (Durham);
- International Archaeology - University College London;

ITÁLIA

- Archivo di Tipologia Analítica - Università degli studi di Siena (Siena);
- Quaderni - Soprintendenza Archeologica (Cagliari);
- Sibrium - Centro di Studi Preistorici ed Archeologici (Varesse);
- Bulletino di Paleontologia Italiana - Soprintendenza Archeologica (Cagliari);

MARROCOS

- Bulletin d'Archéologie Marocaine - Institut National des Sciences de l'Archeologie et du Patrimoine (Rabat);

MÓNACO

- Bulletin du Musée d'Anthropologie Préhistorique de Mónaco;

PORTUGAL

- Algar - Boletim da Sociedade Portuguesa de Espeleologia;
- Al-ulyã - Arquivo Histórico Municipal de Loulé;
- Almadan - Centro de Arqueologia de Almada;
- Anais - Universidade Autónoma de Lisboa;
- Anais do Município de Faro - Câmara Municipal de Faro;
- Arkeos - Instituto Politécnico de Tomar;
- Arqueologia e Indústria - Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial;
- Arquivo de Cascais - Biblioteca da Câmara Municipal de Cascais;
- Atti della Società Toscana di Scienze Naturali - Biblioteca Nacional - Serviço Português de Trocas Internacionais.;
- Arqueologia e História - Associação dos Arqueólogos Portugueses;

- Beira Alta - Assembleia Distrital de Viseu;
- Boletim Cultural - Câmara Municipal de Loures;
- Boletim Cultural - Câmara Municipal de Mafra;
- Brigantia - Arquivo Distrital de Bragança;
- Cadernos de Arqueologia e Património - Gabinete de Arqueologia e Património, Câmara Municipal de Paredes de Coura;
- Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz - Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz;
- Cadernos de História Local - Associação Histórico-Cultural de Vila Nova da Barquinha;
- Cadernos do Centro de Estudos Epigráficos da Beira (Castelo Branco);
- Cadernos do Noroeste - Centro de Ciências Sociais, Universidade do Minho;
- Câmara Municipal de Albufeira;
- Câmara Municipal do Cadaval;
- Câmara Municipal da Guarda;
- Comunicações - Instituto Geológico e Mineiro;
- Conimbriga - Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra;
- Ecomuseu Municipal do Seixal;
- Estudos Pré-históricos - Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta;
- Ficheiro Epigráfico - Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra;
- Fórum - Universidade do Minho;
- Fundação Calouste Gulbenkian;
- Gayas - Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- IPPAR;
- Matesinus - Gabinete Municipal de Arqueologia e História da Câmara Municipal de Matosinhos;
- Memori (Società Toscana di Scienze Naturali) - Bibli. Nac. - Serv. Port. de Trocas Internac.;
- Museu Monográfico de Conimbriga ;
- O Arqueólogo Português - Museu Nacional de Arqueologia;
- Portugalia - Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- Promontoria-Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve;
- Relatórios - Associação de Arqueologia da Amadora;
- Revista de Guimarães - Sociedade Martins Sarmento (Guimarães);
- Revista Portuguesa de Arqueologia - Instituto Português de Arqueologia;
- Síntria - Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas;
- Setúbal Arqueológica - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal;
- Techne - Instituto Politécnico de Tomar;
- Trabalhos de Arqueologia da EAM - Associação para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego;
- Vipasca - Unidade Arqueológica de Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel;
- Xelb - Museu Municipal de Arqueologia de Silves.

É de salientar a importância do acervo documental de carácter especializado assim reunido, viabilizando o adequado conhecimento de realidades arqueológicas de outros Países e regiões, indispensável à própria actividade de investigação científica no domínio da Arqueologia do Concelho de Oeiras, desenvolvida neste Centro de Estudos Arqueológicos.

Por outro lado, ao fazer chegar a numerosas instituições de diversos Países, além das nacionais, a actividade que, no domínio da Arqueologia, a Câmara Municipal de Oeiras vem desenvolvendo, contribui-se, decisivamente, para o conhecimento generalizado de importância e relevância de tal área científica e cultural, reconhecida nacional e internacionalmente, como se pode concluir pela importância das permutas estabelecidas.

Conforme despacho presidencial, estas publicações, pelo seu carácter especializado, conservam-se no CEACO, podendo ali ser consultadas, além da possibilidade de qualquer artigo delas constante, ser fornecido por fotocópia, mediante solicitação de eventuais interessados.

3.2 - Outras publicações

A acção do CEACO na apresentação dos resultados da sua investigação, tem-se projectado muito para além dos limites geográficos do Concelho de Oeiras. Em 2004, foram publicados os seguintes trabalhos e comunicações, além dos já referidos, da autoria do signatário os quais, no todo ou em parte, se referem a aspectos da arqueologia oeirense:

"Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras)". *Madrider Mitteilungen*. Mainz. 45, p. 1-32.

"An interpretation of the Bell Beaker cultural sequence in the Tagus estuary region: data from Leceia (Oeiras)". *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 6, p. 147-156.

"O uso do marfim, no território português, durante o Calcolítico". *Livro de Homenagem ao Doutor Fernando Guedes*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 115-128.

"O povoado pré-histórico de Leceia no quadro da investigação, valorização, e divulgação do património arqueológico nacional". *Actas da Mesa-Redonda Recintos murados da pré-História recente: técnicas construtivas e organização do espaço. Conservação, restauro e valorização patrimonial de arquitecturas pré-históricas*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 199-223.

"O povoado pré-histórico de Leceia, síntese de vinte anos de escavações arqueológicas (1983-2002)". *Actas das VI Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos

Arqueólogos Portugueses, p. 177-185 (Arqueologia e História, 55).

Importa sublinhar que a actividade arqueológica desenvolvida pelo CEACO foi devidamente realçada, na importante revista de divulgação científica "National Geographic" a qual, no seu número de Outubro de 2004 (edição portuguesa) insere desenvolvida reportagem de 6 páginas sobre o povoado pré-histórico de Leceia e o Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, da autoria de Gonçalo Pereira.

3.3 – Palestras e comunicações

No ano de 2004 o signatário proferiu as seguintes palestras no âmbito da arqueologia concelhia:

Abril

"O povoado pré-histórico de Leceia Palestra proferida na Associação Cultural de Tercena .

Maio

"Arqueologia em Oeiras: percursos da presença humana". Palestra proferida a alunos e professores estagiários da Escola Secundária Aquilino Ribeiro (Talaíde).

Setembro

"O povoado pré-histórico de Leceia". Palestra proferida no âmbito das Jornadas Europeias do Património organizadas pela Câmara Municipal de Oeiras.

Outubro

"Investigação do património arqueológico no concelho de Oeiras". Palestra proferida no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras no âmbito dos "Cursos de Oeiras-Património(s)- do global ao local", organizados pela Câmara Municipal de Oeiras.

Dezembro

A convite do Presidente da Câmara Municipal de Mafra, encarregou-se o signatário da a apresentação do número 2 da série "Cadernos de Arqueologia de Mafra", no Palácio Nacional de Mafra.

3.4 – Visitas guiadas

Durante o ano de 2004 realizaram-se no âmbito das actividades deste Centro, quarenta e quatro visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Leceia e Sala de Arqueologia, conduzidas quer pela Dr^a. Conceição André, quer pelo signatário, o que corresponde a mais do dobro das efectuadas em 2003 (20). Como anteriormente, tais visitas resultaram de pedidos por parte de diversos estabelecimentos de ensino

(básico, preparatório, secundário e universitário) da área da grande Lisboa, de organismos oficiais e particulares, ou no âmbito de visitas ao Concelho organizadas pelo Município. O número total aproximado de visitantes foi de cerca de 1330 pessoas, assim distribuídas:

Janeiro

Visita de grupo de alunos do 4.º ano, da Escola EB, n.º 1 de Linda-a-Pastora (cerca de 35 alunos);

Visita de grupo de alunos do 10.º ano, da disciplina de História da Arte da Escola Secundária Sebastião e Silva de Oeiras (cerca de 50 alunos);

Fevereiro

Visita de grupo de alunos do 4.º ano, da Escola EB1, n.º 2 de Oeiras (cerca de 43 alunos);

Visita de grupo de alunos do 3.º ano, da Escola n.º 4 de Oeiras (cerca de 47 alunos);

Visita de membros do grupo "Mil Rumos" e particulares que se associaram à mesma (cerca de 32 pessoas);

Março

Visita de membros da Associação Juvenil Éden Luso Africano, organizada pelo Sector do Turismo/CMO (cerca de 40 pessoas);

Visita de grupo de alunos do 8.º ano, da Escola Secundária Aquilino Ribeiro de Talaíde (cerca de 50 alunos);

Maiο

Visita de grupo de alunos do 5.º ano, da Escola Básica 2+3 da Alapraia (cerca de 40 alunos);

Visita de grupo de alunos, do 5.º ano, da Escola Básica 2+3 da Alapraia (cerca de 45 alunos);

Visita de grupo de alunos do 5.º ano, da Escola Básica 2+3 da Alapraia (cerca de 40 alunos);

Visita de grupo de alunos do 3.º ano da licenciatura em Antropologia, cadeira de Antropobiologia do ISCSP (cerca de 6 alunos);

Junho

Visita de grupo de alunos do 10.º ano, do curso de Assistente de Informação Turística, da Escola Secundária Aquilino Ribeiro de Talaíde (cerca de 3 pessoas);

Visita de grupo de professores da Escola Básica 2, 3 Francisco de Arruda de Lisboa (cerca de 25 pessoas);

Julho

Visita de grupo de jovens da faixa etária entre os 12 e 16 anos da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras (cerca de 10 jovens);

Visita de grupo dos participantes no programa das Actividades ao Ar Livre da Divisão de Desporto/CMO (cerca de 25 pessoas);

Visita de grupo de jovens do Bairro dos Navegadores de Talaíde, organizado pelo Programa "Escolhas" (cerca de 10 jovens);

Setembro

Visita de grupo dos participantes no "Archaeological Tours" (cerca de 15 pessoas);

Visita dos participantes nas "Jornadas Europeias do Património", organizada pelo Sector de Acção Cultural/CMO (cerca de 45 pessoas);

Visita de grupo de estudantes universitários alemães e espanhóis, participantes nas escavações do povoado pré-histórico do Zambujal, Torres Vedras (cerca de 20 pessoas);

Visita dos participantes nas Jornadas Europeias do Património, organizada pelo Sector de Acção Cultural/CMO (cerca de 40 pessoas);

Outubro

Visita de alunos do 7.º ano da Escola Secundária Luís de Freitas Branco de Paço de Arcos (cerca de 25 alunos);

Visita de alunos do 5.º ano da Secção Inglesa do Colégio St. Julian's de Carcavelos (cerca de 60 alunos);

Visita de grupo dos participantes em programa organizado pela ARQA - Associação de Arqueologia da Amadora (cerca de 20 pessoas);

Visita de grupo de alunos do 5.º ano, da Escola Salesiana de Manique (cerca de 48 alunos);

Visita de grupo de alunos do 5.º ano, da Escola Salesiana de Manique (cerca de 50 alunos);

Visita de grupo de alunos do 5.º ano, da Escola Salesiana de Manique (cerca de 48 alunos);

Visita de grupo de alunos do 5.º ano, da Escola Salesiana de Manique (cerca de 48 alunos);

Novembro

Visita de grupo de alunos do 5.º ano, da Escola Salesiana de Manique (cerca de 48 alunos);

Visita de grupo de alunos do 5.º ano, da Escola Salesiana de Manique (cerca de 48 alunos);

Visita de grupo de alunos do 5.º ano, da Escola Salesiana de Manique (cerca de 24 alunos);

Visita de grupo de alunos do 7.º ano, do Colégio Quinta do Lago, de S. Domingos de Rana (cerca de 20 alunos);

Visita de grupo de alunos do 7.º ano, do Colégio Quinta do Lago, de S. Domingos de Rana (cerca de 18 alunos);

Visita de grupo de alunos do 4.º ano da Escola EB 1, n.º 5 de Oeiras (cerca de 34 alunos);

Visita de grupo de alunos do 3.º e 4.º ano, do Externato Nova Oeiras (cerca de 42 alunos);

Visita de grupo de alunos do 4.º ano da Escola EB 1, n.º 5 de Oeiras (cerca de 20 alunos);

Visita de grupo da AGIC - Associação Portuguesa dos Guias Intérpretes e Correios de Turismo,

organizada pelo Sector de Turismo/CMO (cerca de 10 pessoas);

Visita de grupo de alunos do 4.º ano da Cooperativa "A Torre", do Restelo (cerca de 24 alunos);

Visita de grupo de Profissionais de Informação Turística de Concelhos Limítrofes e de recepcionistas de Hotéis do Concelho de Oeiras, organizada pelo Sector de Turismo/CMO (cerca de 40 pessoas);

Visita de grupo de alunos do 3.º ano, do Externato "As Descobertas" do Restelo (cerca de 18) alunos);

Visita de grupo de Profissionais de informação Turística de Concelhos Limítrofes e de recepcionistas de Hotéis do Concelho de Oeiras, organizada pelo Sector de Turismo/CMO (cerca de 25 pessoas);

Visita de grupo de alunos do Seminário da Licenciatura em Gestão do Território, variante Arqueologia, do Instituto Politécnico de Tomar (cerca de 10 alunos);

Visita de grupo de alunos do 5.º ano da Escola EB 2,3 Conde de Oeiras (cerca de 48 alunos);

Visita de grupo de alunos do 5.º ano da Secção Portuguesa do Colégio St. Julian's de Carcavelos (cerca de 17 alunos);

Dezembro

Visita de grupo de alunos do 5.º ano da Escola EB 2,3 Conde de Oeiras (cerca de 49 alunos).

Pode, pois, concluir-se que as visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Leceia, seguidas de visita à exposição monográfica permanente sobre o mesmo sítio arqueológico, patente ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena (Sala de Arqueologia) - ambos sob gestão directa deste Centro de Estudos Arqueológicos - continuaram a constituir, no decurso de 2004, um das suas principais actividades e privilegiado meio de projecção da sua actividade de extensão educativa para o exterior.

3.5 – Outras colaborações

No decurso de 2004, e no âmbito das suas atribuições e competências, estabeleceram-se diversas colaborações, sempre institucionais, quer com outras Unidades Orgânicas da Câmara Municipal de Oeiras, que com numerosas instituições ou entidades externas.

No primeiro grupo devem mencionar-se as seguintes Unidades Orgânicas da Câmara:

Gabinete de Comunicação/CMO;

Gabinete da Fábrica da Pólvora/CMO;

Gabinete de Apoio às Relações Institucionais/CMO;

Gabinete de Apoio à Juventude/CMO;

Departamento de Projectos Especiais/CMO;

Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística/CMO;

Divisão de Intervenção do Património Edificado/CMO;

Divisão de Cultura e Turismo/CMO (Sector de Acção Cultural e Sector de Turismo);

Gabinete da Juventude/CMO;
Gabinete da Presidência/CMO.

No segundo grupo, incluem-se as seguintes entidades:

Instituto Português do Património Arquitectónico, Direcção Regional de Lisboa;
Instituto Português de Arqueologia, Direcção e Delegação Regional de Lisboa e Centro de Investigação em Arqueociências;
Museu Arqueológico do Cerro da Vila, Vilamoura (Loulé);
Instituto Nacional de Estatística;
Instituto Politécnico de Tomar;
Instituto Arqueológico Alemão;
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
Escola EB 2+3 Rui Galvão de Carvalho, de Rabo de Peixe (S. Miguel, Açores);
Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Cascais;
Jornal Expresso;
Jornal de Oeiras;
Revista Visão;
Revista "Oeiras Actual".

De forma detalhada, apresenta-se seguidamente a descrição da actividade mensal do CEACO no âmbito das colaborações institucionais em apreço:

Fevereiro

Foi solicitado parecer pela Dr.^a Olinda Lopez do Departamento de Projectos Especiais/CMO, formalizado por Fax do DPE datado de 04/02/05 na sequência de despacho do Sr. Arq. Pedro Carrilho, Director do Departamento de Projectos Especiais/CMO, relativo a pedido de utilização das grutas de Leceia para a realização de filmagens de longa-metragem por parte da produtora de cinema "O Som e a Fúria". Após contacto directo daquela produtora junto do CEACO, foi endereçada resposta à mesma pelo signatário por Fax do CEACO de 04/02/02 e posteriormente remetida à Dr.^a Olinda Lopez com cópia da Inf.º n.º 8/2001/CEACO relativa ao fecho das grutas de Leceia, através de Fax do CEACO de 04/02/09.

Março

Foi endereçado ao CEACO, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Departamento de Estatísticas Sociais, Serviço de Estatísticas da Sociedade da Informação e do Conhecimento, Núcleo de Estatísticas da Cultura, Ofício N.º 34/DES/SEsic/NECultura relativo ao preenchimento do "Inquérito aos Museus - Dados referentes a 2003", relativo à Sala de Arqueologia, ulteriormente remetido àquela entidade. Foi prestada colaboração e apoio bibliográfico a Daniel Santos, Miguel Figueira, Filipe Carvalho e Filipe

Fernandes alunos do 1.º ano da Licenciatura em Arqueologia e História da Faculdade de Letras de Lisboa no âmbito da preparação de trabalho de grupo para a cadeira de Técnicas de Desenho Arqueológico.

Foi solicitada pelo Sr. João Figueiredo, funcionário do Sector do Turismo/DCT/CMO, documentação fotográfica relativa ao Aqueduto de Carnaxide, obtida na sequência de pedido de parecer pelo mesmo ao CEACO no ano de 2003, destinada ao Senhor Vereador do Pelouro da Cultura Dr. Jorge Barreto Xavier, no âmbito da conservação daquele Monumento Nacional.

Abril

Foi solicitado pela Dr.ª Olinda Lopez do Departamento de Projectos Especiais/CMO, por FAX do DPE de 04/04/30, parecer relativo a muro situado na localidade da Lage, no âmbito da realização do projecto do DPE - Arranjos exteriores da Fase IV - Parque Urbano da Lage.

Foi efectuada uma deslocação ao local pela Dr.ª Conceição André com o acompanhamento da Dr.ª Olinda Lopez, tendo-se realizado o registo fotográfico do referido muro. Foi ulteriormente proferido parecer do signatário, enviado à Dr.ª Olinda Lopez em resposta à sua solicitação.

Maiο

Foi solicitada pelo Dr. Francisco Negalha, Professor da Escola EB 2, 3 Rui Galvão de Carvalho de Rabo de Peixe, Ilha de S. Miguel, Açores, a cedência de colecção de réplicas e documentação relativa ao povoado pré-histórico de Leceia, no âmbito de projecto escolar subordinado ao tema "Arqueologia e Património".

Foi solicitado parecer pelo Sr. Arq. Pedro Carrilho, Director do Departamento de Projectos Especiais/CMO, através de despacho proferido na Inf.º n.º 0157-2004/DPE de 04/05/25, executada pela Dr.ª Olinda Lopez, do DPE, relativo ao Ordenamento e Reconversão de Leceia Sul - Movimentação de terras. Em resposta, foi proferido parecer através da Inf.º n.º 22/04/CEACO de 04/05/28.

Junho

Solicitação de Cláudia Costa, aluna do curso de História da Universidade Aberta, de apoio bibliográfico, com o fornecimento do artigo " Os mamíferos no quotidiano romano" publicado pelo signatário no vol. 5 dos EAO.

Setembro

Foi solicitado pela Dr.ª Ana Pratas do Museu Arqueológico do Cerro da Vila em Vilamoura apoio bibliográfico sobre a lucerna romana de Sol Avesso, estudo publicado no vol.4 dos EAO, no âmbito da realização de estudo sobre lucernas romanas.

Novembro

Foi solicitada pelo Dr. José Coutinho, da Divisão de Bibliotecas e Arquivo Histórico do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Cascais, a colaboração do CEACO através da venda à consignação de

exemplares dos EAO, em Mesa Redonda dedicada ao tema "Lusitânia Romana", realizada nos dias 4, 5 e 6 no Centro Cultural da Gandarinha. Consequentemente, foi dirigido Fax do CEACO datado de 04/11/02, dirigido ao Dr. Luís Macedo e Sousa, Director do Gabinete de Comunicação/CMO, por forma a dar resposta aquela solicitação.

Foi apresentado pela Dr.^a Olinda Lopez do DPE/CMO pedido de parecer, através de Fax datado de 04/11/24, relativo à caracterização e inventariação de espólio diverso (fauna malacológica, objectos de carácter etnográfico e outros) pertencente ao Palácio dos Arcos.

Dezembro

Foi realizada reportagem ao povoado pré-histórico de Leceia pela jornalista Rita Duarte, do Semanário "Expresso".

4 - PRÉMIOS

A Academia Portuguesa da História atribuiu em 2004 o Prémio "Prof. Doutor Pedro Cunha e Serra" ao signatário pela obra "A Estremadura portuguesa, dos inícios do III milénio a.C. até à chegada dos Romanos". Trata-se de extenso trabalho, de cerca de 500 páginas, profusamente ilustrado, que utiliza de forma sistemática os resultados obtidos da investigação arqueológica no concelho de Oeiras nos últimos 30 anos, desde o Neolítico Final até à Romanização, em boa parte graças às iniciativas desenvolvidas pelo signatário, no âmbito das actividades do CEACO.

A publicação desta obra corresponde ao número 12 dos "Estudos Arqueológicos de Oeiras", constituindo mais uma distinção, publicamente assumida por instituição prestigiada oficial, da qualidade do trabalho de investigação e divulgação do património arqueológico desenvolvido no concelho de Oeiras, através desta Unidade Orgânica da Câmara Municipal de Oeiras.

5 - CONCLUSÃO

Os trabalhos desenvolvidos em 2004 no CEACO deram continuidade aos objectivos estratégicos e programáticos anteriormente definidos. Verificou-se uma estabilização de visitantes ao povoado pré-histórico de Leceia e respectiva exposição monográfica, patente ao público na exposição monográfica permanente na Fábrica da Pólvora de Barcarena (Sala de Arqueologia). Trata-se, sobretudo de alunos dos diversos graus de ensino (básico e secundário) de estabelecimentos sediados no concelho de Oeiras, integrados em visitas escolares guiadas. Tal situação denuncia o hábito, já adquirido, de realização de visitas regulares àquela estação arqueológica. Esta é, sem dúvida uma das áreas de intervenção mais significativas e de maior visibilidade do CEACO, constituindo na actualidade uma vertente fundamental de

actuação, no quadro das suas atribuições e competências.

Onde as actividades de investigação e divulgação do Património Arqueológico concelhio se encontram mais expressivamente espelhadas, especialmente no que concerne à sua projecção a nível nacional, é no amplo conjunto de revistas de índole arqueológica com as quais os "Estudos Arqueológicos de Oeiras" mantêm ou estabeleceram permuta, no decurso de 2004. Verifica-se, com efeito, que no final de 2003 se recebiam 44 revistas nacionais e 88 internacionais, tendo, em 2004, tais valores subido para 46 revistas nacionais e 93 internacionais todas de carácter arqueológico, facto bem demonstrativo da qualidade da investigação desenvolvida neste domínio pelo CEACO, constituindo exemplo ímpar no panorama arqueológico nacional.

Os factos aludidos neste Relatório confirmam o reconhecimento público, ao nível das mais diversas instâncias, da valia e interesse do trabalho desenvolvido no CEACO, já expresso em anteriores relatórios constituindo, decerto, mais um motivo para prosseguir empenhadamente no trabalho quotidiano, desenvolvido pela equipa que assegura a continuidade da sua actuação.

Barcarena, 28 de Fevereiro de 2005

O Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras

Doutor João Luís Cardoso
Professor Catedrático de Arqueologia